

Sérgio Alberto Fontes Rezendes

A GRANDE GUERRA NOS AÇORES
MEMÓRIA HISTÓRICA E PATRIMÓNIO MILITAR



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Ponta Delgada

2008

Sérgio Alberto Fontes Rezendes

A GRANDE GUERRA NOS AÇORES
MEMÓRIA HISTÓRICA E PATRIMÓNIO MILITAR

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para a obtenção do grau de mestre em Património, Museologia e Desenvolvimento.

Orientador:
Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Ponta Delgada

2008

Ao Pedro Henrique

Em memória dos meus pais

Reconhecimento

O presente trabalho resulta de uma investigação demorada e revestida de preciosos e inesquecíveis apoios. Na ausência destes desinteressados auxílios, o resultado final seria sem dúvida bem mais modesto.

Ao mentor deste trabalho, o Prof. Doutor Carlos Cordeiro, por ter aceite orienta-lo, pela sapiência, paciência e compreensão com que o fez, assim como pela sua disponibilidade sempre presente.

Ao Prof. Doutor Rui Martins pela inestimável ajuda que nunca me negou sempre que a ele recorri e pela sua sã camaradagem e inabalável apoio moral.

Aos directores do Museu Militar dos Açores, Coronel José Manuel Salgado Martins e Tenente-coronel Jorge Manuel de Moura Soares, pelo seu inegável auxílio e valioso contributo em matérias de natureza militar.

Ao Major-general José Alfredo Ferreira Almeida, pela sua prontidão em responder positivamente a tantas solicitações que lhe dirigi. Pela compreensão e amizade que nunca me regateou.

Ao Dr. Paulo Simões e ao *Açoriano Oriental*, pela ajuda concedida sempre que recorri aos seus serviços.

Aos muitos amigos que sempre me incentivaram com manifestações de amizade, palavras de motivação e úteis conselhos, para além de intensas discussões académicas sobre o conteúdo do presente trabalho. Pelo desprendimento com que o fizeram e pela injustiça de eventual omissão da minha parte, escuso-me de referi-los, sem no entanto os esquecer.

Uma palavra especial ao meu filho, o Pedro Henrique, pelas tardes perdidas em que não fomos passear e pelo seu entendimento em relação aos projectos do pai.

Encerro estas linhas com uma referência muito especial aos meus irmãos pela colaboração e encorajamento sempre demonstrados, valioso contributo para a consecução dos objectivos a que me propus.

Dedico este trabalho aos meus pais, pela sua persistência em guiar-me rumo a um destino ligado ao Conhecimento, plantando-me a curiosidade e o interesse pelo passado.

A todos reitero o meu profundo reconhecimento pois que sem eles seria incomparavelmente mais penoso ou impossível levar a bom termo o trabalho agora apresentado. Bem hajam.

Abreviaturas

ACRA – Alto Comissário da Republica nos Açores

AHM – Arquivo Histórico Militar

AMMA – Arquivo do Museu Militar dos Açores

BPARAH – Biblioteca Publica e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo

BPARPD – Biblioteca Publica e Arquivo Regional de Ponta Delgada

B1AM – Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha

B2AM – Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha

BAG – Bateria de Artilharia de Guarnição

CMAH – Comando Militar de Angra do Heroísmo

CMH – Comando Militar da Horta

CMPD – Comando Militar de Ponta Delgada

DCA – Depósito de Concentrados Alemães

DR 25 – Distrito de Recrutamento n.º 25

DR 26 – Distrito de Recrutamento n.º 26

EME – Estado-maior do Exército

GCAH – Governador Civil da Angra do Heroísmo

GCH – Governador Civil da Horta

GCPD – Governador Civil de Ponta Delgada

JGAH – Junta Gera de Angra do Heroísmo

JGPG – Junta Geral de Ponta Delgada

MCM – Museu Carlos Machado

MF – Ministro das Finanças

MI – Ministro do Interior

MG – Ministro da Guerra

MM – Ministro da Marinha

MMA – Museu Militar dos Açores

RI 25 – Regimento de Infantaria n.º 25

RI 26 – Regimento de Infantaria n.º 26

RIR 25 – Regimento de Infantaria de Reserva n.º 25

RIR 26 – Regimento de Infantaria de Reserva n.º 26

IFOMA – Inspector da Fortificações e Obras Militares nos Açores

IMP – Instrução Militar Preparatória

OCS – Órgãos de Comunicação Social

ÍNDICE GERAL

Reconhecimento

Abreviaturas

I - INTRODUÇÃO	12
II - OS AÇORES NO INÍCIO DA GRANDE GUERRA	21
1. A situação da defesa militar nas ilhas	21
1.1. Os Açores, de excêntricos relativamente aos impérios ultramarinos a fulcrais na defesa dos interesses dos beligerantes	21
1.2. Uma visão geral	30
1.3. A beligerância: dois casos em concreto	38
1.3.1. A defesa da ilha Terceira	38
1.3.2. A situação em S. Miguel	41
A acção dos três comandos militares nos Açores	44
2.1. Comando Militar de Angra do Heroísmo	44
2.2. Comando Militar de Ponta Delgada	50
2.3. Comando Militar da Horta	54
3. As questões de ordem pública e a problemática da “formiga branca”	58
III – PORTUGAL NA GRANDE GUERRA: A INTERVENÇÃO NOS AÇORES	86
1. O aprisionamento das embarcações alemãs e a concentração de prisioneiros de guerra	86
1.1. O Depósito de Concentrados Alemães	91
2. Medidas de prevenção militar	97
2.1. O estado de sítio na ilha Terceira	97
2.2. A actividade submarina.	101

2.3. A aeronáutica.	112
2.4. A expansão da rede de comunicações	121
2.4.1. A telegrafia sem fios (TSF)	122
2.4.2. O cabo telegráfico submarino	126
2.4.3. Outros sistemas de comunicações	127
2.5. Da mobilização ao fim do conflito: a movimentação de tropas	131
3. Episódios de Guerra	161
IV – AS RELAÇÕES DE PODER	189
1. As relações entre as chefias militares e as autoridades civis:	
consensos e divergências	189
2. O sidonismo e a criação do cargo de Alto-Comissário da República	
nos Açores	191
3. As atribuições do Alto-comissário	194
4. O Comando da Defesa Marítima dos Açores	199
5. A Base Naval Norte-Americana: o papel do Almirante Dunn	204
5.1. O contexto militar	204
5.2. O enquadramento local	207
6. A censura	223
V – TEMPOS DE CRISE	229
1. Da peste à epidemia “que zomba da medicina”	229
1.1. A inexistência de um dispositivo sanitário eficaz:	
a proliferação da peste	231
1.2. O surto de gripe espanhola	237
2. A crise das subsistências	253
2.1. A problemática do abastecimento de cereais	254
2.1.1. O caso do milho	254
2.1.2. O trigo	264

2.2. A complexa questão dos transportes	269
2.2.1. A escassez dos bens de primeira necessidade e a inflação	271
2.2.2. As dificuldades na exportação	300
3. Os interesses em jogo: em busca do “justo equilíbrio”	309
VI - IMÓVEIS, MEMÓRIAS E PATRIMÓNIO DA GRANDE GUERRA NOS AÇORES	313
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS	387
VIII – FONTES	392
1. Manuscritas	395
2. Impressas	405
3. Bibliográficas	407
4. Iconográficas	417
5. Multimédia	417
6. On-line	417
Índice de apêndices	420

I

INTRODUÇÃO

“A *Infantaria*, arma suprema dos Exércitos, foi aquela que maiores sacrifícios suportou durante esse prélio terrível, enérgica luta de duas vontades, que durante mais de quatro anos agitou a humanidade.

Os *Mortos*, que comovidamente consagramos na piedosa romagem que nos reúne, foram aqueles que mais intensamente cooperaram nessa página gloriosa da História de Portugal, a nossa intervenção no conflito denominado, com verdade, a *Grande Guerra*, pois nenhuma outra a história secular das civilizações, sociedades que se têm fortalecido na Guerra e estiolado na Paz, rememora de tão intensa repercussão na vida colectiva das nações”¹.

A construção da identidade, independentemente de ser uma sociedade, um grupo ou um indivíduo, alimenta-se de uma profunda relação entre a memória, ou seja a evocação do passado, o presente e o propósito delineado para o futuro. Para tal, são tidos em atenção vários parâmetros comuns aos elementos que a partilham, entre os quais se destacam os materiais e físicos (território ou clima), os históricos (origens e feitos importantes), os psico-culturais (sistema de valores ou hábitos colectivos) e os psicossociais (actividade ou motivação)². Mediante a construção deste processo (identificação), torna-se necessário, “segundo Eric Erikson, operar uma distinção, atribuir um significado e conferir um valor”³. Neste ponto, as fontes escritas e patrimoniais (os testemunhos) são fundamentais para manter a memória, fomentando mesmo o desenvolvimento da historiografia do passado, seguindo-se o preconizado por Jacques le Goff ao afirmar que a “memória onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”⁴.

Em Portugal, o “culto” pela memória da Grande Guerra suscitaria especial atenção à máquina propagandística da I Republica, através das inúmeras conferências e publicações da autoria de sobreviventes (e não só⁵), mas em especial pela memória evocativa consubstanciada nos padrões da Grande Guerra e pelo culto dos

¹ Monteiro, Henrique Pires, “Discurso de apresentação da Comissão Técnica de Infantaria” in *Livro de Ouro de Infantaria*, Comissão Técnica da Arma de Infantaria, Lisboa, 1922, p. 19.

² Leal, Ernesto Castro, “memória, literatura e ideologia” in *Portugal e a Grande Guerra*, fascículo 49, Lisboa, Diário de Notícias, 2003.

³ *Ibidem*.

⁴ Leal, Ernesto Castro, “Memória, literatura e ideologia” in *Portugal e a Grande Guerra*, *Ibidem*...

⁵ “Por isso rio tristemente tanto dos que, sem terem posto o pé numa trincheira, querem contar a guerra, como daqueles que tendo lá estado venham para publico, penteados e lustrosos, na sua fatiota de heróis, poisar para a galeria”. Cortesão, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, Portugal Editora, 1969, p. 14.

Mortos, de que subsistem ainda as cerimónias evocativas do dia do Armistício. O culto aos heróis, de que o do soldado Milhões (Aníbal Augusto Milhais) será o melhor exemplo, e o aparecimento de organizações específicas, tendo como génese a guerra de 1914-1918, como a Liga dos Combatentes, serão também responsáveis, ainda hoje em dia, pela memória de todos os mortos em combate. Episódios especiais, mas com grande responsabilidade na perpetuação deste “mito”, foram surgindo esporadicamente com o passar dos anos, com especial destaque para o ano de 1921, ano designado por Ernesto Castro Leal como “a apoteose nacional das ritualizações cívicas republicanas aos mortos da Grande Guerra, em especial com as celebrações públicas ao Soldado Desconhecido”⁶. Em 1921 se iniciaria um cerimonial que a I República e depois o Estado Novo, utilizaria no culto ao “grande homem”⁷, ao que havia morrido pela Pátria. Procurava-se a promoção de uma espécie de “religião da Pátria”, para o fortalecimento da imagem do Estado, nem que para isso tivesse que entrar muitas vezes em choque com a Igreja, principalmente nas comemorações oficiais⁸.

O uso do termo Grande Guerra no presente estudo, em detrimento de I Guerra Mundial, para além de respeitar a terminologia usada na época, procura destacar uma memória bem vinculada, por exemplo, nos inúmeros padrões da Grande Guerra espalhados desde o norte de França até zonas recônditas no antigo Ultramar português. Desenvolvidos entre 1921 e 1936 por intermédio da Comissão dos Padrões da Grande Guerra e fomentados por subscrição nacional (de que o de Ponta Delgada não seria excepção), teve o seu primeiro exemplar em Lacouture, tornando-se um autêntico símbolo do conflito em inúmeras vilas e cidades. Anualmente, estes padrões foram (e ainda são) autênticos “altares cívicos para uma liturgia de recordações ao heroísmo militar português, principalmente todos os anos, no dia 11 de Novembro”⁹. Estes monumentos são uma parte da rede montada para a sua memória, complementada com baixos-relevos, pequenos obeliscos, padrões com várias estátuas, lápides com listas de mortos, não só em paços de concelho como em unidades militares. Aliás, será de referir

⁶ Que também decorreram nos Açores. Será de destacar a chegada de um português, naturalizado americano, que seria enterrado no Almoxarife, Faial. No seu transporte, seria alvo de honras militares nas ilhas de São Miguel e Faial. AMMA-FG, Comando Militar de Ponta Delgada, “Correspondência recebida”, *Pastas de notas*, FIA 941.

⁷ Um bom exemplo nacional, com especial importância para os Açores será o caso de Carvalho Araújo, no que ficaria considerado como um dos maiores episódios bélicos da marinha portuguesa no século XX: o combate do *Augusto Castilho* e o U-139.

⁸ Leal, Ernesto Castro, “Memória, literatura e ideologia” in *Portugal e a Grande Guerra*, fascículo 50, *Ibidem...*

⁹ *Idem*.

que as unidades militares actuais, herdeiras ou não dessa identidade, evocam com orgulho e brio a participação das suas antecessoras no evento, isto em cada cerimónia militar, com ênfase especial para as cerimónias do dia 11 de Novembro, dia do Armistício.

Actualmente, o “culto” ao Soldado Desconhecido, fará repercutir a memória não de um I Guerra Mundial, mas sim o conceito de Grande Guerra. Evocando todos os mortos em campo de batalha, a realidade é que a nível nacional o dia é marcado pelo já referido 11 de Novembro, sendo normalmente as cerimónias feitas juntos a locais de grande simbolismo, como o Mosteiro da Batalha e localmente junto aos citados padrões, em que claramente no caso de Ponta Delgada, e em grandes letras se lê: “Grande Guerra – 1914 – 1918”. Se esta efeméride, já de si é revestida de grande valor simbólico, será de referir o pouco tempo decorrido entre o primeiro de Novembro, dia de finados, em que a mesma evocação é feita e o dia 11. Normalmente, ao nível militar, são celebradas honras militares junto à campa de um soldado português morto em campanha, novamente na homenagem e culto ao “grande homem”.

Poder-se há mesmo responsabilizar o Exército pela conservação dessa memória (e nomenclatura), uma vez que as unidades/orgãos são promotoras de memórias colectivas que não deixam desaparecer, fomentando a sua continuidade, desenvolvendo cerimónias, assim como investigações (em que o termo “Grande Guerra” é uma constante), passando esse conceito ao público em geral por intermédio dos seus museus, arquivos e bibliotecas, como sobejamente se constata no caso da “Sala da Grande Guerra” do Museu Militar (de Lisboa). Aliás, a ideia de um museu da Grande Guerra era já uma realidade equacionada em 1917. O decreto 3.468 publicado na Ordem do Exército n.º 14 de 27 de Outubro de 1917, cria em Lisboa o denominado “Museu Português da Grande Guerra” atendendo-se à necessidade de “perpetuar a memória da intervenção armada de Portugal” uma vez que “o país realiza (...) o maior esforço militar da sua história, cooperando com os aliados na guerra que mais decisiva influência exercerá na marcha da civilização e no destino das nações”¹⁰.

Inevitavelmente, este museu não passaria do papel, sendo anulado, em 1918, o decreto que lhe deu origem¹¹. Com esse mesmo propósito seria enviado para o Norte de França, o primeiro fotojornalista de guerra português, Arnaldo Rodrigo

¹⁰ “Decreto 3.468 de 27 de Outubro de 1917” in *Ordem do Exército*, n.º 14, 1ª Série, p. 511.

¹¹ “Decreto 3920 de 28 de Janeiro de 1918” in *Ordem do Exército*, n.º 3, 1ª Série, p. 91. O seu espólio reverteria para o Museu Militar.

Garcez, para a cobertura fotográfica do CEP, desde a sua mobilização até ao termino das “Festas da Vitória”, retratando-se assim para a posteridade o dia-a-dia das tropas portuguesas na guerra das trincheiras¹².

A transmissão do que foi a Grande Guerra a jovens estudantes açorianos sempre levantou a problemática pessoal de enquadrar as suas ilhas dentro dos acontecimentos quer da Grande Guerra como da de 1939 a 1945. As respostas, apesar de em moldes gerais serem conclusivas, deixam de parte a essência autóctone do que efectivamente sucedeu, ilha por ilha, quer ao nível das repercussões nas populações, quer dos corpos militares que as tinham jurado proteger. Torna-se assim objectivo deste trabalho perceber de que forma a situação bélica evoluiu no arquipélago; o esforço de guerra realizado (que inevitavelmente acaba por atingir a questões como a das subsistências e do comércio regional), assim como da problemática social, reflexo da entrada de Portugal na guerra e consequentes mudanças sociais e económicas. A constatação de importantes episódios bélicos em águas açorianas e a conjugação de quatro factores – a guerra, a fome, a peste e a instabilidade política – que suportados pelas autoridades locais, em duas esferas distintas, civil e militar, foram também aspectos fundamentais para a elaboração do presente trabalho.

A análise das relações entre as duas esferas de poder local, a civil (materializada em última instância nos Governadores Civis) e a militar (assente no Comando Militar dos Açores e respectivos comandos de ilha), posteriormente retidas numa única entidade, o Alto Comissário da República nos Açores, em 1918, e o seu desenvolvimento ao longo do período em análise, ou seja de meados do 1914 a finais de 1919, permitirá entender o esforço realizado para conter a conjugação crítica de factores negativos. De facto, na fase final do conflito mundial a gripe pneumónica vitimaria, no espaço de poucos meses entre 20 a 40 milhões de pessoas por todo o mundo, sendo “disseminada essencialmente através das comunicações marítimas”, assumindo o “transporte de soldados um papel fundamental na propagação”¹³, juntando-se assim à fome, à guerra e à instabilidade política reinante na capital portuguesa, mas com inevitáveis reflexos locais.

Esta análise demarca o período em estudo entre o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando na Bósnia a 28 de Junho de 1914 e o repatriamento dos

¹² Falcão, Conde, *Imagens da I Guerra Mundial*, Lisboa, Secção de Informação Protocolo e Relações Públicas do gabinete EME, 2004.

¹³ Trindade, Luís. 1998. “A morte anunciada” in *História*. Nova Série. N.º 8. Ano XX. SocTip. S.A. p. 36.

alemães concentrados no Depósito de Angra do Heroísmo a 7 de Novembro de 1919, situação como a última, em termos objectivos, ocorrida em território açoriano e ainda relacionada com a Grande Guerra.

Além do acesso às fontes documentais, facilitado pela inventariação que se está a proceder no Arquivo Histórico da Zona Militar dos Açores, o interesse pelas questões do património militar foram aspectos essenciais na escolha do objecto da nossa investigação.

Sobre as fontes bibliográficas, e como ao longo do presente estudo será possível verificar, a ideia base assenta na posição geoestratégica das ilhas, a sua importância no jogo diplomático português e acontecimentos motivados pela presença de forças estrangeiras em solo açoriano (em alguns casos mais bem estudado do que noutros)¹⁴. Esta noção de “supra análise”, normalmente associada à importância dos portos e das ilhas no conjuntura atlântica e europeia durante a Grande Guerra nos Açores levou à necessidade de procurar localmente, ilha por ilha, freguesia por freguesia a sucessão de eventos de modo a entender até que ponto a Guerra 1914-18 se materializou junto das populações, assim como o que foi feito, procurando-se desmistificar a ideia de uma passividade perante os acontecimentos em virtude das condições políticas e económicas do país não permitirem uma defesa em concreto. Como se poderá constatar, tal ideia não é totalmente correcta: localmente existiam autoridades civis e militares que dentro dos seus poucos meios procuraram responder aos interesses das populações, com destaque especial para as três grandes ilhas, que, perante uma série de calamidades em simultâneo, tentaram responder dentro das suas possibilidades, a problemas que de maneira geral se agravaram com o evoluir dos anos.

A metodologia seguida para o levantamento de todos estes elementos consistiu, inicialmente, numa pesquisa efectuada nos arquivos do antigo Comando Militar dos Açores, complementada por investigações feitas no Arquivo Histórico Militar, Governo Civil de Ponta Delgada (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada) e no do seu congénere em Angra do Heroísmo. A confluência da informação obtida permitiu entender diferentes “escalões” de resposta para os distintos problemas que afligiam a realidade regional. Se o Arquivo Histórico Militar permitiu entender a perspectiva nacional, o arquivo do extinto Comando Militar dos Açores

¹⁴ Como será o caso de autores como António José Telo e a sua obra *Os Açores e o controlo do Atlântico*, ou José Medeiros Ferreira em “Revisão Histórica da participação de Portugal na primeira Guerra Mundial: a dimensão Ibérica-insular” in *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*. Vol. XLIII, Tomo II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1985.

possibilitou um entendimento arquipelágico, complementado na esfera civil, pela documentação dos dois governadores civis¹⁵.

O presente estudo encontra-se estruturado em cinco grandes capítulos principais: os Açores no início da Grande Guerra, Portugal na Grande Guerra: a intervenção nos Açores, as relações de poder, tempos de crise e imóveis, memória e património da Grande Guerra. A progressão da abordagem das questões militares para as civis segue um princípio transmitido em plena II Guerra Mundial a um Governador Civil de Ponta Delgada pelo Ministro do Interior de António de Oliveira Salazar: sem defesa, não há alimentação.

Partindo-se deste princípio, o fio condutor parte da esfera militar para a civil. Numa fase inicial, aborda-se a perspectiva como o governo central se relaciona com os seus principais aliados e a forma como os Açores são equacionados na defesa nacional. Adelgaçando este conceito, procura entender-se a forma como as ilhas estão preparadas militarmente para a hecatombe bélica, nas suas principais ilhas para depois se enveredar no panorama aquando da declaração de guerra a Portugal.

Torna-se impossível deixar de abordar o sentimento patriótico dos militares, quer na esfera nacional como internacional. A I Republica atravessa graves momentos e a nação encontra-se em convulsão política e social. Os ecos dos acontecimentos na capital também chegam aos Açores, gerando situações complexas, apesar de doseáveis pelos comandos militares de ilha e mesmo pelo Comando Militar dos Açores. Perceber o que se passou e a forma como estes acontecimentos, localmente, influenciaram o pensamento das esferas militares tornou-se, então, um dos objectivos a deslindar.

À semelhança do que sucedeu a nível nacional e ultramarino, o facto que faria Portugal entrar no conflito também teve repercussões no arquipélago, gerando uma série de acontecimentos que agravariam a situação débil da defesa açoriana. Entender os seus pontos fracos, os alvos nevrálgicos, as inovações tecnológicas, apetecíveis a ilhas em guerra e as medidas tomadas pelo governo português perante um assédio real ao arquipélago tornou-se igualmente um alvo a atingir.

Retirando-se o camponês, ou o muito em voga ao tempo, cidadão, à sua família para o colocar ao serviço dentro de uma unidade militar, afastada do centro político e económico do país, gerou toda uma série de situação com consequências para

¹⁵ O caso da Horta, não foi possível por não se encontrar o mesmo em condições de ser consultado.

ambas as esferas de decisão. Limitadas territorialmente nos seus recursos e capacidades financeiras, as autoridades militares e civis depararam-se com um agravamento resultante da evolução dos acontecimentos, quer a nível internacional, como ao nível do controlo dos mares açorianos. Perceber como a esfera militar e civil se articularam na defesa do mesmo ideal, ou seja, a defesa da população e do erário público, acabaria por se revelar de especial interesse, uma vez que esse mesmo camponês tem que comer no interior da unidade militar. Retirando-se os braços ao campo, como se procederá à renovação das culturas, numa fase ainda sem mecanização na agricultura? Partindo-se desta questão, outras seriam levantadas: e a economia em geral, em especial a de exportação? Associadas a estas perguntas prendem-se factos como a diminuição em grande escala do comércio das ilhas com os seus principais mercados (por sua vez afectados pela guerra) e o seu consequente isolamento, em especial as mais pequenas e periféricas.

Acontecimentos bélicos como o bombardeamento de Ponta Delgada a 4 de Julho de 1917, ou mesmo o combate naval entre o *Augusto de Castilho* e uma unidade naval alemã em 1918, fariam prever situações aguerridas nos mares açorianos, situações que por sua vez levariam à implantação de uma base aéro-naval americana em solo nacional, mais especificamente em Ponta Delgada. Sabendo-se que o Estado português havia criado uma figura, mal conhecida, para ombrear com o almirante americano, o Alto-Comissário da República para os Açores,urgia entender a forma como todas as autoridades nacionais e estrangeiras (nomeadamente inglesas) se relacionaram com vista à defesa de objectivos comuns, agravados por sua vez pela passagem periódica de moléstias como foi o caso da conhecida gripe espanhola.

Da investigação produziu-se conhecimento e a partir da presente pesquisa foi ainda possível detectar um vasto número de testemunhos da Grande Guerra. A opção de elaborar um inventário sobre imóveis utilizados, acaba por ser uma tentativa de produzir a memória desses dias, já quase centenários, e neste caso, completamente esquecidos, em detrimento do património móvel, relativamente bem conhecido.

O assunto não ficará, no entanto, aqui esgotado. Nem foi essa a intenção. Pelo contrário. Espera-se que, a partir deste estudo, seja possível destacar a importância dos Açores durante a Grande Guerra, derivando-se para novos aprofundamentos nas diferentes áreas abordadas. O objectivo deste trabalho será, pois, contribuir para a compreensão das repercussões da Grande Guerra nos Açores, nomeadamente ao nível socioeconómico, mas também quanto às dificuldades que as próprias instituições

militares enfrentaram ao mais diverso nível. As questões ligadas ao património edificado relacionado com a Grande Guerra que ainda subsiste ou já desaparecido estiveram no âmbito das nossas preocupações, pelo que se apresenta um inventário do ainda existente ou do já desaparecido, organizado com base numa ficha de recolha de dados elaborada para o efeito e recorrendo a fontes escritas e iconográficas.

Por fim, será apresentado um acervo iconográfico sob a forma de apêndices, com testemunhos relacionados com o estudo; com um desenvolvimento mais pormenorizado de outros abordados, por exemplo no inventário, ou então que ilustrem memórias aqui produzidas.

Procurar, recolher, tratar e cruzar a informação escrita e iconográficas existente nos arquivos, e paralelamente percorrer com um olhar atento a paisagem, procurando no terreno descortinar a lógica construtiva, a métrica defensiva com os seus sucessivos avanços e recuos ao longo dos anos, possibilitaram uma melhor interpretação da lógica na defesa, quer militar, como sanitária, ou mesmo logística.

Como tal, resultou da investigação uma vertente patrimonial materializada na forma de um inventário sistemático dos imóveis relacionados com as memórias e património da Grande Guerra nos Açores. Além disso, não existe nenhuma cultura patrimonial que não esteja ligada a uma sociedade, com história e geograficamente implantada. “Uma cultura não pode viver nem subsistir contra a sociedade que a alimenta e sustém”¹⁶. Como todas as culturas, a açoriana surge localizada, singular e diversificada, sendo inquestionável, actualmente, “que as políticas de salvaguarda e de preservação do património tenham duas finalidades essenciais: que confirmem auto-estima, isto é, que favoreçam a assumpção de uma identidade (e) que proporcionem uma aceitação generalizada e consciente dos valores simbólicos”¹⁷.

Espere-se pois que o presente estudo possibilite uma perspectiva mais ampla de conhecimento histórico-patrimonial, para conectar-se a futuros aspectos funcionais, económicos e fomentadores de desenvolvimento.

Procura-se assim responder à definição de Inventário do Património Imóvel:

¹⁶ Costa, Vasco Pereira da, *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Praia da Vitória*, Direcção Regional da Cultura, Instituto Açoriano da Cultura; 2004.

¹⁷ Costa, Vasco Pereira da, *Inventário do Património Imóvel dos Açores – Praia da Vitória*, *Ibidem...*

“Tem como objectivo constituir um recurso de informação que dá origem a instrumentos diversificados dirigidos às actividades que constituem a efectiva salvaguarda e valorização do património – identificação, investigação, conservação, reabilitação, partilha do conhecimento, fruição – por parte de diversas entidades (...) tendo em vista a compreensão do seu valor material, documental e simbólico, a sua relação com o meio a que pertencem, as alterações físicas que sofreram ao longo do tempo e o potencial que encerram como pólos de desenvolvimento local.

Modos de fazer, modos de construir, formas diferentes de interacção com a natureza, são sinais de identidade e distinção que importa conhecer e salvaguardar enquanto valores culturais intrínsecos de um povo. Identificar esse património deverá ser prioritário, por forma a obter a melhor e mais consistente resposta às questões de salvaguarda e valorização¹⁸.

Tenta assim responder-se aos mais importantes documentos emanados de diversas instâncias internacionais neste sentido, seguindo-se a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Cracóvia (2000), que na mudança do século procurou redefinir bases e experiências de modo a modernizar as linhas de pensamento contemporâneo mediante uma revolução manifestada em diferentes factores: na comunicação e informação, na globalização e na unificação europeia, que por sua vez originaram profundas mudanças na forma de abordar o património construído. É um facto assente que as culturas locais e regionais o patrocinem com vista não só à manutenção da sua identidade assim como também ao incremento da sua própria diferença, factor que as destaca das restantes. Esta preocupação deverá ser constante com vista um desenvolvimento sustentado que se deseja para o futuro. Para tal é obrigatório uma “redobrada atenção às questões do ordenamento e do património, entendido como recurso necessário a uma correcta *gestão do processo de mudança, transformação e desenvolvimento* (item n.º 11 – Cracóvia 2000)”¹⁹.

¹⁸ Alçada, Margarida (Coord.), “Inventário do Património Arquitectónico” in Conhecer, Inovar, Conservar, informar, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004, p. 32.

¹⁹ Elísio Summavielle, *idem*, p. 200.

II

OS AÇORES NO INÍCIO DA GRANDE GUERRA

1. A situação da defesa militar nas ilhas

1.1. Os Açores, de excêntricos relativamente aos impérios ultramarinos a fulcrais na defesa dos interesses dos beligerantes.

Em resultado de uma série de governos monárquicos e republicanos fracos, Portugal encontrava-se no eclodir da I Guerra Mundial com a sua política externa totalmente subjugada aos interesses britânicos, alienando-se quase que totalmente da soberania sobre as ilhas do Atlântico. Nos Açores, a Inglaterra confirmava o controlo sobre as comunicações através dos cabos que amarravam na Horta, assegurando as comunicações britânicas de grande parte do seu império, assim como a subconcessão a potências rivais, colocando-as juridicamente e na prática sob seu controlo. Igualmente importantes seriam os depósitos de carvão formados durante a guerra e com contrato exclusivo de fornecimento com o Almirantado Inglês, reforçados em meados de 1917 com a criação de um depósito americano em Ponta Delgada.

O advento do submarino e a sua utilização por parte da Alemanha com resultados francamente vantajosos, permitiu a sua extensão operacional numa campanha geral com vista a cortar o comércio com as ilhas inglesas, pouco preparadas para lidar com a nova ameaça. Contudo, durante a guerra é feito um pedido inglês para que Portugal reforce as medidas de protecção às suas costas e portos, quando na realidade este apenas poderia montar uma resistência simbólica. Do que as ilhas necessitavam era de redes anti-submarino para os portos, equipamento de dragagem de minas, vigilância de costa, baterias de defesa de costa e melhores redes de comunicações. Contudo devido ao pouco interesse que despertavam e o estado pobre do país, politicamente dividido, pouco ou nada fazia prever a sua futura necessidade. Este facto explica que os Açores, em 1915 e 1916, não fossem alvo de qualquer tipo de atenção mesmo porque não seria registado qualquer tipo de incidente nesta primeira fase da guerra.

Tanto quanto a investigação permitiu averiguar, até 1912 não existia qualquer medida prática para salvaguarda os pontos de apoio estratégicos portugueses

no Atlântico. Seria já com a Republica, por determinação da Secretaria da Guerra, e durante o ano de 1911, que se executaram uma série de trabalhos para o estudo das fortificações dos diversos pontos de apoio no oceano¹. Estes trabalhos, quando se encontravam relativamente adiantados em relação ao porto da Horta (e S. Vicente de Cabo Verde) quase foram extintos por se ter dissolvido o Supremo Conselho de Defesa Nacional, entidade que os superintendia. Aliás, do seu arquivo apenas constava o ofício que os originaram, por ordem do Ministro da Guerra, justificada pelas excelentes posições geográficas dos arquipélagos de Cabo Verde, Madeira e Açores (e baía de Lagos). De todas as posições, apenas foi destacado o caso de S. Vicente, por ter depósitos de carvão e amarração de dois cabos submarinos da Brazilian Telegraph e da companhia africana, classificando-a de excepcional em caso de “guerra internacional (pelo que se tornava) imprescindível tratar-se já de as colocar em condições de defesa ou de modo a ser respeitada a nossa neutralidade”². Neste contexto, os Açores não são tidos em consideração. Periféricos no que concerne aos grandes eixos de comunicação e no comércio entre metrópoles e colónias, os Açores são preteridos por Cabo Verde, uma vez que num império colonial, a defesa das rotas comerciais era uma questão nevrálgica.

André Tavares Barbosa³, defende que no controlo das principais rotas marítimas mundiais, será de destacar na actualidade e em primeiro lugar o domínio do Atlântico Sul. Numa guerra provocada por países colonialistas e alimentada por nacionalismos exacerbados assentes na exploração da matéria-prima ultramarina, não será de duvidar de um decrescer da importância deste arquipélago durante a Grande Guerra, apesar da precariedade dos estudos encontrados. De acordo com o mesmo autor, o eixo Natal-Dakar, principal eixo de ligação entre as duas vertentes do Atlântico Sul, acarreta a necessidade de um domínio proeminente no controlo do tráfego marítimo no golfo da Guiné. A Guiné-bissau, São Tomé e Príncipe, e pela sua excentricidade em relação ao continente africano, Cabo Verde, assumem um papel fundamental neste

¹ AHM, Comissão Técnica de fortificações, *Ofício 5 do processo 187 enviado ao Chefe de Estado Maior do Exército, Pastas de notas*, 3.ª Div, 1ª Secc., Caixa nº 5, nº1. Anos 1911-12.

² AHM, Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, *Nota n.º 819 enviada ao Presidente do Supremo Conselho de Defesa Nacional, Pastas de notas*, Cópia da 1ª Direcção do Estado-Maior do Exército, 11 de Junho de 1912, 3.ª Div, 1ª Secc. Caixa nº 5, nº1, Ano- 1911-12.

³ Barbosa, André Tavares, Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica, geoestratégia e importância para a Lusofonia in *Linha de Investigação Europa, Segurança e Migrações*, (Coord. Maria do Céu Pinto) [<http://cepes.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB5.pdf>] (acesso a 12 de Fevereiro de 2009).

capítulo. Situado entre o Trópico de Câncer e o Equador, Cabo Verde será o primeiro bastião (ou o último) no império ultramarino português, e porta de entrada na Europa de um Atlântico Sul cuja importância actual decorre do seu papel de principal rota de abastecimentos dos países desenvolvidos, em especial Europa e EUA, com produtos agrícolas e matérias primas oriundas da América do Sul e central e da África austral. Não será de crer que nos inícios do século XX, toda esta área tivesse menor importância. Mesmo sofrendo a concorrência do canal do Suez, continuava a ser um ponto de passagem para outros oceanos (Índico e Pacífico), contendo ainda uma série de elos com o Oceano Pacífico, nomeadamente Estreito de Drake e de Magalhães, Cabo Horn (Chile), canal do Panamá (recentemente inaugurado na altura) e Estreito de Yucatán (México). Estes aspectos, entre outros (que o citado autor refere), apesar de actuais, não deverão diferenciar muito ao entendimento político-económico português em inícios da Grande Guerra. Dentro deste contexto, a importância geoestratégica dos Açores só se viria a manifestar com a Grande Guerra.

Na realidade, desde 1870 que a posição estratégica das ilhas açorianas havia sido reconhecida noutro sector, ou seja nas comunicações. São conhecidas pelo menos sete concessões para utilizar os Açores como ponto intermédio de um cabo Europa/América. Todas falharam, ou por oposição de Inglaterra, ou porque os EUA não permitiam a amarração de um cabo que se baseasse num exclusivo, ou por falta de capitais dos concessionários⁴. Estas tentativas tiveram como base um conjunto de países cuja distância em relação ao continente americano era superior à de Inglaterra. Todavia, não interessava a esta a alienação do domínio que mantinha nesta tecnologia, pelo que até aos anos de 1890, mantém o que António José Telo intitula, uma política indirecta de «reserva»⁵. Quando a pressão da potência alemã e americana cresce de tom, dá-se a instalação efectiva do cabo que amarrava em Ponta Delgada e Horta, assegurando Londres o direito exclusivo de amarração durante 25 anos. Poucos anos volvidos, estas potências seriam obrigadas a negociar este direito com Londres.

Esta “marginalização” das ilhas em relação às grandes rotas comerciais ou mesmo ao sistema de comunicações existentes na época, pode explicar o pouco interesse do Estado português pelas ilhas açorianas, quando comparado, com Cabo Verde. A sua posição geoestratégica assentava mais num apoio à ligação à América do

⁴ Telo, A. J., “Os Açores, funil estratégico da «rede vermelha» in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 170.

⁵ *Ibidem*.

Norte, onde os EUA se começam a destacar no contexto geo-político e económico na época. As correntes de defesa nacional em inícios do século XX assim o demonstram, como adiante se verá.

Declarada a guerra, rapidamente se levantariam dúvidas na concretização dessas concepções de defesa nacional, estudadas e debatidas há décadas. Na prática, a nossa inferioridade numérica e insuficiência material ditavam a inevitável realidade de abandonar os projectos ofensivos, procurando-se sim a melhor forma operacional de executar uma estratégia defensiva concentrada⁶. Raul Esteves, em 1908, num artigo da *Revista Militar* questionava a eficácia das sucessivas e programadas retiradas ditadas pelo sistema defensivo planeado (terrestre), assim como dos recursos necessários com vista à concentração de forças em Lisboa, reminiscências modernas do mítico sistema defensivo das linhas de Torres Vedras⁷. Entende ser fundamental o auxílio exterior e o abastecimento marítimo para a sobrevivência nacional, pelo que o mar seria “a nossa verdadeira base de Operações”⁸. Se por lado, nunca foram colocados em causa os princípios fundamentais do sistema defensivo oriundo da Monarquia, a posição de Raul Esteves era também inquestionável. A este ponto João Moreira Tavares acrescenta: “A importância do Atlântico para a defesa nacional é inquestionável, sobretudo quando é adoptado um sistema de defesa concentrada numa região (...). Sem um abastecimento e apoio recebidos pelo mar, qualquer resistência prolongada a uma invasão terrestre do país seria impossível”⁹.

Este facto, apesar de tido em segunda linha em relação a um conceito de defesa predominante orientado para ameaças terrestres, chama a atenção para a urgência de precaver o mar das costas portuguesas, não apenas como via de reabastecimento, mas também pela eventualidade de um ataque bem sucedido pela retaguarda ou pelos flancos e consecutivo desembarque de tropas dentro do perímetro da área defensiva. Pelo exposto, torna-se possível entender uma atenção específica ao oceano Atlântico

⁶ Para mais pormenores sobre a concepção de defesa terrestre, veja-se Tavares, João Carlos Moreira, “A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos” in Actas do XIII Colóquio Portugal militar. Da Regeneração à paz de Versalhes, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 (2004), p.435-446.

⁷ *Ibidem*.

⁸ Esteves, Raul, “A guerra nacional” apud Tavares, João Carlos Moreira, “A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos” in Actas do XIII Colóquio Portugal militar. Da Regeneração à paz de Versalhes, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 (2004), p.435-446.

⁹ Tavares, João Carlos Moreira, “A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos” in Actas do XIII Colóquio Portugal militar. Da Regeneração à paz de Versalhes, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 (2004), p. 435-446

fundamentalmente assente em dois pontos: a protecção da retaguarda de um dos objectivos fulcrais em qualquer contexto bélico (a tomada da capital) e uma tentativa de assegurar o domínio português em centros nevrálgicos da economia europeia, como em São Vicente de Cabo Verde. O conceito de defesa em si, reparte-se em duas correntes: a clássica, que apregoa o conceito de esquadra-fortaleza, em especial na protecção do Campo Entrincheirado de Lisboa, e uma segunda que defende o resguardo das costas nacionais em alto mar, por intermédio de uma poderosa esquadra capaz de assegurar o domínio no Atlântico. Com a implantação da República e a aprovação de um ambicioso plano assente na constituição de poderosa armada, esta segunda linha de pensamento, teoricamente, prevalece sobre a primeira. A sua execução acaba por não ser totalmente assente em vasos de guerra. Estes necessitariam de pontos de apoio à navegação para poderem cumprir cabalmente a sua missão no vasto Atlântico. Na teorização deste conceito, a única “base” açoriana seria o porto da Horta, como ponto de apoio normal ou base secundária de operações, em contraponto com São Vicente, considerado como centro eventual de acção e base de operações para cruzadores¹⁰. Este ideal, para além de responder às expectativas nacionais ao eclodir da guerra, reforçariam a imagem nacional junto à nossa mais antiga aliada, a Inglaterra, principal potência marítima mundial e por sua vez coincidente com os interesses portugueses, ou seja a manutenção das rotas marítimas com as suas colónias.

Neste conceito marítimo, predomina a ideia da protecção dos pontos nevrálgicos em detrimento de um todo, à semelhança do conceito terrestre. Esta ideia enquadrava-se perfeitamente bem nas concepções estratégicas de defesa dos estados beligerantes, e respondia cabalmente a um país escasso em meios humanos e materiais. Acabaria por ser sobejamente manifestada no que diz respeito aos Açores: “Pretender defender, de per si, cada uma dessas nove ilhas ou mesmo cada um desses três grupos, ainda que não fosse aspiração incompatível com os nossos modestos recursos, seria uma solução de problemáticos resultados que certamente não corresponderiam às despesas feitas, e daria lugar a uma larga disseminação de forças que, além de inconvenientes orgânicos, teria como consequência o enfraquecimento da própria defesa”¹¹.

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ AHM. *Anteprojecto de defesa dos Açores, Pastas de notas*, 3ª Div., 1. secc., caixa n.º 18, n.º 3, 1911, aput Tavares, João Carlos Moreira, “A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos” in *Actas do XIII Colóquio Portugal militar. Da Regeneração à paz de Versalhes*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003 (2004), p. 435-446.

Desta forma, a defesa das ilhas seria feita por forças navais apoiada por portos devidamente defendidos por artilharia e infantaria. Este seria o projecto para a Horta¹², ficando Ponta Delgada e Angra do Heroísmo abertos, sem defesa directa.

Pelo exposto facilmente se denota o colossal esforço financeiro necessário à execução deste projecto, num país que em 1916 tinha profundas dificuldades em fabricar em território nacional, artilharia e armas portáteis ou em adquiri-lo no estrangeiro, mercê das exíguas verbas atribuídas à defesa.

Com a declaração de guerra, o Conselho de Estado-Maior do Exército seria convocado para emitir um parecer sobre as bases para uma defesa imediata do país¹³, bem como para a preparação de Portugal para a defesa, relatório elaborado por uma comissão do Campo Entrincheirado de Lisboa. Este conselho acabaria por constatar a necessidade de reunir rapidamente todo o material de guerra¹⁴, para a eventualidade de se terem de defender, no pior cenário, de uma invasão por parte de Espanha, referindo-se não haver garantias de conservar a liberdade no mar. Constata-se a realidade dos factos: a inferioridade do material; a dificuldade em confirmar uma correcta mobilização e concentração de forças; o assegurar da defesa das fronteiras terrestres, propondo-se apenas a defesa do alvo cobiçado ou seja Lisboa,. Refere-se ser essencial iniciar a mobilização geral¹⁵, procurando-se reunir o máximo de recursos em torno da capital¹⁶, para depois assegurar um sistema de cobertura de fronteiras, sendo de prever uma invasão assente em forças de cavalaria e metralhadoras, apoiadas por tropas de infantaria deslocada em veículos motorizados. Consideram ser melindrosas as operações a efectuar, principalmente junto à fronteira, sendo urgente fixar o número de efectivos, proveniências, locais de concentração e missões de destacamentos mistos. Considera-se que a protecção assegurada pelos referidos destacamentos não se poderá estender a localidades descentradas¹⁷.

¹² Para ponto de apoio marítimo à esquadra seria necessário dota-lo de oficinas de construção naval de ferro, ferraria e caldeiras; de máquinas de electricidade; de serração e carpintaria, depósitos de mantimentos, de sobresselentes e combustível, para além de uma doca seca para navios de 20.000 toneladas e diversas obras de melhoramento.

¹³ Elaborado pela 2ª Repartição da Direcção do Serviço de Estado-maior. AHM, 2ª Repartição da Direcção do Serviço de Estado Maior. *Relatório de 16 de Maio, Pastas de notas*, 3ª Div., 1.0 secc., Caixa n.º 18, n.º 16, 1916.

¹⁴ Chega-se mesmo a referir que “a duração da resistência oferecida pela defesa dependerá da soma de recursos de todo o género de que se possa lançar mão, muito particularmente armamento, munições e viveres”. *Ibidem*.

¹⁵ A propósito, refere-se logo que “ocioso será dizer que a utilização destes elementos de defesa pressupõe a sua conveniente dotação, pelo menos, em armamento e munições”. *Ibidem*.

¹⁶ Excluindo-se nesta fase a inicial a sua defesa próxima. *Ibidem*.

¹⁷ *Ibidem*.

Os Açores deixam logo de estar previstos neste conceito. Excêntricos e sem garantias de liberdade no mar, o material que se aguardava nas ilhas é automaticamente reservado para o conceito de defesa da capital. Pelo contrário, nem são referidas e muito menos equacionadas. A única situação prevista, embora não intencional no que reporta às ilhas (e que posteriormente seria utilizada nos Açores), é contextualizada na organização defensiva afastada e reforço da defesa móvel. É previsto, que caso necessário, seria de deslocar unidades de artilharia de praça e posição, mobilizando-se material de 15^c e 9^c, para constituir um órgão do Exército “a intervir onde se defina o sector de eleição do ataque”¹⁸, mesmo assim sempre num contexto aplicado ao continente¹⁹.

A noção das capacidades do país é bem evidenciada na conclusão do citado relatório, referindo-se a gravidade da situação bélica, do patriotismo e moral das tropas e superioridade material inimiga (alemã ou espanhola): a defesa, apesar de heróica, não era impossível e era nesse sentido que se trabalhava²⁰.

Por sua vez, a 2^a Repartição da 1^o Direcção do Estado-Maior do Exército (EME), apresentou ao subchefe do Estado Maior um relatório intitulado “Bases para uma defesa imediata do país na perspectiva de um ataque da parte dos adversários prováveis que possam surgir do actual conflito europeu” em que, para além de se explicar as necessidades básicas e mais urgentes, se levantam os principais cenários de ameaça ao país, pelos adversários mais prováveis: Alemanha e Espanha²¹.

Na perspectiva de uma acção militar alemã contra Portugal, e encontrando-se a esquadra alemã bloqueada pela dos aliados, enquadrava-se e bem o uso de submarinos para a concretização, entendendo-se como alvos a baía de Lisboa e no Atlântico, as unidades navais e comerciais portuguesas. Reconhecendo-se as fracas forças navais nacionais, recomenda-se pois um incremento da vigilância, mudança das rotas e a prevenção em vários portos do ultramar.

No que diz respeito aos Açores, a única referência nestas determinações será o caso da Horta²². Em todos os cenários traçados para uma eventual invasão alemã

¹⁸ Alínea k, Item III. AHM, 2^a Repartição da Direcção do Serviço de Estado-maior, “Relatório de 16 de Maio...”, *Ibidem*.

¹⁹ Contudo, aplicou-se a Ponta Delgada e depois à Horta, após o ataque do submarino à cidade micaelense no dia 4 de Julho de 1917.

²⁰ AHM, EME, *Bases para uma defesa imediata do país na perspectiva de um ataque da parte dos adversários prováveis que possam surgir do actual conflito europeu*, Pastas de notas, 4 de Maio, 3^a Div., 1^o Secç., Caixa n.º 18, n.º 22, 1916

²¹ *Ibidem*.

²² *Ibidem*.

ou espanhola, ou ambas, os Açores nunca são referidos. Nas conclusões refere-se a eventualidade de uma ataque a vários portos, dos quais apenas o de Angra do Heroísmo é contemplada no caso açoriano²³. Um ponto ficaria assente: do efectivo mobilizável para a acção da defesa do território nacional são excluídas de imediato as tropas da guarnição das ilhas adjacentes, pelo que o reforço em massa dos efectivos continentais por militares oriundos das ilhas fica fora de questão.

Poucos dias antes do bombardeamento de Ponta Delgada, a 4 de Julho de 1917, a conceitualização da defesa nacional continuava a não ter em conta os Açores, isto apesar dos pedidos incessantes das unidades em território regional. Um bom exemplo poderá ser dado pelo sistema de vigilância, ainda em desenvolvimento. Parcialmente organizado a 21 de Junho, este sistema seria alvo de estudo pela 1ª Direcção do EME que por sua vez faria chegar ao subchefe do Estado Maior as instruções que entendesse poderem ser aplicadas nos serviços de vigia das guarnições estabelecidas nas povoações junto à costa²⁴. Entre diversos aspectos, destaca-se claramente o bombardeamento de localidades marítimas, como efectivamente aconteceu em Ponta Delgada. O próprio *modus operandi* é previsto: “os bombardeamentos das localidades marítimas, serão feitos pelos submarinos fora de água e postados em frente da localidade nas respectivas águas territoriais, fora delas se o alcance da sua artilharia o permitir, ou mesmo dentro da baía para estes bombardeamentos deve o inimigo preferir a noite”²⁵. São destacados 15 locais de interesse nevrálgico, sempre na costa continental, uma vez que se continua a privilegiar a defesa de Lisboa²⁶.

Sobre a forma como deveria ser feita a defesa, salienta-se continuamente a acção da artilharia, única arma com capacidade ofensiva e defensiva considerável, ressalvando-se sempre que esta resulta inegavelmente da natureza do seu armamento e municionamento, dos seus efectivos e do serviço de vigilância que se possa organizar. Aplicado ao caso dos Açores, como se verá, trata-se de um conceito inútil, dada a precariedade do material. “Às guarnições armadas só de espingardas (Infantaria, Cavalaria e Guarda Fiscal), atribuímos uma acção que reputamos nula, pois não é de crer que a guarnição do submarino tente efectuar desembarques, única operação contra a

²³ Talvez por nesta altura se já se encontrar em execução a concentração de súbditos alemães no país, como adiante se verá.

²⁴ AHM, 2ª Rep. da I Div. do EME, *Parecer do serviço de vigilância e de segurança contra submarinos inimigos ao longo da costa, Pastas de notas*, 3ª Div. 1º Secc. Caixa nº 18, nº 23, ano 1917.

²⁵ *Ibidem*. Na nota que as acompanha e no parecer, nunca se faz referencia às ilhas, referindo-se mesmo que em anexo seguia uma lista das localidades do litoral do continente, importantes pela sua população e movimento comercial/piscatório ou como possíveis pontos de abrigos ao inimigo.

²⁶ AHM, EME, “Bases para uma defesa...”, *Ibidem*.

qual estas guarnições teriam vantagens”²⁷. A sua função seria assim a de aviso e a de protecção dentro da área de alcance das suas armas, embora com resultados duvidosos. O sistema de aviso (numa primeira fase, de transmissão, depois de confirmado, aviso geral) deveria recair, no caso marítimo, em barcos patrulha (barcos de pesca requisitados) e em terra nos postos semaforicos, bandeiras encarnadas, tiros de alarme (peça ou morteiro), sinos a rebato, focos luminosos (encarnados), archotes, telefone ou agentes de ligação e colunas de fumo junto a postos de vigia²⁸. Contudo, já se verifica alguma inovação: praticamente em conclusão, na relação de localidades mais expostas a ataques de submarino, refere-se a necessidade de as fazer chegar às baías mais importantes dos Açores, Madeira e Cabo Verde, nomeadamente, Angra, Funchal e S. Vicente. Para o Funchal, chegariam já tarde. Todavia, referem que não as colocaram no parecer por falta de elementos a respeito do estado actual das suas guarnições, o que não deixa de ser curioso, uma vez que desde 1914 se elaboram nos comandos por ilha, relatórios a constatar a vulnerabilidade e perigos para os principais portos do arquipélago.

Em novo parecer do conselho de E.M.E., datado de 11 de Julho de 1917²⁹, sete dias após o ataque a Ponta Delgada, reporta-se já claramente que todas as disposições a aplicar à defesa do continente da Republica deverão também ser aplicadas aos Açores e Madeira, realçando-se já a importância do uso dos hidroaviões e TSF na canalização da informação para os observatórios das baterias. Em ambos os relatórios é sempre referido não existir material de artilharia suficiente para atender à defesa de todos os locais considerados importantes, à semelhança do que já se havia constatado no eclodir do conflito. Nas disposições gerais, refere-se a necessidade dos comandantes militares das ilhas assumirem, à semelhança do continente, o comando directo das forças contra a acção até que a mesma termine, devendo após a passagem do tempo considerado indispensável, restituir os poderes à autoridade administrativa. Seria pois necessário o bombardeamento dos dois arquipélagos adjacentes para que por parte do Ministério da Guerra se descortinasse uma tomada de posição pratica e eficaz no terreno, respondendo de alguma forma ao que já desde o inicio da guerra se clamava.

²⁷ AHM, 2ª Rep. da I Div. do EME, *Parecer do serviço de vigilância e de segurança contra submarinos inimigos ao longo da costa*, Pastas de notas, 3º Div. 1º Secc. Caixa nº 18, nº 23, ano 1917.

²⁸ Com os marítimos, ou civis contratados pela marinha para a execução destas vigias, deveriam ser entregues binóculos ou óculos.

²⁹ AHM, 2ª Rep. da I Div. do EME, *Parecer do serviço de vigilância e de segurança contra submarinos inimigos ao longo da costa*, Pastas de notas, 3º Div. 1º Secc. Caixa nº 18, nº 23, ano 1917.

1.2. Uma visão geral

A guarnição militar operacional nos Açores, ao eclodir a I Grande Guerra, era constituída por dois regimentos de infantaria a dois batalhões (o RI 25, sediado em Angra do Heroísmo, e o RI 26, em Ponta Delgada), duas baterias de metralhadoras³⁰ e duas baterias de artilharia de montanha (a n.º 1, com sede na cidade da ilha Terceira e a n.º 2, em Ponta Delgada, número também apropriado pelas baterias de metralhadoras). A comandá-los, existam três comandos militares, chefiados pelo Comando Militar dos Açores, igualmente responsável pela supervisão de unidades não operacionais como os distritos de recrutamento associados ao RI 25 e RI 26 (DR 25 e DR 26), Regimentos de Infantaria de Reserva 25 e 26, 10.ª Companhia de Reformados e Governo do Castelo de São João Batista³¹. A estes comandos, por ilhas, correspondiam os distritos formados pela organização da administração civil, sediados nas três cidades do arquipélago.

Dependentes hierarquicamente do Comando Militar dos Açores, embora a nível técnico associados às suas direcções no Ministério da Guerra, em Lisboa, estão a Inspecção de Fortificações e Obras Militares nos Açores (engenharia, em Ponta Delgada) e as delegações da 8.ª Repartição da 2.ª Direcção-Geral da Secretaria da Guerra em ambas as cidades - órgão responsável pela ligação financeira ao referido Ministério. As únicas excepções feitas à colocação das unidades operacionais nas ilhas Terceira e S. Miguel são o destacamento das unidades de artilharia no Faial, rotativo entre ambas, o 2.º Batalhão de Infantaria 25 (RI 25), na cidade da Horta, e a diligência do RI n.º 25 em Santa Cruz da Graciosa³².

³⁰ Que nos Açores se encontravam integradas nos Regimentos de Infantaria, sendo a sua orgânica modificada em finais de 1914, passando então a constituir a 9ª companhia de cada regimento.

³¹ Outros órgãos ou entidades a mencionar serão: Delegação da Administração Militar (responsável pela aquisição de géneros de varias naturezas, soldos e vencimentos); Casermeiro Militar; Fraternidade Militar; Cooperativa Militar (Angra do Heroísmo), Inspecção de Material de Guerra e Inspector da Instrução Militar Preparatória.

³² De acordo com o *Açoriano Oriental* n.º 4138 de 22 de Agosto de 1914, uma diligência do RI 26 teria ido render esta diligência há pouco tempo (“Informações”). Pelo mesmo jornal n.º 4141 de 12 de Setembro de 1914, constata-se que a mesma se mantém na ilha (Informações). A 15 de Junho de 1914, o CMA explica ao director da 1ª Direcção Geral que esta diligência havia sido requisitada a 27 de Dezembro de 1912, por alterações relacionadas com a manutenção da ordem pública. Com autorização a 10 de Janeiro de 1913, já se encontrava no local, três dias depois. AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, *Registo de correspondência com o Ministério da Guerra*, Livro 1462. Ao que tudo aponta terá sido requisitada por motivos políticos, uma vez que em inícios de Dezembro existe uma guarda do RI 26 à casa do Juiz de Direito de Santa Cruz da Graciosa, e que por motivos não totalmente esclarecidos terá feito fogo contra desconhecidos que procuravam atentar contra o mesmo Juiz. Em nota confidencial ao

Estas unidades encontravam-se equipadas com material de finais do século XIX, nomeadamente, nos casos da artilharia (material operacional), por peças de 7 cm M, modelo 1882, em Angra e Ponta Delgada, e quatro de 8 cm na Horta, sendo o armamento ligeiro a espingarda *Kropatchek* 8mm modelos 1886-1889. Trata-se, claramente, de armamento ultrapassado e já substituído a nível nacional por uma outra arma-padrão, a Mauser-Vergueiro de 1904. A este propósito, refere António José Telo³³:

“O CEP, por exemplo, tem um armamento diferente de todo o restante Exército português. A espingarda que usa é a Lee Enfield inglesa, quando o resto do Exército usa a Mauser (alemã), com uma munição diferente. A metralhadora pesada que recebe é a Vickers, quando o resto do Exército usa a Maxim, igualmente com uma munição diferente, embora com um funcionamento técnico semelhante³⁴. A artilharia, ligeira e média, ainda é o campo em que o CEP está mais próximo do resto do Exército português, embora em França receba o último modelo da Schneider, de tiro rápido, francesa (baptizado em Portugal como m/917) e os obuses britânicos de 114mm”³⁵.

CMA, o comandante da diligência refere: “informo V.^a Ex.^a que tudo isto é questão de política e que os políticos até mesmo a autoridade administrativa e da câmara, são os primeiros a dizerem que é tudo falso, que as sentinelas não vêem pessoa alguma e que eu como comandante que procedo muito mal em consentir que as sentinelas façam fogo”. AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Nota Confidencial de 29 de Novembro do Comandante da Diligência em Santa Cruz da Graciosa para o CMA, Pastas de notas*, 1913, FIA 1091.

³³ De acordo como mesmo autor, a *Kropatshek* usava pólvora com fumo e o seu depósito tubular tornava o carregamento relativamente lento. Telo, A. J., “Os começos do Século” in *Nova História Militar de Portugal*, Rio de Mouro, Vol: 4, Círculo de Leitores, 2004, p. 358. Sobre o material em uso pelo Exército Português em vias de entrar na I Guerra Mundial, veja-se as declarações do Coronel Gomes da Costa em Ferreira, J. M., “As forças armadas e a República: antes, durante e depois da primeira Guerra Mundial”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Círculo de Leitores, Printer Portuguesa. Rio de Mouro, 2004, p. 272. A B1AM, para além das duas peças BEM 7cm modelo 1882, tinha também 2 peças AEC 8cm (MP) e 2 peças BEC 8cm modelo 1878, todas para salvas e 90 *Kropatchek*, assim como os respectivos equipamentos individuais. Em nota do CMA para a Carreira de Tiro de Angra do Heroísmo em que se pede a devolução de uma *Kropatchek* ao RI 25, é referido que o tiro nacional é feito com a espingarda 6.5 modelo 1904, ou seja a espingarda *Mauser-Vergueiro*, que não foi detectada nas unidades nos Açores durante este período. Para mais pormenores sobre esta arma, veja-se Telo, A. J. e Alvares, M., “Espingarda *Mauser-Vergueiro*”, *Armamento do Exército Português*. Vol I – Armamento ligeiro, Prefácio, Lisboa, 2004, pp. 88 -a 93.

³⁴ A metralhadora pesada *Vickers* é de calibre 7,7mm. A *Maxim*, é 6,5 mm, mas em Portugal apenas é adquirida em 1906, tornando-se portanto modelo 1906. Telo, A. J. e Alvares, M., “Armamento...”, *Ibidem*, pp. 94-99 e 115-119. As metralhadoras em uso nos Açores são mod/904, adoptadas portanto em 1904, de calibre 6,5mm. O Exército tinha uma metralhadora de primeira geração, a *Nordenfeldt* que a determinada altura foram os seus canos adaptados à munição 6,5mm da espingarda *Mannlicher*. Não foi possível identificar a arma com precisão.

³⁵ Os obuses nos Açores nem são referidos. Telo, A. J. “Os começos do Século...”, *ibidem*, p. 374.

Temos, pois, três tipos de armamento: o provido ao CEP, o que equipa o Exército português e o que é usado nos Açores, este último claramente ultrapassado.

O material de bivacagem era escasso, embora oscilasse entre o mínimo indispensável nos regimentos de infantaria e a inexistência no caso das unidades de artilharia, o que em muitos casos era resolvido pelo empréstimo, em conformidade com as escolas de Recrutas ou de Repetição. A tracção do material era feita totalmente à mão ou por intermédio de gado, embora, desde Abril de 1914, se tivesse retomado o recenseamento de animais e veículos, nomeadamente pelo DR 26 em S. Miguel³⁶.

Para além de ser uma instrução dada com material obsoleto, a insuficiência de materiais afectava em especial a artilharia, que, perante a ausência de meios fornecidos pelo Ministério da Guerra e procurando cumprir a sua missão, alugava-os. Contudo, a longo prazo a opinião das autoridades militares é unânime: é maior o seu dispêndio para a fazenda pública do que o proveito retirado³⁷.

A própria instrução era sustentada por mancebos das ilhas, o que implicava pesados custos ao Estado no seu transporte, suportados pelas autoridades administrativas locais e sempre dependente das condições climatéricas. A irregularidade dos transportes marítimos agravava esta situação, em especial nas ilhas do Grupo Ocidental. Principalmente nos meses de Inverno, o vapor que realizava a ligação com as ilhas das Flores e Corvo, perante a impossibilidade de receber passageiros, seguia viagem, regressando apenas no mês seguinte, esperando-se nessa altura poder realizar as operações previstas, o que nem sempre acontecia³⁸.

No que concerne aos quartéis, em São Miguel, a Infantaria encontra-se alojada no velho convento de São João, em Ponta Delgada, e a Artilharia no forte de São Brás, do século XVI. Em Angra do Heroísmo, ao que as fontes apontam, ambas as armas estariam sedeadas na fortaleza de São João Batista e na Horta, a Infantaria no Convento do Carmo, ficando a Artilharia aquartelada no forte de Santa Cruz. São edifícios centenários, com crónicos problemas estruturais, em alguns casos muito profundos, como no caso do convento de São João. Investigações sobre este imóvel,

³⁶ Iniciado nos Açores em 1905.

³⁷ A título de exemplo, o comandante da Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha sugere ao Comando Militar dos Açores a não realização da Escola de Repetição de 31 de Agosto a 13 de Setembro, por falta de material de bivaque e confecção do rancho nos estacionamentos. Para além destas falhas, falta também mueres e condutores com treino na condução destes em instrução. No que concerne à Artilharia, ambas as escolas teriam um número de recrutas ou licenciados que rodariam a centena, só para soldados.

³⁸ Um bom exemplo será o caso das Juntas de Inspeção dos Distritos de Recrutamento, que pelo facto de nas Flores, o barco ser mensal, podiam os seus oficiais correr o risco de ficarem dois a três meses na ilha em virtude do mau tempo não permitir o embarque de passageiros.

realizadas pelo autor do presente estudo, apresentam-no como uma pesada estrutura feita em materiais pouco nobres, com paredes muito propensas a sair fora do prumo, problema parcialmente rectificado pela utilização de “gigantes” (pilares). Tendo em conta a falta de condições de higiene, normais na época, e as áreas interiores, feitas em madeira, o rato era um dos animais que mais proliferavam no interior das suas paredes. Este facto, aliado à inexistência de um refeitório, fez com que, por várias vezes ao longo da sua História, as casernas do Convento de São João fossem também o local de alimentação dos soldados. São conhecidas situações em que tapava os buracos feitos por este mamífero para, no dia seguinte, surgir um novo mesmo ao lado. Mais tardiamente, seriam mesmo constituídas de “brigadas” de soldados com o intuito específico de o combater. A este propósito, diria o Coronel Álvares Pais d’ Athayde, a 10 de Dezembro de 1928: “os ratos fervilham por toda a parte, alojando-se e escondendo-se em galerias que abrem no interior e exterior das paredes as quais pela má condição do seu material não consentem qualquer vedação, pois que obstruída outra ou outras são abertas no dia imediato, quando não o são no próprio dia”³⁹.

Pelo descrito, rapidamente se percebe que as ilhas açorianas não se encontravam minimamente preparadas para o deflagrar do conflito. Com equipamento desactualizado, em número escasso, e com quartéis velhos, as unidades militares açorianas pedem que lhes seja fornecidos, pelo menos, o material minimamente necessário à execução da sua missão, o que não se verifica. As obras processam-se de forma lenta e muitas vezes faseada, sempre dependentes das autorizações por parte do Ministério da Guerra (MG) e respectiva ordem para resgatar as verbas.

A instabilidade política do país aumenta as dificuldades na resposta e na própria actividade destas unidades, como se poderá referir no mês do homicídio do Arquiduque Francisco Fernando, acto que marca o início da I Grande Guerra. Esta agitação interna havia colocado o Comando Militar de Ponta Delgada em alerta máximo no início do mês, em virtude da existência de boatos sobre uma possível incursão monárquica dirigida por Azevedo Coutinho, que acabaria por não se concretizar⁴⁰. A ideia subjacente seria a tomada da ilha, de modo a preparar um exército monárquico,

³⁹AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, *Cópia da Parte do relatório de Posse de Comando do R.I. n.º 4 pelo Exmº Coronel Álvaro Pais d’Atayde, relativo ao estado do Quartel de S. João*, 1928, Fia 262.

⁴⁰ Em ofício do GCPD ao CMPD refere-se mesmo que “Atendendo a informações superiores que afirmam nada existir que confirme os motivos para as medidas de vigilância e prevenção extraordinárias no restante mês de Junho” pelo que se solicita o cessar das mesmas. BPARPD – FGCPD, *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 1.

com o objecto de tomar o continente português, como D. Pedro IV o havia feito cerca de 200 anos antes.

Este tipo de acção colocava os comandantes militares das ilhas guarnecidas num clímax de apreensão, como atestam os relatórios fornecidos ao CMA quando o mecanismo de alianças se despoleta. No caso específico do comandante do Regimento de Infantaria n.º 26 (que por sua vez acumulava o Comando Militar de Ponta Delgada - CMPD), o seu parco efectivo de 200 homens de pouco ou nada podia valer em caso de golpe de mão inimigo, pelo que refere a necessidade de o aumentar em mais 1000 homens, apenas para a defesa eficaz da cidade de Ponta Delgada⁴¹. Com uma topografia muito aberta, vários pontos de desembarque e ainda mais pontos comerciais importantes, Ponta Delgada era uma cidade que dispunha de cabo submarino e telegrafia sem fios, sendo completamente desprotegida de fortificações modernas. Ainda pior seria o facto de, como já se referiu, de nada poder contar por parte da Artilharia da Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha, dado o seu material, ultrapassado e em mau estado, ser precisamente o oposto do material da tecnologia bélica alemã.

O comandante militar de Ponta Delgada via-se, assim, não só com um fraco efectivo e limitados recursos, mas também com a necessidade de proteger, para além da cidade, a própria ilha, em virtude dos vários pontos para desembarque. Um bom exemplo, refere, é a costa sul, bem explorada pelos alemães aquando da visita de uma esquadrilha de couraçados alemães em 1908⁴². Utilizando diversos pretextos turísticos, efectuaram vários desembarques na ilha, regressando a tripulação a pé à cidade, obtendo, segundo algumas fontes, várias fotografias e notas.

Convocando-se mais soldados, sargentos e oficiais, o CMPD expõe ao CMA que o aquartelamento seria outro problema. Com 400 praças, o velho convento de S. João ficaria completamente esgotado. Na sua opinião, era desaconselhável a concentração de tropas em Ponta Delgada, em virtude de um possível bombardeamento. Deveriam antes serem distribuídas pelos arredores da cidade, de modo desenfado,

⁴¹ O que já havia sido pedido aquando da esperada invasão monárquica. Tratava-se do equivalente à mobilização de três classes licenciadas.

⁴² Sobre esta visita, António José Telo refere mesmo o aviso prévio e a insistência alemã na visita às ilhas, assim como a preocupação do Estado português perante a sua aliada inglesa, que acompanha de perto os movimentos alemães. Telo, A.J., “Os Açores – Centro discreto da política externa” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, pp. 52-54. José Medeiros Ferreira refere também a visita de uma esquadra germânica à Horta, antes do início da Guerra, destacando o celebre destroyer *Phanter* que haveria de provocar uma crise internacional com a sua chegada a Agadir. Ferreira, J. M., “Os Açores nas duas Guerras Mundiais” in *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLV (I), Angra do Heroísmo, 1987, p. 74.

reservando-se a defesa próxima a um núcleo restrito de forças, apoiado por outros núcleos abrigados à retaguarda.

Sobre verbas relacionadas com este possível novo efectivo, o CMPD escusa-se a acrescentar valores, por tudo depender do fornecimento ou do aval para compra, por parte do Ministério da Guerra. Era, pois, necessário material de aquartelamento, alimentação, veículos e solípedes de sela e tiro. Caso o CMA autorizasse, via cabo telegráfico, seria ainda possível fazer seguir no *Funchal*, que se encontrava de partida, um pedido de fornecimento destes materiais, difíceis de encontrar na ilha, assim como de novos fardamentos e um suplemento razoável de munições, de modo a resistir em caso de conflito. O CMPD tem a clara noção de que se torna necessário preparar a defesa da ilha, uma vez que o futuro será o isolamento e a incerteza de comunicações com Lisboa, principalmente em caso de ataque ou ataques repetidos.

Com maiores dificuldades, conforme já referido, encontrava-se a Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha, sedeadada no forte de S. Brás, em Ponta Delgada. Em resposta ao CMA, o seu comandante afirma que as únicas peças passíveis de serem utilizadas eram três bocas de fogo de 7 cm M. modelo 1882, por serem móveis e exigirem menos gado para o seu transporte. Contudo, não se encontravam em situação de emprego útil por terem muito desgaste e serem em número muito reduzido. Só para a defesa da cidade, seriam necessárias mais três, sem falar da renovação das que existiam, bem como um número de granadas, na ordem das duas a três centenas. Do restante material, destaca uma bateria completa (4 peças) de 8 cm modelo 1878, para salvas, mas que não ofereciam condições de segurança para tiro real⁴³. Havia também a necessidade de novos reparos, arreios e o grave problema do seu excessivo peso para uso em campanha⁴⁴. Porém, aguardava-se o envio, por parte do MG, de material de 7 cm CTR (costa – tiro - rápido), pedido em Janeiro, pelo que a vinda destas três peças poderiam dar uma defesa satisfatória a Ponta Delgada. Na eventualidade da sua vinda, seria necessário mobilizar um efectivo de 175 praças, ou seja, o equivalente a três classes,

⁴³ Em virtude do navio que as trouxe ter naufragado na Madeira e por estarem ao serviço há 17 anos.

⁴⁴ Para além deste material, era também detentora de material de carregar pela boca como três peças B.E.C. 8 cm mod/1860; 2 peças B.E.C. 8 cm mod/1872; 3 peças B.E.M. mod/1872 (fora de serviço) e duas peças P mod /1872 de 12 e 15 cm, respectivamente, e que não poderiam ser utilizadas pelo seu peso e escassez de munições. Disponha também de 110 espingardas K 8mm mod/1886-1889, necessitando de cerca de 20.000 a 30.000 cartuchos em virtude do isolamento a que estava sujeita, bem como muita pólvora e vasto material técnico. A Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha tinha em condições de serviço, a 11 de Junho de 1914, apenas duas peças 7cm M mod/1882. O RI 26 dispunha a 3 de Novembro da dotação completa de espingardas K 8 mm (*Kropatchek*) ou seja 1.200 armas.

bem como adquirir o respectivo equipamento, armamento portátil e respectivo gado cavalari e mular, assim como realizar obras, o que significava a necessidade de um reforço económico à unidade⁴⁵.

O desencadear do mecanismo de alianças e o início do conflito originariam a mesma apreensão por parte do comandante militar da Horta, preocupado com o papel que o porto representava no reabastecimento de embarcações internacionais, e pela importância dos cabos telegráficos, entre outros aspectos. Por solicitação do governador civil da Horta (GCH), de imediato se reforçou a guarda policial ao local de amarração dos cabos, paiol geral e quartel, deficitárias ainda em Outubro, iniciando-se nesse mês a vigilância, a partir do porto, com uma guarda permanente e ligada directamente ao quartel⁴⁶.

Nesta fase, o Almirantado Inglês começa a fornecer, directamente às autoridades militares portuguesas, a referência do posicionamento das unidades alemãs no Atlântico, gerando uma modificação na estratégia adoptada para a defesa: as quatro peças de artilharia BEC 8 cm modelo 1878 são posicionadas no monte Queimado, para dominar toda a baía e uma grande extensão do canal⁴⁷.

Em conjunto com o posicionamento dos vasos de guerra, chega também a informação da actividade de aprisionamento e saque por parte de ingleses e alemães, aumentando os receios do CMH: grande parte das presas de guerra são embarcações carvoeiras e cargueiras, pelo que superiormente fundamenta os seus receios ao destacar as condições geográficas excepcionais da ilha, dos seus depósitos de carvão, da estação radiográfica nos Cedros e instalações do porto artificial⁴⁸, assim como pela sempre

⁴⁵ A cada peça CTR correspondiam 3 muelles, visto ser indispensável ter um de reserva caso fosse necessário transportar a peça a dorso. Estes elementos continuavam a ser necessários mesmo que as peças CTR não fossem entregues. Neste caso, o efectivo teria de ser de 100 praças (cabos e praças).

⁴⁶ Para tal dever-se-ia aproveitar os postos semaforicos dos montes da Espalamaca e Guia a cargo da Alfândega da Horta. De noite, utilizando-se um projector instalado no forte da Greta que receberia energia da central eléctrica situada nas imediações.

⁴⁷ Este material de diminuta e lenta eficácia, com o seu fraco alcance é praticamente impróprio para a defesa da cidade, não sendo capaz de evitar o seu bombardeamento. É pois pedido por intermédio do CMA ao Ministério da Guerra o envio de algumas peças AE 15 cc (mk) ou AE 15 cp (mk), ou mesmo outras retiradas a navios. O seu dispositivo é constituído pelo 2º Batalhão do RI 25 mais um tenente, um sargento e 18 praças da B1AM, pelo que necessitava de mais 40 soldados e 2 a 3 sargentos para um bom funcionamento do serviço.

⁴⁸ Um raid alemão na Horta visaria: 1) destruir o molhe de abrigo por meio de explosivos de modo a impedir a segurança aliada, em especial no Inverno; 2) destruir os depósitos de carvão, oficinas de reparações de navios, lanchões de transporte de água e carga, rebocadores, gruas, etc., 3) destruir os navios de comércio português e aliados ou apressá-los; 4) cortar os cabos submarinos, imobilizando a estação telegráfica inglesa com os cabos para a Irlanda, Inglaterra, Nova Escócia, Nova York, Cabo Verde e Lisboa; 5) destruir a estação rádio telegráfica dos Cedros (pelo que se tornava necessário um destacamento especial, visto não ficar junto ao porto); 6) aprovisionar carvão, água e mantimento e por fim destruir os meios de defesa da ilha.

sensível questão dos cabos telegráficos. Tais condicionantes, bem conhecidas pelas tripulações alemãs, faziam da ilha um alvo muito apetecível a um “insulto” por parte da Alemanha⁴⁹. A beligerância no mar impunha a necessidade de se aumentar o efectivo e reforçar o material de artilharia, que, apesar de antiquado, se pretendia colocar no Monte Queimado, por precaução. Em resposta, o CMA autorizou o aumento do efectivo para 200 homens ou 50 praças por companhia, embora não fosse possível atender à solicitação de mais e melhor artilharia. Em todo o caso, foi pedido ao Ministério da Marinha para que uma unidade naval portuguesa passasse a marcar presença no porto da Horta.

Nesta fase inicial do conflito, e enquanto Portugal não se torna beligerante, a investigação permite descortinar, em específico, duas ilhas com predominância geoestratégica sobre as restantes: São Miguel e Faial, mercê das excelentes condições apresentadas pelos seus portos, e por serem ilhas axiais nas comunicações regionais e internacionais. Deste modo, compreende-se que ilhas como a Terceira não tenham sido inicialmente alvo de grandes preocupações, apesar das condições da baía de Angra do Heroísmo ou do areal da Praia da Vitória. Contudo, a ilha não apresentava razões muito significativas que a colocasse ao nível das outras duas, o que já não acontece com a beligerância, uma vez que se formou no interior do forte de São João Batista um depósito de concentrados alemães. Este facto mudaria por completo a importância militar da ilha, que, apesar de distinto, era igualmente importante. Bastaria um golpe de mão por parte da Alemanha para libertar os seus súbditos, atingindo assim uma importante vitória psicológica com repercussões para ambas as facções em conflito.

⁴⁹ O comandante militar da Horta encontrava-se já relativamente bem informado a 15 de Outubro da presença dos cruzadores alemães no Atlântico, nomeadamente do *Dresden*; *Strassburg*; *Karlbark*; *Danzing*; *Blucher* e *Berlin*. Alguns como o *Strassburg* haviam passado recentemente pela Horta para serem abastecidos de carvão. O comandante militar da Horta tinha bons conhecimentos sobre a acção das embarcações alemãs: sabia do afundamento de três vapores ingleses nas costas do Brasil; do ataque a na Argélia ou à ilha de Faning no Pacífico em que foram cortados os cabos submarinos. Aparentemente, o grosso da informação seria retirada dos órgãos de comunicação social, que igualmente descreviam a acção inglesa tais como o apresamento de vapores alemães carregados de carvão e mantimentos. Neste jogo de gato e rato, segundo o mesmo comandante, os cruzadores alemães evitavam os navios ingleses e franceses por estes serem mais rápidos, sendo até então característico da acção alemã o facto de não arriscarem ataques demorados ou desembarque de tropas, optando sim por raids que visavam aniquilar qualquer coisa de importante sem se exporem a riscos que os levassem a ter de se bater a fundo. Em todo o caso, uma eventual ruptura das relações com a Alemanha colocaria a ilha à mercê destes ferozes predadores sendo, pelo que havia referido, a eventualidade de um ataque uma situação a não contestar, apesar de existir vários outros portos detentores de alguns meios militares ainda não atacados, como Bermudas, Jamaica e outras Antilhas inglesas.

No período compreendido entre Junho de 1914 e Fevereiro de 1916, não se poderá dizer que as autoridades militares açorianas não se pronunciaram sobre o assunto, quer ao CMA, como este ao Ministério da Guerra. O mais interessante, como já se referiu, é que, aquando da elaboração dos relatórios do EME, logo no início da beligerância, se referir que dos Açores não se conheciam os factos, o que está claramente demonstrado que por várias vezes foi feito. Ou seja, algo se perdeu ao longo desses quase dois anos, provavelmente nos meandros políticos e instáveis do Ministério da Guerra, cuja liderança, em 1916, é diferente da de 1914, devido a inúmeras convulsões políticas. Os Açores acabam, pois, por serem vítimas, por tabela de toda a inconstância política, para além da grave crise económica que abala o país. Prontos para desempenhar a sua missão, os militares não têm os meios. Contudo, as soluções são equacionadas, os pedidos feitos, as queixas apresentadas e os dispositivos levantados, com o pouco que existia, independentemente de ter um efeito prático ou não.

1.3. A beligerância: dois casos em concreto

1.3.1. A defesa da ilha Terceira

À semelhança do que havia sucedido com a Horta e com Ponta Delgada, após a recepção do telegrama de 10 de Março a comunicar a situação de beligerância, o CMA ordenou uma reunião de emergência com o conselho de oficiais do RI 25 e da B1AM, assim como dos restantes órgãos militares, Guarda Fiscal e autoridade marítima.

Uma vez lida a mensagem, o primeiro dos oficiais a falar foi o comandante do RI 25, destacando a necessidade de se empregar todos os meios possíveis para a defesa da ilha, apesar de fracos. De imediato, abordou-se a necessidade de convocar licenciados e reservistas, a fim de guarnecer todas as ilhas, bem como requisitar o material necessário.

O comandante do porto de Angra do Heroísmo expôs a necessidade de defender nove portos possíveis de desembarque, com destaque para o de Angra e Praia, este último o de melhores condições para um possível desembarque. É unânime a necessidade de uma defesa exterior marítima ou, então, terrestre, assente em boas fortificações, inexistentes. Encontrava-se, pois, toda a defesa assente no forte de São

João Baptista, sendo impossível acudir às restantes ilhas dos distritos de Angra e Horta, por falta de material.

Da reunião resultariam as primeiras tarefas a executar: o envio para a Praia da Vitória de um destacamento, de comando de oficial; para o forte de S. Sebastião, a divisão de peças 8 cm (MP)⁵⁰, permanecendo na fortaleza de S. João Baptista as metralhadoras, de modo a acudir às freguesias de Santo António ou S. Diogo, em caso de emergência.

A construção, nos fortes de S. Sebastião e de Santo António, de abrigos para o pessoal, assim como a intenção de reforçar os postos da Guarda-Fiscal e respectivos portos, foram tópicos realçados.

Terminada a reunião, foi expedido um telegrama ao Ministro da Guerra em que o comandante militar dos Açores (interino) revela ser unânime a opinião de que não existiam meios de defesa nas ilhas. Que, salvo ordens em contrário, iria convocar os licenciados indispensáveis, e que a defesa seria feita conforme os recursos existentes. Pede para utilizar os fundos do cofre do castelo de S. João Baptista para despesas inadiáveis e informa aguardar novas ordens.

Efectivamente, e à semelhança do Faial, para a defesa da ilha Terceira apenas se podia contar com os recursos do RI 25 (1º Batalhão a 9 companhias), da B1AM e com o pequeno auxílio da Companhia n.º 3 da Guarda-fiscal. Toda a força estava aquartelada no forte de S. João Batista tendo apenas seguido uma diligência de 90 praças para a Praia da Vitória. Em finais de Setembro, saíria uma nova diligência de 25 praças para os Biscoitos, constituindo um encargo extra para a população da freguesia, quer a nível da alimentação, como a nível de material de aquartelamento⁵¹.

Para uma ilha com diversos pontos de desembarque, haveria muito que fazer com grande escassez de meios. Um pouco por toda a costa litoral, existiam boas áreas para desembarque de pequenas e grandes forças. Para grandes ofensivas, os melhores eram, por ordem, na costa Leste e Sul: o areal da Praia da Vitória; a baía do Fanal e de Angra; os portos da Salga, Porto Judeu, S. Mateus da Calheta e Cinco Ribeiras.

⁵⁰ Constituída por duas peças de montanha e, apesar de existir muita pólvora de salva, é referido que esta secção encontrava-se bem municiada.

⁵¹ Um bom exemplo será o das enxergas a fornecer pela população. Para esta diligência foi requisitado um imóvel. BPARAH – FGCAH, “Ofício 107 de 19 de Setembro de 1916 ao Regedor dos Biscoitos”, *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho, 1912-1916*, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

Na costa Norte, destacavam-se os areais de Vila Nova, Quatro Ribeiras e Biscoitos. Perante tal diversidade, rapidamente se conclui ser impossível, com tão diminuto efectivo e insignificante material, tentar a defesa efectiva de todas estas áreas. Optou-se, pois, por preparar antes uma defesa móvel, pelo que se ordenou que, diariamente, existisse uma força de prevenção pronta⁵² para sair ao primeiro sinal de alarme. Os doze ou quinze automóveis existentes na ilha facilmente transportariam esta força para qualquer sítio, em pouco mais de meia hora. As metralhadoras, desmontadas, rodados e armões seriam deslocados por gado de guerra, com as restantes praças do batalhão.

Aproveitando duas peças de calibre de 12 cm, regularmente municiadas, foi estabelecida uma secção de artilharia na ponta de Santo António de Cima, de modo a cruzar fogos com a bateria colocada em S. Sebastião. Este forte ficaria também com uma guarda específica, para vigilância ao mar, integrada num sistema complementado por mais três postos de observação: no Pico do Facho (por uma guarda de um cabo e três soldados); no forte de S. Diogo, (uma guarda de um cabo e seis soldados) e, por fim, na Silveira, especialmente para vigilância do cabo submarino.

Na vila da Praia seriam também montados pontos de vigilância, no Pico de Facho e no Cabo da Praia, no forte de Santa Catarina (de cerca de 12 a 20 soldados). No restante litoral, foram dadas instruções específicas aos postos fixos, cabos do mar, regedores e cabos de polícia. O alerta seria dado por intermédio da telegrafia e telefonia, ou por estafeta, com o transporte de maior velocidade requisitado para tal fim.

No final do Verão desse ano, seria colocada uma secção de artilharia na vila da Praia, ficando o material e a guarnição instalados na casa que inicialmente havia recebido a diligência de infantaria, ou seja, o edifício da alfândega⁵³.

A instalação de telefones nas ilhas começava a dar os seus primeiros passos, e postos de observação como os do Monte Brasil e do Pico do Facho, muito importantes para o reconhecimento de embarcações, encontravam-se ligados com o forte São João Batista por telefone.

⁵² Com duas metralhadoras e respectivo pessoal (um oficial, um sargento e nove cabos e soldados) e um pelotão de 50 a 80 homens para apoio das metralhadoras.

⁵³ O administrador do concelho procurou várias alternativas, mas com as características exigidas, só mesmo este edifício. Nas lojas ficariam arrumadas as peças e no 1.º andar a guarnição. BPARAH – FGCAH, “Ofício 108 de 22 de Setembro de 1916 ao Chefe da Secretaria Militar do CMA”, *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho, 1912-1916*, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

As primeiras reacções à defesa da ilha, levam a que os militares tentem, com base nos poucos meios que têm, geri-los da melhor forma. Também é correcto considerar que as hipóteses de sucesso perante um golpe de mão eram encaradas como muito reduzidas, atendendo ao pouco material de artilharia, o seu pouco alcance e a falta de projectores para iluminar o campo de tiro à noite. Sem o conveniente apoio naval, o resultado não era o que se pretendia para a defesa da ilha, ideia sempre salvaguardada pelo comandante militar dos Açores ao Ministro da Guerra, enquanto relembra as sucessivas solicitações de mais material e municionamento⁵⁴.

1.3.2. A situação em São Miguel

Antes da recepção da comunicação do CMA da declaração de guerra, já o Comandante Militar de Ponta Delgada havia sido informado pela autoridade marítima da mesma cidade. Reunidos, à semelhança dos restantes comandos de ilha, levantam-se as mesmas dúvidas: como fazer face à situação, tendo em conta os poucos meios materiais e humanos?

A defesa da ilha de S. Miguel e do seu importante porto era um grave problema, uma vez que a sua costa, muito desenvolvida e com muitos desembarcadouros disseminados, continha várias áreas passíveis de serem utilizadas como pontos de desembarque. As distâncias a percorrer eram extensas e o socorro a esses povoados difícil, tendo em conta que os militares apenas dispunham de viaturas hipomóveis. O pequeno efectivo da guarnição militar, a falta de viação acelerada e, sobretudo, a deficiência e imperfeição do material de artilharia, compunham o resto do negro panorama aquando da declaração de guerra.

Em todo o caso, da reunião saíram ideias para colmatar ou remediar a situação. Resolveram, caso fosse autorizada a convocação de 160 licenciados de artilharia e 480 de infantaria, executar um plano de defesa, que consistiria na organização de três sectores de vigilância, informação e resistência, tendo como núcleos as Feteiras (W), a região Fenais da Luz/Capelas (N) e Lagoa (E), cada um constituído por 60 homens, ficando o grosso da guarnição em Ponta Delgada. Esta reserva estaria permanentemente pronta a reforçar as diligências, em caso de emergência, ou a avançar de imediato no caso de desembarque nas costas compreendidas no triângulo.

⁵⁴ Pereira, Eduardo Agostinho Pereira, comandante militar dos Açores (interino), 11 de Abril de 1916.

O pedido foi autorizado, embora de acordo com as condições de aquartelamento e fardamento, lição aprendida desde finais de 1914. A autoridade marítima, à semelhança das restantes cidades do arquipélago, enviou ao seu ministério um pedido de auxílio naval, com o objectivo de colmatar a defesa do porto da cidade. Procurando-se um equilíbrio entre os meios existentes e as necessidades comportáveis pelas unidades militares, foram então convocados 128 homens de infantaria e 50 de artilharia, modificando-se em parte o plano original, em virtude dos efectivos. Perante a impossibilidade de desenvolver o primeiro plano, optou-se por colocar toda a guarnição em Ponta Delgada, preparada para socorrer a qualquer ponto ao primeiro aviso da Guarda-Fiscal (GF).

Delineia-se uma defesa do porto, com a implantação de duas bocas de fogo partir do forte de S. Pedro, o que rapidamente conhece entraves. Sem qualquer tipo de interesse militar, o forte de São Pedro nem paiol tinha, pelo que o Inspector de Fortificações e Obras Militares nos Açores (IFOMA) foi chamado a pronunciar-se sobre o assunto. Para além de destacar a necessidade de adaptação de um dos seus edifícios para essa função, refere a necessidade de se modificarem as directrizes das canhoneiras e respectivos espaldões, o que implicaria encargos a suportar pelo Governo, tornando-se necessário solicitá-los.

Como segunda preocupação, vinham os areais próximos da cidade, local de excelência para um desembarque de tropas. Para tal, elaborou-se um estudo em conjunto de ambas as autoridades (militar e marítima) da costa entre o Livramento e Ponta Delgada, procurando-se a melhor forma de evitar um desembarque no areal do Rasto (ou Rosto) de Cão, praias das Milícias e Pópulo, assim como proteger a área oriental da cidade de Ponta Delgada. Trata-se, pois, de um conceito antigo para a defesa da mesma, já defendido pelo engenheiro militar Francisco Borges da Silva na segunda década do século XIX⁵⁵.

Este sistema previa a defesa de três praias, uma das quais a de Todos os Santos, junto ao forte de São Francisco Xavier, entretanto completamente inutilizado pelo mar. A ideia de o dotar de uma posição de metralhadoras foi complementada pela a de instalação de uma posição de artilharia num saliente próximo, designado por Terreiro da Força, junto ao ilhéu de Rosto de Cão, possibilitando em simultâneo a defesa das

⁵⁵ Para mais pormenores veja-se Martins, José Salgado, *Os Açores, a Guerra e as propostas reformistas de Francisco Borges da Silva nos finais do antigo regime*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006.

praias, porto e cidade⁵⁶. De imediato se procurou saber junto das Finanças distritais quem era o proprietário do terreno, de modo a iniciar-se os trabalhos de terraplanagem e construção de espaldões/canhoneiras (bateria rasa) para duas peças. Seriam utilizados os recrutas sob orientação do IFOMA, caso o CMA autorizasse, fechando-se o sistema com uma posição de infantaria do RI 26 instalada no pico das Canas, que, em conjunto, com o forte de São Francisco Xavier, cortaria o acesso a Ponta Delgada⁵⁷. Repetia-se, cerca de 100 anos depois, a visão do engenheiro militar Francisco Borges da Silva.

Do ânimo inicial, rapidamente se passou ao desalento, como, na exposição feita ao CMA, o comandante militar de Ponta Delgada constata. Por mais de uma vez refere que sem auxilio naval, a defesa da ilha nunca seria eficaz, em virtude incipiente material de artilharia, seu fraco alcance e incapacidade de operar à noite sem projectores que iluminassem o campo de tiro⁵⁸. Demonstra já um certo receio de instabilidade interna, que poderia por em causa a segurança, evidenciando a necessidade de uma boa conjugação com a autoridade administrativa, de modo a evitar surpresas, proporcionando uma rápida e salutar troca de informações.

Tanto quando foi possível descortinar na presente investigação, este projecto de defesa não chegaria a ser aplicado, por razões desconhecidas, mas de certeza ligadas à falta de condições, desde financeiras às técnicas e humanas, optando-se, sim, por um controlo e vigilância do mar, assente nas autoridades locais e nas diligências estrategicamente colocadas. No caso específico da praia das Milícias, Rodrigues Alvares Pereira⁵⁹ situa a carreira de tiro operacional neste areal, pelo que a actividade militar na área deverá ter sido sempre intensa.

⁵⁶ O objectivo seria o cruzamento de fogos com o forte de São Brás.

⁵⁷ Caso a infantaria espalhada pelos areais fosse obrigada a recuar.

⁵⁸ Em um relatório da Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha elaborado pelo seu Comandante, Capitão Humberto de Faria Rezendes, as características do material a empregar a 24 de Maio de 1916 eram as seguintes: três peças de 8 cm modelo 1878 de retro carga e destinadas às salvas, com o alcance de 3.800 metros. Apresentavam um grande desgaste, pelo que as suas velhas estrias faziam adivinhar um disparo bastante afastado das respectivas tábuas de tiro. A unidade também detinha três peças de 7 cm modelo 1882, de retro carga e com um alcance de 3.000 metros. Eram as peças utilizadas para a instrução, encontrando-se bastante degradadas por sofrerem há vários anos um elevado desgaste, bem manifestado nas suas estrias e na sua falta de eficácia: mesmo a 1.800 metros, o seu tiro era pouco válido. Em virtude do seu estado e na impossibilidade de serem fornecidas peças de tiro rápido, o capitão Humberto Rezendes havia requisitado à 3ª Repartição da 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra a sua substituição por um número elevado a oito, bem como as respectivas pólvoras e camisas. Sem tábuas de cálculo de tiro, e pouco fiáveis devido ao sistema de travamento, existiam ainda cinco peças B.E.C. de 8 cm modelos 1860 e 1872, provavelmente de carregamento pela boca, de cadencia de tiro e sistema de pontaria lento, assim como uma peça de 12 cm P. modelo 1872, com um alcance de 4.000 metros. Tratava-se de material fora de uso.

⁵⁹ Pereira, Rodrigo Alvares, *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores n.º 11 depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927.

2. A acção dos três comandos militares nos Açores

2.1. Comando Militar de Angra do Heroísmo

A 9 de Março, em telegrama das 22h e 45 minutos o Ministro da Guerra comunica ao CMA a declaração de guerra feita a Portugal pela Alemanha, participação esta efectuada na dia imediato aos restantes comandos de ilha que por sua vez se fizeram cercar pelas principais autoridades militares da sua área, nomeadamente comandante do portos das unidades militares e Guarda Fiscal. Em moldes gerais, é despoletado a convocação para serviço extraordinário das praças das classes de 1924 e 1925⁶⁰, completas para o caso das unidades da ilha Terceira⁶¹, ficando proibidas as concessões de licenças e passaportes às praças independentemente da sua condição, detendo-se a saída do país dos que já a detinham⁶².

Com a declaração de guerra, os receios e as resoluções apresentados pelos diferentes comandos de ilha foram partilhados e aceites pelo CMA, embora com a indicação de que o levantamento dos dispositivos deveria ser feito de acordo com os meios técnicos existentes, o que de facto foi feito.

Deste modo, e começando pela ilha Terceira, o 1º Batalhão⁶³ do RI 25 seria reforçado com a mobilização das classes de 1924 e 1925, convocadas já a 10 de Março, um dia após à declaração de Guerra a Portugal. No final do mês, e como já foi referido, sairia uma diligência de Infantaria⁶⁴ e, depois, de Artilharia, rumo à Praia da Vitória, para seguir uma terceira para os Biscoitos, no final do Verão.

⁶⁰ A classe de 1925, convocada a 14, tinha como excepção os domiciliados em Vila do Porto e os amparos, para a Guarnição de Ponta Delgada.

⁶¹ Em virtude do levantamento do dispositivo, rapidamente se faz notar ao CMA que o preço dos géneros havia subido 50 % em relação ao antecedente. Com o acréscimo de trabalho, a desactualização das dotações das unidades fizeram-se sentir de imediato. Um caso bem conhecido será o de Ponta Delgada. A 12, o comandante militar de Ponta Delgada, igualmente comandante do RI 26 solicita o aumento de dotação do regimento para fazer face às necessidades de iluminação, papel, expedição de telegramas, etc.

⁶² Como praças, entende-se praças no activo, quer em serviço efectivo ou licenciadas, praças dos mapas de Reserva e Tropas Territoriais, ou seja, todos os indivíduos do sexo masculino com idades compreendidas entre os 16 e os 45 anos. Esta era uma questão de primordial atenção ao Ministro do Interior e Governadores Cíveis. A proibição desde 11 de Março da saída de praças do Exército para as colónias e estrangeiro implicava um importante reforço no combate à emigração clandestina, nomeadamente da Guarda Fiscal, que para além de ter escassez de meios humanos, os recebia do Exército. A única excepção recaía sobre os isentos de serviço militar e incapazes por motivos físicos.

⁶³ Já com as metralhadoras integradas, ou seja, a 9.ª Companhia.

⁶⁴ Ficariam comandados por um oficial subalterno e com 40 praças, número atingido a 4 de Abril, não se conhecendo mudanças posteriores neste efectivo. As classes eram referidas, ao tempo, pelo ano em que passariam a tropas de reserva, ou seja, 10 anos depois de terem sido recrutadas para o serviço militar

Em inícios de Abril, constituiu-se um piquete de prevenção de 60 praças, pronto a sair à primeira indicação⁶⁵, e aguardava-se a chegada do general Augusto Guimarães, primeiro comandante militar dos Açores designado após a entrada no conflito e, provavelmente, instruído directamente pelo Ministro da Guerra, para os procedimentos a tomar na defesa do arquipélago açoriano.

Este general, responsável pela defesa do arquipélago em grande parte do tempo que medeia o início e o fim do conflito com os portugueses, assumiria o comando no final desse mês, constatando já a eficiência do dispositivo: já se encontravam em plena acção as guardas destacadas para o Pico do Facho, Praia da Vitória e Monte Brasil, a diligência no forte de São Diogo e na Silveira (para protecção do cabo submarino), com a respectiva iluminação nocturna.

Quando assume o Comando Militar dos Açores, o general Augusto Guimarães procura de imediato averiguar a realidade arquipelágica, mesmo antes de chegar à ilha Terceira⁶⁶. Uma vez em Angra e bem seguro no que havia visto, envia um relatório ao Ministro da Guerra, constatando a concentração de súbditos alemães nas três principais ilhas, a urgência de as dotar com defesas capazes em caso de ataque, a necessidade de aumentar o efectivo, assim como a necessidade de defender as restantes ilhas⁶⁷.

obrigatório. À medida que novas escolas de recrutas terminavam, estes efectivos, para além de substituídos, eram muitas vezes alvo de ajuste.

⁶⁵ A este piquete de prevenção juntou-se, a partir de 7 de Abril, uma guarnição para as duas metralhadoras, bem como o respectivo material e gado.

⁶⁶ Antes de desembarcar em Angra, o vapor que o transporta atraca em Ponta Delgada, onde descarrega o material *Armstrong* que acabaria por ser instalado no alto da Mãe de Deus e no espaldão da carreira do tiro (Santa Clara). De imediato é recebido pelo comandante militar daquela cidade e, nas poucas horas em que convivem, tenta recolher o máximo de informações.

⁶⁷ Este relatório faz um ponto de situação ao que constatou: encontram-se concentrados nas ilhas de S. Miguel, Terceira e Faial, cerca de 300 alemães, pelo que se tornava fundamental dotá-las de defesas capazes na hipótese de golpe de mão inimigo, com vista à sua libertação. Efectivamente, encontrando-se ainda os campos dispersos, e sabendo-se da existência de unidades navais de superfície alemães no Atlântico, tal se tornava ameaçadoramente real. Acrescenta que, apesar da chegada das cinco peças *Armstrong 10/28* destinadas à defesa do porto de Ponta Delgada, o seu efeito era praticamente nulo para a defesa da ilha, no caso de ataque ou mesmo um simples desembarque em um dos vários portos existentes. Refere que, se o RI 26 tivesse que marchar para qualquer ponto da ilha, de modo a opor-se à progressão do inimigo sobre a cidade, tinha essa unidade de contar apenas consigo própria, porque a bateria de metralhadoras e a de artilharia não o podiam acompanhar, por estarem ambas incompletas. A primeira só tinha duas metralhadoras, faltando o restante material e gado, e a segunda só tinha três peças, faltando-lhe uma peça e restante material acessório e consequente gado. Acrescenta que, nesta perspectiva (e mesmo porque a preocupação não era exclusiva para Ponta Delgada), a ilha tinha vários outros portos de desembarque, entretanto guarnecidos por destacamentos de infantaria, que *per si*, necessitavam de um rápido apoio por parte de ambas baterias, tornando-se fulcral completá-las, quer a nível técnico, quer com o respectivo gado. Ou seja, já nem se pede o reforço das mesmas, mas apenas que o que existe seja efectivamente colocado em condições de combater. Acrescenta que a situação na ilha Terceira era a mesma, não sendo a única preocupação a defesa da baía de Angra, mas de inúmeros outros portos, que existiam a Sul e a Sudeste da ilha, cuja necessidade, urgente e inadiável, requeria o envio de duas peças

Em inícios de Março, faz sair as duas diligências restantes, que irão fazer a defesa dos principais pontos de desembarque fora da cidade de Angra e vila da Praia, nomeadamente, Porto Judeu⁶⁸ e São Mateus da Calheta⁶⁹. Ordena igualmente às duas unidades operacionais que realizem dois exercícios por semana com todo o dispositivo, um de táctica abstracta e um segundo de táctica aplicada⁷⁰. Planeia-se a defesa da ilha, na hipótese de um desembarque em qualquer dos portos acessíveis, e a rotina dos soldados perante um sinal de alerta. É bastante provável que idênticas instruções tenham sido dadas às restantes unidades das outras ilhas, uma vez que se pede a prévia informação da hora e local do exercício⁷¹.

de sítio para a área, assim como de outras duas para a defesa da baía da Praia. Era, pois, uma questão fundamental para apoiar a Infantaria em ambas as ilhas. No estudo que fez das ilhas, partiu da hipótese de que o inimigo as conhecia tão bem como os portugueses e realizou os cálculos a partir de um possível desembarque de tropas de infantaria com o apoio de metralhadoras. No Faial, que ainda não havia visitado, sabia existir um importante porto artificial e uma central de amarração de cabos submarinos, que transmitiam para Valentia (Zelândia), Sands End (Inglaterra), Causo (Nova Sectia), Nova York, S. Vicente de Cabo Verde e Lisboa, e que estavam concentrados 89 alemães. A sua única defesa? O 2º Batalhão de Infantaria 25 e uma diligência de artilharia, com pouco ou nenhum material de artilharia viável, em caso de ataque. Nestes termos, considera ser urgente e inadiável o envio uma bateria de campanha tiro rápido para o CMH. Para as ilhas de S. Jorge e Graciosa, tornava-se urgente destacar forças de infantaria para sua defesa, assim como para as Flores, onde existia um posto de telegrafia sem fios. Este facto justificava o pedido de mobilização de mais uma companhia para a Terceira, de modo a satisfazer estes dois destacamentos, já solicitados pelo governador civil. Em virtude do exposto, ficava, pois, a aguardar que o MG ordenasse o envio do material e pessoal solicitado.

⁶⁸ Trata-se de uma diligência de 50 praças, um sargento e um oficial subalterno. Esta diligência recebeu instruções no sentido de executar um serviço de patrulhas, asseguradas por um cabo e seis soldados, de modo a, ao amanhecer, se encontrarem no alto do Pico do Capitão, conservando-se ali até perto da terceira refeição, que fariam já no quartel, ao anoitecer. Durante a sua permanência, deveriam estabelecer ligação com a restante força, em Porto Judeu, de modo a transmitirem de imediato qualquer informação que reclamasse a defesa local.

⁶⁹ Diligência constituída 30 praças e comando de sargento ou oficial subalterno.

⁷⁰ Um exemplo de um destes exercícios aplicados seria feito a 6 de Setembro, em Angra. Esperava-se a chegada de uma esquadra e um poderoso bombardeamento de artilharia sobre a ilha, seguindo-se um desembarque em simultâneo nos cais da Figueirinha, Prainha, Alfândega e Porto das Pipas. A guarnição da ilha, constituída por um batalhão de Infantaria, uma bateria de Artilharia de Montanha, outra de Metralhadoras e uma terceira de Campanha, bem como um destacamento do RI 26, tinha a missão de sustê-lo, mantendo a todo o custo os referidos portos e também o de S. Mateus, assim como o acesso a Angra. Foram também previstos (e provavelmente executados) exercícios na Praia da Vitória, com combates na Achada, utilizando-se os fortes das freguesias. Neste caso, a reserva/comando encontrava-se na Praça Velha. No mês de Setembro, por exemplo, os efectivos usados pelo RI 25 nos exercícios de táctica abstracta foram: no dia 18 - 367 praças; a 21 - 373 e a 26 - 589 praças. A saída da reserva geral do Comando Militar de Angra do Heroísmo era feita a partir do Alto das Covas.

⁷¹ Diariamente, deveriam ocorrer exercícios frequentes de formatura, a diferentes horas e desencadeados pelo corneteiro de serviço em qualquer ponto do forte de S. João Baptista. Uma vez formadas as praças, armadas e equipadas, ou seja, prontas a marchar, estariam em condições para avançar para os sectores de defesa da ilha que lhes fossem designados. Terminada a formatura, destroçariam, e o respectivo número de faltas, bem como o tempo de mediara entre o toque e a apresentação da formatura, seriam enviados ao mesmo comando. O objectivo destes exercícios prendia-se com a necessidade de habituar as praças a não se manterem muito afastadas da fortaleza, e de as fazer formar com uma determinada rapidez. Era autorizada uma tolerância de 20 a 30 minutos. Na prática, o grau de operacionalidade situou-se entre os 8 e os 15 minutos entre o toque e o destroçar. Nesta fase e enquanto não se levantasse o estado de prevenção, era permitido aos comandantes de companhia darem licenças, mas em número muito reduzido, às praças.

O facto de se elevar cada vez mais o número de instruendos, levanta de imediato uma série de questões, das quais se destaca a do fardamento. Sem hipótese de os manufacturar, são pedidos, por exemplo, fardamentos n.º 1 em igual número de recrutas, ao Depósito de Fardamento em Lisboa, ficando-se a aguardar o seu envio. Simultaneamente, o facto de se estar a retirar os trabalhadores do campo para o colocar dentro do quartel, despoleta uma crise agrícola, contrariada logo de início pela concessão de licenças de seis dias, renováveis, a quatro praças por companhia que tivessem terminado a recruta recentemente⁷².

Era, pois, intensa a azáfama das escolas de recrutas, não só ao nível da infantaria como também da artilharia. Neste caso e conforme o Regulamento de Instrução do Exército Metropolitano, esta escola inicial terminaria com um exercício, que compreendia marcha e estacionamento de combate sem fogos reais, o que exigia um número elevado de animais, por sua vez requisitados à população civil, de acordo com o artigo n.º 11 do Regulamento de Requisições Militares. A entrada de Portugal na guerra havia terminado com qualquer tipo de problemática em se realizarem requisições, havendo, sim, a atenção de não lesar financeiramente os proprietários nem melindrar as autoridades civis que as deveriam executar.

A 24 de Junho, chegariam reforços da ilha de São Miguel, ou seja, uma diligência do RI 26⁷³, por não existirem mais licenciados na ilha a convocar, e ser cada vez maior a concentração de súbditos inimigos⁷⁴. Neste mesmo dia é feito constar à 8ª Repartição da 2ª Direcção-Geral que, devido à exiguidade de fundos, não podiam as unidades esperar a devolução de títulos, pois a despesa mensal das duas unidades operacionais de Angra rondavam os 6.600\$00, sendo urgente a recepção dos fundos, evitando-se as burocracias e esperando-se instruções urgentes⁷⁵. Nota similar segue para

⁷² A situação já havia sido alvo de alerta pelo comandante do RI 25, a 8 de Abril. De acordo com a sua explicação, muitas famílias de soldados pobres ultimamente convocados haviam-no procurado, lamentando-se da sua pouca sorte, porque lhes havia sido retirado o único meio de subsistência que tinham. São normalmente as mulheres, rodeadas por filhos de tenra idade, que se vêem privadas do seu chefe de família e na expectativa da maior miséria. Pede, pois, ao comandante militar dos Açores para que, dentro das suas atribuições, atenuie estas situações através da concessão de licenças para estes casos mais graves.

⁷³ Esta diligência chegou a Angra a bordo do vapor *Porto Santo* e foi recebida pela Banda Regimental do RI 25. Era constituída por 3 oficiais, 3 sargentos, 2 corneteiros e 100 praças. Ficou aquartelada no convento de S. Francisco.

⁷⁴ Pelo mesmo motivo, os praças do RI 16 que haviam acompanhado os concentrados alemães do continente para Angra, haviam ficando a fazer serviço no depósito, bem como os oficiais e CMA já havia trocado as suas instalações, de forma a evitar a confrontação diária com os concentrados.

⁷⁵ Ao que as fontes indicam, quem processava as verbas para o pão, rancho e fardamento eram as delegações da 8ª Repartição da 2ª Direcção Geral do Ministério da Guerra, embora a verba fosse sacada

o Arsenal do Exército, de modo a que seja enviado o material requisitado pelas unidades de Infantaria. No final do mês, é reiterado o pedido de autorização para que a Delegação da 8ª Repartição da 2ª Direcção-Geral processe a verba excepcional para a guerra, de modo a assegurar o pagamento urgentíssimo de despesas com o pão e rancho das unidades e do depósito de concentrados alemães.

No final do mês de Agosto, finalmente, chegava algum material de artilharia, nomeadamente seis peças de 9 cm (v.c.) e os respectivos carros de munições e arreios, para a B1AM⁷⁶. Contudo, era necessário adquirir seis parelhas de muares para o seu transporte, bem como dois cavalos e 12 muares, para o transporte do material 7 cm M mod/1882. Para além do problema financeiro, o próprio gado da ilha não era considerado como o mais apto para o serviço, pelo que parte dos animais acabaria por ser adquirida na ilha de S. Miguel. A 1 de Setembro, já se encontrava este material com as respectivas guarnições⁷⁷ e, a 30 de Outubro, o fundo para as diversas despesas da bateria estava completamente esgotado.

O levantamento do dispositivo de guerra acarretaria problemas logísticos avassaladores. Afastadas da capital, onde todos os materiais “oficiais” existiam ou eram manufacturados, apenas restava às autoridades militares pedir e esperar.

Mal equipadas, reiteravam os pedidos sucessivos de material, por exemplo, bélico, até que, por fim, o recebiam, pelo menos parcialmente e com todo o restante enquadramento pouco equacionado. De que valeriam as peças de artilharia sem o gado para as rebocar? Apesar de chegar tarde e a más horas, ainda vêm com problemas complexos de solucionar, como as verbas necessárias para as pôr no terreno, o que acabaria por ser colmatado de diferentes formas e com muita “ginástica” financeira por parte das unidades, preocupadas com a realidade dos factos, ou seja, a de se aguardar um ataque, como mais tarde se verificaria em Ponta Delgada.

Para além da preocupação com a instrução, as unidades militares de Angra têm que lidar com problemas financeiros complexos, que abarcam também as

às Agências do Banco de Portugal por ordem da Inspecção de Finanças. Faltando a ordem por uma das partes, de imediato o sistema bloqueava, para desespero das unidades.

⁷⁶ Provavelmente, duas destas peças terão sido o material de artilharia enviado para a defesa do areal da Praia da Vitória.

⁷⁷ Estava pois o efectivo de artilharia distribuído pelo seguinte material e que algum serviço podia prestar, excluindo-se o de salvas: material de montanha 7cm, modelo 1882 – 30 praças; material de campanha e sitio 9 cm, modelo 1875 – 54 praças; material de sitio 12 cm, modelo 1884 – 20 praças. Total 104 praças. O efectivo (convocados da classe de 1913) para a B1AM, encontrava-se já no Castelinho (forte de São Sebastião) e era já de 111 praças e uma bateria. Restavam 7 praças no depósito da bateria, sendo de realçar a falta de armamento para alguns deles.

obras a realizar, por exemplo, de canalização no interior no forte de São João Batista; pagar a requisição de imóveis, uma vez que as unidades têm de sair do mesmo forte, entretanto transformado em campo de concentração, e alimentar toda a guarnição (ou mesmo vestir os prisioneiros de guerra), tratando a todos, dentro das possibilidades médicas, todo este “sistema”. Muitas vezes, perante a ausência de instruções precisas, reclama-se para o Ministério da Guerra, solicitando-se as devidas ordens para que o órgão responsável em Angra (a Delegação da 6ª Repartição) pudesse sacar a respectiva quantia na sucursal do Banco de Portugal. Portanto, a burocracia é avassaladora e as ordens oriundas de Lisboa para os Açores processam-se de forma lenta numa época sem complacência, em virtude de uma galopante inflação.

Por exemplo, os preços dos produtos a adquirir pelo referido fundo (B1AM) haviam aumentado de modo tido como assustador. Com um orçamento de 200\$00, havia na realidade que fazer face a despesas na casa dos 300\$00, não obstante a grande economia e a apertada fiscalização⁷⁸. A 4 de Outubro de 1916, gerar-se-ia uma problemática que será aprofundada na presente tese - as tabelas de preços. A ausência de uma nova tabela, por parte da Comissão de Subsistências, despoletou em poucos dias a rápida subida do preço de dois precisos preciosos bens, fundamentais à alimentação açoriana - a banha e o pão. Numa terra onde o pão era palavra de ordem, por exemplo, na sopa, e em que o azeite não entrava na gastronomia tradicional, em detrimento da banha, os comerciantes não estavam a acatar os preços tabelados, por acharem-nos desactualizados. Eis mais um exemplo de novos pedidos de reforços financeiros, urgentes, à 8ª Repartição da 2ª Direcção-Geral do MG, com vista a evitar a falta de rancho para tropas e concentrados⁷⁹.

⁷⁸ Aumentando-se os meios técnicos, aumentaram-se os humanos. O comandante da bateria apresentava ao CMA um relatório das suas preocupações e diligências junto ao Ministério da Guerra. Após o aumento à carga da bateria das seis peças AEC 9 cm modelo 1878 e do respectivo incremento do efectivo, faltaram as verbas, o que foi comunicando por várias vezes ao Ministério da Guerra, sem resposta na sua maioria. O fundo atribuído era o mesmo do ano de 1900, quando ainda era uma unidade de artilharia de guarnição. Apesar das reformas de 1912 e de ter passado a bateria de montanha, a dotação continuava a ser a mesma, agravada pela necessidade de ter solípedes e de fazer obras, o que antes não sucedia. Para além destas e de inúmeras pequenas reparações, o fundo estava agora sobrecarregado com a obrigação de adquirir mais material, arreios e gado, a preços elevadíssimos por causa da guerra. Com a máxima economia e fiscalização, 300\$00 poderiam servir. É o que pede. Numa das respostas, o Ministério da Guerra comunica não ser possível aumentar a sua dotação, por falta de verba orçamental. Desde então, começou a receber grande número de artigos de material de guerra e arreios. Contudo, o problema da orçamentação subsistia, pelo que reiterava o pedido, uma vez que as despesas eram sistemáticas e fixas, podendo diminuí-las somente se deixasse de fazer a conservação do material, das mobílias e do quartel. Só a ferrar os cavalos gastava 7\$20 por mês, fora os curativos e o tratamento dos cascos.

⁷⁹ A falta de verbas dependentes de Lisboa causou enormes transtornos ao CMA, na medida em que os pendentes eram muitos, a sua resolução de necessidade diária e assente sempre nas poucas verbas disponibilizadas, sempre aquém das realidades. Entre vários exemplos, refira-se o de um telegrama

Esta questão haveria de perdurar até ao final de guerra, embora com oscilações. Contudo, tratando-se de um aspecto fundamental, não só para as unidades militares como para a população em geral, será aprofundado nos capítulos relacionados com as questões de ordem pública e os açambarcamentos.

2.2. Comando Militar de Ponta Delgada

A ocorrência que levaria a Alemanha a declarar guerra a Portugal, ou seja, o pedido de apreensão das embarcações alemães surtas em portos portugueses, no caso específico, nos Açores, tem o seu exemplo mais conhecido no porto de Ponta Delgada. O processo desencadeou-se a 26 de Fevereiro, e toda a operação decorreu sem incidentes⁸⁰. O único incidente ocorreria após a tomada de posse, uma vez que as embarcações ficaram guardadas por guarnições militares que, no ócio e na ausência de conhecimentos na língua alemã, abusaram dos produtos que encontraram, o que acabaria por ser fatal para um dos soldados envolvidos⁸¹.

Após a declaração de guerra, desenrolam-se de imediato duas acções de natureza militar: a concentração dos súbditos alemães da ilha de São Miguel e o estabelecimento de piquete de prevenção, com 50 praças do RI 26, entre as 17 horas e o toque de alvorada. No espaço de uma semana, para além destas acções, são também destacadas forças para o edifício da Estação de Rádio da Nordela e para o paiol da pedreira da doca, que se encontrava em más condições de segurança, bem como para o paiol geral da mesma cidade⁸². Em virtude da convocação de mais 409 praças, para

enviado à Repartição do Gabinete, a 16 de Agosto, em que se declara que, em virtude do silêncio às repetidas solicitações de verbas para obras, despesa inadiáveis, desinfetantes, rancho, mobiliário, etc., encontravam-se suspensas todas as despesas, excepto as relacionadas com a alimentação e a saúde. O facto de se estar em plena concentração de prisioneiros em Angra e numa fase em que grassavam na ilha febres tifóides, em larga escala, alguns casos de peste e doenças endémicas, justificava esta prioridade. Para mais pormenores, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães Na Ilha Terceira – As Memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, pp. 91-98.

⁸⁰ Para mais pormenores, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães Na Ilha Terceira – As Memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, pp. 71-72.

⁸¹ Alguns soldados de serviço a uma das embarcações, entediados, resolveram ver o que continham as caixas a bordo da embarcação, rotuladas em alemão. O conteúdo de alguns dos frascos foi erradamente interpretado como sendo uma espécie de aguardente, pelo que a sua ingestão ocorreu por várias vezes. Na realidade, tratava-se de álcool metílico, que diluíram em água, atirando de seguida a caixa ao mar. Embriagados, começaram inconscientemente a beber um outro produto químico desconhecido, que a um dos soldados acabaria por lhe determinou uma morte lenta e agonizante. A 9 de Abril já não existiam guarnições a bordo das embarcações, em virtude de já terem chegado de Lisboa as novas tripulações.

⁸² A 18 de Março começaria a ser nomeada uma guarda ao paiol de dinamite nas pedreiras da doca (bem como um reforço à guarda ao paiol geral de Ponta Delgada). Este paiol continha 350 kg de dinamite e

além dos recrutas da primeira incorporação desse ano, o RI 26 procuraria um novo aquartelamento para um dos batalhões, que acabaria por ser um velho granel na rua do Castilho, em Ponta Delgada⁸³.

A 9 de Abril, é pedida autorização ao CMA para a saída das três diligências, de 50 a 60 homens cada, com destino a Feteiras, Capelas e Lagoa, chegando nessa data ao porto de Ponta Delgada, pelo Funchal, cinco peças *Armstrong 10/28 cm*⁸⁴, bem como os respectivos acessórios e munições, ficando à tutela da B2AM. De imediato, foi criada uma comissão de artilharia para recepção e estudo desse material, que, a 21 de Maio, concluiria: as peças eram suspeitas de estar em más condições, pelo que apenas seriam construídas três plataformas. O local, nesta fase inicial, ainda estaria em estudo. A 7 de Agosto, o IFOMA solicita à 2ª Repartição da 2ª Direcção-Geral do MG autorização para modificar duas canhoneiras no forte de S. Brás, assim como a respectiva verba para instalação de duas peças *Armstrong* nas referidas canhoneiras, o que acabaria por não acontecer.⁸⁵

Em inícios de Maio, nova diligência seria enviada para Vila do Porto, com a missão não só de assegurar o serviço de vigilância e segurança da ilha, como também auxiliar a autoridade administrativa. A questão das subsistências é prevista: deveria ser guarnecida por soldados daquela ilha, de modo a auxiliar os trabalhos do campo. Poucos dias depois, o seu comandante pediria um reforço de 12 praças, provavelmente para montar um pequeno destacamento nos Anjos, autorizado dois dias depois.

encontrava-se nos terrenos de exploração das obras do porto de Ponta Delgada, em frente ao matadouro municipal em Pedreiras da Doca. O seu responsável era o engenheiro director da Obras Publicas do Distrito da mesma cidade, realizando-se a conexão com os militares por intermédio do Governador civil. Constituiu-se então uma guarda de B2AM, de 6 praças com comando de Cabo.

⁸³ A 9 de Janeiro de 1917, é requisitado pelo CMPD ao GCPD um edifício com capacidade para alojar 500 praças no interior da cidade, obtendo como resposta célere um 1º andar, rés do chão, arribanas e quintal de um granel na rua do Castilho, cujo proprietário era o Barão da Fonte Bela, bem como o granel n.º 27 e a casa n.º 52 da mesma rua para alojamento de oficiais e casa da guarda. Dias depois (a 25 de Janeiro de 1917) foi entregue ao Administrador do Concelho as chaves do segundo granel por já não haver necessidade (poupando-se dinheiro à fazenda nacional), renovando-se o agradecimento a todo o zelo e dedicação das autoridades civis nestas situações particularmente melindrosas.

⁸⁴ Como peça entende-se uma boca de fogo organizada de maneira a aproveitar o máximo rendimento da pólvora, de modo a imprimir ao projectil a maior velocidade inicial lançando-o com as mais tensas trajectórias ou as que mais se aproximam da linha recta (tiro raso). São caracterizadas pelo grande cumprimento em relação ao calibre, ou seja, mais de 15 calibres. Neste caso, trata-se de peças de 10 cm de diâmetro, com um comprimento 28 vezes superior ao calibre referido, ou seja, o seu tubo teria 2.80 metros. Marques, A. J., *Material de Artilharia – Pólvora e explosivos*, Lisboa, Escola Central de Sargentos, 1920, p. 8.

⁸⁵ A 4 de Dezembro é dada a ordem ao IFOMA para que proceda a estas modificações, a escusas do RI 26. Aparentemente, as peças não chegaram a ser lá colocadas, mesmo porque a 14 do mesmo mês é dada autorização para se colocar mais uma peça do Alto da Mãe de Deus. As *Armstrong* vieram preparadas com 500 camisas para cartuchos, que foram recebidas pelo Conselho Administrativo do RI 26.

Apesar de previsto, era inevitável o desequilíbrio entre o ter-se segurança ou alimentação garantida, em especial no seio das famílias dos soldados. Da mesma forma como havia sucedido na ilha Terceira, a entrada dos camponeses no quartel havia afectado a agricultura e os parcos orçamentos familiares, como em finais de Junho o Governador Civil de Ponta Delgada explicaria ao CMA. A situação da agricultura na ilha de S. Miguel estava a tornar-se caótica, pelo que a única solução seria a saída de mão-de-obra para os campos⁸⁶, o que é corroborado pelo comandante militar de Ponta Delgada.

Entretanto, o efectivo continuava a crescer. Já com ordem ministerial de igualar o efectivo de infantaria ao número de armas (1.200, apesar da falta de equipamentos), em finais de Maio já o CMPD coordenava exercícios, à semelhança do que sucedia em Angra. Recebe pois a ordem para a prática de dois exercícios semanais, com temas que visavam a táctica aplicada, de modo a evitar desembarque ou, uma vez ocorrido, obstar à sua progressão⁸⁷.

Em Julho, seria a vez da Vila Franca do Campo e da Vila da Ribeira Grande serem guarnecidas com diligências. A 16 do mesmo mês, é enviado, pelo comandante militar dos Açores, um relatório à Repartição do Gabinete do MG sobre a sua visita à guarnição de Ponta Delgada e a supervisão dos vários exercícios de

⁸⁶ Encontrava-se a lavoura em dificuldade, porque os soldados chamados ao quartel eram os camponeses que trabalhavam as terras. Consequentemente, com menos pessoas a trabalhar os campos, as diárias aumentam, assim como os preços dos géneros, constatando-se o abandono ou má exploração dos terrenos agrícolas pelos seus donos ou rendeiros. A deficiência na produção arrastava prejuízos não só para os locais como para o continente português, que recebia dos Açores, em especial de São Miguel, uma grande quantidade de cereais. Tendo em conta que a mobilização ainda não abrangera a circunscrição, nem era intensiva a instrução que estavam a receber os soldados, o GCPD que licenciasse o maior número possível de praças, pelo menos até meados de Agosto, mês que marcava o início das colheitas. Não deixa de ser interessante a facilidade com que diferentes linhas hierárquicas, em diferentes patamares, rapidamente se correspondiam. Por exemplo, o GCPD refere já ter telegrafado ao Ministro da Guerra, que lhe respondera ter a intenção de não melindrar a agricultura. Apelida as subsistências e economias da região de melindrosas. O CMPD já havia comunicado ao CMA, em 22 Junho, este problema, dizendo ser extraordinária a falta de braços para a agricultura. A prever a subida dos salários, esperava-se uma colheita de milho muito cara, com grave prejuízo da classe pobre, a maioria na ilha. Segundo o mesmo comandante, a própria exportação deste cereal - uma das melhores fontes de receita da ilha - para o continente e Madeira iria ter fortes repercussões, uma vez que iria ter uma procura muito reduzida em virtude do preço. Com 265 recrutas em instrução, propõe a concessão de licenças e a permissão a muitos de dormir fora do quartel. Necessário será não esquecer a sangria (em 1915, por exemplo) de centenas ou mesmo pouco milhares de jovens, rumo ao estrangeiro antes da declaração de guerra, sangria que só terminou com a declaração de guerra a Portugal.

⁸⁷ São, pois, destacadas as áreas de Fenais de Luz, com combates na Fajã de Cima e na área oeste da ilha, nomeadamente nos Mosteiros e na zona compreendida entre Feteiras e Relva. A guarnição utilizada é constituída por dois batalhões de infantaria, uma bateria de artilharia e uma secção de metralhadoras, com local de concentração na Praça 5 de Outubro e com os combates próximos a Ponta Delgada na zona de Nordela, Pedreira da Doca, Av. Príncipe do Mónaco, Ramalho e Rotunda de Santa Clara. As forças inimigas esperadas são também de infantaria e artilharia, e as zonas de responsabilidade dos destacamentos avançados eram Feteiras, Arrifes, Fajãs de Cima e de Baixo e Livramento.

recrutas, da guarnição subordinada e de destacamento misto, composto por um batalhão de infantaria, uma bateria incompleta de artilharia de montanha e uma secção de metralhadoras. Em todos os exercícios constatou estar muito boa a instrução, assim como a disciplina, assimilada pelos soldados micaelenses com uma nítida compreensão dos deveres militares. Termina por garantir que, chegada a hora de perigo, todos haveriam de cumprir devotamente o seu dever, esperando apenas a respectiva comprovação ministerial no envio do material solicitado.

A situação apresentada não haveria de conhecer grandes mudanças até ao final guerra. Verificam-se ajustamentos na diligências, o que é normal, assim como uma constante rotina de mancebos a requentarem Escolas de Recruta, procurando sempre um equilíbrio entre o trabalho dos campos e a defesa da ilha. Como se verá, foi difícil, principalmente após o ataque do *Deutschland* a esta cidade. O que todos esperavam, desde 1914, aconteceu naquele início de manhã de 4 de Julho de 1917. Contudo, alguns sinais já indiciam um aumento da preocupação com a defesa desta importante cidade. A 4 de Dezembro de 1916, é solicitada pelo Cônsul inglês à capitania do porto de Ponta Delgada a indicação da existência, ou não, de redes ou outro sistema de vedação à entrada de submarinos no porto, bem como de holofotes, canhões ou outros meios de defesa da cidade. A referida autoridade marítima, com certo constrangimento, remete o ofício ao CMPD para uma futura resposta na parte relativa à artilharia e à sua distribuição pela costa junto ao porto. Procurava-se também saber a disposição das nossas forças de infantaria, o que acabaria por colocar também o comandante militar de Ponta Delgada numa situação difícil, ou seja, num delicado equilíbrio entre a confidencialidade da defesa nacional e possíveis sequelas diplomáticas, pelo que envia o pedido ao CMA e este, por sua vez, ao Ministério da Guerra.

Este pedido não seguiria desgarrado. É acompanhado por um relatório que faz um ponto de situação ao Ministro sobre a defesa de S. Miguel. A 14 de Dezembro de 1916, encontram-se instaladas no forte de S. Pedro duas peças de 7 cm modelo 1882 e, no Alto da Mãe de Deus, três das cinco peças *Armstrong* recebidas. As restantes, por serem suspeitas para fazer fogo, encontravam-se a aguardar sobresselentes. Achavam-se as forças de infantaria e de metralhadoras permanentemente em estado de prevenção. Na plataforma do farol do porto mantinha-se montado um posto de observação, colocado em comunicação directa e por telefone com a restante guarnição e Capitania do Porto. Espalhadas pela ilha encontravam-se

forças de infantaria, sob comando de oficiais a controlar os acessos aos considerados pontos acessíveis ou de provável desembarque.

Conhecido o ataque de submarino ao Funchal, de imediato o Comandante Militar de Ponta Delgada solicita ao Comando Militar daquele arquipélago, uma série de informações sobre o ataque: que características tinha o submarino? Qual o tipo de material empregue pelo inimigo? A que distancia disparou?

Eventualmente, este comandante poderá ter tido razões para suspeitar de uma ataque à ilha, mas a de São Miguel: dois dias antes havia solicitado ao Chefe dos Serviços Telegráficos em Ponta Delgada que o mesmo serviço estivesse permanentemente ligado com Lisboa e Angra, pedido que no dia 9 se tornava extensivo a toda a ilha.

2.3. O Comando Militar da Horta

À semelhança do que sucedeu com o CMPD até à entrada de Portugal na Grande Guerra, o Comando Militar da Horta apenas conheceria alguma agitação em virtude da ordem de apresamento dos três navios alemães atracados no seu porto⁸⁸.

Uma vez conhecida a declaração de guerra a Portugal, o comandante militar dos Açores ordenou a todos os comandos de ilha a elaboração de relatórios e planos de defesa das mesmas, em conjunto com a autoridade marítima, ou seja (e neste caso), o capitão do porto. Ao CMA, o CMH ficaria de referir o número necessário para a defesa da mesma ilha, situação rapidamente ultrapassada uma vez que no final do mês já se procede à inspecção de recrutas do 2º Batalhão do RI 25, verificando-se a chegada do reforço por parte da B1AM do destacamento na mesma cidade⁸⁹.

No caso específico da Horta, ambas as autoridades consideraram-na um alvo muito apetecível aos interesses alemães, não só pela amarração dos cabos telegráficos, seu porto de abrigo e respectivos depósitos de abastecimento⁹⁰, mas inclusivamente por ser uma cidade com estações centrais, bancos e correios, entre outros serviços.

⁸⁸ Aparentemente, tudo terá decorrido com normalidade. Contudo, em finais de Março é conhecida uma sublevação dos marinheiros das referidas embarcações, o que os conduziu à cadeia e a um consequente reforço da guarda policial com militares.

⁸⁹ Com mais 18 praças, um cabo e um sargento.

⁹⁰ Nesta fase, só à ordem do governo inglês existiam 6.000 toneladas de carvão.

Como plano de defesa, os comandantes militares propõem a divisão da artilharia⁹¹ em duas secções, uma no Pico Queimado e a segunda na foz da ribeira da Conceição. Deste modo, tornava-se possível concretizar fogo cruzado, vedando-se o acesso à praia.

Para o 2º Batalhão do RI 25, o comandante militar da Horta propõe as seguintes missões: 1º) reforço às guardas exteriores, paiol e amarração da The Commercial Cable Co.; 2º) reforço à guarda do quartel; 3º) guarda ao castelo de Santa Cruz, visto a bateria ter já tomado as posições supracitadas; 4º) três guardas com vigias no monte da Guia, farol do molhe, cais e ponta da Espalamaca; 5º) coluna volante entre a baía do Porto Pim e a amarração dos cabos submarinos estrangeiros, a 150 metros a nordeste da foz da ribeira da Conceição e 6º) piquete de prevenção.

Este primeiro relatório seria o ponto de partida para uma comissão do RI 25 proceder a um novo estudo sobre as condições de defesa do Faial e respectivo porto, assim como do 2º Batalhão, ali aquartelado. Nomeada a 25 de Março de 1916, os seus oficiais referem, entre vários aspectos⁹², a vigilância feita do canal Faial/Pico pela velha canhoneira *Açor*⁹³, assim como em terra, no que consideram talvez exagerado, em sentinelas volantes, desde a ponta da Espalamaca até à do monte da Guia, situação idêntica na área da baía do Porto Pim. Referem a prevenção diária de uma companhia que, com metade do seu efectivo, rondava a cidade, durante a noite. Das duas secções de artilharia, encontrava-se já uma instalada junto à estação central

⁹¹ O material: quatro peças BEC 8 cm modelo 1878. Esta artilharia foi adquirida ao estrangeiro depois da guerra de 1870 [provavelmente a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871)], para ser reserva de um de igual calibre e sistema [o AEC 8cm (MP)]. Para que o seu peso não excedesse o anterior, as bocas de fogo foram reduzidas no seu natural comprimento, logo, nas suas exíguas capacidades balísticas. Destinavam-se quase exclusivamente para exercícios e salvas no porto. O seu uso havia causado um grande desgaste nas montagens e culatras móveis, pelo que, em 1916, era de temer o momento do tiro. O seu municionamento era antiquado e de limitado efeito, com espoletas antigas e nunca beneficiadas e, provavelmente, danificadas pela humidade das ilhas. Este conjunto de situações levava a que apenas fossem empregues em casos extremos e com uma cuidadosa vigilância, a aplicar apenas em casos de defesa muito próxima.

⁹² O efectivo e armamento do CMH: do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria 25 tem 406 cabos e soldados (com recrutas em instrução) e 36 soldados do destacamento de artilharia. Armamento: 576 espingardas 8 mm (k) m/86 mais 37 do destacamento; 18 carabinas do mesmo modelo e 10 pistolas 7,65 mm. Este material está em condições de serviço, com municionamento, e oferece segurança. Aquartelamentos: o quartel do Carmo, quartel permanente do 2.º batalhão do RI 25, está com a 5ª e 7ª companhias, por não poder comportar mais de 200 praças. Foi adquirido um espaçoso granel à agência do Banco de Portugal para a 6ª e para alojamento da 8ª (escola mista da freguesia de Matriz). São aquartelamentos bem escolhidos, por estarem bem situados. Falta material de aquartelamento, a fornecer pelo RI 25 mal sejam satisfeitas as requisições urgentes enviadas ao Depósito Geral de Material de Aquartelamento. AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, “Relatório sobre os elementos de defesa da ilha do Faial – Missão de Oficiais do Comando Militar dos Açores” in *Defesa dos Açores, Pastas de notas*, 10 de Abril de 1916, FIA 1090.

⁹³ É mesmo referido que se mantém quase todo o ano ancorada no porto artificial da Horta. *Idem*.

da luz eléctrica e a outra na encosta do monte da Espalamaca, um pouco acima da amarração dos cabos submarinos⁹⁴. Instaladas em abrigos próprios, mas ligeiros, tinham a sua guarnição permanentemente em estado de alerta.

Na opinião desta comissão, para além do porto da Horta, os melhores pontos de desembarque seriam a Praia do Almoxarife e o varadouro da freguesia do Capelo. No primeiro caso, a sua protecção estava assegurada pelo dispositivo montado, mas, no segundo, a sua proximidade ao único farol que ainda funcionava na ilha, ou seja, o farol dos Capelinhos, e o facto de distar 24 km da cidade, leva a comissão a propor um destacamento de 30 a 40 praças para o mesmo. Refere que o modo de fazer guerra alemão justificava plenamente esta medida, assim como a necessidade de o manter aceso, como determinações superiores o haviam referido, para apoio à navegação. Em virtude de existirem ligações telefónicas e muitos carros na cidade, esta guarnição poderia rapidamente ser socorrida em caso de ataque, assim como qualquer outro ponto da mesma ilha, uma vez dado o alerta pela GF.

Outro ponto digno de atenção seria o posto de telegrafia sem fios da paróquia dos Cedros, que, por estar isolado em lugar de difícil acesso pela costa e com uso limitado (em virtude do seu mau estado de conservação), não deveria ser digno de guarda.

Ainda sobre o funcionamento dos faróis, refere que pelo capitão do porto já tinham sido requeridos ao Ministro da Marinha meios de defesa marítimos e terrestres⁹⁵, sem que tivesse obtido resposta até à altura, mas apenas instruções para o funcionamento exclusivo dos faróis dos Capelinhos e das Lajes das Flores.

O oficial averiguante conclui que pensar numa defesa eficaz do porto da Horta seria supérfluo por parte da capital, pelo facto de o MG não poder dispensar a artilharia necessária para o efeito. A ocasião não permitia a construção das necessárias obras de fortificação, pelo que, em questões práticas, apenas se deveria pensar na defesa próxima, procurando-se assim evitar qualquer desembarque.

⁹⁴ Foram deslocadas a 12 de Março para os respectivos locais.

⁹⁵ A 18 de Novembro, o referido comandante explica as providências feitas ao Ministério da Marinha, nomeadamente: 1º) um navio de guerra para fiscalização e polícia dos barcos aportados; vigilância precisa dos cabos e impedimento da navegação no canal do Faial; 2º) quatro peças *Schneider-Canet*, *Armstrong* ou *Krupp* tiro rápido de 105 ou 150 mm, a instalar no Monte da Guia e Espalamaca; 3º) uma bateria de metralhadoras destinada, em conjunto com as forças de Infantaria e Artilharia, a repelir qualquer tentativa de desembarque. Sendo utópico, como ele, comandante militar dos Açores, sabe, a concretização das duas primeiras em consequência dos fracos recursos do país, é levado a esquecer uma defesa real e efectiva do porto, para apenas atender ao evitar de uma tentativa de desembarque, pelo que a vinda de uma bateria de 7.5 TR (Tiro-Rápido) constituiria um grande reforço à defesa do porto e cabos submarinos, praticamente inexistente.

Sendo o número de armas portáteis suficientes, é sua opinião que apenas se deveria requisitar material de artilharia⁹⁶ e juntar a bateria de salvas BEC 8 cm de 1878 no seu quartel, fornecendo-se à Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha dois armões para, em extrema necessidade, a transportar para qualquer ponto da ilha⁹⁷.

Propõe igualmente que fosse agregada ao 2º Batalhão do RI 25 pelo menos uma secção de metralhadoras, e dispensada a guarda à ponta do molhe da doca, devendo-se também reduzir o serviço de observação junto à baía da Horta, libertando-se assim o batalhão para melhorar a sua instrução.

Todas as sugestões acabariam por serem mandadas executar pelo Comando Militar dos Açores e o respectivo material, requisitado ao Ministério da Guerra⁹⁸.

Este relatório gerou um conjunto de acções oportunas por parte do MG. Por sua ordem, a quatro de Abril são convocadas as praças necessárias, em igual número das armas disponíveis (o que se repete nos restantes dois comando de ilha) e, a dez, é dada a indicação de que havia partido de Lisboa o material necessário para que o destacamento deixasse de estar separado em duas secções, pelo que ambas deveriam recolher ao forte de Santa Cruz.

A ajuizar por estas medidas, igualmente sentidas na ilha de São Miguel, que receberia material de artilharia em Abril de 1916, poder-se-á concluir que houve uma tentativa, ainda que tímida, por parte do Ministério da Guerra em responder aos anseios dos militares destacados nos Açores.

No caso específico do Faial, em finais do mês de Março saíam importantes guardas e diligências rumo ao farol dos Capelinhos⁹⁹, posto de rádio, cabo telegráfico, forte do Bom Jesus, Monte da Guia e da Espalamaca.

⁹⁶ Nomeadamente, duas baterias: uma, de EM 7 cm modelo 1882, destinada à defesa móvel, e outra, de AEC 9 cm (MK – Material *Krupp*, modelo 1875), exclusivamente para a defesa do porto da Horta, pensando ser este material facilmente cedido por Lisboa sem que fizesse grande falta, pelo que é efectivamente pedido ao Ministério da Guerra.

⁹⁷ Até 16 de Março desconhecia-se o estado operacional da pólvora a usar. Nessa data realizaram-se exercícios de fogos reais, desconhecendo-se o resultado.

⁹⁸ Em apontamentos não datados nem assinados, mas provavelmente de 1916 e da B1AM, é referenciado que, desde de 15 de Dezembro último, estavam no Arsenal do Exército cinco baterias 7 cm TR modelo 1911, destinadas ao Regimento de Artilharia de Montanha (duas), e três para as baterias que guarnecem Açores e Madeira. Quem o redigiu refere ser a ocasião a mais favorável para as receber, uma vez que se estava em plena convocação, pelo que a instrução das novas peças poderia ser ministrada de imediato. O mais provável é que tenham sido enviadas para o ultramar ou norte de França. É igualmente referido que o municionamento das duas peças BEC 8 cm modelo 1878 já deveria ter sido entregue no Arsenal do Exército, bem como o das duas peças AE 8 cm (MP) e o das três peças BES 12 cm modelo 1884.

⁹⁹ Esta necessidade foi questionada pelo comandante do porto da Horta. Na sua perspectiva, os alemães não tinham qualquer vantagem em destruir o referido farol ou em utilizar o porto do mesmo, em virtude

Dentro do espírito do citado relatório, seria também dispensada a guarda à ponta do molhe, e reduzido o serviço de observação pelo lado da baía da cidade.

A partir do mês de Maio, inicia-se uma variante, que cresceria à medida que a tensão à volta das ilhas aumentava: os pedidos de protecção militar a outras ilhas não guarnecidas. Nesta fase, chegam pedidos de ajuda ao GCH, que os remete para o CMH. Numa fase inicial, apenas para as Lajes do Pico, mas, rapidamente, outros concelhos se seguiriam. Não se conseguiu averiguar se este caso em particular foi correspondido ou não, mas sabe-se que às Velas chegaria uma diligência a 30 de Novembro, comandada por um cabo¹⁰⁰. Este tipo de comando revela duas fraquezas: por um lado, a escassez de militares nas ilhas do triângulo, em especial com grandes habilitações¹⁰¹, e por outro, uma tentativa modesta de tranquilizar as populações, porque a resposta é essencialmente simbólica. Contudo, e tanto quanto a investigação permitiu entender, uma vez enviadas as diligências, os pedidos cessavam, destacando-se pelo contrário a imagem de ambas as autoridades junto da população como reforçada. Tendo em conta este espírito, imbuído na própria História das Mentalidades, neste caso, açoriana, não será de estranhar a proposta do comandante Neuparth no desembarque de duas peças de 20 cm do Vasco da Gama em Ponta Delgada, que, uma vez em terra, teriam um “efeito psicológico” na população¹⁰².

3. As questões de ordem pública e a problemática da «formiga branca»

Entre 1914 e 1916, as preocupações internas das autoridades militares e administrativas encontram-se bem demarcadas, tocando-se apenas no ponto em que as forças militares tem que apoiar no terreno as resoluções tomadas pela dominação civil.

da sua fraca qualidade. Afirmava que, pelo contrário, a colocação de uma diligência no local é que poderia contribuir para a sua destruição, aniquilando-se assim um importante ponto de referência marítimo. Era uma diligência constituída por 33 soldados e um sargento, sob comando de um alferes. Acabaria por reforçar a guarnição do posto semafórico existente no local, sob tutela da Marinha de Guerra Portuguesa.

¹⁰⁰ Esta diligência vai assumir um especial destaque na guarda da cadeia civil de Velas. Em 17 de Setembro de 1917, aguardava novas instruções para esta missão. Tirando o caso das três grandes ilhas e de Santa Maria, cujos comandos são de oficiais, a tendência nas restantes ilhas é para serem de comando de sargento ou cabo.

¹⁰¹ Nesta fase claramente visível, uma vez que se aguardava em Angra do Heroísmo a chegada de um vapor, para o envio de um reforço de trinta praças da B1AM.

¹⁰² Telo, A. J., “O sidonismo e a base em Ponta Delgada” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 136.

Deste modo e começando pela questão militar, até ao eclodir da guerra, a situação de agitação interna mantém-se ao nível de contactos com Lisboa, procurando o Ministério da Guerra evitar determinados abusos por parte dos militares (nomeadamente sargentos e praças) e a reposição de condenações indevidas, medidas sempre muito acompanhadas de perto pelo oficiais destacados nos Açores.

Um bom exemplo será o caso do major João Carlos Craveiro Lopes, do RI 28¹⁰³. A propósito da sua transferência para o RI 21, o MG envia uma circular ao CMA, procurando desmistificá-la em relação aos falsos boatos que estavam a gerar exaltações de sentimentos de camaradagem e consecutivos e graves actos de indisciplina colectiva, dos quais já havia resultado a prisão de 48 oficiais. É lembrado que não seria tolerada a interferência de elementos estranhos ao Exército no momento que a Pátria atravessava. Segundo o ministro, a convergência das atenções da Europa em Portugal “exig[ia] de todos a maior disciplina e o mais dedicado esforço devendo os oficiais dirigir toda a sua inteligência para a educação dos novos soldados¹⁰⁴, futuro reforço das expedições que em África aguard[av]am auxílio imediato”¹⁰⁵, pelo que contava, como sempre, com o patriotismo do Exército, que, mesmo nas ocasiões mais graves, nunca deixara de cumprir com as suas tradições. Termina com a ordem de que, de forma rápida, fosse dado conhecimento aos comandantes das unidades para divulgação aos oficiais, devendo o *feedback* à mesma ser enviado ao ministério. Contudo, pelo facto de a circular ser da segunda metade do mês de Janeiro e apenas ter dado entrada no CMA a 10 de Fevereiro, a sua demora poderá explicar o seguinte despacho: “Não se deu conhecimento”¹⁰⁶.

¹⁰³ Este seria o início do que ficaria conhecido como o «Movimento das Espadas». Para mais pormenores, veja-se Matos, L. S., “República: um corpo com alma” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 133.

¹⁰⁴ O papel dos oficiais na educação ao serviço da República, veja-se Ferreira, José Medeiros, “As forças armadas e a república: antes, durante e depois da primeira guerra mundial” in *Nova História Militar de Portugal*, Rio de Mouro, Vol: 4, Círculo de Leitores, 2004, pp. 267 – 268.

¹⁰⁵ AMMA– FG, Comando Militar dos Açores, “Circular n.º 136 da Secretaria da Guerra” in *Correspondência confidencial recebida. Pastas de notas*, 22 de Janeiro de 1915, FIA 1092.

¹⁰⁶ *Idem*. Será sempre útil lembrar que a correspondência ordinária vinha por barco, fechada em mala, estando a sua recepção muitas vezes dependente das condições climatéricas. A questão dos transportes marítimos ao tempo era extremamente pertinente, não só em questões de correio mas também para as Juntas de Inspecção dos Distritos de Recrutamento. Os casos de Santa Maria e das Flores representavam o expoente máximo desta questão, na medida em que, ao contrário das ordens superiores, era impossível dispensar as Juntas Suplementares próprias para estas ilhas. A título exemplificativo, em 1914, a Junta do Distrito de Recrutamento n.º 25 tinha que inspecionar os mancebos da ilha das Flores nos seus dois distritos, sendo que a Santa Cruz ia o vapor *Funchal* todos os meses, ao seu porto, se o estado do tempo o permitisse, mas pelo tempo indispensável à carga e descarga de mercadorias, pelo que o serviço da Junta tinha que ser feito durante esses espaço de tempo. Em 1913, o mesmo vapor tinha também ido às Lajes, mas porque havia condições propícias para tal, o que não era de modo algum seguro. Quando o estado do mar não permitia a operação em um ou ambos os portos, o vapor regressava, o que implicava que a Junta

Se, em 1914, os comandantes militares haviam sido instruídos no sentido de fiscalizarem e manterem-se atentos à acção dos seus subordinados, em 1915 são mesmo tomadas atitudes nesse sentido. É de referir a sindicância urgente ordenada pelo Ministério da Guerra a um tenente de secretariado de Angra do Heroísmo, por boatos de pressão eleitoral aos mancebos e seus tutores a troco de isenção, o que se confirmou ser falso, e um processo de averiguações a um oficial subalterno em Ponta Delgada, membro do Partido Republicano Português. Um artigo de autor desconhecido, relacionando a banda regimental e o CMA e publicado no jornal *O Debate*, órgão do mesmo partido, haveria de levantar suspeitas, injustificadas, sobre a actividade política do referido oficial.

Tais factos revelam um prolongamento das preocupações políticas dos governos da altura às ilhas, uma vez que a instabilidade governativa era um dos pratos fortes do dia no continente português¹⁰⁷. Vigiados pelos seus superiores hierárquicos, os militares nas ilhas acabariam por não criar problemas de maior à sua hierarquia, como se denota numa das respostas dadas (com carácter urgente) pelo CMA ao MG, referindo que nas unidades e estabelecimentos dependentes de Angra do Heroísmo, nenhum oficial, sargento ou equiparado havia sido punido disciplinarmente por motivo de hostilidade contra a República, ficando as unidades de Ponta Delgada de responderem directamente ao Ministro.

Esta situação haveria de se manter relativamente controlada até finais da guerra, altura em que o poder estaria centralizado na figura do Alto Comissariado da República nos Açores, e a própria situação nacional ser diferente do contexto vivido em 1915.

Apesar de calmo, o ano de 1918 conheceria ainda assim dois processos de averiguações a militares: um, ordenado pelo CMA, a indagar da veracidade e gravidade de factos narrados num jornal local¹⁰⁸, e dois dias depois, outro, do Alto Comissário, a ordenar uma advertência a um major do RI 26¹⁰⁹.

teria novamente que voltar a tentar, ou então, caso conseguisse desembarcar sem que o navio operasse, e ficar um mês a aguardar o regresso. A própria Empresa Insulana de Navegação não sabia em que meses é que o vapor iria às Lajes das Flores e, excepcionalmente, ao Corvo, pelo que se tornava indispensável a existência de uma Junta Suplementar. Para as restantes ilhas, o vapor era quinzenal, sendo de realçar o *San Miguel*, que em três dias navegava pelas restantes ilhas do grupo central, para regressar a Angra do Heroísmo.

¹⁰⁷ De forma resumida, veja-se sobre o período em estudo, Ferreira, José Medeiros, “As forças armadas...”, *Ibidem*, pp. 267 – 268.

¹⁰⁸ A 11 de Outubro de 1918. Trata-se da coluna “Ecos” do jornal *A Pátria*, datado do dia anterior. Intitulado “5 de Outubro”, este artigo de opinião dava a entender que o oficial de dia ao 1º Batalhão do RI 26 no dia das comemorações da implantação da República havia pretendido que a guarda de serviço ao

Com o armistício, novas questões haveriam de surgir. Pelas 14 horas do dia 9 de Novembro, foi recebida pelos empregados do correio de Angra do Heroísmo uma comunicação telegráfica, particular, dos seus colegas da Horta a anunciar a assinatura do armistício com a Alemanha. Após uma curta troca de informação entre as duas estações, foi confirmada a notícia e atirados alguns foguetes, que despertaram a atenção da população, “aliás sempre pronta, pelo seu natural feitio, a participar de todo e qualquer entretenimento¹¹⁰”. A notícia rapidamente se espalhou e do quartel de S. Gonçalo saiu um grande número de soldados com a banda regimental do RI 25, que, tocando a Portuguesa pelas principais ruas, vitoriou os aliados ao cumprimentar as autoridades e consulados dessas nações. Terminada esta acção, durante a noite, saíram as filarmónicas da cidade, sempre muito acompanhadas pelo povo, seguindo o mesmo trajecto. Sem o mínimo incidente, era geral a alegria e o consumo, por parte de alguns, de bebidas alcoólicas. Recolhida a última filarmónica (a fanfarra *Pátria e Liberdade*), um grupo de cinco indivíduos soltou vivas à República Velha e a Afonso Costa no interior de uma prestigiada pastelaria na antiga Rua da Sé, rebaptizada Rua da República, colocando o Comissário da Polícia Cívica em sérios apuros, por ter entrado e saído da mesma na altura dos acontecimentos¹¹¹. Aos primeiros vivas, todos os restantes clientes se retiraram

convento de São João carregasse sobre o povo. Elaborado o respectivo processo de averiguações, chegou-se à conclusão que o aspirante a oficial escalonado havia dado ordem ao muito povo, que havia acompanhado a banda regimental no seu regresso da Praça 5 de Outubro (a tocar o hino nacional pelas ruas da Esperança, do Teatro, Marquês da Praia e Machado dos Santos), para que se retirasse de junto do quartel. Como este não obedeceu, continuando a gritar vivas à República, à França, à América e aos Aliados, o aspirante deu ordens à guarda para que fizessem com que a multidão retirasse, o que foi feito com as armas ao ombro, com cordura e boas maneiras. Toda a questão levantou uma segunda polémica: no meio dos vivas e da confusão, o oficial de dia e alguns praças ouviram vivas a Afonso Costa, levando a que vários cidadãos fossem igualmente intimados por via da administração do concelho a responder às averiguações militares. Por aqui, logo se percebe a natureza dos telegramas cifrados e detectados ao longo da investigação. Estes cidadãos referiram não só as vivas a Afonso Costa como também à República Velha, sem que se pudesse saber quem os dava, uma vez que a escuridão e a confusão eram reinantes. Apesar de ilibado, o oficial de dia havia-se afastado demasiado do quartel (porque tinha de rondar as cavaliças na rua António Joaquim Nunes da Silva e, levado pelo aparato, foi até ao Clube União Micaelense. Por tal seria admoestado, sendo opinião do comandante do regimento que o autor do artigo era uma pessoa de trato intragável, dadas as suas afirmações maldosas.

¹⁰⁹ Em nota datada de 9 de Outubro de 1918, o general Simas Machado explica estar concluído o processo de averiguações sobre o último exercício de recrutas do RI 26, realizado a 22 de Agosto nas Capelas. Durante o bivaque, foi permitida a intervenção de elementos estranhos ao Exército, o que originou a série de manifestações pouco briosas para a disciplina e boa ordem. Segundo o ACRA, nunca mais deveria tal ser permitido, principalmente por parte dos referidos elementos, porque estes poderiam causar sérios problemas. Sabe-se também que em inícios de Junho existe um preso civil na prisão do RI 26, que aguarda embarque para a prisão do Limoeiro em Lisboa.

¹¹⁰ AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, “Relatório da Sindicância ao Comissário de Polícia Civil de Angra do Heroísmo” in *Correspondência recebida do Alto Comissariado da República nos Açores relacionado com Pessoal, Pastas de notas*, 19 de Novembro de 1918, FIA 37.

¹¹¹ Este terá entrado ocasionalmente e, ao ouvir apenas um viva à República e outro a Afonso Costa, foi informado que o governador civil queria falar-lhe, pelo que saiu em direcção ao edifício do Governo Civil e, depois, para o Comissariado. Entretanto, a manifestação dissolveu-se. O governador civil havia-o

bastante indignados e sob protesto, o que não acalmou o ânimo do referido grupo, a que poucos minutos depois se juntou um outro grupo, do qual se destacavam três ou quatro militares. Da junção destes dois grupos, constituídos por dez ou doze pessoas todas exteriores à ilha, surgiram novos vivas e a continuação das “libações alcoólicas”¹¹². Os vivas a Afonso Costa depressa se generalizaram a outras figuras comprometidas com o regime deposto a 5 de Dezembro de 1917, e rapidamente surgiram os morras a Sidónio Pais e à República Nova.

Elaborado o auto de investigação por parte do Commissariado de Polícia de Angra do Heroísmo, fica-se a saber que deste grupo fazem parte professores, comerciantes, bancários, funcionários públicos (Inspecção de Finanças e dos Impostos) e sargentos, alguns dos quais com cargos de chefia relevantes na cidade. Inclusivamente, um dos militares quase que puxou da espada (dizendo-se perseguido) em atitude de ameaça para com um outro militar, que, afastado do grupo, passara junto à pastelaria, sem que se soubesse efectivamente se seria o Comissário de Polícia (que era um tenente de Secretaria Militar) ou um major do Regimento de Infantaria 25. Toda esta situação, descrita como de grande pateada, foi observada (e de acordo com as testemunhas do processo) por centenas de pessoas na rua, incluindo muitos soldados, pelo que existia a intenção de os sublevar, o que de certa forma poderia ter acontecido, na medida em que se preparavam para manifestar o seu apoio aos superiores. Ainda de acordo com algumas das testemunhas, este grupo teria assumido uma atitude agressiva desde a sua entrada no estabelecimento, havendo, inclusivamente, algumas trocas de palavras com pessoas que já lá estavam, das quais se destaca a de um dos manifestantes para com um dos apoiantes do regime, em que o acusa de ser “um reaccionário, germanófilo, e que por isso não o acompanhava na sua manifestação”¹¹³, isto com o

chamado, por já saber o que se passava, e queria que não ocorressem incidentes a lamentar em tão memorável dia, ainda mais quando considera o grupo como exaltados políticos sem cotação, fogosos devido ao consumo de álcool. AMMA– FG, Comando Militar dos Açores, “Auto de Investigação” in *Correspondência recebida do Alto Commissariado da República nos Açores relacionado com Pessoal, Pastas de notas*, 11 de Novembro de 1918, FIA 37.

¹¹² *Ibidem*.

¹¹³ *Ibidem*. A questão germanófila não se coloca apenas na ilha Terceira. Uma vez desmobilizado o DCA em São Miguel, o espectro de germanófilos na ilha não terminaria. A 25 de Agosto de 1916, procedeu-se no Commissariado do Corpo de Polícia Cívica de Ponta Delgada a um inquérito sobre manifestações germanófilas ocorridas na mesma cidade e que, por determinação do MI, passou à via judicial. BPARPD – FGCPD, “Ofício 214 de 25 de Agosto de 1916 enviado ao Delegado do Procurador da República na Comarca de Ponta Delgada” in *Livro 340 do governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 241. Ao cônsul americano, o GCPD reconhece mesmo a existência de uma minoria germanófila em Ponta Delgada, aquando de um pedido de informações sobre o director da *Sociedade Correctora*, empresa com mais de 300 cultivadores de ananás e que sobre os quais refere: “Il est possible que parmi ses actionnaires il y ait

intuito de irritar os restantes manifestantes contra o mesmo. Se alguns dos soldados teriam demonstrado o seu apoio aos manifestantes, algumas testemunhas também referiram que entre os civis se expressava a desaprovação da atitude contra o referido grupo, chegando-se inclusive a ouvir o grito de “morra”o Sidónio Pais, no passeio. Acalmada a situação por uma das testemunhas (que pediu para não se transformar uma festa nacional em uma luta partidária, receando conflitos contrários), o grupo dispersou sem causar problemas¹¹⁴.

Poucos dias volvidos, a Secretaria da Guerra faria chegar ao CMA duas confidenciais a determinar que todos os comandantes militares fizessem chegar à mesma uma listagem de sargentos que não oferecessem inteira confiança ao regime, com o objectivo de afastar das fileiras todos os elementos “perturbadores da ordem e disciplina sem os quais o nosso exército não poderá manter o prestígio e a força de que necessita para o cumprimento da sua elevada missão”, e licenciassem os sargentos milicianos cujas chefias considerassem desnecessários, sem consideração pela antiguidade ou pelo motivo de promoção. Destas determinações, a cumprir escrupulosamente, conhece-se a resposta do RI 26. Colocados no Regimento de Ponta Delgada estavam três primeiros-sargentos e doze segundos sargentos (dos quais nove milicianos) de pouca confiança, embora apenas quatro se encontrassem na guarnição¹¹⁵.

dês germanofiles, mais, si cela est, ses personnes représentent une très infime minorité ou tous les points de vue”. *Ibidem*, Ofício 140 de 8 de Dezembro de 1917 ao Cônsul dos E.U.A. em São Miguel, pág. 498.

¹¹⁴ Não se conhece o desfecho desta situação. Terminado o auto de investigação ordenado pelo ACRA, o governador civil de Angra questiona-o sobre o tribunal a enviar o respectivo processo. Indica igualmente que parece-lhe ser um caso abrangido pelo n.º 4 do art. 1º do Decreto de 30 de Abril de 1912, pelo qual seriam punidos com a pena de prisão maior celular por seis anos, seguido por dez de degredo (ou, em alternativa, com pena fixa de degredo de 20 anos) todos os que excitassem os habitantes ou militares de terra e mar do território português a levantarem-se contra a autoridade do Presidente da República ou contra o livre exercício das faculdades conferidas pela constituição aos ministros do Governo. (O.E. 5 de 4 de Junho de 1912). Por proposta do CMAH, foi arquivada a participação ao Comissário de Polícia, por não ter tomado uma atitude enérgica face aos acontecimentos. Paralelamente aos acontecimentos, decorrem dois autos de corpo de delito a um tenente-coronel e a um capitão, assim como uma sindicância a um major comissário de polícia.

¹¹⁵ Dez destes sargentos haviam vindo do RI 2 (oito chegaram nos dias 19 e 20 de Agosto de 1918 e os restantes dois meses depois), dois do RI 12, um do RI 14, um do RI 18 e um do RI 24. Dez encontravam-se em Moçambique e um no CEP. Sabe-se que do RI 2 foram também enviados sargentos para o RI 25, e que a Secretaria da Guerra os mandou marchar, em finais de Agosto, como expedicionários para Moçambique. No forte de S. Brás encontrava-se a cumprir 30 dias de prisão correcional, em consequência do seu péssimo comportamento, um segundo-sargento, que havia sido punido pelos comandantes da 2ª e 6ª Divisões do Exército (quinze dias cada) e que, por não merecer igualmente confiança, seria licenciado, não podendo ser novamente convocado sem consulta prévia da mesma secretaria. A prisão do Forte de S. Brás, sempre muito concorrida, era também utilizada para as praças da Marinha de Guerra, nomeadamente do *Vasco da Gama* e da *Açor*. Ainda antes do final do ano, a Repartição do Gabinete perguntou se existiam processos de presos políticos relacionados com os acontecimentos de Novembro, e ordenou que, em caso afirmativo, se formasse de imediato o Tribunal de Guerra, de acordo com os regulamentos militares (isto, a 4 de Novembro). A 18, pergunta-se ao CMA em

Durante o mês de Janeiro de 1919, constata-se o envio de um auto de corpo de delito, instaurado a cinco militares e sete civis, pelo Comando Militar de Angra do Heroísmo ao Comando Militar dos Açores, em Ponta Delgada¹¹⁶. No que concerne a crimes políticos, apenas se constatou a instauração de um auto, por deliberação do MG, a um alferes do RI 26, por denúncia de um soldado, em virtude de aquele ter dado vivas à monarquia durante um jantar¹¹⁷.

No que concerne à administração civil, a instabilidade seria uma constante ao longo dos anos em estudo. Se a segunda metade do ano de 1914 aparentemente terá sido calma, pequenos indícios apontam para uma possível instabilidade em diferentes frentes, no futuro. Em inícios de Setembro de 1914, o Ministro do Interior pergunta ao GCPD quais as necessidades policiais do distrito, face à conveniência impreterível da segurança pública¹¹⁸. Poucos meses mais tarde, seria a mesma pergunta feita, mas por este governador ao CMPD¹¹⁹. Por outro lado, na cadeia civil de Ponta Delgada existem vinte e nove presos, dos quais 16 foram entregues em 1914 ao regime¹²⁰. Um possível controlo social poderá também ser indiciado por inúmeros telegramas cifrados com o mesmo ministro, neste ano e em 1915, de conteúdo desconhecido por ausência de cifra. Outros telegramas entre o GCPD e autoridades administrativas locais atestam que a esfera de decisão em assuntos desta natureza

que dia começava o tribunal a funcionar e os nomes dos membros. Não foi possível aprofundar mais esta questão por falta de fontes.

¹¹⁶ A data de envio é de 6 de Dezembro de 1918. Trata-se de um sargento-ajudante, um primeiro-sargento e três segundos-sargentos.

¹¹⁷ O soldado, no momento da participação, encontrava-se na Escola da Guerra e, pela forma como a nota é redigida, será de presumir que o acto deverá ter ocorrido no Continente, na República, antes de ser o arguente promovido a alferes do RI 26.

¹¹⁸ BPARPD – FGCPD, “Ofício 140 de 5 de Setembro de 1914” in *Livro 338 do governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, pp. 45.

¹¹⁹ Ao comandante militar de Ponta Delgada é perguntado pelo governador civil do distrito, a 19 de Maio, se a guarnição tinha força suficiente para intervir no caso de possível alteração da ordem pública. Apesar de o efectivo estar a decrescer rapidamente, o mesmo comandante assegurou a existência da força necessária, lembrando que qualquer requisição, excepto por extrema necessidade, teria de ser feita sempre pelo Comando Militar dos Açores, conforme ordenado pelo próprio. No citado dia foi a mesma requisitada, por via da cifra militar, em virtude de não existir uma entre o referido governador e o CMA, e por existir o receio de que a informação transpirasse para o público. Apesar de o n.º 2 do § único do art. 314 da Lei Orgânica do Exército permitir aos comandantes militares o fornecimento de forças militares em casos urgentes, é sempre pedido que os governadores civis a requeiram junto do CMA. Entre vários exemplos que poderiam ser dados, referem-se os ofícios 237 e 238, de 23 de Outubro de 1915, nos quais e em virtude de falha de comunicações para com a ilha Terceira, se intercede junto do comandante militar de Ponta Delgada para que não falhe a força militar a destacar para o concelho da Ribeira Grande, por receios de alteração de ordem pública durante um acto eleitoral. BPARPD – FGCPD, “Ofícios 237 e 238 de 23 de Outubro de 1915” in *Livro 338 do governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, pp. 407 e 408.

¹²⁰ “Presos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4145 de 10 de Outubro de 1914.

caberia a esta entidade, apesar de por vezes as câmaras municipais se corresponderem directamente com o Governo da República¹²¹.

É um facto a existência de deportados políticos nas ilhas. Dos mais famosos, regista-se a passagem por Ponta Delgada do general Joaquim Pereira Pimenta de Castro, do contra-almirante José Joaquim Xavier de Brito, do coronel Manuel Goulart de Medeiros e do capitão-de-mar-e-guerra Machado Santos, embora colocados sob regime especial¹²². Também será de referir que em 1915 a cadeia de Ponta Delgada tem numerosos destes presos, ditos à disposição do governo, num clima latente de indisciplina e revolta, bem conhecido pela população na época. Eram frequentes os problemas que ultrapassavam o simples domínio do carcereiro, infrutífero muitas das vezes para os controlar, originando evasões que alarmavam e transmitiam um clima de insegurança generalizado à população.

Neste contexto, não será de estranhar pedidos por parte do GCPD ou do Delegado do Procurador da República em Ponta Delgada, a solicitar ao CMPD ou ao CMA o fornecimento de uma guarda militar ao edifício. São os casos mais marcantes o ano de 1915¹²³, e por sua vez, de forma mais grave, o mês de Maio de 1916, em virtude

¹²¹ A título de exemplo, poderá ser referido o telegrama do Secretário-geral do GCPD ao Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, em que refere que, na qualidade de GCPD interino, não irá tomar nenhuma decisão de carácter político, optando por deixar os assuntos dessa natureza à autoridade que for nomeada, principalmente após a câmara se ter dirigido directamente ao governo, pelo que aguarda ordens. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 20 de Dezembro de 1914 para o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa” in *Livro 288 do governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917*.

¹²² José Bruno Tavares Carreiro, Secretário-geral do GCPD, informa-os a 14 de Junho de 1915 que as indicações dadas (e depois confirmadas pelo Presidente do Ministério da Guerra e interino da Marinha), não os restringiam de forma alguma, quer em espaço ou tempo. BPARPD – FGCPD, “Ofício 152 de 15 de Junho de 1915” in *Livro 338 do governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 312. O *Açoriano Oriental* n.º 4183, de 17 de Julho de 1915, publica um artigo intitulado “Exilados Políticos”, em que se explica que estes militares foram retirados à família sem hipótese de se despedirem, trazendo apenas a roupa que tinham no corpo. Encontravam-se hospedados no Hotel Açoriano. No que concerne ao regresso ao continente, nos jornais consultados apenas se detectou a partida do capitão-de-mar-e-guerra Machado Santos, por volta de 25 de Setembro do mesmo ano. “Machado Santos”, *Açoriano Oriental* n.º 4193 de 25 de Setembro de 1915. Para melhor entendimento sobre o movimento que despoletou esta situação, veja-se Ferreira, José Medeiros, “As forças armadas...”, *Ibidem*, pp. 271-272.

¹²³ BPARPD – FGCPD, “Ofícios 170 e 172 de 23 e 24 de Julho de 1915” in *Livro 338...*, *Ibidem*, pp. 333 e 335. Efectivamente, a segurança do edifício era muito precária. A 31 de Julho do mesmo ano são gratificados três guardas (com 2\$50) pela captura de presos evadidos da cadeia. “Ofícios 180 e 181 de 31 de Julho de 1915”, *Ibidem*, pp. 345/6. Em 9 de Agosto de 1915, ainda faltaria uma sentinela para guarda da cadeia, pelo que novo pedido é feito às autoridades militares. Quando questionado sobre a eventualidade de esta ser da Polícia Cívica, o GCPD refere ser o corpo da mesma de tal modo diminuto que o seu destacamento poria em causa o serviço de segurança. “Ofício 186 de 9 de Agosto de 1915”, *Ibidem*, p. 351. Esta sentinela acabaria por ser requisitada com urgência. “Ofício 195 de 19 de Agosto de 1915”, *Ibidem*, p. 362.

da insubordinação de 15 marinheiros alemães presos na referida cadeia¹²⁴. Alias, o CMPD faria chegar ao CMA a indicação, a 31 de Dezembro de 1915, de que nenhuma diligência havia sido constituída para a manutenção da ordem pública, havendo apenas a registar a guarda de um cabo e quatro soldados à cadeia civil da cidade, o que, de acordo com alguns órgãos de comunicação social, era já há muito tempo necessário¹²⁵.

Em Angra, a situação era similar. Em finais do mês de Janeiro de 1916, e por sugestão do Delegado do Procurador da República da Comarca de Angra do Heroísmo, o governador civil não dispensou a guarda militar à cadeia civil¹²⁶, numa altura em que todos os soldados eram necessário à organização militar.

Com o passar dos anos, a tendência para a instabilidade nas cadeias públicas foi em agravar-se. Nos meses de Fevereiro e Março de 1917 verifica-se um novo aumento da guarda à cadeia de Ponta Delgada. Com a ausência de iluminação pública, o crime aumentou e chega-se mesmo ao ponto de o GCPD louvar a actividade policial na investigação e identificação dos autores de numerosos crimes que se haviam verificado na cidade¹²⁷. Uma leitura linear do *Açoriano Oriental* atesta esta situação, principalmente nos concelhos de Ponta Delgada e Vila Franca do Campo.

Esta questão, que acabaria por se arrastar ao longo do período em estudo, seria mesmo alvo de um artigo no jornal *Açoriano Oriental* de 24 de Agosto de 1918. Mediante o boato da vinda de um vapor para Ponta Delgada com presos políticos, é manifestado publicamente o protesto de que, à semelhança do que se constatava nos jornais coloniais, também à população de Ponta Delgada não interessava este tipo de

¹²⁴Repetidamente, o GCPD haveria de pedir um reforço à guarda existente. Novamente refere ser o efectivo policial insuficiente para manter a ordem nos 65 presos (dos quais 15 alemães) surtos no mesmo local. Estes insubordinados alemães poderão ter sido presos por não acatarem as ordens de concentração do DCA em Lagoa, que nesta fase já se encontra plenamente montado, pelo que o referido governador pede para ser dispensada a guarda ao rádio e cabo submarino.

¹²⁵ “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4791 de 17 de Setembro de 1915.

¹²⁶ Esta guarda do RI 25 tinha as seguintes instruções: 1ª) A guarda cumpre sempre os deveres que os regulamentos militares impõem; 2ª) tem à sua guarda os presos da cadeia, cumprindo-lhe exercer vigilância externa do edifício, não permitindo a evasão dos mesmos; 3ª) Não permite a aproximação às grades das janelas que dão para o exterior de qualquer pessoa que com os presos queira ter entendimento. Quando, porém, se trate das mulheres ou dos maridos dos presos, podem permitir a aproximação das grades, na presença do respectivo carcereiro, por um espaço curto de tempo, não lhes permitindo a entrega de quaisquer objectos pelas mesmas grades e só aos elementos de família que o carcereiro conheça, chamando-o; 4ª) a guarda presta todos os socorros, a bem da polícia interna, que sejam solicitados pelo respectivo carcereiro, porém, em caso algum a sentinela abandonará o seu posto.

¹²⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 56 de 27 de Abril de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pág. 415.

pessoas, designadas como malandros inseridos no seio de uma comunidade pacata e ordeira¹²⁸.

Com efeito, estamos perante uma sociedade pacífica e conservadora, mas com determinados rasgos de crimes violentos que, por vezes, a deixava em choque. Alguns casos são elucidativos, como o pedido do governador civil de Angra do Heroísmo ao CMA, a 24 de Novembro de 1916¹²⁹, para que fosse fornecida uma força militar de modo a tranquilizar a população de São Jorge, receosa por se encontrar recluso um indivíduo, indigitado como o autor de um bárbaro crime de homicídio praticado na freguesia do Topo, podendo ainda ter um cúmplice a monte. Na argumentação da sua urgência, novamente se refere a falta de condições de segurança, não se podendo mesmo impedir a comunicabilidade entre os presos. Todas estas informações são-lhe transmitidas pelo magistrado e confirmadas pelo Administrador do Concelho¹³⁰. Este tipo de crimes bárbaros foi também identificado em Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, neste caso, de estupro de menores¹³¹. De forma mais comum, existem vários relatos de furtos¹³² e actos de vandalismo, destacando-se os

¹²⁸ Refere-se mesmo que o governo os deveria meter no Limoeiro ou em navios de guerra, mas não nos Açores, porque os Açores não são África. “Presos Políticos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4345 de 24 de Agosto de 1918.

¹²⁹ Fazendo eco da solicitação do Juiz de Direito da Câmara, por sua vez manifestada por intermédio do Administrador do Concelho das Velas.

¹³⁰ Dadas as circunstâncias, roga para que se nomeie com urgência uma força de oito soldados e um cabo, a seguir no próximo *San Miguel*. A 11 de Dezembro já se encontrava esta diligência às ordens do Administrador do Concelho, até que o Ministério da Justiça resolvesse a questão. Encontravam-se então em curso as averiguações sobre o homicídio e continuam a subsistir as poucas condições da cadeia civil local, havendo o risco do suposto homicida se evadir. Esclarece o mesmo governador civil que competia ao delegado do Procurador da República a exclusiva responsabilidade pela segurança da cadeia, mas seria certo que se o preso se evadisse caberia ao Administrador do Concelho evitar as perturbações da ordem pública.

¹³¹ Outro aspecto interessante será o uso das armas de fogo. Foram identificados ao longo do presente estudo, por intermédio do *Açoriano Oriental*, vários acidentes no seu manuseamento e, pelo Administrador do Concelho da Praia da Vitória, referida uma perseguição ao longo do caminho do cemitério, em que a vítima era perseguida a tiro. BPARAH – FGCAH, “Ofício 94 governador Civil de Angra do Heroísmo”, *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º governador civil – administrações do concelho*, 1912-1916, Administrador do concelho da Praia da Vitória. Aliás, estamos a tratar de uma sociedade fértil em acidentes de diversa natureza como, por exemplo, no mar (rotineiros) e de trabalho (nesta época, os seguros são recomendados, não obrigatórios).

¹³² O registo mais interessante foi um assalto a um automóvel em trânsito para as Furnas, o que terá constituído novidade absoluta na ilha. Sobre o vandalismo, será de referir a ordem dada ao comissário da Polícia Cívica pelo GCPD, a 13 de Dezembro de 1915, ordenando que fosse vigiado dia e noite por dois guardas e com o possível apoio dos soldados da GF, se necessário, o escritório do agente da Vacuum Oil e Cª em Ponta Delgada, uma vez que, pela parte do próprio e do cônsul americano na mesma cidade, existiam justo receios de que esta viesse a ser atacada. BPARPD – FGCPD, “Ofício 273 de 13 de Dezembro de 1915”, *Livro 338 do governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 448. A propósito de vandalismo, será interessante transcrever um dos comentários sobre o apedrejamento e fuga feito à casa do reverendo da Ponta Garça: “há ali uma quadrilha de malfeitores, que muito está precisando do chicote do Dr. Juiz de Direito de Vila Franca do Campo, que bem os saberá zurzir” “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4313

efectuados no posto de desinfecção de Ponta Delgada ou em propriedades aristocráticas em Angra do Heroísmo.

Acabamos por ter um universo prisional, ao que as fontes permitem entender, misto, em que presos colocados à disposição do Estado e criminosos coabitam no mesmo espaço sem condições de segurança, pelo que o resultado só poderia ser explosivo.

A própria Justiça é burocrática, lenta e complexa, como se constata a partir do processo de 14 destes presos ditos “especiais”, em inícios de Maio de 1916. O facto de se encontrarem a cumprir pena na prisão de Ponta Delgada leva a que o GCPD procure indagar, junto da Direcção-Geral de Justiça e do Delegado do Procurador da República na Comarca de Ponta Delgada, a sua situação. A 22 de Junho de 1916, são-lhe transmitidas instruções, que por sua vez as retransmite ao dito Delegado. Refere-se que a restituição destes presos à liberdade se encontra pendente do envio dos elementos de avaliação de culpabilidade dos mesmos, uma vez que na Direcção nada se encontra sobre o assunto, assim como um requerimento a pedi-la. Esta situação leva a que o mesmo governador desabafe que:

“Por todo o exposto e porque não só é da Justiça atender à situação desses presos que há muito cumpriram as penas em que foram condenados, como também a sua saída da cadeia resultará uma economia para o Estado e virem socorrer com o seu trabalho famílias que estão em miséria, rogo a V. Ex.^a se digne providenciar afim de que me sejam enviados os documentos referidos e mandar prevenir os presos da conveniência de enviarem a este Governo Civil os seus requerimentos ao Ex.^{mo} Ministro da Justiça”¹³³.

Eventualmente relacionado com este caso, são libertados a 22 de Agosto de 1916 dez presos da mesma prisão por ordem superior, mas com a obrigação de se

de 12 de Janeiro de 1918. Outros jornais que referem notícias desta natureza são os *Açoriano Oriental* números 4160 de 23 de Janeiro de 1915, 4161 de 30 de Janeiro de 1915; 4168 de 3 de Abril de 1915; 4172 de 1 de Maio de 1915, 4179 de 19 de Junho de 1915, 4188 de 21 de Agosto de 1915 e 4199 de 6 de Novembro de 1915.

¹³³ Os documentos pedidos são as cópias das sentenças condenatórias e certificados de registo criminal de cada um, entregues no Governo Civil a 25 de Julho do mesmo ano. BPARPD – FGCPD, “Ofício 135 de 2 de Junho de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 148. Pelo Administrador do Concelho da Praia da Vitória, ficamos a saber que os presos daquela vila são obrigados a pagar do seu património a sua alimentação, desde que o pudessem fazer. BPARAH – FGCAH, “Ofício 5 de 17 de Fevereiro de 1917”, *Livro 18...*, *Ibidem*.

apresentarem semanalmente no Comissariado de Polícia Cívica de Ponta Delgada¹³⁴. Este tema relacionado com os presos à disposição do Estado, de meandros pouco conhecidos, ganha um novo alento com o ofício do GCPD enviado ao CMPD a 6 de Setembro de 1916. Neste, transcreve-se o telegrama recebido da Direcção-Geral de Administração Política e Civil, em que se esclarece a proveniência de dois presos, desta feita entregues à autoridade militar, aguardando-se posterior resolução militar ou diligências a tomar¹³⁵.

A fuga das prisões não era, de modo nenhum, um exclusivo de Ponta Delgada¹³⁶. Aconteceu também na cidade do Funchal. Contudo, como a única forma de fuga da ilha era por via marítima, e como esta era a primeira cidade a ser tocada pelo vapor, uma rápida comunicação do governador civil daquela cidade para o de Ponta Delgada colocaria as autoridades da ilha de Santa Maria em estado de alerta, o que resultou, pelo menos nas situações detectadas no presente estudo¹³⁷.

Como já foi referido, um dos grandes motivos que originaram o incremento da criminalidade durante a Grande Guerra nas principais ilhas foi o facto de a iluminação pública ter sido reduzida ou extinta, por motivos de segurança.

Os primeiros relatos relacionados surgem a 27 de Abril de 1916, obviamente, já em contexto de guerra declarada, em que o Comandante Militar de Ponta Delgada é questionado sobre a efectiva necessidade de manter a vila da Lagoa na penumbra, pedindo-se para se restabelecer a iluminação eléctrica nas ruas, deixando-se apenas apagados os focos do litoral¹³⁸. Este pedido estaria de certeza relacionado com

¹³⁴ São eles os seguintes: Manuel da Souza Cravo, Jacinto de Aguiar, Jacinto Dionísio Furtado (o Farreca), Jacinto Raposo, José Gomes (Más Cabido), Manuel de Arruda (Sem Graça) Annibal de Mello, João Jacinto Borges, João Rebelo e João da Costa (o Teixeira). BPARPD – FGCPD, “Ofício 203 de 22 de Agosto de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 229.

¹³⁵ Os presos chamam-se José de Almeida e José Teixeira Silva. O primeiro, presume-se que seja Manuel Cabral, conhecido como o “Cabral” e é descrito como sendo um ex-polícia cívico e corrector no Hotel Coimbra e rua do Arco da Bandeira, na mesma cidade. Provável engajador de outros presos, como António Claudino, marítimo (vendedor de fruta nos paquetes) morador na mesma cidade. No barco poderá ter conhecido o segundo preso. Dada a sua natureza, diz-se ser conveniente telegrafarem à Polícia da Emigração, o que poderá indiciar que, aquando do pedido de “Informações”, os prevaricadores ainda não teriam sido presos. BPARPD – FGCPD, “Ofício 225 de 6 de Setembro de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 257.

¹³⁶ Aliás, são frequentes os pedidos de reforço à guarda da Cadeia Civil de Angra do Heroísmo, principalmente enquanto durassem circunstâncias anormais, como a 5 de Setembro de 1915 (por motivos desconhecidos).

¹³⁷ Ao Administrador do Concelho de Vila do Porto, o GCPD requer a captura de Francisco Godinho, de 45 anos, que viaja com o suposto nome de João Rodrigues Sousa. Em resposta, o mesmo afirma ter capturado, para além do referido, um segundo preso, de nome Artur Alineu, e que ambos serão remetidos ao Funchal no regresso do paquete, o que é transmitido ao governador civil daquela cidade. BPARPD – FGCPD, “Telegramas de 24 e 26 de Março de 1915” in *Livro 338...*, *Ibidem*.

¹³⁸ BPARPD – FGCPD, “Ofício 83 de 27 de Abril de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 91.

furtos, à semelhança do que sucederia com Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, por volta da mesma altura¹³⁹.

No primeiro caso, em meados de Dezembro desse mesmo ano, um novo pedido foi feito, em virtude do reforço feito na extinção de uma parte da iluminação municipal. Cada vez mais tornava-se necessário intensificar o policiamento das ruas de Ponta Delgada, de modo a evitar atentados à propriedade, sobretudo, nas áreas mais afastadas do centro urbano. A corporação policial contava com um pequeno número de guardas, insuficiente para efectuar uma acção eficaz, resumindo-se na prática apenas ao centro da cidade. Solicita-se às autoridades militares a colaboração para que fosse montado um serviço de patrulhas, que complementasse o serviço policial, o que seria muito bem visto pela população. Em nota ao CMA, o comandante militar de Ponta Delgada concorda e sugere que sejam comandados por um sargento, devido à grande escassez de oficiais¹⁴⁰. Seria esta uma das grandes linhas de força com que o novo ano se iniciaria nesta cidade, revelando um perfeito entendimento entre ambas as autoridades, o que, aliás, é uma das características mais constantes do período 1914-1919, salvo algumas excepções. Dividida em seis zonas, a cidade de Ponta Delgada era rondada por patrulhas de dois soldados entra as 18 e as seis horas, com a missão de zelar pela guarda de propriedade, reprimir algazaras que perturbassem o sossego e assegurar uma maior vigilância em locais ermos e apropriados a atentar contra a moral pública. A sua acção, enérgica, mas nunca letal, excepto se em extrema situação de atentado pessoal, deveria ser ponderada, com zelo e porte, mas não estúpida, de modo a não causar revolta, ao invés da submissão¹⁴¹.

¹³⁹ Em Março de 1917, os problemas em ambas as cidades subsistiam. Referindo o caso terceirense, o GCAH faria sentir ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, aquando do apagão imposto pelo bombardeamento da cidade de Ponta Delgada, a necessidade de se encontrarem soluções, uma vez que foram vários os crimes e os roubos. Para colmatar a situação, as autoridades militares e civis acabariam por acordar em apagar as luzes apenas uma hora antes do amanhecer. Ao que as fontes indicam, eram os bombeiros os responsáveis pela sua fiscalização. BPARAH – FGCAH, “Ofícios de 4 Junho de 1917 ao governador civil de Angra do Heroísmo e 10 de Novembro ao Comandante dos Bombeiros de Angra do Heroísmo”, *Livro 02 de Correspondência expedida da 1ª Secção da Secretaria do Governo Civil de Angra do Heroísmo para todas as corporações Administrativas*.

¹⁴⁰ Recomenda-se ao CMPD a constituição de seis patrulhas, com dois soldados cada e comando de sargento, por haver falta de oficiais. Estas patrulhas eram detentoras de apitos que já haviam sido cedidos ao RI 26 pela mesma autoridade, aquando de pedidos anteriores.

¹⁴¹ Esta força era comandada por um sargento e constituída por três cabos e 36 soldados do RI 26. As instruções previam que, nas esquinas das ruas compreendidas dentro das seis áreas, um dos soldados ficasse à esquina e o outro fizesse a progressão no terreno, em cerca de 80 a 100 passos, regressando após ter constatado a tranquilidade da mesma. Poderiam também subir e descer ruas alternadamente, e as patrulhas de duas praças (das quais o mais antigo era o arvorado ou o comandante), com três escalas por zona, seriam comandadas por um cabo. O comandante da força ficaria no quartel, nomeando e escalonando as patrulhas, explicando-lhes o serviço e certificando-se das horas de rendição (rendições às

Contudo, estes reforços eram efémeros. Pedidos em situações de clímax de criminalidade, uma vez reposta uma situação próxima à normalidade e mercê da falta de meios militares, estas patrulhas terminavam quando por força maior se tornavam insustentáveis. Persistindo o problema da falta de iluminação pública, nova situação de insegurança pública generalizada se formava, levando a novos pedidos, quer para Ponta Delgada como para a Lagoa. Neste último caso, novo pedido foi feito a 21 de Fevereiro de 1917, e novamente por falta de efectivo policial¹⁴². Neste caso já se destaca claramente o facto de existir um destacamento do RI 26 no local, pelo que, ao concretizar a sua missão prioritária, poderia muito também constituir um importante benefício para a manutenção e segurança da ordem pública, o que, na opinião do comandante militar de Ponta Delgada ao CMA, seria de aprovar, uma vez que se pactuava com a missão da diligência.

Uma outra questão invulgar, mas que levaria o GCPD a solicitar o apoio militar, seria o cumprimento das medidas tomadas pelas autoridades sanitárias. Em meados de Dezembro de 1916, o Governador Civil de Ponta Delgada requisitaria uma força militar para os Ginetes, em virtude de ali se ter verificado alterações da ordem pública. De facto, a população pretendia impor-se na continuidade das obras de ampliação do antigo cemitério da freguesia, contra o parecer das autoridades sanitárias. Argumenta a necessidade do uso da força, pois havia que garantir que as deliberações das autoridades sanitárias e administrativas fossem cumpridas, tornando-se urgente o envio de uma força de 10 a 15 praças para actuarem em ligação com o regedor e o subdelegado de saúde da freguesia¹⁴³.

18, 20, 22, 0, 2 e 4 horas). Recolheria as participações ou recibos de captura, podendo recorrer ao oficial de ronda à guarnição se necessitasse de forças em auxílio das patrulhas e da polícia cívica, decidindo quando por funções não o encontrasse imediatamente. Serviços de duas horas, com quatro horas de descanso no quartel, cabendo ao cabo fiscalizar o serviço, pelo menos duas vezes por noite e informar o comandante sobre eventuais ocorrências. Estas patrulhas são totalmente independentes da Polícia Cívica, mas prestam auxílio se solicitadas. Na eventualidade de ajuntamentos ou incêndios, o mais antigo ficaria a observar, enquanto o segundo chamaria a Polícia Cívica aos postos de Santa Clara, Calheta ou Comissariado de Polícia. Não lhes cabia desfazer os referidos ajuntamentos ou entrar nas casas. Capturariam e fariam entrega imediata dos embriagados e desordeiros ao Comissariado de Polícia, bem como os apanhados em flagrante delito de roubo ou atentado à moral pública, ou mesmo contra quem atentasse contra as suas determinações.

¹⁴² A pedido do Administrador do Concelho da Lagoa, o GCPD intercede junto do CMPD para que a vila seja patrulhada pela força militar que lá se encontra destacada, à semelhança de Ponta Delgada. Novamente se evoca a falta de efectivos policiais e a necessidade de tranquilizar a população face à falta de iluminação pública. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 26 de 21 de Fevereiro de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 382.

¹⁴³ BPARPD – FGCPD, “Ofícios 341 e 351 de 11 e 19 de Dezembro de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 334.

Apesar de simples, o povo açoriano era reivindicativo no que julgava serem os seus mais essenciais interesses. Para além desta questão do cemitério, e que haveria de crescer de modo a que a diligência enviada acabasse com cerca de sessenta praças sob comando de um capitão, o próprio administrador do concelho da Praia da Vitória se veria a braços com uma similar, envolvendo não o cemitério mas sim o padre.

A 9 de Fevereiro de 1915, e conforme deliberação do GCAH, foi à freguesia das Quatro Ribeiras investigar os problemas existentes entre o povo e o padre. Pelo que depreendeu, o reverendo vigário, quando se dirigia à Igreja Paroquial para rezar a missa, foi atacado por várias mulheres e alguns homens que com agressividade lhe pediram as chaves da igreja, ao que correspondeu. Já há algum tempo que esta autoridade eclesiástica se apercebera de que o povo da freguesia lhe era desfavorável. Acabou por entregar as chaves ao regedor e ao presidente da junta de paróquia, com o fim de evitar tumultos e garantir a ordem do povo.

De modo a colocar-se ao corrente de todos os factos, e uma vez ouvida a autoridade religiosa, o administrador seguiu para a casa do regedor. Encontrando o povo à porta deste, aproveitou para o interrogar. Perante a resposta que não queriam que as chaves fossem novamente entregues ao padre, elucidou que seria ilegal tomar as chaves, pelo que as mesmas legalmente só poderiam ser entregues a quem o substituísse. Perante o mal-estar instalado, o administrador fez-se acompanhar de um padre amigo e do regedor, batendo novamente à porta do vigário da freguesia. Ficaria o problema resolvido com uma breve troca de chaves, embora simbólica, porque estas voltariam às mãos originais, uma vez que o padre convidado, leia-se, o novo padre, não poderia lá estar todos os dias. Camuflada basicamente toda a operação e perante a ideia de um novo padre, rejubilou o povo e até se ouviram vivas ao antigo padre.

Situações como esta revelam a necessidade de uma permanente escuta e entendimento por parte das autoridades administrativas com as massas populares, na sua esmagadora maioria incultas, tementes a Deus e imbuídas em muitos aspectos de práticas sobrenaturais, pouco apologistas das doutrinas científicas ou mesmo religiosas, que fossem contra a sua maneira de ser e de estar. Situações como esta seriam ainda muito mais problemáticas, no que respeita à manutenção da ordem pública, por motivos alimentares, uma vez que em muitos casos se tornava necessário requisitar os géneros a quem legalmente os entendia como seus, podendo constituir motivo de revolta em localidades inteiras. Como diria José Bruno Tavares Carreiro:

“População com fome é população desvairada e ingovernável e a essa dolorosa situação se chegaria, se, mercê de precipitações, viesse a faltar no distrito o milho necessário para satisfazer as necessidades de consumo. A contingência é grave nos anos normais, quando há mercados de exportação a que se recorrer; incomparavelmente mais grave é na época que atravessamos, quando nem sequer esse recurso existe – fechados os portos russos, sem se poder contar com os celeiros de Marrocos, absorvidos pelos países em guerra, e sem se poder pensar no milho americano, que chegaria aqui por preços fabulosos, fora do alcance da bolsa do público, mercê da subida nos mercados da América e nos preços dos fretes marítimos”¹⁴⁴.

O milho será, pois, um dos melhores exemplos para falar sobre a instabilidade da ordem pública durante o período em análise. O excerto apresentado, da autoria de José Bruno Tavares Carreiro e referente ao futuro das exportações de milho¹⁴⁵, é exemplificativo do estado das subsistências públicas no mês que antecede a declaração de guerra a Portugal, ou seja, aquando da apreensão das embarcações alemãs surtas nos portos portugueses. Dois dias volvidos, o GCPD solicitaria ao CMPD a prevenção do RI 26 para auxílio da autoridade policial, a quem estavam cometidos directamente estes assuntos, uma vez que era latente um mal-estar social causado pela subida do preço do milho no mercado de Ponta Delgada, autorizado pela Comissão de Subsistências. Aliás, a questão das exportações é sempre uma situação muito sensível para autoridades e população em geral. No primeiro caso, de duas formas distintas: pelo receio da falta de géneros ou pela necessidade urgente de os exportar, de modo a evitar prejuízos em anos de abundância¹⁴⁶. No segundo caso, pelo receio da sua falta. Contudo, os problemas em questões de manutenção da ordem pública desenrolam-se na prática somente a partir da entrada de Portugal na Guerra. Subjacente à necessidade que o povo tem de um equilíbrio entre o preço e a quantidade, sempre assediado pelos comerciantes gananciosos que procuram bons lucros em mercados como Lisboa e

¹⁴⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 10 de Fevereiro de 1916”, *Livro 340 ...*, *Ibidem*, p. 3.

¹⁴⁵ Que será analisado em outro capítulo do presente trabalho.

¹⁴⁶ Como foi o caso das sérias ameaças de alteração da ordem pública, caso o vapor *Insulano* zarpassse do porto de Ponta Delgada a 1 de Dezembro de 1915. O GCPD expede um telegrama ao Ministro da Marinha a pedir que o *Insulano*, ao invés de seguir viagem para o Faial, carregasse ananases com destino a Inglaterra, conforme requeriam os cultivadores em negociações com a casa proprietária, enquanto solicita que o capitão do porto sustenha a saída do mesmo. BPARPD – FGCPD, “Ofício 265 de 30 de Novembro de 1915” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 439.

Madeira, poderá ter existido também uma necessidade de exportar vários géneros para o continente português, de acordo com algumas fontes, para abastecimento das tropas. Estes boatos poderão ter alimentado ainda mais um certo mal-estar social, já de si atrofiado pela carestia do dia a dia, preços altos, falta de emprego e ausência de determinados produtos essenciais, importados, dos quais e como se verá, os fósforos são um importante exemplo.

A situação económica, problema generalizado no país, seria alvo de legislação específica por intermédio do Decreto 3.313, de 24 de Agosto de 1917¹⁴⁷, levando a que em meados de Setembro o Governador civil de Angra do Heroísmo requeresse uma força de 20 soldados para auxílio da Polícia Cívica, com vista à sua execução, em especial a parte referente à produção, consumo e requisição de cereais¹⁴⁸. Entretanto, já muitos comerciantes da mesma cidade haviam ficado a aguardar os pagamentos dos fornecimentos de géneros ao DCA, sem data fixa definida para os receber. O crescer deste mal-estar naquela cidade haveria de atingir o clímax no final do ano.

Até lá, os problemas arrastar-se-iam sem grandes soluções à vista. Uns problemas geravam outros como, por exemplo, a alimentação dos presos civis na Praia da Vitória. O GCAH informava o CMA em meados de Setembro que, em virtude de não terem aparecido concorrentes ao concurso público para a alimentação dos presos

¹⁴⁷ Já, a 11 de Junho, havia determinado o governador civil de Angra, com vista a regular o consumo e fabrico de pão, o seguinte: 1º) que todos os detentores de trigo e farinhas deveriam declarar dentro de três dias aos administradores de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória as quantidades que possuíam; 2º) que as quantidades não declaradas e que ultrapassassem o consumo doméstico até nova colheita seriam confiscadas e enviadas ao Mercado Duque de Bragança. A venda do pão, taxado, só poderia ser feita nas padarias, ou ao domicílio, por intermédio destas, e estava proibido até à nova colheita vender farinha, fabricar massas, doces, bolachas e pão fino ou de qualquer outra natureza. As padarias tinham que declarar ao Comissariado da Polícia as quantidades de farinha adquiridas, para ser regulado o fabrico do pão, e em caso algum se poderia recusar a vender pão. No presente edital, era igualmente assente que os pesos a utilizar seriam unicamente os autorizados. Estas determinações provocaram grande instabilidade no preço do pão, mesmo porque existiam diferentes tipos (em nomenclatura militar, existe o pão de munição, o de sopa, milho, trigo, entre outros), levando a que o fornecedor do RI 26 não assegurasse o seu fornecimento. Chamado o governador civil, que era o Presidente da Comissão de Subsistências, acertou-se ser uma refeição com pão de milho e a outra com pão de trigo.

¹⁴⁸ Estas requisições, resultado sempre de um equilíbrio muito débil entre as existências a um dado momento, a perecibilidade do cereal e consequente prejuízo económico e a futura falta (esta questão será abordada em outro capítulo do presente estudo), eram sempre de interesse nevrálgico para a manutenção da ordem pública, por exemplo, em questões de exportação para fora do concelho. A título de exemplo, refira-se as instruções dadas ao Administrador do Concelho da Povoação, a 12 de Julho de 1915, em virtude do receio popular na exportação de milho: “Visto informação V. Ex. deve procurar convencer amigavelmente povo de que milho destinado embarque não faz falta algumas necessidades consumo local ponto se apesar de isso houver indícios oposição violenta ao embarque fica V. Ex. autorizado a proibi-lo para evitar perturbações ordem pública junto lancha segue porque tem que carregar fava não mando guarda polícia porque desejo assunto se resolva amigavelmente sem intervenção força”. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 12 de Julho de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*.

civis na Praia da Vitória, o delegado do Procurador da República da comarca afirmara que nessas situações era o Estado quem assumia essas funções. Solicita, pois, que a diligência surta na mesma vila se encarregasse deste facto. Se o CMA mal conseguia gerir as suas contas, mercê da falta de fluidez dos fundos aguardados do MG, situações como estas ainda agravavam mais a situação.

Nesta altura, as padarias já não conseguiam assegurar o fornecimento de pão às unidades militares, pelo que o GCAH procurava novas soluções, nomeadamente, novos fornecedores, que acabariam por em breve apresentarem os mesmos problemas¹⁴⁹. A situação ficaria de tal forma caótica que, a 23 de Setembro, esta autoridade solicitaria ao RI 25 a comparência imediata dos soldados com conhecimentos de fabrico do pão, em número de dois, embora possam também ter sido enviados mais dez com alguma experiência. Deveriam apresentar-se no Comissariado de Polícia para o indispensável serviço de acudir ao consumo público, ao mesmo tempo que renovava o pedido de cooperação num assunto tão grave como era o de uma greve geral que atingira quase todas as padarias da cidade.

A 4 de Outubro, as poucas padarias que não cessaram o seu funcionamento encontravam-se a laborar com excesso de horário, e a distribuição do pão era feita com atrasos, situação que se esperava ficar normalizada com a abertura de duas novas padarias para breve¹⁵⁰. A situação efectivamente acabou por se normalizar, levando a que, a 25 de Novembro, por solicitação do CMA, o referido Governador civil dispensasse a permanência da força colocada ao seu dispor para o auxiliar nas requisições de trigo¹⁵¹. Se aparentemente tudo apontava para uma acalmia da situação, esta quebrou-se de forma violenta a 16 de Dezembro, quando o CMA já se havia mudado para Ponta Delgada. Nesta data, o comandante militar dos Açores é informado pelo comandante militar de Angra do Heroísmo que, às 21 horas da noite anterior,

¹⁴⁹ Esta situação também se verificaria em Ponta Delgada, em especial durante o mês de Fevereiro de 1917. O GCPD informa o CMPD que a única padaria com farinha suficiente para consumo verificado no RI 26, seria a “Lisbonense”, e de pão para sopa, podendo fornecer-lo até fins de Abril e já não Junho como se havia calculado.

¹⁵⁰ Agradecendo a eficaz e proveitosa cooperação, o mesmo governador solicita a cedência de dois carros para, que todos os dias e enquanto as circunstâncias assim o exigissem, saírem da padaria à sete horas oficiais, de modo a rentabilizar a sua distribuição nesta altura. O transporte do pão para o Regimento de Infantaria n.º 25 era feito por faxinas através de cestas às costas.

¹⁵¹ Paralelamente, chegam algumas verbas para as unidades (embora em pouco número) e começam a verificar-se pedidos para que se processem verbas de alguns fundos (delapidados por não haver verba autorizada pelo Ministério da Guerra), como o caso da iluminação, pelo fundo *despesas excepcionais resultantes da guerra*. Um exemplo será o do pedido do comandante militar da Horta, que o solicita por ter algumas guarnições às escuras desde Março, por falta de autorização ministerial, situação que se mantém em inícios de Dezembro.

havia sido atirados vários foguetes luminosos, de acordo com algumas fontes, a mando dos padeiros, e que o povo se manifestara, partindo portas e vidraças das padarias. De uma das padarias haviam partido tiros, conhecendo-se quatro feridos. Por requisição do Governador civil, a ordem havia sido restabelecida. A autorização terá vindo directamente da Repartição do Gabinete da Secretaria da Guerra, que autorizou o uso de meios violentos, se necessário.

A este propósito diria o *Açoriano Oriental*:

“Em Angra do Heroísmo deram-se grandes motins por causa do pão sendo assaltadas algumas padarias. Fez-se também política do caso, segundo depreendemos da leitura dos jornais dali. Os desordeiros não entraram na ordem às primeiras...”¹⁵².

Em Ponta Delgada, apesar de mais ordeira, a situação não seria muito diferente, como se verá posteriormente. Na ilha Terceira, a 29 de Dezembro seria dispensada a força requerida para a manutenção da ordem pública, embora o Governador civil de Angra do Heroísmo peça uma menor (18 soldados, dois cabos e um segundo-sargento) para policiamento da cidade, ficando em diligência no Comissariado da Polícia¹⁵³.

O ano novo entraria com profundos problemas económicos (1918), que teriam repercussões na manutenção da ordem pública.

O *Açoriano Oriental* de 16 de Fevereiro continua a constatar a existência de roubos e, a 2 de Março, de tiros para o controlo da população na vila da Lagoa. A tensão latente leva a que se peça a reestruturação da Polícia Cívica, em virtude da presença de muitos estrangeiros na ilha, que se por um lado geravam muitas receitas, também propiciavam o desenvolvimento do crime, uma vez que se roubava para posterior fornecimento como, por exemplo, galinhas, muito caras e escassas na

¹⁵²“Agitação popular”, *Açoriano Oriental*, n.º 4311 de 29 de Dezembro de 1917.

¹⁵³ A falta de um efectivo policial já havia sido a razão de um contacto feito pelo delgado da Procuradoria da República na mesma cidade a 14 Novembro, ao CMA. Afirma-se, em resposta ao ofício recebido, que o corpo de polícia cívica não se encontrava em condições de poder desempenhar o serviço de vigilância na cadeia civil da mesma comarca, pelo que era pedido ao menos uma sentinela permanente junto da entrada da cadeia, a qual deveria ser encarregada das seguintes instruções: policiamento externo ao edifício, de modo a evitar que pessoa alguma se aproximasse das grades das prisões para comunicar com os presos; impedir a entrada na cadeia de qualquer pessoa sem autorização do carcereiro, que a deveria acompanhar e auxiliar o carcereiro, acompanhando-o às prisões sempre que solicitado para efeitos de segurança pessoal.

época¹⁵⁴. Pede-se, pois, no semanário mais polícia, melhores condições e dignidade para essa força e, novamente, mais e melhor iluminação¹⁵⁵.

Novas formas de revidação (ou incitamento ao tumulto, como era encarado), como o corte dos fios de luz, geram a prisão de prevaricadores na Vila Franca do Campo¹⁵⁶. Esta importante prisão não seria o suficiente para terminar com a instabilidade da ordem pública, que se gerou em finais de Maio de 1918, levando à requisição pelo Governador civil de Ponta Delgada de uma força de 30 praças para a dita vila, que, uma vez em diligência, iniciaria um serviço de três patrulhas, à semelhança do que havia sido feito em Ponta Delgada, das 21 às 23 horas¹⁵⁷.

Uma vez implantado na prática o ACRA e estabelecidas boas relações com a base naval americana, a situação haveria de conhecer uma certa estabilidade, gerando-se por sua vez outros tipos de problemas, como adiante se falará.

Contudo, nos últimos meses do ano, nova onda de instabilidade se haveria de gerar, representando o mês de Outubro de 1918 um crescimento da agitação social em diferentes ilhas. A 2, haveria de partir uma diligência do RI 26 para a vila da Ribeira Grande¹⁵⁸, a fim de ficar à disposição da autoridade administrativa, e a 8 é ordenado a um oficial sindicante do RI 25 que se esclareça uma série de pormenores sobre uma força requisitada para a manutenção da ordem pública na ilha Terceira, sem

¹⁵⁴ “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4325 de 6 de Abril de 1918.

¹⁵⁵ De acordo com o *Açoriano Oriental* n.º 4318 de 9 de Fevereiro de 1918, o quadro do Corpo de Polícia Cívica de Ponta Delgada encontrava-se completo com 26 guardas e quatro cabos. O mesmo jornal, n.º 4351 de 5 de Outubro de 1918, no artigo *Polícia Cívica*, refere que, dada a carestia de vida (cada vez maior), ao polícia a quem se exigia andar sempre bem vestido e calçado, com um ordenado de apenas 800 réis por dia, tal não era possível. Sobre a iluminação, são inúmeros os exemplos no jornal *Açoriano Oriental* do período em questão, em que se critica a Câmara de Ponta Delgada pelo regresso à iluminação a petróleo e à falta de iluminação para além do núcleo histórico da cidade. Neste caso, pede-se ao CMA que retome o serviço de patrulhas à cidade, referindo-se novamente o grande fluxo de estrangeiros. “Pela Polícia”, *Açoriano Oriental* n.º 4326 de 13 de Abril de 1918.

¹⁵⁶ “Notícias de Vila Franca do Campo”, *Açoriano Oriental* n.º 4330 de 11 de Maio de 1918.

¹⁵⁷ Sob comando de um alferes. “Notícias de Vila Franca do Campo”, *Açoriano Oriental* n.º 4333 de 1 de Junho de 1918.

¹⁵⁸ Com comando de oficial subalterno, esta diligência era constituída por 30 praças de fileira, um sargento e um corneteiro. O mês de Setembro terá sido igualmente agitado em Angra do Heroísmo. Em ofício datado de 5 de Outubro, o comandante militar dos Açores informa o governador civil do distrito que, tendo levado a despacho do ACRA o seu ofício do mês anterior, este havia-lhe dito que se encontrava pendente de estações superiores a organização de companhias de polícia militar nos distritos insulares, o que suprimiria com vantagens as forças militares em diligência nos comissariados de polícia. Contudo, estava autorizado o pleno entendimento com o comandante do RI 25 (comandante militar de Angra do Heroísmo, por acumulação) a substituição das praças nesta situação, assim como o reforço da diligência. A estes soldados bastaria apenas ser entregue um cartão autenticado com o selo branco do Governo Civil, a atestar a autenticidade da sua missão. Perante a existência de militares de diferentes nacionalidades, já se refere a necessidade de existirem soldados portugueses para controlo dos restantes soldados nacionais. Poderá ser esta ideia entendida como um embrião da actual Polícia do Exército, que na II Guerra Mundial seria criada junto da Base das Lajes na Ilha Terceira com este objectivo, embora designada ao tempo como Polícia Militar.

que se indique a causa. A 12 do mesmo mês, é ordenado ao RI 26 que mantenha em permanência no quartel uma força de 30 praças, pronta a sair em auxílio da autoridade administrativa e do Comissariado da Polícia, na manutenção da ordem pública no mercado da Graça ou em qualquer outro local.

A 24, novamente seria alterada a ordem pública no distrito de Ponta Delgada, desta vez por questões judiciais¹⁵⁹ e, já em inícios de Novembro, é na ilha de São Jorge, nomeadamente na Calheta, que outros problemas se levantam¹⁶⁰.

O ano de 1919 iniciar-se-ia dentro da mesma linha económica do ano anterior. A população continuava ainda a recuperar da violenta epidemia Espanhola e via-se a braços com uma economia profundamente deficitária, a vários níveis e em todas as ilhas. A 18 de Janeiro, o CMA receberia um telegrama da diligência estacionada nas Velas, a informar que havia sido forçada a abrir fogo por motivos de ordem pública. Em Angra, seis dias depois o GCAH pediria para que o RI 25 colocasse uma força de prevenção para apoio da Polícia Cívica, em virtude de receios bem fundamentados de alteração da ordem. A 5 de Fevereiro seria requisitada uma força de comando de sargento para seguir para a Terra Chã com o mesmo fim. Em meados do mês, o pedido de prevenção seria feito a partir da Horta, solicitando o GCH ao comandante do RI 25 a intervenção de forças de infantaria e artilharia para protecção no desembarque nas Flores, provavelmente, de géneros que se encontravam a bordo do vapor *Funchal*. Esta diligência manter-se-ia nesta ilha ainda durante o mês de Março, a pedido do mesmo¹⁶¹.

Nessa altura, já se havia iniciado a desmobilização das tropas. Constituindo um pesado fardo económico para as unidades e o Estado, foi feita de modo célere, deixando os comandantes com pouca margem de manobra nos compromissos assumidos. Como consequência, o CMPD, em telegrama de 16 de Setembro de 1919, afirma ao CMA estar com o serviço regimental e de guarnição num

¹⁵⁹ Por se tratar do verso de uma nota, esta indicação encontra-se incompleta. Trata-se de uma diligência do RI 26 (provavelmente em Vila do Porto) que solicita autorização ao CMA para intervir a pedido da autoridade administrativa na freguesia de S. Pedro. A causa era motivada pela alteração da ordem pública, em virtude de uma sentença proferida pelo Juiz de Direito.

¹⁶⁰ O Comandante da diligência do RI 25 nesta ilha pede autorização para satisfazer a requisição de força para a manutenção da ordem pública pedida pelo Administrador do Concelho. O comandante do Regimento ordenou a prevenção e a intervenção em caso de emergência, antes de saber a resposta definitiva por parte do CMA. Em questão estava o embarque de carga no vapor *Funchal*, a que muitos se opunham.

¹⁶¹ Outras situações detectadas acabaram por ficar por esclarecer, como por exemplo a indicação a 6 de Maio de 1919, por parte do GCPD ao CMPD, de que já podiam recolher ao RI 26 as diligências estacionadas em Arrifes e Feteiras por haverem cessado as causas que originaram a sua saída.

nível mínimo, não podendo fornecer guarda à prisão da dita cidade, quanto mais a diligência requisitada pelo mesmo governador civil para a vila de Ribeira Grande, justificando assim a impossibilidade de fornecer uma outra diligência a Angra do Heroísmo.

Apesar de grave crise económica e social, os órgãos de comunicação social consultados acabariam por não espelhar problemas sociais de maior.

No que concerne à agitação administrativa interna, o ano de 1915 iniciase com um pedido de demissão do Governador civil, Dr. Adelino Furtado¹⁶², invocando desamparo por parte do governo central, conforme assim o refere ao MI:

“tenho aguardado informações que me ponham minuciosamente corrente situação política. Como porém não recebi essas informações e demora ainda bastantes dias vapor que aqui deve trazer notícias peço V. Ex.^a se digne dar-me minha demissão...”¹⁶³.

Pouco tempo decorrido, registar-se-iam graves casos de instabilidade administrativa na Lagoa, sendo nomeado novo administrador do concelho em inícios de Março de 1915¹⁶⁴ para, a 8 do mesmo mês, serem exonerados todos os regedores do concelho. Com a queda do governo do general Pimenta de Castro, o GGPD, ao anunciá-la, refere também a sua exoneração.

Como era normal, numa prática vinda já da Monarquia, a queda do governo implicava a substituição de toda a linha hierárquica, do ministro ao regedor de freguesia¹⁶⁵, por mais que os governos quisessem fazer passar uma mensagem de tolerância política:

“por ordem Ex.^o Ministro do Interior, não tendo o actual governo nenhum carácter político partidário mas sendo essencialmente republicano nacional não

¹⁶² Nomeado a meados de Janeiro de 1915. “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4159 de 16 de Janeiro de 1915.

¹⁶³ É nomeado novo GCPD, pelo general Pimenta de Castro, o coronel Virgílio Soares de Albergaria, no mesmo dia das eleições de 27 de Fevereiro de 1915 e que cairia juntamente com o Presidente do Ministério, sendo certo que Manuel de Arriaga, presidente, também caiu. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 31 de Janeiro de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*. “Eleições”, *Açoriano Oriental* n.º 4177 de 5 de Junho de 1915.

¹⁶⁴ O Sr. Abel Machado Macêdo. “Administrador do concelho da Lagoa”, *Açoriano Oriental* n.º 4164 de 6 de Março de 1915.

¹⁶⁵ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 17 de Maio de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*. Na fase em análise, já o *Açoriano Oriental* de 9 de Janeiro de 1915, no artigo *Situação do Governo*, refere o facto de este se encontrar em situação extremamente precária. *Açoriano Oriental*, n.º 4158 de 9 de Janeiro de 1915.

devem ser praticadas nem consentidas hostilizações perseguições de carácter político partidário devendo ser perseguidos sem menor complacência qualquer crime. Peço que me comuniquem todos factos contrários espírito estas instruções”¹⁶⁶

Isto dois dias antes de o mesmo ministro dar ordens para que os respectivos presidentes de câmara assumissem a administração dos respectivos concelhos, como em caso de emergência se encontrava estipulado¹⁶⁷.

Não iremos avançar propriamente pela problemática da confrontação político-partidária em S. Miguel. Mesmo assim, há que notar que o governador civil do Distrito tinha bem a noção de que a situação não era pacífica. Com efeito, o jornal *Açoriano Oriental*, no seu número de 3 de Junho de 1916, dava notícia de um atentado à bomba verificado na residência do solicitador judicial de Lagoa. Mediante a gravidade do facto, o GCPD enviou ali o chefe da polícia cívica (entretanto nomeado administrador do concelho) para mais facilmente descobrir os criminosos, o que não seria difícil em vista das inimizades e grande intriga que ali existia em termos políticos¹⁶⁸.

A verdade é que, durante todo o período em estudo, a instabilidade é notória ao longo da investigação. Em inícios de Janeiro de 1918, nova crise se fazia sentir.

O ano, em grande parte condicionado à acção do Alto Comissário da República nos Açores, começaria com uma grande inconstância política. Por decreto publicado em Diário da República de 10 de Janeiro, foram dissolvidos todos os corpos administrativos recentemente eleitos, e encarregues os governadores civis das nomeações das respectivas comissões administrativas¹⁶⁹.

¹⁶⁶ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 20 de Maio de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*.

¹⁶⁷ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 22 de Maio de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*.

¹⁶⁸ “Atentado na Lagoa”, *Açoriano Oriental* n.º 4229 de 3 de Junho de 1916. Na realidade, tratava-se de duas bombas que deflagraram às 3 horas da manhã no piso térreo da residência de Abel Machado Macedo. A vila da Lagoa aparentemente seria fértil em acontecimentos de dimensão considerável. Já a 15 de Abril de 1915, havia sido levada a cabo uma investigação pessoalmente pelo GCPD, por factos anormais ocorridos no teatro da mesma. Para que fosse garantida a ordem pública durante a sua execução, é ordenado ao Comissário do Corpo de Polícia Cívica que envie dois guardas de polícia ao administrador do concelho da Lagoa. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 89 de 15 de Abril de 1916”, in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 232.

¹⁶⁹ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 4 de 11 de Janeiro de 1918” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 70. As eleições do mês de Dezembro foram conturbadas, existindo em alguns casos a ideia de ilegalidades.

A 30 de Janeiro de 1918, seria o GCPD a pedir a sua demissão ao Ministro do Interior¹⁷⁰. No mesmo dia e por ordem ministerial, é ordenado à Polícia Cívica que encerre um Centro Democrático em Ponta Delgada e desarme a população civil, passando-se buscas domiciliárias, se necessário, devendo-se tomar todas as medidas necessárias para a execução da ordem¹⁷¹.

Nas relações inter-autoridades administrativas, a requisição de uma força militar de comando de subalterno, a fim de assegurar o regular funcionamento de uma sessão extraordinária da Junta Geral de Angra do Heroísmo, fez estalar o verniz sobre a competência do presidente da Junta para a pedir. Tal obrigou o comandante militar dos Açores a rever toda a legislação existente, em busca da por ele citada. Pelo art. 31.º da Lei Administrativa de 7 de Agosto de 1913, os presidentes dos corpos administrativos podiam requisitar forças públicas. O artigo 1.º do Regulamento Geral do Serviço do Exército determinava, porém, que tal só podia verificar-se em casos extraordinários e quando a Polícia Cívica e a Guarda Nacional Republicana não conseguissem pôr cobro à situação. Além disso, as requisições teriam sempre que ser formuladas por escrito pelas autoridades competentes (art. 2.º). A esta legislação havia que acrescentar o art. 69.º do Código Eleitoral de 3 de Julho de 1913, que permitia a requisição de força pública pelos presidentes das mesas.

Ora, não querendo infringir a lei e tendo dúvidas sobre a sua interpretação, o CMA consulta a repartição competente do ministério da Guerra. A resposta seria clara: os regulamentos militares não permitiam a requisição de forças militares por presidentes dos corpos administrativos, pelo que tal interpretação da lei foi prontamente comunicada ao governador civil e ao presidente da Junta Geral¹⁷².

¹⁷⁰ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 36 de 30 de Janeiro de 1918” in *Livro 342 do governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 102. O novo governador civil, tenente-coronel Mário Augusto Teixeira, apresentou-se a 25 de Fevereiro de 1918. *Ibidem*.

¹⁷¹ BPARPD – FGCPD, “Ofícios n.º 39 e 40 de 30 de Janeiro de 1918” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 103 e 104.

¹⁷² Uma vez esclarecidas as situações, o CMA, perante o pedido de requisição para policiamento da Cadeia de Ponta Delgada em finais de Julho, responde ao governador civil da mesma cidade que, pelo Regulamento de Requisições de Forças, no seu artigo 1º, estas só por motivos muito extraordinários e por incapacidade dos serviços de segurança é que poderiam sair. Nestas condições, pede para que informe se a Polícia Cívica se encontra ou não em condições para executar esse serviço e qual o número de sentinelas necessárias, visto ser reduzido o efectivo das unidades em Ponta Delgada. Do ofício é dado conhecimento ao delegado do Provedor da República na mesma cidade, responsável pelo estabelecimento prisional. As preocupações do governador civil começavam da porta da mesma para fora. Declarada a insuficiência da Polícia Cívica é então autorizada a guarda, que a muito custo foi mantida pelas unidades, em virtude da escassez de meios humanos, chegando-se ao ponto de nomear de serviço o pessoal impedido às companhias para limpeza e conservação de material, assim como aos oficiais e Hospital Militar de Angra do Heroísmo, bem como à carreira de tiro. Esta escassez fez-se sentir com mais

Contudo, a requisição de forças militares para a manutenção da ordem pública em actos eleitorais é uma situação que surge praticamente em todos os anos em estudo, como se poderá constatar a 23 de Outubro de 1915, um dos vários exemplos em que forças militares são requeridas, neste caso em particular para a vila da Ribeira Grande¹⁷³.

Este seria um dos maiores factores de instabilidade social durante os últimos meses de 1917. Se na ilha Terceira esta insegurança foi motivada pela falta de bens essenciais, no caso particular da ilha de São Miguel, a questão eleitoral estaria na ordem do dia. A 13 de Novembro, o Governador civil de Ponta Delgada roga ao CMA que autorize por telegrama (em virtude da urgência) que o CMPD satisfaça a requisição de uma força armada, delegando no comandante militar local futuros pedidos para as freguesias da Achada, Ginetes, Capelas, Bretanha e concelhos de Nordeste e Ribeira Grande¹⁷⁴. Três dias volvidos, saíram quatro diligências rumo à Maia, Ribeira Grande, Ginetes e S. Roque¹⁷⁵. No dia das eleições (18 de Novembro), foi também requisitada uma força para Arrifes, posteriormente reforçada (no mesmo dia) com 20 soldados (bem como a dos Ginetes), passando a comando de capitão. Em Ponta Delgada, o piquete de prevenção do RI 26 foi igualmente requisitado pelo Governador civil para auxiliar a manutenção da ordem pública durante o acto eleitoral na freguesia de S. José.

A 10 de Dezembro de 1917, o GCPD tem novos motivos para recear alterações graves da ordem pública. Um grupo de irmãos da Santa Casa da Misericórdia não acata as suas ordens e pretende, à força, realizar eleições entretanto por ele adiadas. Em pedido ao CMPD, esclarece que a autoridade civil era impotente face aos perigos que daí poderiam derivar, pelo que só a força militar podia impor a ordem. Satisfeita a

intensidade em Angra do Heroísmo, sendo a questão agravada pela aproximação das Escola de Repetição e de Recrutadas, que exigiam o cabal desempenho das referidas praças. Pelo menos em finais de Setembro de 1915 e Janeiro de 1916, são dadas por findas as guardas à cadeia civil de Angra do Heroísmo, informando-se que só uma intervenção do Ministério da Guerra, a quem se expunha com frequência os problemas levantados pela escassez de militares, podia resolver o problema. Entretanto, continuam os deferimentos para ausências no estrangeiro (predominantemente para os E.U.A.) e adiamentos de incorporação.

¹⁷³ Esta força deveria ficar às ordens do administrador do concelho. Feito o pedido ao CMA, verificou-se que a resposta deveria tardar por se encontrar o cabo telegráfico interrompido entre as duas ilhas, pelo que o telegrama havia sido retransmitido via Londres. BPARPD – FGCPD, “Ofícios 237 e 238 de 23 de Outubro de 1915” in *Livro 338...*, *Ibidem*, pp. 407 e 408.

¹⁷⁴ Estes pedidos são já a prever futuros problemas. A requisição inicial feita ao CMPD previa duas forças para as sedes de assembleias eleitorais na Achada e no Nordeste. A cinco dias do acto eleitoral, a urgência na partida era imediata em virtude de forças levarem respectivamente 3 e 5 dias a chegar ao local pretendido. Saíram pois estas duas diligências com comando subalterno, um sargento e 25 soldados.

¹⁷⁵ À excepção da diligência enviada para os Ginetes, a constituição era idêntica às já enviadas para a Achada e o Nordeste. No caso dos Ginetes, foi com comando de subalterno, um sargento e 45 praças. Conforme a distância, poderiam sair do quartel após o *rancho da tarde* ou então à alvorada.

requisição, a força seria dispensada no dia seguinte¹⁷⁶. Aliás, existem alguns casos em que o *Açoriano Oriental* refere que o governador civil, neste caso o de Angra do Heroísmo, praticamente teve que “pedir-lhes quase por amor de Deus (à população) que sossegassem”¹⁷⁷, o que poderá não ser totalmente exagero literário da época. Critica-se a brandura com que as autoridades tentam controlar a população.

O ano de 1918 foi em grande parte condicionado pela acção do Alto Comissário general Simas Machado, que, por ser objecto de capítulo específico, não terá agora maior desenvolvimento da sua acção nesta área, mas sim da actividade das esferas abaixo da sua.

No início desse novo ano, a instabilidade política nacional é grande, assim como já fora durante 1917¹⁷⁸. Por decreto publicado em Diário da República de 10 de Janeiro, foram dissolvidos todos os corpos administrativos recentemente eleitos, e encarregues os governadores civis das nomeações das respectivas comissões administrativas¹⁷⁹. Pois, dias volvidos, o GCPD pediria a sua demissão ao Ministro do Interior¹⁸⁰. No mesmo dia e por ordem ministerial, foi encerrado um Centro Democrático em Ponta Delgada e ordenado o desarmamento da população civil, passando-se buscas domiciliárias quando necessário. As directivas superiores referem

¹⁷⁶ BPARPD – FGCPD, “Ofícios 142 e 143 de 10 e 11 de Dezembro de 1917” in *Livro 342...*, *Ibidem*, pp. 1 e 2.. Estas eleições seriam posteriormente feitas por ordem do GCPD e decorrem sem incidentes.

¹⁷⁷ “Agitação popular”, *Açoriano Oriental*, n.º 4311 de 29 de Dezembro de 1917.

¹⁷⁸ A este propósito, será de referir a instauração do Estado de Sítio em Lisboa pelo menos duas vezes durante 1917. Lei n.º 696, 29 de Maio de 1917 e Decreto n.º 3.150, 20 de Maio de 1917 in *Ordem do Exército* n.º 7, 1917, I série, Secretaria da Guerra, pp. 177/178 e 199/200; Lei n.º 740, 20 de Julho de 1917 e Decreto n.º 3.245, 12 de Julho de 1917 in *Ordem do Exército* n.º 8, *Ibidem*, pp. 230/231 e 246. Em 1918, a 12 de Outubro, a nível nacional. *Ibidem*, n.º 12, pp. 805-806. Como Estado de Sítio é entendido um “estado de excepção, declarado nos termos constitucionais, em todo ou parte do território nacional, para fazer face a uma perturbação da ordem constitucional, não controlada pelas autoridades civis, ou à agressão efectiva ou iminente por forças estrangeiras, que dá origem à adopção de medidas que implicam a suspensão parcial dos direitos, liberdades e garantias constitucionais e a substituição das autoridades administrativas civis pela autoridades militares”. Coelho, Cor Inf. Rodrigues. *Política de defesa nacional perante as crises: estados de emergências e estado de sítio*. Curso Superior de Comando e Direcção. Instituto de Altos Estudos Militares. 1983/1984. Para mais pormenores, veja-se Soares, Vicente Henrique Varela e Adelino, Eduardo Augusto das Neves, “Estado de Sítio” in *Dicionário de Terminologia Militar*, I Volume, Edição dos autores, Sociedade Astória, 1963. p. 579. No caso de 1918, é mesmo referido suspensão total das garantias constitucionais, sendo prevista uma gratificação extraordinária a todos os cabos, soldados e equiparados das guarnições de Lisboa e Porto pelo trabalho descrito como extraordinário na manutenção da ordem pública. Esta gratificação apenas deveria terminar seis meses após o terminado o estado de guerra.

¹⁷⁹ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 4 de 11 de Janeiro de 1918” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 70. As eleições do mês de Dezembro foram conturbadas, existindo em alguns casos a ideia de ilegalidades.

¹⁸⁰ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 36 de 30 de Janeiro de 1918” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 102. O novo governador civil, tenente-coronel Mário Augusto Teixeira, apresenta-se a 25 de Fevereiro de 1918. *Ibidem*.

mesmo que deveriam ser tomadas todas as medidas necessárias, em primeira instância pela Polícia Cívica¹⁸¹, para a execução da ordem.

Não sendo propósito do presente estudo analisar de uma forma muito profunda a instabilidade política, referiram-se alguns exemplos que, devido à sua gravidade, despertaram a atenção ao longo da investigação. A título de conclusão, será de referir que esta instabilidade existiu de uma forma regular, atingindo determinados picos ao longo do período em estudo. Deixa-se ao critério de futuros investigadores o aprofundamento desta questão.

Outro facto digno de realce, será o das relações entre portugueses e americanos. Se por um lado, a existência de uma base naval daquela nação em Ponta Delgada possibilitou um incremento à economia local, possibilitando a abertura de restaurantes, hotéis e casas de carácter duvidoso, os órgãos de comunicação social referem ao longo do ano algumas situações de pugilato entre portugueses e americanos e, em alguns casos, destes com marinheiros de outras nacionalidades¹⁸². Se, numa fase inicial, o controlo destas diferentes forças se encontrava um pouco anárquico, rapidamente as chefias procuraram resolvê-las. O caso americano, que será analisado, conhece alguns abusos até meados do ano, altura em que o *Açoriano Oriental* deixa de referir os exageros praticados nos passeios a Vila Franca do Campo, certos actos de vandalismo, como o ocorrido junto das suas oficinas, ou mesmo desordens graves. De acordo com aquele semanário, o policiamento a marinheiros estrangeiros estava reservado à polícia de bordo americana, o que realmente se constata pela prisão de marinheiros daquela nacionalidade e também francesa¹⁸³. Quando os locais se envolvem nestas lutas, a sua postura é criticada, defendendo-se sim que a Polícia Cívica deveria ocupar-se dos cabecilhas de motins portugueses, que procuravam tirar proveito destas situações¹⁸⁴. Em Abril de 1919, seria mesmo apresentada uma queixa ao CMPD

¹⁸¹ BPARPD – FGCPD, “Ofícios n.º 39 e 40 de 30 de Janeiro de 1918” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pp. 103 e 104.

¹⁸² Os seguintes jornais referem alguns destes acontecimentos: *Açoriano Oriental* números 4330 de 11 de Maio de 1918; n.º 4337 de 29 de Junho de 1918; n.º 4341 de 27 de Julho de 1918 e n.º 4351 de 5 de Outubro de 1918.

¹⁸³ Neste caso, tratou-se da provocação de um marinheiro bêbado francês a uma senhora acompanhada, o que gerou pancadaria entre marinheiros franceses, americanos, civis e soldados expedicionários portugueses. A chegada da força armada americana controlou a situação, embora não se tenha evitado o disparo de alguns tiros, o que gerou o pânico entre muitas pessoas. “Tumultos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4351 de 5 de Outubro de 1918.

¹⁸⁴ Existem situações em que se constatam provocações ou danos de ambas as partes, de modo isolado e aparentemente não organizado como, por exemplo, o apedrejamento de uma casa em S. Gonçalo onde se sabia residirem americanos (“Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4351 de 5 de Outubro de 1918) ou de

contra um oficial da Marinha americana por agressões a um civil português, que por sua vez a passou ao Comando da Base Naval Americana¹⁸⁵.

Uma vez terminada a Grande Guerra, os últimos confrontos nos mares dos Açores poderão ainda ter deixado alguma agitação social em algumas das ilhas, como se poderá depreender da requisição feita pela autoridade administrativa de Santa Cruz da Graciosa à diligência surta na mesma vila, para a manutenção da ordem pública entre marinheiros na noite de 14 de Dezembro¹⁸⁶. Estes marinheiros, ao que as fontes indicam, foram dos últimos náufragos a dar às costas nas ilhas.

Uma última referência, aos monárquicos. Apesar de pouco visíveis na documentação, a sua actividade não estaria completamente extinta. A 20 de Junho de 1919, em ofício ao Comandante do Centro de Aviação Marítima dos Açores, o GCPD refere já ter dado ordens ao comissariado de polícia para que apreendesse todas as bandeiras bicolores e para que iniciasse um processo de averiguações sobre o facto¹⁸⁷, o que revela bem a actividade pró-monárquica local.

vidros da oficina do *Açoriano Oriental*, por americanos (“Insuportável”, *Açoriano Oriental*, n.º 4330 de 11 de Maio de 1918).

¹⁸⁵ O ataque, referido como brutal, foi testemunhado por vários civis, polícias e inclusive um militar, é referido como sem nexos, uma vez que da parte da vítima nenhuma provocação teria sido realizada. O oficial americano apresentava indícios de embriaguês (o ataque foi às 20 horas) e foi conduzido com voz de prisão pela Polícia Cívica de Ponta Delgada, que o entregou, uma vez no Comissariado, ao oficial americano de patrulha, passando o respectivo auto ao CMPD, que o juntou ao processo enviado à Base Americana.

¹⁸⁶ Uma força de um cabo e seis soldados. RI 25. 14 de Dezembro de 1918.

¹⁸⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício 77 de 20 de Junho de 1919” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 336.

III

PORTUGAL NA GRANDE GUERRA: A INTERVENÇÃO DOS AÇORES

1. O aprisionamento das embarcações alemãs e a concentração de prisioneiros de guerra.

“Com receio de ser metido a pique, acha-se há dias amarrado na bacia da doca, um vapor alemão que entrara para receber carvão. Ontem, por ordem superior, foram-lhe cortados a bordo os aparelhos de telegrafia sem fios”¹.

Foi desta forma que o *Açoriano Oriental* anunciou o início da saga das tripulações das embarcações alemãs surtas ao porto de Ponta Delgada ao rebentar as hostilidades. Em virtude da presença no Atlântico de poderosos vasos de guerra de ambas as nações, com destaque especial para a Inglaterra no Atlântico norte, estas eventuais presas resguardam-se de possíveis saques², e ficam a aguardar o evoluir da situação³. Entretanto, situação inversa ocorre relativamente aos açorianos na Alemanha, que aquele semanário refere terem dificuldades em regressar, aguardando as famílias boas-novas⁴.

¹ *Açoriano Oriental*, n.º 4136 de 8 de Agosto de 1914.

² Apesar de protegidas, as embarcações aparentemente podiam não se encontrar libertas de saque, uma vez que, na semana de 24 de Outubro de 1914, é noticiada a baldeação das 42.000 sacas de trigo da *Margretha* para um vapor inglês, que entretanto descarregava carvão (o que aparentemente não chegou a ser concretizado). O destino deste cereal seria novamente a Austrália.

³ É o caso do vapor *Schwarzbur* (3354 ton.), vindo de Antuérpia. No mesmo *Açoriano Oriental* onde se anuncia a sua chegada, são referidas cinco batalhas navais entre a Alemanha e a tríplice Entente, das quais a que o *Victor Hugo* afundou o *Phanther*, e uma segunda, em que se refere ter a Inglaterra afundado 28 navios alemães, capturado 12 e perdido 14, entre os quais o navio almirante em chefe. “A guerra”, *Açoriano Oriental*, n.º 4136 de 8 de Agosto de 1914. As informações chegam de modo descontrolado e, no *Açoriano Oriental* seguinte, é desmentido a grande batalha referida, dizendo-se: “Têm fervido toda a semana os telegramas ainda por muitos deles serem inconcebíveis, enigmáticos e para cúmulo o referente à batalha no mar do norte desmentido! Ora em vista disto, que crédito podem merecer as outras batalhas menos cruentas que a do mar do Norte? Que a guerra continua é um facto, mas que as notícias para aqui expedidas não são a cópia fiel dos acontecimentos, é também um outro facto”. “A guerra”, *Açoriano Oriental*, n.º 4137 de 15 de Agosto de 1914.

⁴ Num caso específico, a viagem foi cancelada. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4136 de 8 de Agosto de 1914.

Entretanto, começam a fechar-se as rotas comerciais, como mais adiante se verá, sem que se estivesse à espera⁵. A 29 de Agosto de 1914, já são dois os vapores alemães atracados no porto desta cidade. Perante a passagem, por poucas horas, do cruzador americano *Maine* no porto, hastearam bandeira da confederação americana nos respectivos mastros da proa⁶.

Em finais de Setembro são publicadas as sucessivas declarações de guerra e é noticiado o desenrolar dos acontecimentos, com destaque para as atrocidades alemãs e a entrega das vítimas aos familiares. A nível local, será de referir a abertura de uma subscrição pública por parte do consulado alemão, cujo produto seria a favor dos combatentes inválidos do império alemão⁷.

Em finais de Outubro eram quatro as embarcações alemãs: duas galeras e dois vapores. “Não se sabe quando daqui sairão. Uma das galeras entrou na quinta-feira completamente carregada de madeira. É de admirar como escapou ao corso”⁸.

A sua estadia acaba por gerar lucros, uma vez que ficam a pagar o direito de estadia⁹ e a sua tripulação é muito útil no incêndio do lugre *Vouga*, uma vez que são os primeiros a combatê-lo¹⁰.

No final do mês de Outubro, saíam de Ponta Delgada, quatro tripulantes russos a bordo do *Funchal*. Na semana de 21 de Novembro embarcaram no mesmo paquete alguns alemães, cansados da espera, rumo ao que se dizia ser o campo de batalha, numa viagem que não seria isenta de risco, como refere o semanário micalense: “se não forem detidos por algum dos cruzadores que fazem a polícia dos

⁵ “Ananases”, *Açoriano Oriental*, n.º 4137 de 15 de Agosto de 1914

⁶ Ao que tudo aponta, em sinal de respeito. Na actualidade, quer os navios de guerra como os mercantes não têm mastros de proa. Na semana seguinte, deu entrada a barca alemã *Margretha*, oriunda da Austrália com trigo para Falmouth: “arribou aqui e amarrou no porto artificial por causa da guerra”. “Embarcações entradas no porto desta cidade, na actual semana”, *Açoriano Oriental*, n.º 4136 de 5 de Setembro de 1914. Estavam já duas das três embarcações a serem requisitadas neste porto em Fevereiro de 1916. A *Shiffbek* haveria de chegar na semana de 24 de Outubro, ficando assim o trio completo. Contudo, não foi possível identificar uma das embarcações que hasteou a bandeira americana, mas terá sido provavelmente o vapor *Excelsior* (3.719 ton.) Sabe-se que em finais de Dezembro, esta embarcação ainda se encontrava no porto micalense. Ambas as barcas são de 4 mastros, sendo a *Margretha* de 2276 toneladas e a *Chiffbeck* de 2663 ton. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4149 de 7 de Novembro de 1914 e “Vapores”, *Açoriano Oriental*, n.º 4155 de 19 de Dezembro de 1914.

⁷ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4143 de 26 de Setembro de 1914.

⁸ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4147 de 24 de Outubro de 1914. A suposta embarcação que deveria levar o trigo, acabou por sair em lastro. *Idem*, n.º 4.149 de 7 de Novembro de 1914.

⁹ O semanário aproveita para relembrar a necessidade de os aproveitar para dar um novo impulso à obra do quebra-mar, há muito tempo estagnado. “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4149 de 7 de Novembro de 1914.

¹⁰ De acordo com o *Açoriano Oriental* n.º 4151 de 21 de Novembro, o incêndio lavrou devido à rotina de queimar enxofre para matar ou afugentar os ratos da embarcação. Apesar do pronto auxílio dos súbditos alemães, recorrendo inclusive a bombas e escafandro, e posterior apoio dos bombeiros desta cidade, o navio estava inavegável, mesmo condenado como o referido jornal acabaria por dar a entender.

mares e enviados à ilha cujo nome se oculta e onde se acham alguns milhares deles apanhados em tais condições”¹¹. Efectivamente, o risco era elevadíssimo, conforme se constata na semana de 30 de Janeiro de 1915, em que o *São Miguel* é mandado parar a tiro de peça de artilharia quando seguia para Lisboa, por os ingleses não terem reconhecido o distintivo nem o vapor abrandado a marcha. Uma vez revistado e devidamente identificado, o vapor seguiu viagem, mas sem 16 dos 18 alemães oriundos da Madeira, identificados a bordo, que entretanto foram recolhidos pelo cruzador inglês¹².

Entretanto, o ano iniciava-se com comemorações e algumas más notícias. A 27 de Janeiro, as embarcações alemãs embandeiravam-se em homenagem ao seu Imperador, mas, entretanto circulavam boatos: O governo português havia proibido a livre circulação dos súbditos inimigos, restringindo-a à zona onde se encontravam e teriam que entregar os passaportes às autoridades administrativas ou aduaneiras¹³. Efectivamente, e tanto quanto a presente investigação permitiu saber, em meados desse mês, o GCPD enviou uma circular a todos os regedores de freguesia para que, sem demoras, todas as pessoas em determinadas circunstâncias se apresentassem no GC, sob pena de procedimento judicial. Tratava-se das licenças de residência, a aplicar a todos os estrangeiros ou portugueses naturalizados estrangeiros, e a perda de todos os direitos de protecção jurídica, podendo mesmo ser bloqueada a sua saída, independentemente de serem possuidores de passaporte consular ou não¹⁴. Entretanto, a guerra desenrolava-se, e os súbditos alemães apenas voltariam a ser notícia um ano depois, nomeadamente em finais do mês de Fevereiro, aquando da requisição das embarcações surtas no porto micaelense¹⁵. O *Açoriano Oriental* que a anuncia refere que a população estava alarmada, por constar que estava a ser trocada intensa correspondência cifrada entre as autoridades locais e o governo central¹⁶.

¹¹ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4.151 de 21 de Novembro de 1914.

¹² “S. Miguel”, *Açoriano Oriental*, n.º 4161 de 30 de Janeiro de 1915.

¹³ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4160 de 23 de Janeiro de 1915.

¹⁴ Para reconhecimento militar e as demais penalidades estabelecidas pelo decreto-lei de 17 de Julho de 1871. BPARPD – FGCPD, “Ofício 3 de 7 de Janeiro de 1915 enviado aos Regedores do distrito de Ponta Delgada” in *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 135.

¹⁵ Para mais pormenores sobre a requisição das embarcações alemãs em portos açorianos e na constituição do Depósito de Concentrados Alemães, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

¹⁶ “Navios Alemães”, *Açoriano Oriental*, n.º 4215 de 26 de Fevereiro de 1916.

A população micalense, seriamente preocupada com os possíveis efeitos da guerra no seu futuro próximo, comentava a situação em conversa de café, gerando-se alguns boatos, mais ou menos perniciosos, em especial no que dizia respeito aos alemães. Mas as boas ideias surgem de imediato. E por que não utilizar uma das embarcações requisitadas para o transporte de ananases? Uma situação que o GCPD tentou diligenciar junto do Estado¹⁷, embora sem êxito. Com os movimentos militares subsequentes e já relatados - como a saída de uma guarda para o cabo submarino -, questiona-se o que se passa. A declaração de guerra vem explicá-lo em parte¹⁸.

A 25 de Fevereiro de 1916, é requisitada ao comandante militar de Ponta Delgada pela autoridade marítima e em virtude de ordens superiores que se ocupe os navios alemães surtos ao porto da mesma cidade, acto que decorreu sem incidentes pela autoridade do Regimento de Infantaria n.º 26¹⁹ e que se repetiu igualmente pelo resto do país, inclusivamente no porto da Horta.

A primeira referência encontrada em documentação civil sobre o aprisionamento das embarcações alemãs no porto de Ponta Delgada data de 28 de Fevereiro de 1916. Neste ofício o governador civil questiona o capitão do porto de Ponta Delgada sobre a carga e as respectivas quantidades, de modo a informar superiormente, sendo a sua venda em hasta pública uma eventualidade muito plausível.

Este acto, repetido em todo o império português, conduziu à declaração de guerra por parte da Alemanha e à inevitável entrada de Portugal na Grande Guerra, que, por sua vez, levou a que fosse reformulado o estatuto dos súbditos alemães em solo português, concretizado no Decreto n.º 2350 de 20 de Abril de 1916. Por este diploma, todos os homens em idade militar (dos 16 aos 45 anos), tinham que forçosamente ficar em Portugal, em locais a determinar pelo Governo. Por razões não totalmente conhecidas, um dos locais definitivos para a existência de um destes campos, foi o Forte de São João Baptista, em Angra do Heroísmo, ilha Terceira, na qual passa a vigorar o Estado de Sítio²⁰.

A 9 de Março, em telegrama das 22h e 45 minutos o Ministro da Guerra comunica ao CMA a declaração de guerra feita a Portugal pela Alemanha, participação efectuada na dia imediato aos restantes comandos de ilha que por sua vez se fizeram

¹⁷ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4216 de 4 de Março de 1916.

¹⁸ “Alarmante”, *Açoriano Oriental*, n.º 4217 de 11 de Março de 1916. Em estado de guerra. *Idem*.

¹⁹ Para mais pormenores veja-se *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11*, pp. 169 a 170 e *O Depósito de concentrados alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, pp. 71 e 72.

²⁰. “Decreto 2351 de 20 de Abril de 1916” in *Ordem do Exército*, n.º 7, 1ª Série, pp. 488. A este propósito, veja-se também o “Decreto 2355 de 23 de Abril de 1916”, *Idem*, p. 488-489.

cercar pelas principais autoridades militares da sua área, nomeadamente pelos comandantes do portos, das unidades militares e Guarda Fiscal com vista de se procurar organizar uma defesa eficaz.

Uma vez declarada a guerra, o cônsul inglês foi de imediato recebido no Governo Civil de Ponta Delgada, dado que manifestava o receio de actos de sabotagem pelas tripulações contra a estação de cabo submarino, preocupação comunicada ao Comandante Militar de Ponta Delgada, em virtude de o efectivo policial ser muito parco²¹. No dia seguinte, as tripulações germânicas são proibidas de abandonar a ilha, e ao director da estação é solicitada a implantação de abrigos de sentinelas, de modo a se poder estabelecer um cordão de segurança para vigilância do edifício e material exterior²². A proibição torna-se extensiva a todos os súbditos alemães a 14 de Março²³.

A 8 de Abril é comunicado ao ex-cônsul alemão, Gustav Wallenstein, que a protecção dos interesses dos súbditos alemães em Portugal havia ficado entregue aos cônsules americanos²⁴. Em finais deste mês, o GCPD e o CMPD, quando questionados pelo CMA sobre a aplicação do Decreto 2350, referem não o conhecer. Ainda se aguardavam na cidade micaelense instruções sobre o destino dos prisioneiros de guerra, quando foi superiormente ordenado, no primeiro dia de Maio, que os súbditos alemães se

²¹ Esta guarda deveria manter a vigilância das 20 horas até ao amanhecer e residir no interior do edifício. “Ofício 62 de 9 de Março de 1916 enviado ao comandante militar de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 39. Apesar de se ter que recorrer a praças impedidos, tencionou-se formar uma força no mínimo de 15 praças para exercer a necessária vigilância à Estação do Cabo Submarino em S. Roque. O receio levantado por estas duas autoridades estava associado a um possível vandalismo por parte das tripulações das embarcações alemães surtas no porto da cidade. Devido aos exíguos meios humanos, marcharam 9 praças sob comando de um cabo, ou seja a totalidade de todo o pessoal disponível no momento. Em justificação ao referido Governador Civil, o CMPD esclarece que para manter referida vigilância armada, teve que pedir autorização ao CMA para usar recrutas (em instrução), o que poderia causar mais embaraços do que utilidade, devendo a sua utilização ser a mais breve possível e apenas pela urgência que o assunto tratava. Mas afirma existir mais: a necessidade também inadiável de zelar pela segurança das embarcações requisitadas, a ingente necessidade de prover aos serviços da guarnição e quiçá a necessidade de prover por qualquer motivo à manutenção da ordem pública, obrigam à existência permanente no quartel de um efectivo muito superior em consequência de não haver ainda na ilha a Guarda Republicana e por ser muito limitado o pessoal da polícia civil. Eis pois a justificação antecipada à falta de satisfação de uma qualquer requisição de força que por ventura fosse feita de futuro, cabendo-lhe a ele, Governador Civil tomar as necessárias providências para que no terreno adjacente à estação fossem colocadas os indispensáveis abrigos dos sentinelas do modo a criar uma área de segurança.

²² BPARPD – FGCPD, “Ofício de 65 de 10 de Março de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 42. Um pedido de idêntica natureza é realizado a 15 de Março para protecção da Estação de Rádio da Nordela.

²³ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 69 de 14 de Março de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 47. O *Açoriano Oriental* de 13 de Março refere que, de acordo com um telegrama recebido pelo *Diário dos Açores*, todos os indivíduos nascidos em Portugal e filhos de alemães eram considerados como súbditos, tendo então cinco dias para sair do país, conforme Decreto 2350, excepto os que fossem funcionários do Estado. “Decreto 2350, de 20 de Abril de 1916” in *Ordem do Exército*, n.º 7, 1ª Série, p. 480. A este propósito, veja-se também o Decreto 2355, de 23 de Abril de 1916. *Idem*.

²⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 71 de 8 de Abril de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 71.

apresentassem no Comando Militar de Ponta Delgada, sem que, contudo, se referisse quem iria tratar do alojamento e alimentação²⁵. Ficariam a custas próprias, excepto os indigentes, que seriam alimentados pelo Estado com rações de campanha. Três dias volvidos, já se encontrava em curso a criação de um depósito na vila da Lagoa, com todos os alemães recolhidos a 9 de Maio, à excepção de dois foragidos que se teriam evadido a bordo de embarcações com destino aos EUA. Nesse mesmo dia o GCPD recebe um telegrama do Director-Geral do Ministério do Interior com instruções provisórias e não completamente precisas sobre a situação do ex-cônsul Gustav Walleinstein. Não era permitida a sua saída do distrito e deveria ser-lhe dada assistência em harmonia com a sua situação. A decisão que esta autoridade entendeu tomar, em harmonia com o comandante militar de Ponta Delgada, foi manter esta família especial fora do campo de concentração, pelo menos enquanto se esperavam novos esclarecimentos²⁶.

1.1. O Depósito de Concentrados Alemães

Numa fase inicial os Açores conheceram três depósitos distintos, nas três principais ilhas. Em finais de Abril e inícios de Maio de 1916, inicia-se o acolhimento dos súbditos alemães radicados nas ilhas e dos tripulantes da embarcações apreendidas, para durante o Verão seguinte serem enviados para Angra do Heroísmo. Até Janeiro de 1917, já haviam dado entrada no forte de S. João Baptista 551 prisioneiros de guerra oriundos de diversas partes do Império Ultramarino Português, à excepção de Timor e Macau. Este número foi progressivamente aumentando até se atingir os 715 concentrados em Agosto de 1918, para depois começar a declinar.

Em inícios de Junho de 1916, o forte de São João Batista recebe a visita do comandante militar dos Açores. Numa fase inicial, as unidades ainda não tinham sido transferidas, pelo que o movimento no interior da fortaleza e mesmo as condições chocam um pouco a autoridade militar. Em ofício enviado à Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra, o general Augusto Magalhães refere estar a fortaleza com mais de 700 praças, alguns oficiais, sargentos e famílias (cerca de 1000 pessoas), a que se juntavam os alemães, tornando-se bastante notória a falta de água com que lutavam

²⁵ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 92 de 1 de Maio de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 102. A 26 de Junho do mesmo ano, é constatada a existência de quatro malas abandonadas na Alfândega de Ponta Delgada, do alemão Heinz Mayer, de Hamburgo. Na dúvida se estariam ao abrigo do Decreto 2355, o GCPD decide protelar a situação até superior decisão, para serem vendidas em hasta pública para pagamento de despesas de armazenamento.

²⁶ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 98 de 4 de Maio de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 108.

diariamente, por não ser canalizada. Tinha pois que ser transportada em pipas, em carros puxados a bois. Em virtude de ser insuficientíssima, autorizou o aluguer de mais um carro de bois, aumentando-se assim a despesa sem resultados práticos por continuar a ser insuficiente. Tal facto acarretava problemas, como a falta de casas de banho em condições para as praças, entre outros. Pela despesa anual com a água acrescida do aluguer dos carros, sairia mais barato mandar canalizá-la. Determinou ao IFOMA a apresentação, o mais depressa possível, dum projecto de canalização para a fortaleza, e solicita que, uma vez recebida, o MG dê autorização imediata para o seu arranque, por ser urgente e imprescindível. Informa que grassavam na ilha febres tifóides em larga escala, assim como alguns casos de peste e doenças endémicas, o que, aliado à falta de higiene, traria consequências bastante desagradáveis, caso chegassem a entrar no campo²⁷.

A 9 de Junho, esperava-se receber das ilhas 175 súbditos alemães, a que se deveriam juntar 267 oriundos da Madeira. A 8 de Julho, pede-se autorização ao mesmo ministro para transportar os prisioneiros oriundos de São Miguel, que chegam no dia 27. A 7 de Agosto, são recebidos os provenientes da Madeira e Cabo Verde, escasseando já o material de aquartelamento, pelo que alguns têm que dormir no chão²⁸. A 12 do mesmo mês reiterava-se o pedido para iniciar as obras do tecto da igreja da fortaleza, para servir de refeitório aos concentrados e, a 15, esperava-se ainda por súbditos oriundos da Horta, assim como de material de aquartelamento. A recolha ficaria completa a 30 desse mesmo mês²⁹. A 29 de Setembro eram já 515 os prisioneiros de guerra, esperando-se a chegada de mais, tal como de material de aquartelamento. Ao MG, o CMA refere existir uma disciplina extraordinária, cega mesmo, da parte de um dos concentrados, pelo que seria de contar com a sua hostilidade, mesmo desarmados, em caso de um golpe de mão à ilha. Era uma situação muito anormal, pelo que a atenção teria que ser redobrada de modo a os manter e defender a ilha, redobrando-se os cuidados³⁰. Em Novembro, verificam-se mortes e há

²⁷ Eram as necessidades diárias de 24.000 litros, pelo que, com apenas três carros, a custo de 60\$ mensais, apenas se conseguia colocar metade deste precioso líquido no interior da fortaleza.

²⁸ Entretanto, um grupo de 22 pessoas com mais de 45 anos desejavam ser colocados na fronteira com Espanha. O comandante do vapor *Pedro Nunes* aguardava instruções do Ministério da Guerra. Desde o início que se pedia que as camas acompanhassem os prisioneiros, o que nem sempre era possível.

²⁹ AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, Nota 494 de 30 de Agosto de 1916, Fia 4.

³⁰ AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, Nota 585 de 29 de Setembro de 1916, Fia 14. Em Novembro, já se reclama pela restante secção de metralhadoras, de modo a que a bateria fique completa. AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, Nota 704 de 6 de Novembro de 1916, Fia 4.

doentes em estado grave. Reclama-se por fundos para melhorar as condições higiénicas, e luta-se contra a resistência alemã à vacinação³¹.

O fluxo inesperado de centenas de prisioneiros num muito curto tempo levantou uma série de problemas de diferentes naturezas às autoridades militares portuguesas. São inúmeras as dificuldades decorrentes, desde o abastecimento de água ao forte à expansão da rede eléctrica, bem como a concretização de uma série de pequenas e grandes obras fundamentais para uma higiene, alimentação e aquartelamento adequados. A dificuldade em controlar os atritos entre portugueses e alemães, bem como evitar fugas e combater as doenças e epidemias, foram outras tantas questões extremamente complicadas de resolver. Para todos os aspectos referidos, urgia a constante necessidade de uma capacidade económica que não existia nos moldes necessários, pelo que a gestão, não só do depósito em si como de todo o Comando Militar dos Açores, teve que ser feita com muita mestria, principalmente em 1916, o que não evitou muitos dissabores não só ao Comando Militar, como também aos concentrados e comerciantes terceirenses.

Se, por lado, a concentração havia levantado uma série de problemas à instituição militar, sempre seriamente comprometida com o apoio do Ministério da Guerra, as consequência da retirada deste importante grupo, afecto não só às embarcações, mas também às comunicações e ao comércio, derivou em problemas de natureza social. Em Dezembro de 1916, o GCPD enviou à Intendência dos Bens dos Inimigos³² uma petição de um numeroso grupo de comerciantes da cidade, que pedia a autorização para satisfazer três ou quatro prestações de letras a súbditos alemães. Como despacho do Subsecretário de Estado das Finanças, foi-lhe comunicado que ficava autorizada a concessão, sendo o câmbio o da data de entrega de cada prestação, uma vez que se tratava de pagamentos em moeda estrangeira. A esta quantia seriam acrescidos dois por cento de juros ao ano, caso existissem atrasos de mais de 60 dias após a entrega da primeira prestação, uma vez que, pelo tempo de demora, o mesmo

³¹ Pedem-se mais médicos para combater as febres tifóides, que continuam a aumentar, para além do Dr. Soromenho. A 12, morre um prisioneiro com tuberculose e febre tifóide e, cinco dias mais tarde, mais dois, de febre, de 19 e 22 anos. A 22 são catorze os doentes, um dos quais em estado grave. A 1 de Dezembro, grassa a peste na ilha, estando a situação no interior do campo controlada, com apenas doze pacientes a melhorar e um caso recente. Subsistem os problemas associados à higiene e limpeza. As questões de saúde seriam sempre alvo de uma grande atenção. Para mais pormenores, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

³² Que tutelava os bens requisitados. Para mais pormenores veja-se o supracitado Decreto 2350.

valor seria abonado pela Caixa Geral de Depósitos³³. A forma de pagamento destes créditos pertencentes aos súbditos alemães seria definida em nota do Secretário das Finanças, em 23 de Fevereiro de 1917, originando uma reacção do governador civil, uma vez que a situação da maioria dos devedores era crítica. É, pois, explicado que “quase todas as dívidas a alemães provêm da indústria do ananás, cujo mais considerável mercado era Hamburgo, que hoje se encontra quase absolutamente paralisada. Os Alemães emprestavam dinheiro para a construção de estufas e cultura do ananás, pagando-se depois pelo produto desta. Assim, numerosos indivíduos, desprovidos de capitais, se lançaram a cultivar ananases e foi nestas condições que a guerra veio surpreendê-los”³⁴. A exigência de colocar os créditos ao câmbio actual (Abril de 1917) levantava graves problemas aos devedores, uma vez os créditos se encontravam quase ao dobro do que eram quando a guerra se iniciou. Coloca-se pois a questão. Como poderão ser pagos empréstimos por parte de uma indústria que não chegou a tirar resultados? Pede-se pois um regime de excepção para esta classe que favorecerá ambas as partes, evitando assim o Estado as execuções que inevitavelmente condenarão muitas famílias à absoluta miséria, sem que daí provenham grandes benefícios. Esta solução, “além de justa, teria os melhores reflexos no espírito desta laboriosa população que as consequências da guerra tanto vieram afectar”³⁵. Pede-se, pois, a intervenção do Ministro das Finanças.

Todo processo de arrestamento dos bens dos inimigos em território nacional não foi isento de dúvidas e, como tal, o caso açoriano não foi excepção. Em

³³ O grupo de comerciantes pontadelgadenses pedia autorização para satisfazer as prestações num prazo de um a dois meses. Este critério, entendido pelo subsecretário como sendo mensal ou bimestral, ficaria ao critério da Intendência, conforme o caso. Se o pagamento integral tivesse sido feito de uma só vez, applicava-se o art. 39º do regulamento de 9 de Dezembro de 1909. No caso de falha de pagamento, applicavam-se as disposições do direito comum. Este despacho, datado de 6 de Janeiro de 1917, foi transmitido ao Delegado do Procurador da República da Comarca de Ponta Delgada e ao Presidente de Direcção da Associação Comercial da mesma cidade. BPARPD – FGCPD, “Circular n.º 27 de 13 de Janeiro de 1916 enviado ao governador civil de Ponta Delgada” in *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 106.

³⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 33 de 13 de Abril de 1917 ao Presidente da Intendência dos Bens Inimigos” in *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 111. Na realidade, esta indústria já se encontrava em crise desde 1914, como se torna possível verificar no ofício enviado pelo GCPD a *Nichols, Raposo & C.*, em que se refere, acerca da passagem do vapor *Canopic*, ser da máxima conveniência que o vapor tome um carregamento de malotes de ananases, “visto que esta industria, devido à situação na Europa, atravessa neste momento uma crise de máxima gravidade que se procura alternar pela abertura de novos mercados na América do Norte”. Este assunto será alvo de um capítulo específico. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 149 de 14 de Setembro de 1914” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 55. A crise leva mesmo a que uma comissão de cultivadores peça ao GCPD interceda junto do governo na isenção de imposto predial sobre as estufas.

³⁵ *Ibidem*.

resposta a um ofício desconhecido do Juiz de Direito da Comarca de Ponta Delgada, o GCPD transcreve um telegrama oriundo da Intendência dos Bens Inimigos, em que se refere que os assuntos sobre os depositários dos bens alemães é para ser tratado pelo Juiz competente, mas, surgindo a hipótese de estes se recusarem a prestar caução, aparentemente o Juiz poderia compelir à aceitação como fiéis depositários sem prévia caução, nos termos do Código do Processo Civil³⁶.

Quem eram pois estes concentrados alemães? Eram oficiais da marinha, comerciantes, engenheiros, industriais, professores e telegrafistas, mas eram também carpinteiros, cozinheiros, marinheiros, fogueiros, operários, etc. Por distinção expressa pelos próprios, encontravam-se socialmente inseridos em três classes, das quais à primeira pertenciam os comandantes, os ricos comerciantes e industriais e professores, entre mais. A segunda classe integrava os oficiais de bordo, telegrafistas, desenhadores, etc. e, a terceira, os marinheiros, fogueiros e agricultores, entre outros. As condições sociais eram pois adaptadas conforme o *status* do indivíduo, quer ao nível do contacto com os portugueses, como entre os próprios. Era-lhes permitido terem a família junto de si, inclusive criadas, desde que as pudessem sustentar, o que muitas vezes não se verificou. Significa pois que algumas mulheres, crianças e idosos, também viveram aprisionados, embora por vontade própria. Em 1916, a maioria da população aprisionada era solteira e enquadrava-se entre os 20 e os 39 anos e era em grande parte oriunda de Cabo Verde (arquipélago que aparentemente terá sido utilizado para uma primeira selecção dos alemães que viviam nas colónias ultramarinas), Madeira, Lisboa e Porto.

A sua concentração não foi totalmente alheia à comunidade germanófila na cidade micalense. Manifestações germanófilas em Ponta Delgada levaram à instauração de um processo remetido ao Ministério do Interior, que, por sua vez, ordenou o seu envio ao tribunal competente a 25 de Agosto de 1916³⁷.

A constatação de uma cisão social desta natureza em Ponta Delgada, apesar de minoritária, é reconhecida pelo Governador Civil num ofício enviado ao cônsul americano em Ponta Delgada. Questionado sobre as convicções ideológicas

³⁶ A documentação não permite entender ao certo quem deveria ser compelido a esta obrigação. BPARPD – FGCPD, “Ofício 119 de 23 de Maio de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 130.

³⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício 214 de 25 de Agosto de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 241. A propósito, refira-se que existem oficiais açorianos que são feitos prisioneiros de guerra na Alemanha, como por exemplo Carlos de Lacerda Nunes, Alferes do Regimento de Infantaria n.º 16, nascido na Matriz da Horta em 1894. São conhecidos casos de notícias falsas, como o caso da morte do Tenente médico do RI 25, o doutor Manuel de Sousa Menezes, cuja verdade seria rectificada pela *A União*, n.º 7.163 de 11 de Maio de 1918.

existentes na Sociedade Correctora e do seu director, o GCPD refere que “Il est possible que parmi ses actionnaires il y ait des germanophiles, mais, si cela est, ses personnes représentent une très infime minorité sous tous les points de vue”³⁸, não sendo o caso do visado director.

Uma vez reunidos os alemães na fortaleza de São João Batista, o Governo Português e o Comando Militar dos Açores sempre procuraram dar as melhores condições possíveis aos concentrados, o que muitas vezes se tornava difícil em virtude da crise económica em que se vivia, como é facilmente visível no apoio médico constante, na alimentação e água em condições, na vacinação e no grande contacto com a Natureza, no Monte Brasil. Podiam, inclusivamente, enviar correspondência, previamente censurada, sem portes a pagar, e mesmo formar cantinas, clubes, ginásios e grupos de teatro no interior da fortaleza. Pretendia-se pois que passassem o tempo da melhor forma possível, com a condição de não colocarem dificuldades ao Governo Português e à instituição militar.

Com o final da I Guerra Mundial em 1918, o Depósito de Concentrados em Angra do Heroísmo ganha uma nova dinâmica. Até finais de Março de 1919 verificou-se uma crescente pressão dos vencidos sobre a diminuta guarnição existente para, a partir do mês de Abril, ser permitida a sua saída à cidade, o que por sua vez originou inúmeros conflitos com alguns grupos de cidadãos portugueses.

Com a assinatura dos tratados de Versalhes e de St. Germain-en-Laye, aguardava-se em finais de Outubro de 1919 a chegada do vapor que iria repatriar os restantes 596 ex-prisioneiros de guerra para Alemanha, embora com paragens na Madeira e em Lisboa. Deixando para trás um depósito cujas instalações físicas requeriam profundas obras de remodelação, a euforia da liberdade rapidamente deu lugar ao desalento da crua realidade do pós-guerra, no regresso a casa³⁹.

A 2 de Setembro de 1919 foram restabelecidas as relações comerciais com a Alemanha, gerando-se alguma tensão entre o GCPD e o Director da Alfândega

³⁸ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 140 de 8 de Dezembro de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 498. A este propósito, refere que a associação é composta por mais de 300 cultivadores de ananás, que antes da guerra apenas se dedicavam a este tipo de comércio. Com o conflito, haviam-se expandido para outros tipos de negócio, como por exemplo a banca, merecendo nestas áreas um crédito absoluto. O seu director é uma pessoa de fortes sentimentos aliados, com muitos anos passados em Paris, sendo mesmo dos mais conhecidos intransigentes na defesa da causa dos aliados, para além de pertencer a uma das famílias mais notáveis da ilha. Esclarece-se, pois, que a associação é digna de ser atendida em todos os assuntos que apresente.

³⁹ A propósito, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

quando este o informa da liberalização. Por razões desconhecidas, este acto foi mal interpretado, levando a um pedido de desculpas da autoridade civil, que por sua vez opina sobre a forma como se legisla em Portugal: “nunca seria minha intenção chamar a atenção de V.^a Ex.^a para o decreto por supor que o desconheceria, embora e no estado caótico da nossa legislação a mim me acontecesse algumas vezes não saber de momento qual a lei que está em vigor sobre determinado assunto, apesar com elas lidar como advogado e funcionário do Ministério da Justiça”⁴⁰. A confusão é, pois, reinante na produção de legislação, afectando por vezes o correcto funcionamento das instituições, extrapolando neste caso a própria relação entre elas.

2. As medidas de prevenção militar

2.1. O Estado de Sítio na Terceira

Declarado pelo Decreto de lei n.º 2351, de 20 de Abril de 1916, o Estado de Sítio impõe à ilha Terceira a suspensão total das garantias constitucionais, ficando a ilha entregue à defesa, protecção e guarda do comandante militar dos Açores. Pelo facto, o seu comandante passa-se a designar como Governador da ilha Terceira, podendo usar de todas as medidas coercivas indispensáveis à cabal execução da sua missão.

A tomada do poder pelo Governador Militar da Ilha Terceira “único e mui digno superintendente em todos os negócios da administração pública e militar”⁴¹ será resultado, em princípio, da necessidade específica da criação do Depósito de Concentrados Alemães no forte de S. João Batista. Outros factores, como a necessidade do posicionamento das diligências militares, manutenção da ordem pública e controlo dos géneros na ilha⁴², poderão estar relacionados com esta situação particular.

Até ao levantamento do estado de sítio, em 13 de Setembro de 1916, apenas o General comandante autorizava a exportação de géneros, como o peixe salgado e seco, trigo, milho, gado vacum e suíno (assim como os seus derivados),

⁴⁰ Decreto 6.075 de 02 de Setembro de 1919. Diário do Governo 176. 1919. Ofícios 156 e 158 de 24 de Setembro enviados ao Director da Alfandega de Ponta Delgada. Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas. 1ª Secção, pp. 414 e 416. BPARPD.

⁴¹ AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, *Ofício da Direcção da Associação dos Empregados do Comércio de Angra do Heroísmo, Pastas de notas*, fia. 27.

⁴² Uma vez que os preços de venda não poderiam ultrapassar os fixados pela Comissão de Subsistências, meramente de consultoria junto do Governo Militar da ilha Terceira.

galinhas, ovos, etc. Assumindo os poderes do Governador Civil de Angra do Heroísmo, o governador militar da ilha assegura as necessidades de abastecimento durante cerca de seis meses, tomando também outras deliberações, como, por exemplo, o horário dos estabelecimentos comerciais, a saída de padeiros (da ilha) ou mesmo as corridas aos touros⁴³. A sua acção acabaria por ser caracterizada pelas Câmaras Municipais de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória como distinta, criteriosa e benevolente na manutenção da ordem pública, garantia dos direitos civis e políticos dos cidadãos e na defesa e salvaguarda das subsistências públicas.

Na prática, a sua acção iniciar-se-ia com a sua apresentação como governador aos Administradores de concelho, Comissário de Polícia Civil e Guarda Fiscal a 30 de Abril de 1916, ao mesmo tempo que fazia circular um edital, a afixar nos principais locais de concentração popular. De imediato recebeu o reconhecimento e a garantia total de colaboração por parte das referidas autoridades, assim como da população em geral.

Uma das suas primeiras missivas estaria relacionada com as comunicações. A 1 de Maio daria a ordem ao chefe dos Serviços Postais e Telegráficos para uma ligação telegráfica permanente entre Angra do Heroísmo, Praia da Vitória e Lisboa.

Dentro da área militar, destaca o Inspector das Fortificações e Obras Públicas nos Açores para o cargo de Director das Obras Públicas e comunica ao Governador civil de Angra do Heroísmo que, em virtude de a curto prazo se elevar a mil homens o efectivo da guarnição da ilha, torna-se necessário assegurar a sua alimentação, bem como a todos os seus habitantes. Caberia, pois, a ele, como presidente da Comissão de Subsistências, tomar as necessárias providências de forma a que não se provocasse a escassez de cereais na ilha (o que poderia alterar a ordem pública), situação que o obrigaria a reprimir com o rigor que as circunstâncias anormais exigissem⁴⁴.

A manutenção da ordem pública foi mesmo o mote para que fossem proibidas as touradas à corda nos concelhos de Angra e Praia da Vitória, excepção feita às de S. João de Deus e S. Carlos, medida que acabaria por ser revista a pedido do

⁴³ Que estiveram em vias de serem proibidas.

⁴⁴ Para tal exerceu-se um controlo muito intenso sobre os granéis e cultura de cereais na ilha, facto decisivo para que não se detectassem grandes agitações sociais durante o verão de 1916.

Governador Civil e Administradores de concelho, e consentida mediante o equilíbrio entre o espectáculo e o comportamento da população⁴⁵.

Este controlo sobre a economia era fulcral numa fase de recolha e prisão dos súbditos alemães e consequente aumento do dispositivo militar, agravado pela instabilidade do clima invernal que ainda se sentia. Um exemplo desta problemática surgiria a 9 de Junho, em virtude da falta de ovos e carne de vaca no mercado, pelo que ordena ao seu delegado na dita comissão a sua rápida resolução, de modo a não ter que se impor na manutenção da ordem pública. Açambarcamentos estariam na origem da sua falta. Espera que a Comissão tome as providências que o caso urge, de modo a evitar a proibição na exportação destes géneros.

Sobre a forma como se realizavam as exportações para as outras ilhas, o Governador militar impôs mesmo algumas medidas radicais, em virtude da constante fuga à política do Governador Civil e do CMA. Por exemplo, a 16 de Junho, ordena ao presidente da Comissão de Subsistências em Angra que convoque a comissão distrital, para ser ouvida sobre a exportação de peixe salgado. No cerne da questão estava o pedido de dois comerciantes, um da Praia da Vitória e outro de S. Mateus, que receberam no mesmo dia a visita dos comandantes das diligências surtas ao local, com ordens específicas de conferir e pesar rigorosamente o pescado, elaborando uma listagem por espécies. Dois dias mais tarde, o comandante da diligência estacionada na paróquia de Porto Judeu recebia a mesma ordem, em virtude de constar a existência de um segundo depósito no local, do comerciante da Praia da Vitória. Este comandante poderia empregar todos os meios ao seu alcance a fim de não ser ludibriado⁴⁶.

⁴⁵ A 2 de Junho de 1916, são instaurados autos de corpo de delito relacionados com as touradas, por queixas apresentadas pelo Commissariado de Polícia Cívica.

⁴⁶ No dia seguinte foi dada a autorização à Companhia n.º 3 da Guarda Fiscal para deixar embarcar pelo comerciante da Praia no iate *Santo Amaro*, na sua viagem de 20 ou 21, sardinhas, serras e congros salgados, na totalidade de 6.000 kg, e ao comerciante de S. Mateus os mesmos peixes na quantidade de 3.500 kg. A 21, foi dada igualmente autorização a dois comerciantes de S. Mateus para exportar as seguintes espécies de peixe seco: 1100 quilos de congro e albafar; 1200 quilos de serra, 200 Kg de moreia e 20 barris de sardinha – o segundo pôde exportar 1400 kg de sardinha e 700 de serra. Outros produtos igualmente exportados eram o queijo e os leitões (não devendo ter mais de 10 a 12 kg). A autorização era dada ao Director da Alfândega de Angra, com conhecimento ao comandante da Guarda Fiscal. O abastecimento de navios que aportassem à baía de Angra também tinha uma tabela a fixar as quantidades permitidas para o seu abastecimento. Por exemplo, ao vapor *Porto Santo* foi autorizado o abastecimento de 60 dúzias de ovos, 50 galinhas, 50 quilos de peixe seco, 90 kg de milho para sustento das aves e um boi de cerca de 11 arrobas, bem como 20 quilos de manteiga de vaca, 30 kg de banha de porco, 4 kg de carne porco defumada e 10 kg de queijo (13 de Junho). Para mais informações veja-se também Sérgio Resendes, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira* ou AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, *Requerimentos para exportação durante o Estado de Sítio na ilha Terceira*, Fia 695.

A nível civil, tem nas suas primeiras acções a resolução da complexa questão das horas de trabalho dos funcionários do Comércio da ilha⁴⁷, a cargo do presidente da Associação dos Empregados do Comércio e a 12 ordena ao Inspector das Fortificações e Obras Publicas nos Açores que assuma provisoriamente o cargo de Director das Obras Públicas. Em sentido inverso, também são conhecidos casos em que o Governador Civil pede a intervenção do Governador Militar, nomeadamente para assegurar o fabrico de pão sem oscilações⁴⁸. O abastecimento de água à cidade,

⁴⁷ Informa-o de que a regularização das horas de trabalho e horário generalizado de abertura e encerramento dos estabelecimentos está a ser estudada por uma comissão de delegados dos comerciantes e de trabalhadores do comércio, pelo que se aguardam as suas conclusões. Contudo, esta questão prolongar-se-ia ao ponto de o Governador Militar informar o Governador civil da conveniência em regularizar o assunto o mais depressa possível, tanto mais que já havia sido contactado por ambas as partes. Alerta para o facto de a classe dos empregados do comércio de Angra não poder usar dos seus direitos de reunir para tomar qualquer deliberação ou formular qualquer protesto, sem que daí decorresse o desagrado dos seus patrões, pois encontravam-se francamente em condições de inferioridade. Era sua opinião que, se patrões e empregados não chegassem a acordo, deveria ser cumprida a lei, nem que por interferência das autoridades administrativas. Tendo pelo Governador civil a maior das considerações, por ver o seu elevado critério de justiça nesta melindrosa questão, observa ser comum a ideia de não quererem melindrar os comerciantes, mas que mais do que tal, dever-se-ia observar a lei, embora ela na sua execução não agrade a todos. Esperava que rapidamente solucionasse o assunto, pois, na qualidade de Governador Militar da ilha, pretendia que houvesse entre todos a maior disciplina, como recomendado pelo Governo da República. Quer evitar o uso dos seu poderes para determinar uma hora regulamentar para abrir e fechar a todos os estabelecimentos. Procura-se harmonizar a lei, os interesses dos assalariados e os interesses dos patrões. Até neste ponto a influência do conflito se faz sentir, como se pode constatar a partir de um ofício enviado pelos empresários ao Governador civil. Os 27 suplicantes que o assinam apontam a guerra europeia como base de uma dura crise económica na ilha, cujas desastrosas consequências eram bem conhecidas por todos, principalmente pelo comércio e a indústria. A carestia de vida, a incerteza do dia seguinte e o receio fundado em desastres económicos no futuro, haviam originado a diminuição nas transacções comerciais na praça de Angra, acarretando gravíssimos prejuízos e transtornos. Exortam que, se a este aspecto se juntasse a limitação legal das horas de trabalho, a que inevitavelmente se seguiriam os lucros cessantes e prejuízos, muitos dos comerciantes tinham que pôr termo aos seus negócios, por lhes ser impossível fazer face a todos os prejuízos. Como fiel da balança, acreditam no alto espírito de justiça e boa vontade do Governador Militar, e referem a dedicação dos empregados do comércio, muitos dos quais há longos anos dedicados colaboradores de seus patrões e conhecedores da realidade. Pedem que se sustenha a publicação do regulamento das horas de trabalho e que seja adiada para uma ocasião mais oportuna por ser menos prejudicial aos suplicantes. Esta questão também faria correr muita tinta em Ponta Delgada.

⁴⁸ Existiam em Angra nove padarias com 18 funcionários oriundos da ilha Terceira e 29 das outras ilhas. Segundo constava ao governador civil, parte deste pessoal pretendia ausentar-se para o continente da República e para o distrito da Horta, o que, sucedendo, causaria as maiores dificuldades à laboração das padarias, obrigando-as a diminuir a produção ou mesmo a suspender a produção, por falta de mão de obra. As consequências deste facto, de conhecimento do governador militar, seriam especialmente agravadas pelas circunstâncias especiais da guerra, ainda mais que o consumo de pão havia aumentado consideravelmente. Era, pois, pedido ao governador que providenciasse no sentido de impedir a sua saída da ilha. A 6 de Abril, similar situação ocorreria na Horta, em que por autorização do Ministro da Guerra, a pedido do governador civil, foram dispensados de serviço (mas não da convocação) os praças operários de duas padarias, por estas correrem o sério risco de fechar, com consequências gravíssimas para a população. Neste caso específico e por falta de legislação, pergunta o Comandante do RI 25 quem é que paga os ordenados, se o Exército se outra entidade. Sobre o pão laborado, a 30 de Abril é enviada pelo CMPD um ofício a questionar o governador civil sobre o pão de trigo, em específico. Em resposta, constata-se que o pão fornecido às tropas é de trigo, desde, há muito, por não haver facilidade de obter um só tipo de pão de milho em boas condições de manipulação. Há mesmo falta de padarias próprias para este tipo de pão, pelo que nada pode fazer em relação ao pedido.

nomeadamente à guarnição militar também foi igualmente alvo de uma atenção especial, na medida em que a 9 de Junho de 1916 é dada a indicação ao Presidente da Comissão da Junta geral de Angra do Heroísmo para que repare urgentemente o encanamento de água do chafariz da Boa Nova, em virtude de ter o pessoal habilitado, apresentando a conta ao CMA, para posterior pagamento. Deste modo, para além de salvaguardar este preciso liquido para abastecimento do forte, auxiliava no abastecimento à cidade.

Pelo descrito, torna-se possível verificar que durante o curto período em que o Estado de Sítio foi instaurado na ilha Terceira, a acção do Governador Militar foi acutilante e incisiva nas áreas fulcrais a manter, os seja a questão dos géneros alimentares. O castigo poderia sair caro aos infractores ou mesmo à população em geral, como ameaçaria em relação às touradas. Contudo, a ordem foi mantida e os abastecimentos à guarnição, prisioneiros e população assegurada, de uma forma justa e profícua, como seria referido pelas câmaras locais na sua despedida. A forma taxativa como terá tratado de outras importantes questões, como o caso da água e da sempre difícil questão entre empregados e o patronato, terá também sido importante no balanço final da sua acção.

O período, em si, condiz com a fase de recolha dos prisioneiros alemães, quer das ilhas, como também do continente e colónias. Efectivamente, depois do final do Verão, a grande recolha de súbditos alemães já se havia verificado e as colheitas para o ano seguinte, estavam asseguradas. A tendência passa, pois, a ser no sentido da normalidade ou, pelo menos, de uma estabilidade entre o frágil equilíbrio da capacidade de produção da ilha e o abastecimento de géneros de militares, civis e prisioneiros de guerra.

2.2. A actividade submarina⁴⁹

Como anteriormente foi referido, em 1914 a ameaça considerada para as ilhas são os cruzadores de superfície alemães, cujas acções ecoam nos órgãos de comunicação local. Efectivamente, para além da memória da passagem de algumas destas embarcações para a tomada de carvão, muitas vezes desenvolvendo actividade

⁴⁹ A este propósito, veja-se Telo, A. J., “Os Açores na véspera do conflito” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, pp. 88 a 149. Sobre a actividade nas águas do arquipélago da Madeira, atente-se no Centro de Estudos do Atlântico, em www.ceha-madeira.net.

de recreio, desde o início do conflito a população micaelense está relativamente habituada à chegada destas embarcações, que normalmente se apresentam salvando terra⁵⁰. Na semana de 17 de Outubro de 1914, Ponta Delgada entrou em sobressalto, devido a exercícios entre um paquete armado em guerra e o cruzador *Argonaut*, que, uma vez terminada a actividade, salvou terra e enviou um escalor para cumprimentar as autoridades e o respectivo cônsul inglês⁵¹. Na última semana do ano, novo cruzador inglês de quatro chaminés escalaria o mesmo porto⁵².

Sobre a capitulação do domínio absoluto dos navios de superfície no Atlântico e a ascensão de uma das novas armas que caracterizariam a Grande Guerra, o submarino, será de ter em conta, a própria evolução da sua presença em território arquipelágico, paralelamente ao seu desenvolvimento tecnológico. Se numa fase inicial, a sua presença é inexistente, em 1915 poderá já ter sido tímida, crescendo até ao final do conflito.

Citando António José Telo no fim deste período (1905-09), surgem dois novos sistemas que vão alterar por completo a guerra naval nos anos seguintes: o avião e o submarino. Numa primeira fase, ambos são considerados como mero reforço da defesa de costa e dos portos, só tendo significado nos mares fechados⁵³. Os diferentes conceitos em relação ao domínio das rotas comerciais, derivados por sua vez de nacionalismos exacerbados, desembocam numa corrida ao armamento e consecutivo desenvolvimento tecnológico desta nova arma. Quando se inicia a I Guerra Mundial, a Alemanha é a nação com menor frota submarina entre as quatro grandes nações da época. Citando novamente António José Telo, nas primeiras semanas de guerra os

⁵⁰ Será o caso de um cruzador alemão de quatro chaminés na semana de 20 de Junho de 1914 (“Cruzador Alemão”, *Açoriano Oriental*, n.º 4129 de 21 de Junho de 1914); o *Maine*, também cruzador, mas americano, na semana de 29 de Agosto do mesmo ano (“Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4139 de 29 de Agosto de 1914) ou um cruzador inglês na Horta (“Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4138 de 22 de Agosto de 1914).

⁵¹ “Sobressalto”, *Açoriano Oriental* n.º 4146 de 17 de Outubro de 1914.

⁵² O *Sidney*, cuja fama precede-o, uma vez que afundou o alemão *Emden*. Vapor de 5600 toneladas e com uma tripulação de 400 elementos (de acordo com *Açoriano Oriental* n.º 4157 de 2 de Janeiro de 1915). Na semana de 22 de Maio de 1915, verifica-se a vinda do *Ophir*, cruzador inglês, para parlamentar com o seu cônsul, após escalar a Horta (“Embarcações entradas nesta cidade”, *Açoriano Oriental*, n.º 4.175 de 22 de Maio de 1915) e novamente o *Argonaut*, na semana de 3 de Julho (“Embarcações entradas nesta cidade”, *Açoriano Oriental*, n.º 4181 de 3 de Julho de 1915). Na semana de 11 de Dezembro de 1915, atraca em Ponta delgada o *Essex*, sendo o seu comandante e restantes oficiais recebidos num jantar de gala oferecido pelo Governador civil interino, José Bruno Tavares Carreiro, no qual se partilharam efusivamente brindes aos aliados. “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4.204 de 11 de Dezembro de 1915. Foram detectados reabastecimentos deste cruzador em Ponta Delgada por três vezes até finais de 1915. A partir de 1916 e como afirma António José Telo, os navios de guerra ingleses praticamente desaparecem das ilhas. Telo, A. J., “A evolução das relações luso-inglesas” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 97.

⁵³ Telo, A. J., “A opção Atlântica” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 63.

submarinos mantêm-se na defensiva. Realizam, no máximo, algumas patrulhas de reconhecimento no mar do Norte. Não tardam a mostrar as suas potencialidades⁵⁴. De acordo com J. Semedo de Matos e Dionísio Varela, os germânicos manobravam com especial mestria uma arma – o submarino - que, antes desta guerra, não parecia ter grande valor táctico e que ninguém sabia bem como usar. O primeiro grande ataque de um submarino deu-se em 22 de Setembro de 1914, afundando de uma só vez três cruzadores britânicos⁵⁵. De acordo com os mesmos autores, esta nova arma passaria então a ter uma importância fulcral para a guerra naval, sendo a única capaz de romper o bloqueio naval inglês pós Batalha da Jutlândia, ameaçando constantemente todos os navios aliados⁵⁶.

No jornal *Açoriano Oriental*, a primeira referência à nova arma é feita a 20 de Março de 1915, explicando-se em que consiste e os progressos realizados, contrapondo-os aos da aviação. Em tom de futurismo, faz-se referência à construção de uma nova classe, em escala enorme, na Rússia⁵⁷, com capacidade de atravessar o Atlântico sem tomar combustível, à semelhança de alguns já existentes. A forma como é apresentado revela uma tendência para o exagero, um desconhecimento factual da arma e uma crença nas suas capacidades, praticamente supremas. Ou seja, para além do exagero das suas dimensões para a época, são referidos 36 tubos lança-torpedos laterais (assim como o recolhimento das metralhadoras antiaéreas no momento da submersão), uma capacidade furtiva, que possibilitava entrar nos portos na escuridão da noite, para não ser descoberto pelos aeroplanos, e também rodear de minas a esquadra inimiga, de modo que esta fosse pelos ares ao efectuar a mais pequena manobra. Também se refere que só falta que a prática confirme as teorias do construtor russo⁵⁸. Inclusivamente, este barco teria a capacidade de emergir perante a proximidade de um aeroplano de modo a enfrentá-lo. A precisão da sua bússola de giroscópio permitir-lhe-ia atacar um navio

⁵⁴ Telo, A. J., “A guerra e o controlo do Atlântico” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 91

⁵⁵ Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos sobre a morte de Carvalho Araújo”, *Revista da Armada*, n.º 314 (Novembro), Lisboa, Página Ímpar, 1998, p. 8.

⁵⁶ Sobre a fase inicial da guerra submarina e a conjuntura portuguesa, veja-se Telo, A. J. , “A evolução das relações luso-inglesas” in *Os Açores...*, *Ibidem*, pp. 90 a 102.

⁵⁷ Teria 122 metros de comprimento por 10,38 m de diâmetro e 5.400 toneladas, tornando-se, segundo se diz, onze vezes maior que qualquer um conhecido, cujo comprimento era em média de 45 metros por 5 de diâmetro. As suas capacidades mecânicas e bélicas são muito destacadas (inclusive os 36 tubos lança-torpedos de cada lado, dois à popa e um à proa), assim como a autonomia. “Submarino, nova arma de guerra”, *Açoriano Oriental*, n.º 4166 de 20 de Março de 1915. Um outro artigo realça a ideia de um ambiente infernal, pesado e possivelmente mortífero a bordo. “A vida a bordo dos submarinos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4.176 de 29 de Maio de 1915.

⁵⁸ “Submarino, nova arma de guerra”, *Açoriano Oriental* n.º 4166 de 20 de Março de 1915.

com o menor risco possível e um navio hostil poderia ser descoberto a oito milhas de distância e, uma vez determinada a sua posição, o submarino nada mais teria que fazer do que submergir e chegar à distância mais conveniente⁵⁹. Ou seja, o submarino torna-se, no imaginário popular, numa ultramáquina, simples de operar, extremamente furtiva e ainda mais mortífera. Não são apresentados predadores à altura. Esta ideia de uma máquina de guerra infernal ficaria bem demarcada nos ecos resultantes do ataque do *Deutschland*⁶⁰ a Ponta Delgada a 4 de Julho de 1917, alimentada pela chegada de notícias da sua acção como, por exemplo, no afundamento do *Lusitânia* pelo U-20⁶¹, no dia 7 de Maio de 1915.

Em artigos como “A vida a bordo dos submarinos”, para além de se transmitir as características e o seu modo de operar, destaca-se o alto grau de desconforto e risco por que passa a sua tripulação, principalmente quando submerso⁶². Esta ideia vai-se modificando paulatinamente, por intermédio de notícias, que anunciam os desenvolvimentos tecnológicos, e relatos como, por exemplo, o de um capitão norueguês aprisionado, onde, para além de se destacar um código de honra entre militares, se evidencia o ambiente sadio e técnico destas novas armas⁶³.

A 10 de Julho de 1915, é noticiada a presença de submarinos no Atlântico e, eventualmente, de navios reabastecedores nas mesmas águas⁶⁴ ou a partir do norte de Espanha⁶⁵. Por esta altura, o GCAH havia comunicado ao CMA um telegrama recebido do MI para que se tomassem as diligências necessárias a obviar o abastecimento a submarinos, ou qualquer outra actividade ilícita relacionada com estas embarcações no seu distrito⁶⁶. O director da Alfândega havia também recebido idêntica ordem (no dia 8), pelo que solicita o apoio do CMA, pormenorizando a necessidade de

⁵⁹ *Idem.*

⁶⁰ A propósito da acção do U-155, veja-se Messimer, Dwight R. 1988. *The Merchant U-Boat: Adventures of the Deutschland 1916-1918*. Annapolis: Naval Institute Press.

⁶¹ “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4185 de 31 de Julho de 1915. Proença, Maria Cândida, “Introdução” in *História do Século XX – Década a década*, Vol. 2., Visão, 1999, P. 98.

⁶² “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4176 de 29 de Maio de 1915.

⁶³ “Relato dum capitão norueguês aprisionado por um submarino alemão”, *Açoriano Oriental* n.º 4251 de 4 de Novembro de 1916.

⁶⁴ De acordo com o *Açoriano Oriental* n.º 4.182 de 10 de Julho de 1915, o navio português *Laura* havia sido apresado pelo cruzador inglês *Pelourus*, por denúncia deste tipo de actividade, o que acabou por não se verificar, sendo o navio libertado. “O apresamento do iate *Laura*”, *Açoriano Oriental* n.º 4182 de 10 de Julho de 1915.

⁶⁵ “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4198 de 30 de Outubro de 1915.

⁶⁶ AMMA– FG, Comando Militar dos Açores, “Nota de três de Julho de 1915” in *Correspondência confidencial recebida. Pastas de notas*, 1915, FIA 1092.

os militares vigiarem as costas do Monte Brasil e a baía do Fanal, uma vez que os meios de que dispunha eram exíguos⁶⁷.

De forma aparentemente regular, a capitania do porto de Ponta Delgada alertava o CMA sobre a actividade submarina, por intermédio de dados fornecidos pelo Ministério da Marinha, de forma a que este desse as ordens que considerasse pertinentes às baterias de defesa de costa, em especial às de Ponta Delgada. São, pois, detectados submarinos nos mares da Madeira, Açores, Canárias e costa litoral portuguesa, entre os mais.

Sem que se tenha detectado mais informações, a 3 de Junho de 1916 é feito o balanço às festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres pelo jornal *Açoriano Oriental*: haviam possuído um aspecto pouco fora do normal em virtude do número de forasteiros e veículos⁶⁸. O arraial no sábado tinha sido bem mais simples que o usual, sem fogo de artifício, por ordens superiores. No mesmo número, são relatadas duas notícias a envolver a actividade submarina, uma delas plenamente coroada de sucesso⁶⁹.

A 17 de Junho há novas notícias da pujante acção dos submarinos alemães, agora no relato do afundamento do *Tubantia*, considerado um dos mais belos e avançados paquetes da época, com capacidade para 1850 passageiros. Afundado por um U-boat alemão, dificilmente se evita a analogia com o paquete *Titanic*, afundado quatro anos antes. Neste caso, não houve vítimas⁷⁰.

Entretanto, o imaginário tecnológico em redor da arma subsiste. No número 4234 do mesmo semanário, datado de 8 de Julho, transmite-se uma notícia inglesa de um novo tipo de submarino alemão, que dispensava periscópio, utilizando

⁶⁷ Em meados de Junho de 1917, estas guardas estendiam-se ao Paiol, Pico do Facho e a patrulhas que rondavam o Monte Brasil.

⁶⁸ A propósito, será de referir o número de embarcações entradas no porto de Ponta Delgada e que, de acordo com este órgão de comunicação social, foram: 1914 - 368 embarcações; 1915 - 359 embarcações; 1916- 410 (n.º 4260) e em 1917 - 439 até 24 de Novembro (n.º 4306). Sobre 1918, não foi possível retirar esta informação, uma vez que, devido a falta de papel, o jornal diminuiu de dimensão, perdendo-se parte da informação regular. Até ao *Açoriano Oriental* em que se publicam as notícias da festa, verifica-se um aumento do número de embarcações de 1914 a 1916, no mesmo período (respectivamente, 1914 – 139; 1915 - 156 e 1916 - 159).

⁶⁹ “As nossas festas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4229 de 3 de Junho de 1916. “Informações”. *Ibidem*. Num dos casos de sucesso é referido que um só submarino inglês afundou três embarcações de carvão e petróleo. Em outros números são referidos ataques na costa portuguesa (por exemplo, “Pelo Funchal”, *Açoriano Oriental*, n.º 4321 de 16 de Março de 1918) e, inclusive, a navios americanos navegando para a Europa (“Notícias da América”, *Açoriano Oriental* n.º 4315 de 26 de Janeiro de 1918), ou mesmo a navios da Cruz Vermelha (“Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4337 de 29 de Junho de 1918). Também são conhecidas notícias da Madeira como, por exemplo e para além dos ataques de submarinos, a chegada de tripulações ao Funchal, a 2 de Abril de 1918. Tratava-se da tripulação do iate português *Rio Ave*, afundado às 14 horas de 25 de Março de 1918.

⁷⁰ Apenas tinha 99 passageiros. “Tubantia”, *Açoriano Oriental* n.º 4231 de 17 de Junho de 1916.

em seu lugar uma combinação engenhosa de espelhos no casco do navio, que permitia ao comandante fazer as observações necessárias e com uma maior autonomia à superfície⁷¹.

A partir de Agosto, intensificam-se as informações relacionadas com a acção de submarinos alemães em águas espanholas⁷², iniciando-se uma fase de claro acompanhamento em águas internacionais, nacionais e mesmo regionais. Desta actividade, destaca-se a 21 de Outubro a indicação da chegada de um vapor com náufragos torpedeados no canal da Mancha⁷³. A partir desse momento e, em especial, após o primeiro ataque à cidade do Funchal, os relatos das suas façanhas assim como o resgate de náufragos intensificar-se-iam.

Alguns submarinos são alvo de uma atenção especial, como o *Deutschland*, uma vez que, em pleno bloqueio britânico, havia atravessado o Atlântico duas vezes rumo aos EUA, restabelecendo o comércio. Se, no caso do submarino referido, as efemérides são destacadas pelo *Açoriano Oriental* como algo similar a uma apoteose da tecnologia e da audácia alemã, noutros casos tal tecnologia é apresentada como funesta e o seu detentor como perverso. É o caso relatado a 18 de Novembro de 1916, em que um submarino de guerra alemão, após apresentação de cumprimentos e entrega da mala ao embaixador alemão em Newport, EUA, afundou seis navios à sua saída, mobilizando um serviço de salvamento que implicou 17 navios de guerra deste país⁷⁴.

Nesta fase da guerra, o submarino já havia entrado em formas de entretenimento social como o teatro (1916), a literatura (1917) e o fado (1918), em grande parte motivado pelas suas proezas. No primeiro caso, regista-se nas Furnas, local usual de férias da alta sociedade da época, na peça de teatro popular já em cena em 1916 "Visitas de anos", na sua parte final, este diálogo entre os vários actores:

“Helena - O senhor não sai este ano da ilha?

Faustino - Não senhora – Receio ser torpedeado – (riem todos)

Manuel de Castro – O Faustino não acredita que os submarinos alemães venham atacar os nossos vapores, apesar de estarem no Atlântico.

Faustino – Pois se eu estava a dizer que tenho medo de ser torpedeado.

⁷¹ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4234 de 8 de Julho de 1916.

⁷² “Navios afundados em águas espanholas”, *Açoriano Oriental* n.º 4239 de 12 de Agosto de 1916.

⁷³ “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4249 de 21 de Outubro de 1916.

⁷⁴ “Submarino Alemão em Newport – Afundamento de seis navios”, *Açoriano Oriental* n.º 4253 de 18 de Novembro de 1916.

Manuel de Castro – Olha; o outro dia um guarda-fiscal do serviço nas costas da Bretanha descobriu um nas nossas águas.

Faustino – Esse por acaso era uma baleia (riem todos)

Francisca – O senhor Castro deve estar sujeito ao serviço militar.

Manuel de Castro – Estou nas reservas, irei em qualquer das primeiras chamadas que fizerem; se por acaso for algum contingente de tropas para França ajudar os Exércitos aliados. Se a guerra com a Alemanha se localizar em África, certamente que nunca serei chamado. Nós não fazemos no Continente Africano uma guerra de conquista, mas sim uma guerra de defesa. Não precisamos de muita gente. Depois da tomada de Kionga, que era uma praça portuguesa da costa de Moçambique, nós não fizemos mais nada em feitos bélicos. Vê-se bem qual a atitude que desejamos mostrar, de país que não pretende nada mais do que o que possuía, e que apenas reivindica os seus direitos de colonização como a nação que fundou um império colonial.

Francisca – Terrível guerra! E ninguém sabe quando acabará semelhante flagelo - (levantando-se). Adeus minha querida Maria. Depois deste marco quilométrico na estrada da vida continua a percorrê-la com o mesmo sucesso que a percorreste até aqui⁷⁵.”

O segundo caso será mais uma manifestação solidária para com a ilha atingida, cujo título foi “A linda ilha de S. Miguel bombardeada por um submarino alemão”, pela pena do poeta terceirense Gervásio Lima⁷⁶. Por fim, o fado seria tocado a bordo do *Augusto de Castilho*, numa distração entre os marinheiros, horas antes do combate com o U-139. Com a tradicional guitarra portuguesa, que seria vítima de saque, cantou-se um fado à portuguesa, em que uma das quadras ficaria perpetuada nas memórias de Luís José Simões: “Um submarino à vista! /Grita do mastro a vigia /E todos correm aos postos /Com valor e galhardia!...”⁷⁷.

Em virtude do ataque ao Funchal, a 3 de Dezembro de 1916 e temendo um eventual bombardeamento à ilha, o GCPD faz de imediato seguir uma circular para os administradores do concelho da ilha de São Miguel, mandando extinguir

⁷⁵ “Visitas de anos”, in *Revista Michaelense*, n.º 1, Edição de Aires Jácome Correia, Ponta Delgada, 1918, pp. 82.

⁷⁶ “A linda ilha de S. Miguel bombardeada por um submarino alemão”, *Açoriano Oriental* n.º 4291 de 11 de Agosto de 1917.

⁷⁷ Simões, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920.

provisoriamente a iluminação pública⁷⁸, em particular do lado do mar. Ordena também que se prepare o serviço de combate a incêndios e de socorro a feridos, se incentive o diálogo com a população, no sentido de a tranquilizar, devendo-se aguardar o desfecho de toda a situação com serenidade⁷⁹. Dois dias depois, daria indicações aos administradores para que os regedores informassem de pronto qualquer situação anormal no mar, como navios de exploração ou suspeitos⁸⁰.

Em finais de 1916 inícios de 1917, é iniciada a construção de uma bateria de artilharia de defesa de costa no alto da Mãe de Deus, em Ponta Delgada. Trata-se das três peças de artilharia operacionais desembarcadas em Abril no ano de 1916. O ataque à cidade madeirense⁸¹ havia acelerado o processo e, em inícios de Janeiro, já tem guaritas e um pequeno paiol⁸². Com a construção avançada, na mesma altura se solicitam boletos ao Administrador do Concelho de Ponta Delgada para um oficial e um sargento, e dão-se instruções à B2AM para que com estes seguissem 28 soldados e dois cabos, para a guarnecer. A 15 de Janeiro, as peças de 10 cm foram testadas com aparente sucesso na presença do CMPD, IFOMA, B2AM e Inspector de Material Guerra nos Açores⁸³, planeando-se a construção de duas plataformas para

⁷⁸ Já em finais de Abril de 1916, o presidente da Comissão Executiva da Câmara da Lagoa havia publicado em edital a suspensão total da iluminação pública em todo o concelho, a pedido das entidades civis e militares. Contudo, o comandante militar dos Açores, recentemente chegado às ilhas, solicita informações adicionais às unidades operacionais de São Miguel e ao Capitão do Porto da mesma ilha. Após os auscultar, deliberou que apenas as luzes indispensáveis, que não fossem visíveis a partir do mar, poderiam ser restabelecidas, de modo a evitar a aproximação de embarcações. Em 1918, toda a navegação era feita às escuras. Simões, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920.

⁷⁹ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 05 de Dezembro de 1916 para o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa” in *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917*.

⁸⁰ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 07 de Dezembro de 1916” in *Livro 288...*, *Ibidem*. Rodrigo Álvares Pereira refere que o CMA comunicou telegraficamente ao CMPD o sucedido, pelo que se deveria dobrar a vigilância e nomear um piquete de prevenção de efectivo variável entre os 80 a 130 praças, de comando de capitão. Para mais pormenores, veja-se Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927, p. 174. Em todo o caso, a utilização desta fonte no presente trabalho é relativa, pelo facto de parte dos elementos não terem sido passíveis de confirmação ou, em outros casos, serem alvo de claras divergências. Contudo, o relato será feito de forma mais completa e mais próximo à época, apesar de ser, como ele próprio diz, uma sucinta descrição, pelo que será sempre uma leitura a ter em referência.

⁸¹ Telo, A. J., “As dificuldades aliadas em finais de 1916” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 104. O CMPD pediu de imediato informações ao comandante militar daquela cidade sobre as características do submarino.

⁸² Estas guaritas deveriam ter a base em cimento e ser de madeira tosca e construção barata, na impossibilidade de as fazer de modo regulamentar, pois então deveriam ser quadrangulares. Em cada uma das três faces deveriam ter um vidro. No caso abordado, duas das guaritas vieram do extinto depósito de concentrados alemães de Lagoa, S. Miguel.

⁸³ Para mais pormenores da sua construção veja-se Rezendes, Sérgio, “O Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada” in *Revista Atlântida*, Vol. XLIX, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, pp.

artilharia de 7 cm no velho forte de S. Pedro, sem que ainda se soubesse o seu custo. Paralelamente, a instalação das tropas nos subterrâneos do antigo forte do Alto da Mãe de Deus revelava-se complicada em virtude da falta de condições, pelo que novamente se solicitou ao Administrador do Concelho que fizesse nova requisição. A 25 do mesmo mês, seria entregue ao CMPD a chave da igreja do Alto da Mãe de Deus para alojamento das tropas⁸⁴, bem como de uma casa muito próxima, para alojamento do comandante da diligência, respectivo sargento, secretaria e casa da guarda.

Rapidamente se constatou a necessidade de demolir a ermida original da Mãe de Deus, uma vez que, por ponto de referência nas cartas náuticas, poderia ser utilizada para orientar o fogo inimigo sobre a diligência. Em 12 de Outubro de 1917 já se encontrava demolida, tendo recebido previamente o arrolamento do presidente da Comissão de Arrolamento dos Bens da Igreja, coronel Afonso de Chaves e Mello⁸⁵.

As restantes duas peças *Armstrong*, inoperacionais, seriam alvo de recuperação a partir de meados de 1917 e montadas durante o ano de 1918 no espaldão da carreira de tiro, em Santa Clara.

Ambas as baterias seriam complementadas por uma terceira bateria marítima, sob comando de um destacamento do Campo Entrincheirado de Lisboa, com arranque de obras em 25 de Novembro de 1917. A diligência já se encontrava na ilha

93 - 122. A 29 de Janeiro de 1917, o CMPD chama a atenção do GCPD para a epígrafe *À Sombra*, do jornal micalense *Alma Académica*, por terem claramente trocado e achincalhado o exercício de fogo feito no Alto da Mãe de Deus. Para tal, usa a legislação que permite a qualquer militar chamar a atenção da autoridade civil nos assuntos que tocam a defesa nacional. Efectivamente, das cinco peças, para além de terem um alcance diminuto, duas não apresentam fiabilidade para serem montadas. Também se colocou a questão das munições em inícios de Outubro de 1917. Nesta data informa-se o Director da 2ª Divisão- Geral que foram requisitadas pelo MG granadas com balas para as *Armstrong* 10/28 ao Ministro da Marinha, mas que, por falta de espoletas, foi impossível satisfazer a requisição. Rodrigo Álvares Pereira afirma que, à chegada deste material, se constatou que as tabelas de tiro não o tinham acompanhado, pelo foi necessário pedi-lo ao MG. Pereira, Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico...*, *Ibidem*, p. 172.

⁸⁴ Para usufruto da igreja, são dadas as seguintes instruções ao comandante da diligência: máximo cuidado por ainda existirem vários objectos de ornamentação inamovíveis, bem como o órgão no respectivo coro, ao qual era absolutamente proibido o acesso de praças. Graduados e pessoal de serviço seriam os responsáveis e pagariam qualquer dano. A pedra tumular existente no corpo da igreja seria coberta com um estrado de madeira, de modo a evitar danos, e depois do toque de alvorada todas as praças teriam que ficar fora da igreja, para onde voltariam apenas ao toque de recolher. Entre os dois toques era absolutamente proibida a entrada a qualquer praça na igreja, que se conservaria aberta apenas o tempo necessário à renovação do ar e mesmo assim com um plantão. Uma vez fechada, a chave ficaria em poder do comandante da diligência, primeiro responsável pela execução das instruções. As refeições, limpezas e demais serviços teriam lugar no armazém, que até então havia servido de caserna, aonde se conservaria o material da fazenda e das praças.

⁸⁵ BPARPD – FGCPD, “Ofício 102 de 20 de Agosto de 1917 enviado ao Delgado do Procurador da República na Comarca de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 340.

desde finais do mês de Outubro⁸⁶. Trata-se de duas peças AE 15 cm P (MK), a cargo da Bateria de Artilharia de Guarnição (BAG), cujas plataformas estavam a ser construídas sem prévio projecto nem orçamento em virtude da urgência. Estas bocas de fogo estariam prontas a disparar em meados de Janeiro de 1918, ultimando-se os pormenores como, por exemplo, retirar do campo de tiro as árvores de grande porte junto ao matadouro⁸⁷, um barracão e um dos moinhos de vento de Santa Clara⁸⁸. Em virtude da implantação da peça americana no mesmo local (ou próxima), estas duas peças poderão ter sido mudadas mais tarde para a defesa da cidade da Horta⁸⁹.

Os ecos do primeiro ataque ao Funchal conheceram reacções não apenas das chefias militares, como também das civis. Pouco tempo depois do sucedido, o CMH enviaria um telegrama ao CMA, manifestando o mal-estar da população do distrito, seriamente preocupada perante o decorrido no Funchal. Igualmente informa que já havia exposto o assunto aos Ministro da Guerra e do Interior, assim como a confiança plena nas medidas tomadas por aquele comando e a urgente necessidade e eficácia de atender aos meios de defesa pedidos para as ilhas⁹⁰.

⁸⁶ A sua construção decorreu entre 15 de Novembro de 1917 e Fevereiro de 1918 e foi responsável pelo desaparecimento de um barracão e das ruínas de dois moinhos, por estarem no horizonte de tiro da bateria. Contudo e de acordo com as fontes, construiu-se igualmente uma bateria no espaldão da carreira do tiro em Ponta Delgada (de 25 de Agosto a cerca de 22 de Novembro), com as restantes duas peças *armstrong* 10 cm, entretanto reparadas. Nos relatórios enviados pelo comandante militar dos Açores e inspetor de engenharia nos Açores para o Ministério da Guerra, em Janeiro e Fevereiro de 1918, é referida sempre a existência de uma secção (meia-bateria), ou seja, duas peças, para além da bateria da Mãe de Deus.

⁸⁷ Ao que as fontes apontam, ambas as baterias em Santa Clara estariam a ser construídas em simultâneo. No caso das árvores, procurava-se limpar o horizonte de tiro da bateria no espaldão da carreira de tiro.

⁸⁸ Efectivamente, foram destruídos dois moinhos, ao invés de um. Encontravam-se já em ruínas, sendo os seus materiais entregues aos proprietários. AMMA– FG, Inspecção das Fortificações e Obras Militares nos Açores, “Nota 57 de 10 de Fevereiro de 1918” in *Registo de correspondência expedida*, vol. IV, 25 de Agosto de 1916 a 11 de Agosto de 1918, livro 1169.

⁸⁹ A 14 de Maio de 1918, o inspetor de artilharia nos Açores informa o CMA da partida para a Horta da divisão de artilharia de costa A. E. 15 cm P (MK), ou seja, de duas peças e o respectivo pessoal. Da investigação produzida não se chegou à conclusão se se tratava das duas peças existentes no Secadouro do Bacalhau, em Santa Clara, retiradas por não terem qualquer tipo de eficácia perto da peça americana, ou se seria a outra secção da bateria, que é sempre referida na documentação da época (o termo bateria - quatro peças). Em todo o caso, a partir desta data, a designação das baterias que faziam a defesa da parte ocidental e oriental de Ponta Delgada passa a Bateria *Armstrong*, constituída por material instalado no Alto da Mãe de Deus e espaldão da carreira de tiro, sob comando da B2AM. Em Ponta Delgada ficou também uma parte da diligência do Batalhão de Artilharia de Guarnição, sob comando de um capitão responsável por este material *Armstrong*, uma vez terminado o conflito. Isoladamente, a bateria de Santa Clara é também conhecida por Bateria de defesa da ilha e encontrava-se sedeadada no espaldão da Pedreira da Doca, junto a terrenos da já planeada mas ainda não concluída carreira de tiro de Ponta Delgada.

⁹⁰ A atenção ao mar é reforçada. Em 24 e 25 de Maio de 1917, o comandante da 4ª Companhia do RI 25 na Praia da Vitória comunica ao CMA as manobras de um navio espanhol junto à mesma. Quando interrogado sobre as suas intenções, referiu vir de Espanha com destino aos EUA, procurando apenas refugiar-se do mau tempo, ancorando fora da Vila. Estabelecida a vigilância, pede-se ao CMA para que o aborde directamente.

Simultaneamente, procurava-se aumentar a eficácia do serviço de vigilância⁹¹ na plataforma do farol do porto artificial, colocando-se uma diligência de um cabo sinaleiro e três soldados com experiência de marítimos⁹². Nesta altura, e em virtude de inúmeros factores, que irão ser abordados em outros capítulos ao longo do presente estudo, constata-se que os fundos dos conselhos administrativos das unidades militares, em especial o do RI 26, não conseguiam comportar mais abonos, pelo que os assuntos relativos à defesa começam a ter que esperar por verbas e autorização do Governo em Lisboa. Estas ingentes necessidades e a urgência em defender a cidade, na medida do possível, de um provável insulto de um submarino inimigo são apresentadas ao chefe da delegação da 8ª Repartição da 2ª Direcção-Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Guerra, em Ponta Delgada, que as remete com carácter urgente para Lisboa. As avultadíssimas despesas para a execução das obras, recorrendo-se a fornecedores locais e operários civis, haviam delapidado de tal forma o fundo do regimento que este se achava impossibilitado de cumprir a ordem, criando-se gravíssimos inconvenientes, situação partilhada pela B2AM. Aguardava-se, pois, o desbloqueamento de verbas ou um modo de aceder às mesmas, informando-se igualmente o CMA e fazendo-se notar que existiam ainda outras obras a executar, de maior ou menor volume, como, por exemplo, o restante projectado para o Alto da Mãe de Deus, farol do porto, edifício do cabo submarino ou forte de S. Pedro⁹³.

Neste ponto, a homem forte do IFOMA, o coronel inspector Virgílio Júlio Sousa, em 1918, clama não só pelo pagamento das diferentes obras como, por exemplo, no forte de Santa Clara e no de São Francisco Xavier, como acima de tudo se considera vítima do sistema. Apelidando a crise de pavorosa, refere a 22 de Janeiro que há mais de seis meses que não recebe o seu ordenado, considerando-se único nessas circunstâncias. Inclusive, refere que desde Novembro do ano transacto tem os recibos de Lisboa, processados pelo fundo das Despesas Excepcionais Resultantes da Guerra, embora a Repartição de Finanças e o Banco de Portugal ainda não tivessem ordem para pagar.

⁹¹ Tanto quanto a investigação permitiu constatar, são várias as fontes de informação sobre possíveis agressões que chegam às autoridades militares, como por exemplo o MI, MM ou MG, mas também do próprio cônsul inglês.

⁹² Por segurança e a pedido do Engenheiro Director das Obras Públicas da mesma cidade, autoriza-se a recepção no paiol de Ponta Delgada de 360 kg de pólvora de minas que se encontravam nas proximidades do porto.

⁹³ O interesse pelo forte de S. Pedro foi efémero, na medida em que a 5 de Fevereiro de 1917 são mandadas recolher as peças 7 cm ao forte de S. Brás pelo facto de a B2AM necessitar de contingente de recrutas para a instrução das mesmas.

Efectivamente, poderá concluir-se que as ordens do MG foram no sentido de construir-se e logo depois se veria o pagamento. Apesar da burocracia até funcionar, de modo lento, é certo, a verdade é que o capital chegava sempre tarde e a más horas, neste caso afectando pessoalmente um oficial de importância fulcral nos preparativos para a defesa das ilhas. O coronel inspector Virgílio Júlio Sousa, tirando algumas breves passagens pelo continente da República, será sem dúvida a principal figura da engenharia nos Açores durante a Grande Guerra.

2.3. A aeronáutica

A aviação foi uma das principais novidades bélicas da Grande Guerra. À semelhança dos grandes desafios que sempre constituíram a travessia do Oceano Atlântico, a aviação não foge à regra: é aguardada nos Açores.

A incursão nos Açores dos pioneiros da aviação transoceânica é já um facto previsto desde 1914, restando apenas dúvidas se seria efectuado por amargem ou aterragem, como o *Açoriano Oriental* constata:

“Ainda não está assente o dia da partida do hidro avião em travessia do Atlântico, tocando aqui nos Açores, como já é notório. Se efectivamente se levar a efeito tal travessia, será a mais assombrosa que se tem realizado no mundo da aviação. Ao contrário do que se supunha a aterragem far-se-há no mar pela natureza do aparelho, a não ser que depois algum aeroplano que então a faça na Chã do Rego de Água”⁹⁴.

Como ilhas dispersas no meio do Atlântico, a notícia de uma máquina que voava, aproximando terras remotas era um tema apaixonante. Numa terra de pequenos trilhos em terra, nem todos conheciam os locais mais exóticos, mesma na sua freguesia, como no mesmo semanário se refere a propósito do templo de N^a. Sr^a. da Paz, em Vila Franca do Campo. “Só ainda não conhecemos, isto é, visitamos o que mais chama a nossa atenção, o da Senhora da Paz mas a razão é óbvia. Está no cume de uma alterosa montanha e as nossas pernas já não são para tais folias, nem os meios de transporte, os burricos,

⁹⁴“Hidroavião América”, *Açoriano Oriental*, n.º 4134 de 25 de Julho de 1914. Quem a faria seria o Sr. Porte, que tentaria alcançar um prémio de 10.000 dólares.

são toleráveis para quem sofre como nos sofremos. O hidroavião é que estava a calhar mas essa inovação do progresso (...) ainda cá não chegou”⁹⁵.

Mal sabia o autor da crónica apresentada que poucos meses atrás havia sido criada a Escola de Aeronáutica Militar e que, onze meses depois, seria feito concurso para a entrada de dez militares do Exército ou Marinha, para formação numa escola de aviação estrangeira⁹⁶.

Apesar do seu aparecimento a 14 de Maio de 1914 (e que incluía uma secção naval), a Comissão Técnica do Serviço de Estado-Maior diria a 4 de Maio de 1916 que não detinha nem aparelhos nem pessoal técnico competente. Tendo em conta que já se estava em beligerância, a sugestão transmitida ao MG é no sentido de que se adquira material com provas já dadas no conflito e se faça o contrato de especialistas estrangeiros para o seu manuseamento, dada a urgência, “Sendo este serviço um excelente meio de informação e até de destruição, impõe-se desde já”⁹⁷.

Dentro deste espírito, em Outubro de 1916 entraria em funcionamento a referida escola, sendo Artur de Sacadura Freire Cabral, oficial da Marinha de Guerra Portuguesa, nomeado seu director. Sacadura Cabral fazia parte do núcleo dos pioneiros da aviação portuguesa, formados em escolas estrangeiras, sendo camarada do capitão Francisco Xavier da Cunha Aragão, o «herói de Naulila», de acordo com o *Açoriano Oriental*, natural do Nordeste. O orgulho sentido neste filho da terra leva a que o mesmo jornal destaque a sua chegada aos EUA em finais de 1915, referindo-se, a 1 de Janeiro de 1916, que se encontrava-se em Nova York para aprofundar os

⁹⁵“Vila Franca III”, *Açoriano Oriental*, n.º 4142 de 19 de Setembro de 1914.

⁹⁶ Para os primórdios da aviação veja-se também “A orgânica das forças armadas portuguesas – A Aviação naval” e “A aeronáutica militar” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Circulo de Leitores, Rio de Mouro, pp. 124 e 130.

⁹⁷ AHM, EME, *Bases para uma defesa imediata do paiz na perspectiva de um ataque da parte dos adversários prováveis que possam surgir do actual conflito europeu*, Pastas de notas, 4 de Maio, 3ª Div., 1º Secç., Caixa n.º 18, nº 22, 1916, p. 7.

conhecimentos por intermédio da aviação americana⁹⁸. Em Junho de 1916, existia uma rua com o seu nome em Ponta Delgada, actualmente desconhecida⁹⁹.

Com o evoluir da guerra e as frequentes crónicas da *front*, são comuns os relatos da aviação no campo batalha, em especial dos apaixonantes combates aéreos, reproduzidos de acordo com a prosa da época nos órgãos de comunicação social, ou mesmo as fantásticas travessias aéreas, cuja incerteza pela vida era uma constante¹⁰⁰.

Com o estabelecimento de uma base naval americana na cidade de Ponta Delgada¹⁰¹, subitamente, as máquinas de que todos já haviam ouvido falar, e que a maioria já havia visto no cinematógrafo, tornava-se real para os micalenses. Desembarcados em Fevereiro, rapidamente foram montados sobre o olhar atento da população, que aguardava o seu voo inicial, efectuado a 16 de Fevereiro de 1918.

No número da semana seguinte, seria apresentada como notável a subida dos primeiros aviões em São Miguel. Milhares de pessoas aglomeram-se no local para observarem de perto o evento, produzindo-se uma grande admiração durante o acto. Em tom de piada e em crítica à falta de géneros, entretanto provocada à população para abastecimento da base naval americana, o *Açoriano Oriental* não resiste a uma piada sobre o assunto. Diz-se que entre a multidão, junto ao jornalista, estava um casal de aldeões em que o homem, ao ver o espectáculo, dizia à esposa:

“«Ó Rosa, tu não sabes? Aqueles *gaviões* são os tais pássaros que nos comem as galinhas e os ovos»”. E com este à parte, de um dos nossos aldeãos, que

⁹⁸ Apesar de OCS americanos referirem que havia ido com o objectivo de comprar munições para o exército português. Tinha 24 anos e foi muito bem recebido pela comunidade açoriana naquela cidade. “Tenente Aragão”, *Açoriano Oriental*, n.º 4207 de 1 de Janeiro de 1916. De acordo com Edgar Pereira da Costa Cardoso, o tenente Aragão nasceu em Nova Goa e a sua instrução nos EUA, iniciada em 15 de Dezembro de 1915, foi feita na *Signal Corps Aviation School* em San Diego, sendo interrompida devido à entrada de Portugal na guerra. Inicialmente feita a partir de hidroaviões, seria terminada com aviões de rodas e em França, no *Centre d’Aviation Militaire de Chartres*. Cardoso, Edgar P.C., *História da Força Aérea Portuguesa*, 3ª Volume, Comocolor, 1984, Lisboa, pp. 196 e 199. Carlos de Ornelas, na sua obra *O Açoriano na Grande Guerra*, identifica-o como açoriano. Ornelas, Carlos, *O Açoriano na Grande Guerra*, Revista Insular e de Turismo, Lisboa, Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1931, Pág. 62.

⁹⁹ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4230 de 10 de Junho de 1916. A sua naturalidade é muito discutível. Diversos autores, como Carlos Melo Bento e Carlos de Ornelas, confirmam estas indicações. Contudo, nos seus documentos militares, a sua naturalidade é referida como sendo de Nova Goa. Eventualmente poderá ter-se verificado uma situação similar à do coronel Francisco Afonso Chaves, filho de pai micalense. Nascido em Lisboa, por uma situação excepcional, sempre foi tido como açoriano. Futuras investigações poderão levantar novas informações sobre este pioneiro da aviação.

¹⁰⁰ Como por exemplo, “Um grande voo”, *Açoriano Oriental*, n.º 4320 de 2 de Março de 1918.

¹⁰¹ Sobre o estabelecimento da base e o papel do avião na defesa, veja-se Telo, A. J., “A base dos Açores na fase final da guerra – aspectos operacionais” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 143.

sintetiza uma incisiva e irónica filosofia fechamos esta notícia, constatando com um facto histórico a ascensão de hidroaviões americanos nesta ilha”¹⁰².

Na semana seguinte, seria anunciado um progresso português no mesmo sector:

“Em breve virá para os Açores, zona do bloqueio, uma esquadrilha de aviões, sob o comando do 1º Tenente da Armada Sr. Adolfo Trindade, ex. governador civil de Angra, a quem ultimamente foi concedido, com louvor, o ”brevet” pela escola de Saint-Rafael, de França.”¹⁰³

O tenente Adolfo Trindade era um dos pupilos do director do primeiro curso de pilotagem em Portugal. Oficial da Marinha de Guerra portuguesa até à sua vinda para o Açores, o tenente Trindade frequentou uma série cursos no estrangeiro e, de acordo com Abílio Cruz Júnior, fazia parte de um grupo cujas entidades superiores da Armada pretendiam criar uma aviação privativa¹⁰⁴. Este distinto oficial, natural da freguesia da Matriz, concelho da Horta¹⁰⁵, em meados de Junho de 1918 já se encontrava na ilha de São Miguel¹⁰⁶.

De acordo com o mesmo autor, o tenente Adolfo Trindade foi nomeado para dirigir o Centro de Aviação da Horta, efectuando a transferência do material americano para cidade de Ponta Delgada. Refere que a Marinha Americana teria sido autorizada a operar igualmente a partir da Horta, transmitindo a ideia de que, apesar de não terem chegado a operar, teria existido material daquela nacionalidade naquela cidade. Este pioneiro da aviação portuguesa teria chegado mesmo a ir aos EUA adquirir quatro hidroaviões Curtiss – HS 2L, que ficariam naquele centro a prestar serviço¹⁰⁷.

¹⁰²“Hidroaviões americanos”, *Açoriano Oriental*, n.º4319 de 23 de Fevereiro de 1918.

¹⁰³“Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4320 de 02 de Março de 1918.

¹⁰⁴ A Aviação Marítima acabaria por ser criada pelo Decreto n.º 3395 de 28 de Setembro de 1917. Júnior, Abílio Cruz, “Sacadura Cabral – o homem que deu asas à Marinha” in *Revista da Armada* n.º 330, Abril, Página Ímpar, 2000. Edição on-line em www.marinha.pt.

¹⁰⁵ Arquivo Histórico da Marinha, *Livro Mestre J*, folha 9.

¹⁰⁶ Mediante uma numerosa assistência realizou a 19 de Junho desse ano uma conferência sobre aviação no Clube União Micaelense, em que durante uma hora discursou sobre os progressos da aviação e as manobras feitas durante a guerra, acerca dos modernos aviões e dos combates. Destacou a polivalência dos mesmos e sobre o seu papel no futuro, uma vez terminada a guerra, ao que se seguiu um serão dançante. “Conferência”, *Açoriano Oriental*, n.º 4336 de 22 de Junho de 1918. Acerca da sua naturalidade, diria o mesmo jornal: ”O Sr. Adolfo Trindade teve palavras de sentida homenagem à sua pátria açoriana”. *Ibidem*.

¹⁰⁷ Júnior, *Op. cit.* Adelino Cardoso refere serem aeronaves desenvolvidas a partir de 1914 com o objectivo de combater navios no Atlântico, longe da costa e com excelentes resultados no combate a

O estabelecimento de uma base aeronaval portuguesa será pois uma questão polémica, mais na sua fase inicial do que propriamente na sua extinção.

A este propósito, Edgar Cardoso refere que na I Guerra Mundial, e procurando-se relacionar a estratégia com a política da Nação, foi criado nos princípios de 1918 um Comando Marítimo em Ponta Delgada. Nesse comando estava integrado, no escalão inferior, o Comando dos Serviços de Aviação Naval, cujo primeiro comandante foi o primeiro-tenente Adolfo Trindade. A sua nomeação teve lugar a 12 de Agosto de 1918, ou seja, pouco tempo antes do termo das hostilidades, pelo que não se chegaria a concretizar qualquer tipo de acção operacional. No entanto, o Centro de Aviação, que estaria localizado na Horta, conjuntamente com os Serviços Meteorológicos, ainda subsistiria durante alguns anos¹⁰⁸.

Da bibliografia citada e a partir das notícias avançadas desde início de Março de 1918 pelo *Açoriano Oriental*, será de presumir que a nomeação de Adolfo Trindade terá sido feita antes da própria nomeação oficial e, garantidamente, antes da criação do Centro de Aviação Marítima nos Açores, como ficaria delineado pelo Decreto n.º 5300 de 20 de Março de 1919. Aliás, de acordo com o segundo-tenente da Armada Silva Soares¹⁰⁹ ter-se-á criado provisoriamente a base aeronaval no Bom Sucesso e, por razões estratégicas, mais três centros, nomeadamente em S. Jacinto, ilha da Culatra (Faro) e Ponta Delgada, dos quais apenas o primeiro entraria em serviço.

A questão não será bem assim. A documentação consultada aponta para uma acção concreta no terreno, ultrapassando a mera burocracia e revestindo-se de contornos bem mais confusos do que à partida se poderia julgar, como adiante se verá. O ACRA e o próprio Almirante Neuparth poderão não estar totalmente alheios a esta situação.

Enquanto não se colocam efectivamente aeronaves portuguesas no ar, a população micaelense assiste aos voos americanos, que poderão não ter ficado apenas

submarinos. Terão vindo para a base naval americana instalada em Ponta Delgada com o objectivo de realizar patrulhamento marítimo, caracterizando-as como máquinas robustas mas pouco maneáveis. Sobre a passagem de quatro destas aeronaves para Portugal, refere terem sido adquiridas para o CAN (Centro de Aviação Naval) dos Açores, que acabaria por não se desenvolver em virtude de dificuldades financeiras. Encaixotados, seriam enviados para o continente, aonde apenas em 1921 seriam montados no CAN do Bom Sucesso, para voar em 1923, já bastante degradados. Cardoso, Adelino, *Aeronaves militares portuguesas no século XX*, Essencial, Lisboa, 2000, pp. 136-137.

¹⁰⁸ Cardoso, Edgar P.C., *História ...*, *Ibidem*, p. 349. De realçar que autor engana-se na naturalidade do tenente Adolfo Trindade.

¹⁰⁹ Soares, Silva, “A Aviação Naval” in *Defesa Nacional*, n.º 145, Tip. Renascença, Lisboa 1946, pp. 10 - 11

pela ilha de São Miguel¹¹⁰. O próprio voo inaugural poderá não ter sido o primeiro, uma vez que a primeira referência encontrada a uma aeronave vem de Vila do Porto. Em telegrama cifrado¹¹¹ de 20 de Janeiro de 1918, o comandante da diligência em Santa Maria refere que, na tarde do dia 17, uma mulher e um rapaz que passavam na estrada de Paul afirmavam ter visto muito próximo da costa noroeste da ilha um aparelho de voo, não sabendo dizer de que espécie se tratava. De nacionalidade desconhecida, a única presença de aeronaves ao tempo seria americana, embora, tanto quanto se sabe, os seus voos apenas se iniciariam no mês de Fevereiro.

Ao que a documentação permite entender, o Verão de 1918 decorre sem que efectivamente se levante a base portuguesa¹¹², cujas primeiras diligências conhecidas são de 31 de Outubro de 1918. Nesta data, o Comando Militar da Horta informa o CMA que, em referência à nota enviada pelo Alto Comissário, não existia uma casa para alugar que satisfizesse as exigências do serviço a que se destinava, ou seja, a alojamento dos oficiais em serviço no Centro de Aviação Marítima¹¹³. O comandante Adolfo Trindade já se encontrava na cidade da Horta desde 24 de Setembro, data em o mesmo comando deu conhecimento ao Chefe de Estado Maior da Defesa Marítima dos Açores da entrega de 200\$00 ao referido primeiro-tenente para a instalação e manutenção de um pombal militar na mesma cidade, conforme solicitado¹¹⁴.

O enquadramento de um pombal militar num órgão da Aeronáutica é justificado por Edgar Cardoso, na referência que faz à morte do bravo imediato do

¹¹⁰ Foram detectados pelo menos dois voos até Vila Franca do Campo, um deles efectuados às 5 da manhã da semana 22 de Abril, em que o aeroplano sobrevoou o ilhéu e regressou de seguida. “Noticias da Vila Franca”, *Açoriano Oriental*, n.º 4328 de 27 de Abril de 1918.

¹¹¹ A questão da cifra. Neste caso foi utilizada a cifra do administrador do concelho para Governador civil, por insuficiência da militar.

¹¹² De acordo com António José Telo, em finais de 1918 a Aeronáutica naval era já uma realidade, apesar de incipiente e fraca, com centros criados e unidades operacionais em território nacional (ao contrário do Exército). A escassa cobertura aérea das águas nacionais era feita a partir de hidroaviões franceses, com base em São Jacinto, e pelos americanos a partir de Ponta Delgada. Telo, António José. “A inovação possível – a aeronáutica militar” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Circulo de Leitores, Printer Portuguesa, Rio de Mouro, pp. 396-397.

¹¹³ Apesar de existir uma casa no forte de Santa Cruz que pudesse servir, poderia esta questão igualmente ser resolvida pela requisição de uma casa da ex-colónia alemã.

¹¹⁴ A Inspeção do Serviço Telégrafo Militar refere que, a 14 de Setembro de 1918, havia marchado para o CMA um primeiro-cabo da Companhia de Telegrafistas de Praça, com pombos-correios militares, adido à diligência da Bateria de Guarnição desde 28 de Setembro, por conveniência de serviço. Provavelmente a escolha de uma casa para os oficiais já pecava por tardia. Esta praça seria mandada recolher à sua unidade a 11 de Março de 1919. O pombal foi efectivamente montado, apresentando-se despesas da sua instalação e manutenção em Ponta Delgada e Horta. Estaria hierarquicamente subordinado ao Centro de Aviação Marítima da Horta, provisoriamente instalado na cidade micaelense a 5 de Fevereiro de 1919. A este propósito, veja-se também Telo, António José. “Influencias em Ponta Delgada” in *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Edições ASA, 1993, Porto, Pág. 143.

Augusto de Castilho, o tenente Alberto Xavier, que havia obtido o seu "brevet" nas escolas francesas da especialidade em 9 de Janeiro de 1919:

“Horas depois soube-se que por alturas de Peniche, uns pescadores tinham visto um aeroplano à mercê das ondas, mas que não puderam socorrer devido à agitação do mar. (...) Só dias depois alguns destroços do hidroavião seriam arrojados à praia próxima de S. Pedro de Muel.(...) Alberto Xavier teve ainda, quando a tragédia se desenrolava, a presença de espírito de soltar dois pombos correio, pedindo socorro imediato, um dos quais foi apanhado em Aveiro e outro em Montemor-o-Novo”¹¹⁵.

O pombo-correio é, pois, o sistema de comunicação possível destas aeronaves com terra. A rádio está a dar os seus primeiros passos, começando a ser implementada nas embarcações, mas não ainda nas aeronaves por razões ligadas à sua eficácia e dimensões. Aliás, a própria Escola Prática de Transmissões tinha painéis de instrução relacionados com este sistema de comunicação¹¹⁶.

Das medidas implementadas e detectadas na presente investigação, será de referir a existência de praças de aviação presentes na B2AM em Ponta Delgada e em instrução no campo de aviação americano na cidade¹¹⁷. A 8 de Outubro, o CMA daria mesmo ordem à referida bateria para que mandasse apresentar três soldados nos serviços da Aviação Marítima dos Açores, avançando já o número de ordem de um deles e autorizando a escolha dos restantes dois por mútuo entendimento entre o primeiro-tenente da Armada e o comandante da Bateria. Aparentemente, o Centro teria já uma extensão nessa cidade, como posteriormente se verificará.

Inserido no conceito das facilidades dadas pelo governo português aos aliados, no mês do armistício encontra-se na cidade da Horta o major aviador inglês Maurice R. Buckland a realizar um estudo para a instalação de campos de aviação terrestre e marítima, de acordo com as ordens recebidas do governo de Sua Majestade, tendo o CMH (conforme instruções recebidas) pago a visita e oferecido os seus préstimos. Desta visita resultou uma segunda, efectuada a 15 de Abril do ano

¹¹⁵ Cardoso, Edgar P.C., *História ...*, *Ibidem*, p. 139.

¹¹⁶ Veja-se o apêndice XVII.

¹¹⁷ Ao que a restante investigação aponta, esta colaboração terá sido efémera. Estaria provavelmente a ser feita ao abrigo do acordo Portugal/EUA de 9 de Agosto de 1918. Telo, A. J. , “Influencias...” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 143.

seguinte¹¹⁸, cujos resultados finais não terão avançado para além do nível da experiência.

De acordo com António José Telo¹¹⁹, que por sua vez cita o almirante americano Sims, coordenador das forças da US Navy na Europa, os ingleses estariam interessados nesta fase em comprar uma parte dos Açores para estabelecerem uma base de aviação naval. Contudo e estabelecidos os canais entre os EUA e a Inglaterra, esta não terá revelado interesse em tal, o que acaba por ser contrário à documentação investigada, que nos prova alguma acção no terreno. Poderá este interesse ter sido feito à revelia da nação americana.

Apenas em 1919 surgem novas indicações sobre esta arma. A 5 de Abril, o Ministro da Guerra determina que se lavre o auto de concessão de licença para que o Centro de Aviação Marítima Portuguesa na Horta possa começar a fazer todas as instalações de que careça nos terrenos de servidão do forte de S. Brás em Ponta Delgada. Estas obras deveriam estar de acordo com as condições apresentadas pela IFOMA, entretanto autorizadas, o que efectivamente se verifica.

Provavelmente em finais deste mês apresentou-se ao CMA, já sedado em Angra do Heroísmo, o capitão de cavalaria aviador (aeronáutica militar) Francisco Xavier da Cunha Aragão, confundindo o comandante militar dos Açores. Este envia uma nota à Secretaria da Guerra, procurando esclarecer o assunto, uma vez que o capitão havia perdido a sua guia de marcha, passada pela Direcção de Aeronáutica ou pela 2ª Repartição Geral. O referido capitão fazia-se acompanhar por um primeiro-cabo condutor, um automóvel ligeiro e um camião¹²⁰, declarando vir montar um campo de aviação na ilha Terceira, conforme requerido pelo ACRA, pedindo alojamento no interior do castelo de São João Baptista. Ignorando totalmente o serviço e por não ter recebido indicações do ACRA, solicita ao Ministro da Guerra instruções. Estas

¹¹⁸ Em nota do mesmo dia, o CMH informa o CMA que no dia antes havia-se apresentado o referido major, informando-o que no mês de Maio ou de Junho de 1919, faria a amaragem junto ao porto da Horta um enorme hidroavião, esperando-se igualmente a chegada de 30 praças (mecânicos), a fim de remediar qualquer desarranjo nos aparelhos. Na mesma nota, o comandante militar da Horta informa pretender seguir a mesma ordem de ideias da primeira visita, referindo procurar recolher mais informações na próxima conversa com o referido major, aguardando novas instruções. O CMA, por não ter instruções específicas sobre o assunto, por desconhecer as instruções dadas pelo ACRA ao CMH e por falta total de comunicações marítimas e telegráficas, solicita a 19 de Abril de 1919 ordens específicas sobre o assunto ao MG.

¹¹⁹ Telo, António José. "A desmobilização da base americana" in *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Porto, Edições ASA, 1993, p. 156.

¹²⁰ Que acabaria por ser um importante auxílio no transporte das bagagens dos alemães ex-presoneiros de guerra, uma vez libertos. Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, p. 118.

confirmaram o que havia sido dito pelo capitão Aragão, pelo que, em Maio, Agosto e Novembro, é-lhe atribuído pessoal e, em inícios de Junho, 10 caixas de gasolina oriunda de Ponta Delgada, por intermédio da canhoneira *Açor*. Sobre a Base de Aeronáutica de Angra do Heroísmo pouco mais se sabe, constatando-se que a 2 de Fevereiro de 1922 o capitão aviador militar Aragão já não se encontra na ilha, em virtude da Direcção de Aeronáutica Militar pedir ao CMA o envio da sua folha de vencimentos¹²¹.

O investigador António José Telo refere que, uma vez terminada a guerra, o centro de São Jacinto é entregue pelos franceses e incorporado na aeronáutica naval, sendo a base de Ponta Delgada abandonada, por falta de pilotos e mecânicos. Entre o material e os aparelhos deixados pelos americanos, entre os quais estavam quatro grandes hidroaviões *Curtiss HS-2L* (os maiores aparelhos existentes em Portugal na altura), ficariam encaixotados durante largos meses nos Açores antes de serem transportados para Lisboa em 1921. Acabam por ir parar ao centro de São Jacinto, conforme já foi referido¹²².

A intenção da instalação de uma base naval portuguesa nos Açores reflecte uma ideia que posteriormente seria adoptada, a partir da II Guerra Mundial. Cimentada a importância da nova arma de guerra e entendido o seu papel na luta pelo domínio no Atlântico Norte, Portugal tardiamente tenta desenvolver o que nações aliadas já haviam entendido, em virtude da necessidade de protecção do fluxo naval entre as duas margens do Atlântico, quer a norte quer a sul do Açores. De tecnologia incipiente e com uma autonomia muito reduzida, a presença de aeronaves americanas em Ponta Delgada possibilitou uma segurança extra à passagem das embarcações, pelo menos junto à ilha de São Miguel.

Portugal, fraco de recursos, leva tempo a passar da teoria à acção, tentando-o fazer nas ilhas de uma forma mais intensa, em virtude do estabelecimento de uma base estrangeira em território nacional. Não o consegue. Os poucos recursos do país não o possibilitam, e o contexto propício termina com o armistício. Contudo, a

¹²¹ O Capitão Aragão nasceu a 25 de Maio de 1891 e assentou praça a 29 de Julho de 1907 sendo promovido a capitão dez anos depois. Antes de vir prestar serviço na Esquadrilha de Aviação nos Açores, esteve no Estado-Maior de Cavalaria. Na sua folha de informação relativa ao ano de 1920, o comandante militar dos Açores refere ser um bom militar, não desempenhando funções de comando ou de instrutor. No seu juízo ampliativo, diz não servir sob as ordens do CMA, considerando-o bastante inteligente e ter o melhor preceito dele como militar e cidadão.

¹²² Telo, António José. “A inovação possível – a aeronáutica militar” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 397. Veja-se também Telo, António José, “Inovação tecnológica e defesa” *Ibidem*, pp. 378-379.

perspectiva de estabelecer uma base, inicialmente no Faial e Ponta Delgada e, depois, em Angra do Heroísmo, provam a visão geoestratégica da utilização desta nova arma nas ilhas, reforçada pela possível intenção britânica e manifestado interesse americano (durante a guerra).

Como se verificaria um pouco ao longo da história das ilhas, não passaria de um conjunto das intenções. As dificuldades económicas assim o exigiam. Mas a sua posição geoestratégica havia lançado a semente, que haveria de brotar nos anos seguintes, como já em 1919 se constata com a primeira travessia aérea do Atlântico norte por intermédio dos NC4, com escalas exactamente nas cidades da Horta e Ponta Delgada. Os anos de 1920 e 1930 reforçariam esta importância, sendo o primeiro aeródromo das ilhas já da década de 1930, o da Achada, na ilha Terceira (1930), e definitivamente assente com a criação dos aeródromos das Lajes e Santana, durante a II Guerra Mundial.

É de realçar igualmente a tentativa fracassada de estabelecer um recorde português da travessia Lisboa-Funchal-Ponta Delgada a bordo de um *Fokker T. III W*, o *Infante de Sagres*, em Março de 1926, lograda a poucas milhas de Ponta Delgada.

2.4. A expansão da rede de comunicações

No que concerne a transmissões, o presente trabalho permitiu constatar diferentes formas de comunicação nos Açores, em diferentes escalas, durante a Grande Guerra.

As ilhas encontram-se ligadas entre si por uma de duas formas distintas: ou por cabo telegráfico ou então (e com menor expressão) por intermédio de estações de TSF. O primeiro sistema é igualmente responsável pelas ligações com ambas as margens do Atlântico, ao passo que, numa primeira fase, o segundo não permitia ligações com Lisboa, a instalação de uma poderosa estação TSF inglesa em São Miguel, praticamente no final da guerra estabeleceu-las-ia¹²³.

A nível interno, existem ligações de cabo telegráfico entre as principais vilas de São Miguel e Ponta Delgada, capital forma de comunicação das diligências militares com o CMPD. Como alternativas, eram utilizados antigos postos semafóricos

¹²³ Assim como uma na ilha Terceira, em funcionamento em 1919.

ou telégrafos e outros sistemas, como fogueiras, fachos e bandeiras, a par com uma tímida mas importante expansão da rede telefónica, em especial militar.

2.4.1. A telegrafia sem fios (TSF)

“As primeiras experiências de rádio são feitas em finais do século XIX. Em 1899 já Marconi consegue enviar uma mensagem entre Inglaterra e a França. Nos primeiros anos do século, é possível apanhar em Inglaterra mensagens experimentais enviadas do Canadá”¹²⁴.

As primeiras experiências com TSF em Portugal seriam feitas em 1901 pelo capitão Severo da Cunha, do Regimento de Engenharia, e por intermédio de militares entre a Raposeira e o Alto do Duque, em Lisboa. No ano seguinte, a Direcção-Geral dos Correios e Telégrafos solicitaria a colaboração do Ministério da Marinha para testar a bordo de navios da armada dois aparelhos TSF da marca *Ducretet*. Nesse mesmo ano seriam feitas as primeiras experiências rádio navais no país¹²⁵.

Em Setembro de 1907, a Companhia Marconi propôs ao Governo Português o estabelecimento de estações TSF em várias cidades, o que, de acordo com Miguel Figueira Faria, não foi à avante. Contudo, e de acordo com Joaquim Chagas¹²⁶, em Fevereiro de 1905 celebrou-se um contrato provisório entre o mesmo governo e a Companhia Easter Telegraph, em que esta se comprometia a abrir, no prazo de dois anos, as explorações necessárias para comunicação por TSF entre duas ilhas dos grupos Ocidental e Oriental do arquipélago, “satisfazendo as legítimas aspirações da parte dos povos açorianos, acudindo à instantaneidade de fechar as comunicações inter-insulares do arquipélago e pondo termo ao cruel isolamento, que aliás se não compadecia com os progressos da época, a que estavam sujeitas as ilhas de Santa Maria, Flores e Corvo”¹²⁷.

¹²⁴ Telo, António José, “A rede de Rádio” in *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Porto, ASA, 1993, p. 183.

¹²⁵ Faria, Miguel Figueira de, *Marconi: 75 anos de comunicações internacionais*, Lisboa. Companhia Portuguesa Rádio Marconi, 2000.

¹²⁶ Chagas, Joaquim, *A Telegrafia sem fios nos Açores*, Relatório, Lisboa, Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.

¹²⁷ *Ibidem*.

A presença da companhia inglesa e o tempo que a Eastern Telegraph levaria para abrir o concurso (1907), conjugam-se com o que António José Telo afirma sobre o estabelecimento de uma rede de rádio:

“A preocupação de Londres é semelhante à que teve com os cabos submarinos 50 anos antes, mas mais difícil de concretizar por razões técnicas: montar, antes das outras potências, uma rede própria que ocupe o vazio e lhe confirme o controlo das comunicações. Na prática a rádio completa a rede de cabos, formando um sistema único, flexível, que assegura a continuação do controlo britânico. Em 1914, a nova rede ainda está só parcialmente montada”¹²⁸.

Contudo, a 1 de Junho de 1912, Joaquim Chagas apresentou um relatório de tirocínio do Curso de Telégrafos, professado no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa durante os anos de 1902 a 1906¹²⁹. Neste, refere estarem instaladas no arquipélago cinco estações radiotelegráficas do mesmo tipo, embora de potências diferentes, das quais duas no grupo ocidental, uma no grupo central e as outras duas no grupo oriental, quase todas situadas junto ao mar, em altitudes variando os 60 e os 120 metros. Cada qual estaria implantada num terreno, que variava entre os 5.000 e os 10.000 metros quadrados, arável e seco, no centro do qual se erguia o mastro da antena¹³⁰.

Auretonio do Valle, inspector dos Serviços Radiotelegráficos dos Açores em 1925, diria:

“Datam, todavia, de 1908 as primeiras cinco estações radiotelegráficas portuguesas, criadas nos Açores: Santa Maria, S. Miguel, Faial, Flores e Corvo,

¹²⁸ Telo, A. J. , “A rede...” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 184.

¹²⁹ Chagas, Joaquim, *A Telegrafia...*, *Ibidem*.

¹³⁰ Nas duas maiores, era constituído por quatro vigas de madeira de 70 metros de altura, ligadas solidamente por barras de ferro, formando uma elegante pirâmide em base quadrada encastrada num maciço de alvenaria e expiada por cabos de verga de aço que, partindo de diversos pontos das arestas, prendiam-se a grandes blocos de madeira enterrados. Nas estações de menor potência, o mastro tinha apenas 50 metros e era formado por uma única viga, expiada do mesmo modo. Auretonio do Vale refere serem os mastros porta-antenas de altura compreendida entre os 55 e os 70 metros, de madeira, sustentando antenas de oito condutores, cuja potência podia ir até aos 5 kW nas estações do Faial e das Flores. Eram estações do sistema *De Forest*, na transmissão, e do *The Amalgamated Rádio Telegraph Co.* na recepção. Valle, Auretonio do, “A radiotelegrafia nos Açores” in *T.S.F. em Portugal*, n.º 17., Lisboa. Composição e impressão: rua da Rosa, 24, 1925. Em 1907, a Companhia Marconi havia proposto o fornecimento de estações TSF para o Porto, Lisboa, Trafaria, Setúbal, Figueira da Foz e Lagos, mas o acordo não se chegaria a afirmar, de acordo com Joaquim Chagas, por incompatibilidades nos direitos entre a companhia e o Estado, mediante a possível ligação com outros diferentes sistemas em uso.

as quais sob dependência da Administração Geral dos Correios e Telégrafos, satisfaziam ao duplo objectivo de ligar entre si as ilhas não providas de cabos submarinos e atender às necessidades da navegação. As estações dos Açores que trabalham ainda hoje sofrivelmente, e cuja acção se limita agora ao serviço inter-insular, estão antiquadas, encontrando-se muito alteradas pelo uso e ainda pelos destroços causados pelos temporais ciclónicos que passam nos Açores. Apesar de tudo quanto se possa dizer, tais estações foram boas no seu tempo (...).

Assim, Faial e Flores comunicaram mais de uma vez com Cape Race; Faial (...) com o barco dinamarquês *Helling Olav*, a cerca de 1500 milhas a norte, o que constituiu um recorde mundial de comunicação entre uma costeira e um navio”¹³¹.

De acordo com o mesmo autor, a sua missão teria mesmo suplantado a missão original, tornando-se um instrumento de socorro à navegação, como o reboque à barca *Fortuna*, encontrada com os mastros destruídos, e no sinal de alerta ao *Orion*, mediante a presença próxima de um submarino nas imediações de Ponta Delgada¹³². Refere mesmo serem em considerável número os serviços de socorro a náufragos pela estação da ilha Terceira¹³³, inclusive a naufrágios, junto à costa da ilha do Pico.

Efectivamente, fotografias possibilitam identificar uma estação nos Cedros (Faial) já em 1910¹³⁴, assim como em São Miguel¹³⁵, no Corvo, Flores e Santa

¹³¹ Valle, Auretonio do, “A radiotelegrafia...” in *T.S.F...*, *Ibidem*.

¹³² Este facto poderá responder à rapidez com que o navio carvoeiro americano actuou, minimizando os estragos quando comparados com os dois ataques sofridos pela cidade do Funchal durante a Grande Guerra. Manuel Ferreira, na sua obra intitulada *As voltas que Santa Clara deu*, apresenta uma fotografia, tirada pelo coronel Francisco Afonso Chaves, de uma casa atingida por um projecto de artilharia naval. Por detrás, constata-se a presença da Estação da Nordela ou, por vezes, dita do Ramalho. Poder-se-á levantar a questão: foi o tiro intencional ou fortuito? Em todo o caso, esta situação poderá ter levado as autoridades a pedirem para que o mastro fosse pintado de cinzento, ficando assim camuflado. Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 229.

¹³³ A 5 de Outubro, já se encontra em construção a estação de telegrafia sem fios na mesma ilha, a cargo de um major de engenharia, que poderá ser o mesmo que em 21 de Agosto é mandado entrar em licença, visto ter sido nomeado para o CEP. Contudo, é bastante provável que já existisse uma mais antiga. Sobre a moderna, em funcionamento em 1919, diria Auretonio de Valle ser do tipo *Marconi* de 5 K.W. igual à de Monsanto e Leixões, e que sobre ela recaía o apoio à navegação na zona abrangida pelos Açores, embora tivesse um longo alcance. Sabe-se que o coronel Afonso Chaves participou nos seus trabalhos de construção ou montagem, nomeadamente em aspectos relacionados com o estabelecimento de uma hora internacional.

¹³⁴ A sua antena viria a sofrer uma derrocada em 6 de Fevereiro de 1911, em virtude de ventos ciclónicos, com rajadas de 180 km/h. Dois anos depois sucederia o mesmo ao mastro das Flores e, pouco depois, ao do Corvo.

¹³⁵ Manuel Ferreira, na sua obra “*As voltas que Santa Clara deu*”, refere que a 13 de Janeiro de 1910 os OCS anunciaram a inauguração do serviço de TSF entre a estação da Nordela e a do Barreiro, na Faneca, ilha de Santa Maria. Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 177.

Maria. Temos, pois, os Açores como pioneiros no estabelecimento de um serviço regular de TSF a nível nacional.

Durante a Grande Guerra, são várias as unidades das marinhas de guerra e mercante portuguesas com este dispositivo a bordo, como o vapor *Ponta Delgada*, a canhoneira *Mandovy* ou mesmo o *Augusto de Castilho*.

Em questões operacionais, tanto quanto a investigação permitiu entender, o cabo telegráfico é sem dúvida o principal meio de ligação inter-ilhas e com o continente. Contudo, como são relativamente frequentes as avarias, a TSF era logo a alternativa apresentada, como se poderá referir, como exemplo: a 9 de Março de 1917, data em que o cabo submarino se encontra interrompido entre São Miguel e a Terceira. De imediato o GCPD chama a atenção do Chefe do Serviço de Correios e Telégrafos do Distrito de Ponta Delgada para que as comunicações telegráficas passassem a ser feitas por radiograma, com especial acutilância, com vista a evitar-se a passagem de informações que pudessem favorecer as embarcações inimigas¹³⁶.

Esta preocupação na camuflagem ultrapassava o mero cuidado com as palavras ou mesmo com a cripta. Atingia as estruturas físicas, principalmente após o ataque do *Deutschland* a Ponta Delgada. A 6 de Julho de 1917, dois dias após o referido ataque, a guarda ao paiol de Ponta Delgada é reforçada e é pedido ao director dos Serviços de Telégrafos Postais para que se pinte de cinzento o mastro da estação rádio telegráfica do Ramalho¹³⁷.

O uso destas estações ultrapassa as ligações inter-ilhas com o arranque do funcionamento da estação de telegrafia inglesa, como a 23 de Janeiro de 1919 se constata. Novamente o cabo submarino se encontra interrompido entre Lisboa e os Açores¹³⁸, o que leva a que em meados de Fevereiro a direcção da Associação

¹³⁶ No caso de não serem cifradas. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 33 de 9 de Março de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 391.

¹³⁷ Quem pede é o CMPD. Será provavelmente a da Nordela, embora esta seja uma das situações em que não se percebe bem onde começaria a Nordela e terminaria o Ramalho. Será a mesma situação de Rosto de Cão, em São Roque, cujas fontes deixam entender que terminaria junto ao forte de São Caetano, na praia das Milícias, área de arrumos da carreira de tiro usada durante a guerra, ao contrário do critério actual. De acordo com Manuel Ferreira, esta estação teria entrado em funcionamento a 13 de Janeiro de 1910 e assegurava nesta fase a ligação com a estação do Barreiro na Faneca, ilha de Santa Maria. Novamente se refere as palavras Nordela e Ramalho a respeito da estação micaelense, neste caso tendo como origem os órgãos de comunicação social ao tempo, e teria como base o sistema Marconi. Ferreira, Manuel, “As voltas que Santa Clara deu”, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 158.

¹³⁸ BPARPD – FGCPD, “Ofício 9 de 23 de Janeiro de 1919 enviado ao Alto Comissário da República nos Açores” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 248. Outro exemplo será em Maio de 1919, razão que leva o GCAH a pedir ao GCPD que o vapor *Taleonia* volte à ilha, com o fim de o reparar. *Ibidem*, p. 323.

Comercial de Ponta Delgada peça ao GCPD para interceder junto do cônsul inglês na autorização para expedir telegramas para Monsanto mediante as mesmas taxas usadas pelo cabo submarino, e já não com recurso a Inglaterra¹³⁹.

Poucos meses depois, seria a vez de a Horta ficar sem comunicações, pelo que o GCH pede a intercessão ao seu congénere em Ponta Delgada na resolução do difícil problema das comunicações com a vizinha ilha das Flores. Encontrando-se as estações portuguesas inoperacionais, o circuito passa então a ser feito por intermédio da ligação da estação de TSF inglesa, ao que o cônsul britânico acedeu¹⁴⁰. A informação passa a circular então por intermédio da mesma estação, com o devido conhecimento da Estação Portuguesa do Ramalho¹⁴¹.

2.4.2. O cabo telegráfico submarino¹⁴²

O cabo telegráfico durante a Grande Guerra é o principal elemento de ligação das ilhas com o exterior. Considerado muito oneroso, continua o sistema de mala postal a ser vital, quer para a população civil como para as próprias instituições civis e militares¹⁴³.

O presente estudo permitiu constatar a existência de várias estações postais no interior da ilha de São Miguel e, provavelmente, também na Terceira, com estações nas suas principais vilas e freguesias afastadas. Em São Miguel, encontra-se plenamente em funcionamento uma estação telégrafo-postal em Rabo de Peixe e

¹³⁹ Esta autorização era recente e surge pela necessidade de acabar com os graves prejuízos e transtornos criados pela interrupção do cabo submarino, a nível comercial e mesmo pessoal. O pedido para uma ligação directa com Monsanto surge pela necessidade de evitar as prescrições relativas à censura inglesa, ainda em vigor, o que encarecia a comunicação, correndo-se ainda o risco de a mesma se extraviar. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 27 de 8 de Março de 1919” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 288. O acesso para Londres era feito via Horta, havendo mesmo muitos telegramas retidos na capital britânica. Pede-se pois uma ligação directa entre Ponta Delgada (Pico do Vigário) e o forte de Monsanto (estação oficial e militar). *Ibidem*, p. 290.

¹⁴⁰ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 114 de 13 de Agosto de 1919” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 371.

¹⁴¹ *Idem*. A estação TSF iria expedir telegramas em vaga de 600 metros (onda) da uma às quatro horas, começando a transmitir a 18 de Setembro de 1919.

¹⁴² Para maiores considerações, Telo, António José. “Portugal e a rede de cabos submarinos” in *Os Açores e o controlo do Atlântico*, Porto, ASA, 1993, pp. 165 - 199.

¹⁴³ Não só por vapor, mas também por barcos de cabotagem. De Junho a Setembro de 1919, o GCPD pede ao Chefe do Serviço dos Correios e Telégrafos para que dê ordens de forma a que a correspondência trazida pelo paquete *Funchal* seja reenviada por intermédio de barcos de cabotagem entre as duas ilhas. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 82 de 26 de Junho de 1919 ao chefe dos serviços dos Correios e Telégrafos de Ponta Delgada” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 341.

Bretanha, já no Verão de 1915¹⁴⁴. Ao longo do presente estudo foram detectados telegramas expedidos de Lagoa, Vila Franca do Campo, Ribeira Grande, Povoação e Nordeste. Será pois de acreditar num possível cabo terrestre, que poderia atravessar o interior da ilha, facto que posteriores estudos poderão clarificar. O sistema, por ser eficaz, tendia a crescer em virtude das benesses que este serviço representava, principalmente para as áreas mais periféricas e recônditas, como a Ribeira Quente. Esta freguesia chegaria mesmo a solicitar à sua Câmara Municipal para interceder junto do ACRA na criação de uma estação telegráfica, de sistema Morse¹⁴⁵.

Já em pleno contexto bélico, a sua existência torna-se axial no sistema de comunicações. A três de Maio de 1916, passaram a estar permanentemente de serviço as estações telegráficas de Angra do Heroísmo e Praia da Vitória, assim como as das vilas de São Miguel ao longo do ano. A última seria a do Nordeste, em Março de 1917.

2.4.3. Outros sistemas de comunicações

Da intensa actividade submarina verificada no final do Verão de 1918 poderá ter resultado uma série de medidas implementadas no acesso aos principais portos das ilhas açorianas. Assim, a 19 de Agosto de 1918, o CMA informa o Governador do Castelo de S. João Baptista que, por determinação do ACRA, deveria ser restabelecido o posto de sinais do pico do Facho, no Monte Brasil. Contudo, formula-se uma série de questões: como e por quem era feito anteriormente o serviço, e se poderia ser desempenhado por praças do Exército. Uma vez assegurado, procura-se estabelecer uma linha telefónica com a bateria de defesa de Angra do Heroísmo. Esta linha, ao que tudo indica, inserida dentro de uma pequena rede telefónica, em finais da guerra estaria praticamente concluída. O ACRA daria mesmo ordem para que se

¹⁴⁴ Ambas as estações foram detectadas por intermédio de processos de má gestão financeira. Em ambas, são elementos do sexo feminino que as gerem, o que testemunha que, em questões de trabalho, este sexo já ultrapassava a tradicional ideia associada ao ensino. O GCPD remete o acórdão ao Administrador do Concelho da Ribeira Grande para que mande proceder às respectivas intimidações no processo contra a encarregada da Estação. BPARPD – FGCPD, “Circular n.º 31 de 8 de Abril de 1917 ao Administrador do concelho da Ribeira Grande” in *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 110 e 113. Refira-se que em Dezembro de 1914 os aspirantes das estações telégrafos-postais da Ribeira Grande solicitaram ao presidente do Senado, por intermédio do GCPD, para serem equiparados aos seus colegas de Lisboa, Funchal e Coimbra. O GCPD, afirmando serem as condições iguais ou piores do que nas últimas duas cidades corrobora o pedido feito.

¹⁴⁵ A 10 de Agosto de 1918, e por solicitação da Câmara Municipal da Povoação, o GCPD passa ao ACRA o pedido ao Secretário de Estado do Comércio. Na sua opinião, era de inteira justiça. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 141 de 5 de Agosto de 1918 ao Comando Militar dos Açores” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 200.

atrasasse a partida de capitão do RI 25 nomeado para fazer parte da expedição a Moçambique, com o objectivo de poder concluir o serviço.

O mesmo se tentava implementar (ou aumentar) em São Miguel. Durante o mês de Agosto de 1918, chegariam as verbas requisitadas para a implementação de linhas telefónicas nos quartéis, baterias de defesa e autoridades civis de Ponta Delgada. A 26 de Abril de 1918, existia já uma rede eficaz nesta cidade, pelo menos entre os seguintes organismos: postos policiais no extremo da cidade (Santa Clara e Calheta); o gabinete do Governador civil; o Consulado Americano (Rua do Frias); o RI 26 (convento de São João); o Departamento do Almirantado, o Consulado Inglês (Rua da Alfandega) e a casa do cônsul; o Quartel-general do CMA (Rua Marquês da Praia e Monforte) e a capitania do Porto de Ponta Delgada. As linhas telefónicas encontravam-se centralizadas na esquadra de Polícia Cívica¹⁴⁶.

A questão de um possível aperfeiçoamento das comunicações no interior das ilhas e, destas com o exterior, aparentemente levantada pelo Comando Militar de Angra do Heroísmo, levou a que, a 9 de Setembro, o ACRA pedisse ao CMA um relatório sucinto sobre as comunicações no arquipélago, asseguradas essencialmente pelo cabo telegráfico e comunicações marítimas. Deste relatório (desconhecido) deveriam constar todas as indicações das comunicações telegráficas e telefónicas, postos semaforicos, postos de observação, faróis, farolins e baterias de costa.

Estes outros sistemas previstos pelo EME desde o início da guerra, já planeados entre a bateria de artilharia de costa no Alto da Mãe de Deus e o *Orion*, como já foi referido, aparentemente seriam já utilizados desde o início da guerra, em áreas sem cabo telegráfico como, por exemplo, para anunciar a chegada de embarcações. Aliás, durante a guerra é montado um sistema de reconhecimento que implicava o reconhecimento por intermédio de sinais, cancelado pouco tempo após a assinatura do armistício. A comprová-lo está a recepção por parte do Capitão do Porto de Ponta Delgada, a 25 de Setembro de 1916, dos indicativos dos sinais de navios de guerra e mercantes noruegueses, enviados pelo Ministro do Interior ao GCPD. Uma vez

¹⁴⁶ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 93 de 26 de Abril de 1918 ao chefe dos serviços dos Correios e Telégrafos de Ponta Delgada” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 151. Manuel Ferreira, em *Os Correios nos Açores*, refere que, antes do eclodir da Grande Guerra, já se encontrava armazenado em Ponta Delgada muito do material necessário à implantação de uma rede telefónica na cidade. O deputado e Presidente da Câmara Municipal dessa cidade, Dr. Augusto Rebelo Arruda terá sido o seu grande impulsionador. Ferreira, Manuel, *Os Correios nos Açores*, Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã, Ribeira Chã, 1997, p. 97.

nas mãos da autoridade marítima, foram redistribuídos para os faróis existentes nas pontas da Ferraria e Arnel.

Se no resgate dos naufragos do *Augusto de Castilho* se refere ter sido dada a notícia às autoridades administrativas em Ponta Delgada a partir do cabo instalado no edifício do farol, para a freguesia dos Ginetes não se confirmou a existência de uma estação telégrafo-postal. Pelo contrário. Um artigo publicado pela Revista Micaelense em 1919 refere a existência de um posto semafórico junto ao farol da Ferraria, não referindo um outro sistema mecânico. De acordo com o dicionário prático ilustrado *Lello*, por telégrafo entende-se um “aparelho por meio do qual se pode comunicar à distância” ou seja, sem necessidade de ajudas artificiais, sendo o telégrafo aéreo um “aparelho colocado num sítio elevado e que envia sinais por meio de combinações variadas de braços móveis”. Na actualidade, este sistema ainda é bem visível no Pico do Facho, no Monte Brasil, em Angra do Heroísmo¹⁴⁷.

Este método bastante antigo encontra-se bem patente numa planta, de autor desconhecido, sobre a costa litoral de Ponta Delgada até à ponta da Galera, cuja data atribuída é anterior ao aparecimento das actuais Portas da Cidade, ou seja, 1783. Na sua legenda, é referido serem telégrafos os aparelhos colocados entre esta cidade e aquela ponta, embora na altura ainda se usasse um sistema de bandeiras, aliás, conforme previsto entres as duas unidades de artilharia, em caso de novo ataque. Fontes não confirmadas referem a existência de postos semafóricos nas freguesias de Candelária, Feteiras e Relva, pelo que, ao avistar-se um barco nos Ginetes, rapidamente a informação poderia chegar a Ponta Delgada.

Com o armistício, rapidamente a situação voltaria ao normal. Quatro dias depois, o ACRA determina o fim do uso das bandeiras do código internacional para reconhecimento de navios no porto de Ponta Delgada, e retoma-se a actividade normal das estações telégrafos-postais.

Em tom de conclusão, será de destacar o pioneirismo que os Açores tiveram a nível nacional na instalação de um serviço regular de telegrafia sem fios. Aliás, estas ilhas estão claramente em fase de rotação entre a vetustez de finais do século XIX e a modernidade do século XX, uma vez que se encontram (partes delas)

¹⁴⁷ Este telégrafo ou posto semafórico, usado durante a Grande Guerra, tem na sua tabela actual a referência a duas obras, que explicam a sua forma de funcionamento¹⁴⁷, e os respectivos códigos, trazendo à luz da actualidade um dos sistemas de comunicação mais antigos que se conhecem nas ilhas. Espera-se que futuros trabalhos possam aprofundar o seu estudo, provavelmente distribuído por várias ilhas, uma vez que são conhecidos vários picos do Facho (sistema nocturno) nas ilhas, com destaque para as três maiores.

ligadas em tempo real com as grandes cidades de ambas as margens do Atlântico, e mesmo entre si, ou com as suas principais vilas e freguesias. Este facto é de tal modo intenso que, perante a passagem da notícia do armistício, do Velho para o Novo Mundo, a 9 de Novembro de 1918, o operador no Faial, paralelamente, informa o seu congénere em Angra do Heroísmo, debatendo-se a veracidade da notícia ao mesmo tempo que esta chegava aos EUA, originando, praticamente de imediato, o lançamento de foguetes, como, aliás, já foi referido anteriormente.

O auge da tecnologia - a TSF - aparece os Açores numa fase praticamente de exploração nas comunicações entre margens, e aparece não com o propósito de as estabelecer, mas sim de ligar as ilhas mais pequenas ainda não cobertas pelo cabo telegráfico com as maiores. A este trabalho não deverá ter sido alheia a acção dos governadores civis, sempre muito atentos à justiça social, à resolução dos problemas das diferentes ilhas e vítimas do mesmo isolamento que as populações, em especial quando o mau tempo não permitia o transporte da mala de correio. O facto de as ilhas estarem implantadas no centro das rotas do Atlântico Norte, possibilitando o apoio logístico necessário à sua travessia, também deverá ter contribuído para a implantação desta importante inovação. A passagem frequente de embarcações estrangeiras, bem equipadas, e o estabelecimento de importantes empresas de transporte marítimo, como a White Star Line¹⁴⁸, revelam que nos Açores, em especial em Ponta Delgada, onde atracavam estas importantes embarcações oriundas do Mediterrâneo - com destino aos EUA ou vice versa -, se conhecia o dispositivo. Esta ideia será reforçada se tivermos em conta que desde muito cedo algumas unidades navais portuguesas, que patrulhavam estas águas, são também equipadas com este dispositivo.

Contudo, estas inovações são ainda extremamente toscas, primitivas e frágeis. Com capacidades muito reduzidas, apenas cobrem em boas condições algumas áreas, pelo que os sistemas tradicionais continuam a ser importantes, em especial os postos semaforicos, ressuscitados pela necessidade de uma rede prática e rápida de comunicações ao longo de toda a linha costeira, em pleno contexto de guerra.

Numa escala mais próxima do utilizador, os sistemas de comunicação imediatos assentavam ainda em bandeiras, fachos, provavelmente heliógrafos e mesmo em pombos-correios, no caso da aeronáutica.

¹⁴⁸ Detentora do famoso paquete *Titanic*, que naufragou nas águas da Terra Nova em Abril de 1912, sob o incessante pedido de SOS.

Estava-se, pois, no dealbar da modernidade do século XX nas ilhas que, apesar de isoladas, a sua posição estratégica faria entrar rapidamente no futuro, quiçá muito mais depressa do que o próprio Portugal continental, mercê da instalação de uma estação muito poderosa na altura, com antenas de 100 metros, por parte dos nossos mais antigos aliados. Se por um lado atraíam as atenções, levando a cuidados redobrados pelos aliados americanos ou a meras pinturas de camuflagem, a verdade é que, para além da sua função militar, prestaram relevantes apoios à população civil, quiçá salvando mesmo a população da maior urbe açoriana de efeitos mais nefastos que os vividos com o bombardeamento de 4 de Julho de 1917.

2.5. Da mobilização ao fim do conflito: a movimentação de tropas¹⁴⁹

Os relatórios apresentados pelos comandos de ilha e pelo CMA durante o mês de Novembro de 1914 tiveram como resposta do Ministério da Guerra¹⁵⁰, ainda nesse mesmo mês, a autorização para o aumento de efectivos das unidades subordinadas ao CMA, bem como a referência da indicação ao Ministério da Marinha para que colaborasse conforme o solicitado. Iniciou-se então a mobilização dos licenciados¹⁵¹ nos Açores, já plenamente em acção a 22 de Novembro, como se constata na apresentação de 34 soldados da Graciosa no 1º Batalhão do RI 25, que, por motivos de convocação para serviço extraordinário¹⁵², acabaram por ter que pagar a sua passagem e pedir o respectivo reembolso, em virtude de a autoridade administrativa do Concelho de Santa Cruz se ter recusado a fazê-lo.

¹⁴⁹ A este propósito, veja-se: “Regulamento de Mobilização” (terceira parte) in *Ordem do Exército*, n.º 14 de 10 de Agosto de 1907, I Série, pp. 1027-1264; Matos, L. S., “República: um corpo com alma” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, p. 139 e “Lei do Recrutamento de 2 de Março de 1911 - Instruções para a nomeação do pessoal a mobilizar in *Ordem do Exército*, n.º 12, 10 de Julho de 1915, pp. 304 – 308.

¹⁵⁰ Já em inícios do mês de Novembro o Ministro da Guerra declarara à B1AM conhecer as deficiências em arreios e animais e que, dentro dos poucos meios disponíveis, tentaria arranjá-los. Nesse mês, o *Açoriano Oriental* anuncia a partida para Angola de um micalense, o alferes do RI 17 José Furtado, assim como a chegada de um subalterno para o RI 26. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4154 de 12 de Dezembro de 1914. Contudo, em finais de Setembro já haviam sido convocadas praças para Serviço Extraordinário.

¹⁵¹ A circular que manda chamar as praças licenciadas é a n.º 36 da 1ª Direcção-Geral; 3ª Repartição, de 6 de Outubro de 1914, publicada em *Ordem do Exército*, n.º 24 de 24 de Outubro de 1914, pág. 1317.

¹⁵² De maneira geral iniciou-se em meados do mês para as praças das ilhas sede dos regimentos. Estas praças eram abonados de pré, rancho, pão e fardamento. Já a 11 de Agosto de 1914 havia sido suspenso o tiro ao alvo civil, mantendo-se a sua instrução preliminar e a 14 suspenso até nova ordem a concessão de licenças a praças licenciadas de modo a que não se ausentassem do país, proibindo-se, em inícios de Setembro, as licenças registadas a Oficiais.

O movimento de solidariedade para com a Tríplice Entente também já se fazia sentir nesta fase, como o pode comprovar o voluntarismo de dois cabos do RI 26 para tomar parte ao lado dos aliados na primeira expedição que se verificasse¹⁵³. Em inícios de 1915, este movimento continuaria, embora já orientado para as colónias, assim como as primeiras imposições de serviço¹⁵⁴.

A 27 de Dezembro e 2 de Janeiro de 1915, encontravam-se já os regimentos e baterias lotados e urgia encontrar novos aquartelamentos para receber o efectivo de 1915, cuja primeira Escola de Recrutas se iniciaria a 15 de Janeiro, faltando inevitavelmente o material de aquartelamento¹⁵⁵.

Na dúvida de um próximo rompimento das hostilidades, o comandante militar dos Açores não ousa lembrar o licenciamento por meio de sorteio de um número igual ao que as unidades deviam ter, pelo que determinou às unidades que se requisitasse o material e pediu instruções à Repartição do Gabinete do Ministro da Guerra sobre a questão do alojamento. A resposta seria no sentido inverso ao que se

¹⁵³ A propósito, será de destacar na obra de Carlos de Ornelas, *O Açoreano na Grande Guerra*, a referência ao primeiro açoriano na *front*, alistado na Legião Francesa a 3 de Agosto de 1914, que morreu a 9 de Novembro em plena frente de combate. Ornelas, Carlos de, *O Açoreano na Grande Guerra*, Revista Insular do Turismo. Lisboa. 1931, pp. 40 e 82. O seu alistamento é referido no *Açoriano Oriental* de 5 de Setembro de 1914 (n.º 4140, “Informações”) assim como a sua morte a 9 de Janeiro de 1915 (n.º 4158, *Idem*). No mesmo semanário, n.º 4152 de 28 de Novembro de 1914, refere-se a morte de um outro açoriano em combate (provavelmente em Angola) oriundo da ilha Terceira, apenas mencionado como o tenente Durão (“Informações”).

¹⁵⁴ Só durante o mês de Janeiro é conhecido, por imposição de serviço, o embarque para o continente e posteriormente para Angola de cinco oficiais, 31 sargentos e um segundo-cabo. *O Açoriano Oriental* n.º 4159 de 16 de Janeiro de 1915 anuncia a partida para Lisboa, para integração nas forças expedicionárias para Angola, de dois alferes e dois capitães do RI 26 (“Informações”). No número seguinte, refere terem partido estes oficiais mais um tenente médico, três sargentos de Infantaria e um de artilharia, assim como três sargentos do RI 25. “O Funchal”, *Açoriano Oriental*, n.º 4160 de 23 de Janeiro de 1915. É também anunciada a integração de 125 recrutas para o RI 26 (“Informações”). A 30 de Janeiro, o mesmo jornal anuncia a futura partida de um major e de um alferes, com o mesmo destino, assim como a chegada de um alferes para o RI 26. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4161 de 30 de Janeiro de 1915. Em Junho anuncia-se o regresso de um dos alferes, assim como em Dezembro de mais um oficial de igual patente e de um primeiro-cabo. *Idem*, *Açoriano Oriental* n.º 4178 e 4203 de 12 de Junho e 4 de Dezembro de 1915. Em Abril de 1913, um primeiro-cabo vencida diariamente \$13.50. A 9 de Abril de 1917, um soldado licenciado, condutor e serralheiro, apresenta-se no RI 26 como voluntário para ir servir em França na primeira expedição que se formasse. No mês de Novembro de 1917 embarcaram igualmente um segundo-sargento e um alferes médico com destino a Angola, mas já com o objectivo de render parte das forças expedicionárias ou mesmo para o CEP. Existem outras situações em que os militares são mandados apresentar em Lisboa, como por exemplo, rumo a Escolas ou mesmo para a Guarda Fiscal. Nem todos estes militares desempenham funções nas unidades aquarteladas nos Açores. Alguns encontram-se a viver nas ilhas, licenciados ou no gozo de licenças. Numa fase inicial, os militares são convidados para estas missões, podendo ser do quadro permanente ou milicianos (oficiais), bem como licenciados ou reservistas (praças), de todas as armas e serviços. Não existiam oferecimentos condicionais e, depois da data final de oferta, não era permitidas desistências em ambas as classes, salvo por motivos de doença plenamente comprovada.

¹⁵⁵ O efectivo seria nomeado por despacho ministerial de 27 de Novembro de 1914. Os mancebos, ou seja, os rapazes das classes abrangidas, rapidamente procuram não destabilizar as suas vidas, tentando fazer trocas com conhecidos dos efectivos não abrangidos, lançando a confusão nas autoridades militares, que procuram orientações junto do MG.

estava a trabalhar: Desmobilize-se, licenciando-se as praças necessárias para resolver o problema¹⁵⁶. Entretanto, e em virtude do acréscimo de serviço, o RI 25 já necessita de sargentos.

Os primeiros meses de 1915 apresentam-se, pois, como de alguma incerteza em relação aos novos passos a tomar, principalmente quando a conjuntura internacional não se definia e as necessidades se impunham em relação às tomadas de decisão aquando do início da guerra.

Se, por telegrama de 27 de Novembro de 1914, o ministro da Guerra havia fixado o número dos efectivos das unidades açorianas, a circular n.º 80¹⁵⁷ do mesmo Ministério, datada de 31 de Março, mandava licenciar as praças que já estavam há um ano no quadro permanente (QP), o que, associado ao número de recrutas, mantinha a estabilidade do efectivo¹⁵⁸. Contudo, a circular impunha a necessidade de se manter nas fileiras o efectivo para o ano de 1915, bem como os praças do quadro permanente¹⁵⁹, pelo que, a 13 de Maio de 1915, o Regimento de Infantaria n.º 26 levanta novamente a questão do alojamento, em virtude de ficar com um efectivo de 520 praças, 120 acima da capacidade do seu quartel. O CMA informa o Ministério da Guerra de que haviam sido dadas indicações ao comandante para que, dentro das suas atribuições, concedesse licenças ao número indispensável de praças para resolver a situação.

Entretanto, a instabilidade política no continente português era grande e, devido à exoneração do capitão-tenente Azevedo Coutinho, Pimenta de Castro assumia a pasta da Guerra, embora por pouco tempo.

Paralelamente, verifica-se a existência de um grande número de deferimentos para adiamentos, embarques para a pesca ao bacalhau e mesmo ausências para o estrangeiro, situação que se manteve ao longo do ano. Um telegrama do Ministério da Guerra, a 21 de Maio (poucos dias após a queda de Pimenta de Castro), ordena a redução do efectivo pelo licenciamento das praças do QP, acrescido, no caso

¹⁵⁶ A 2 de Janeiro é autorizada pelo MG o licenciamento do número de praças suficiente para obviar às necessidades, a critério justo e equitativo do CMA. Contudo, a desmobilização começou ligeiramente mais cedo, como se poderá verificar no *Açoriano Oriental* n.º 4156 de 26 de Dezembro de 1914, que anuncia que estão a ser licenciadas as praças convocados que a seu tempo pagaram ou trocaram a remissão (“Informações”).

¹⁵⁷ Já a 13 de Setembro de 1915, por telegrama o MG havia fixado o número de efectivos por intermédio desta circular, publicada nas *Ordens do Exército*, I Série, números 4 de 1915 e 24 de 1914.

¹⁵⁸ A novidade de toda a situação levantou uma série de dúvidas às unidades e ao CMA que por sua vez as colocaram ao Ministério da Guerra, como por exemplo as questões de amparo, tripulações de embarcações salva-vidas e mesmo sobre as trocas entre praças.

¹⁵⁹ Neste caso o contingente de 1914. Ao serviço de Quadro Permanente correspondia um ano.

da artilharia, também pelo licenciamento das praças chamadas para serviço extraordinário, com excepção das que estivessem no Ultramar. Em meados de Junho já o comandante do RI 25 se debatia com a falta de praças para assegurar as guardas e impedimentos, bem como para manter a diligência na Graciosa, pelo que, assegurada a estabilidade social da referida ilha, foi a mesma dispensada pelo Governador civil de Angra do Heroísmo, recolhendo no primeiro vapor à unidade. Igual problema surge na Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha, já prevendo a futura Escola de Recrutas, passando a resolução do problema por mandar regressar nove soldados do destacamento no Faial (restringindo-o a metade) e reduzindo o número de homens para um patamar mínimo, ou seja, 31 para duas peças.

De uma situação de excesso de militares, passava-se, em seis meses, para uma escassez de tal ordem que se colocavam em causa os serviços mínimos.

Em Agosto, seria a vez de o RI 26 solicitar autorização para mudar a sua orgânica na próxima Escola de Recrutas de um regimento de dois batalhões a três companhias de dois pelotões para um regimento de dois batalhões a duas companhias de três pelotões. Autorizada a mudança, conseguiu-se poupar alguns capitães e respectivos adjuntos, o que revela que a necessidade não era apenas ao nível de praças¹⁶⁰. Nesse mesmo mês foi lembrado pelo Ministro da Guerra que estava proibida a saída do País de oficiais e praças, sem autorização prévia.

Em Setembro é novamente reposto pelo CMA o número de praças previsto para as baterias de artilharia do ano anterior, exactamente o valor antes da convocação para serviço extraordinário. Subsistem os oferecimentos de oficiais e de um sargento para serviço no ultramar e surge o primeiro registo de um oficial que regressou das expedições, neste caso por motivo de doença¹⁶¹. Em Outubro, novamente o comandante militar da Horta levanta a questão abordada um ano antes: a falta de efectivos¹⁶². Com a redução do 2º Batalhão do RI n.º 25, encontrava-se o mesmo com 58 praças, número insuficiente para o serviço a desempenhar, sendo que o 1º Batalhão apenas tinha 62 soldados, nada podendo valer ao estacionado na Horta.

¹⁶⁰ Até mesmo porque surgem as primeiras ordens para que se apresentem em Lisboa oficiais açorianos para se comprovar a sua aptidão para servir no Ultramar.

¹⁶¹ A abordagem ao papel dos açorianos no norte de França ou nas colónias ameaçadas pelos alemães será desenvolvida noutra parte deste trabalho. Para já, será de salientar que muitos oficiais vêm do continente restabelecer-se nos Açores, por se considerar o seu clima propício à cura de vários males. Nos anos finais da guerra, também se verifica que muitos vêm por serem colocados.

¹⁶² Situação que se mantém de forma aflitiva até Março de 1916, altura em que o CMA o questiona sobre o número a convocar.

No Outono desse ano, novo renascimento de efectivos se verificaria com pedidos de efectivos¹⁶³ e respectivas provisões em inícios de Outubro e ordens efectivas para incorporações no último dia do ano. Este movimento traria mesmo o licenciamento de sargentos em Janeiro do ano seguinte. Estaria já relacionado com a previsão de uma entrada na guerra a curto prazo?

Em 1916, após um Janeiro calmo como o mês anterior, o mês de Fevereiro inicia-se com um pedido por parte do CMA ao Ministério da Guerra para convocar 50 licenciados, número considerado indispensável para o serviço, e uma fortíssima crítica ao papel das câmaras municipais sobre os processos de amparo. Se o número de apurados do DR 25 já era pequeno, mais ficaria pelos processos de amparo apresentados pelas câmaras municipais. No contingente de Infantaria de 1915, dos 168 homens foram feitos 30 amparos, sendo 14 supervenientes, e na B1AM, em 46 homens verificaram-se 14 processos de amparo, todos supervenientes, tornando-se extraordinário na sua opinião, o que se tinha verificado com a concessão de amparos nos distritos administrativos da área do comando¹⁶⁴. Feitas as contas aos anos de 1914 e 1915, o número necessário a convocar encontrava-se muito próximo dos que foram licenciados e “se é um facto que são sobrecarregadas estas praças com a convocação, é ela motivada pela fuga ao serviço militar daqueles a quem o bafejo da benevolência camarária protegeu”¹⁶⁵. A maioria das praças, mal recebe a concessão do amparo, emigra para o estrangeiro, tornando-se tal disposição não uma prática de apoio às pessoas de família de quem eram amparo, mas sim uma estratégia para se subtraírem ao serviço militar, com a conivência das câmaras municipais¹⁶⁶.

¹⁶³ À semelhança do que havia sucedido um pouco ao longo de todo o ano. Estes dados incluíam oficiais, sargentos e praças, militares em serviço extraordinário, no quadro permanente, escolas de recrutas e sargentos, futuros licenciamentos, etc.

¹⁶⁴ Pelas câmaras abrangidas pelo DR 25 no ano de 1912 foram concedidos 21 e na do DR 26, 28. Em 1913 os números foram 33 e 46, respectivamente. No ano de 1914, na área do DR 25 foram 46 e em 1915, 44.

¹⁶⁵ AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, “nota 44 do CMA para a Repartição do Gabinete” in *Registo de correspondência com o Ministério da Guerra*, Livro 1462.

¹⁶⁶ Por uma leitura atenta no *Açoriano Oriental* nos anos de 1914 e 1915, facilmente se verifica as saídas de algumas pessoas do meio social micaelense para o estrangeiro e mesmo de estudantes para Lisboa. Contudo, a constante divulgação e aliciamento de passageiros por parte de companhias marítimas de renome, como a White Star Line, para os E.U.A. contribuem para dinamizar o fluxo emigratório, chegando mesmo a publicitar-se que a bordo do vapor *Canopic* existia um cozinheiro português com a especialidade da gastronomia típica de S. Miguel. A viagem durava menos de seis dias. “Anuncio da White Star Line sobre a chegada do vapor *Canopic*”, *Açoriano Oriental*, n.º 4151 de 21 de Novembro de 1914. Em notícia do mesmo semanário de 10 de Junho de 1916, refere-se que esta embarcação inglesa vinha de Génova, Nápoles, Palermo e Gibraltar, dando entrada na mesma semana no porto de Ponta Delgada para levar 257 passageiros, tendo já a bordo, em trânsito, 1010, dos quais 99 de 2ª classe (n.º 4230). O seu anúncio, para além do que já foi enunciado, passa a referir que todas as crianças portuguesas têm direito a leite gratuito durante toda a viagem.

Necessário será não esquecer que esta mobilização atingia todas as ilhas e não apenas as maiores, como a 21 de Janeiro de 1916 o CMA lembra, aproveitando o facto de o Governador civil de Angra do Heroísmo necessitar de ir à ilha da Graciosa. Uma vez requisitada a canhoneira *Açor*¹⁶⁷, pede para que traga os recrutas que o vapor *Funchal* havia deixado atrás ao não tocar a ilha no seu regresso das ilhas de Oeste¹⁶⁸.

A 24 de Fevereiro de 1916 terminam os deferimentos, feitos às centenas durante o ano interior, para ausência do país. Uma vez declarada a guerra a Portugal, a 13 de Março, é comunicado ao Comandante da Polícia Cívica a proibição da emigração de indivíduos sujeitos ao serviço militar¹⁶⁹, assim como a obrigatoriedade das agências de emigração em a fazer cumprir¹⁷⁰. Contudo, autoridades como o Capitão do Porto de

¹⁶⁷ As canhoneiras da marinha de guerra portuguesa serviam também para prestar apoio inter-ilhas por ocasião de eleições, para recolher as actas. BPARPD – FGCPD, “Telegramas de 5 e 6 de Julho de 1914” in *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917*.

¹⁶⁸ O bom entendimento entre estas duas autoridades é um facto que se manterá de maneira geral imutável ao longo dos anos da Guerra, pelo menos a ter em conta na investigação efectuada. Por diversas vezes se constatou o agradecimento público de ambas as partes, pela interajuda. Neste caso, uma vez autorizado, seria necessário telegrafar ao Administrador do Concelho e ao Secretário da Câmara da Graciosa para que os recrutas estivessem prontos a partir na *Açor*, à ordem do governador civil.

¹⁶⁹ Nos termos do § 2º do artigo 479 da Organização do Exército de 25 de Maio de 1911. BPARPD – FGCPD, “Ofício 68 de 26 de Fevereiro de 1916 enviado ao Comandante da Polícia Cívica de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 46. Em Dezembro de 1914, esta desenrolava-se sem entraves aos trâmites legais. Os mapas eram preenchidos pelo corpo de Polícia Cívica e enviados ao GCPD. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 28 de Dezembro de 1914 enviado ao Corpo de Polícia Cívica de Ponta Delgada” in *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 125. Nesse mesmo ano é publicado um *Regulamento para a execução da lei de 30 de Junho de 1914 relativa à emigração*, cujo art. 1º refere a necessidade de licença militar para praças de tropa activas e de reserva obterem o respectivo passaporte para se ausentarem para o estrangeiro. *Ordem do Exército*, n.º 21, 1ª Série, pp. 1225-1237. Em 20 de Abril de 1915, mediante uma reclamação apresentada pelo Chefe do Distrito de Recrutamento n.º 26, o GCPD informa que efectivamente o cidadão havia embarcado para os Estados Unidos da América, “não lhe tendo sido exigido passaporte por não ser emigrante, afirmando que embarcou em primeira classe e declarou à fiscalização policial que se ausentava por um curto espaço de tempo, com o fim de tratar de negócios naquele país, declaração esta que a referida fiscalização aceitou como boa”. BPARPD – FGCPD, “Ofício 98 de 20 de Abril enviado ao Chefe do Distrito de Recrutamento n.º 26” in *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 243. Esta ilusão já se encontrava completamente descortinada em Fevereiro de 1916, como o GCPD faz notar ao Comissário de Polícia Cívica no mesmo concelho: “podendo dar-se o caso de que alguns emigrantes pretenderem iludir a obrigação de se munirem de passaporte, apresentando-se a bordo dos paquetes como passageiros de 1ª e 2ª classe e alegando que saem temporariamente do país em viagem de recreio ou de negócios, venho recomendar a Vª Exª. o máximo cuidado em apenas permitir o embarque sem passaporte, excepcionalmente, daqueles que apenas tem conhecimento pessoal e absoluta certeza de estarem nestas condições ou os passageiros que pela sua posição social aparentem ser não emigrantes”. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 34 de Fevereiro de 1916” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 493. Existem também referências as passaportes extraviados (1916), embora neste caso pelo RI 25.

¹⁷⁰ Em a “Carestia de vida”, artigo do *Açoriano Oriental* de 1 de Agosto de 1914, a emigração é apresentada como uma necessidade, inevitável mesmo, tendo em conta a crise reinante e preços exorbitantes, resultante de especulações e monopólios. Fala-se mesmo numa enorme colónia açoriana nos

Ponta Delgada são igualmente responsáveis na execução desta legislação, razão pela qual o governador civil de Ponta Delgada solicita o acompanhamento por parte do rebocador *Furnas* dos transatlânticos que partissem em direcção aos E.U.A.¹⁷¹.

No que respeita à fiscalização por parte do Corpo de Polícia Cívica de Ponta Delgada, a sua tarefa torna-se onerosa para os poucos meios financeiros existentes. Em finais de Abril, é solicitado ao Director da Alfândega de Ponta Delgada o uso dos barcos de serviço para este efeito, o que não deixou de levantar algumas questões pertinentes. Constantemente sem fundos para tal, o governador civil lembra ao director que a maior parte da despesa era proveniente de serviços nocturnos não permanentes, pelo que o transtorno não seria demasiado e não colocaria em causa o serviço aduaneiro, existindo sem dúvida lugar a uma gratificação por tal serviço¹⁷². Esta gratificação a determinada altura foi também extensiva aos próprios agentes da Polícia Cívica, como estímulo¹⁷³. Por esta época, é referido pelo *Açoriano Oriental* que o movimento de passageiros no porto de Ponta Delgada já não era o mesmo de outrora

E.U.A. e no facto de muitos morrerem ou ficarem seriamente doentes por doenças contraídas na diáspora, com destaque para a tuberculose (N.º 4135).

¹⁷¹ É mesmo referido que deviam ser utilizados todos os meios de repressão à emigração clandestina, em especial para os de idade militar (17-45 anos). O rebocador deveria sair em fiscalização à costa oeste da ilha, uma hora antes da saída da embarcação, acompanhando-o até ter a certeza que não havia tomado passageiros nos pequenos portos ao longo da costa. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 78 de 10 de Março de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 57. Neste ponto os órgãos de comunicação social tornam-se confusos. O *Açoriano Oriental* de 11 de Março de 1916 refere a proibição de passaporte a todos os indivíduos entre os 17 e os 42 anos (n.º 4217). A 1 de Abril, refere que, de acordo com o *Diário dos Açores*, já se poderia emigrar entre os 16 e os 45 anos mediante licença sujeita a caução, o que constituía uma boa notícia (n.º 4219). Na pesquisa realizada, apenas se encontrou como excepção ao Decreto 2285 de 20 de Março de 1916 – convocação de licenciados (O.E. n.º 4 de 25 de Março de 1916, I série, pág. 412), a lei 624 de 23 de Junho de 1916, em que os indivíduos com menos de 45 anos de idade que tivessem sido isentos do serviço militar e as praças que tivessem tido baixa por incapacidade física, poderiam ausentar-se do país depois de reconhecida a sua incapacidade e pagamento de 20 anuidades das partes fixa e variável da taxa militar. *Ordem do Exército*, n.º 15, 1ª Série, pp. 666 e 667. No mesmo número, o *Açoriano Oriental* anuncia a partida de bastantes micalenses a bordo do *Cretic*, rumo aos E.U.A. Aliás, os anúncios das companhias mantêm-se em publicação. O CMPD comunica ao GCPD o telegrama recebido da Direcção-Geral de Administração Civil, em que Ministério do Interior temia urgentes medidas para não autorizar a saída de militares, quer para o estrangeiro, quer para as colónias, pelo que recomenda ao mesmo Governador civil que evite por todos os meios ao seu alcance a emigração clandestina, principalmente por praças do Exército, bem como a atribuição de passaportes. A este propósito veja-se o art. 479 § 2º da Organização do Exército de 1911 (*Ordem do Exército*, n.º 11 de 26 de Maio de 1911, p. 752).

¹⁷² Este pedido foi reiterado antes de se obter uma resposta. Foi igualmente enviado ao Capitão do Porto de Ponta Delgada. BPARPD – FGCPD, “Ofícios 84 e 93 de 27 de Abril de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pp. 92 e 103.

¹⁷³ Como foi o caso do guarda n.º 28, João de Almeida Pavão, por ter capturado um destes emigrantes a bordo do *Açoreano Autónómico* a caminho dos E.U.A (12\$50). BPARPD – FGCPD, “Ofício de 128 de 14 de Maio de 1915” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 275.

(afectando o comércio), referindo o caso da passagem do *Cretic*, que deixara 75 passageiros e levara 109 que se encontravam em trânsito¹⁷⁴.

Nesta altura são recebidas instruções do Ministério da Guerra no sentido de se começar a preparar o espírito para a guerra, de modo a colocar os portugueses “nas condições mais convenientes à defesa nacional, ao espírito republicano e à integridade da nossa Pátria”¹⁷⁵ bem como na necessidade de ombrear com os nossos aliados, devendo-se para tal “atender instantaneamente à preparação para a guerra”¹⁷⁶, desenvolvendo-se e intensificando-se a instrução de soldados bem como dos mancebos “do 2º grau da Instrução Militar Preparatória”¹⁷⁷ com a necessidade da mesma se ministrar aos restantes cidadãos que constituem as tropas territoriais. É pois determinado que os mancebos do mesmo grau sejam incorporados até se atingir os efectivos em tempo de guerra, devendo desde logo ser tratados como soldados do Exército e os respectivos programas cingidos à mais intensiva preparação militar, devendo abranger uma série de objectivos muito claros e laboriosos. Trata-se de uma instrução clássica, mas intensa, de inícios do século XX, preparando uma guerra a

¹⁷⁴ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4224 de 29 de Abril de 1916. No mesmo jornal, anuncia-se a convocação para revista de inspecção das praças reservistas e licenciadas de todas as armas e serviços pelo Comandante do RI 26. A revista seria na secretaria do Regimento, na rua de Santana n.º 38.

¹⁷⁵ AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, Circular n.º 75 do CMA. *Cópia da Circular n.º 11 da Secretaria da Guerra / 1ª Direcção Geral / 4ª Repartição de 3 de Abril de 1916*, Fia 14. A Instrução Militar Preparatória é criada pelo decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911 e reformulada pela lei n.º 623 de 23 de Junho de 1916, dividindo-se em dois graus, sendo o primeiro aplicado aos mancebos dos sete aos dezassete anos e o segundo desta idade até à sua incorporação no Exército. Efectivada por meio de associações espalhadas por todo o país, a IMP, são consideradas como centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as virtudes cívicas da juventude, preparando-as para cumprir o seu dever militar. Trata-se pois de escolas de ideal republicano, tipo paramilitar, doutrinadas pelo Ministério da Guerra, e com direito a bandeira e uniforme próprio. Para mais pormenores veja-se a seguinte legislação: decreto com força de lei de 26 de Maio de 1911. “Lei 623 de 23 de Junho de 1916”, *Ordem do Exército*, n.º 15 de 30 de Junho de 1916, I Série, pp. 654-666. “Circular n.º 16 de 28 de Março de 1914”, *Ordem do Exército*, n.º 9 de 31 de Março de 1914, I Série, pp. 347-348. “Lei de 10 de Dezembro de 1914”, *Ordem do Exército*, n.º 30 de 11 de Dezembro de 1914, I Série, p. 1436 e 1437. No caso específico das comunicações sobre a IMP de e para os Açores, veja-se “Circular n.º 22 de 20 de Abril de 1914”, *Ordem do Exército*, n.º 11 de 6 de Maio de 1914, I Série, p. 415. Para os estatutos e regulamento, “Circular n.º 44 de 22 de Outubro de 1914”, *Ordem do Exército*, n.º 24 de 24 de Outubro de 1914, I Série, pp. 1318- 1321. A 10 de Maio de 1917, o MG manda suspender a instrução de tiro da IMP (assim como o tiro civil) até que as requisições feitas ao Arsenal do Exército sejam satisfeitas.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ibidem*. A Instrução Militar Preparatória (IMP), como centros de educação destinados a desenvolver e cimentar as mais altas virtudes cívicas e a fortalecer a mocidade portuguesa, deveria preparar para cumprir o dever militar. Sob a forma de sociedades locais, a sua instrução seria dada e fiscalizada por militares, com um determinado número de lições obrigatórias por semana. No caso específico do primeiro grau, seriam os professores, em especial de educação física, os responsáveis pela sua execução e, no caso do segundo grau, a sua acção deveria ser mesmo alvo de apresentações públicas, em parada. Existia lugar ao manejo de armas de fogo (espingardas ou carabinas), sendo o segundo grau dividido em três anos de instrução. Tratava-se de uma estrutura plenamente paramilitar, teoricamente muito completa. Para mais pormenores veja-se “Lei n.º 623 de 23 de Junho de 1916” in *Ordem do Exército*, n.º 15, 1ª Série, pp. 624 – 666.

vencer num terreno em condições deploráveis, suportando tudo em nome da Família, Pátria, Bandeira Nacional, República, aliança com Inglaterra¹⁷⁸, bem como a justificação legal para a requisição das embarcações alemãs e o valor de peso que era lutarem ao lado dos aliados, nunca esquecendo a solidariedade e o serviço militar obrigatório.

Deveriam ser aperfeiçoadas as especialidades de automobilistas; motociclistas; velocipedistas, assim como as de cavaleiro e estafetas, em especial relacionadas com os serviços de telegrafia e telefonia. A sua instrução começaria de imediato após a entrega da arma e fora dos quartéis, as sociedades ou núcleos da Instrução Militar Preparatória seria ministrada por oficiais e sargentos da reserva ou reforma para orientar os cursos, criando-se uma lista especial para os que não respondessem voluntariamente¹⁷⁹. Deveriam as inspecções militares entender-se com os comandos de regimento de reserva e distritos de recrutamento para estudarem a melhor forma de reunião do restante pessoal das tropas territoriais quando terminasse a sua convocação para a instrução militar, dando-se grande projecção através de prospectos e

¹⁷⁸ Em finais de Abril e inícios de Maio de 1916, o *Açoriano Oriental* publica uma série de referências a iniciativas patrióticas, como conferências do GCPD e autoridades militares. “Iniciativa patriótica”, *Açoriano Oriental*, n.º 4225 de 6 de Maio de 1916. Contudo, existem também algumas situações mal aceites pela população, como a que se gerou na freguesia dos Mosteiros a 2 de Julho de 1916, em que um coronel do Exército (tanto quanto a investigação do presente trabalho permitiu entender, exterior à guarnição operacional no arquipélago) não conseguiu discursar do alto do edifício da estação telégrafo postal (por não haver autorização), ou mesmo da varanda de um privado, no que dizia ser propaganda preparatória para a guerra e, pelo amor a Deus, acompanhado por dois colegas, um amigo de viagem e o segundo, professor na freguesia da Candelária, designado como ambicioso e desterrado por aqueles que pela força pretendia conquistar. Subindo ao adro, e quando se pensava que iria realizar algo tipo uma oração, apenas referiu que não vinha buscar soldados, sendo de imediato apupado pela população, pelo que os designados elementos da *seita* se sentiram forçados a ter que entrar no templo. O povo justificou-se como “não tendo a necessidade de mais excitações para além das provocadas pela guerra, nem de se vir destabilizar quem ainda não foi chamado para pegar nas armas, movimento que todos se dizem capazes se preciso portanto sua ex.^a não tenha em aversão este humilde povo, que não obstante odiar a guerra, está sempre pronto para a defesa da terra que o viu nascer. Se porventura sua ex.^a tomar nova resolução de cá voltar, queira ter a paciência de se dirigir ao humilde povo desta fraca terra que sempre teve o sorriso encantador para quem nela sabe entrar”. “Noticias dos Mosteiros”, *Açoriano Oriental* n.º 4234 de 8 de Julho de 1916.

¹⁷⁹ A Instrução Militar Preparatória tem uma acção muito intensa desde o eclodir da guerra. A 4 de Maio de 1917, é alvo de uma atenção especial por parte do Ministro da Guerra, que refere ser cada vez mais importante a sua correcta execução, sobretudo no momento em que era imperioso preparar rapidamente os jovens para a guerra, dotando as sociedades criadas para o efeito dos precisos quadros e destacar desde o início da instrução os mais aptos e habilitados. Os quadros instrutores seriam fixados com oficiais e sargentos da reserva e reformados do quadro do Exército metropolitano, colonial e armada. Era necessário envidar esforços para coadjuvação dos civis, professores de educação física e canto coral. Igualmente importante seria a organização de sociedades da IMP, sociedades desportivas e grupos de escuteiros, principalmente nos liceus e outros estabelecimentos de ensino, bem como fazer uma constante e intensa propaganda da IMP pela palavra, imprensa, autoridades, corporações, etc., procurando-se convencer a população da pronta e sólida necessidade de preparação para a guerra, de que a Pátria e a República sairiam vitoriosas para continuar a sua acção civilizadora, e que a IMP constituiria a base essencial dessa preparação. A sua prática é conhecida nos Açores, pelo menos desde inícios de 1915 e, em finais de Maio de 1917, é conhecida a sua administração nas três grandes ilhas.

da imprensa dos termos do regulamento orgânico da IMP e igualmente do Regulamento Disciplinar perante o contexto de guerra. Seria tida em conta a comodidade da população, podendo inscrever-se qualquer português e ficariam suspensas as concessões de adiamento e licenças do corrente ano e as de 1915 sob alçada de condições especiais.

Terminaram as licenças dos oficiais e sargentos e as inspecções primam pelo rigor¹⁸⁰, sendo a última palavra sempre do Ministro da Guerra, em especial nos casos de licença registada para emprego público ou para tripulante. Estas e outras medidas tomadas a nível ministerial acabaram por fazer redobrar os trabalhos da Guarda Fiscal, empenhada não apenas na vigilância e serviço de fiscalização como, por decisão do Ministério das Finanças, em evitar a saída para o estrangeiro de indivíduo entre os 17 e os 45 anos¹⁸¹. Todos os pontos de possível desembarque passam a ser vigiados, criando-se assim a necessidade de aumentar os efectivos¹⁸² e realizar obras de ampliação nas instalações militares.

Em 23 de Junho é ordenado o licenciamento das praças de qualquer escalão, activo, reserva e territorial, quando não em serviço nas fileiras, e criados mecanismos de apoio às famílias mais pobres, nomeadamente a Comissão de Assistência aos Mobilizados, ou por intermédio do Governo Civil¹⁸³. Paralelamente às

¹⁸⁰ Anunciadas nos jornais, como no caso do *Açoriano Oriental*, de 17 de Junho de 1916. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4231 de 17 de Junho de 1916.

¹⁸¹ A 4 de Maio de 1916, o Ministério da Guerra informa o Governador civil de Ponta Delgada que o Comandante Militar dos Açores estaria habilitado para autorizar a saída para o Continente de jovens em idade militar. De acordo com os termos do § 4º do art. 1º do decreto 2305 de 30 de Março de 1916. Apenas seriam usadas *quando as necessidades militares o exigiam*. BPARPD – FGCPD, “Ofício 97 de 4 de Maio de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 107. Um exemplo terá sido a 7 de Fevereiro de 1917, em que o general Augusto Magalhães, de passagem por Ponta Delgada, autoriza a saída a um indivíduo de 36 anos para a capital.

¹⁸² Em nota do CMPD para a B2AM, em inícios de Abril, o comandante militar envia uma cópia do telegrama, recebido do MG por intermédio do CMA, a dispensar as praças licenciadas para estudos até ao final do ano lectivo, assim como para a pesca do bacalhau, importante pilar da economia nacional (veja-se a circular n.º 31 de 2 de Março de 1912 da Secretaria da Guerra, em *Ordem do Exército* n.º 9 de 31 de Março de 1914, I Série, pág. 349). Aliás, é neste mês que são recebidos vários telegramas a convocar, para além de praças, sargentos e oficiais milicianos, assim como médicos, proibindo-se o licenciamento dos que estavam em serviço. Aos administradores dos concelhos do distrito de Ponta Delgada, a 29 de Maio, é pedida a relação de médicos e enfermeiros em condições de servirem como alferes milicianos, inclusivamente os que já haviam feito o serviço militar, uma vez que até aos 45 anos podiam ser novamente chamados. A 15 de Setembro de 1915, o CMA informa o Director da 1ª Direcção-Geral, pela 3ª Repartição, que na área do comando dos distritos de recrutamento havia 2087 mancebos sorteados, entrando neste número os que haviam sido adiados depois do sorteio (DR 25) e os de amparo (DR 26).

¹⁸³ A notícia do licenciamento de praças é muito bem recebida pelo *Açoriano Oriental*, que a propósito escreve: “segundo consta, o Exº Sr. Governador civil telegrafou para o governo, pondo-o ao facto das circunstâncias angustiosas porque passa a nossa agricultura, em parte motivada pela falta de braços. O governo então, pelo ministério da guerra ordenou que até meados de Agosto se proceda ao licenciamento das praças ultimamente convocadas”. “Licenciamento de Praças”, *Açoriano Oriental*, n.º 4233 de 1 de Julho de 1916. Não é apenas ao nível do campo que se refere a falta de braços, mas também ao nível das

escolas¹⁸⁴ de recrutas decorrem escolas de Sargentos¹⁸⁵, nomeadamente na B1AM, constatando-se um parco número de efectivos porque eram necessárias habilitações literárias, escassas entre a maioria da população ao tempo. Especialidades como médicos e veterinários tornam-se visadas, afectando a qualidade de vida das populações numa época de gripes e epidemias, uma vez que as retirava da esfera civil.

Em virtude da insuficiência de praças destinados à defesa do arquipélago, o comandante militar dos Açores autorizou, a 6 de Abril, a convocação de licenciados em número igual aos dos equipamentos existentes¹⁸⁶. De referir será também a concretização das Escolas de Repetição¹⁸⁷.

casas comerciais de Ponta Delgada e até em instituições governamentais como as finanças. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4226 de 13 de Maio de 1916. Em 1917, por ordem do MG, estavam a ser concedidas licenças de 20 a 30 dias, com a condicionante de, em caso de emergência, estas terminarem de imediato. No caso do RI 26, estas licenças também são concedidas por falta de armamento.¹⁸⁴ À Repartição do Gabinete, o CMA afirma que para as escolas do RI 25 (1 Batalhão, o de Angra do Heroísmo) caso este se desdobre, será necessário o seguinte: carros - cinco de companhia; dois de munições; um sanitário e um de carne. Solípedes montados seriam oito mais um muar. Para a B1AM - viaturas de duas rodas e gado seriam quatro, mais um cavalo e sete muares. As quatro viaturas são por não haver na ilha Terceira veículos de quatro rodas, e constituírem o carro de bateria e o outro de esquadrão previstos para a bateria. Os preços de aluguer na ilha para carros de uma junta de bois andavam à volta dos 2\$00. Esta primeira nota é complementada com uma segunda, para o 2º batalhão (Horta), em que, sem desdobramento, seriam necessários os seguintes carros: ferramentas, carne, sanitário e respectivos animais. Os preços são os seguintes: cada carro de bois - 30\$00, e pelos três solípedes - 60\$00 (pelo tempo da escola de repetição). Para desdobrar o batalhão, seriam ainda necessários mais quatro carros e cinco solípedes. Data do mês de Junho de 1916 o pedido do CMA para que as unidades enviem os mapas de veículos recenseados nos respectivos distritos.

¹⁸⁵ A lei promulgada a 31 de Agosto de 1915 convoca cabos e soldados dos quadros permanentes e licenciados que possuam o exame de instrução primária, 2º grau para tantas escolas de sargentos quanto necessárias para a formação de escolas de recrutas; e de todos os sargentos com habilitações literárias e científicas para alferes milicianos necessários. Até os presos políticos não são esquecidos. De acordo com o decreto 4892, todos os que estivessem sujeitos ao serviço militar não deveriam deixar de ser considerados nas escalas de mobilização na devida altura. A 1 de Junho de 1916 é solicitado ao Regimento, Bateria e Distrito de Recrutamento estabelecidos em Angra, uma relação de todas as praças com estudos médicos e farmacêuticos, assim como de civis com estudos, visando sua integração, respectiva instrução e promoção a alferes milicianos. O caso não é completamente novo, mas será a partir desta data que irá se desenvolver uma procura crescente não só de oficiais de um modo geral, mas acima de tudo destas duas especialidades, a que se poderão juntar outras como veterinária e outros estudos avançados, nomeadamente bacharéis e mesmo teologia.

¹⁸⁶ O que levantou de imediato as antigas questões relacionadas com fardamento, material de aquartelamento e alojamento, sendo que no primeiro caso se tentou a sua requisição a Lisboa ou atribuição de verbas para a manufatura local dos tecidos requisitados; no segundo caso, o seu envio ou atribuição de verbas para compra local (o que mesmo assim era complicado de adquirir em virtude de serem produtos difíceis de encontrar nas ilhas) e no terceiro caso, pela requisição de imóveis. A 18 de Maio foi dada ordem ao RI 25 para que convocasse o restante número de praças licenciadas de modo a igualar o número total do armamento existente, ou seja 1.200 armas. Esta medida estaria ligada à saída de diligências, ou mesmo o seu reforço, como quatro dias antes havia acontecido com a guarda ao cabo submarino na Silveira.

¹⁸⁷ De acordo com Luís Salgado de Matos, elas deixaram de se realizar a partir do início da Grande Guerra. Matos, L. S., “República: um corpo com alma” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp. 129. Efectivamente, na ordem do Exército n.º 19 de 1914, é decretada a transferência de verbas destinadas às Escolas de Repetição para outros fundos do Ministério da Guerra, por impossibilidade em as concretizar. Contudo, não são extintas. *Ordem do Exército*, n.º 19 de 21 de Agosto de 1914, I Série, pp. 1206-1207. A 31 de Julho de 1915 o Ministério da Guerra enviou

Na mobilização, pelo menos numa fase inicial, os alunos e professores foram dispensados de se apresentar nas Escolas de Sargentos até à concretização dos exames a que estavam sujeitos. Contudo, as normas pelas quais as entidades se deviam pautar tardavam a chegar, pelo que a confusão no GCPD é latente, procurando-se esclarecimentos junto da autoridade militar¹⁸⁸.

Esta mobilização despoletou a carência de mão-de-obra nos campos e consequente aumento dos salários diários dos trabalhadores. Esta situação foi apresentada pelo GCPD ao Ministério da Guerra, uma vez que o aumento até 2\$00 havia provocado o abandono ou a má exploração das terras pelos proprietários e rendeiros, afectando a produção não só para consumo local como para exportação para o continente. No entender do GCPD, uma vez que a mobilização ainda não abrangera a tropa da circunscrição de Ponta Delgada e já nem era intensiva a instrução a receber, em nome dos interesses económicos solicitou o licenciamento do maior número possível de praças, pelo menos até meados de Agosto, época em que se iriam iniciar as colheitas. Como resposta obteve a concordância de que no distrito se procuraria não prejudicar a agricultura, pelo que solicitou ao CMPD diligências nesse sentido, uma vez que se encontravam em jogo “os interesses agrícolas indissolivelmente ligados à melindrosa questão das subsistências e economia desta região”¹⁸⁹.

Em virtude do levantamento do dispositivo de guerra ao longo do ano de 1916, para além das saídas das diligências para as localidades consideradas fundamentais para a defesa das ilhas, tornou-se necessário assegurar uma série de serviços complementares, de natureza militar e civil, como o caso do Hospital Militar de Angra do Heroísmo, que é reforçado, ou o posto de desinfecção da cidade. Às diligências procura-se fornecer as acomodações possíveis, requisitando-se casas,

200 editais de convocação de militares licenciados para as Escolas de Repetição, para que fossem espalhados pelas unidades nos locais mais concorridos das sedes de guarnição. Em telegrama datado de 26 de Agosto, dispensa os licenciados da ilha de Santa Maria para a próxima Escola de Repetição. Sobre a sua criação veja-se a Organização do Exército de 1911 (*Ordem do Exército* n.º 11 de 26 de Maio de 1911, pp. 726 a 728) ou ainda relacionado a portaria 2445 de 27 de Setembro de 1920.

¹⁸⁸ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 108 de 11 de Maio de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 119. Conforme determinado pelo Governo, todos os indivíduos com mais de 20 e menos de 45 anos tinham que se apresentar na unidade militar mais próxima para se alistarem, pelo que as autoridades são autorizadas a pedir os documentos a qualquer indivíduo, o que gerou algumas confusões e prisões desnecessárias, por abuso. *Idem*, p. 295.

¹⁸⁹ BPARPD – FGCPD, “Ofício 415 de 25 de Junho de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 164. Uma das excepções à mobilização são os militares que eram polícias, salvaguardados pela Circular 632 da Repartição do Gabinete da Secretaria do Ministério da Guerra, não sem antes tenham efectivamente sido mobilizados, pelo que se pede o seu regresso ao Corpo de Polícia a 27 de Maio de 1916. *Idem*, p. 132.

inclusivamente para leccionar cursos¹⁹⁰. Já em contexto de guerra, continuam a aparecer militares voluntários para as expedições ao Sul de Angola¹⁹¹ ou mesmo a solicitar o cancelamento do pedido para passar à reforma, por acharem ser altura em que o país mais necessitava da sua colaboração¹⁹².

Entre Maio e Setembro são efectuadas as revistas de inspecção a praças no distrito de Ponta Delgada pelo Regimento de Infantaria de Reserva n.º 26¹⁹³. A 24 de Maio, o RI 26 tem 272 cabos e soldados prontos e 246 recrutas em instrução, apesar da falta de oficiais¹⁹⁴. Para remediar esta lacuna, elaboram-se listas de sargentos e primeiros-cabos para frequentar a Escola de oficiais milicianos¹⁹⁵, assim como académicos e cidadãos com o curso geral do liceu¹⁹⁶.

¹⁹⁰ A 22 de Setembro de 1916, o GCPD informa o presidente da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito de Ponta Delgada que haviam sido criadas as Comissões de Avaliação para liquidações de indemnizações resultantes de requisições militares. Informa igualmente que, por despacho do Ministro do Interior e a pedido do Ministro da Guerra, as mesmas deveriam ser instaladas nos edifícios do Governo Civil. Como no mesmo não há espaço, solicita a sala contígua ao salão das sessões da JG. BPARPD – FGCPD, “Ofício 285 de 22 de Setembro de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 269.

¹⁹¹ A partir de 16 de Junho de 1916, começaria um novo aspecto que aumentaria à medida que a guerra seguia o seu curso histórico: começam a chegar ordens do Ministério da Guerra para que militares em serviço nos Açores se apresentem em Lisboa com destino às campanhas em preparação, neste caso em específico, para que um 1.º Sargento se apresente no Regimento de Infantaria n.º 23, de modo a integrar a Companhia de Automóveis Expedicionária a Moçambique.

¹⁹² Major de Engenharia Virgílio de Sousa, a 11 de Março.

¹⁹³ No concelho de Ponta Delgada são inspeccionados 1211 soldados, em Vila Franca do Campo, 200, na Ribeira Grande, 689, no Nordeste, 217, na Povoação 213, na Lagoa 285 e em Vila do Porto, 285, totalizando 2922. No caso do Nordeste, a junta levava cinco dias até chegar à vila (três para a Povoação), sendo a revista efectuada no mês de Setembro, nos quatro domingos do mês. Concluída a revista de inspecção, o RIR 16 informa o CMA terem comparecido 1227 reservistas, faltando 162. A 13 de Outubro de 1917, o DR 26 comunica ao CMA os dias em que se iniciará a revista às tropas territoriais domiciliadas no mesmo concelho.

¹⁹⁴ Estavam dois a efectuar o curso para promoção a capitão, cinco em diligência, quatro na instrução de recrutas, um nas metralhadoras, faltando oficiais para comandantes de pelotão para os exercícios de táctica abstracta e aplicada, que tinham lugar duas vezes por semana. Pede-se pois ao CMA para que sejam colocados tenentes como comandantes de companhia efectivos. Em Março era o seu efectivo de 546 praças, aguardando-se a 2.ª incorporação e a convocação da classe de 1915.

¹⁹⁵ Em finais do ano, iniciou-se a de alferes milicianos, conhecendo a mobilização algumas excepções no caso de se tratar de indivíduos fundamentais em determinadas instituições, como foi o caso de um aspirante da Repartição de Finanças da ilha Graciosa. Em 20 de Julho, é referido pelo CMPD ao RI 26 que ficou sem efeito a ordem de se fazer uma Escola de Oficiais Milicianos no CMA, pelo que era necessário que a praça em questão a faça em Lisboa. A busca é pois feita até às tropas territoriais. A este propósito, veja-se os decretos de lei n.º 2.345 de 20 de Abril de 1916 (*Ordem do Exército*, n.º 6 de 20 de Abril de 1916, I Série) e 2367 de 4 de Maio de 1916 (*Ordem do Exército*, n.º 8 de 6 de Maio de 1916, I Série). É também conhecida uma nomeação por imposição a um cabo corneteiro do RI 25 para ir servir nas companhias indígenas de Moçambique. Neste caso teria que se apresentar no Depósito Militar Colonial.

¹⁹⁶ Num relatório sobre o estado de preparação do RI 26 e referente a Dezembro de 1915, o CMA constata o aturado treino e instrução, muito satisfatório ao nível de oficiais e sargentos. Contudo, refere que o método de exposição tem falhas, em virtude do pouco desenvolvimento intelectual e verbal dos praças, bem como a inexistência de quadros (negros). Em 20 de Outubro de 1916, o mesmo regimento tem dois primeiros-sargentos, um cabo e um soldado a frequentar a Escola de Oficiais Milicianos, todos estudantes e do quadro permanente. O cabo era professor no liceu. O RI 25 a 30 de Outubro pede esclarecimentos ao CMA por constatar que o quadro permanente não se encontra bem definido em contexto de guerra.

Nesta altura a B1AM, ainda no forte de São João Batista, tem 86 cabos e soldados em duas casernas, que levavam no máximo 60 soldados¹⁹⁷. Em finais de Julho, tem o RI n.º 26 vinte segundos-sargentos, dos quais oito foram convocados para serviço extraordinário pelo o DR 26. A 22 de Agosto, o RI 25 tinha já 94 soldados prontos, debatendo-se com problemas de pessoal, uma vez que precisava de 15 para ordenanças e guarda de polícia aos quartéis da 4ª e 9ª baterias, assim como 81 para fornecer ao CMA, pelo que ainda faltavam dois, com o agravamento de não poder constituir a companhia de prevenção, assim como também da 9ª Companhia (metralhadoras)¹⁹⁸. Em inícios de Setembro, enquanto a banda militar assegura os seus tradicionais concertos ao público angrense¹⁹⁹, realizam-se exercícios de combate e envia-se um oficial médico do RI 26 para o RI 29, rumo à expedição a Moçambique.

Com a “máquina” mobilizadora a ganhar dinamismo, estes soldados ingressam nas fileiras, passam pela fase de instrução e são rapidamente colocados em diligências, um pouco por toda a ilha (nesta fase, nas ditas grandes ilhas), passando-se à fase seguinte, ou seja, a de nova escola de recrutas. Como há a grande necessidade de equilibrar o número de mancebos com os materiais/acomodações existentes, e ainda com a mão de obra nos campos, sempre nevrálgica e frágil, as entradas dos mancebos encontra-se sempre condicionada, daí o seu número sempre periclitante para as unidades mobilizadores. Contudo, este sistema estava ainda numa fase inicial, sendo refinado até ao final da guerra²⁰⁰.

Existem praças que já terminaram o seu ano e por estar suspenso o licenciamento, fica-se sem perceber qual o destino a seguir.

¹⁹⁷ Para solucionar o problema, transformou-se uma sala de aula em caserna. Nesta altura estava-se também a levantar o Depósito de Concentrados Alemães no interior desta fortaleza. Aguardava-se a integração de cerca de mais 40 praças das classes de 1924 e 1925, pelo que o problema iria agravar-se, apesar de ter material para os receber. Em Novembro já são 150 soldados.

¹⁹⁸ Será pertinente não esquecer as diligências já espalhadas pela ilha e o DCA. Até Agosto, ficaria com 290 praças no seu efectivo.

¹⁹⁹ A banda do RI 26 também se mantém sempre no activo, tocando regularmente, durante o período da guerra.

²⁰⁰ Para se ter uma ideia da distribuição destes soldados, irá ser referido um exemplo de Abril de 1919, numa fase já de recolha das diligências. Fora do corpo do RI 25 encontravam-se ainda: um sargento e 29 soldados nas Velas, um sargento e nove soldados no IFOMA; um sargento e dois soldados na IMP, na delegação da 8ª Repartição do MG, um aspirante; um sargento e duas praças; no DCA, dois oficiais, três sargentos e nove soldados; nas Câmara Municipais de Ponta Delgada, um sargento, e na de Angra do Heroísmo, um soldado; em Lisboa, um oficial, dois sargentos e seis praças; na Carreira de Tiro, seis soldados; no Hospital Militar, um sargento e dez praças; no Governo do Castelo de São João Batista, três soldados; na Guarda Fiscal, dois oficiais, em Moçambique três oficiais e um sargento e no CEP, também três oficiais. Os oficiais tinham então uma profunda participação nas instituições civis, esbatida durante a Grande Guerra. Em inícios de Setembro, eles estão em comissão civil no Observatório Meteorológico em Ponta Delgada (um capitão); no posto bacteriológico da Junta Geral, como subdelegado de Saúde na Povoação, no notariado de Vila Franca do Campo ou junto do Juiz de Direito, Finanças ou mesmo no liceu da referida cidade.

A 10 de Outubro de 1916, o DR 25 sorteia 1874 mancebos²⁰¹ (incluindo doze para a Armada), que têm que se apresentar, independentemente de estarem isentos definitiva, condicionalmente ou adiados do serviço militar, bem como todas as praças que tivessem tido baixa do serviço por incapacidade física, para reinspecção pela junta de revisão²⁰². Paralelamente, as praças pedem a devolução das taxas militares por não terem saído para o estrangeiro, gerando outro tipo de problemas. De forma irregular, também foram detectados alguns casos em que pagando a respectiva taxa, conseguiram obter autorização para sair²⁰³.

A 15 de Novembro, o RI 26 tem um efectivo de 1104 praças de pré e uma clara falta de subalternos e sargentos. É referido ao CMA que este número tem a tendência para crescer com a convocação de mais licenciados (conforme por ele ordenado), como ainda com a entrada do primeiro contingente de 1917, que, de acordo com o DR 26²⁰⁴, seria grande. De subalternos, apenas tinham três e mais sete espalhados nas diligências de S. Miguel, Terceira e Santa Maria, assim como um na IMP e outro à espera de vapor para integrar as forças da GNR. Ao nível de sargentos, tinham nove primeiros-sargentos no corpo e vinte e oito segundos-sargentos, com 14 nas diferentes diligências, cinco na escola de oficiais milicianos e um de licença, bem como outro na Cooperativa Militar. Haveria ainda que reduzir três segundos-sargentos que aguardavam partida para Lisboa com vista ao curso, pelo que se tornava muito difícil dar uma instrução intensiva e profícua, bem como manter a disciplina. Novamente se clama por subalternos, mesmo que milicianos.

²⁰¹ Para melhor entendimento sobre tudo o que o soldado tinha que aprender na vida militar, veja-se a obra de Ribeiro, Arthur (tenente-coronel) e Maldonado, Pimentel (capitão), *Teorias nas Casernas – Educação Militar do Soldado*, Publicação da revista «O Tiro Civil», Lisboa, 1902. Em Maio de 1916, na B2AM o toque de alvorada era dado às 4 horas, com parada da guarda às 9 horas e recolher às 21 horas.

²⁰² Edital de 11 de Outubro de 1916. Em Setembro de 1917, o CMA pede aos comandos da Horta e Ponta Delgada para que refiram se existem, com precisão, irregularidades suspeitas ou confirmadas sobre este serviço, em especial as que tinham fundado relevo na opinião pública. Será também de referir que ao longo do ano de 1917 chega ao CMA a informação sobre juramentos de fidelidade de mancebos na diáspora portuguesa, nos respectivos consulados, como por exemplo no Rio de Janeiro, Baía, Bóston. Roma e São Paulo. São também enviadas as listas dos mancebos que se apresentaram (ou não) nos consulados.

²⁰³ Novamente se coloca em causa a emigração clandestina. A 16 de Setembro de 1916, o RI 26 tem um auto de corpo de delito contra um civil que havia tentado favorecer a fuga de mais mancebos. Durante os meses de Setembro e Outubro, foram mais 14 autos levantados. Em Novembro, dá-se uma deserção. A 27 de Março de 1917, novo auto é levantado pelo Regimento a um cidadão por tentativa de saída clandestina. São conhecidos pedidos de autorização para sair para os E.U.A. e para França e a respectiva autorização, por tempo limitado, a dois soldados rumo aos E.U.A. e Brasil (Maio de 1917).

²⁰⁴ O DR 26 tem nesta altura a necessidade de criar uma junta suplementar específica para Santa Maria, uma vez que esta ilha apenas tinha um vapor por mês. Outro caso muito específico, para além das Flores, era também o Corvo, inacessível por ocasião de mau tempo.

Nestas circunstâncias inicia-se o ano de 1917. Nos meses de Fevereiro e Março, o RI 26 aguarda a chegada do armamento para completar o seu efectivo, assim como a apresentação de médicos das tropas territoriais que foram graduados em alferes (alguns seguem para o continente de modo a integrar o CEP²⁰⁵). São dadas 203 licenças a soldados, prorrogáveis de 30 em 30 dias, e prepara-se a segunda incorporação de recrutas, que se supõe de 500 homens. Encontra-se assim o Regimento com um efectivo de 1.066 homens, das classes de 1913 a 1916, a que se poderiam juntar os 439 recrutas, totalizando 1505 soldados. Novamente se põe a questão do aquartelamento, bem como a da escassez de armamento para a segunda incorporação. Em Abril, as dificuldades em assegurar a alimentação começam a esboçar-se e, em resposta, o Governador civil de Ponta Delgada afirma ser escassa a batata inglesa e o feijão, em virtude do Inverno rigoroso e a falta de braços²⁰⁶ nas lides do campo, mercê da emigração e serviço militar.

Apesar do esforço em estabelecer o quantitativo de militares dispensáveis para os trabalhos do campo, em simultâneo com as necessidades de defesa das ilhas, tornam-se de reear as dificuldades de fornecimento de géneros a uma segunda incorporação. Já em Maio, o efectivo do RI 26 é de 1836 soldados, tornando-se grave a sua situação de fardamento, bem como a escassez de oficiais, de material e de verbas nos conselhos administrativos²⁰⁷.

²⁰⁵ Tendo em conta a escassez de médicos, em nota de 17 de Março o Ministro da Guerra revoga o seu anterior despacho, permitindo que os alunos de medicina pudessem continuar a estudar, embora mobilizados e com a obrigação de obterem aproveitamento, pois, caso contrário, seguiriam para as colónias ou norte de França. Contudo, pela lei n.º 778 de 22 de Agosto de 1917, são colocados ao serviço do Exército metropolitano até aos quarenta e cinco anos de idade, médicos, farmacêuticos, veterinários, dentistas e enfermeiros, mesmo os que tivessem cursos estrangeiros não reconhecidos pelas escolas portuguesa. “Lei n.º 778 de 22 de Agosto de 1917” in *Ordem do Exército*, n.º 9, 1ª Série, pp. 285-298. São igualmente revistas as condições técnicas que deviam ser exigidas aos militares do Serviço de Saúde, assim como a forma como os militares se encontram matriculados nas faculdades de Medicina (Lei n.º 779 de 22 de Agosto de 1917).

²⁰⁶ Como já foi referido, não será apenas na agricultura que esta falta de braços se faz sentir. A 2 de Abril de 1917, a Junta Geral de Angra do Heroísmo pede ao CMA 15 soldados para ajudar na manutenção das estradas do distrito, caracterizadas como urgentes e indispensáveis.

²⁰⁷ Já a 2 de Março o comandante interino do RI 26 se queixava que o conselho administrativo não tinha verba suficiente para a alimentação de todos os praças, devendo já cerca de 15.000\$00 (referentes aos meses de Dezembro a Fevereiro), referindo que alguns fornecedores já haviam desistido de negociar e que outros se encontravam em vias de fazer o mesmo, levantando-se a questão dos próximos meses. O pré a praças e oficiais estava aparentemente garantido até ao final do mês, mas a breve prazo também poderiam criar-se novos problemas, nomeadamente o da disciplina. Em Angra a situação não seria muito diferente, na medida em que as dívidas se acumulavam enquanto se aguardava a chegada dos títulos ou autorizações, o que leva a que em 3 de Março o Chefe da Delegação da 8ª Repartição em Angra do Heroísmo informe o CMA que até 8 de Abril necessitava de pagar despesas no total de 45.310\$00. A 14 de Março, encontram-se praticamente esgotadas as verbas do orçamento do Ministério da Guerra, nomeadamente os fundos “soldos da arma de infantaria”, “pré” e “gratificações da arma de infantaria” ou “gratificações das praças das tropas de administração militar”. A informação fornecida por Lisboa é a de que desde o dia a seguir e até ao fim do ano económico 1916 - 1917 só poderão ser pagas as despesas pelo fundo “Despesas excepcionais resultantes da guerra”. Entretanto, já o conselho administrativo do RI

Aliada à falta de verbas e das necessárias autorizações de Lisboa e apesar dos pedidos insistentes, as respostas tardam, o que é agravado pela grande incerteza das comunicações entre o continente e os Açores. Em inícios do mês seguinte a situação agrava-se e continua-se sem resposta por parte da Secretaria da Guerra. Oficialmente, a delegação da 8ª Repartição em Angra foi ouvida pelo Ministro da Guerra, embora sem resultados imediatos, o que leva o comandante da B1AM a pedir a intervenção do CMA, em virtude de se encontrar em vias de abandonar a conservação do material, quartel, ferragem e curativos dos solípedes, por falta de fundos, faltando igualmente as verbas dos pagamentos, soldos, pré e obras, para não deixar de referir o saldo negativo de 36\$67.

Se esta situação aflitiva havia melhorado a 20 de Abril com a chegada de várias verbas²⁰⁸, embora nem todas as aguardadas, entretanto já havia subido o preço do pão e as unidades militares, informadas pelos Governadores Civis de que as padarias não assegurariam o fabrico do pão para além do fim do mês, procuravam alternativas²⁰⁹. Igualmente indispensável seria o petróleo. As unidades militares

26 se encontrava inibido de sacar o pré e o soldo, o que já havia provocado uma tentativa de comunicação por telegrama e por pacote com o Quartel General da 1ª Divisão do Exército, frustrada em virtude se encontrarem interrompidas as comunicações telegráficas e faltarem as comunicações por pacote. A falta de verba em cofre levou a que o comandante do mesmo regimento ordenasse a requisição dos géneros indispensáveis à unidade e, localmente, às quatro diligências, notificando o Governador civil sobre a urgente necessidade de satisfazerem as requisições destinadas à alimentação dos soldados. Em reunião com o Chefe da Delegação da 8ª Repartição em Ponta Delgada, este concordou em providenciar os fundos indispensáveis para o pré das duas quinzenas do mês. Entretanto, aguardava-se resposta superior e a ordem de pagamento, procurando-se evitar ao máximo a má impressão por falta de pagamento. Em Angra do Heroísmo os problemas são similares ou mesmo piores, em virtude da existência do Depósito de Concentrados e das necessárias obras a concretizar.

²⁰⁸ Eram mais destinadas a obras. Não vieram os títulos processados, nem as ordens para receber fundos. A 30 de Abril, órgãos como o DCA ou o Hospital Militar de Angra, encontram-se sem verbas e com os saldos negativos. A verdadeira solução de toda esta situação terá sido a articulação com as autoridades civis e pelo uso de verbas destinadas às obras para fazer face às necessidades diárias, o que mesmo assim apenas libertava provisoriamente as unidades. Um bom exemplo será o DCA, que a 2 de Junho já não detinha verbas para alimentar os concentrados, encontrando-se com um saldo negativo de 9.735\$94, suavizado pelo uso do dinheiro entregue pelo CMA para as obras.

²⁰⁹ No caso específico da Horta, o Governador refere mesmo que aguarda a cooperação do CMA nas suas solicitações oficiais para a importação de farinha. A 21 de Abril, são igualmente pedidas pelos Administradores dos concelhos de Velas e Calheta de S. Jorge a concessão de dispensas aos soldados da ilha para auxiliarem nos trabalhos agrícolas. A 27 de Maio, o Administrador de Santa Cruz da Graciosa telegrafa ao Governador civil de Angra do Heroísmo a pedir uma tomada de decisão com vista a evitar graves problemas económicos, irremediáveis na ilha, a ser deferida a bem das populações. Em alguns casos, a solução, embora provisória, passou pelo fornecimento de um só tipo de farinha, mistura de trigo e milho e que, mesmo assim, cessou a 10 de Maio o seu fornecimento por parte da Manutenção Militar. A 2 de Junho, encontram-se as unidades militares a fazer contas ao número mínimo de praças a ocorrer em caso de qualquer necessidade, existindo já em pouco número as praças a que se pode conceder mais licenças, e na ordem dos 20 dias. É mesmo referido que em pouco auxiliavam a agricultura em virtude de o tempo não o permitir.

começam a dar ordens no sentido de se deixar de fornecer petróleo às guardas e diligências estabelecidas no Faial e Terceira, novamente por falta de fundos²¹⁰.

Em Ponta Delgada, e por ordens do Ministério da Guerra, foram autorizadas as licenças de 30 dias às praças que não fossem absolutamente necessárias, pelo que a 20 do mesmo mês termina o serviço de patrulhas à cidade e à vila da Lagoa, por falta de efectivo. Na notícia dada ao Governador civil de Ponta Delgada, o comandante militar da mesma cidade refere esperar superior resolução do CMA devido ao facto de estarem em risco vidas e propriedades, uma vez que era latente o estado de insegurança desencadeado pelas medidas de defesa. Acrescentava ainda que fizera ponderar ao referido comandante que, apesar daquele serviço não ser propriamente militar, era uma consequência forçada das medidas de segurança de ordem militar adoptadas e que exigia a supressão de uma grande parte da iluminação pública²¹¹, o que, aliado à deficiência numérica do corpo de polícia cívica, punha em risco a segurança pública.

Paralelamente, continuam a apresentar-se médicos milicianos na reserva, partindo em alguns casos rumo ao CEP, o mesmo acontecendo com outros oficiais de

²¹⁰ Em Maio de 1918, torna-se grave a falta de material de aquartelamento e fardamento para os recrutas, questão que já se arrastava desde finais de Dezembro de 1917 no RI 25. A constante espera da sua vinda no pacote *Funchal*, lograda por não ter vindo o material esperado (pelo contrário, o Depósito de Fardamento havia enviado materiais que não havia sido pedidos, inviáveis) agonizaria a situação. Situação similar acontecia no DCA, com graves carências nas verbas para a alimentação e vestuário dos concentrados alemães. Estes problemas foram ultrapassados pelo esgotamento total de outras verbas, como por exemplo das obras de saneamento básico do castelo de São João Baptista. A partir de 10 de Junho, e por ordem do Ministro da Guerra, a alimentação dos concentrados começa a ser processada pelo Fundo de Despesas Excepcionais da Guerra, assegurado pela Inspeção de Finanças do Distrito de Angra do Heroísmo. Até meados desse mês foram recebidas várias outras verbas, como por exemplo para a IMP.

²¹¹ É conhecido o facto de ter sido suprimida a iluminação pública em Ponta Delgada, Lagoa (desde Abril de 1916) e Angra do Heroísmo. Nesta cidade, é mesmo referido pelo Governador civil que, devido sobretudo a esta ordem, vários crimes e roubos haviam ocorrido, destacando o que considerou um bárbaro homicídio que produziu um grave alarme no espírito público dos habitantes de S. Carlos (10 de Novembro de 1917), pelo que pede que seja colocada à disposição do Comissariado de Polícia uma força de 25 praças para patrulhar a freguesia, mesmo porque a arma do móbil ainda não havia sido encontrada e poderia existir algum cúmplice. Em Ponta Delgada, com a aproximação do fim da época quaresmal e início das várias outras festas de natureza religiosa, o comandante militar de Ponta Delgada enviou um ofício ao governador civil, com vista a regular as “mais ou menos aparatosas demonstrações externas da crença e religiosidade populares” de modo a não prejudicar a defesa das vidas e fazendas contra um possível insulto como o ocorrido na cidade do Funchal. Não é pois permitida a iluminação de quaisquer arraiais, assim como o emprego de fogo-de-artifício, quer preso (girândolas), quer do ar (foguetes). A única excepção seria a festa do Senhor Santo Cristo, que, por não ser justo nem humano que se dificultasse o acesso de noite ao templo da Esperança, apenas se poderia iluminar o exterior do templo, até à altura das portas, ficando parte da Praça 5 de Outubro iluminada, embora ainda com muitas ressalvas, em virtude do efeito da luminescência. O mesmo comandante militar, alertando sempre para o facto de ter a defesa da ilha à sua responsabilidade, informa o presidente do Conselho Executivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada, a 2 de Junho, que o perigo ainda não havia passado, tornando-se, pelo contrário, mais grave, em virtude da amenidade do tempo e do sensível desvio da navegação mais para Norte. Os seus receios acabariam por se comprovar cerca de um mês depois.

unidades açorianas. Aos administradores dos concelhos foi mesmo ordenada a apresentação nas sedes dos comandos militares dos indivíduos portadores de habilitações literárias e profissionais²¹², provavelmente para servirem como oficiais, e são conhecidos alguns casos de tentativa de fuga para os EUA a bordo de navios como o *S. Jorge* ou o *Roma*²¹³.

A 11 de Julho, numa fase de oscilação de preços entre o pão de milho e de trigo, é reiterado pelo guarda-mor da Estação de Saúde de Angra do Heroísmo o seu pedido para a colaboração de dois soldados como desinfestadores, em virtude do aparecimento constante de doenças de “mau carácter”. De modo semelhante, em finais do mês, começam a chegar ao CMA pedidos de Angra do Heroísmo - da Comissão Executiva da Junta Geral, Associação Comercial e Governador civil - no sentido de interceder junto do Ministro da Guerra para que não seguisse rumo ao CEP, o único veterinário do distrito²¹⁴, à semelhança de um outro pedido feito em relação ao único médico das ilhas Flores e Corvo.

Cada vez mais o Exército começa a funcionar como uma espécie de bolsa de salvação local. Ou seja, se por um lado o facto de termos entrado em guerra obrigou à mobilização de civis com diferentes especialidades, por outro lado estes acabam por auxiliar a população, mas já na qualidade de militares. Isto, claro, para os que ficam nas ilhas. Contudo, em algumas destas especialidades, a carestia em especialistas é de tal modo grande que a ordem ministerial de os fazer seguir rumo às expedições nacionais coloca em causa o interesse local, em alguns casos muito além de uma única ilha.

Com a epidemia de peste espanhola em Outubro/Novembro de 1918, esta tábua da salvação (ou uma espécie de proto-protecção civil, se assim puder ser

²¹² A convocação é feita por intermédio de editais e anúncios em jornais, como o *Diário dos Açores* ou *A República*. Procura-se em especial engenheiros e médicos, encontrando-se os últimos em escasso número, enquanto se tentava manter um mínimo coerente no meio civil e militar e em resposta às solicitações feitas em Lisboa para o CEP e expedição para Moçambique. Nesta fase, até mesmo procuradores da República são chamados a apresentar-se nos respectivos comandos, o que acabou por gerar a exposição de vários casos de pessoas influentes ou com trabalhos pertinentes para a época, como por exemplo do responsável pelo rádio no Faial, o conservador do Registo Civil da Horta e muitos estudantes, entre outros. A escassez de oficiais continua também a ser combatida pela promoção de sargentos e cabos a oficiais milicianos. Nesta altura procuram-se formados em Teologia (a propósito, vejam-se os decretos “2.942 de 18 de Janeiro de 1917” in *Ordem do Exército*, n.º 1, I série, pp. 28-29 e “3.118 de 10 de Maio de 1917” in *Ordem do Exército*, n.º 7, I série, pp. 178-179).

²¹³ Apanhados pela Polícia Cívica, são entregues nos regimentos aguardando em prisão a sua ida para o continente.

²¹⁴ De referir que na altura estava a grassar uma febre carbunculosa nos gados, o que poderia conduzir a graves prejuízos na ilha.

chamada) seria por demais colocada em evidência. Desde os médicos²¹⁵ às praças, todos são colocados de uma forma ou outra a combater a epidemia, levando a rasgados elogios, desde o ACRA aos órgãos de comunicação social. Os soldados vão auxiliar os serviços de saúde, fazer sopa e pão, cortar lenha e vender carne, procurando ocorrer onde é mais necessário, de modo a tentar manter um nível operacional da sociedade que permita fazer frente à intempérie viral.

Contudo, não deixa de ser desconforme que, numa situação grave de recursos humanos, o CMA receba indicações do Conselho de Ministros no sentido de cancelar todas as licenças dadas a partir de Julho de 1917, para que, como operários, seguissem militares para Inglaterra ou França, procurando-se também cativar civis para o efeito²¹⁶. Eis mais uma situação em que, tal como a questão da carne, os meandros da política externa nacional com os nossos velhos aliados poderia contribuir para graves lacunas a nível local, ou mesmo nacional, se é que não contribuiu. Aliás, Uma vez desencadeado o ataque a Ponta Delgada e durante o mês de Setembro de 1917, intensificaria-se a mobilização de vários cidadãos letrados (a par de um reforço dos soldados, de maneira geral, iletrados), para o RI 26. Muitos engenheiros ficaram mobilizados, assim como eclesiásticos e bacharéis. Em destaque encontram-se os médicos, embora em pouca quantidade²¹⁷. Entretanto, a falta de graduados levava a que a Secretaria da Guerra procurasse da melhor maneira maximizar os existentes²¹⁸ e criasse concursos extraordinários para postos de 1º sargento, por exemplo²¹⁹. Por um lado retira-se mão-de-obra fulcral ao campo e à sociedade em geral, e por outro, a nível do governo central procura-se incentivar à emigração para os países aliados.

²¹⁵ A 18 de Agosto de 1917, na ilha de São Miguel, os médicos ainda não mobilizados são em número de quatro. Dois na vila da Ribeira Grande, um na Maia e um nas Capelas. Repartição de Justiça do Comando Militar de Ponta Delgada, “nota 512 de 18 de Agosto de 1917” in *Livro de Correspondência expedida de 23 de Julho de 1916*.

²¹⁶ A propósito, veja-se a “Portaria 807 de 28 de Outubro de 1916”, *Ordem do Exército*, n.º 21, I Série, pp. 952-958 e “Portaria 1.211”, *Ordem do Exército*, n.º 3 de 1918. I Série, p. 92.

²¹⁷ Os médicos não são apenas para fins militares. Por exemplo, a 25 de Agosto e com base no Decreto de Lei 2658 (art. 5) o CMA mandou requisitar um Alferes médico da Reserva Territorial para substituir um outro médico que trabalhava na clínica da Povoação, S. Miguel.

²¹⁸ O que levava a que se difundissem ordens a nível nacional, sem se pensar na especificidade das ilhas, como por exemplo na Nota enviada ao CMA a 26 de Outubro de 1917, em que se ordenava que se reunissem as praças das mesmas armas e serviços para instrução conjunta nas localidades a onde existissem mais do que uma unidade, o que terminou por ter um *não* por despacho.

²¹⁹ Entretanto, dá a conhecer as penas a aplicar a quem faltasse às formaturas de embarque para França ou colónias. Para os oficiais, 15 dias; 30 para Sargentos e 40 para os praças, a serem cumpridas já a bordo dos seus destinos. A pena agravava-se a quem deixasse de seguir ao seu destino por falhar a hora de embarque, bem como para os que alegassem doença sem a terem. A cumprir a bordo, passariam pois a 30 dias de detenção para oficiais; 60 para Sargentos e 90 para os praças.

O que se verifica é que as expedições montadas para o Ultramar ou o CEP não foram alimentadas pelo RI 25 e 26. Estes regimentos não constam das unidades mobilizadoras de praças. Neste ponto, a política nacional até foi bem orientada no que concerne a esta classe. A ideia que se retira após a presente investigação é que o Governo tem a noção de que a população das ilhas mal daria para as proteger e assegurar, dentro do possível, a sua autarcia. Daí que, tirando casos muito esporádicos, com especial destaque para os voluntários, as praças insulares não sejam convocadas para as expedições militares. Efectivamente, tal situação colocaria os Açores em colapso, deixando-se de se conseguir prover a alimentação e defesa das suas gentes. No que concerne a oficiais, a grave falta de efectivos de diferentes especialidades muito requisitadas nas frentes de combate, com destaque para a francesa, não teria complacências para com os açorianos. Até mesmo com armas com o maior número de efectivos, como a Infantaria²²⁰.

Contudo, quem pode, tenta evitar, quem não pode, pensa em fugir. A 23 de Janeiro de 1918, o MG chama a atenção do MI para o grande número de desertores das classes de 1915 a 1917, facto que ocorre, seguramente, na opinião dos comandos militares, pelo facto de considerarem que não seriam capturados nem denunciados pelos locais e pelas autoridades administrativas. Novamente se chama a atenção para a complacência das autoridades civis. O governador civil acabaria por ser notificado desta situação, pelo que advertiu a Polícia Cívica para actuar no sentido de impedir as deserções²²¹.

²²⁰ Sobre a acção dos açorianos em pleno combate, veja-se Carlos de Ornelas. Para além de alguns ilustres, que foram feitos prisioneiros de guerra pelos alemães, será de destacar uma figura que teria mais tarde problemas com o Governo Nacional em 1931: o tenente Luís Carlos de Lacerda Nunes. Nos seus documentos de matrícula é possível ler-se “1917 – louvado pela forma como soube conduzir a sua secção no sub-sector de Testubert (sector inglês) debaixo de fogo intenso de artilharia pesada inimiga, quando da sua rendição, pois que, tendo atravessado uma zona largamente batida, devido ao seu sangue-frio e às disposições de marcha que adestrou, chegou ao quartel de descanso sem baixas”. Este militar era natural da freguesia da Matriz da Horta (AHM). Outro grande herói açoriano (em princípio micalense) terá sido o alferes Agostinho de Sá Pereira (ou Vieira), por actos de valentia em La Lys. Poderá ter sido este oficial que, em finais de Maio de 1921, patrocinou o aparecimento de um manifesto nas ruas de Ponta Delgada, assinado “por um grupo de prisioneiros da Grande Guerra”, que por sua vez daria lugar a um artigo violento no *Correio dos Açores*. A causa foi uma festa a bordo do cruzador alemão *Berlin*. Será de referir também a condecoração de um segundo-sargento (provavelmente terceirense) que, integrado na 15ª Companhia de Infantaria Expedicionária a Moçambique (1915), demonstrou grande sangue-frio e decisão no combate de Chilongo (ou Tchiplongo, a 27 de Maio de -1916?-), saindo do quadrado debaixo de fogo, assim como nos combates de Môngua e Cuanhama de 17 a 20 de Agosto de 1915. Por tal seria condecorado com a medalha mais importante, a de Valor Militar, grau de prata. Existem mais casos de açorianos que se destacaram em combate.

²²¹ BPARPD – FGCPD, “Ofício 19 de 21 de Janeiro de 1918 enviado ao Comissário de Polícia Cívica de Ponta Delgada” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 72.

Por outro lado, procura-se aumentar a motivação e o alento dos futuros militares. A 13 de Março de 1918, o GCPD transmite aos directores dos jornais as listas de mortos em Angola e Moçambique de 1914 e 1916, por ordem do Ministro das Colónias, com vista a criar um quadro de honra para perpetuar a sua memória “e constituindo um estímulo para os que ainda hajam de ser enviados para aquele teatro de operações²²²”.

A partir de Janeiro desse mesmo ano e em virtude das constantes solicitações feitas pelas autoridades civis, inicia-se um fluxo intenso na saída de novas diligências para as ilhas ainda não guarnecidas (ou pouco guarnecidas). A 20 de Janeiro, o CMA autoriza o Comando Militar de Angra do Heroísmo a fornecer diligências de infantaria sob comando de sargentos à vila de Santa Cruz da Graciosa, Velas e Calhetas de S. Jorge, uma vez assegurados os aquartelamentos pelas mesmas autoridades²²³. Antes do término do mês de Maio, novo pedido é apresentado ao CMAH, mas pelo Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal das Lajes das Flores, no sentido de ser fornecida uma diligência para a Freguesia da Fajã Grande, enquanto durar o estado de guerra. A 25 de Junho, é rendida a diligência colocada na ilha do Pico e a 24 de Julho é ordenado à B1AM que forme uma diligência de doze praças de artilharia, sob comando de um sargento²²⁴, para seguir para a ilha das Flores.

Em São Miguel, a situação também ganharia novos contornos: a 20 de Fevereiro de 1918, nova diligência é enviada para Vila Franca do Campo, deixando o RI 26 em uma situação periclitante no que concerne à falta de oficiais²²⁵ e a 20 de

²²² Oficiais e praças perecidos nas lutas contra os alemães no Combate de Naulila e postos militares do Cubango (Angola -1914) e posto militar de Mazina (1914) e nas margens do Rovuma (1916) em Moçambique. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 74 de 13 de Março de 1918” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 136. Esta listagem foi publicada pelos seguintes jornais: *Diário dos Açores* n.º 7867 e 7868 de 16 e 18 de Março de 1918 e *República* do mesmo período. Neste mesmo mês segue rumo a Moçambique um alferes natural de Santa Maria, e mais oficiais do RI 26 são chamados ao C.E.P.

²²³ No caso das Velas, a força que existente deveria ser incorporada na nova diligência.

²²⁴ Esta diligência passou a comando de um oficial da B2AM em 19 de Agosto.

²²⁵ A 20 de Fevereiro estavam prontos para seguir no primeiro pacote dois subalternos para o CEP e um terceiro para a expedição a Moçambique. De prevenção para provavelmente seguirem para a ilha Terceira, um capitão e três subalternos e tendo marchado para Vila Franca do Campo uma diligência com um capitão e um subalterno, a instrução de recrutas ficou sem um único oficial subalterno. O facto de existirem dois aquartelamentos (duplicava o serviço diário) e fornecimento de dois oficiais à Guarda-fiscal; dois ao Comando Militar dos Açores e três em diligência nas freguesias de S. Miguel e Vila do Porto para serviço de vigilância e segurança, agravava a situação. Com a nova incorporação, e estes oficiais fora do regimento, a instrução encontrava bastante penalizada. Por exemplo, para a instrução de tiro ao alvo, o oficial director da carreira não podia ser nomeado para serviço, ficando apenas 8 oficiais (6cap e 2 subalternos, um dos quais na escala dos capitães) para o serviço dos dois aquartelamentos, instrução de recrutas, Escola de Sargentos, aulas regimentais, agentes de ligação e acumulando ainda três deles os diferentes serviços com as suas funções especiais de ajudantes. Caracterizado como contendo um

Junho é pedido a autorização para fazer sair para Água Retorta uma diligência de 15 praças sob comando de um 2º Sargento. Esta diligência seria fornecida pela força aquartelada na vila da Povoação, o que constitui igualmente uma novidade.

Por fim, e a seis de Setembro de 1918, o Comando Militar da Horta é autorizado a fornecer uma diligência de comando de cabo, à ilha do Corvo, decisão que não deverá ser alheia à forte agitação submarina próxima à ilha.

Em virtude de toda esta actividade militar, não será de estranhar uma nova convocação de todas as praças licenciadas no activo e reserva em Abril de 1918²²⁶. O ambiente, que aparenta ser de tranquilidade²²⁷, não a evita assim como a partida de 40 bacharéis²²⁸ para a Escola de Formação de oficiais milicianos.

Tirando estes aspectos, desta data em diante toda a situação poderá ser caracterizada como regular. Nesta fase, o ACRA assume funções e torna-se a mais alta identidade na região. A base naval americana já se encontra em plenas funções e as simbioses entre duas as nações em plenamente execução. Continuam os juramentos de bandeira (aos quais preside o ACRA, e têm como convidados muitas vezes os comandantes navais portugueses e americanos), e apenas em Janeiro de 1919 se verificam novos movimentos pertinentes, nesta fase já de desmobilização.

A razão deste atraso está relacionada com o dissipar da vaga de gripe espanhola nas ilhas. Nesse primeiro mês do ano novo, são louvados os sete médicos militares²²⁹ pelas provas de desinteresse, esforçado trabalho e dedicação prestados no desenrolar da gripe, e mandadas regressar ao corpo as diligências da Praia da Vitória e forte de São Sebastião²³⁰. Em meados do mês, o CMH pediria autorização para fazer recolher à sede as diligências estacionadas no Pico, no Faial, nas Flores e no Corvo, por a epidemia estar quase extinta e parecer-lhe já desnecessária a sua manutenção no local, o que seria autorizado²³¹.

elevado efectivo, o comandante do RI 26 teme pela falta de quadros de comando de modo a assegurar a disciplina e a fiscalização convenientemente dos serviços, sendo esta situação também agravada pela falta de sargentos. Em exposição ao CMA, conclui que na eventualidade de um ataque à ilha não existiriam quadros necessários para comandar as forças de segurança e defesa, o que atendendo à presença entre nós de tropas americanas se podia traduzir numa situação crítica e talvez deprimente para o bom nome do Exército Português, pelo que solicitava urgentes providências, visto pender sobre ele o que considera ser uma tremenda responsabilidade do ponto de vista da disciplina e da instrução.

²²⁶ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4325 de 06 de Abril de 1918.

²²⁷ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4327 de 20 de Abril de 1918.

²²⁸ A sua partida é referenciada no número seguinte, assim como a de um alferes para Lisboa.

²²⁹ Um tenente-coronel, um major, um tenente, dois alferes e dois aspirantes.

²³⁰ Eram estas diligências constituídas por trinta e duas praças.

²³¹ Excepção feita à das Velas, por estar a decorrer um processo de averiguações. A das Flores também só seria recolhida mais tarde, a pedido do GCH, provavelmente por motivos sanitários ou de manutenção da

Em inícios de Fevereiro, seria a vez de recolherem à sede as diferentes diligências espalhadas nas ilhas de São Miguel e Santa Maria, tendo apenas por excepção a da Povoação, que deveria ser rendida por determinação do ACRA²³². Três meses depois seriam retiradas as diligências estacionadas nos Arrifes e nas Feteiras, podendo estar na origem da sua demora (ou no caso dos Arrifes, da ida) problemas de manutenção da ordem pública, uma vez que se aguardou indicações do GCPD.

Em Março, inicia-se o regresso dos militares continentais destacados para os Açores, com a retirada do primeiro-cabo da Companhia de Telegrafistas de Praça, entretanto adida à BAG na Horta. Começava a esmorecer o sonho de um centro de Aviação Naval nos Açores. Seria também o mês em que o ACRA louvaria os seus assessores, iniciando-se o seu retorno a casa²³³.

Entretanto, são dadas instruções aos Presidentes da Comissão da Avaliação distrital as relações dos prédios requisitados, com destaque para a da ilha Terceira, que acumula com os edifícios do concelho da Horta. Este movimento, desencadeado logo a três de Janeiro, tem como objectivo devolver os prédios que não estejam permanentemente ocupados, com vista a poupar-se o erário público. Esta seria a mesma preocupação no final do mês na entrega do quartel provisório do 2º Batalhão do RI 26 (na rua do Castilho, em Ponta Delgada), entretanto recolhido ao convento de São João. A questão que se coloca em ambos os regimentos é a seguinte: aonde se coloca a futura primeira incorporação? Se, no caso de Ponta Delgada, a questão parece ter sido relativamente pacífica, no caso angrense não o seria assim. Instalada na designada “parte urbana” do prédio da Graça, pertencente ao Ministério das Finanças, a

ordem pública. O material de artilharia utilizado nas Flores apenas chegaria à B1AM em 19 de Junho de 1919 e, perante o pedido de apoio para que o único camião militar transportasse as peças, foi comunicado pelo CMA que o mesmo não pertencia ao comando. Efectivamente, estava ligado a uma unidade muito especial, como se poderá verificar no capítulo sobre a aeronáutica. A de Santa Maria não teria vapor em virtude de mau tempo, e acabaria por ser requisitada pelo Administrador do Concelho em inícios de Março. O modo como foram recolhidas foi muito metódico, com vista a poupar-se as finanças públicas.

²³² A acção do ACRA nesta fase encontra-se muito associada a deliberações ligadas ao pessoal, em especial no envio de oficiais para o continente. A 10 de Fevereiro dá-se também a apresentação de um Governador Civil, por ele nomeado.

²³³ Chefe da Secção Militar: capitão de Estado-Maior de Infantaria (EMI) e ajudante-de-campo, João Augusto de Fontes Pereira de Melo; chefe da Secção Civil, Secretário-Geral do GCPD, José Bruno Tavares Carreiro; adjunto e chefe interino da secção militar e ajudante-de-campo, capitão EMI Baltasar Moreira de Brito Xavier e adjunto e chefe interino da Secção Civil e oficial às ordens, capitão EMI António Manuel da Mota e Costa. Será também de referir a entrega da medalha comemorativa com a legenda “Ponta Delgada – Defesa Marítima – 1916-1918” aos seguintes militares, entre outros: coronel de Infantaria António Germano Serrão dos Reis (CMA em 1921), CMPD até Dezembro de 1918; coronel de Engenharia Virgílio Soares de Sousa, IFOMA; coronel do quadro de reserva António Francisco Martins, CMA em Ponta Delgada de 12 de Dezembro de 1917 a Abril de 1918 e coronel do quadro de reserva António Veríssimo de Sousa, CMA em Ponta Delgada a partir de 4 de Agosto de 1918. AMMA– FG, Comando Militar dos Açores, *Ordem de Serviço n.º 26, Pastas de notas*, 1921, FIA 941.

9.^a companhia (metralhadoras) rapidamente se vê em conflito com a Sociedade Filarmónica Recreio dos Artistas. Arrendatária do local por cinco anos, aguardava há já cerca de dois anos que o mesmo lhe fosse restituído, acatando pacientemente o último ano por saber existir uma ordem ministerial nesse sentido, entretanto não cumprida²³⁴.

Aparentemente, após o armistício e à medida que os soldados foram vagando das suas missões relacionadas com o apoio à epidemia, será de crer que a instituição militar passou a dar licenças prorrogáveis até novas directivas e para apoio familiar, aliás como as diligências nas Flores o comprovam²³⁵. Neste sentido justificase o vagar dos quartéis, no caso angrense, do de Santa Luzia, mesmo assim incapaz para substituir o da Graça. Contudo, aparentemente este movimento não foi acompanhado por uma ordem ministerial eficaz para a desmobilização das tropas, ou seja, o movimento ocorre por necessidades imperativas, a todos os níveis, mas faltava ainda a ordem governamental para libertar os militares e fazer cair as incorporações para um nível confortável em todos os sentidos. O próprio ACRA afirma desconhecer as determinações da Secretaria da Guerra sobre o licenciamento, deixando-o ao critério do CMA.

Será de crer que se aguardavam os tratados de paz, em especial o de Versaillhes. No mês de Setembro de 1919, a classe de 1918 já havia sido licenciada e apenas incorporados 50 por cento da correspondente a esse ano, colocando as unidades

²³⁴ Quando o prédio foi requisitado, recolheram à sede da Associação Comercial de Angra do Heroísmo, que os aceitou, sacrificando-se. Tratando-se de uma importante instituição social, com valências no teatro, instrução primária, aulas de música e dança, assim como na promoção do desportivo. Requer, pois, a continuação do contrato assinado e interrompido, uma vez que as necessidade imperativas de outrora já não se colocavam. O CMA questiona o RI 25 sobre o sucedido, em especial sobre a ordem ministerial não cumprida. Como resposta, fica a saber que na altura foi pedido ao GCAH um edifício similar para receber toda a estrutura albergada na Graça, caracterizada como muito complexa. Em inícios de Fevereiro, encontram-se naquele edifício, para além de militares, solípedes e material da 9.^a companhia, carros de munições, arreios e ferramentas do 1.^o Batalhão, aguardando-se entre 50 a 60 recrutas, que tinham que ser alojados na 9.^a companhia. Tal como em Fevereiro de 1918, continuava-se sem um edifício que o pudesse substituir, com a excepção do forte de São João Batista, caso existisse já vaga. A falta de resposta do GCAH aos dois ofícios enviados comprovavam essa lacuna. O quartel de Santa Luzia, entretanto vago, não era capaz de os receber, e o quartel de São Gonçalo havia já recolhido a 4.^a companhia, debatendo-se igualmente com falta de espaço para a 1.^a incorporação. A 24 de Fevereiro seriam as instalações militares da Graça liberadas e entregues ao Ministério das Finanças. Cerca de um mês depois ainda se procurava um espaço condigno, como o Liceu Central D. João de Castro, entretanto vago pela saída da diligência do RI 26 em Angra. Contudo, o seu reitor daria parecer negativo. Fala-se numa dependência daquele edifício de ensino, com entrada pela rua da Misericórdia (?).

²³⁵ A 1 de Janeiro as diligências das Lajes e Fajã Grande recolheram a Santa Cruz, entrando as praças dos contingentes anteriores a 1918 em licenças revogáveis de 30 em 30 dias, ficando apenas por guarnição as do referido ano. Mesmo as praças que ficam no quartel começam a pedir para pernoitar em casa, o que poderá ter sido aceite pelas unidades. Assim, aliviava-se em parte a falta de acomodações que se estava a verificar com a entrega dos edifícios requisitados.

em aflição, por carestia de vigilância ao material deixado à guarda, em especial da B2AM²³⁶.

Quantitativos? Será difícil de avaliar, embora não impossível. A 8 de Dezembro de 1919, o Distrito de Recrutamento n.º 26 envia uma reclamação ao CMA a queixar-se do facto de o RI 26 ainda não ter fornecido o sargento autorizado para satisfazer diversos serviços: recrutamento, taxa militar, estatística, recenseamento animal e de veículos, escrituração, emigração e emolumentos das tropas territoriais que, em consequência do Decreto de Lei 2406 de 24 de Maio de 1916, ultrapassaram os 11.000 homens²³⁷. Será plausível que o DR 25 também tenha movimentado um número similar de militares, mesmo porque o RI 25 acabaria por ser o responsável, no caso da Infantaria, pela defesa de sete ilhas.

Entretanto, continuava o movimento de retorno dos imóveis aos seus proprietários. Em meados de Maio, já faltava apenas a casa do Alto e Baixo, na Rua Conselheiro Medeiros, por ter sido necessária à 6ª companhia e à 1ª incorporação. A sua entrega apenas se tornava possível em virtude do adiamento da 2ª incorporação. As últimas chaves seriam devolvidas a 24 de Setembro de 1919 à Associação Comercial de Angra do Heroísmo²³⁸.

A 28 de Junho, e em virtude da comunicação dos acordos de paz, iniciam-se as manifestações de regozijo, com uma salva de 21 tiros no forte de São

²³⁶ Rapidamente, os serviços de apoio à população civil foram os primeiros a sentir os efeitos. Terminaram as guardas à cadeia e a diligência na vila da Ribeira Grande, requisitada pelo GCPD, foi recolhida. Mediante um pedido de apoio pelo CMAH, o CMPD esclarece o CMA que apenas poderá ser dado caso os amparos não sejam licenciados. A 18 de Setembro o RI 26 tinha 127 praças para os seguintes serviços: regimental e pessoal, impedidos, obras militares, carreira de tiro, IMP, instrução (inclusive metralhadora) e serviços de guarnição e plantão à porta principal. A B2AM não estaria muito melhor. Com 92 praças, das quais algumas muito doentes (existe uma nova epidemia em finais de 1919. Para mais pormenores, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Separata da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, p. 105), o serviço de guarnição e policial abrangia-as na totalidade, de tal modo que muitas vezes os praças nem conseguiam ter dois dias de folga na escala. Só para as peças em Santa Clara eram deslocados diariamente dez homens, três dos quais para as *Armstrong* (carreira de tiro) e as restantes para a peça americana, em virtude da grande distância da casa da guarda à peça (veja-se o apêndice XIII). Necessário será relembrar que a diligência nas Feteiras era outro sorvedouro de pessoal e recursos, e na Horta continuava a existir um sistema rotativo do destacamento de artilharia naquela cidade.

²³⁷ Tendo em conta que o DR 26 é o de Ponta Delgada, este valor apenas se deverá aplicar às ilhas de São Miguel e Santa Maria. Os decretos de lei 2406 e 2287 são os grandes responsáveis pela mobilização geral das tropas, uma vez que chamam os mancebos às juntas militares ou inspecção militar. Reclama-se por ser muito serviço para quatro sargentos, dois dos quais muito idosos.

²³⁸ Este facto não significa que todas as contas estivessem saldadas. A 31 de Março de 1922, o CMH comunica ao CMA que tem recebido várias queixas pelo facto de o MG ainda não ter pago rendas em dívida desde o tempo da guerra. Temos, pois, a de um quarto no Monte da Guia (guarda e vigilância à baía de Porto Pim); casa n.º 6 da rua da Conceição (para a 8ª Companhia); um quarto na rua Serpa Pinto para vigilância da cidade junto à Polícia Cívica; uma casa junto à peça na vigia dos Mortos e o aluguer de uma loja junto à amarração dos cabos submarinos.

Brás. A 9 do mês seguinte, o MG mandaria licenciar todos os oficiais milicianos que o requeressem, os restantes que estivessem em condições de o fazer e ou que fossem funcionários do Estado²³⁹. Com a assinatura do tratado de Versailhes, o ministro faria cessar um conjunto de circulares do ano de 1916 relacionadas com a Guerra, não liberando ainda na totalidade os graduados das suas funções militares. Em meados de Setembro, seria desvinculada rapidamente uma segunda vaga de oficiais, e uma primeira de sargentos, com reservas para os promovidos por excepção ou condecorados com medalhas de Cruz de Guerra de 1ª e 2ª classes, ou Medalha de Valor Militar, CEP (e com determinados dias de serviço), expedições ao Ultramar e oriundos da Escola Militar. Igual sorte teriam sargentos milicianos de praça voluntária e oficiais do quadro permanente²⁴⁰.

Em inícios de Agosto, seria dada atenção às diligências do Campo Entrincheirado de Lisboa em Ponta Delgada e Horta. Na primeira, encontravam-se cinco oficiais, dois sargentos e 50 soldados, ao que tudo indica, para manobramento das cinco peças *Armstrong*. O seu material original, as duas peças de 15 cm, modelo k 1886²⁴¹, estaria na Horta, com a sua diligência composta por um oficial, um sargento e 21 soldados. Três dias volvidos, era dada a ordem pelo MG para o seu regresso (assim como do material) ao continente. Pela mesma data, os militares americanos declaravam a retirada de todo o seu pessoal de junto das peças de artilharia em Santa Clara e Feteiras, ficando apenas um técnico para manutenção²⁴². Em cerca de um mês, ficou o

²³⁹ Excepções feitas para os que tivessem feito parte do CEP ou das expedições ao Ultramar.

²⁴⁰ Assim como os primeiros-sargentos. Há pois uma clara destriça nestas vagas de licenciamentos. Só seriam licenciados por deliberação do Congresso da República e a pedido feito pelos próprios. Aparentemente, haveria uma certa atenção que se pretendia dar aos que se haviam destacado no conflito. Na nota enviada, a Secretaria da Guerra refere que uma das disposições será a zona de guerra, que deverá ser entendida como o território compreendido entre as bases de desembarque e os postos mais avançados. Outra seria o tempo contado como prisioneiros de guerra, desde que não existisse procedimento contra o militar. Esta situação poderia estar relacionada com eventuais compensações financeiras.

²⁴¹ Este material havia sido adquirido por Fontes Pereira de Melo à fábrica *Krupp*. No caso das duas peças utilizadas nos Açores, seriam da última remessa, a de 1886. Sobre mais pormenores sobre este material, veja-se Comissão Executiva para a Instalação do Museu de Artilharia de Costa na Bateria da Parede (CEIMAC), “O Campo entrincheirado de Lisboa” in *A Artilharia e a Defesa da Costa da Barra do Tejo a Cascais nos Séculos XIX a XX – O Museu de Artilharia de Costa*, Sep. Do Boletim da Artilharia Antiaérea, n.º 5, II série, Outubro, Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, Cascais, 2005, pp. 16-23. Na Horta, este material foi montado no castelo da Greta e vigia dos Mortos, sendo recolhido no forte de Santa Cruz em meados de Janeiro de 1919.

²⁴² Nesta fase, a entrega das peças ao governo português ainda estaria a ser deliberada pelo governo americano. Os quartéis provisórios também seriam cedidos. No caso específico da peça das Feteiras, o seu quartel era uma barraca de madeira coberta de tela, interiormente dividida em três compartimentos em razoável estado de conservação e um barracão de zinco, dividido da mesma forma e em muito mau estado. Tendo em conta que as peças apenas seriam desmanteladas em 1931, que sempre estiveram guardadas e que o clima na área é muito agreste, será de crer que as autoridades portuguesas tenham feito uma casa da guarda mais condigna, em pedra. No local investigado constatou-se a existência de uma

Comando Militar de Ponta Delgada com responsabilidades acrescidas, com duas novas diligências e uma grande escassez de oficiais, uma vez que já não poderia contar com os da BAG. Com um percurso superior a quatro quilómetros, todos os subalternos são integrados, independentemente da sua situação ou local de trabalho.

Em Agosto de 1919, consegue-se ter a clara noção do material de artilharia portuguesa nos Açores. Para além das duas peças *Krupp* de 15 cm e das cinco peças *Armstrong* 10 cm, existem ainda duas peças *Hotchkiss* 47 cm, desembarcadas do *Vasco da Gama* em 21 de Agosto de 1918, assim como seis peças de 9 cm modelo 1875 (vc), e respectivos carros de munições, arreios, etc., entregues pelo Depósito de Material de Guerra à B1AM (material dito impróprio para uma unidade de artilharia de montanha). Todo este material seria retirado e enviado para Lisboa²⁴³.

As duas peças americanas de 7 polegadas (17/5/45) teriam o mesmo destino, embora em 1931, por ordem ministerial via Delegado Especial do Governo da República nas Ilhas Adjacentes. Efectivamente, a partir do momento em que foram entregues ao governo português, foram mais os custos que o usufruto. Em 1920 eram vários os gastos a realizar nos edifícios do corpo da guarda de Santa Clara, ainda sem luz eléctrica²⁴⁴. A das Feteiras tinha ainda o quartel em boas condições, excepto uma casa cujo telhado de zinco havia sido levado pelo vento. Em 1922, as instalações cedidas pelos americanos já se encontravam em péssimas condições, com os paióis a sofrerem graves infiltrações pelas coberturas e pelo chão, e as obras de 1920 ainda não haviam sido concluídas. Encontravam-se as peças à chuva, sem capas de protecção e os maquinismos de pontaria praticamente inutilizados. Já não existia pessoal capaz de as guarnecer, esperando-se nova escola de recrutas que, mesmo assim, poderia não servir

estrutura muito antiga, tipo arribana, com uma janela entaipada virada para o mar. Poderá ter sido construída com este objectivo (o apêndice XIV). A 9 de Agosto os militares portugueses iniciariam a guarda às peças, inclusive à situada no secadouro do bacalhau, em Santa Clara.

²⁴³ Com excepção das duas *Armstrong* instaladas na Carreira de Tiro em Ponta Delgada. Em 1930 seria autorizada a fundição de uma peça de bronze BEC 8 cm m/1860, para a renovação dos seus trilhos. As restantes teriam ordem de embarque a 29 de Setembro de 1919 mas o processo desenrolar-se-ia até ao final do ano. Na sua execução, seriam destruídos os espaldões das três peças do Alto da Mãe de Deus, uma vez que estas se movimentavam em carris cravados no cimento. As unidades do BAG estavam, pelo menos no final da guerra, subordinadas por ordem ACRA ao comandante de Artilharia no Arquipélago dos Açores, major Rui Pedro Soares, cuja única missão era a de prevenção permanente na defesa dos portos e serviço de vigilância, que cessou aquando da data do armistício. Esta diligência seria rendida em finais de Março de 1919, pelo que será de crer que se aguardava a assinatura do Tratado de Versaillhes para a desmobilização total das tropas.

²⁴⁴ Casa da guarda, guaritas, retretes, cozinha, casa de banhos, tarimbas, etc.

caso o material portátil não fosse substituído²⁴⁵. Acabariam por ser embarcadas a 27 de Maio de 1931 a bordo do navio *Corvo*, da firma Bensaúde²⁴⁶.

Em jeito de conclusão, poder-se-á dividir a mobilização das forças nos Açores em duas fases distintas: antes e depois da entrada de Portugal na guerra. No segundo caso, ainda será verosímil destrinçar dois estádios, correspondentes às fases antes e depois do ataque a Ponta Delgada. Integrando essencialmente soldados açorianos, na primeira fase dar-se-ia um passo maior que a perna. Chamou-se ao quartel os homens em idade produtiva sem se pensar muito nas consequências. Não existiam quartéis para alojamento, nem o material de aquartelamento necessário e, pior ainda, nem o respectivo material bélico condigno à missão. Paralelamente, estava-se a retirar a mão-de-obra a uma região com capacidade produtiva limitada e em grande parte desviada para a exportação. Desta forma os resultados tornavam-se nefastos. Os campos começaram a ficar abandonados, as culturas a escassear, os núcleos familiares e as exportações afectados, arrastando consigo a precária qualidade de vida. De um extremo passa-se ao outro. Desmobiliza-se sem olhar às próprias necessidades funcionais das unidades militares, voltando-se a um ponto inicial da guerra, quando esta ainda estaria ainda muito afastada da vida açoriana. Contudo, em finais de 1915, a realidade já era muito diferente da de 1914.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, os Açores acompanham a tendência do resto do país. Mobiliza-se. Contudo, velhos problemas vêm à ribalta e começa-se a procurar um equilíbrio entre o número de homens no interior dos quartéis e nos campos, procurando-se por esta via resolver duas questões essenciais: o trabalho no campo e ganhar o tempo necessário para fazer evoluir todo o processo logístico relacionado com a requisição de novos quartéis, seu apetrechamento, pagamento e chegada de material minimamente decente para equipar as forças, bem como o sempre fulcral material de artilharia.

Se, até 4 de Julho de 1917, esta tendência “mista” é uma realidade, ela deixou de ser detectada a partir do bombardeamento da maior das cidades açorianas. A

²⁴⁵ Nesta altura ainda se pedia para as ilhas o material de artilharia requerido em 1914, ou seja, o operacional para unidades com as características das dos Açores, o de 7 cm M.T.R.

²⁴⁶ Por ordem do MG, a sua desmontagem foi acelerada. Nesta altura, estava para breve a assinatura do contrato de compra do terreno do Chã das Cabeçadas (local onde estava implantada, junto ao pico do Vigário), pelo que ficou sem efeito. Não deixa de ser interessante constatar que a ordem foi dada menos de um mês após a rendição dos revoltosos dos Açores, no movimento de 1931 contra o governo. Órgãos de comunicação social em Abril de 1931 referem que ainda terão sido testadas pelos revoltosos. Fonte não confirmada refere que foram instalados no Reduto de Gomes Freire (Lisboa), mantendo-se aí até finais da Segunda Guerra Mundial (<http://www.ama.org.pt/?q=node/107>).

partir dessa altura, cada vez mais se verificam saídas de diligências para todas as ilhas e já não apenas as fundamentais, por duas razões essenciais: controlo dos meios de transmissão e apaziguamento da população civil, inquieta. Esta situação choca precisamente com a fase mais acutilante da carestia dos meios de subsistência públicos, que, se anteriormente já eram periclitantes, a partir dessa fase ainda mais se tornariam. A transição de 1917 para 1918 terá sido um bom exemplo das dificuldades na manutenção da ordem pública, como adiante se verá.

O apoio americano seria então fundamental, principalmente em questões básicas como o trigo. Mesmo absorvendo uma parte das produções locais, a base americana traria um grande alívio às autoridades administrativas, chegando mesmo a várias ilhas ou auxiliando o apoio das mesmas entre si, de modo a obviar as lacunas à medida que fossem aparecendo.

Com o armistício, os problemas subsistem. Cria-se um ambiente de expectativa. Num país pobre e numa região à qual o dinheiro governamental afluía com muita dificuldade, as autoridades militares optam por voltar ao sistema “misto” de anteriormente. Com esta medida, além de auxiliarem a população, poupavam nas despesas diárias (da qual a alimentação era uma das maiores) e começam a ganhar condições para recolher as diligências, libertando-se do pesado fardo que as rendas dos quartéis requisitados constituíam para o Estado, mas que, em questões práticas, estavam em muitos casos consignadas aos conselhos administrativos dos regimentos.

Esta recessão das tropas seria feita em dois tempos: o das unidades - o tempo real da crise, que perduraria durante 1919 -, e o estatal, que aguardava o desfecho de toda a situação nos acordos de Paz. A comprová-lo, temos o fim do DCA e a documentação encontrada, que aponta claramente para uma desmobilização em massa a partir do fim do Verão.

Novamente se verifica uma perícia por parte das autoridades, neste caso mais em particular, da militar. Levantava-se a questão: defender para alimentar ou alimentar para depois defender? Tratando-se de duas faces da mesma moeda, o equilíbrio era muito frágil, principalmente depois de constatada a fraqueza na defesa das ilhas. Com uma defesa assente no Exército de terra, não haveria muita margem para dúvidas. O apoio humano oriundo do continente era limitadíssimo (pelo contrário, os oficiais açorianos não teriam complacência estatal), assim como o apoio material. A solução passaria por tentar colocar o máximo possível de militares a defender os principais pontos de acesso às ilhas, que se sabia de antemão bem conhecidos do

inimigo, ideia reforçada por uma constante assédio no mar pelos submarinos. Malogrados muitos interesses individuais, será de concluir que o colectivo foi sacrificado, mas sempre com a tentativa por parte das autoridades de lesar o menos possível. Esta política seria completamente invertida no conflito que resolveria definitivamente a Grande Guerra: a II Guerra Mundial.

3. Episódios de Guerra

O insulto que se esperava a uma das cidades açorianas desde 1914 ocorreu a 4 de Julho de 1917 em Ponta Delgada, por volta das cinco horas da manhã. Em telegrama expedido ao Gabinete da Secretaria da Guerra, o CMPD informa o MG que um submarino inimigo de grandes dimensões havia bombardeado terra em repetidos e intermitentes ataques, atingindo os arredores da cidade até aproximadamente 4 km da costa. O ataque de artilharia naval calibre 12 cm havia provocado uma morte e quatro feridos, bem como estragos em duas povoações rurais. Havia respondido ao fogo a bateria de terra (*Armstrong*) e o cruzador americano *Orion*, surto no porto da cidade. Aquando da expedição do telegrama, o submarino ainda estava à vista. De imediato foram avisadas as quatro diligências do RI 26, de modo a tomar as devidas precauções e a aumentar ao máximo a vigilância da costa. Ao RI 26 foram dadas ordens para que colocasse o Batalhão em prevenção. Foi mandada sair uma força de 50 praças, posicionando-se no lado norte da igreja Matriz, de modo a exercer vigilância sobre as instituições bancárias situadas nas proximidades, e destacadas patrulhas que impediram a permanência do público nas ruas. Durante a noite, patrulhas de quatro praças (revezadas de duas em duas horas) rondavam a cidade, em especial as repartições públicas, com a obrigação de comunicar qualquer ocorrência ao oficial de serviço. À B2AM foram dadas inicialmente ordens verbais para uma vigilância permanente no forte de S. Brás e diligência no Alto da Mãe de Deus. Ao mínimo indício da presença inimiga, dever-se-ia retomar o ataque, inclusivamente com o velho material existente no forte, caso se chegasse à conclusão de que poderia servir, sempre de acordo com a situação e sem hesitações.

Formou-se uma nova diligência em Santa Clara de artilharia de defesa de costa, embora provisória, numa fase inicial. Satisfeita a requisição sobre a chamada zona suja do Posto de Desinfecção em Santa Clara, a 30 de Julho de 1917 ainda se

aguardava por um subalterno para a comandar²⁴⁷. Esta zona suja estava sob responsabilidade do Guarda-Mor, chefe da estação de saúde, e seria disponibilizada a 7 de Julho por intermédio do Comissário de Polícia para o estacionamento das três peças de 7 cm e respectivas guarnições, ficando o comandante da bateria (em virtude da escassez de oficiais) a comandá-la no local. Cerca de mês depois, nova requisição foi feita ao Governador civil, desta feita um barracão telhado no Secadouro do Bacalhau²⁴⁸ e terrenos próximos, para a instalação de um paiol provisório.

À B2AM seria concedido o reforço do destacamento da Mãe de Deus com mais 15 elementos e aumentado o efectivo da diligência colocada em Santa Maria para 18 soldados, com especial atenção para o desembarcadouro dos Anjos e estação rádio-telegráfica da Faneca.

Passado o susto inicial, procurou-se, pois, colocar todo o material, novo ou velho, à vista, de modo a desincentivar novos ataques. Contudo, as ordens são para sustentar o tiro do material antiquado até à última instância, abrindo fogo apenas quando mesmo necessário e com todos os cuidados e mais algum.

As forças são colocadas em prevenção total até nova ordem, e a articulação das forças de artilharia portuguesas com o navio carvoeiro *Orion*, estabelecidas no ângulo sudoeste da bateria da Mãe de Deus por intermédio de uma bandeira encarnada durante o dia e pela agitação de um facho à noite. Ao Governador civil da mesma cidade é pedido que, por intermédio da Polícia Cívica, se evite o debruçar à janela por parte da população litoral aos primeiros sons de disparos de artilharia. O CMPD informa-o das medidas já tomadas em relação às patrulhas; aglomeração de povo e defesa de bens, referindo a proibição absoluta de luz pública ou privada, bem como o lançamento de foguetes ou objectos luminosos, evitando-se assim referências ao inimigo e inconveniências entre a articulação entre o CMPD; capitania do porto de Ponta Delgada e o comandante do *Orion*. Termina por agradecer o que pode fazer por esta causa, “que é de todos nós”²⁴⁹. Em resposta, o GCPD solicita um reforço à guarda da Cadeia Civil com mais seis praças, o que é autorizado. Os dias subsequentes servirão de reflexão e de restabelecimento do orgulho ferido. Assim, no dia seguinte, é suspensa temporariamente a diligência junto à Igreja Matriz por ter

²⁴⁷ Apenas em inícios de Outubro é que seria possível um tenente do quadro de reserva a comandá-la.

²⁴⁸ Requisição feita a 24 de Agosto de 1917. Este barracão ficava à frente do Matadouro de Ponta Delgada e serviu para arrumação de materiais e oficina provisória de trabalhos militares.

²⁴⁹ AHM, CMPD, “Ofício nº 367 de 4 de Julho de 1917” in *Livro de Correspondência expedida de 23 de Julho de 1916*.

cessado o motivo que lhe havia dado origem. Contudo, um piquete de prevenção compatível com todo o Regimento continua a ser nomeado todos os dias.

O mesmo incidente leva a que GCPD, perante o desenrolar do combate, envie o seguinte telegrama ao MI: “Ex.º Ministro Interior Lisboa apareceu submarino defronte este porto navio transporte americano aqui fundeado está atacando inimigo juntamente com bateria de terra. Gov. Civil R. Salgado”²⁵⁰. De seguida, informa os Governadores Civis de Angra e Funchal sobre a ocorrência, referindo que o submarino atacou a cidade às cinco da manhã e que já existiam vítimas e estragos²⁵¹. Num segundo telegrama ao MI, refere, para além da hora do ataque, que o submarino surgiu a sudoeste de Ponta Delgada, disparando oito tiros, aos quais o *Orion* respondeu com 15, minorizando as baterias de terra em virtude do seu pequeno alcance. Como danos, refere a queda de uma granada na Fajã de Cima e três nos subúrbios da cidade, sendo de lamentar a morte de uma rapariga, assim como quatro feridos²⁵². No momento, o submarino ainda se encontrava à vista e parecia querer renovar o ataque, encontrando-se abrigado junto de um barco de cabotagem²⁵³.

No dia seguinte ao ataque a Ponta Delgada, o governador civil agradece ao cônsul americano e em nome da tão dolorosamente experimentada população do distrito, o valioso e importante auxílio prestado pela artilharia do *Orion* na sua defesa²⁵⁴. Se por um lado o ataque faz despoletar um ambiente afável à presença americana, bem manifestado na criação, por exemplo, na cervejaria *Orion*²⁵⁵, também origina um movimento de solidariedade para com as vítimas do bombardeamento²⁵⁶.

²⁵⁰ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 04 de Julho de 1917 para o Presidente da Câmara Municipal de Lagoa” in *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917*.

²⁵¹ *Idem*. Solicita que se informe a Horta. O CMA deverá ter sido avisado em simultâneo, embora por uma unidade militar, uma vez que nesse dia responde ao comandante militar, dizendo que já havia expedido com a maior urgência as instruções para a maior atenção ao mar e aturada e cuidadosa vigilância nas áreas das freguesias.

²⁵² Que posteriormente seria visitados por ele no Hospital.

²⁵³ *Idem*.

²⁵⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício 83 de 05 de Julho enviado ao Cônsul Americano em Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 442. De referir também a entrega de uma taça de prata, uma verdadeira obra de arte, como é designada, como prova de reconhecimento da cidade ao comandante do *Orion*, J.H. Boesh, pela defesa da mesma. Tratou-se de uma iniciativa da Câmara de Ponta Delgada. Criou-se também uma subscrição pública para o efeito, ficando a taça em exposição numa casa comercial da mesma cidade até à entrega. “Oferta”, *Açoriano Oriental*, n.º 4323 de 23 de Março de 1918.

²⁵⁵ “Sorvetes”, *Açoriano Oriental*, n.º 4338 de 6 de Julho de 1918. Poderá também referir-se os cigarros *Orion* ou as bolachas *Orion*.

²⁵⁶ O GCPD envia um ofício à Comissão de Assistência a Desconhecidos, a referir que a Comissão de Assistência do Distrito de Ponta Delgada tencionava prestar toda a ajuda possível, embora fossem poucos os meios ao seu dispor. Com vista à atribuição de um subsídio mensal, optou-se pela abertura de uma

No mesmo dia e com urgência, é também convocada para uma reunião com o cônsul britânico e com o director da estação do cabo submarino²⁵⁷. Uma vez afastado o *Deutschland*²⁵⁸, a única informação possível para o identificar ao MI foi um cálculo estimado numa tripulação de 20 homens²⁵⁹; uma tara estimada em cerca de 500 toneladas e a tomada do rumo para Sul. Aos administradores dos concelhos, informa do rescaldo: um morto, quatro feridos, um deles grave, uma casa destruída e outros estragos. Como conclusão, refere que o transporte de guerra americano repeliu o inimigo²⁶⁰. No dia seguinte, é expedido novo telegrama parcialmente cifrado ao MI, relatando que no dia 3, um navio desconhecido havia sido torpedeado a 150 milhas leste de Santa Maria. Roga-se a atenção do governo e refere-se estar a população tranquilizada²⁶¹.

De imediato ficam os pescadores proibidos de ir ao mar, medida que a 21 se mantinha, originando protestos desta classe, por se sentirem prejudicados, assim

subscrição pública (para a qual concorre com 50\$00), esperando-se a sua participação por entrega no próprio GC ou na redacção dos dois jornais diários da cidade. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 86 de 20 de Julho enviado à Comissão de Assistência a Desconhecidos” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 415.

²⁵⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício 86 de 20 de Julho enviado ao Cônsul de S. M. Britânica no concelho de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 442. Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas. 1ª Secção, pág. 443.

²⁵⁸ O Diabo na forma de submarino, conforme o retrata Augusto Cabral na Revista Micaelense n.º 1, 1918. O *Deutschland* era provavelmente o submarino mais conhecido dos micaelenses, uma vez que os seus feitos enquanto submarino – cargueiro eram noticiados pelo *Açoriano Oriental*. No seu número 4238 de 5 de Agosto de 1916, é noticiada a sua chegada aos E.U.A., furando o bloqueio dos aliados. Sem armamento, trazia 750 toneladas de produtos químicos e tintas, para carregar, em princípio, níquel e borracha. Era comandado pelo Capitão Kairing e havia sido lançado à água em Março do mesmo ano. O pioneirismo desta embarcação é minimizado pelo Almirantado Inglês, que prefere realçar o domínio dos mares e a pouca valência económica deste tipo de comércio (“O submarino *Deutschland*”, *Açoriano Oriental* n.º 4250 de 28 de Outubro de 1916). Uma vez estalada a crise com os E.U.A., o *Deutschland* não mais voltaria aquele país, apesar de esperado. Os órgãos de comunicação social americanos tomaram-no como cativo dos ingleses, mas, ao que se aponta na época, não teria mesmo saído da sua sede. “Notícias da América”, *Açoriano Oriental*, n.º 4272 de 31 de Março de 1917.

²⁵⁹ Por informação da tripulação do barco de cabotagem arrastado pelo submarino, cujo comandante foi interrogado pelo comandante alemão. Este barco era procedente de Santa Maria. *Idem*.

²⁶⁰ BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 04 de Julho de 1917” in *Livro 288...*, *Ibidem*.

²⁶¹ Em telegrama não datado e com muitas lacunas, o CMA pede ao capitão do Porto de Ponta Delgada para que “informe sobre a barragem em cuja construção pode utilizar tropas portuguesas de terra. Informe telegraficamente este comando as medidas agora adoptadas e qualquer ocorrência que se der. Digne-se também informar estado da população civil relatório sobre salto ineficácia defesa actual e oriente propaganda futuras medidas de defesa”. Este telegrama poderá estar relacionado com a fase após o ataque a Ponta Delgada, podendo ser a barreira a rede metálica contra torpedos que António José Telo refere na sua obra. Telo, A. J. , “O papel dos Açores no novo dispositivo para controlo do Atlântico” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 120 e também referida por Rodrigo Alvares Pereira.

como da população²⁶². Outro problema equacionado foi o do paiol em Ponta Delgada. E se este tivesse sido atingido? Em resposta ao Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal, o comandante militar de Ponta Delgada refere ser difícil avaliar a segurança do mesmo, em virtude da potência da artilharia da alemã. Mesmo antes de receber o ofício camarário, já tinha diligenciado junto do governador civil pela segurança dos habitantes da redondezas do paiol, em virtude de não existir segurança absoluta num raio de alcance que poderia atingir um quilómetro de diâmetro consoante as diferentes variáveis em equação. Este acusou recepção e referiu tomar diligências por intermédio da Polícia Cívica. No mesmo dia e à mesma autoridade é referido saber-se pela imprensa diária que no domingo seguinte haveria um espectáculo no Coliseu Micaelense²⁶³. No interesse da defesa da cidade, seria pois necessário adoptar as respectivas providências para que do exterior não se visse qualquer tipo de luz, nomeadamente pela sua cúpula envidraçada, janelas e frentes do edifício.

Entretanto, iniciam-se as diligências para a construção de um novo paiol, provisório, cuja autorização de verba por parte do Ministério da Guerra a 17 do mesmo mês permitiu que se iniciasse a procura do melhor local para a sua construção - uma pastagem com casa telhada, sita em Mornizes²⁶⁴, na vertente norte da Serra Gorda.

No rescaldo no ataque, a crítica não demora por se fazer sentir. Escreve Ayres Jácome Correia, procurador à Junta Geral do Distrito no *Açoriano Oriental* de 14 de Julho de 1917:

“Agora que os factos demonstraram a insuficiência da defesa da ilha perante a ameaça dos submarinos alemães, e que está bem provado que a responsabilidade recai nos governos ditatoriais da República, nas Câmaras Legislativas e sobretudo nos representantes do Distrito que não souberam demonstrar a situação mais que grave da falta de artilharia moderna e munições de que dispunham as baterias de S. Brás; quando todos reconhecem a incapacidade dos fortins espalhados pelas costas agora, a ilha tem que tratar da sua defesa e o sacrifício de todos impõe à dignidade e garantias das vidas e das propriedades da população.

²⁶² Uma vez retirada a proibição, são multados 14 mestres de barcos de pesca por transgredirem as ordens da Capitania do Porto, acendendo as lanternas de noite no mar, o que é apoiado pelo *Açoriano Oriental*. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4289 de 28 de Julho de 1917.

²⁶³ No contributo militar para o lazer público desta fase difícil, destaca-se o papel da Banda Regimental, autorizada a tocar todas as quintas-feiras e domingos (desde que não fossem feriados nacionais), na praça 5 de Outubro, das 18 às 20 horas.

²⁶⁴ A sua construção começou em inícios de Outubro e estaria concluída a 27 de Janeiro de 1918. Contudo, como os níveis de humidade eram muito altos, este paiol foi abandonado pouco depois do Armistício.

No dia em que foram concedidas as armas de infantaria portuguesa para o armamento do Exército inglês, o Governo de então assumiu a grande responsabilidade de, ignorando a sequência dos factos, deixar sair armas e munições de Portugal; no dia em que declaradamente foi organizada a guerra naval ao comércio pelos submarinos, ele incorreu no erro de não ter pedido os meios de defesa para as costas das ilhas, ao país que nos podia dar sem sacrifício”²⁶⁵.

Efectivamente, e citando novamente António José Telo, Lisboa tem de solicitar ao exterior as funções mais elementares na defesa do seu espaço atlântico, como seja a protecção dos portos e é com alívio que aceita a oferta britânica de se responsabilizar pelas ilhas. Assim, o esforço português para a participação na guerra é essencialmente terrestre e implica a mobilização e armamento de cerca de 130.000 homens, o que agravava fortemente as já grandes divisões internas, e é um tremendo peso financeiro²⁶⁶. De acordo com o mesmo autor, todos os partidos no Governo encararam a Inglaterra como um forte aliado, principalmente na consolidação do poder interno, pelo que estão dispostos às mais incríveis cedências sem contrapartidas formais. Com o recomeço da campanha submarina no mar do Norte, em Fevereiro de 1916, agravada a partir de Outubro do mesmo ano, os aliados são apanhados de surpresa, recolhendo as suas unidades navais para próximo das suas costas, em virtude de terem poucos navios equipados com cargas de profundidade e hidrofones para protecção dos seus interesses, e pelo facto de os portos das ilhas constituírem autênticas armadilhas²⁶⁷.

²⁶⁵ “A defesa da ilha”, *Açoriano Oriental*, n.º 4287 de 14 de Julho de 1917. Neste artigo apela-se a uma subscrição pública para comprar aos E.U.A. ou à Inglaterra peças de tiro rápido, uma vez que, e procurando não minorizar a acção do *Orion*, refere que “os micalenses não podem nem devem ficar à mercê de um vapor estrangeiro armado em guerra para a defesa do transporte das mercadorias carregadas a seu bordo, por acaso bem posicionado e que se arma em fortaleza de defesa da vida dos tripulantes e em garantia do carvão de abastecimento comprado ou depositado pela casa Coalings para o aprovisionamento dos navios americanos” (*idem*). Refere, inclusive, que a posição do *Orion* podia ter saído caro à população de Ponta Delgada. A defesa da ilha deveria pois assentar em peças de tiro rápido colocadas em zonas altas e nos arredores da cidade, pelo que se clama por este material de 1ª linha para São Miguel e de 2ª para Santa Maria, devido à sua morfologia. Ainda a propósito do bombardeamento, o GCPD é chamado ao senado, sabendo-se que obteve mais tarde uma resposta por escrito do Ministro da Marinha em relação às suas declarações. GCPD. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 05 de Setembro de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 462.

²⁶⁶ Telo, A. J. , “Evolução das relações Luso-Inglesas” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 101.

²⁶⁷ “Um submarino inimigo que soubesse da presença dos navios ingleses podia atacá-los quase impunemente quando estes estavam ancorados no porto e, com alguma sorte, afundá-los antes de ganharem pressão nas caldeiras e poderem sair”. *Ibidem*, p. 97.

A actividade do *Deutschland* poderá não se ter ficado apenas pelo bombardeamento da cidade micalense. A 23 de Julho é ordenado às diligências em Lagoa, Capelas e Feteiras a máxima atenção à observação do mar, e no dia seguinte é autorizado ao comandante da diligência em Santa Maria que satisfaça a requisição do Administrador do concelho na manutenção da ordem pública na vila, em resultado da concentração em Vila do Porto de 90 náufragos de diferentes nacionalidades. Deveria utilizar-se a força com bom senso e máxima prudência. Dois dias volvidos, foram recolhidos a São Miguel os referidos náufragos por diligência do governador civil, que os havia mandado buscar por intermédio do rebocador *Furnas*²⁶⁸.

A partir desta fase, torna-se comum náufragos darem à costa das ilhas. Contudo, não deixa de ser interessante perceber as implicações decorrentes do facto de serem de nacionalidade americana ou não, como o pedido ao cônsul americano em inícios de Agosto o denota. É, pois, pedida uma relação numérica dos oficiais e tripulantes desembarcados na ilha de Santa Maria, para que se possa “habituá-los a apreciar as contas enviadas pelo administrador do Concelho de Vila do Porto com as despesas de hospedagem dos navios, cuja nacionalidade V^a. Ex.^a representa neste Distrito, e bem assim a duração, com indicação de datas da sua permanência”²⁶⁹ na ilha. A presença americana tinha-se tornado assim um alvo apetecível da actividade submarina alemã nos mares dos Açores.

Um pouco por todas as ilhas, instala-se um receio bastante verosímil de novos insultos alemães, não só em virtude das aflitivas notícias oriundas de S. Miguel e da Madeira, como por aquilo a que efectivamente a população assiste. A 7 de Agosto de 1917, é comunicada pelo Comando Militar da Horta a observação feita por um vigia da baleia em Lajes do Pico, sobre a correspondência de um submarino com um navio²⁷⁰. A 21, é enviado pelo governador civil daquela cidade um ofício ao CMA a pedir o que considera ser a necessário para a defesa das ilhas de Pico, Flores e Corvo, reportando o pedido insistente das câmaras e juntas de paróquia, legítimas e imediatas representantes

²⁶⁸ Nem todos vieram a bordo do rebocador *Furnas*. Alguns foram transportados em dois *destroyers* americanos, que aportaram a Ponta Delgada para receber carvão, partindo de imediato. A propósito de visitas de vasos de guerra estrangeiros, é de referir a presença em 1917 de dois cruzadores franceses (um deles o *Descartes*, em Fevereiro) e alguns holandeses. A sua presença foi detectada por intermédio das despesas apresentadas na delegação da 8^a Repartição, responsável pelo pagamento do transporte dos comandantes militares a bordo destas embarcação, para apresentação de cumprimentos. A 24 de Junho, esteve no porto de Ponta Delgada uma esquadrilha americana e, a 30 do mesmo mês, os navios de guerra americanos *Orion* e *Lanson* e os portugueses *5 de Outubro* e *Beira*. A 17 de Agosto, o *Pedro Nunes*.

²⁶⁹ BPARPD – FGCPD, “Ofício 88 de 01 de Agosto de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 447.

²⁷⁰ Afirma ter sido a vinte milhas do sítio onde a força se encontrava estacionada.

do povo. Argumenta que este clama por protecção militar, principalmente quando se sabe que as referidas ilhas têm postos telegráficos submarinos e radiográficos, especialmente apetecíveis em caso de ataque. Esperava-se pois que para cada concelho se enviassem diligências militares fornecidas pelo Batalhão estacionado na Horta, o que seria de grande reconhecimento e gratidão pública. A 19, 22 e 27 de Setembro e a 6 de Outubro, são recebidos no CMA ofícios e telegramas com o mesmo objectivo, oriundos dos Presidentes das Câmaras e das Comissões Executivas das Câmaras de Santa Cruz e Lajes das Flores; São Roque e novamente, Lajes do Pico. Para além de se pedir a defesa dos concelhos em caso de invasão, receiam-se casos de pirataria alemã²⁷¹, pedindo-se para que desse modo seja possível incutir ânimo na população, tornando-se fundamental a sua permanência mesmo em alguns casos para a manutenção da ordem pública²⁷².

A 8 de Outubro, o comandante da diligência em S. Mateus da Calheta participa a passagem de uma embarcação a toda a velocidade, seguida de muito perto por uma segunda que lhe parecia um submarino.

Entretanto, o clima torna-se propício a uma grande instabilidade nos transportes marítimos, e ilhas como a Graciosa ficavam sem ligações marítimas, o que, não sendo novidade, se agravava a partir da segunda metade do ano.

Entretanto, a actividade submarina não cessara no grupo ocidental²⁷³. A 7 de Agosto, o GCPD envia uma quantia ao Capitão do Porto, proveniente das entidades consulares a que pertenciam os navios afundados, cujas tripulações o rebocador *Furnas* tinha ido resgatar à ilha de Santa Maria²⁷⁴.

²⁷¹ O Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de São Roque do Pico até oferece a casa para o futuro destacamento. O facto de no concelho se encontrar a única estação, que telegraficamente colocava o distrito de Angra do Heroísmo em contacto com a capital, era mais do que uma razão plausível para um eventual ataque inimigo. O mesmo é confirmado pelo Presidente da Junta de paróquia de S. Roque do Pico.

²⁷² A 24 do mesmo mês, o CMA é informado pelo CMH que começavam a chegar aos dois concelhos das Flores as diligências. São constituídas por dois sargentos; nove cabos; 34 soldados e um corneteiro para Santa Cruz e dois cabos, 13 soldados e um aprendiz de corneteiro para as Lajes. Dois dias volvidos, deu entrada no CMA, datada de 16 de Outubro, uma representação (tardia) enviada em cumprimento da deliberação da Câmara, a pedir novamente o tão desejado destacamento.

²⁷³ De acordo com José Andrade, em *Concelho de Ponta Delgada – 500 anos de História*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 352, a 8 de Agosto chegaram a Ponta Delgada 88 tripulantes do vapor inglês *Iran*, torpedeado na véspera a 200 milhas de Santa Maria, e, a 11 do mesmo mês, chegaram ao porto dessa cidade os 16 náufragos da barca americana *Christiania*, torpedeada a 200 milhas da costa no dia 7. Refere também que, a 29 de Setembro e 28 de Novembro, a chegada de 39 náufragos da barca francesa *Perseverance* (afundada na véspera) e 10 tripulantes do lugre português *Trombeta* (torpedeado a 23 de Novembro).

²⁷⁴ 30\$00. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 92 de 17 de Agosto de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 451.

A ajuda americana encontrava-se nesta altura condicionada pela burocracia portuguesa. A 9 do mesmo mês, procura-se desburocratizar o acesso americano aos seus próprios depósitos de carvão, uma vez que, de acordo com a legislação portuguesa, o fornecimento era restrito aos navios que não fizessem operações de carga e descarga, podendo a demora na tomada de autorizações derivar em graves consequências no serviço de fiscalização e defesa contra os submarinos da base entretanto montada, à revelia do governo português²⁷⁵.

A presença, embora simbólica, dos navios da Marinha de Guerra portuguesa constitui para a população um sinal de que a capital não se esquece dos Açores²⁷⁶, como o governador civil de Ponta Delgada lembra, à despedida, ao capitão-tenente Júdice Biker, comandante do aviso *5 de Outubro*, destacando o apreço e admiração da população pela coragem e espírito de sacrifício demonstrados na vinda destes navios às águas açorianas, referenciadas como muito perigosas.

“Num momento de perturbadora ansiedade em que os exageros de sentimentos conduziram certa gente a um lamentável esquecimento dos deveres impostos pelo brio nacional, eles vieram aqui trazer, acima de tudo, uma afirmação eloquente de que os Açores são bem um pedaço da nossa Pátria e que para a sua defesa esses valentes marinheiros oferecem a vida sem a menor hesitação”²⁷⁷.

O fluxo migratório para os Estados Unidos subsiste. A 11 de Agosto de 1917, é solicitado ao comandante do transporte militar *Pedro Nunes* o transporte para Lisboa de 70 emigrantes madeirenses deixados na ilha de Santa Maria há mais de um mês, por razões não esclarecidas, mas que se prendem com a escassez de embarcações. A pedido do GCPD, a empresa White Star Line estava a pagar o hotel (embora a isso não fosse obrigada), e estas pessoas, sem outros recursos, aguardavam melhor sorte²⁷⁸.

²⁷⁵ Telo, A. J., “A instalação efectiva da base” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 115. Quem coloca a questão da necessidade de desburocratizar o acesso ao seu próprio carvão é o cônsul americano em Ponta Delgada. O decreto que o restringe é o 3204 de 23 de Junho do mesmo ano. BPARPD – FGCPD, “Ofício 92 de 17 de Agosto in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 451.

²⁷⁶ Apesar de Ayres Jacome de Aguiar, no seu artigo “A defesa da ilha”, constatar que “a situação presente, apenas apoiada no cruzeiro de um cruzador que tem que acudir a 9 ilhas e a três distritos, é uma loucura”. “A defesa da Ilha”, *Açoriano Oriental*, n.º 4287 de 14 de Julho de 1917.

²⁷⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício 94 de 10 de Agosto de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 453.

²⁷⁸ Seriam provavelmente vítimas de algum naufrágio. BPARPD – FGCPD, “Ofício 98 de 11 de Agosto de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 457.

Na semana de 21 de Julho, são afundados oito vapores por um submarino alemão ao largo de Santa Maria, dando os náufragos à sua costa²⁷⁹. Na semana de 28 de Julho, o *Açoriano Oriental* publica a chegada dos destroyers americanos que formariam a 1ª Divisão nos Açores²⁸⁰, transcrevendo-se o que um dos comandantes dos navios torpedeados havia dito na baixa de Ponta Delgada, uma vez transportado para esta cidade. O referido capitão havia estado a bordo do submarino e, uma vez lá, disseram-lhe que aquele era o que tinha bombardeado S. Miguel. O submarino alemão, referiu, era de 1.500 toneladas, armado com duas peças de 15 cm. Dispunha igualmente de oito tubos lança-torpedos e havia mais de dois meses que estava fora da sua base de operação, alimentando-se das presas que apanhava²⁸¹.

Sobre a capacidade da Marinha de Guerra Portuguesa, a 1 de Setembro o *Açoriano Oriental* cita um oficial da mesma, que rapidamente fez um ponto de situação em relação à excelente qualidade de construção das embarcações alemãs, assim como as suas excelentes características e habitabilidade. Sobre a sua presença nos mares dos Açores, referiu ser natural, visto ser a passagem obrigatória da navegação para a América. A intitulada “magnífica” espionagem já lhes havia transmitido a capacidade logística acumulada, como pontos de escala. Terminaria por referir que esta ajuda seria preciosa, uma vez que cada vez mais apenas se viam duas esquadras: a dos aliados e as dos impérios centrais, constituindo os Açores uma importante pedra no domínio do Atlântico.

“–E nós? (*Açoriano Oriental*)

- Parte-se-nos o coração, a nós marinheiros, por não podermos colaborar com mais elementos nessa esquadra internacional dos aliados. Mas a culpa não é nossa. Temos a consciência tranquila. Com tão pouco ninguém faria mais. Quando, em anos sucessivos, andávamos por esse país fora fazendo propaganda da defesa nacional, se muitos nos escutaram, não faltou quem pusesse outras medidas em primeiro lugar, e até quem denegrisse a nossa obra patriótica. Em

²⁷⁹ “Torpedeamentos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4289 de 28 de Julho de 1917. No mesmo jornal, é publicada um relato sobre oito marinheiros que foram feitos presos a bordo de um submarino alemão e posteriormente colocados num campo de concentração. “Barbaridades dos Alemães”, *Ibidem*.

²⁸⁰ Chegaram a 26 de Julho de 1917. Telo, A. J., “A instalação efectiva da base” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 115.

²⁸¹ “Destroyers americanos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4289 de 28 de Julho de 1917. Em finais de Agosto, o correspondente de Santa Maria queixa-se ao jornal pelo facto de, com tanta protecção, o *San Miguel* ter deixado de escalar aquela ilha. “Crónica de Santa Maria”, *Açoriano Oriental*, n.º 4293 de 25 de Agosto de 1917.

especial aos deputados pelos Açores, a marinha acompanha nas suas reclamações”²⁸².

Entretanto sucedem-se os ataques a embarcações. A 11 de Dezembro de 1917 são entregues ao Capitão do Porto de Ponta Delgada as contas relacionadas com as despesas feitas na ilha de Santa Maria pela tripulação do lugre português *Trombeta*, afundado por um submarino alemão, a entregar ao respectivo administrador do concelho²⁸³.

No dia seguinte, o CMA comunica ao GCPD a mudança do Comando da Ilha Terceira para a de São Miguel²⁸⁴, numa fase em que nos órgãos de comunicação social continuam a ser publicadas notícias sobre a actividade submarina, destacando-se o segundo bombardeamento à Madeira²⁸⁵.

Se a sua acção já era bem notada nos mares, em especial do grupo Oriental, a partir de Janeiro de 1918²⁸⁶ os submergíveis passam a marcar presença junto às costas, com particular interesse em S. Miguel. São vistos no litoral das Capelas; a 4 milhas das Feteiras e, por vezes, foram sentidos estampidos similares a tiro de canhão, sem que se avistasse qualquer embarcação. Esta presença acentuar-se-ia a partir de Setembro do mesmo ano.

²⁸² “Submarinos Alemães”, *Açoriano Oriental*, n.º 4294 de 1 de Setembro de 1917. A este propósito, veja-se Telo, A. J., “A evolução da Marinha Portuguesa e Portugal nas primeiras campanhas submarinas” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, ASA, Lisboa, 1993, pp. 71 a 87 e pp. 92 a 97.

²⁸³ BPARPD – FGCPD, Ofício 144 de 11 de Dezembro de 1917 enviado ao Capitão do Porto de Ponta Delgada *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, p. 3. Entre outros naufragos, os do *Trombeta* foram torpedeados a cerca de 200 milhas de Santa Maria e trazidos para Ponta Delgada pelo caça-minas português *Almirante de Paço d’Arcos*. Diziam ter sido parados por um submarino de 3.000 toneladas, com quatro peças de artilharia, e o navio pilhado, assim como dois vapores noruegueses e uma barca francesa, visando géneros e metais. Foram bem tratados pelos alemães e maltratados pelo navio norueguês por duas ocasiões. “Naufragos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4307 de 1 de Dezembro de 1917. Rodrigo Álvares Pereira também faz referência a submarinos com quatro peças e, para além destes elementos, ainda refere outros torpedeamentos. Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927, pp. 178-179.

²⁸⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício 146 de 14 de Dezembro de 1917 enviado ao Comando Militar dos Açores” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 5. “Decreto 3599 de 23 de Novembro de 1917” in *Ordem do Exército*, n.º 16, 1ª Série, pp. 304 – 308.

²⁸⁵ Realizado a 12 de Dezembro de 1917. Telo, A. J., “O Sidonismo e a base em Ponta Delgada” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p. 132. No *Açoriano Oriental* de 15 de Dezembro refere-se ter sido por peças de 120 e 150 mm, durante uma hora, matando cinco pessoas. Refere também que “os maraus andam ao cheiro das ilhas há muito tempo e já disso nos deram uma pequena cautela. Cautela, muita cautela”. “Novo ataque à Madeira”, *Açoriano Oriental* n.º 4309 de 15 de Dezembro de 1917.

²⁸⁶ A 20 de Janeiro é o CMA informado pelo CMPD que havia sido visto um a passar junto à costa, submergido seguindo rumo para Leste.

A chegada à costa de náufragos gerava, para além de possíveis problemas na manutenção da ordem pública, problemas de outra natureza. A 19 de Janeiro de 1918, o *Açoriano Oriental* publica uma fortíssima crítica social do seu correspondente em Santa Maria, que, para além de anunciar a chegada de náufragos de navios torpedeados àquela ilha, acusa meia dúzia de “garotos” de roubar os pobres náufragos, mal acabam de chegar. Para além do aproveitamento da desgraça alheia, segue-se uma escandalosa exploração, sem que se processe qualquer tipo de investigação, enxovalhando toda uma população honrada sem que as autoridades procedam como devem, com senso e critério. E pergunta: “porque não procedem?!...”²⁸⁷.

Efectivamente, órgãos de comunicação social como o citado jornal não reconhecem a essência micaelense ou açoriana em determinadas situações. Um outro exemplo poderá ser na efeméride de um ano após o ataque a Ponta Delgada. No *Açoriano Oriental* estranha-se que por parte da sociedade, sempre tão solidária, nada se tivesse feito para evocar o acontecimento, em especial uma manifestação contra o bombardeamento que vitimou a criança Tomásia Pacheco, na Fajã de Cima, nem que fosse um cortejo fúnebre²⁸⁸.

Entretanto, a insegurança generalizada motivada pela guerra submarina mantinha-se nas ilhas. A 13 de Abril de 1918, a população de Vila Franca do Campo viu passar um submarino e um hidroavião junto à costa, pelo que de imediato se invocou a protecção de Nossa Senhora da Paz²⁸⁹. Na semana de 4 de Maio, daria à costa da vila da Praia, na Graciosa, um bote vazio. Pertencia ao *Indian*, torpedeado próximo da ilha do Faial²⁹⁰. Em meados do mês, 35 náufragos de um vapor inglês dariam à costa de São Miguel para, no fim do mês, outros sete, igualmente ingleses, irem parar à ilha Terceira²⁹¹. Por esta altura, em Vila Franca do Campo seriam ouvidos tiros de peça de artilharia de um grande cruzador que avançava a grande velocidade²⁹².

²⁸⁷ “Correspondência de Santa Maria”, *Açoriano Oriental*, n.º 4314 de 19 de Janeiro de 1916.

²⁸⁸ A Tomásia Pacheco morreu atingida por lascas de granada. A filarmónica *União Fraternal* foi a única entidade que lhe prestou homenagem, mandando rezar uma missa. “Nota a destacar”, *Açoriano Oriental*, n.º 4339 de 13 de Julho de 1918. Era filha de João Pacheco. A efeméride da morte de alguém ilustre ou, neste caso, por uma razão especial, por intermédio de um cortejo fúnebre até à sua tumba, com posterior discurso, foi detectada por mais de uma vez na presente investigação.

²⁸⁹ Provavelmente seriam americanos. “Notícias de Vila Franca do Campo”, *Açoriano Oriental* n.º 4327 de 26 de Janeiro de 1918.

²⁹⁰ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4330 de 11 de Maio de 1918.

²⁹¹ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4333 de 1 de Julho de 1918.

²⁹² “Noticias de Vila Franca do Campo”, *Açoriano Oriental*, n.º 4333 de 1 de Julho de 1918.

Durante o mês de Agosto de 1918 surgem vários boatos sobre a possível acção de uma quinta-coluna na principal cidade do arquipélago, levando a um novo reforço da guarda ao cabo submarino²⁹³. Foi editado um conjunto de disposições reguladoras da circulação de veículos, em que o CMPD transmite ao governador civil a necessidade de o serviço policial exercer vigilância sobre os veículos, em particular os automóveis que circulem no caminho de Rosto de Cão em condições que ofereçam suspeitas, detendo-os em caso de anormalidade. Uma vez que não tinha alçada directa sobre os guardas da estação do cabo telegráfico, estes deveriam ser instruídos sobre aquelas disposições. No caso de prisão de suspeitos, deveria a Polícia Cívica ir buscá-los ou, então, requerer ao piquete do RI 26 o seu transporte, que avançaria quando solicitado pelo comissário ou pelo comandante da guarda.

Esta ideia da acção de uma “espionagem” ou de possíveis actos de terrorismo²⁹⁴ poderá ser reforçada pelos seguintes aspectos: do Comissariado da Polícia Cívica é enviada ao CMPD uma participação do comandante da guarda ao cabo telegráfico de acontecimentos passados na noite de 15 para 16 de Agosto, e pelo aparecimento de dois distritos de ronda do RI 26 em consequência de anomalias, nomeadamente para a cadeia e cabo submarino. Contudo, desconhece-se o que efectivamente se passou. Provavelmente, na sequência do acontecimento foi requerido poucos dias depois ao Administrador do Concelho uma carruagem de tracção animal para o comandante militar de Ponta Delgada, o comandante do Porto, bem como os comandantes dos navios portugueses surto no porto, fazerem um reconhecimento de S. Roque, com especial destaque para toda a área envolvente do cabo submarino.

Em finais desse mês, o *Açoriano Oriental* noticia um possível combate naval entre o caça-minas *Augusto de Castilho* e um submarino alemão próximo da barra de Lisboa. Referindo não se saber grandes pormenores, avança com duas variantes da notícia. A primeira é que o *San Miguel* havia sido atacado por um submarino, ao qual o *Augusto de Castilho* respondera com 22 tiros, afastando-o. Outras fontes referem

²⁹³ A partir de 4 de Agosto.

²⁹⁴ Este ocorreria no mar dos Açores. Num artigo publicado pelo *New York Times*, de 5 de Outubro de 1916 anuncia-se a atracagem de emergência do vapor italiano *Milazzo*, com a carga de três porções em chamas, na cidade da Horta. De acordo com o agente do navio, não existiam dúvidas sobre a origem criminosa do incêndio (sob a forma de bombas incendiárias escondidas entre as sacas de açúcar), na sequência de vários outros casos, alguns dos quais que acabariam também por se socorrer do porto daquela cidade, como o *Sant’Ana*, da Fabre line. Refere-se que o *Milazzo* é o maior navio de carga italiano a fazer a travessia Génova-Nova Iorque, e que transportava para além de açúcar, aço e sedas, 100 toneladas de explosivos para o governo italiano. “Italian ship on fire puts in at Azores” in http://spiderbites.nytimes.com/free_1916/index.html, 5 de Outubro de 1916.

apenas que o submarino havia surgido próximo do Cabo da Roca às seis da manhã, três horas após o *San Miguel* ter entrado na barra de Lisboa, tendo o *Augusto de Castilho* saído no seu encalço²⁹⁵.

Cada vez mais se levantava a questão de um possível ataque a um navio da carreira das ilhas. A 7 de Setembro foi reforçada a guarda ao farol do porto de Ponta Delgada; a 10, ordenada a mais rigorosa prevenção às baterias da mesma cidade e, a 11, dadas indicações à diligência na Povoação para que aumentasse a guarda no morro da vila, para maior vigilância do Oceano. Estas medidas poderão ser resultado da chegada de um bote com 15 naufragos às Flores²⁹⁶ e do torpedeamento do lugre português *Gamo*, da firma Bensaude & C.^a, que regressava de uma campanha do bacalhau na Terra Nova e foi afundado a 370 milhas a Norte (ou Noroeste) da mesma ilha²⁹⁷. Igualmente corre a notícia de um segundo (ou terceiro) torpedeamento, desta feita a um vapor norueguês, em que a tripulação acabou por ir parar ao Faial²⁹⁸.

Em todo o caso, o dia 11 de Setembro representa um dia de alerta ao mais elevado nível, como é mais tarde afirmado, continuando o dispositivo montado na Povoação, apenas para maior tranquilidade da população²⁹⁹. Será de registar que deu à costa na vila uma lata com 65 kg de pólvora (cordite)³⁰⁰, trazida pelo mar, que rapidamente deu entrada no paiol de Ponta Delgada³⁰¹. Em Outubro, dias antes de um dos maiores episódios bélicos da marinha portuguesa no século XX, é noticiado pelo *Açoriano Oriental* o agraciamento do comandante do vapor *San Miguel* pelo governo

²⁹⁵ Para o primeiro caso, usam como fonte o *Havas*. No segundo, as “Informações” recebidas telegraficamente. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4346 de 31 de Agosto de 1918.

²⁹⁶ O telegrama enviado pela diligência de Infantaria na Flores, indicava que os naufragos pertenciam à embarcação *Starlunx*, torpedeada a 2 do mesmo mês a 100 milhas a Norte do Faial. Apesar de terem conseguido chegar à Fajã Grande, além dos 15 tripulantes do navio, que havia saído de Baltimore rumo a Laptese, havia mais nove, que faltavam.

²⁹⁷ Este iate era utilizado para a pesca do bacalhau. Adiante será alvo de uma análise mais pormenorizada.

²⁹⁸ “Torpedeamentos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4348 de 14 de Setembro de 1918.

²⁹⁹ Neste dia a diligência envia um telegrama ao CMPD a referir estar montado o serviço de vigilância e que no momento cruzava o mar um vapor de nacionalidade desconhecida mas que se julgava em serviço de vigilância. De vila de Porto é igualmente recebido um telegrama da diligência do RI 26, a informar que um civil havia visto no lugar da Maia, ao amanhecer, três submarinos, dos quais dois se encontravam a submergir e o terceiro à superfície ainda por algum tempo. Avançavam rumo a leste e encontrava-se a aguardar a devida confirmação.

³⁰⁰ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4348 de 14 de Setembro de 1918. No mesmo número é referido ter dado à costa uma caixa de lâmpadas no mar da Bretanha, que rapidamente foram colocadas em leilão.

³⁰¹ O mesmo aconteceu com uma caixa de pólvora (cordite) encontrada em Rabo de Peixe a 11 de Outubro do mesmo ano. Este material de guerra, ao ser detectado, foi colocado à guarda do posto da Guarda Fiscal da freguesia e a informação fornecida ao CMA pelo Director da Alfândega (neste caso de Ponta Delgada), que de imediato o fez recolher pela diligência mais próxima.

espanhol com a comenda de 1º grau de Mérito Naval, pelo salvamento da tripulação do navio espanhol *Vila de Ontes*³⁰².

A 10 do mesmo mês, o ACRA decretaria, por razões de defesa e até nova ordem, a extinção de todas as luzes vistas do mar, ficando os prevaricadores sujeitos a uma coima de 20\$00 e os reincidentes a 100\$00. Poucos dias depois seria noticiado pelo *Açoriano Oriental* o torpedeamento da barca *Santa Maria*, uma das embarcações alemãs apresadas no porto de Ponta Delgada³⁰³.

Com o assédio submarino à volta das ilhas, era inevitável um confronto entre uma unidade portuguesa e uma alemã. O combate entre o improvisado caça-minas *Augusto de Castilho* e o U-139, a poucas horas do porto de Ponta Delgada, foi o maior cometido pela Marinha de Guerra portuguesa nos mares dos Açores. Travado a 14 de Outubro de 1918, resultou na honrosa derrota da unidade portuguesa, embora o objectivo principal tivesse sido conseguido, ou seja, o salvamento do paquete *San Miguel*, com 206 passageiros a bordo, entre homens, mulheres e crianças³⁰⁴.

A presente descrição será feita a partir das memórias de um sobrevivente, o 1º grumete José Batista Martins³⁰⁵, corroboradas por outros dois testemunhos de naufragos, um dos quais entrevistado por Isidoro Manuel Pereira, também 1º grumete, e o segundo por intermédio de um conjunto de fascículos publicados em 1920, pelo então sargento-ajudante de Máquinas Luís José Simões³⁰⁶.

Este caça-minas, com a missão de comboiar paquetes destinados a carga e passageiros, largou do cais da Ribeira Nova às duas horas da tarde do dia 8 de Outubro de 1918. A sua tripulação, acostumada à travessia de águas traiçoeiras um pouco por todo o lado, mas em especial entre o continente português e os Açores, já se habituara a receber via rádio as notícias de torpedeamentos bem perto das zonas por

³⁰² “Informações”. 1918. *Açoriano Oriental* n.º 4351 de 5 de Outubro.

³⁰³ “Informações”. 1918. *Açoriano Oriental* n.º 4352 de 12 de Outubro.

³⁰⁴ Um outro encontro entre uma canhoneira portuguesa e um submarino alemão a caminho do Funchal é relatado pelo *Açoriano Oriental* n.º 4272 de 28 de Outubro de 1916 (“A canhoneira *Ibo* atacada por um submarino inimigo”). Luís José Simões refere que esta canhoneira esteve envolvida em quatro combates, um próximo de Lisboa e três nos mares de Cabo Verde. Simões, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920.

³⁰⁵ Memórias de José Batista Martins. 1973. Depoimento escrito por um dos filhos de José Batista Martins. Não publicado.

³⁰⁶ Carreiro, Emanuel, “*200 milhas a remos*”, Inéditos, RTP-Açores, 1993 e Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*. Para as suas memórias, José Batista Martins deverá ter utilizado os folhetins do seu camarada de odisseia e publicados em 1920, uma vez que são muito similares, variando apenas as opiniões pessoais e determinados aspectos de atenção em particular. Em todo o caso, ambos complementam-se, sendo o testemunho de Luís José Simões mais abrangente, uma vez que nos fala desde a saída de Lisboa até à sua chegada novamente à capital. José Batista Martins é mais específico, falando sumariamente da saída daquela cidade, assim como da passagem pelo Funchal, aprofundando o combate, o naufrágio e a busca de terra.

onde normalmente passava. Neste caso específico, seria feita a escolta ao *Beira* até à cidade do Funchal, onde ficaria em serviço de policiamento e defesa. Contudo, nesta cidade encontrava-se o *San Miguel* pronto para sair para os Açores e, por autorização superior, o capitão do porto fez seguir o *Augusto de Castilho* no lugar da canhoneira *Mandovi* no escoltamento do referido paquete³⁰⁷. Zarpando pelas 16 horas do dia 13, durante a madrugada do dia 14 tudo parecia regular, até se ouvir às 6:horas e 15 minutos, um tiro de peça de artilharia. O *Augusto de Castilho*, que navegava lado a lado com o paquete³⁰⁸, tem uma primeira reacção por intermédio da tripulação de serviço, que se faz aos seus postos de combate, enquanto a bordo tocava o sino a acordar a guarnição de folga.

Apresentava-se o inimigo à popa e, por mais que o artilheiro de serviço à ré tentasse, desde o primeiro tiro que se constatou estar o submarino a salvo das pequenas peças de calibre 65 mm (proa) e 47mm (popa)³⁰⁹. Com as caldeiras a todo o vapor, o pequeno navio tenta imprimir o máximo de velocidade quando o segundo tiro do U-139 cai a cerca de dez metros do *San Miguel*. Apesar de o seu comandante, o primeiro-tenente José Botelho de Carvalho Araújo, querer mais velocidade, já nesta altura a pequena traineira *Elite*³¹⁰, rebaptizada de *Augusto de Castilho*, de 500 toneladas

³⁰⁷ A opção tinha como objectivo minimizar os efeitos de quarentena, uma vez que teriam de ficar 10 dias a aguardar desembarque naquela cidade. Levavam a bordo quatro civis, nomeadamente três rapazes dos 14 aos 16 anos, e um operário serralheiro entre os 45-50 anos, que morreria no combate, notabilizando-se no transporte das munições para junto das peças. Luís José Simões explica a sua presença pela deplorável situação da Madeira no que concerne a transportes marítimos, uma vez que a navegação havia desaparecido quase que totalmente em virtude da presença constante de submarinos naquelas paragens.

³⁰⁸ A nove milhas a estibordo, conforme as instruções recebidas. De acordo com Isidoro Pereira, o *Augusto de Castilho* estaria ligeiramente mais à frente. Carreiro, Emanuel, *Inéditos, Ibidem*. De acordo com o livro de bordo do comandante alemão, encontravam-se a 100 milhas a Sul/Sudoeste dos Açores quando detectaram as duas embarcações. O vapor deveria fazer uma pequena paragem na ilha de Santa Maria para no dia seguinte atracar em Ponta Delgada. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*.

³⁰⁹ “Evocação do memorável combate” in A *Carvalho Araújo – Cinquentenário*, Liga dos Combatentes e Câmara Municipal de Vila Real, 1968. De acordo com a Revista da Marinha, estas peças tinham como alcance máximo 3.500 metros. Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos sobre a morte de Carvalho Araújo”, *Revista da Armada*, n.º 314 (Novembro), Lisboa, Página Impar, 1998, pp. 7 – 9. No documentário de Emanuel Carreiro, refere-se que estava uma noite calma e com luar; que o ataque começou a cerca de 4.500 metros das embarcações portuguesas e que o submersível já não tinha periscópio devido a um combate anterior. De acordo com Isidoro Manuel Pereira, o comandante Carvalho Araújo encontrava-se a descansar aquando do início do combate. Luís José Simões refere que este já se encontrava na ponte, uma vez que tinha ido render o guarda-marinha. De acordo com o testemunho de Isidoro Almeida, Carvalho Araújo terá dado logo ordem ao *San Miguel* para avançar em linha recta com as máquinas a fundo e Semedo de Matos/Dionísio Varela afirmam que logo após o primeiro tiro é largada uma cortina de fumo, ao mesmo tempo que se ordena postos de combate e se lança um SOS. Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos...”, *Ibidem*.

³¹⁰ “Evocação ...”, *Ibidem*. A *Revista da Marinha* classifica-o como antigo arrastão armado em patrulha com a montagem de duas peças de artilharia. Tinha como velocidade máxima 10,5 nós (que, de acordo com José Batista Martins, foi atingida). Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos...”, *Ibidem*. Para uma maior acutilância temporal veja-se o mesmo artigo. Emanuel Carreiro refere no documentário *Inéditos* que a embarcação, enquanto civil, havia sido requisitada pelo Estado à Parceria Geral das Pescas.

e artilhada com duas peças de artilharia, se encontrava a 10 milhas, ou seja praticamente no seu máximo. O imediato Manuel Armando Ferraz, à ordem do comandante, começa a dirigir o fogo de ambas as peças, sempre alimentadas por munições e caixas de fumo que rapidamente ascendiam dos porões. As caixas, apesar de eficazes, eram em número reduzido, pelo que rapidamente a pequena embarcação ficou exposta ao fogo inimigo³¹¹. A sua artilharia, contudo, é contínua, desviando a atenção do U-139³¹², que, fora do seu raio de alcance, oscila no alvo a atingir, privilegiando contudo o paquete. Entretanto, já o *San Miguel* avançava, a marcha forçada - a cerca de catorze milhas por hora -, procurando atingir as quinze. Entretanto, no *Augusto de Castilho*, toda a tripulação está empenhada no tiro e remuniamento das peças, assim como nas fornalhas, com os oficiais e sargentos a inspirar serenidade e ânimo nas acções.

A lenta recuperação das caldeiras do *San Miguel*³¹³, apanhado de surpresa, permitiram que, velozmente, o submarino se aproximasse e acertasse o tiro, pelo que a determinada altura começaram a cair granadas muito próximas do costado da embarcação, uma delas mesmo junto à popa. Entretanto, já o paquete passava pela popa do *Augusto de Castilho*, momento em que Carvalho Araújo ordena “leme a bombordo”, descrevendo um semicírculo, avançando assim de encontro ao U-139 e protegendo a retaguarda do paquete³¹⁴. Nesta altura, já havia vítimas e feridos a bordo, principalmente os artilheiros da peça de vante. O U-139 procurava varejar a pequena embarcação, embora com relativo sucesso. Apesar de tudo, perde-se a incessante T.S.F.

³¹¹ Neste ponto, Semedo de Matos e Dionísio Varela, afirmam ser a distância entre ambos de 6.000 m. Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos...”, *Ibidem*, p. 9.

³¹² O U-139 era comandado pelo capitão-tenente Lothar Von Arnould De La Perière e era um submarino cruzador, projectado para operar a grandes distâncias da sua base. Tinha as seguintes características: deslocamento à superfície – 1930 toneladas (2483 imerso); velocidade máxima 16 nós à superfície (8 nós submerso); autonomia de 12.630 milhas a 8 nós (superfície) ou 53 milhas em imersão a 4,5 nós; Armamento: 19 torpedos para 6 tubos e duas peças de 150 mm. O seu comandante foi o mais bem sucedido de todos os tempos, com 194 navios afundados, totalizando 454 000 toneladas. Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos...”, *Ibidem*.

³¹³ O n/v *San Miguel* (como se encontrava registado) era de construção inglesa, e tinha 2.557 de tonelagem bruta, 91, 43 metros entre perpendiculares, 4,98 m de calado e 12,80 m de boca. Encontrava-se equipado com duas máquinas a vapor de tríplex expansão, que activavam duas hélices. Tinha duas caldeiras, que desenvolviam 386 cavalos de força “normais”. Para mais pormenores, veja-se Moraes, A. A., “Empresa Insulana de Navegação”, *Atlântida*, Vol. XLV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2000, pp. 58-60.

³¹⁴ De acordo com Semedo de Matos e Dionísio Varela, mediante esta acção o submarino guinou também para Sul, procurando manter-se fora da acção das peças do pequeno vapor português. Entretanto o *San Miguel* continuava a afastar-se.

e o interior da culatra da peça de vante, por efeito da dilatação pelo calor³¹⁵. Com esta peça inoperacional, restava a da popa, mal posicionada para o efeito. Estavam a findar as munições do caça-minas, e o submarino parecia entender a situação dos nossos marinheiros, mantendo-se sem retroceder, antes se atravessando pela amura, batendo-o com as suas formidáveis máquinas de guerra³¹⁶, fazendo tiro espaçado. Aproveitando um destes breves momentos, o imediato fala com o comandante, fazendo-lhe o ponto de situação. Ao fim de quase duas horas de combate, encontrava-se o *Augusto de Castilho* com menos de duas dúzias de munições, parte da sua tripulação morta ou ferida e o paquete já longe, a salvo. Contudo, Carvalho Araújo persiste³¹⁷ e, ao ver que a peça da popa se encontra sem artilheiro, grita à tripulação, que nesta altura já só pensava em salvar-se.

O sargento-ajudante de máquinas Simões, um dos poucos ilesos, perante a ordem em tom de desespero, recarrega-a por três ou quatro vezes, disparando sobre o U. 139, que nesta altura já se encontrava relativamente perto³¹⁸. Esta acção dinamizou os homens, aparecendo logo substitutos para o sargento-ajudante até ao total esgotamento dos meios. Nesse momento é içada a bandeira branca no mastro de vante, cessando o tiro inimigo³¹⁹. Carvalho Araújo ordena então ao sinaleiro que ize a bandeira nacional, arreando-a até meia adriça (sinal de paz ou de luto), acção que fez o U-139 disparar um último tiro, trágico para o comandante do caça-minas, que, já sereno, aguardava o contacto com o submarino no convés³²⁰. Estava-se muito longe de

³¹⁵ Que já não permitia a introdução de mais munições, criando o trabalho extra de a abrir para evitar explosões a bordo.

³¹⁶ “O monstro”, como é várias vezes referido. Memórias de José Batista Martins. 1973. Depoimento escrito por um dos filhos de José Batista Martins. Não publicado, pág. 12.

³¹⁷ De acordo com Semedo de Matos e Dionísio Varela, Carvalho Araújo, ao constatar que o *San Miguel* já se encontra a salvo, decide afastar-se em direcção aos Açores, mas o submarino faz-lhe fogo, tornando-se impossível escapar.

³¹⁸ Semedo de Matos e Dionísio Varela referem que às 8 horas as munições estariam a acabar e que Carvalho Araújo decide voltar a guinar para cima do submersível, usando a peça de vante (até acabarem as munições), manobrando depois o navio para usar a de ré.

³¹⁹ Semedo de Matos e Dionísio Varela referem que, devido ao mau funcionamento de uma espoleta, uma granada explode à boca do cano de uma das peças de 150 mm, motivo pelo qual o submarino parou de fazer fogo. Contudo, não se percebe bem se foi antes ou depois de atingir o comandante do navio português. Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos...”, *Ibidem*.

³²⁰ Com a morte do comandante, o pânico aumentou e, de acordo com Luís José Simões, foi feito um segundo tiro pelo inimigo até que os portugueses abaixassem a bandeira nacional. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*. José Batista Martins refere que tinha junto de si uma pasta com documentos que desapareceu assim que os alemães subiram a bordo do barco português. Memórias de José Batista Martins. 1973. Depoimento escrito por um dos filhos de José Batista Martins. Não publicado. Na tradução do documentário alemão apresentado por Emanuel Carreiro, narra-se a busca de armas e documentos secretos a bordo. José Batista Martins relata que, quando constatarem a passagem do submarino pelo seu bote na primeira noite à deriva, ficaram aterrorizados com a ideia de que estivessem à sua procura por quererem mais elementos. Idem. De acordo com o testemunho de Isidoro Manuel Pereira, o *Augusto de*

terra, com as máquinas paradas e o salva-vidas na água, assim como alguns marinheiros mais alarmados. Uma vez recolhidos pelo salva-vidas, eram ao todo vinte e nove pessoas (com três civis menores que vinham em busca de emprego para Ponta Delgada), que, após uma breve conversa com a tripulação do submarino, rapidamente se fizeram ao mar, de vela içada, rumo a Santa Maria, onde dois dias depois chegaram³²¹. Neste ponto, oito dos feridos mantinham-se a bordo, pensando se haviam de lançar-se ao mar, como dois camaradas já o haviam feito numa vã expectativa. Neste movimento, um deles, verificando que na enxárcia estava ainda prolongada a bóia-jangada do navio, cortou-lhe os fiéis, lançando-a ao mar.

Com remos improvisados, apanharam os restantes camaradas, procurando desviar-se do navio português com medo do seu torpedeamento e consecutivo afundamento, uma vez que o submarino avançava lentamente na sua direcção. Dos doze, apenas quatro se encontravam ilesos. Ao fim de duas horas agarrados à jangada, e sem esperanças de salvação, o submarino aproximou-se e lançou-lhes um cabo pelo qual os que puderam subiram, sendo recebidos pela tripulação alemã, que filmava o encontro. Estabelecido o contacto em francês com um dos feridos da jangada, foram puxados para bordo e tratados de imediato pelo médico e assistentes germânicos³²². Estabelece-se o diálogo, destacando-se a bravura dos portugueses. Os oficiais alemães procuravam saber que carga tinha o pacote, a água restante no caça-minas e o local para onde se dirigiam. Abismados com tamanha humanidade, os portugueses bebem sumos e questionam-se sobre o seu futuro. Uma vez levantada a questão, a resposta foi vaga, sendo apenas realçado o facto de serem de outra nacionalidade que não a inglesa.

Em terra, aguardava-se com a normalidade habitual a chegada do vapor. Em telegrama do CMA para o comandante da diligência militar em Vila do Porto, datado de 14 de Outubro, é ordenado que avise as autoridades administrativas que o *San Miguel* vinha da Madeira, passando pela ilha de madrugada, pelo que teriam de ter a carga pronta e, das duas horas em diante, fogachos acesos na praia em sinal de que o

Castilho terá sido atingido por seis granadas e os alemães teriam prestado homenagem ao comandante português, enrolando-o na bandeira nacional. Carreiro, Emanuel, *Inéditos*, *Ibidem*.

³²¹ Durante esta viagem, um dos feridos faleceu.

³²² Os restantes marinheiros tentaram estabelecer contacto, falando um espanhol de muito má qualidade. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*. O *Augusto de Castilho* tinha um segundo-sargento enfermeiro, Acácio Alves de Moura, que, de acordo com José Batista Martins, esteve sempre a tratar os feridos. De acordo com a família, uma vez no salva-vidas, salvou a vida de um marinheiro, extraindo-lhe um fragmento de granada da cabeça com um mero canivete e água salgada.

vapor poderia aproximar-se, seguindo depois pelas ilhas de Oeste directamente para Lisboa.

Entretanto, a bordo do U-139, os náufragos tentavam negociar com os vitoriosos a recolha de elementos mínimos do *Augusto de Castilho*, para conforto e navegação em alto mar, até à sua recolha e salvamento. Apenas foi autorizada a ida de quatro praças a bordo do navio e exclusivamente para retirar um bote que se sabia existir dentro dos picadeiros, a meia-nau, mas de difícil faina, sem que lhes fosse permitido trazer roupas ou equipamentos de navegação³²³. Uma vez na embarcação, as praças bem que tentaram trazer material de apoio, mas tal foi-lhes várias vezes barrado pelos marinheiros da equipa de assalto alemã³²⁴. À revelia, ainda conseguiram colocar duas ou três peças de roupa e beneficiar dos géneros já previamente inseridos no bote³²⁵. Uma vez colocada a frágil embarcação na água, foi com pânico que os marinheiros portugueses constataram que a mesma estava a meter água às golfadas no costado a estibordo, em resultado do combate. Momentaneamente, tentaram tapar o rombo com sobretudos e dirigiram-se ao submarino onde recolheram os feridos e partiram, sem que, aproveitando um momento de desatenção alemã, conseguissem contornar o *Augusto de Castilho* e encontrassem água. No momento em que rumavam ao desconhecido, com um par extra de remos, resultado desta última tentativa, foram surpreendidos pela proa do submarino que contornava a popa do navio português, sendo então ameaçados pelos alemães, pelo que se afastaram, assistindo ao saque da embarcação³²⁶.

Por intermédio do documentário alemão, criado para efeitos propagandísticos, sabe-se que tentaram, sem sucesso, torpedear o *Augusto de Castilho*, acabando por ser posto a pique com cargas explosivas e tiros de artilharia³²⁷.

A este respeito, diria José Luís Simões nas suas reflexões em 1920:

³²³ O *Augusto de Castilho* tinha como meios de salvação um bote salva-vidas, uma baleeira, que se desfez e afundou em consequência do combate (antes de os náufragos se atirarem ao mar e para a bóia-jangada), e o já referido bote, para além de coletes de cortiça. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*.

³²⁴ Segundo Semedo de Matos e Dionísio Varela, terá ido um oficial artilheiro a bordo para retirar as peças e preparar o navio para ir a pique. Nesse momento terá arreado a bandeira nacional para cobrir o corpo de Carvalho Araújo.

³²⁵ Uma caixa de bolachas, uma lata de atum a que se juntou um cesto com pães, introduzidos à revelia do inimigo, que entretanto admirava a presa, momentos antes do saque. Tinham também uma ancoretta com cerca de quatro litros de água metida em Lisboa, cerca de 7/8 dias antes. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*.

³²⁶ Nas imagens filmadas por um capitão-tenente alemão, é constatada a transferência de géneros e da peça de artilharia da proa, levada como recordação. Carreiro, Emanuel, *Inéditos*, *Ibidem*. Acabariam por ver a explosão do pequeno vapor, seis horas depois. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*.

³²⁷ Carreiro, Emanuel, *Inéditos*, *Ibidem*. São apontadas as 18 horas para o afundamento, por Semedo de Matos e Dionísio Varela.

“num relance, adivinhamos as causas que determinaram aquela aparente humanidade com que nos receberam no submarino. Era simplesmente fabricação da tal fita animatográfica que os malvados colheram durante a exibição daquele fingido carinho desde o momento em que nos lançaram a retinida para nos rebocarem, até à aplicação do último penso. Já lá estávamos estampados na película, agora:”*ALLEZ VOUS EN*”!³²⁸.

O capitão-tenente Lothar Von Arnauld de La Perière por sua vez diria anos mais tarde nas suas memórias que ao largo dos Açores o U-139 travou o seu último combate, e que

“bem riço ele foi! Avistamos um grande vapor escoltado por uma canhoneira portuguesa. Demos-lhe caça, mas o vapor era muito veloz. A canhoneira atacou-nos. Era um antiquado e mísero barquito sem peças capazes de competirem com as nossas e tinha uma guarnição por metade da do nosso navio. Nunca vi uma luta mais valente do que a sustentada por aquele pequeno calhambeque. Os portugueses combatiam como demónios, disparando granadas atrás umas das outras com as suas pequenas peças de brincar, enquanto nós os varríamos da popa à proa. Catorze dos quarenta homens jaziam mortos no convés e a maior parte dos restantes encontrava-se ferida antes que o navio se rendesse”³²⁹.

Uma vez por sua conta e sem instrumentos, o imediato guarda-marinha Manuel Armando Ferraz tranquilizou os homens ao referir o seu conhecimento na navegação pelas estrelas, merecendo a confiança de todos enquanto tentavam tapar o rombo, que entretanto deixava entrar mais água do que a que se retirava. Nestas condições e com pouca água potável, o ânimo era baixo, uma vez que tinham a ideia de que precisavam de sete dias para chegar a terra, julgando que estaria a 12 milhas. Deveriam ser cerca das 6 horas da tarde e encontravam-se sob um sol abrasador, sem que nem o pequeno-almoço tivessem tomado. Tentaram tapar o rombo o melhor

³²⁸ Posteriormente, refere o seguinte ainda sobre este assunto: “era bem certo que os”kultos” sabiam o que faziam quando nos receberam no submarino, e depois nos despejaram no mar. Não nos quiseram fuzilar depois de nos vencerem, porque teria sido um gesto demasiadamente humano para eles, que bem sabiam que espécie de morte nos estava reservada. Para provar depois à posterioridade, a sua nunca desmentida cultura, e sentimentos humanitários, lá estavam as fotografias hipocritamente tiradas, enquanto nos rebocava para bordo, e nos aplicaram pensos e bebidas”. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*, p. 29 e 54.

³²⁹ Matos, J. Semedo e Varela, Dionísio, “Oitenta anos...”, *Ibidem*.

possível com as roupas extras que tinham, dividiram um dos pães pelo quatro³³⁰ e beberam o equivalente a um dedal de água, pelo vertedouro do bote. Procuraram seguir um rumo que seria traçado pelas estrelas, pela lua e pelo sol. Na primeira noite, um vulto e o som de motores fizeram-nos julgar que se encontravam a salvo, mas rapidamente a alegria deu novamente lugar ao desânimo ao constatar que se tratava novamente do “monstro”- a embarcação alemã.

“Afinal a esperança era grande uma vez que pais, esposos, noivos e filhos, ali à matroca, seminus, à mercê dum milagre que os salvasse, mas remando sempre, com ardor e com esperança de que um socorro havia de surgir no horizonte. Pois então não estava fundeada em Ponta Delgada uma esquadra da Entente com destroyers, submarinos, vespas (caça-submarinos) de grande velocidade ou hidroaviões, que ali dentro do porto artificial de Ponta Delgada deviam ter recebido os nossos rádios e os do S. Miguel. Oh sim! Esses socorros haviam de chegar”³³¹.

Entretanto, o cansaço e o desespero da situação abatiam-se sobre eles. As nuvens cobriam o céu, pelo que foi acordado o guarda-marinha, que se encontrava em estado febril, bastante ferido, e que conseguiu mesmo assim regular-se pela ondulação, entregando o leme para de imediato retomar o seu descanso. Entretanto, remava-se, com todas as consequências para as mãos e nádegas, rezava-se ao Divino e amaldiçoava-se o Kaiser. Na manhã do segundo dia, já não se dormia com ânsia de ver terra. A suposta posição era marcada com um canivete na bancada da popa do pequeno bote. Ainda mantinham as bolachas e alguns pãezinhos, mas a água potável começava a escassear. O vertedouro, insuficiente para tirar a água do barco, obrigava a trabalhos redobrados. Os feridos, dormindo sobre o cavername coberto de água, sem tratamento e apanhar o sol intenso de dia e frio de noite, eram outra preocupação constante dos

³³⁰ Entretanto molhado por água entrada pelo rombo. Os feridos encontravam-se adormecidos, embora a formula fosse igual para todos.

³³¹ Aguardam um hidroavião ou uma vespa. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*. Uma vez salvo e a bordo da *Ibo*, a caminho de Ponta Delgada, os seus camaradas referem que, à recepção do SOS, a *Ibo* saiu, mesmo com pouco carvão e água, apanhando o *San Miguel* às 16 horas, escoltando-o até aquele porto. Já nesta altura se pensava estarem todos mortos ou cativos. Saiu novamente às 6 horas do dia 15, acompanhada por um vapor de guerra americano e quatro caça-minas da mesma nacionalidade. António José Telo refere terem saído de imediato a *Ibo* e o rebocador *USS Lapwing*, assim como seis pequenos submarinos-chasers. Telo, A. J., “A Marinha portuguesa nos Açores” in *Os Açores...*, *Ibidem*, p.152. Estes regressariam às 16 horas, mantendo-se a *Ibo* por mais tempo na área de combate, patrulhando o mar em busca de naufragos e a homenagear os mortos. Idem.

camaradas³³². Nessa manhã, um dos marinheiros já bebia água salgada e o tempo agravava-se, com vaga forte e escura. Ao final da tarde jantaram meia bolacha cada, previamente embebida em água salgada para humedecer, e a noite foi, à semelhança do dia, com péssimo mar, vento forte e chuva. Apesar da água que caía, o sal estava de tal modo entranhado, em especial nos lábios gretados, que nem assim se tirava prazer ou grande proveito. A oscilação do bote e a entrada de água pelo rombo desequilibrava o barco por completo, levando ao esgotamento humano e aos constantes gritos por parte dos feridos³³³. Tentaram improvisar uma vela com um remo e uma manta, o que não resultou. A inter-ajuda e alguma desatenção fizeram deslizar um dos quatro remos pela borda fora, perdendo-se no mar. Chegada a noite, o estado do mar acalmou e novamente se corrigiu o rumo, entretanto perdido, com recurso à ondulação de través e por intermédio das estrelas.

Entretanto a sede era cada vez mais crónica, principalmente entre os feridos, colocando todos em xeque pela distribuição de água e fazendo surgir ideias mirabolantes para o seu aparecimento. A terceira noite foi calma, longa e estrelada. No quarto dia pareceu-lhes ver fumo ao longe, o que, se não resolvia a situação, dava-lhes ânimo por considerarem ter terra nas proximidades. Esporadicamente, apareciam alguns peixes, que aumentavam o desespero, como uma tintureira (receavam que puxasse o enchimento do rombo), um tubarão e mesmo uma tartaruga, que puxaram para bordo, tentando beber-lhe o sangue, no que não foram bem sucedidos, acabando por beber um líquido viscoso, rapidamente atirado ao mar. Nos remadores, as baixas começam a ocorrer, mercê da febre, colocando alguns num estado de delírio, num dos casos agarrado a um pequeno medalhão com uma fotografia da filha. Em outro exemplo, foi mesmo motivo de ânimo, assim como o azeite do atum, para variar no ensopar da bolacha³³⁴. Com cerca de dois litros de uma já considerada mistela na ancôreta, e mediante um rígido controlo da mesma, o comandante realiza uma necessidade

³³² Que por sua vez também estavam permanente com os pés na água, revezando-se nos remos de 15 em 15 minutos, em equipas que se rendiam de hora a hora. Em todo o caso, o descanso era também efectuado nas mesmas circunstâncias em que se encontravam os dois feridos, totalmente incapazes de auxiliar os colegas. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*.

³³³ Neste contexto, uma vaga do mar de tal modo forte arrancou o calafetamento feito com as roupas, permitindo a entrada livre de água, colocando todos em pânico. O jovem guarda-marinha, Manuel Armando Ferraz, perante tal perigo, meteu rapidamente a popa à vaga e ordenou que todos se encostassem a bombordo, tendo-se assim tempo suficiente para calafetar novamente o rombo, com muita dificuldade. Com a embarcação a meio de água, tiveram que virar a proa a Sudoeste, voltando assim para trás. Uma vez retirada a água, a vaga não permitiu o regresso à rota original, levando à desistência, e consequentemente a este novo rumo.

³³⁴ O atum, por ser salgado, foi atirado ao mar.

fisiológica de modo a saciar a sede³³⁵. Amaldiçoava-se já a hipocrisia dos alemães, ao terem-nos tratado e filmado para os largar de seguida daquela forma, com a desculpa da guerra.

Cerca das onze horas da manhã, foi avistada terra, colocando todos em delírio e dando razão à promessa feita pelo imediato no dia anterior. “Remem, remem!... remem valentes marinheiros! Remem que há ali água para beber”³³⁶, disse o referido oficial, motivando-os quando já não se acreditava em tal desfecho.

Durante a noite, passada sob um nevoeiro cerrado, acabariam por ver um farol que os guiou, não sem tentar também um conjunto de artifícios para fazer explodir os foguetes incompletos que tinham a bordo, no que não obtiveram sucesso. Passada a noite e devido às comemorações do evento, terminou a água potável, a cerca de uma quarta de milha da rocha. Nessa altura, já se viam vultos em terra a dar indicações, que apenas perceberam quando constatarem que iam ser esmagados pela arrebentação contra as rochas. Dirigindo-se para onde lhes tinha sido indicado, faziam gestos a pedir água, o que foi perfeitamente entendido, pois muitos homens e mulheres corriam já pela encosta abaixo até ao cais, alguns com cântaros e barris de água. Ainda antes de atracarem, já a alegria era indescritível e as questões sobre a sua nacionalidade tópico de conversa. Após um encontro memorável para os intervenientes e múltiplos pedidos de água, o imediato perguntou onde estavam, tendo como resposta e para sua surpresa, que se encontravam no Nordeste, na ponta do Arnel, quando na realidade pensava estar em Santa Maria.

Efectivamente, desde que em São Miguel se teve conhecimento do sucedido, a população estava de uma forma geral receosa que todos tivessem morrido. A comunicação ao ACRA, a 17 de Outubro, da chegada de um batel com 30 náufragos a Santa Maria trouxe um certo alívio. O general Simas Machado enviou um navio de guerra com dois médicos, um tenente e um quintanista³³⁷, que, a pedido da delegação de Ponta Delgada Cruz Vermelha, auxiliava nos serviços clínicos, para os trazer para a cidade. Este episódio ocorreu quando a epidemia espanhola se encontrava no seu auge.

³³⁵ Luís José Simões chegou a oferecer 10\$ (10.000 réis) pela ração de um camarada, sem sucesso. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*, p. 48.

³³⁶ 23 de Fevereiro de 1973. Depoimento escrito por um dos filhos de José Batista Martins. Não publicado, p. 67.

³³⁷ Deverão ter chegado a 16, uma vez que, em nota do CMA, datada de 16 de Outubro, faz-se referência ao quintanista de medicina, aspirante a oficial do 1º Grupo de Companhias de Saúde, que se encontrava em gozo de licença em S. Miguel e que, devido à gravidade do sucedido, foi requisitado e enviado à ilha de Gonçalo Velho para prestar os primeiros socorros aos náufragos (16 de Outubro). Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*.

Forneceu, pois, aquela delegação macas, pensos e os medicamentos considerados indispensáveis para os fazer regressar. Três dias depois, foi recebido um telegrama da vila de Nordeste a informar que os últimos doze sobreviventes haviam ali aportado. Os restantes, incluindo um passageiro, “tinham caído na traiçoeira luta que tão denodadamente tinham aceitado, com o fim de defenderem o navio que tinha sido confiado à sua protecção e que vinha repleto de passageiros!”³³⁸. Foi então recolhida toda a tripulação do caça-minas no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, único estabelecimento onde podiam ficar hospitalizados, pois alguns dos feridos encontravam-se em estado bastante grave³³⁹.

A estratégia do ataque ao *San Miguel* e, conseqüentemente, ao *Augusto de Castilho*, frontal e directa, faz parte de um conjunto de abordagens realizadas pelos submarinos alemães em busca de reabastecimentos e presas de guerra, das quais uma segunda se conhece, desta vez ao navio bacalhoeiro *Gamo*, da firma Bensaúde.

A análise que aqui se apresenta baseia-se na informação fornecida pela empresa proprietária da embarcação, com base na coordenação de um historiador da pesca ao bacalhau, Álvaro Garrido, ao que tudo indica a partir de relatos dos sobreviventes.

O lugre *Gamo* foi adquirido pela firma provavelmente em 1886, fazendo parte da frota com a qual constituiu a Parceria Geral de Pescarias, em Março de 1891. Após uma boa safra nos bancos da Terra Nova, o navio iniciaria a sua viagem de regresso ao Tejo, a 22 de Agosto de 1918, sendo surpreendido por um submarino alemão nove dias depois. A estratégia alemã adoptada é digna de destaque:

“Navegando o lugre na latitude 46° 02’ N e longitude 32° 32’ W, o vigia assinalou pela amurada de bombordo (...) uma embarcação de velas içadas, mas sem jeito de ser navio de vela, pois as tinha sem regra e mal colocadas. O capitão João Fernandes Agaluzza pegou no binóculo para ver melhor o estranho barco que

³³⁸ AMMA – FCVPD, *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*. Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, pp. 27 a 33.

³³⁹ AMMA – FCVPD, “Ofício ao Presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha de 21 de Dezembro de 1918” in *Copiador de correspondência...*, *Ibidem*, pp. 27 a 33. A canhoneira *Ibo* apanhou os naufragos da vila de Nordeste e a *Açor* os de Santa Maria. De acordo com Luís José Simões, o atendimento no hospital nada teve a haver com a recepção popular inicial, o que também era bastante compreensível, em virtude da escassez dos meios médicos e da crise que se estava a passar. Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*, p. 29. Morreram seis tripulantes do *Augusto de Castilho* e um civil, salvando-se, de acordo com o *Açoriano Oriental* de 26 de Outubro de 1918 (n.º 4353), 41 pessoas. Segundo as comemorações do cinquentenário da morte de Carvalho Araújo, salvaram-se 39 pessoas. Nas memórias de José Batista Martins surge um número mais plausível - 42 pessoas -, correspondente a 39 marítimos e 3 crianças. De acordo com o mesmo jornal, formou-se uma récita a favor das famílias enlutadas.

se aproximava, e mal o fizera, viu a explosão de um tiro, no mesmo instante em que uma granada assobiando (...) passava entre o mastro da mezena e o mastro grande à borda do navio”³⁴⁰.

Não restavam dúvidas a toda a tripulação. Sem armamento, haviam sido alvo de uma emboscada por um submarino camuflado com um arremedo de velas. Foram arreadas as velas e em breve recebiam um bote com cinco marujos alemães, entre eles um oficial e um sinaleiro. Perante o prazo de dez minutos para abandonar a embarcação, de nada valeram os protestos do capitão a reclamar melhores condições, nomeadamente água em quantidade para os dias que previa ficarem no mar. Foram então os pequenos dóris³⁴¹ preparados com a água possível e mantimentos, assim como bússolas, remos, algodão de calafate, mastros, velas e baldes, entre mais pormenores. Os dóris, utilizados na pesca ao bacalhau e preparados para receber um único pescador, passaram rapidamente a carregar três homens e um barril de 50 litros de água, ficando o do capitão com dois. Findo o prazo, os dóris foram largados do submarino, afastando-se enquanto viam o *Gamo* ser afundado a tiros de peça de artilharia. Iniciavam uma viagem de mais de 470 milhas com poucos mantimentos.

A odisseia destes 39 tripulantes, dos quais se salvariam 34, é similar à dos do *Augusto de Castilho*. De acordo com o texto compilado por Álvaro Garrido, no dia seguinte apanharam uma tempestade, que ameaçava voltar os dóris, pelo que tiveram que os aliviar de peso, deitando fora todos os extras mais volumosos que tinham trazido, embora presos por um cabo. Por mais esforços que fizessem, quatro deles voltar-se-iam, salvando-se nove dos doze tripulantes. Passada a tormenta, para além de camaradas, tinham perdido a aguada e os mantimentos. E os dóris restantes, se antes já estavam sobrelotados, agora ficavam ainda mais!

No dia dois de Setembro, havia de suceder algo que se repetiria, para espanto dos náufragos. Avistando faróis de um vapor, fizeram sinais com facho de calafate incendiado, obtendo como resposta a extinção dos focos de luz. Novamente acesos, não se verificaria qualquer tipo de resposta. Os tripulantes de um dos dóris não

³⁴⁰ Garrido, Álvaro (coord.), “Mais de 470 milhas em dories, sem mantimentos nem água” in *A Pesca do Bacalhau, História e Memória*, Ed. Diário de Notícias, S/D, pp. 126-127.

³⁴¹ De acordo com a obra coordenada por Álvaro Garrido, são pequenos barcos sem quilha usados para a pesca individual do bacalhau, teriam 13 pés de comprimento por 5 de largo e uma pequena vela. Com recurso ao *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, o dóri é uma embarcação de fundo chato e bancadas desmontáveis usado na pesca ao bacalhau. Tem uma quilha chata, curvatura alta e lados largos. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, tomo VII, Instituto António Houaiss, Lisboa, p. 3096.

se continham e, na ânsia de serem salvos (contrariando as ordens do capitão), cortaram o cabo com os apetrechos, acabando por fazer voltar a embarcação. Dos três naufragos, apenas um sobreviveria. Com os dóris “armados em capa” e apenas 40 litros de água, foram navegando ao sabor da vaga, utilizando os remos como leme. No dia seguinte, os barcos corriam com as velas içadas, mas um acabaria por perder o rumo, albarroando um segundo, afundando-o. Recolhidos os homens, conseguiram navegar com a ajuda da vela nos dois dias seguintes, mas entretanto já se encontravam sem água e mantimentos. Nestas condições cruzaram-se com um vapor norueguês que, receando qualquer armadilha, colocou ainda mais carvão na fornalha, fugindo a todo o vapor. A situação repetir-se-ia no dia seguinte, com um iate canadiano. Alguns dos dóris ainda tentaram apanhá-lo, sem sucesso, acabando por se separarem do grupo principal por três, quatro e cinco milhas. Uma vez reunidos, constatou-se a falta de um dóri, para além das 20 horas empregues na manobra.

Com as esperanças perdidas e um mal-estar reinante, prenunciador de revolta, o capitão opta então por mentir aos marítimos, ao afirmar que se encontravam a 36 milhas do Faial, pelo que no dia seguinte avistariam terra. Corroborada a afirmação pelo piloto, novamente o ânimo se ergueu. Passado o oitavo dia, novamente o desânimo se apossou dos náufragos, mas ao amanhecer do dia seguinte avistaram as ilhas Graciosa, Faial e Pico, pelo que novamente a esperança se instalou. Contudo, a verdade viria ao de cima: com aqueles barquinhos o progresso era muito lento, a sede abrasadora, a fome intensa e o calor excessivo. À semelhança dos seus camaradas do *Augusto de Castilho*, também capturariam uma tartaruga, tendo o marinheiro que bebeu o seu sangue quase falecido com a façanha. Cerca das 21 horas e após enormes esforços, o dóri do capitão e outros três conseguiram passar a ponta dos Capelinhos. Às 23 horas encontraram um pescador que os levou para sua casa, em condições deploráveis. Cerca de uma hora do dia dez era dado o alerta, e saía do porto a lancha a motor *Elite*, que haveria de encontrar mais dois dóris, entretanto já resgatados por pescadores. Cerca das 14 horas, já quando se perdia a esperança, foi chamada a atenção da lancha próximo a Castelo Branco, comunicando-lhe que os restantes dóris já se encontravam em terra. Apesar de toda a emoção do momento, similar à dos náufragos do *Augusto de Castilho*, ainda faltava o oitavo dóri, que, passados dois dias, seria resgatado pela lancha baleeira *Amaral*.

Após a análise destes dois eventos, será de constatar uma guerra sem moral nem ética no mar, em que a lei do mais forte predomina e a artimanha prevalece.

Este facto será ainda mais agravado pelo facto de as potenciais vítimas, conhecendo os mares por onde navegavam, nem pensarem em prestar apoio aos náufragos, uma vez que poderiam cair no mesmo logro que os tripulantes do *Gamo*. Assim, os náufragos ficavam entregues à sua própria sorte.

Este assédio e mesmo má sorte haveria de perdurar para além do dia do Armistício³⁴². Um forte temporal, em meados do mês de Novembro, atiraria quatro cadáveres contra as costas do Faial, partindo-se do pressuposto que se trataria de vítimas de torpedeamento³⁴³.

³⁴² A 27 de Outubro, é visto um possível submarino a navegar muito próximo da costa da Vila Franca do Campo, vindo de sul e a dirigir-se para Oeste, situação que se repete passado um mês, já terminadas as hostilidades.

³⁴³ “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4357 de 23 de Novembro de 1918.

IV

AS RELAÇÕES DE PODER

1. As relações entre as chefias militares e as autoridades civis: consensos e divergências

O presente capítulo visa abordar, nem que seja de uma forma leve, a complexa teia das relações entre os diferentes corpos administrativos, e destes com os corpos militares. A presente investigação permitiu entender a existência de diferentes códigos, como o administrativo, judicial e o militar, com diferentes leis que por sua vez chocavam em virtude da sua falta de harmonização. O próprio GCPD constataria esta realidade num ofício enviado ao director da alfândega¹.

Deste modo, se de uma maneira geral todas as autoridades primaram por uma profícua e estreita ligação durante a Grande Guerra, a verdade é que algumas situações de choque nas áreas de influência aconteceriam entre o governador civil de Angra do Heroísmo e a Junta Geral do distrito, ou mesmo entre a engenharia militar e o DR 26 com a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

No primeiro caso, em Fevereiro 1917, a Junta Geral de Angra do Heroísmo diria ao comandante militar dos Açores, em relação a uma possível intervenção militar naquele corpo: era “ampla (a) autonomia de que gozam os corpos administrativos (...) absolutamente independentes dentro da órbita das suas atribuições. Só os tribunais administrativos pod(iam) anular ou modificar as suas deliberações”². A situação estava relacionada com problemas internos, entre o governador civil e a Junta, pelo que o CMA levantaria a questão ao governador, que a confirmou a mando do MI. A mesma junta acrescentaria que “nem o Governador civil, nem o Governo tem a mais leve ingerência na vida dos corpos administrativos”³, o que foi igualmente confirmado.

¹ Como já foi referido.

² AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, “Ofício n.º 29 da Junta Geral de Angra do Heroísmo” in *Correspondência sobre a alteração da ordem pública, Pastas de notas*, 14 de Fevereiro de 1917, Fia 683. Esta questão não era propriamente nova, na medida em que já em 25 de Novembro de 1916 o Director Geral de Administração Política e Civil havia redigido um ofício ao GCAH, informando-o de que o Ministro havia ouvido a Procuradoria Geral da República, que havia dado razão à referida Junta Geral, em virtude de assim a legislação o prever.

³ *Ibidem*.

Aparentemente, toda esta problemática estaria relacionada com decisões tomadas pela Junta Geral sem a concordância do Governador Civil, levando a que este pedisse uma auditoria administrativa. Por deliberação do auditor, o Governador Civil é instruído pelo Director Geral de Administração Política e Civil no sentido de instaurar dois processos, um a pedir a dissolução da Junta e o segundo a anulação das deliberações tomadas. Levado a recurso ao tribunal administrativo, o resultado foi uma vitória da Junta Geral, em virtude da Constituição e a legislação específica não o permitir. Este triunfo seria o móbil da nota recebida pelo CMA, advertindo que qualquer atitude de força contra aquela Junta não era permitida, mesmo que pedida por outras instituições contra deliberações que se recusasse a cumprir.

É neste enquadramento que o ofício ao CMA é recebido, informando o respectivo vogal, servindo de presidente, que, ao constar publicamente que aquela autoridade superior do distrito pretendia usar da força pública para coagir a Junta Geral ao cumprimento de uma decisão iníqua da auditoria administrativa, e sabendo-se que o comandante militar dos Açores jamais se afastaria das disposições legais, ainda mais que somente com a requisição da presidência da Comissão Executiva ou da Junta Geral, poderia ser prestado esse auxílio interno.

Basicamente, o comandante militar dos Açores é “enrolado” no assunto, por ser o garante da força armada em caso de instabilidade política local. A complexidade dos diferentes regulamentos e legislativa, acentuada por possíveis rivalidades internas, levam a que o Comandante militar despachasse o arquivamento do ofício sem resposta ou comentários.

No segundo caso, ficaria no âmbito da documentação militar interna. Como já se referiu no presente trabalho, aquando da mobilização geral, em 1916, o DR 26 acusa a acção camarária de proteger vários mancebos, permitindo-lhes os processos de amparo para, de seguida, eles emigrarem. Provavelmente, estas denúncias foram passadas ao MG, que por sua vez, as transmitiu ao MI, levando a que este procurasse diligenciar próximo dos governadores civis, uma maior acutilância junto das câmaras e a perseguição à emigração clandestina.

No que concerne à engenharia militar (IFOMA), o capítulo dedicado às relações com a base americana aprofundará esta controvérsia.

2. O sidonismo e a criação do cargo de Alto-Comissário da República nos Açores

Pelo decreto 3.986 de 26 de Março de 1918, Sidónio Pais promulga a criação, durante o estado de guerra, do cargo de Alto Comissário da República nas ilhas dos Açores, para superintender em todos os serviços de administração pública e adoptar as providências excepcionais que em cada caso julgasse necessárias, a bem do interesse das respectivas populações. Além da competência geral que lhe era atribuída como delegado do governo, foram-lhe conferidos os poderes de nomear e demitir as autoridades administrativas e militares de todo o território das ilhas, dando sempre conta aos respectivos ministros das resoluções a tomar. Teria a sua residência habitual em Ponta Delgada, podendo fixar-se em qualquer ponto do território, conforme fosse mais conveniente às exigências do seu cargo⁴.

A escolha recaiu no General José Augusto Simas Machado⁵, filho de pai açoriano⁶, antigo comandante da 1ª e 2ª Divisão do Corpo Expedicionário Português e antigo presidente da Assembleia de Deputados, que entretanto havia regressado de licença ao país em inícios de 1918, para não mais regressar ao Norte de França⁷. O Alto Comissário é apoiado por uma Repartição de Gabinete com as seguintes missões: tratar os assuntos de carácter reservado ou outros por ele determinados; coligir e coordenar os elementos de que careça para estudo para apreciação de assuntos e elaboração de relatório, e fornecer à imprensa as informações por ele entendidas como de divulgação necessária⁸. A Repartição do Gabinete era dividida em duas secções com a seguinte composição: secção militar - um chefe e um adjunto (os dois ajudantes de campo do Alto Comissário), e a secção civil -, com um chefe bacharel em direito e funcionário em serviço no arquipélago e um adjunto (o oficial às ordens do Alto Comissário). Como

⁴ O seu ordenado é alvo de um decreto especial e estipulado em 3.000\$, mais 5.000\$ para despesas de representação, quantias avultadas para a época. Criavam-se assim condições dignas para a representação do Governo Nacional. “Decreto n.º 4032, de 30 Março de 1918” in *Ordem do Exército*, n.º 5, 1ª Série, p. 317.

⁵ “Decreto de 28 de Março de 1918” in *Ordem do Exército*, n.º 5, 1ª Série, p. 249.

⁶ Ferreira, José Medeiros, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?” in *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerra Mundiais*, Fundação Luso-Americana. Lisboa, 2008. Textype, Pág. 65. Questionado o AHM sobre os seus documentos de matrícula, foi referido que estes não tinham paradeiro conhecido.

⁷ O que constituiu uma surpresa para o General Tamagnini, comandante do CEP. Aliás, no norte de França as relações entre Simas Machado e o Comandante do CEP, Fernando Tamagnini de Abreu e Silva, nem sempre foram fáceis. Marques, Isabel Pestana, *Memórias do General - Os meus três comandos de Fernando Tamagnini*, parte II, Viseu, SACRE/Fundação Mariana Alves, 2004, pp. 43-205.

⁸ “Decreto 4688, de 14 de Julho de 1918” in *Ordem do Exército*, n.º 9, 1ª Série, pp. 604 e 605.

chefe da secção civil seria nomeado José Bruno Tavares Carreiro, Secretário-geral do GCPD⁹.

Passados 11 dias da sua nomeação, já o General Simas Machado se encontrava a bordo do *San Miguel*, rumo a Ponta Delgada, chegando a 15 de Abril¹⁰. O *Açoriano Oriental*, ao explicar que o General Simas Machado vem com poderes discricionários, manifesta grande satisfação por esse facto facilitar enormemente a rapidez na tomada de decisões, o que se torna compreensível em virtude do exposto no presente trabalho¹¹.

O jornal descreve que, à sua chegada, para além de muito povo, aguardavam-no as todas as autoridades civis e militares, assim como uma Guarda de Honra de Infantaria e Artilharia. Acompanhado pela família, dois ajudantes e um secretário particular, foi cumprimentado pelo comandante de uma canhoneira americana e pelo Almirante Neuparth, comandante do cruzador *Vasco da Gama*. Ficaria provisoriamente instalado no Hotel Açoriano e terá assumido de imediato o CMA, ordenando ao comandante interino, o coronel António Francisco Martins, o regresso a Angra do Heroísmo¹². Na semana seguinte, sabe-se que o CMA mudou-se para o edifício da Junta Geral, pelo que será de crer que terá sido o local de trabalho de Simas Machado. Pelos órgãos de comunicação social, apenas se constou viver num “palácio”.

Uma das primeiras medidas que o Alto Comissário da República no Açores (ACRA) tomou foi a organização de uma comissão, com vista à escolha de posições e obras de instalação de duas peças de 203 mm, que oportunamente seriam

⁹ Para mais pormenores veja-se o “Decreto n.º 4688 de 14 de Julho de 1918” in *Ordem do Exército*, n.º 9, pp. 604 e 605. A 15 de Maio de 1918, José Bruno Tavares Carreiro já desempenha a função de Chefe de Gabinete do ACRA. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 98 de 15 de Maio de 1918 ao Alto Comissário da República nos Açores” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 157.

¹⁰ A 13 de Abril, são expedidos pelo GCPD os convites a uma série de ilustres para que se apresentem no cais da alfandega para a recepção do General José Augusto Simas Machado, Alto Comissário da República nos Açores.

¹¹ Notícia também avançada pelo *Açoriano Oriental* n.º 4326 de 13 de Abril de 1918 (“Comissário da República”). O novo comandante militar fez-se rodear por um conjunto de Ajudantes de Campo, que, como ele, haviam estado no CEP. Foram, pois, o capitão EMI João Augusto de Fontes Pereira de Melo (Ajudante de Campo), o tenente do 6º GM Baltasar Moreira de Brito Xavier (Adjunto e chefe interino da secção militar) e como seu oficial às ordens, o tenente do RI 13, António Manuel da Mota e Costa (Adjunto e chefe interino da secção civil), todos com excelentes informações. A Secretaria do CMA continuou a trabalhar como antes, devendo enviar toda a correspondência dirigida a entidades de graduação igual ou superior a Simas Machado assinada por este.

¹² Ao que as fontes permitem saber, se o assumiu foi por muito pouco tempo, e sem que existisse um despacho oficial para tal.

desembarcadas de bordo do cruzador *Vasco da Gama*, medida que não terá saído do papel¹³.

Durante a investigação, não foi possível localizar o arquivo desta autoridade. Tanto quanto foi possível averiguar, terá sido entregue ao governador civil de Ponta Delgada, uma vez extinto o Alto Comissariado, sendo guardado no edifício daquela autoridade enquanto se aguardava resoluções superiores. Como tal, a informação adquirida resulta do cruzamento de diferentes fontes com quem Simas Machado, de uma forma ou de outra, colaborou, nomeadamente governadores civis e CMA.

A 1 de Maio iniciaria uma política de relações públicas, que o caracterizariam como “um verdadeiro palaciano em que a todos dirigiu a palavra, tendo para cada pessoa uma frase sempre moldada na mais requinta delicadeza”¹⁴. Pelo *Açoriano Oriental* refere-se serem sempre grandes e deslumbrantes as suas festas, autênticas zonas de influência e socialização, uma vez que eram feitas para a cúpula da sociedade e, em especial, para as principais autoridades nacionais e estrangeiras em Ponta Delgada¹⁵. A sua esposa e filhas, acompanhavam-no, “inexcedíveis de delicadeza para com todas as pessoas” e demonstravam “uma forma bastante correcta e fidalga [e] possuírem todos os dotes de uma educação aprimorada”¹⁶.

São conhecidos almoços e jantares oferecidos ao almirante Dunn, aos representantes dos consulados aliados, ao contra-almirante Augusto Neuparth, a Franklin Roosevelt¹⁷, aos elementos da missão inglesa ou de carácter geral, sem motivo aparente. Em contrapartida, também são realizadas festas de agradecimento por aquelas autoridades ou, como, por exemplo, pelo Clube União Micaelense¹⁸, juntando-se, sempre que possível, o general do Exército e ambos os almirantes. Aliás, o convívio social entre eles não se resumiria a festas, mas também a outras situações, como espectáculos (por exemplo a favor da Cruz Vermelha Portuguesa no coliseu Avenida) ou a juramentos de bandeira no RI 26.

¹³ António José Telo refere que o Comandante da Defesa Marítima, Augusto Neuparth, também o havia referido em relatório apresentado ao Ministro da Marinha. Telo, A. J., “O sidonismo e a base em Ponta Delgada” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 136.

¹⁴ Teria mesmo ultrapassado todas as festas até então feitas, e que não seriam em pouco número. “No Alto Comissário, uma festa deslumbrante”, *Açoriano Oriental* n.º 4339 de 13 de Julho de 1918.

¹⁵ “a mais selecta aristocracia”. *Ibidem*.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Sobre a passagem de Franklin D. Roosevelt pelos Açores, veja-se Mesquita, Mário, “A escala de Roosevelt nos Açores durante a I Guerra Mundial” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLIV, 1986, pp. 37 – 59.

¹⁸ “Festa no Club Micaelense”, *Açoriano Oriental*, n.º 4340 de 13 de Julho de 1918.

Em questões sociais, o ACRA ainda ficaria conhecido como um benfeitor de algumas casas de beneficência ou aos pobres, por intermédio do *Açoriano Oriental*¹⁹. São também conhecidas visitas suas aos hospitais, com destaque na fase da gripe espanhola, altura em que seguiu também em visita às restantes ilhas atingidas pelo flagelo, acompanhado pelo delegado de Saúde, dr. Jaime Tavares Neto, com o objectivo de se inteirar dos acontecimentos e tomar as necessárias providências.

3. As atribuições do Alto-comissário

O poder atribuído ao ACRA, no que concerne à actividade civil, manifestava-se por intermédio de portarias e decretos, tocando em praticamente todas as áreas da sociedade. Por exemplo, a nível judicial²⁰, pecuniário²¹, eleitoral²², alfandegário, ou no controlo de géneros, como já foi visto. Nomeava²³ e deponha governadores civis, ordenando mesmo a reclusão de um por 12 dias no forte de São Brás, em Ponta Delgada²⁴. Chega a repor as autoridades administrativas, nomeia as comissões de censura e decreta recenseamentos²⁵.

¹⁹ Atribuiu 5.000 réis insulanos (5 escudos) por alma dos soldados portugueses mortos no norte de França. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4333 de 1 de Junho de 1918. A 5 de Outubro faria nova entrega de 10.000 réis, nas comemorações da implantação da República. “Benemerência”, *Açoriano Oriental*, n.º 4352 de 12 de Outubro de 1918.

²⁰ Por exemplo, o arranque do novo movimento judicial na comarca de Ponta Delgada, a 11 de Dezembro de 1918. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4359 de 7 de Dezembro de 1918. Outro exemplo será a comarca da Ribeira Grande, sem juiz desde 1 de Janeiro de 1915. A 27 de Agosto de 1918, o GCPD dá a conhecer ao ACRA a grande necessidade de interceder junto do Secretário de Estado da Justiça para se nomear novo magistrado. De acordo com o delegado do Procurador da República na referida vila, a acção da Justiça encontrava-se praticamente paralisada. Sugere-se que, enquanto não chegar, seja essa função assegurada pelos juizes da Vila Franca do Campo ou da Povoação. Na ausência de juiz, por lei, seria a função provisoriamente assumida pelo Presidente da Câmara, que neste caso era solicitador judicial, assim como o filho. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 142 de 27 de Agosto de 1918 ...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 210.

²¹ Ordenou o levantamento do manifesto bovino em toda a ilha, atitude louvada e referida como de largo alcance pelo *Açoriano Oriental*. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4355 de 9 de Novembro de 1918.

²² Ordenou uma sindicância rigorosa às irregularidades verificadas nas eleições gerais e na mesa da Misericórdia da Horta. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4331 de 18 de Maio de 1918. Também o faria para apurar a forma como havia sido feita a apreensão de milho a uma firma comercial, em Fevereiro desse ano, por parte da administração do concelho. *Idem*, n.º 4333 de 1 de Junho de 1918.

²³ Por exemplo o da Horta, o que foi anunciado pelo *Açoriano Oriental* n.º 4332 a 25 de Maio de 1918 (“Informações”).

²⁴ Não se conhece os contornos da questão. O tenente-coronel Mário Augusto Teixeira entra em funções na semana de 2 de Março de 1918, sendo exonerado e depois preso na semana de 27 de Julho. Sem adiantar nada, o *Açoriano Oriental* mostra-se solidário. O ex-GCPD saíria na semana de 3 de Agosto, sendo muito cumprimentado, inclusive pelos seus inimigos políticos, a que se juntaram os seus amigos, que o queriam alegrar com uma festa, o que ele declinou. Uma vez junto à família, regressou ao continente, onde sim, faria a festa. “Tenente-coronel Mário Teixeira”, *Açoriano Oriental*, números 4341 de 27 de Julho de 1918 e 4342 de 3 de Agosto de 1918.

²⁵ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4343 de 10 de Agosto de 1918.

Tinha capacidade financeira para adiantar empréstimos a organizações administrativas como a Junta Geral e à Câmara Municipal de Ponta Delgada, quando estas instituições já se encontravam com dificuldades monetárias²⁶, chegando mesmo a intervir no pagamento dos ordenados em atraso aos funcionários das Obras Públicas²⁷

A autoridade do ACRA actua também a nível dos presos políticos. A 1 de Agosto de 1918, o GCPD adverte o Comissário de Polícia Cívica para a necessidade de se assegurar da fuga da ilha dos dois presos libertados pelo general Simas Machado no dia anterior²⁸. O próprio regresso do comandante militar dos Açores reflecte a necessidade de uma presença militar forte naquela ilha. O final de ano seria amplamente marcado por questões de saúde pública e graves situações de natureza política. A ordem emanada por Simas Machado para que o CMA regressasse a Angra bem o demonstra: “Tendo-me o Governador civil do Distrito de Angra do Heroísmo comunicado certos factos de natureza política que ultimamente se têm produzido naquela cidade altamente prejudiciais à disciplina, denotam a existência de elementos hostis à actual situação política do País e provocadores de conflitos na guarnição militar da mesma cidade”²⁹, situação agravada pela ideia de que, a partir da “comunicação feita pela referida autoridade não existe entre ela e o comandante militar da localidade a harmonia que seria de desejar, chegando aquela a acusar este de falta de energia”³⁰.

Torna-se assim urgente a presença do comandante militar dos Açores em Angra, a fim de, pela sua inteligência, prudência, firmeza e disciplina, evitar problemas entre ambas as entidades e manter o controlo da guarnição, nem que para tal tivesse que apresentar-lhe novas medidas com vista a manter o prestígio do Exército e da disciplina³¹. A mudança do CMA para Angra é o culminar de uma série de eventos que se manifestaram com mais intensidade na ilha Terceira, mas igualmente sentida em S. Miguel e, provavelmente, Santa Maria, embora com causas diferentes. Já a 14 de

²⁶ No primeiro caso, 44 contos e, no segundo, 4 contos fortes, pelos cofres do Estado. “Adiantamentos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4347 de 14 de Setembro de 1918.

²⁷ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4348 de 14 de Setembro de 1918.

²⁸ São eles João Luís e João Luís Máximo, condenados pela comarca de Angra do Heroísmo. Deviam apresentar-se diariamente no Comissariado. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º Ofício 137 de 18 de Agosto de 1918...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 196. Em inícios de Maio, a mesma situação com o preso Manuel Augusto de Amaral. GCPD dá conhecimento ao Delegado do Procurador da República que havia comunicado o facto ao Ministério da Justiça. *Idem*, p. 315.

²⁹ RepJust/QG/ZMA, “Nota confidencial 733 M da Repartição do Gabinete/Secção Militar ao Comando Militar dos Açores”, in *Transferência do CMA para Angra do Heroísmo, Pastas de notas*, 25 de Dezembro de 1918. Processo 13 XXXII.

³⁰ *Ibidem*.

³¹ O Comandante Militar dos Açores partiu para a ilha Terceira às 6 horas do dia 27 do mesmo mês, a bordo da canhoneira *Mandovy*.

Setembro a Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Povoação havia pedido apoio para a força militar requisitada para o concelho³² e, a 29 de Setembro, se apresentara uma força de comando de Sargento e 24 soldados no Comissariado de Polícia de Ponta Delgada para a manutenção da ordem pública.

Para além do auxílio prestado à delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada (como já se abordou no capítulo sobre as pestes e epidemias), a actividade do ACRA em plena calamidade seria bem exposta pelo dr. Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara ao Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa:

“Foi então que S. Ex.^a o Alto Comissário da República nos Açores deliberou tomar sobre si a direcção suprema de tudo quanto fosse preciso fazer para a debelar, tendo eu, na qualidade de presidente da Delegação e para isso escolhido pela Direcção a que tenho a honra de presidir tomado parte na reunião convocada por aquele ex. senhor, a qual tinha por fim estudar a forma mais prática de combater a epidemia, evitando a sua propagação, e auxiliar os muito pobres, indigentes mesmo, a quem faltavam os mais rudimentares recursos, tanto em agasalhos como em tratamento. Entre as diversas deliberações tomadas, nessa reunião, além da nomeação de uma “Comissão Central de Assistência” composta de cavalheiros de comprovada competência e na sua maioria sócios da Cruz Vermelha, houve a de se abrir imediatamente uma subscrição pública que num pequeno espaço de tempo atingiu a soma de quinze mil escudos que, junto a vinte mil fornecidos pelo Governo da República, era quantia mais que suficiente para fazer face a todas as despesas”. Além dos serviços que junto de S.^a Ex.^a o Alto-comissário da República nos Açores prestei, auxiliando-o em tudo quanto me foi possível e acompanhando-o em visitas a doentes tanto na cidade como fora dela”³³.

³² Não se tornou perceptível o motivo pelo qual foi pedido o uso da força militar estacionada na sede do concelho. Contudo, a comissão pede material de aquartelamento, porque é muito pouca a capacidade financeira para os adquirir. Segundo a mesma, a demasiada carestia dos preços estava-se a tornar um encargo por demais oneroso ao município, que se debatia com uma grave crise financeira há três anos, em virtude da diminuição da receita mais importante, ou seja, os impostos directos. A diminuição das importações dos géneros de consumo causada pela guerra submarina apenas poderia assegurar o transporte deste material, que por constituir uma despesa nunca inferior a 500\$00, esperava-se que pudesse ser fornecida pelo RI 26. O despacho do General Simas Machado é indeferido, porque só às Câmaras Municipais competia fornecer os artigos sempre que as forças fossem requisitadas pelas autoridades administrativas.

³³ AMMA – FCVPD, “Ofício ao Presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha de 21 de Dezembro de 1918” in *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*. Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, pp. 27 a 33. Para além dos hospitais e das outras ilhas afectadas, em Ponta Delgada, visitou o posto de desinfectação e o Hospital do Isolamento. O *Açoriano Oriental* diria mesmo ter sido uma pessoa que houvera empregue todos os esforços no combate à epidemia ao mais alto nível.

Proibiria os ajuntamentos³⁴ e impor medidas de quarentena a bordo das embarcações que escalassem os portos³⁵, em especial os oriundos de Lisboa (que, para além da gripe espanhola, aparentemente também sofriam de varíola), controlada por fiscal da Junta Geral.

As suas medidas foram, inclusivamente, tomadas ao nível do próprio Código da estrada, impondo um limite máximo de 15 km por hora às viaturas automóveis³⁶, ou na proibição de venda de bebidas a militares, como atrás já foi referido.

Por sua vez, a sociedade clama a solução de muitos problemas ao ACRA. Ao nível das exportações (em especial nas proibições)³⁷, nos transportes³⁸, a propósito da extinção dos liceus centrais a cargo do Estado (em especial o caso de Angra, ao que Simas Machado acalma, dizendo que não acontecerá³⁹). Neste contexto, daria especial atenção aos produtores de ananás, prometendo fazer eco das suas manifestações junto ao Governo⁴⁰.

Em outras situações, teria influências junto do governo central, como por exemplo, na proposta de nome do liceu da Horta para Manuel Arriaga, ou na reposição das Comissões Administrativas e Juntas de Freguesia⁴¹.

³⁴ Por exemplo, as sessões da Direcção da Cruz Vermelha foram interrompidas e, à semelhança do resto do país, as escolas devem ter fechado. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4352 de 12 de Outubro de 1918. Sabe-se que no continente foram encerradas as salas de espectáculo, feiras e romarias, medidas que acabariam por serem levantadas, por ficarem sem sentido mediante a generalização da doença.

³⁵ O ACRA terá determinado que, uma vez aportado o vapor *San Miguel* ao porto de Ponta Delgada, se executasse uma série de medidas de segurança, uma delas a quarentena por sete dias. Tanto quanto se poderá entender pela documentação, a custos particulares e sem excepções. Incluía-se também a desinfecção das malas. Este excerto de texto corresponde a uma língua de papel, dobrada no interior do *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 495. Será seguramente de 1918, uma vez que o ACRA é referenciado. Alias, esta situação é prevista no artigo 13º do Regulamento do serviço de bordo dos vapores da EIN. Moraes, A.A. “A Insulana e a sua frota” in *Atlântida*, vol. XLV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano da Cultura, 2000, p. 46. Neste processo assumem particular importância os remadores do escalor de saúde. Em 1914, o peso da despesa com os mesmos é tido como excessivamente alto, correndo-se o risco de o serviço ficar paralisado sem que os corpos administrativos do Governo Central nada possam fazer. Neste caso, a responsabilidade passaria a ser da Junta Geral. BPARPD – FGCPD, “Ofício 112 de 20 de Junho de 1914 ao Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral” in *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 17.

³⁶ “Informações”, *Açoriano Oriental*, de 4 de Março de 1918.

³⁷ O caso da farinha, por exemplo. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4331 de 18 de Maio de 1918.

³⁸ Para que faça encurtar o espaço de tempo entre os vapores de carreira, de forma a não prejudicar o comércio. “Vapores de Carreira”, *Açoriano Oriental*, n.º 4342 de 3 de Agosto de 1918.

³⁹ “O nosso liceu central”, *Açoriano Oriental*, n.º 4347 de 7 de Setembro de 1918.

⁴⁰ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4353 de 26 de Outubro de 1918.

⁴¹ Na semana de 27 de Julho de 1918. Estas haviam pedido a sua demissão aquando da exoneração do tenente-coronel Mário Teixeira. A ordem terá partido do chefe do Partido Regionalista, José Maria

No próprio dia do armistício, a notícia recebida pelo ACRA é retransmitida ao CMA, ordenando-se o hasteamento da bandeira nacional, assim como a salva de 21 tiros pela B2AM. A banda regimental do RI 26 receberia ordem para percorrer as ruas de Ponta Delgada tocando o hino nacional, parando à frente do seu edifício, base naval americana e consulado britânico, tocando os respectivos hinos dos aliados.

No dia seguinte seria felicitado pelas outras ilhas, com destaque para os comandos de ilha, constatando-se uma alegria generalizada, com destaque para a sofredora ilha de Santa Maria. Um pouco por todo o lado, as fachadas iluminavam-se, agitavam-se bandeiras aliadas, as filarmónicas tocavam e rezavam-se missas, à mistura com importantes discursos, que enalteciam o heroísmo e a vitória dos aliados.

No dia 9 de Abril de 1919, dia comemorativo da Batalha de La Lys, realizar-se-ia uma parada militar na Avenida Duque de Bragança para comemorar a efeméride. É pedido ao Presidente da Associação Comercial de Ponta Delgada que o comércio feche mais cedo e são convocados os alunos para comparecerem no local. Por decreto de lei de 9 de Julho de 1919, é feriado, para solenizar a paz, e o GCPD convoca uma reunião dois dias depois para os preparativos da festa.

No meio militar, destaca-se a visita aos quartéis, de forma rotineira. Estando já o dispositivo final da guerra praticamente montado à sua chegada, aparentemente não terá feito grandes mudanças, limitando-se a acompanhar de muito perto as restantes movimentações. De destacar será o facto de ter mandado louvar, em portaria, a acção da tripulação do *Augusto de Castilho*.

Terminado o conflito e ultrapassada a complexa situação derivada do surto de gripe pneumónica, a acção do ACRA deixou de se fazer sentir, como do antecedente. A 26 de Março de 1919, daria indicações ao CMA para que preparasse a saída dos seus adjuntos, assim como a publicação dos respectivos louvores.

Esta fase marca a sua saída dos Açores. A análise efectuada ao *Açoriano Oriental* não permitiu constatar ao certo o dia, nem mesmo por intermédio da documentação oficial consultada. Contudo, os factos apontam para o final do mês de Março. Entre 23 e 29, para além das questões relacionadas com os seus adjuntos, o ACRA mandaria entregar o arquivo ao GCPD e o referido jornal anunciaria a vinda de

Raposo de Amaral. “Corporações administrativas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4331 de 18 de Maio de 1918. É conhecida uma situação em que um dos seus ajudantes de campo foi à capital resolver um pendente em seu nome, o que concretizou com sucesso.” *Informações*, *Açoriano Oriental*, n.º 4343 de 10 de Agosto de 1918.

um novo ACRA, o que não se verificou⁴². A 7 de Julho ainda se vivia um clima de indefinição em relação a esta situação⁴³.

4. O Comando da Defesa Marítima dos Açores

“Desde a noite de Domingo último que se encontra no nosso porto o cruzador *Vasco da Gama*. A necessidade da permanência, aqui, de um navio de guerra português, impunha-se por muitos motivos, dado o melindre da hora que atravessamos e a importância excepcional do porto de Ponta Delgada, como base naval dos aliados. (...) O seu comandante é uma figura de destaque na armada portuguesa, havendo brilhantemente desempenhado altas missões, entre as quais as de Ministro da Marinha no gabinete de Bernardino Machado. Inteligente, honesto e enérgico, alheio à política e acima de tudo português, o capitão-de-mar-e-guerra Augusto Neuparth saberá cumprir com a melindrosa missão que lhe foi confiada pelo governo da República”⁴⁴.

É desta forma que o *Açoriano Oriental* noticia a chegada ao porto micalense daquele que, no próprio dia da notícia, seria nomeado Chefe da Defesa Marítima dos Açores, três dias antes do decreto que criou o Alto Comissário da República para os Açores. Já seria nessa qualidade que Augusto Eduardo Neuparth⁴⁵ se apresentaria ao CMA em 30 de Março e ao GCPD, a bordo do cruzador *Vasco da Gama*.

⁴² “Vem ocupar o lugar de Alto Comissário da República nos Açores, o sr. Contra-almirante Borja de Araújo, comandante da base naval que combateu os revoltosos monárquicos do Porto”. “Informações, *Açoriano Oriental*, n.º 4375 de 29 de Março de 1919. À partida do almirante Jackson, a autoridade que lhe faria o almoço de despedida seria o GCPD, nada se referindo no *Açoriano Oriental* sobre as autoridades militares portuguesas.

⁴³ Nesta data o GCPD informa o CMPD que o arquivo e mobiliário do ACRA se encontra no GC desde 26 de Março, fechado a aguardar substituto ou não do general Simas Machado. Nesta fase de indecisão, caso não existisse substituto, seria colocado à disposição do MI. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 90 de 7 de Julho de 1919 ...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 349.

⁴⁴ “Vasco da Gama”, *Açoriano Oriental*, n.º 23 de Março de 1918. De acordo com António José Telo, a missão do *Vasco da Gama* nos Açores prendeu-se com a necessidade de afirmar a autoridade portuguesa no território face a instalação de uma base naval americana em Ponta Delgada, tratando-se da mais importante unidade de marinha portuguesa, mas incapaz de realizar guerra submarina. Telo, A. J., “O sidonismo e a base em Ponta Delgada” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p.135.

⁴⁵ Oficial de Marinha de Guerra Portuguesa, o vice-almirante Neuparth nasceu em Lisboa em 1859 e assentou praça em 1879, como aspirante na Escola Naval, sendo promovido a guarda-marinha em 1881. Em Dezembro de 1885 é promovido a segundo-tenente e em 1889 a primeiro-tenente, já com a especialidade de Hidrógrafo. Seria capitão-tenente em 1898, capitão-de-fragata em Novembro de 1908 e capitão-de-mar-e-guerra a Fevereiro de 1915. Como oficial general, foi promovido a contra-almirante a 24 de Agosto de 1917 e a vice-almirante a 23 de Maio de 1919.

Tónica dominante ao longo dos seus louvores, o vice-almirante Neuparth é caracterizado por ser zeloso, competente, patriota e cumpridor de valiosos serviços. Entre 1884 e 1890, a sua progressão na carreira militar passaria pela formação a bordo de diferentes classes de navios e comissões em terra, na metrópole e no ultramar, algumas das quais com relevantes serviços ao país. Da sua obra destaca-se, para além de relevantes serviços hidrográficos nas colónias, a delimitação de fronteiras em Moçambique, o resgate de reféns e acção de combate⁴⁶.

O cargo de maior destaque seria o de Ministro da Marinha, que ocupa com zelo, inteligência e patriotismo⁴⁷. A 2 de Janeiro de 1918 é nomeado para o cargo de comandante do cruzador *Vasco da Gama*, cargo de que é exonerado a 23 de Abril do mesmo ano, quando já se encontra nos Açores.

A sua acção nas ilhas não se encontra totalmente esclarecida. Por decreto de 23 de Março de 1918 foi nomeado comandante em chefe dos Serviços de Defesa Marítima dos Açores. No seu registo nos Livros Mestres da Marinha de Guerra Portuguesa, este cargo encontra-se associado ao comando do *Vasco da Gama*, navio que deixa de comandar no mês seguinte. Contudo, o cargo deixa oficialmente de ser desempenhado a 3 de Janeiro de 1919, embora desde 1 de Novembro de 1918 já o almirante estivesse colocado na 2.ª Direcção-Geral da Marinha, em Lisboa. Em Ordem da Armada de 1919, é nomeado, desde 8 de Janeiro de 1919⁴⁸, Director Geral da 3.ª Direcção-Geral de Marinha (cargo que desempenha até 30 de Abril de 1920).

A sua passagem pelo Açores poderá ser caracterizada, de acordo com alguns autores⁴⁹, como de certa resistência aos interesses americanos no arquipélago, eventualmente com simpatias germanófilas. Efectivamente, em 1924, o CMA e os governadores civis, com destaque para o de Ponta Delgada, ficariam a braços com uma situação complexa em que a figura do almirante é colocada em realce, por supostos indícios de simpatia pelos alemães. Em missão vulcanológica aos Açores, o Dr.

⁴⁶ Em 1909, durante 15 dias, assume o comando do cruzador Adamastor e entre 1910 e 1913 é nomeado capitão do porto de Mormugão (Índia) e ainda no mesmo ano, capitão dos portos do Estado da Índia, onde efectua importantes estudos, que o levaram a ser louvado pelo Governo da República. Nesse mesmo ano regressa à metrópole e assume, interinamente, o cargo de Sub Chefe da 3ª Repartição da Direcção Geral da Marinha.

⁴⁷ Nomeado a 9 de Fevereiro de 1914. Em Maio de 1916, seria nomeado para outro cargo de renome, nomeadamente, para presidente do Tribunal da Marinha (em regime de substituição).

⁴⁸ Nos livros mestres deste militar, por lapso, aparece o ano de 1918. Contudo, pelo cruzamento de informação (em Janeiro de 1918, Neuparth assume o comando do *Vasco da Gama*, e pela sequência da informação, denota-se claramente um lapso por parte do escriba.

⁴⁹ Telo, A. J., “O sidonismo e a base em Ponta Delgada” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 137- 141.

Friendlaender vem com uma carta de recomendação pessoal de Neuparth. Na ausência de instruções superiores, as autoridades procuram vigiar a intensa acção do estudioso alemão em todas as ilhas, que se supõe em missão de espionagem. A questão envolve mesmo três ministérios, em que do Interior e da Guerra nada de conclusivo se sabe, existindo apenas por parte do capitão do Porto de Ponta Delgada uma ordem oficial de apoio por parte da Direcção Geral de Marinha. Apesar destas indefinições, durante cerca de um mês o dito geólogo e o seu assistente passeiam livremente por todas as ilhas, alugando inclusivamente um rebocador e retirando inúmeras informações, tidas como de interesse militar, o que lhe valeu em termo de piada e, por parte do GCPD, a ideia de que se fosse em tempo de guerra era um espião⁵⁰.

A sua actividade operacional nos Açores rapidamente se desligou do Comando do *Vasco da Gama*, como já atrás se referiu. Ao *Vasco da Gama* é ordenada a partida para a Horta, onde se mantém pelo menos até Outubro desse ano, regressando para que o pessoal médico auxilie o combate à gripe espanhola no hospital de Ponta Delgada, como anteriormente já foi referido.

O comandante Neuparth mantém-se em Ponta Delgada durante este período e,, tanto quanto foi possível entender, à semelhança de Simas Machado, tenta sustentar uma Política de relações públicas, quer com o ACRA quer com o almirante Dunn⁵¹.

De acordo com António José Telo, o almirante Neuparth apresentaria ao Ministro da Marinha um série de reservas sobre a relação dos micaelenses e o amigo americano, afirmando mesmo que os açorianos teriam tendências separatistas. Em relatórios ao Ministro da Marinha, sugere que se dispense a ajuda americana, defendendo um reforço naval português significativo na zona. O almirante Neuparth tinha uma opinião negativa sobre a ajuda americana dada às populações e a forma como as autoridades americanas se relacionavam com as portuguesas, chegando mesmo a suspeitar que uma solicitação de apoio americana ao *Vasco da Gama*, tinha tido como objectivo afastá-lo politicamente de Ponta Delgada. Por fim, minimiza a acção naval estrangeira, referindo mesmo que o grande investimento estaria a ser feito na promoção

⁵⁰ Em todo o caso, as iniciativas feitas pelo Comando Militar dos Açores no sentido de identificarem a sua verdadeira identidade e actividades, colocam-no fora das lista dos notáveis da época e dos estudiosos da área de diferentes nacionalidades, chegando-se mesmo a declarar que em situações análogas anteriores o mesmo indivíduo chegou a ser preso por esse motivo, por um oficial da Marinha portuguesa, em Cabo Verde.

⁵¹ Ainda como comandante do *Vasco da Gama*, daria a 7 de Abril uma recepção a bordo, a que se seguiria um programa musical. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4326 de 13 de Abril de 1918. Encontrava-se o ACRA a bordo de *San Miguel*, a caminho de Ponta Delgada.”Comissário da República”, *Ibidem*.

da imagem e comércio americano com os locais, o que não deixou de ser verdade, como adiante se verá.

A sua presença no seio da sociedade micalense é sempre muito destacada e afagada. No *Açoriano Oriental* de 18 de Maio de 1918, são dadas as felicitações ao recentemente promovido contra-almirante, já ex-comandante do *Vasco da Gama*. Aliás, Neuparth sabe como explorar a atenção dos órgãos de comunicação social. A 24 de Maio ofereceria, na sede do comando da Defesa Marítima em Ponta Delgada, um jantar aos jornais *Açoriano Oriental*, *Diário dos Açores*, *O Protesto* e *A República*, em honra da imprensa micalense.

Bem ao estilo da época, com uma sala deslumbrantemente ornamentada e delicado menu (e actuação de quarteto), decorreu um animado jantar em que se trocaram várias impressões e vivas, algumas das quais relacionadas com estadia de Neuparth em São Miguel na década de oitenta do século XIX, enquanto guarda marinha. Referiu sentir-se muito bem entre os jornalistas, uma vez que afirma não militar em nenhuma grei partidária, procurando sempre, tal como a imprensa, o bem-estar social. Entre discursos e brindes, passou a ideia de um contacto aberto aos defensores da classe operária e as cúpulas da elite da sociedade micalense⁵². Este contacto com as cúpulas está patente, por exemplo, na palestra já referida de Adolfo Trindade no Clube União Micalense, em conjunto com o ACRA, nos juramentos de Bandeira do RI 26 ou em recitais nas Furnas para a Cruz Vermelha Portuguesa⁵³.

A 28 de Setembro, o *Açoriano Oriental* anuncia o pedido de exoneração do almirante, por ter sido chamado a Lisboa pelo Governo. Em tom de despedida, o mesmo jornal refere:

“É-nos sumamente grato acentuar a alta consideração e estima que todos os micalenses tributam de sua Ex.^a(...). O sr. Almirante Augusto Neuparth, além de ser uma glória da marinha portuguesa, é, na sociedade, um cavalheiro de fino porte e delicadas maneiras (...). Neste momento (...) seja permitido exarar a nossa admiração e respeito pelo ilustre oficial”⁵⁴.

⁵²“Em honra da imprensa micalense”, *Açoriano Oriental*, n.º 4333 de 1 de Junho de 1918. Nesse número, o semanário anunciava para breve a chegada da sua esposa e filho. “Informações”. *Ibidem*.

⁵³“Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4344 de 24 de Agosto de 1918.

⁵⁴“Almirante Augusto Neuparth”, *Açoriano Oriental*, n.º 4350 de 28 de Setembro de 1918. O almirante também ficaria em boa memória por ser benemérito, como por exemplo com o Asilo de Infância Desvalida, a quem na semana de 18 de Maio, ofereceu 25.000 réis. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4331 de 18 de Maio de 1918.

A 20 de Outubro de 1918 o Comandante Interino da Defesa Marítima dos Açores, Luís Constantino de Lima, comunica ao GCPD ter assumido funções, e a 26 de Outubro o *Açoriano Oriental* noticiaria a sua partida para Lisboa.

O vice-almirante Augusto Neuparth, tanto quanto os seus registos nos Livros Mestres deixam entender, encontrava-se no dia do Armistício a exercer cargos em duas das direcções-gerais de Marinha, tornando-se director da 4.ª Direcção em Abril de 1920.

Uma vez terminada a Grande Guerra, o almirante Neuparth seria condecorado em 1919 e novamente em 1920 (com seis condecorações, uma das quais específica pela sua missão nos Açores) e dois louvores, um dos quais com as referências a lealdade e zelo⁵⁵.

A figura deste distinto oficial da Marinha de Guerra poderá e deverá ser alvo de futuros estudos. Se os seus documentos de militar levantam alguma confusão sobre a época em concreto em que passou pelos Açores, o facto de ter sido uma voz dissidente ao apoio e presença americana, em contrapartida a uma possível consideração germanófila, merece uma análise mais profunda.

Um facto é assente: o almirante Neuparth gozou de muitas simpatias por parte dos órgãos de comunicação micalense, apesar da sua acção ter sido ofuscada logo a partir do momento em que o General Simas Machado chega à ilha de São Miguel. Sobre a sua actividade operacional, pouco se sabe. Aparentemente, ter-se-á limitado a gerir a defesa marítima a partir das determinações do ACRA, embora, de acordo com António José Telo, pelo menos numa situação de forma reticente⁵⁶.

⁵⁵ Até à sua aposentação, em Fevereiro de 1922, desempenharia também os cargos de Presidente da Comissão Permanente Liquidatária de Responsabilidades e da 2ª Direcção-Geral Adjunta. Ao longo da sua vida, também desempenhou funções ligadas à organização dos serviços hidrográficos do país e de ligação a vários organismos estrangeiros. Faleceu a 24 de Agosto de 1925.

⁵⁶ De acordo com este historiador, uma das primeiras acções do Alto Comissário foi a de afastar o *Vasco da Gama* de Ponta Delgada para a Horta, por o considerar inútil para a defesa de São Miguel e o seu comandante constituir um foco de conflito político com os americanos, ordem que, apesar de reticente, é cumprida pelo almirante. Como já foi referido, foi possível constatar a partida e manutenção da embarcação naquela ilha, mas não do almirante.

5. A Base Naval Norte-Americana: o papel do Almirante Dunn

5.1. O contexto militar

“Com o estabelecimento dos americanos na nossa terra está a navegação do Atlântico garantida contra as investidas inimigas, e protegida contra a espionagem; é o complemento da estratégia marítima dos aliados cujo raio de acção são as costas do Continente”¹.

O texto apresentado reflecte o sentimento generalizado dos micaelenses com o estabelecimento da base naval americana em Ponta Delgada a partir do Verão de 1917. A própria base acabaria por resultar numa das consequências do bombardeamento de Ponta Delgada a 4 de Julho de 1917.

Nesse ano decisivo para o desfecho da guerra, a Alemanha encontrava-se em inferioridade numérica na frente ocidental, mas capaz de apostar na guerra submarina, com a convicção de que poderia submeter a Inglaterra, embora com um alto preço: a entrada dos EUA no conflito. O risco é corrido, com efeitos terríveis numa campanha sem restrições numa ampla zona do Atlântico, conduzindo à entrada do referido país em Abril do mesmo ano. Aos Açores é retirado o papel periférico do teatro de operações para subitamente se tornar, por excelência, um ponto importante para o reabastecimento de submarinos em alto mar, aliás, como já se viu no capítulo sobre a actividade submarina. Neste enquadramento, as ilhas tornam-se numa das principais preocupações americanas na defesa das suas próprias costas e transporte dos reforços, paralelamente ao interesse inglês em assegurar o controlo vital aos seus portos.

Em virtude de não ter unidades navais disponíveis para uma defesa capaz das ilhas açorianas e correr o grave risco de perder a guerra, a Inglaterra deixa então a defesa das mesmas aos EUA, sem que o Estado Português seja consultado, atitude que se manterá praticamente sempre em relação a qualquer tomada de decisão importante sobre os Açores. A 18 de Junho de 1917, chega a Ponta delgada o navio

¹“Base Naval dos estados Unidos da América do Norte em Ponta Delgada: em Política exterior dos estados Unidos na América do Norte – o presidente Wilson e a guerra europeia – a ocupação da ilha”, in *Revista Michaelense*, *Revista Michaelense*, n.º 1, Edição de Aires Jácome Correia, Ponta Delgada, 1918, pp. 76.

carvoeiro americano *Orion*, com o objectivo de descarregar o carvão para a constituição de um depósito de 10 000 t, apesar de já existir um monopólio do carvão na ilha, assegurado por empresas locais e pelo Almirantado Britânico. O objectivo deste novo depósito seria apoiar os pequenos navios, normalmente isolados e lentos, que atravessassem o Atlântico, tornando-se o alvo de uma Alemanha bem informada que ordena ao seu outrora submarino-cargueiro *Deutschland*, transformado em unidade de combate, a destruição do novo depósito em Ponta Delgada. Travou-se um duro combate de artilharia entre o *U-155* e uma das peças do *Orion*, com o apoio deficiente das baterias portuguesas, a 4 de Julho de 1917, terminando com o afastamento da unidade alemã. Aparentemente, o ataque confirmava a teoria americana sobre o interesse alemão pelos Açores, pelo que, ainda antes do fim do mês, chegariam a Ponta Delgada o navio-base *Phanther* e cinco antiquados *destroyers* a carvão, formando a designada 1.^a Divisão, constituindo-se deste modo uma base da US Navy nas ilhas, embora sem estatuto oficial. Os Açores tornam-se um ponto intermédio na travessia oceânica das pequenas escoltas costeiras oriundas dos EUA com destino a França, ou mesmo de reparação de embarcações. A missão da 1.^a Divisão é, pois, cobrir a área geral dos Açores, impedindo a sua utilização pelo inimigo, bem como o socorro a náufragos e embarcações em dificuldades.

Por parte da Marinha de Guerra Portuguesa, improvisa-se para Ponta Delgada uma rede metálica contra torpedos e implementa-se um serviço de patrulhas, com pequenos barcos, de modo a evitar a aproximação em total surpresa de submarinos. Simbolicamente, passa a existir também uma unidade da marinha em permanência, por períodos mais ou menos longos, no porto.

Procurando desincentivar o uso e construção de cruzadores-submarinos em missões de ampla acção, a Inglaterra monta próximo da cidade uma estação de rádio com vista à detecção das unidades alemãs por intermédio da decifração de mensagens, localização da fonte emissora por triangulação e criação de um serviço que reunisse todas as informações dos referidos submarinos num raio de 500 milhas. Foi também criada uma pequena missão naval para determinadas operações especiais não previstas pelos americanos, como a organização da dragagem de minas, contra-espionagem, etc.

Em finais de Agosto de 1917, seria ordenada à 1.^a Divisão para avançar para França, onde poderia ser mais bem aproveitada, sendo rendida por uma nova força, com o monitor *USS Tonapah*, três *destroyers* e uma divisão de submarinos. A missão

desta força corresponde de modo similar à rendida, sendo a sua área de acção maior, incluindo o arquipélago da Madeira e estendendo-se até às Canárias.

A situação dúbia e cada vez mais difícil da presença americana, face às autoridades portuguesas, e à necessidade de melhorar as suas condições levam os EUA a um pedido oficial a Portugal para o estabelecimento de uma base naval em Ponta Delgada, ao que junta um pedido para o reforço da defesa porto. O assentimento é dado a 8 de Novembro e o almirante Sims, Comandante da US Navy na Europa, nomeia o almirante Dunn para comandar a “nova” base americana nos Açores, ordenando o envio de força de fuzileiros e de hidroaviões para patrulharem o arquipélago, bem como a instalação de uma bateria de defesa de costa para a protecção do porto. Apesar dos efectivos inicialmente propostos e recusados por Portugal e Inglaterra, o almirante Dunn acaba por desembarcar em Ponta Delgada com uma estrutura composta em 1918 por 150 fuzileiros, cujo equipamento normal tinha dez hidroaviões, duas baterias de terra para a defesa do porto, uma divisão de submarinos, um pequeno número de patrulhas costeiras e navios de natureza heterogénea, de apoio; um ou dois navios-base e, de forma não permanente, um ou dois *destroyers*.

Com o derrube do governo democrático e a ascensão de Sidónio Pais ao Governo da Nação, instalou-se uma forte suspeição à presença americana nos Açores, suspeição apoiada pela Inglaterra e mesmo pela Alemanha, e fortemente implantada na Marinha de Guerra Portuguesa, que destaca para junto da base americana o cruzador couraçado *Vasco da Gama*, com o objectivo de, politicamente, aumentar a soberania no arquipélago. Fica o seu comandante, Augusto Neuparth, com a responsabilidade de dirigir a defesa naval dos Açores, apesar de não possuir um navio habilitado para o fazer. Anti-americano, encara a presença estrangeira como trivial na defesa dos Açores e intensa na propaganda sobre a população. Promovido a contra-almirante e nomeado comandante em chefe da defesa dos Açores, o comandante Neuparth detém um cargo acima de tudo político, tendo à sua guarda, para além da guarnição de terra, as fracas baterias, o *Vasco da Gama* e as canhoneiras *Açor* e *Ibo*. Em 1918, é conhecido também o estacionamento da *Beira* ou a *Mandovi* e a passagem do aviso *5 de Outubro*, do *destroyer Douro* e de outras unidades similares na escolta dos poucos navios mercantes nacionais.

No cerne das questões diplomáticas, internacionais e mesmo locais, Sidónio Pais acabaria por ser uma espécie de catalizador das pressões americanas e inglesas, dos militares e das autoridades em Ponta Delgada, por várias razões. Destaca-

se o facto de ter aceite as permissivas americanas; por ter nomeado personalidades de ideais contrários aos aliados e por desconfianças em relação aos americanos. Algumas destas pressões são feitas mesmo localmente, por intermédio do Governador civil e do comandante da Defesa Naval. Neste volátil contexto, e tendo em território nacional uma força estrangeira comandada por um oficial general, a solução encontrada com vista à concórdia de todas as facções e procurando não molestar a Marinha, foi a da criação de cargo de alto-comissário para os Açores, centralizando todas as funções militares nas mãos de um general considerado receptivo aos aliados: o General Simas Machado, ex-comandante da 1ª e 2ª Divisão do CEP no norte de França².

5.2. O enquadramento local

Cerca de 20 dias após o bombardeamento de Ponta Delgada, num período alto da acção alemã submarina nos mares dos Açores, o *Açoriano Oriental* anuncia a presença de cinco destroyers americanos, dois dos quais já com paragem em Ponta Delgada e um em Santa Maria, para resgate de náufragos³. Na semana seguinte, estalavam vários conflitos entre micaelenses e americanos, com direito mesmo a tiroteio e a feridos, em que uma das escaramuças apenas haveria de terminar com recurso a tiro de peça de artilharia (pólvora seca), assustando-se a população da pacata cidade micaelense⁴.

Praticamente a seguir - a 25 de Agosto -, seria enviada ao CMA pelo CMPD uma cópia do telegrama que anuncia a presença de um comandante em chefe dos navios de guerra portugueses surtos em Ponta Delgada. Até ao final do mês verificar-se-ia uma série de visitas oficiais ao navio de guerra português *Pedro Nunes* e a 11 navios de guerra americanos⁵.

² A que se poderá aliar certamente o facto da força militar portuguesa (na pratica e em concreto) ser o Exército de terra.

³ “Destroyers americanos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4289 de 28 de Julho de 1917.

⁴ Tiro feito a partir de uma das embarcações americanas. De pronto se seguiu a prisão dos marinheiros americanos por polícia de bordo. “Tenham juízo!”, *Açoriano Oriental*, n.º 4290 de 4 de Agosto de 1917.

⁵ Detectadas pelo facto de a 31 do mesmo mês ser requerido à delegação da 8ª Repartição, pelo mesmo comando, do pagamento dos transportes. As visitas continuariam de modo esporádico como a 31 de Setembro por parte do CMPD e o ambiente é de cortesia, como se demonstra a 2 de Outubro com a implantação de um processo contra dois praças portugueses por não cumprimentarem devidamente dois oficiais americanos que passeavam por Ponta Delgada

Em finais desse mês, encontrava-se já estabelecido o abastecimento das embarcações estrangeiras. O *Açoriano Oriental* denuncia situações ditas com vexatórias, uma vez que o comércio da ilha era travado por questões burocráticas relacionadas com a lei das sobretaxas aplicadas pela Alfândega, tornando-se ridículo para quem vinha defender e vigiar a ilha, “tratando-se de amigos e aliados, que vêm fazer prolongada estada entre nós”⁶.

Em finais de Setembro foi recebida a anuência para que o comandante do porto autorizasse o pedido americano para a instalação de um depósito de gasolina em três armazéns do porto, sendo a guarda ao mesmo fornecida pelo Exército Português. Entretanto, preparava-se a transferência do CMA para Ponta Delgada, materializada pelo decreto 3599 de 23 de Novembro de 1917⁷. O CMA passaria a ter, enquanto durasse a guerra, a sua sede em Ponta Delgada, originando uma série de reclamações das outras cidades, a que o *Açoriano Oriental* responderia:

“Nós não pedimos coisa alguma: se os navios para cá vêm é porque sabem que S. Miguel tem também um porto artificial de 1ª ordem e aqui encontram sem contestação, tudo de que carecem. Pois então quanto à tropa, foi coisa em que nunca pensamos; esta é que é a verdade. E demais não temos por habito tirar as regalias dos outros. Queixem-se, pois, de quem nos empurrou tudo isso para cá e nunca de nós, que nada pedimos. Chacun cherche son avantage”⁸.

Dois dias após a publicação do decreto que mudaria o CMA de cidade, foi estabelecido o pedido oficial para a criação de uma base americana em Ponta Delgada, pelo que o Ministro da Guerra determinou ao CMA a concessão de todas as facilidades ao departamento naval americano, de modo a melhorar a logística dos navios em operações. Informa também que estava autorizado o envio de uma companhia de aviação composta por 90 marinheiros, com objectivos de patrulha, assim como a vinda do almirante Dunn⁹, três oficiais e 50 marinheiros, para dirigir as

⁶ Dá como exemplo o preço de uma galinha (750 réis), que pagava mais 675 réis de taxa para ser vendida para bordo.”O caso da alfandega e os destroyers americanos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4294 de 1 de Setembro de 1917.

⁷ “Decreto 3.599 de 23 de Novembro de 1917” in *Ordem do Exército*, n.º 16, 1ª Série, pp. 577-578.

⁸ “Queixas injustas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4310 de 23 de Dezembro de 1917.

⁹ Herbert Oward Dunn. De acordo com José Andrade, em *A Face Humana da Toponímia de Ponta Delgada*, o Almirante Dunn recebeu a medalha de Serviços Distintos dos E.U.A. pela sua acção em Ponta Delgada e a condecoração de Grande Oficial da Ordem de Avis pelo Governo Português. Em 19 de Março de 1919, sob proposta de um dos vogais da Câmara Municipal de Ponta Delgada, foi-lhe atribuído o título de cidadão honorário, criado e atribuído pela primeira vez, e a 13 de Abril do mesmo ano foi

operações americanas nas redondezas e guardar os armazéns existentes¹⁰. Acima de tudo, são dadas instruções no sentido de evitar embaraços e atrasos por parte dos comandantes militares de ilha, o que dias mais tarde seria mais bem esclarecido, em virtude da insistência do CMA: a autorização era apenas para Ponta Delgada, não se devendo permitir concessões semelhantes às outras ilhas sem autorização expressa do Ministro da Guerra, sendo de momento um assunto em estudo.

Em meados de Dezembro, era já intensa a actividade naval americana. O comandante do Azores Detachment, H.W. Osterhaus, pedia a 16 ao capitão do porto de Ponta Delgada¹¹ (e por intermédio deste, ao CMA), que toda a população fosse avisada sobre a execução de exercícios a realizar ao largo do porto.

Entretanto, já fervilhava um intenso comércio em redor da base americana. Desde os cigarros, bolachas e teatro - circo *Orion*, à proliferação de restaurantes, comentando o *Açoriano Oriental* que existiam “a cada canto, e alguns funcionam a toque de caixa. Não há razão nenhuma para ninguém andar com a barriga a dar horas”¹².

Se até 1918 a presença americana em S. Miguel se manifestara de forma ténue, a partir de Janeiro desse ano este facto modificou-se. A 4 de Janeiro, o Ministro da Guerra dá ordens ao CMA para que coopere com o almirante Dunn nas medidas de defesa julgadas necessárias por mútuo acordo, sempre salvaguardando a independência do Comando Militar dos Açores e socorrendo-se da autoridade naval portuguesa para a defesa marítima. Nesta fase, afirma que não deve ser permitido o desembarque da força americana, podendo contudo utilizar o material fornecido, se solicitado. A própria mudança do CMA de Angra do Heroísmo para Ponta Delgada, de 12 de Dezembro de 1917 até 27 de Dezembro de 1918, foi encarada a título provisório, pelo que deveria apenas existir o pessoal e os serviços indispensáveis para que o Comandante Militar dos Açores representasse o comando português perante as forças estrangeiras. Estava, pois, aberto o caminho à chegada de um Alto Comissário à região.

descerrada a lápide toponímica atribuindo o seu nome ao local a onde residiu (largo Almirante Dunn). Faleceu em Baltimore no dia 6 de Março de 1939.

¹⁰ Já a 22 de Novembro havia o Ministério da Marinha comunicado ao Capitão do Porto a autorização para o estabelecimento de uma base naval americana contra os submarinos alemães. Refere-se mesmo que a caminho já existiam vapores com material de guerra e provisões, o que levou o mesmo capitão a ter que à Direcção das Obras Publicas para ter no porto um guindaste com forças suficiente para desembarcar duas peças de artilharia a bordo do *Handcock*.

¹¹ A nomenclatura utilizada para definir o comandante americano foi o de chefe de esquadrilha.

¹² “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4310 de 23 de Dezembro de 1917.

A partir de meados de Janeiro de 1918, desenrolam-se os preparativos para o desembarque permanente da força americana. A 17 de Janeiro de 1918, o GCPD é procurado por um oficial da marinha de guerra americana em busca de autorização para a instalação de duas barracas na explanada do forte de São Brás, o que foi autorizado pela Câmara Municipal da Ponta Delgada¹³, gerando alguma tensão entre as autoridades portuguesas, como adiante se verá.

A 21 de Janeiro, é recebido pelo GCPD o ofício que refere o desembarque do *U.S. Hancock* do contra-almirante Dunn, do seu estado-maior, de um corpo de aviação e uma guarda de 50 marinheiros, armada e equipada, conforme comunicação feita ao Governo Português. Dada em moldes que assentam num pressuposto de que não haveria problemas, a resposta do GCPD esclarece que estes não existem, uma vez que haviam sido recebidas instruções do Governo central nesse sentido¹⁴. Este ofício acabaria por ser retransmitido ao CMA, levantando uma série de questões à autoridade militar, que, por sua vez, as passa ao GCPD, capitão do porto, Governador civil e Guarda-fiscal. O almirante estaria a bordo? Quando iria desembarcar? Todos aguardavam a comunicação por parte do comando americano¹⁵, o que se fazia tardar. No dia seguinte, foi o próprio cônsul americano que informou o CMA que a bordo de uma das embarcações se encontrava o almirante Dunn, pelo que o comandante militar dos Açores fez deslocar a bordo um oficial, a inquirir sobre a possibilidade de uma visita. Este regressaria sem ver o almirante, apenas com a indicação de que, devido aos serviços da viagem, não se sabia quando iria desembarcar, o que previamente seria anunciado. Na impossibilidade de falar com o almirante e constatando que algum material já estava a ser desembarcado, o CMA oficiou ao Capitão do porto e o Governador civil, estranhando que tal se tivesse feito sem o seu consentimento, dizendo-lhe o último que tinha dado conhecimento às forças navais americanas das concessões dadas pelo Governo Português ao Governo dos EUA. No dia seguinte esta informação ser-lhe-ia transmitida numa visita do cônsul americano, dizendo-lhe que o Governador civil o tinha informado das facilidades determinadas, e que o almirante no dia imediato viria ao Governo Civil a fim de conferenciar, o que

¹³ Em resposta ao oficial americano o GCPD disse nada ter a haver com o assunto, mas que o apresentaria a quem de direito. Os dois barracões destinavam-se ao alojamento nocturno do pessoal das guarnições dos submarinos, ao que a Câmara sugeriu a oeste do campo de ténis.

¹⁴ Inclusive impedimento e guarda por sentinelas armados ao campo escolhidos para estacionamento dos aparelhos.

¹⁵ Constituído pelo Almirante Dunn e seu estado-maior, a bordo do *U.S.S. Wheeling*.

efectivamente sucedeu¹⁶. Portanto, torna-se possível constatar uma certa confusão entre as autoridades portuguesas no que respeita a esta fase inicial de relações com o almirante Dunn. As ordens, aparentemente, deverão ter sido retransmitidas por três ministérios, sem que se colocasse em comando “chefe” uma única autoridade, que, pelo facto de se tratar de uma força militar estrangeira, faria mais sentido que fosse o CMA. O próprio comandante militar dos Açores espera este contacto e tenta provocá-lo, acabando por ser ultrapassado pelo Governador Civil, por intermédio do Cônsul americano em Ponta Delgada. Esta tentativa de protagonismo seria também sentida pelo IFOMA no que diz respeito à zona envolvente ao forte de São Brás, uma vez que os terrenos cedidos à Câmara Municipal poucos anos antes, pertenciam ao Ministério da Guerra, para além de serem servidão militar. A 24 de Janeiro de 1918, o cônsul americano questionava a possibilidade de se construírem oficinas de reparação em parte do terreno do varadouro do Corpo Santo, encostadas a Oeste nas muralhas do forte de S. Brás, o que a Câmara Municipal de Ponta Delgada autoriza, sem entraves, apenas ressalvando a necessidade de se ouvir o IFOMA caso ficassem próximas ou encostadas ao Quartel de Artilharia. Em resposta, o responsável pelo IFOMA questiona a origem da autorização concedida, assim como a supervisão das obras, ao que o governador civil replica estar implícita nas instruções dadas ao CMA, em que se refere que “todos os comandantes militares das ilhas favorecem, independentemente da licença especial para cada caso, todas as operações, a fim de se evitar embaraços e atrasos¹⁷”, sendo a supervisão, naturalmente, americana. Além do mais, já algumas obras estavam em curso, e a concessão já havia sido feita pela Câmara Municipal, a seu pedido.

Nesta fase inicial, o IFOMA relutantemente aceita a autorização dada por uma autoridade civil para o estabelecimento de uma base militar estrangeira na área de servidão de uma unidade militar. Sobre a ingerência de autoridades civis em áreas

¹⁶ Contudo, as comunicações foram sempre feitas por intermédio do Governador civil e vice-versa. Apesar da intensa troca de correspondência entre as autoridades portuguesas, somente a 24 de Janeiro se verificou o desembarque de umas poucas praças desarmadas, de crer para a guarda dos armazéns, conforme já havia sido autorizado. No dia seguinte, o capitão do porto de Ponta Delgada (elemento de ligação com o comandante em chefe dos navios americanos e comandante da Defesa Naval), informa o CMA que pela Guarda Fiscal havia sido relatado o desembarque durante a noite de uma sentinela armada nos armazéns do piso térreo do mercado do peixe perto do cais do Porto Santo, sem que para o efeito tivesse sido pedido qualquer autorização. Regularizada a situação por informação do CMA, a mesma guarda refere estar a sentinela em sua jurisdição, não a guardar propriamente os armazéns mas sim já material desembarcado. Para tal, considera-se excessivo um sentinela armado, bastando a seu ver, um polícia desarmado pois a Guarda Fiscal prestaria todo o auxílio necessário, não fosse já o mesmo espaço ocupado por uma sentinela portuguesa.

¹⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 31 de 26 de Janeiro de 1918...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 94.

militares, especificamente neste assunto, diria Virgílio Júlio de Sousa ao chefe da 1ª Repartição IFOM em Lisboa:

“No dia 29 recebi, (...) do presidente da Comissão Administrativa Municipal e do Governador civil os dois ofícios (...) que mostram claramente como o Governador civil arrogou para si e concedeu à Câmara atribuições que manifestamente lhe não pertencem. Finalmente no dia seguinte recebi do Comando Militar dos Açores a cópia de um telegrama (...) que solucionou a questão, dispensando-me de continuar um conflito esboçado, muito inconveniente por se tratar de uma pretensão dos nossos aliados. A invasão pela autoridade civil de atribuições que por lei taxativamente pertencem a autoridades militares, tem uma especial gravidade na hora presente e na ilha de S. Miguel, expressamente considerada pelos nossos inimigos como honra de guerra”¹⁸.

Solicita, pois, que seja dado conhecimento superior da situação.

Após a devida autorização do MG, esta autoridade seria contactada por oficiais americanos, de modo a estipularem as características das construções, dias depois extensas à zona norte da mesma fortaleza. Podiam as obras iniciar-se de imediato, seguindo-se as seguintes condições: 1) a concessão feita só poderia durar até ao fim da guerra; 2) as obras seriam apenas abarracamentos de madeira de altura inferior às muralhas, não devendo fazer-se escavações no terreno de profundidade superior a 0,70 m; 3) no caso de surgir qualquer circunstância não prevista na conferência, seria necessário novo entendimento com o comando militar dos Açores e com a INFOMA¹⁹.

Dando-se o desembarque oficial no dia 26²⁰ com as devidas honras militares, foi o almirante Dunn visitado pelo comandante militar dos Açores, que o informou das concessões autorizadas e da sua leal colaboração dentro dessas mesmas concessões. Fora destas, apenas com autorização do governo português. O almirante informa-o então que trouxera a bordo duas peças de 7 polegadas, de tiro rápido, último modelo, destinadas à defesa da estação de telegrafia sem fios inglesa, desejando montá-

¹⁸ AMMA-FG, IFOMA, “Nota n.º 51 de 5 de Fevereiro de 1918 ao chefe da 1ª repartição da Inspeção-geral das Fortificações e Obras Militares” in *Registo de correspondência expedida*, Livro 1168.

¹⁹ AMMA-FG, IFOMA, “Nota n.º 43 de 31 de Janeiro de 1918 ao Comando Militar dos Açores, L. 1169.

²⁰ Este desembarque deverá ter sido feito mediante a combinação com as autoridades locais. O *Açoriano Oriental* refere que foi feito com uma guarda de honra de comando de Capitão do RI 26, e assitido por várias autoridades militares e civis, cônsules e vice cônsules em funções. O mesmo semanário refere que, o almirante desembarcou apenas com o seu ajudante de campo, juntando-se ao cônsul americano e a um coronel da mesma nacionalidade, seguindo de automóvel para a sua nova residência no largo de São Pedro “Almirante Americano”, *Açoriano Oriental*, n.º4316 de 2 de Fevereiro de 1918.

las com o seu próprio pessoal, apesar da oferta portuguesa para o fazer. No dia seguinte, na retribuição da visita feita, o almirante e o comandante militar dos Açores acordaram, perante a carta da ilha, que só seis peças de tiro rápido é que poderiam fazer uma defesa segura de Ponta Delgada e estação de telegrafia, em uma extensão de costa desde a Ponta da Galera até ao porto das Feteiras, oferecendo-se então o almirante para defender a cidade com as duas peças existentes, ficando de meditar sobre as restantes.

Acordado teoricamente os locais para a implantação das peças, ficou-se a aguardar a chegada de oficiais nomeados pela Repartição do Gabinete. Entretanto, desembarcavam as forças autorizadas e descarregava-se material diverso em grandes quantidades. Até 31 de Janeiro, já haviam pisado terra 90 elementos da arma de aeronáutica, três oficiais e 50 praças armadas. O material havia sido colocado nas lojas do Palácio da Fonte Bela e consistia em granadas de artilharia, motores de explosão para aviões, sacos com cimento para as plataformas de artilharia e material para reparações de avarias. No paiol de Ponta Delgada (e à guarda da guarnição portuguesa) haviam sido recolhidos 2.000 kg de pólvora em pequenos sacos para o carregamento dos invólucros. Para o campo de aviação, situado na Pedreira da Doca, havia sido desembarcado o material destinado à companhia de aviação. A bordo subsistiam explosivos de guerra, que foram numa primeira fase desembarcados para o forte (provavelmente de S. Brás) e, posteriormente, para o recém-construído paiol da Serra Gorda, isolado, a cerca de 7 km de Ponta Delgada e guardado por uma diligência do RI 26 constituída por 30 praças.

Uma grande quantidade de géneros alimentícios haviam igualmente sido colocados nas lojas do Palácio da Fonte Bela, em três armazéns, na avenida Antero de Quental, e nos baixos da casa n.º 8 do largo de S. Pedro, a casa do almirante. Todo este material havia sido transportado por dois grandes camiões, que desembarcaram em conjunto com dois automóveis para serviço. Entretanto, decorriam as construções no varadouro da cidade (Corpo Santo) de barracões de madeira, de fácil e rápida montagem, para as oficinas de reparação e habitação das guarnições dos submarinos. Igualmente se encontrava autorizado o estabelecimento de uma oficina de aviação no varadouro, nos mesmos termos (ou seja, enquanto existisse guerra), e cujas obras deveriam ser feitas com o mútuo entendimento do comando americano, português e inspector de engenharia, ressaltando sempre a soberania nacional e uma prudente diplomacia.

Contudo, a situação é vexatória para as autoridades militares portuguesas. Do relatório enviado ao Ministro da Guerra a propósito do desembarque das forças estrangeiras, refere-se o estado da defesa dos Açores a 31 de Janeiro de 1918: em S. Miguel, apesar dos esforços, não havia garantia de defesa, visto a bateria de 15 cm colocada no Secadouro do Bacalhau (a melhor) não ter rapidez de tiro nem alcance que mantivesse a cidade fora da acção dos fogos dos submarinos inimigos; a Bateria *Armstrong* de 10 cm colocada no Alto da Mãe de Deus menos defesa garantia. Estava o RI 26 armado com 1200 espingardas *Kropatchek* 8 mm muito avariadas, 800 equipamentos e duas metralhadoras. A ilha Terceira tinha a sua defesa subordinada a seis peças AEC 9 cm (material *Krupp*, modelo 1875), uma divisão de peças AEC 8 cm (provavelmente de 1874), o 1º Batalhão do RI 25 e duas metralhadoras. Com tal material a sua defesa era ainda menos garantida do que a ilha anterior. No Faial a defesa resumia-se a quatro peças de salva e ao 2º Batalhão do RI 25, manifestamente pouco numa ilha onde a importância do porto e ponto de amarração do cabo telegráfico submarino exigiam uma defesa completa na hipótese, bem fundada, de o inimigo tentar a destruição do cabo e porto da ilha²¹. Santa Maria, Graciosa, S. Jorge e Flores, apenas tinham diligências de Infantaria, sem outro recurso de defesa, enquanto que o Pico e o Corvo nada possuíam.

O comandante militar dos Açores considera serem as condições do comando militar humilhantes para a soberania da República Portuguesa, ainda mais quando pondera que as relações com os aliados Inglaterra e EUA obrigam, se não a uma representação de forças, pelo menos a uma representação condigna à posição geográfica no Atlântico como centro de operações navais contra o inimigo. Propõe que fosse fornecido aos Regimentos de Infantaria da guarnição o fardamento, armamento e equipamento já requisitados há muito, de modo a aproveitar todos os homens mobilizados na defesa comum, caso ela se impusesse, e para que se apresentassem perante as forças estrangeiras com a devida decência; que fosse fornecido às ilhas Terceira e Faial material de artilharia que garantisse a defesa das mesmas e que se completassem as companhias de metralhadoras dos Regimentos de Infantaria, dotando o 2º Batalhão do RI 25 no Faial com uma secção de metralhadoras.

Solicita ainda que lhe fosse fornecido pelo menos um automóvel, igualmente indispensável para se manter condignamente a representação do Quartel-

²¹ Existia também material de salvas, contudo incapaz para o serviço de tiro.

general, conforme já se havia requisitado a 10 do corrente à 8.^a Repartição da 2.^a Direcção-Geral da SG, bem como um camião para o reabastecimento das munições das baterias, porque o paiol se encontrava a 7 km das mesmas, evitando-se assim avultadas despesas com transportes. Igualmente seria necessário gado para transporte das metralhadoras, o que poderia ser conseguido localmente, aproveitando-se as verbas para remonta ainda existentes do conselho administrativo do Castelo de Angra e autorização para verbas de representação, bem como o aumento da dotação para as diversas despesas do comando, por o duodécimo de 7\$50 orçamentado ser insuficientíssimo.

É, pois, grave a situação do CMA no que concerne a meios operacionais, logísticos e financeiros para manter uma certa dignidade, quando o almirante americano possuía meios quase ilimitados para a época²² e o general português, nem uma viatura oficial. Parecia uma tarefa impossível sem o respectivo apoio estatal. O próprio soldado português era um reflexo dessa situação²³. Em mais este ponto, abre-se o caminho à vinda de Alto Comissário para os Açores.

Em contraponto, o almirante americano iniciaria uma política de aproximação às autoridades e à população em geral em finais de Janeiro, começando por se oferecer para prestar todo o auxílio em pessoal e material de que, por ventura, carecesse o serviço do porto de Ponta Delgada.

A 2 de Fevereiro, reuniu-se no edifício do Comando Militar dos Açores uma comissão constituída por um tenente-coronel engenheiro e um major de Artilharia, para cooperarem na escolha das duas posições de artilharia com o almirante americano, por sua vez assessorado por um engenheiro e um tenente americano e um oficial da missão inglesa, que superintendia a construção da estação de telegrafia sem fios²⁴. Foi desde logo dito pelo almirante que fornecia as peças para cada uma das posições, peças de 7 polegadas TR, com 45 calibres de comprimento, e que mandaria construir as respectivas plataformas de betão, apesar de a comissão portuguesa assegurar-lhe a idoneidade dos militares portugueses.

Perante a afirmação do almirante de que tinha trazido da América absolutamente tudo o que necessitava, incluindo operários, iniciou-se o reconhecimento

²² O efectivo naval americano a um de Fevereiro de 1918 era constituído por 2 destroyers (172 homens); 2 transportes (180); 1 canhoneira (269); 12 patrulhas (570) e 8 submarinos, quatro no porto (60) e quatro fora da barra.

²³ Veja-se o apêndice XIX.

²⁴ Esta estação é autorizada pelo Ministério da Guerra a 4 de Fevereiro de 1918, por solicitação do Almirantado Britânico. A 11 e a pedido do cônsul inglês, é o seu pessoal autorizado a andar armado.

do terreno por uma viagem ao pico do Vigário, de modo a procurar-se a melhor posição para a defesa da estação telegráfica, situada na base do pico, a cerca de 9 km a NO da cidade e a pouco mais de 1 km do mar. Escolheu o almirante uma posição a sul da estação, muito próxima ao mar, na crista de escarpado, a cerca de 200 m de altitude, mas numa depressão de terreno de onde não se podia descobrir a costa marítima até à cidade. Foi chamada a atenção do almirante para tal facto, com a sugestão de que, ~~pelo~~ por a peça ter 14 km de alcance, se poder apoiar com ela o flanco direito da urbe, situada a apenas 9 km, sem prejuízo da defesa da estação, bastando para tal apenas colocar a peça a maior altitude, numa posição que não se procurou, pelo facto de o comandante americano assim o entender²⁵. Ainda se recomendou uma elevação muito próxima, a poucas centenas de metros da posição escolhida, mas foi recusada. A escolha do local também foi alvo de reparo por parte da comissão portuguesa, porque (e apesar de permitir bater o inimigo no mar em todas as posições que ele tomasse para atirar sobre ela), era deficiente por não cobrir ângulos que, a partir do mar, permitiriam o ataque à estação, e porque, uma vez concluída, seria grande a visibilidade das suas duas antenas de 100 m de altura. Novamente o almirante não atendeu às opiniões portuguesas, por não achar muito importante uma maior proximidade ao mar, ao passo que, no entender do inspector de engenharia português, pouca importância teriam algumas centenas de metros a mais ou a menos para o material fornecido e que, teoricamente, seria muito superior ao do inimigo, pelo menos ao utilizado no bombardeamento de Ponta Delgada. Pediu, pois, o almirante para que a peça fosse instalada no sítio considerado, recebendo de imediato o apoio da comitiva que o acompanhava.

Para o local da segunda peça, destinada directamente à defesa da cidade, entendeu o inspector que ainda no mesmo dia deveria mostrar as posições já utilizadas pela artilharia portuguesa para a defesa dos dois sectores, o oriental e o ocidental, em que a cidade estava naturalmente dividida pelo molhe do porto artificial. Começando pelo ocidental, conduziu o almirante Dunn ao secadouro do bacalhau, onde se havia acabado de construir uma bateria de duas peças AE 15 cm P (MK). Constatando o oficial americano que o local era excelente, pediu para lá colocar a segunda peça²⁶.

²⁵ Este já havia informado na reunião preparatória que uma das peças era apenas para a defesa da estação inglesa de telegrafia sem fios e a segunda para a defesa da cidade.

²⁶ Por falta de tempo não se foi visitar as outras posições, pelo que teoricamente ficariam para outro dia, o que acabou por não se verificar.

Em virtude de o engenheiro português ter pedido para que não se comesçassem as obras sem analisar o projecto, nova reunião se verificou no dia 8, desta com um engenheiro e um capitão de marinha americanos e o major de artilharia português. O projecto era um simples desenho, no qual a peça americana ficava no meio das duas portuguesas, todas muito próximas, com grandes inconvenientes para as guarnições, agravados pela necessidade de se demolir o paiol português e de ser a peça americana muito diferente das nacionais. Tornava-se assim inútil o material português, complicando-se desnecessariamente o serviço das guarnições de todas as peças. Foram estes inconvenientes bem frisados pela comissão portuguesa, que sugeriu a colocação da peça à direita ou à esquerda da bateria já construída, sem que para isso decorresse qualquer prejuízo no seu campo de acção. Declararam os oficiais americanos que não podiam alterar o projecto mas que transmitiriam as recomendações ao almirante, que não concordou, pedindo para que de imediato se executasse o projecto feito, acrescentando que, relativamente ao paiol, construiria um maior, podendo comportar as munições portuguesas e americanas.

Em conclusão, o presidente da comissão portuguesa no relatório enviado ao chefe da 1ª Repartição da Inspeção-Geral das Fortificações e Obras Militares refere que, efectivamente, a peça fornecida tem incomparavelmente muito mais valor do que as portuguesas, porque, para além de ter mais calibre e mais alcance, é de tiro rápido, o que considera ser fundamental na defesa contra submarinos como o que já havia atacado a ilha. Refere que o fariam novamente, sempre por surpresa e até com muita mais razão do que no ataque realizado a 4 de Julho de 1917, porque o porto estava agora já defendido. Considera que o inconveniente da posição escolhida pelo almirante acaba por não ser de grande importância, visto que, segundo toda a probabilidade, as peças portuguesas, com o seu recuo sobre carris e, em suma, com o seu tiro muito lento talvez nunca tivessem ocasião de fazer fogo útil²⁷.

Efectivamente a resposta portuguesa foi célere, como se pode constatar a 11 de Fevereiro, data em que o Administrador do Concelho informa o CMA da requisição feita ao cidadão António Cardoso Machado de Faria e Maia do seu terreno situado na Chã das Cabeçadas, freguesia das Feteiras, e do ajustamento das contas com

²⁷ Como resultado desta decisão, aparentemente, esta divisão de artilharia de costa AE 15 cm P (m.k), com a respectiva guarnição, foi enviada para a defesa do Porto da Horta a 14 de Maio, embora parte da diligência continuasse ao serviço em S. Miguel, local sede da mesma. Poderão ter ficado de modo a assumir o comando das baterias *Armstrong* instaladas na mesma cidade.

os rendeiros que o exploravam²⁸. Dois dias volvidos, seria o próprio almirante Dunn a agradecer a pronta autorização para a construção das bases e acessórios em Chã das Cabeças²⁹ e, possivelmente, também em Santa Clara. Durante o processo, o Ministério da Guerra relembra ao CMA a recomendação da manutenção de um exemplar entendimento com as autoridades civil e marítima, sem que contudo se desprestigiasse a sua autoridade. Em todo o caso, qualquer pedido urgente das autoridades inglesas e americanas que estivessem no espírito das autorizações já dadas, deveriam ser satisfeitas de forma a serem utilizados sem entraves os meios de defesa aliados, dando-se apenas conhecimento à Repartição do Gabinete. O CMA encontra-se assim de “mãos amarradas”, sem grande margem de manobra, colocado ao nível das instituições civis e num patamar abaixo da presença americana. Este seria outro estatuto que o general enviado por Sidónio Pais acabaria por revogar, colocando-se em igualdade com o comandante aliado. Aliás, o facto de o próprio presidente da República ser um oficial do Exército poderá ter contribuído para o reforço da imagem até então demonstrada.

A 3 de Fevereiro, faz-se a apresentação popular por intermédio de uma festa³⁰ de boas vindas no Teatro Micaelense. A ela afluem os notáveis da terra e a equipa a comissão técnica inglesa, que nesta fase deveria estar a aguardar autorização, obtida a 1 de Março desse ano³¹, para a implementação de uma estação de TSF.

A efervescência do desembarque já se fazia sentir, como ilustra a *Revista Micaelense*:

“Em breve nas ruas da cidade circulavam os marinheiros em bando; em side-cars, caminhões e automóveis passavam rápidos, guiados pelos soldados de farda de campanha cobertas as cabeças como os seus chapéus de abas largas, reviradas; na doca, os vasos de guerra ocupavam a bacia, pintados de cinzento para se confundirem com o céu e o mar, outros oferecendo nos costados largos traços

²⁸ Eram dois os rendeiros que tiveram de ser ressarcidos por 6 alqueires de favas e 7 de tremço, a que se juntaram as contas do estrume, lavouras e do trabalho de 8 homens para as sementeiras, mais o medidor do terreno. Na totalidade, foi pedida a quantia de 39 175\$00, a pagar pelo CMA. Sobre o seu real valor levantaram-se dúvidas, pelo que ficou pendente a decisão do pagamento, apesar da interferência directa do Regedor e a supervisão do Administrador do Concelho. A autorização para a instalação da peça na base do Pico do Vigário foi dada a 30 de Janeiro pelo Ministro da Guerra, com a indicação de que deveria ser guarnecida por pessoal português, o que efectivamente não aconteceu.

²⁹ Na documentação consultada, subsiste a dúvida se seria das Cabeças ou das Cabeçadas.

³⁰ Estas festas repetir-se-iam ao longo do tempo em estudo, uma vez que as diferentes autoridades ofereciam-nas, assim como o almirante americano. Existe mesmo o caso de um particular.

³¹ Nessa data, o GCPD dá conhecimento a uma série de entidades (inclusive militares) da autorização do Governo Português ao representante do Almirantado Britânico para a montagem em São Miguel de uma estação de telegrafia sem fios e respectivas comunicações, sem que se especificasse a natureza das facilidades a conceder.

ondulantes à semelhança de ondas, outros enchaquetados de azul e vermelho arlequinescamente, outros ainda pintados em forma de fortalezas com peças desenhadas, todos estes disfarces apropriados à confusão e à invisibilidade”³².

Rapidamente se improvisaram as barracas cor de quaquí na mata da doca em Santa Clara, embandeiradas e rapidamente os micaelenses (...) viram desprender-se da bacia da doca essas soberbas máquinas dos hidroaviões, mono e biplanos, estrelados de vermelho e branco (...) e, voarem por sobre a cidade”³³.

Os reflexos económicos rapidamente se fizeram sentir, ainda durante esse mês de Fevereiro. Verifica-se o aparecimento de novas unidades hoteleiras, alimentadas pelo que o *Açoriano Oriental* refere ser o espírito de exploração pelos locais. As batalhas de flores pelo Carnaval são escassas, mas, mesmo assim, tentou-se fazer uma em homenagem aos visitantes. No mês seguinte eram anunciadas festas cujos fundos reverteriam para a Cruz Vermelha e exposições de filmes feitos a partir dos hidroaviões que sobrevoavam Ponta Delgada. Continuam a abrir restaurantes, como o *Washington*, implantando-se no vocabulário popular, termos relacionados com aquela nação um pouco por todo o comércio, em ascensão.

Março é ainda caracterizado por ser um mês de exercícios. A 11, o Azores Detachment da United States Atlantic Fleet convida o Comandante Militar dos Açores e o seu Estado-Maior para assistirem no dia seguinte à experiência de fogo da recém-instalada peça em Santa Clara e, a 28, decorrem exercícios a SO da Povoação com a *Weeling* e uma patrulha americana³⁴.

Em Abril, é feito um festival náutico pelo Clube Naval de Ponta Delgada, destacando-se as provas efectuadas pelos desportistas da base americana e do *Vasco da Gama*, numa fase de relações em que o comércio local já consegue aceder gratuitamente ao mercado americano, como já se viu, e em que o almirante americano é muito louvado pelas ajudas que fornece a casas beneméritas de Ponta Delgada, como a Cozinha

³² Corrêa, Ayres J. “A Base Naval dos estados Unidos da América do Norte em Ponta Delgada: em Política exterior dos estados Unidos na América do Norte – o presidente Wilson e a guerra europeia – a ocupação da ilha” in *Revista Michaelense*, n.º 1, Edição de Aires Jácome Correia, Ponta Delgada, 1918, p. 78.

³³ *Idem*.

³⁴ Informação fornecida pelo Capitão do Porto de Ponta Delgada, no último documento conhecido em que assina como Comandante da Defesa Naval. Sobre a peça de Santa Clara, verifica-se o problema de proximidade das peças já a 9 de Março, que, pelo facto de esta já estar instalada e terem os americanos colocado uma sentinela no distrito da sentinela portuguesa, gerando-se alguma confusão.

Económica³⁵. Realizam-se dois espectáculos a favor da Cruz Vermelha e começam a levantar-se questões tidas como imorais em algumas casas, consideradas como de práticas duvidosas, de Ponta Delgada, como anteriormente já se referiu.

Em Maio, já com ACRA em funções e a farinha americana a ser repartida, assiste-se a uma certa euforia por parte dos americanos, bem retratada pelo correspondente do *Açoriano Oriental* em Vila Franca do Campo:

“Sábado passado vieram aqui, nada menos de seis automóveis, repletos de oficiais americanos, que percorreram as ruas da vila, atirando com dinheiro para as varandas das casas onde apareciam raparigas! Se isto é permitido na América, está bem”³⁶.

No número seguinte, o mesmo correspondente diria: “ Continuam as viajatas diárias dos americanos a esta vila. É mais que devoção!”³⁷.

Nesse mesmo número, é já referido o vandalismo descarado das oficinas do semanário por parte dos marinheiros americanos, que se divertiam, facto que o jornal recrimina acutilantemente. A partir deste momento, a situação poderá ter acalmado, uma vez que este tipo de denúncia não mais se faria sentir. Torna-se necessário lembrar que assistem a estes eventos, para além do ACRA, o contra-almirante Neuparth, pelo que em especial o oficial da Marinha de Guerra portuguesa, nos seus relatórios apresentados ao Ministro da Marinha, critica a postura americana³⁸.

A 3 de Julho de 1918, sete dias após a Direcção da Delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada ter tomado posse, o Presidente da Delegação agradece ao Almirante Dunn o envio de um donativo de 890\$00, constituindo o maior entregue nesta fase, seguido pelo do Marquez Jácome Correia, de 500\$00. O oficial americano acaba, pois, por reforçar a imagem da base, que, para além de motor de

³⁵ Na semana de 18 de Maio de 1918, pela segunda vez o almirante Dunn oferece uma elevada quantia (33.000 réis) àquela instituição, assim como as sobras dos géneros não confeccionados a bordo, o que é muito bem aceite pela sociedade. Neste caso, é o resultado angariado numa festa, o que poderá ser revelador da clivagem social, mesmo entre portugueses. “Ofertas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4331 de 18 de Maio de 1918. A Cozinha Económica, tida como de muitos relevantes serviços prestados à sociedade, havia fornecido na semana do Senhor Santo Cristo 600 jantares, dos quais 432 gratuitos.”Informações”, *Ibidem*.

³⁶ “Notícias de Vila Franca”, *Açoriano Oriental*, n.º 4329 de 4 de Maio de 1918.

³⁷ *Idem*, n.º 4330 de 11 de Maio de 1918.

³⁸ Diria mesmo “espalham ouro a rodos”. Telo, A. J., “O sidonismo e a base em Ponta Delgada” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 135.

desenvolvimento (e reforço) económico na região, passa a ser um mecenas das instituições beneméritas locais.

Esta imagem sairia reforçada após a passagem de um Verão relativamente calmo, com a crise levantada pela gripe pneumónica de Outubro em inícios do mês de Novembro, oferecendo os seus préstimos, inclusive, se necessário, junto da Cruz Vermelha Americana³⁹.

À notícia do armistício, o almirante mandaria rezar uma missa na Igreja Evangélica local e no final do mês partiria em viagem pela Europa, acompanhado pelo chefe do Gabinete Civil do ACRA, Dr. José Bruno Tavares Carreiro⁴⁰.

Regressaria a 10 de Janeiro de 1919, após ter, e de acordo com António José Telo, tentado convencer o almirante Sims da pertinência em manter a base naval em Ponta Delgada⁴¹. De acordo com o mesmo autor, a desmobilização ter-se-á iniciado nesse mesmo mês com o embarque dos fuzileiros e hidroaviões no *USS Nereus*, que parte a 20 de Janeiro. Ficaria a base a fornecer apoio às pequenas escoltas costeiras que faziam o regresso aos EUA, perdendo os seus grandes navios de defesa. Em Março, foram recebidas ordens para oferecer aos portugueses as duas peças de 175 mm montadas em terra, bem como outras duas menores, de 75 mm. A 14 de Abril o almirante Dunn transferiu o comando para um oficial de patente inferior e regressou aos EUA⁴².

A gratidão para com a ajuda americana encontra-se bem evidenciada nos cumprimentos apresentados pelo Governador civil de Ponta Delgada, dr. Rodrigo Rodrigues, a 13 de Fevereiro de 1919, ao afirmar que “saúdo a grande República americana, que com o meu país colaborou para a grande vitória que veio coroar a guerra e que, devido aos bens e amistosos ofícios de V^a. Ex.^a, tão altos e relevantes serviços tem prestado ao povo deste distrito”⁴³.

³⁹“A oferta de sr. Almirante Dunn”, *Açoriano Oriental*, n.º 4354 de 2 de Novembro de 1918. Veja-se também Ferreira, José Medeiros, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?” in *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerra Mundiais*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2008, p. 69.

⁴⁰“Almirante Dunn”, *Açoriano Oriental*, n.º 4358 de 30 de Novembro de 1918. Para mais pormenores veja-se Ferreira, José Medeiros, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?” in *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerra Mundiais*, Lisboa, Fundação Luso-Americana. 2008, p.61-79.

⁴¹ Telo, A. J., “A desmobilização da base americana” in *Os Açores e o Controlo do Atlântico*, Lisboa, ASA, 1993, p. 153.

⁴² O *Açoriano Oriental* agradeceria a visita de cortesia e informa que o Almirante seguiria em viagem para a Inglaterra e França, regressando depois aos Estados Unidos da América. “Almirante H. O. Dunn”, *Açoriano Oriental*, n.º 4378 de 19 de Abril de 1919.

⁴³ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 32 de 13 de Fevereiro de 1919 ...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 269.

Antes da desmobilização total da base americana, será de referir a passagem das embarcações que vêm dar apoio aos hidroaviões no voo transatlântico dos DC-9, chegados a Ponta Delgada a 8 de Maio, aos quais todas as facilidades foram concedidas⁴⁴.

A 23 de Agosto de 1919, o almirante Jackson, comandante da Base Naval Americana, anuncia a sua futura partida e desmobilização da mesma. Em resposta, o GCPD refere “em nome da população local muito também agradeço a V.^a Ex.^a os votos que apresenta pela felicidade e pela prosperidade desta ilha. Nunca os micaelenses poderão esquecer a estada nesta ilha da Base Naval Americana, a qual em muitas ocasiões, algumas delas extremamente graves, ficaram devendo os mais importantes serviços e na qual encontraram sempre valiosa assistência e solidariedade muito cordial. Na hora da desmobilização da Base Naval Americana, os micaelenses sentidamente recordam constantes provas de amizade e os relevantes serviços que lhes foram prestados pelos oficiais e homens das forças militares e navais dos Estados Unidos”⁴⁵.

A 28 de Agosto de 1919 e a pedido do Almirante Jackson, o GCPD informa o Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada da necessidade de retirar o mais breve possível as casas portáteis do hospital americano e oferecidas à Santa Casa, uma vez que os terrenos têm que ser entregues devolutos aos respectivos proprietários. Com a partida do Almirante Jackson na semana de 20, marca-se o encerramento da base.

A rapidez com que as forças americanas desmobilizam foi um reflexo da forma como sempre entenderam a criação da base naval: provisória. A sua existência foi garantia de segurança para a população micaelense e de alguma confiança para as outras ilhas, em especial as mais próximas. Apesar de não se conhecer muito bem a actividade operacional americana, sabe-se de alguma, relacionada com o apoio à

⁴⁴BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 97 de 8 de Maio de 1919 ...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 317.

⁴⁵ Neste apoio, são conhecidas situações de embarcações americanas que, em deslocações a outras ilhas, levaram a mala de correio portuguesa, como será o caso do iate *Galanthrea*, que em 24 de Abril de 1919 se prepara para partir para Angra do Heroísmo e Horta, ou mesmo para Lisboa. Programada para finais de Agosto, a partida foi adiada até 16 de Setembro seguinte, saindo às 14 h do cais velho da Alfândega. A 10 de Setembro, chega a Ponta Delgada uma canhoneira a mando do Ministro da Marinha para apresentar honras de despedida, não encontrando à chegada o almirante Jackson, uma vez que este havia seguido para a ilha Terceira a bordo de um transportador americano carregado de duzentas sacas de açúcar, motivo pelo qual foi dispensada a ajuda do navio português. São também conhecidas situações em que marinheiros americanos auxiliaram a população no combate a incêndios, como o ocorrido a 21 de Janeiro de 1919 numa moagem de cereais em Ponta Delgada. Tavares, Germano, “Bombeiros voluntários de Ponta Delgada – Subsídios para a sua História (X)” in *Açoriano Oriental*, n.º 16698 de 20 de Janeiro de 2009.

população. Para além do auxílio na manutenção da ordem pública (no controlo de estrangeiros ou no transporte dos piquetes portugueses), na abertura de um canal comercial com os EUA (gratuito), no incremento e dinamização da hotelaria e comércio local, e mesmo ao nível tecnológico (com a exibição de filmes aéreos de Ponta Delgada), a presença americana perduraria na ideia do colectivo micaelense. Esta boa imagem, manifestada por várias vezes e sob diferentes formas, era acima de tudo complementada no apoio à alimentação local, em que uma presença americana fluida possibilitava uma ligação rápida para apoio de São Miguel e as restantes ilhas. Os últimos dois meses são bem exemplificativos disso. Se, em inícios de Setembro de 1919, o almirante havia partido para a ilha Terceira, levando açúcar para aquela ilha, no mês de Agosto havia regressado da Horta com 100 moios de milho⁴⁶.

Poderão ter sido três os factores fundamentais que perdurariam na imagem do colectivo micaelense (e provavelmente açoriano, em geral): a ideia de protecção, sobejamente manifestada pelo *Orion* e pela tecnologia inédita da época; o afluir de produtos tidos como difíceis de obter (se não mesmo impossíveis, como os tecidos) e, por fim, uma desburocratização no que tocava no apoio à população, quer a na ilha, como inter-ilhas.

Afinal, o que se verifica é que as autoridades portuguesas de comando unificado, como o ACRA, acabariam por se retirar muito cedo, deixando ainda muitos problemas por resolver e uma cadeia hierarquia idêntica à do início da guerra, pelo que as velhas burocracias não demorariam a regressar. A chegada da fragata portuguesa, em Setembro de 1919, é bem exemplificativa. Para operar, a urgência teria de ser grande e a resposta era demorada, de tal forma que, quando chegou, já o serviço havia sido assegurado pelo comandante americano.

6. A censura

Trabalhar a sensível questão da censura militar nas ilhas será abordar uma das primeiras medidas práticas relacionadas com a entrada de Portugal na beligerância. A primeira documentação relacionada com este tema encontra-se intimamente associada à concentração dos súbditos alemães nas três grandes ilhas⁴⁷.

⁴⁶ “Milho”, *Açoriano Oriental*, n.º 4396 de 23 de Agosto de 1919.

⁴⁷ Acabaria por se assistir a uma divisão da censura, entre a relacionada com os concentrados alemães e a imprensa, de modo geral. Rezendes, Sérgio, “A correspondência e a censura”, in *O Depósito de*

Numa fase inicial, de forma ligeiramente anárquica (em virtude da escassa informação transmitida pelo Estado), constituem-se comissões de censura prévia à imprensa, como será o caso da comissão terceirense, constituída a 5 de Abril de 1916. Instalada em gabinete próprio no Governo Civil, era constituída por três oficiais⁴⁸, propostos pelos governadores do distrito ao MI⁴⁹, à semelhança das constituídas nas restantes cidades do arquipélago. Durante o período em estudo um facto é inegável: existe uma grande tendência para os censores rodarem com muita facilidade, provavelmente pela fraca compensação financeira, muitas vezes ironizada pelo *Açoriano Oriental*. Em áreas onde não se editassem publicações diárias, ficaria esta tutela entregue aos administradores dos concelhos, com uma gratificação mensal de 15\$00, a pagar pela Secretaria do Governo Civil⁵⁰.

Se numa fase inicial a censura apenas visava a correspondência alemã, a 6 de Maio de 1916 o GCPD daria instruções do Ministro do Interior ao Chefe dos Serviços dos Correios e Telégrafos no sentido de reter envelopes com as seguintes características: abertos, com remetente desconhecido e com propaganda a incentivar à desconfiança entre civis e militares nas medidas adoptadas por Portugal após a declaração de guerra⁵¹. Vivia-se, pois, um ambiente político bastante tenso, que Nuno Severiano Teixeira magistralmente explica:

“A República era, assim, estruturalmente atravessada por clivagens profundas que a guerra veio agravar e sobredeterminar: fora do regime, os monárquicos dividiram-se entre anglófilos e germanófilos, e no movimento operário e sindical socialistas e anarquistas dividiram-se entre pacifistas e patriotas; no interior do regime, os Republicanos dividiam-se em radicais e modelados, francófilos e anglófilos, intervencionistas e não-intervencionistas. A multiplicação e o

Concentrados Alemães na ilha Terceira, Sep. Revista Insulana, Vol LVIII, 2002, Instituto Cultural de Ponta Delgada, pp. 84 – 86.

⁴⁸ A partir de 1 de Maio esta comissão passa a trabalhar junto do CMA.

⁴⁹ Acabariam por não começar a funcionar todas em simultâneo. Ao que as fontes indicam, a última terá sido a da Horta, cuja lista foi proposta em Junho de 1916, aguardando-se ainda no mês seguinte a autorização da Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra para que esta comesse a trabalhar.

⁵⁰ Art. 2.º do decreto n.º 4601 de 12 de Julho de 1918. Deveria ser entregue até ao 1.º dia do mês imediato. BPARPD – FGCPD, “Circular n.º 17 de 19 de Agosto de 1918 aos Administradores dos Concelhos”, *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p.156.

⁵¹ O alerta havia sido dado pela Direcção Geral de Administração Política e Civil, que os havia detectado em alguns distritos. Sem indicação de editor ou tipografia, circulavam com estampilhas de meio centavo. BPARPD – FGCPD, “Ofício 103 de 06 de Maio de 1916 enviado ao Chefe dos Serviços de Correios e Telégrafos de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, pág. 113.

agravamento de clivagens a par do cruzamento política interna - política externa que a guerra impunha teve consequências imediatas sobre a política portuguesa. Ao nível interno, o crescimento da violência política e da instabilidade governativa assumiu proporções elevadíssimas⁵².

A República procuraria encontrar os dissidentes, juntando à necessidade de barrar a saída de informações pertinentes para a defesa nacional, vozes dissidentes. Dentro deste espírito, a 15 de Março de 1916, o governador civil comunica ao Director do jornal *Diário dos Açores* a necessidade de não publicitar as futuras medidas militares, evitando-se assim estados de alarme injustificados ou a divulgação dos planos de defesa, conforme solicitação das autoridades militares e marítimas⁵³.

Apesar dos cuidados, em meados de Janeiro de 1917, a actividade de uma eventual quinta coluna ganha maior vigor. Instruções transmitidas pelo Ministro do Interior às comissões de censura chamam bem a atenção para a necessidade de censurar notícias que favoreçam o inimigo, assim como as que surjam contra a intervenção portuguesa no conflito⁵⁴.

A pressão é tanto maior quanto mais grave for a instabilidade política vigente a nível nacional. O discurso apontado pelo Ministro do Interior às comissões de censura apela sempre, como medida de salvação comum, a manutenção do prestígio dos poderes públicos, uma vez que o seu desdém poderia originar um perigoso enfraquecimento do espírito nacional. Amesquinhar, deprimir ou desprestigiar o Chefe de Estado e as instituições civis e militares eram situações a impedir, devendo-se contribuir para o mais liberal critério e patriotismo, sem desprestígio das mesmas⁵⁵.

Aliás, quer o MI quer o MG pressionam os seus subalternos no sentido de estarem sempre informados sobre possíveis dissidentes. Sempre por ordens superiores, esta busca agudiza-se em meados de Novembro de 1917, pedindo-se a máxima vigilância sobre a atitude e procedimentos dos funcionários públicos em relação ao regime. As autoridades administrativas e militares deveriam mesmo recomendar a todos para que não

⁵² Nuno Severiano, “Portugal e a Grande Guerra” in *Nova História Militar de Portugal*, Rio de Mouro, Vol: 4, Círculo de Leitores, 2004, p. 20.

⁵³ BPARPD – FGCPD, “Circular n.º 71 de 15 de Março de 1916...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 49.

⁵⁴ Notícias contra Portugal ou aliados. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 8 de 15 de Janeiro de 1917 ...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 364. Novas instruções (desconhecidas) são fornecidas a 2 de Fevereiro de 1917. *Ibidem*. Este assunto é novamente realçado na nota 44 de 4 de Abril de 1917, com destaque para os navios nacionais e áreas de combate, assim como de desembarque de tropas. *Ibidem*.

⁵⁵ Estas indicações são reforçadas ao Presidente do Conselho de Censura da Ribeira Grande a 13 de Junho do mesmo ano. De modo geral, são recebidas novas instruções para estes organismos a 15 desse mês, embora desconhecidas.

se salientassem de qualquer modo desfavorável ao regime durante os trabalhos eleitorais. Opinião diferente teve o tenente capelão do DR 27 (Funchal), que, junto das operações eleitorais da assembleia de S. José em Ponta Delgada, fomentou uma grande manifestação de resolução melindrosa. Em constantes gritos e vozearias, apenas poderia ser impedido por um oficial de patente superior à sua, o que rapidamente foi solicitado pelo governador civil ao comandante militar⁵⁶.

As preocupações com a imprensa extrapolavam os planos de defesa ou os assuntos relacionados com os prisioneiros alemães⁵⁷. A 26 de Julho de 1916, são dadas indicações ao presidente da comissão da censura de imprensa para que não se publicassem notícias ou alusões a castigos aplicados a oficiais do Exército pelo Ministério da Guerra ou outras identidades, preocupação transmitida pelo Ministro do Interior em prol da disciplina e acção militar.

Outro exemplo serão os ofícios à companhia Bensaúde e para o chefe dos serviços telégrafos postais para que não fossem expedidos telegramas para a ilha de Santa Maria com a indicação da partida do pacote *San Miguel* com recurso a telegrafia com ou sem fios, neste caso a estação de TSF, na Nordela⁵⁸. Posteriormente e por indicação do Ministério do Interior, esta medida tornar-se-ia extensiva aos navios da América do Sul com destino às nações aliadas.

A 12 de Agosto de 1916, e com vista à padronização das normas de censura locais às nacionais, à comissão de Ponta Delgada é autorizada a reprodução de artigos oriundos dos órgãos de comunicação social do continente, assim como a publicação da chegada ou saída de qualquer navio, desde que não fossem referidas datas⁵⁹. A medida é justificada pelo facto de já ter sofrido censura⁶⁰.

⁵⁶ Refere-se que está a fazer manifesta propaganda contra o regime na sua desenfreada campanha eleitoral. Tentou fazer com que alguns eleitores não votassem. É apresentada queixa. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 133 de 20 de Novembro de 1917 ...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pp. 489 e 490.

⁵⁷ Sobre estes, a nível da imprensa, seriam publicados alguns artigos e alguns anúncios relacionados. Para mais pormenores, veja-se a Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

⁵⁸ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 175 de 26 de Julho de 1916 ...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pp. 197 e 198. O alcance das estações portuguesas, principalmente combinadas, poderia ainda constituir uma área de cobertura interessante. Um exemplo será o telegrama recebido pelo GCPD pelo seu homólogo da Horta, para que se avisasse o cônsul americano sobre um avião perdido na costa americana. BPARPD – FGCPD, “Ofício 107 de 05 de Julho de 1919 enviado ao cônsul americano em Ponta Delgada” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 364.

⁵⁹ Aparentemente estas normas foram generalizadas a toda a região.

⁶⁰ Contudo, existem casos em que artigos não censurados no continente são-no nas ilhas, o que leva a protestos por parte de órgãos de comunicação social, como o *Açoriano Oriental*.

Em instruções de 28 de Outubro de 1916, o Ministro do Interior elucidaria convenientemente toda esta questão. Era, pois, de censurar:

“1º - Tudo o que importe qualquer incitamento ou provocação a crime ou delito; tudo o que diga respeito a assuntos militares ou navais, recursos do Exército e da Marinha, movimentos de forças e, nomeadamente, a estada ou passagem de quaisquer oficiais ou soldados de nações aliadas em território oficial; quaisquer notícias impressionantes sobre derrotas dos Aliados, antes de se acharem oficialmente confirmadas; toda a notícia, artigo ou fotografia referente às divisões de instrução, que não tenham sido visadas no Quartel-general respectivo ou no Gabinete do Ex.º Ministro da Guerra.

2º - Entrada e saída de todo e qualquer navio, quer de guerra, quer mercante, nacional ou estrangeiro, e ainda os anúncios referentes ao mesmo.

3º - Toda a referência atentatória do prestígio da nação, do exército e da armada, dos seus chefes e representantes e bem assim o que tendenciosamente possa deprimir o patriotismo e o valor moral da nação.

4º - Os boatos ou notícias alarmantes de carácter político, financeiro ou económico.

5º - Todas as apreciações ofensivas para a dignidade pessoal dos membros das Comissões de censura, bem como quaisquer expressões injuriosas seja para quem for.

6º - A censura compreende, além dos jornais, todos e quaisquer impressos, nacionais ou estrangeiros, folhetos, revistas, manifestos, papeis avulso e placares”⁶¹.

Tanto quanto as fontes permitiram saber, para além dos aspectos referidos, a sua acção desenvolveu-se de forma regular, até à sua extinção, por decreto de 3 de Março de 1919. A única grande mudança que conheceria seria ao nível de tutela, uma vez que, com a existência do ACRA, a nomeação para o cargo de censor passa a estar sob sua tutela⁶². Não deixa de ser interessante referir uma maior acção

⁶¹ Descrição de crime ou delito: Código Penal, Títulos II e III. Decreto com força de Lei de 28 Outubro de 1910. Decreto com força de Lei sobre crimes contra o Presidente e Ministros de 26 de Dezembro de 1910 e leis de defesa da Republica de 30 de Abril de 1912. BPARPD – FGCPD, “Circular de 28 de Outubro de 1916 ...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 309.

⁶² Como as restantes nomeações para cargos públicos. No caso da censura, estaria de acordo com o Decreto 4082 de 13 de Abril de 1918, 1.ª parte, art. 3º da Lei 495 de 25 de Março de 1916. Neste caso, dos três elementos, dois são professores do liceu e um é solicitador.

desta forma de repressão nos órgãos de comunicação social, nomeadamente no *Açoriano Oriental*, durante o ano de 1918.

Utilizando, como exemplo, o conhecimento adquirido na investigação do *Açoriano Oriental* (ou mesmo no jornal *A União*) a sua missão terá sido linear e bem sucedida, uma vez que não existem críticas graves às comissões, nem por parte das hierarquias nem do povo, de um modo geral. Os objectivos terão sido atingidos, quer na protecção de dados vitais para a defesa como também na propagação de ideias contrárias ao regime. Aliás, estes jornais deixam transparecer um profundo respeito pela República e pela ordem instituída, apesar da permanente expectativa quanto aos acontecimentos na capital e suas repercussões na região. Corresponder ao pedido formulado pelas instituições civis e, em especial, militares era uma questão de orgulho nacional, que de forma alguma poderia ser colocado em causa. Para o *Açoriano Oriental*, ser-se chamado ao Exército era uma honra e um dever patriótico, pelo que dentro deste espírito e respeito pelas autoridades a censura não deveria conhecer grandes atritos⁶³.

⁶³ Existe uma situação em que o semanário praticamente chama de “simplório” o suicídio de um jovem na ilha das Flores, por ter sido chamado ao Exército. O contexto não era encarado para covardes mas sim digno dos verdadeiros patriotas.

V

TEMPOS DE CRISE

1. Da peste à epidemia “que zomba da medicina”

Um estudo pertinente sobre a I Guerra Mundial nos Açores e as suas implicações no contexto sócio-económico na população da época não poderia descurar a importante questão da saúde pública.

Numa fase de transição na História das mentalidades a nível internacional, na qual a Grande Guerra (ou a Mãe de todas as Guerras) será o seu expoente máximo, a moderna medicina começava a chegar ao arquipélago, sofrendo a resistência de antigos hábitos e costumes, assim como a falta de infra-estruturas próximas dos núcleos populacionais, como adiante se verá.

Tanto quanto foi possível inquirir, o sistema de saúde baseava-se nos hospitais da Misericórdia (nos grandes povoados) e em médicos ou quintanistas, em pouca quantidade, um pouco espalhados pelas freguesias. A abertura de uma delegação da Cruz Vermelha em Angra do Heroísmo, em 1917, e Ponta Delgada, em 1918, constituíram uma ajuda extremamente pertinente, não obstante o facto de ser uma instituição voluntária e apenas posto de socorros.

A forma como os contaminados por pestes e epidemias eram tratados assentava no isolamento e desinfecção, impedindo a primeira a sua generalização, e a segunda a sua aniquilação. O próprio Hospital de Isolamento de Ponta Delgada teria pouco mais de um década uma vez iniciada a I Guerra Mundial.

Encontrava-se o país em plena revolução de mentalidades. Com uma população basicamente rural, pobre e analfabeta, os resultados práticos ao nível da transmissão dos conhecimentos, já de si deficitária¹ em relação ao cânones actuais, eram lentos e escassos. Neste contexto a instituição militar revela-se de extrema pertinência. Tendo um serviço de saúde (tecnicamente, uma arma), com laboratórios, hospitais,

¹ Um bom exemplo seria o tabaco. Apesar de já se conhecer os seus efeitos nefastos, em 1896 A. M. Cunha Belém escreveria: “Pode o uso do tabaco entrar em linha com os divertimentos militares. Se não é um recreio, é uma distracção, uma companhia nas longas horas de solidão ou de aborrecimento, e não deixa de ter as suas vantagens higiénicas, como microbicida, ou pelo menos, como desinfectante imediato da atmosfera, em contacto com a boca, e que primeiro se inspira”. Belém, A.M. da Cunha, “O tabaco” in *Breves noções de higiene militar para uso das escolas dependentes do Ministério da Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 3.

postos de saúde, etc. e tratando-se de uma organização tradicionalmente culta e orientada pela a investigação, os resultados passariam não só a visão moderna europeia sobre o assunto, como do núcleo de eruditos na área portuguesa. Far-se-ia pois passar desde o general ao soldado, que, nas ilhas, representava o camponês ou, na melhor das hipóteses, o operário.

Uma vez que a esmagadora maioria dos jovens passava pela instrução militar, uma das primeiras lições que aprendiam, para além do tradicional corte de cabelo e calçado, eram os hábitos mínimos no que concerne à higiene pública e pessoal. Como diria A. M. Cunha Belém, cirurgião de divisão em 1896: “na vida militar, se cada um precisa cuidar da sua saúde (...) logo é investido num comando, por mais modesto que seja, deve cuidar da saúde dos seus subordinados”². Esta formação é bem patente na instrução dada em inícios da década de 1910 nas unidades sedeadas nos Açores.

Pela elite médica da época, em especial a militar, a higiene assume-se como um ponto nevrálgico no soldado do século XX. São referidos como assombrosos os seus efeitos nas práticas individuais, assim como na construção de quartéis e casernas, asseio corporal e uniforme, ou no material de aquartelamento, biviagem, alimentação e mesmo no trato com os animais.

Esta preocupação individual deveria ser extrapolada para o colectivo, desde o simples cidadão (soldado) às autoridades administrativas, os principais responsáveis pelo bem-estar público. A este propósito diria:

“As medidas para que não se infecte o solo das cidades ou das vilas, para que elas sejam abastecidas de boas águas, puras e imaculadas, para que tenham, irrepreensivelmente sob o ponto de vista higiénico, a remoção e ulterior destino dos esgotos (...) e a água de bebida não sirva de veículo, são tudo atribuições da administração civil, a quem ainda compete a inspecção das carnes e outros géneros alimentícios, a do leite e de todas as bebidas expostas à venda, a conservação e limpeza da via pública e a dos cemitérios, a vigilância das toleradas, o afastamento de todas as causas de insalubridade e a sufocação de todas as manifestações mórbidas, delas dependentes”³.

Efectivamente o presente capítulo irá abordar todos os referidos aspectos, desde a higiene pessoal e doméstica à pública em geral, assim como a forma como as

² Belém, A.M. da Cunha, “A saúde e o seu valor” in *Breves noções...*, *Idem*, p. 3.

³ Belém, A.M. da Cunha, “A profilaxia” in *Breves noções...*, *Idem*, p. 300

instituições administrativas se encontravam preparadas para lidar com as doenças da época, com especial destaque para pestes e gripes virais, em grande parte importadas por intermédio de uma estrutura não referida pelo referido cirurgião de divisão: os portos. Será dada especial atenção aos surtos de gripe e de peste que assolariam as ilhas durante o período em análise, neste caso mais em específico a ilha de São Miguel, por ser o exemplo mais conhecido.

1.1. A inexistência de um dispositivo sanitário eficaz: a proliferação da peste

De acordo com Albertino José Ribeiro Monteiro, desde o início do século que o receio de uma invasão pela peste da ilha de São Miguel leva a que se tome medidas preventivas, uma vez que esta doença grassava em muitos pontos do globo desde fins do século XIX. Difundida por via do comércio à escala internacional, tinha-se a noção que poderia tocar as ilhas⁴. Efectivamente e segundo o mesmo autor, durante muitos anos conseguiu-se evitar que a ilha São Miguel fosse atingida pela peste, enquanto esta assolava várias regiões do globo, continente português e outras ilhas⁵.

A fiscalização das vias de entrada, nomeadamente dos portos, era de importância fulcral para o controlo destes flagelos, que, ciclicamente, assediavam as populações insulares. Para cada calamidade poderiam existir diferentes formas de a fazer entrar, mas no caso da peste era sobejamente conhecido o seu autor: a pulga do rato⁶, como, em 1922, o Dr. Hermano de Medeiros refere ao jornal *Diário dos Açores*: “o rato é passageiro incómodo e gratuito em todos os barcos, desde o transatlântico de luxo onde viajam nababos, até ao veleiro mercante mais humilde. É ele que, depois de haver destruído mercadorias preciosas nos porões onde se instala, vem para terra trazer-

⁴ Monteiro, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 100.

⁵ Como, por exemplo, o Porto em 1900, a Madeira em 1906, a Terceira e outras ilhas como o Faial em 1908, com novo reaparecimento em 1911.

⁶ Poderia também ser por respiração, como a gripe. O *Açoriano Oriental* n.º 4186 de 7 de Agosto de 1915 referia que um impulso de tosse infectava o ar num raio aproximado de sete metros e meio (“Informações”). Este tipo de esclarecimentos, apesar da sua natureza pedagógica, provocava o afastamento das pessoas, por se achar ser uma forma de defesa (como o Dr Hermano afirmaria em entrevista ao *Diário dos Açores*), levando a que o Exército fosse por vezes chamado por motivos sanitários. Teria como funções colaborar com as autoridades administrativas, montando uma área de isolamento (maior ou menor, conforme o contágio) e zelar para que quem de direito, normalmente as misericórdias, fossem tratar dos moribundos. AMMA– FG, Comando Militar De Ponta Delgada, *Correspondência recebida – Peste na Ribeira Grande, Pastas de notas*, 1921, Fia 941. Em síntese, estas tinham que dar de comer, beber e vestir a quem necessita, assim como assistir aos enfermos e enterrar os mortos. Sobre a missão das misericórdias veja-se Franco, Nancy Mota, “Nota Introdutória” in *Setenta e Cinco anos de Misericórdia*, Santa Casa da Misericórdia da Povoação, 2006, p. 7.

nos a mais pavorosa das enfermidades.(...) Sobe e desce pelas pranchas dos grandes barcos encostados aos cais e até pelas correntes de amarração, mergulhando com uma perícia admirável. É um acrobata e um mergulhador de imensa habilidade”⁷. A pulga do rato não é igual à do homem nem prefere o sangue deste como alimentação, relata. Só quando não encontra outro rato procura o homem. Na investigação realizada foram detectadas notícias no jornal *Açoriano Oriental* que comprovam a existência, a bordo das embarcações, deste indesejável passageiro. De forma irregular, são relatadas notícias de medidas tomadas para o seu extermínio. Um bom exemplo será o do navio *Vouga*, na semana de 6 de Junho de 1914, que posteriormente acabaria por ser destruído no combate aos roedores, como já atrás foi referido aquando do apoio prestado pelos súbditos alemães⁸.

Utilizando uma fonte muito próxima da época em estudo e cujo discurso resulta também da aprendizagem das pestes e epidemias do período em análise, explica o ilustre médico e deputado à Assembleia Nacional, Dr. Hermano de Medeiros: “a febre tifóide é obra de um infinitamente pequeno ser, ingerido com a água que o absorveu previamente. Esse micróbio, chamado *bacillus* de Eberth, achando-se entre nós pela pouca higiene da nossa cidade, isto em Ponta Delgada, porque nas aldeias e vilas a febre tifóide tem ainda a péssima canalização de águas, feita quase a descoberto, podendo assim receber todas as imundices”⁹. Efectivamente, quando em 18 de Setembro de 1915 é noticiada pelo *Açoriano Oriental* a existência de alguns casos de febre tifóide na Lomba da Maia, a causa referida é a água estagnada, em virtude de os encanamentos se encontrarem rotos¹⁰. Cerca de um mês depois, já são cerca de cem os casos para não mais de 1500 almas. No final do ano seguinte, seria a vez de a ilha

⁷ “O nosso clima e as epidemias. Ouvindo o exímio clínico e ilustre deputado sr. Dr. Hermano Medeiros”, *Diário dos Açores*, n.º 9011 de 02 de Março de 1922 aput *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado. Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 75.

⁸ No caso da desinfestação feita em início de Junho e retirando as que conseguiram fugir, foram mortas 55 ratazanas a bordo. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4127 de 6 de Junho de 1914.

⁹ “O nosso clima...”, *Diário dos Açores...*, aput *Idem*, p. 76

¹⁰ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4192 de 18 de Setembro de 1915. No primeiro caso, exige-se que quem de direito faça o seu papel. No segundo caso refere-se que a Câmara Municipal da Ribeira Grande e o Subdelegado de Saúde estão a tomar as devidas providências. Na mesma altura, ocorrem casos de Peste bubónica na freguesia de Fenais, sem acrescentar de seriam os Fenais da Luz ou da Ajuda (Vera Cruz). “Febres tifóides”, *Açoriano Oriental*, n.º 4197 de 23 de Outubro de 1915. No mesmo semanário, surgem ecos de pestes também em Lisboa, como por exemplo de tifo, em que se refere a água como a causa provável. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4212 de 05 de Fevereiro de 1916.

Terceira sofrer um surto que tanto quanto a medicina da época interpretou, seria febre tifóide, com origem provável na água¹¹.

Um bom exemplo seria noticiado a 30 de Setembro de 1916 pelo *Açoriano Oriental*: “grassa com grande intensidade uma forte epidemia em Santo António. Casas houveram em que se registaram dois ou três casos de mortes em crianças. Pois só num mês pereceram cerca de 20 crianças. Uns dizem ser escarlatina e outros o *crup*.”¹² “Questiona-se a razão pela qual o médico da localidade não tomava as devidas providências, lembrando que caso fosse o *crup*, não seria com ervas caseiras que esta ficará curada, mas sim com soro, como Pasteur havia ensinado. Pede-se urgência”¹³.

As condições de abastecimento (e de habitabilidade) no campo não seriam muito diferentes das das urbes. Sobre as condições da cidade micaelense, diria o citado médico: “É insalubre. Ponta Delgada não tem esgotos, o solo está impregnado de produtos gordurosos das fossas, com toda a fauna microbiana. Precisava de um trabalho subterrâneo de canalização e drenagem de dejeções para o mar”¹⁴. Sobre a peste que recentemente havia atingido esta cidade, e que cai fora do âmbito temporal do presente estudo, acresce: “se não fosse a benignidade, esta carícia morna do nosso clima insular e a aclimação fácil e modificação do vírus, tínhamos um largo necrológio a registar. Ajudemos o clima (...), secundando e auxiliando a sua acção com a boa drenagem da cidade e salubrisando mais a canalização das águas, aqui e no campo”¹⁵. O rato é, pois,

¹¹ No *Açoriano Oriental* n.º 4252 de 11 de Setembro de 1916, noticia-se que o jornal terceirense *O Dia* havia publicado no mês anterior que, por ordem superior, haviam partido para a referida ilha vários médicos para o combate da epidemia. Haveria quem afirmasse que era febre tifóide e outros dizem ser algo mais grave. Para mais pormenores, veja-se Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, pp. 67-150. Também se relatam surtos na capital, como por exemplo febre pneumónica. “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4168 de 3 de Abril de 1915.

¹² “Epidemia”, *Açoriano Oriental*, n.º 4246 de 30 de Setembro de 1916.

¹³ O caso mais antigo, que a presente investigação permitiu descortinar, remonta a 1868. Neste ano, diria Vicente Machado de Faria e Maia: “O estado sanitário deste distrito (Ponta Delgada) é sofrível. Ultimamente, porém, tem grassado uma epidemia de febres gástricas no Porto Formoso, que logo (...) tratei de (...) (dar) as ordens convenientes para se debelar, evitar que se comunicasse às populações vizinhas, e acudir com os meios necessários aos pobres que estavam atacados por elas”. Maia, Vicente Machado de Faria, *Relatório anual da Administração do Distrito de Ponta Delgada feito e dirigido ao Governo de Sua Majestade*, 1869, p. 6.

¹⁴ “O nosso clima e as epidemias. Ouvindo o exímio clínico e ilustre deputado sr. Dr. Hermano Medeiros” in *Diário dos Açores*, n.º 9011 de 2 de Março de 1922 apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 76.

¹⁵ *Ibidem*.

apontado como um grande inimigo. “Ele migra constantemente, ele leva a toda a parte, de povoado em povoado, a maldita doença, é o grande veículo dela”¹⁶.

Temos associados aos surtos de febres e pestes dois grandes portadores: as águas paradas e o referido roedor. Ambos acabam por ser favorecidos pelos hábitos sanitários do tempo e pela falta de condições estruturais para uma correcta salubridade.

Novamente o *Açoriano Oriental* aparece como eco crítico de uma sociedade da qual se pede responsabilidade e mudança. São frequentes as críticas à Câmara Municipal de Ponta Delgada pela inexistência de retretes públicas, pela proliferação de ratos¹⁷, pelo mau estado das vias (ao que tudo indica, em terra batida), pelo lixo existente em determinadas áreas da cidade (com destaque para a zona do Corpo Santo) e, de forma geral, a todos os que estão relacionados com o abate de animais e posterior envio das carcaças para o mar, de onde são vistas a flutuar e muitas vezes atiradas de volta às rochas¹⁸.

Outros órgãos de comunicação social também o fazem. De acordo com o jornal *Diário dos Açores*, os desembarques dos navios sujos ou suspeitos eram feitos contacto directo e inevitável com as pessoas, que por ali trabalhava ou passava, uma vez que não existia uma zona nem local reservado digno de confiança para serviço de desembarque de pessoas e carga. Os transportes para o posto de desinfecção também não eram feitos dentro de zona sanitária¹⁹, isto apesar de o porto de Ponta Delgada ter aparentemente Lazareto²⁰. Continuando, e de acordo com o mesmo diário: “o transporte dos mortos é feito através de uma grande parte da cidade, por entre a população, para o cemitério comum”²¹. A enfermagem regularmente montada (...) como certamente exige

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ Principalmente quando a sua captura deixou de ser paga pelo laboratório que os analisava.

¹⁸ Será de presumir que tal se repetiria pelas freguesias, quer para o mar ou mesmo para terra. As críticas são extensivas à iluminação pública, de má qualidade, cara e em pouca quantidade. Existiam alguns urinóis, em muito mau estado e, em princípio, pouco tapados (ou seja a roçar o imoral), junto ao Mercado do Peixe e na rua do Provedor, para o qual se pede no mínimo, o carro de desinfecção. “Higiene”, *Açoriano Oriental*, n.º 4244 de 16 de Setembro de 1916. Como exemplos da falta de iluminação, veja-se os seguintes números do *Açoriano Oriental*: 4132, 4136, 4142, 4146; 4170, 4172, 4173, 4177, 4179, 4180, 4185, 4203; 4210 e 4229. Sobre as retretes públicas, veja-se os números 4155; 4160 e 4177. A respeito da falta de limpeza de Ponta Delgada: 4180, 4244 e 4296; Sobre a questão das carcaças, veja-se o n.º 4396 de 23 de Agosto de 1919.

¹⁹ “A actual epidemia é uma lição” in *Diário dos Açores*, n.º 8052 de 16 de Novembro de 1918 aput *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 57.

²⁰ Cuja missão não se conseguiu descortinar durante este período.

²¹ Não só dos mortos como dos doentes suspeitos, este único caso “feito em carro próprio, como em toda a parte se faz, sem os doentes se porem em contacto com ninguém” rumo ao hospital de isolamento. “A questão Sanitária – a propósito da actual epidemia – Uma carta do Ex.º Sr. director dos serviços sanitários marítimos” in *Diário dos Açores*, n.º 8052 de 16 de Novembro de 1918 aput *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos. Tese de Mestrado. Policopiado.

um porto que quer manter comunicações ininterruptas (...) não existe, que nós saibamos. O pessoal do posto de desinfecção na actual epidemia (1918), após o desembarque dos japoneses gripados, parte dos quais morreram, foi o primeiro a ser atacado. Cremos que não escapou um único empregado. Depois do contágio espalhou-se, tendo invadido toda a ilha”²². Em jeito de conclusão, referem não existir, em rigor, as necessárias condições de isolamento, o material sanitário e farmacêutico, assim como uma hospitalização tão completa quanto necessária para o estrangulamento de uma epidemia logo de início.

A própria forma como o sistema sanitário funciona junto ao porto da mesma cidade, a principal porta de entrada destas enfermidades, favorece a proliferação e desenvolvimento de moléstias, em alguns casos de grande dimensão, como adiante se verá.

Os hábitos sociais relacionados com a higiene (em especial nas classes desfavorecidas) completam o panorama. Sobre as práticas de limpeza das classes populares, o Dr. Manuel Macedo explica:

“Dentro das moradas, onde a dificuldade económica é evidente, ou a noção de higiene é primitiva ou ainda o desleixo põe a marca da miséria, tem-se a impressão de uma raça em vias de liquidação que de si própria não cuida, deixando-se levar ao sabor da miséria e da doença. (...) Lá está o porco ao canto do pequeno pátio ou no quintal a pequena distância da cozinha. A putrefacção do lixo, o esgoto, o sumidouro nauseabundo pútrida dão ao ambiente um ar irrespirável, miasmento, impróprio de vir ao contacto dos alvéolos pulmonares (...). As janelas quase sempre fechadas em caso de doença não servem para arejar ou renovar o ar interior, e, se ali as crianças sadias vão resistindo, as doentes vão definhando. (...) Vemo-las brincar no chão térreo, húmido, do corredor da casa, na rua ou no quintal, rojando os corpos quase nus sobre o lodo e na imundice por ali dispersa”²³.

Ponta Delgada Universidade dos Açores, 2000, p. 60. Sobre o transporte dos mortos, refere que “enquanto não tivermos o caminho funicular ou a locomoção aérea, não há outra maneira de o fazer, senão através das ruas”. *Ibidem*.

²² *Idem*.

²³ “Problemas sociais – assistência maternal e infantil em S. Miguel” in *Correio dos Açores*, n.º 1571 de 27 de Setembro de 1925 aput *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos. Tese de Mestrado. Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 78.

Apesar de a esmagadora maioria da população se enquadrar neste estrato social, o Dr. Manuel Machado refere ser uma reflexão rápida do que se passa em muitos casais de povoações distantes, circunvizinhas e mesmo de Ponta Delgada, em famílias muitas vezes numerosas e na maior parte das vezes constituídas por crianças²⁴. Ou seja, tendo em conta o referido, e que a classe popular constituía a esmagadora maioria da população micaelense, facilmente se entende o “rastilho” que doenças como a peste, a febre ou a influenza pneumónica encontrariam nas ilhas, assim como no restante país²⁵.

Os próprios hospitais das misericórdias teriam dificuldade em lidar com estas situações, mediante falta de condições e mesmo de técnicos. Em 1916, uma vez feita a declaração de guerra a Portugal, o CMH transmitiria ao CMA um ofício do provedor da Santa Casa da Misericórdia da Horta, em que se refere um aumento significativo da população enferma, em resultado da convocação dos licenciados e de uma aumento do fluxo de embarcações no porto daquela cidade. Tal situação havia despoletado dificuldades ao nível dos serviços de enfermagem, dada a carestia de todos os artigos a adquirir, como géneros, medicamentos, roupas, leitos, etc. A escassez de espaço já haveria provocado a transformação da enfermaria de doenças contagiosas em doenças de clínica geral, terminando-se temporariamente com esta valência. Como consequência, e até à materialização de uma terceira enfermaria, os soldados com necessidade de pensos, desinfecções metódicas sem grande cuidados médicos, enfermagem de permanente vigilância, portadores de doenças de pele mais ou menos contagiosas e convalescentes de graves enfermidades adquiridas durante a instrução, com necessidade de dietas, teriam que ficar no domicílio (caso vivessem nas freguesias próximas), à semelhança do sucedido entretanto com civis. Deslocar-se-iam à Misericórdia para os tratamentos, consultas e recolha de géneros, até que se concretizasse a ideia da 3.^a enfermaria. Com tal medida ganhava “a par da vantagem profiláctica de isolar os que, portadores de doenças de pele de fácil contágio constituem um perigo para os companheiros de enfermaria, a de desembaraçar algumas camas, roupas e agasalhos, coisas estas que impetram do governo por intermédio de S.^a Ex.^a o Governador Civil, a Santa Casa não pode adquirir na quantidade que precisa para

²⁴ Neste artigo, o Dr. Manuel Machado Macedo aborda igualmente a questão da alimentação das crianças (paupérrima e mal doutrinada); o analfabetismo, a mortalidade infantil, o papel da mãe e a assistência infantil e materna.

²⁵ Veja-se Trindade, Luís, “A morte anunciada” in Revista História, Lisboa, Publicultura S.A., 1998, pp. 36 a 45.

atender na quantidade que precisa para atender ao acréscimo da população enferma”²⁶. Esta situação também seria constatada por Luís José Simões, aquando da sua recuperação das moléstias resultantes do combate do *Augusto de Castilho* e epopeia marítima, na Misericórdia de Ponta Delgada, como adiante se verá²⁷.

Pelo apresentado se descortina uma sociedade mal preparada para combater grandes flagelos como seria o surto do vírus influenza em 1918. A mentalidade popular remonta ainda ao espírito do século anterior, as instituições administrativas têm dificuldade (ou mesmo alguma falta de visão) no caminho a desenvolver para contornar este tipo de questões, os serviços portuários apresentam graves lacunas, assim como sistema de saúde, quer a nível de recolha dos infecto-contagiosos, como mesmo a nível do seu tratamento.

1.2. O surto de gripe espanhola

“Duas coisas estavam, assim, bastante claras: esta seria uma epidemia de dimensões inéditas e sempre surpreendentes, por um lado, e nada se sabia sobre a forme de combatê-la, por outro”²⁸.

De acordo com Albertino José Ribeiro Monteiro, “os primeiros casos alarmantes de uma nova onda epidémica (da gripe influenza) não tardaram a aparecer, em fins de Agosto de 1918, em pontos geograficamente distantes: Brest (França) Freetown (Serra Leoa) e Bóston (EUA), existindo informações sobre o aparecimento desta segunda vaga no Porto no início desse mês, segundo o Prof. Ricardo Jorge²⁹. O subdelegado de saúde de Ponta Delgada, no seu relatório de 3 de Junho de 1919,

²⁶ AMMA– FG, Duarte, José Garcia, “Cópia do ofício da Santa Casa da Misericórdia da Horta de 27 de Março de 1916” in *Correspondência diversa do Comando Militar da Horta e entidades civis*, Fia 27.

²⁷ Será de crer que a situação na ilha Terceira seria similar. Sobre o caso específico desta ilha, veja-se Rezendes, Sérgio, “A Vida e a Morte no Depósito” in *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, pp. 98 a 106.

²⁸ Trindade, Luís, “A morte...” in *Revista História*, *Idem*, p. 40.

²⁹ Ainda de acordo com o mesmo autor, a gripe espanhola (influenza) teve duas vagas em 1918, o que é corroborado pelo relatório do subdirector de saúde de Ponta Delgada, Mont’Alverne de Sequeira. Logo em inícios de 1919, apareceria uma terceira vaga, a nível mundial. Da análise de todos os elementos será plausível avançar, para a ilha de São Miguel, a seguinte ideia: a primeira vaga, que a nível internacional apareceria na Primavera de 1918, chegaria a Ponta Delgada numa fase tardia, ou seja, em finais de Julho/inícios de Agosto. A segunda vaga, no tempo certo em relação ao resto do mundo. Da investigação feita, não foi possível identificar uma terceira vaga nesta ilha. Para maiores esclarecimentos sobre a doença e a sua evolução planetária, veja-se Monteiro, Albertino J. R, *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, pp. 83-100.

referiria que “houve duas irrupções de gripe: a primeira, importada de Lisboa³⁰, de fraca intensidade, dando apenas 2 óbitos no concelho, manifestou-se em fins de Julho e extinguiu-se em fins de Agosto, sem dar sobressaltos, passando quase despercebida”³¹.

Na documentação de natureza militar, a primeira referência a uma situação de saúde pública anormal, prenunciadora de uma futura epidemia em larga proporções, surge a 10 de Agosto de 1918. O comandante da Defesa Marítima dos Açores (CDM) solicita ao porto ou da delegação de saúde de Ponta Delgada para que fosse enviado a bordo do caça minas *Paço D’arcos* um médico para tratar grande parte da sua tripulação doente, inclusive o médico do *Vasco da Gama*³².

Cerca de um mês depois, a 18 de Setembro de 1918, a delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada recebia o futuro espaço para sede e posto de socorros (cedido pela condessa da Silvã na rua Marquez da Praia e Monforte) e que acabaria por servir como enfermaria militar durante a passagem da gripe espanhola³³. Ao ACRA foi solicitado apoio militar para as inevitáveis obras de beneficiação, em virtude da escassez de meios, apesar do grande carinho popular. O pedido é justificado “atendendo a que as Sociedades da Cruz Vermelha são instituições militares, dependentes do Ministérios da Guerra, sujeitas à mobilização do seu pessoal, a fim de prestar em campanha os socorros médico-cirúrgicos aos doentes e feridos, como tem acontecido com a do nosso País desde que se acha em guerra ao lado dos aliados, socorros que ainda podem solicitados a esta Delegação”. Pede-se, pois, protecção e ajuda nas obras a realizar, bastando para tal o envio de soldados do RI26, a gratificar quando em serviços de engenharia³⁴. Estes haveriam de dar entrada, não como operários, mas sim como pacientes.

³⁰ Para a situação caótica vivida no continente português e em especial em Lisboa, veja-se Trindade, Luís, “A morte...” in *Revista História*, *Idem*, pp. 36 a 45.

³¹ Sequeira, Mont’Alverne de, “Relatório do Sub-delegado de saúde – 1918” in *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 61

³² Pedido que foi satisfeito. Na guarnição militar de Ponta Delgada apenas existia um médico. António da Silva Cabral afirma também que, em finais de Julho de 1918, a guarnição da canhoneira *Ibo* havia aportado doente, tendo baixado ao hospital algumas praças. “A questão Sanitária...” in *Diário dos Açores*, n.º 8052...aput *A mortalidade...*, *Ibidem*, p.59. A propósito do que se passava no continente português durante os meses de Julho e Agosto, veja-se Trindade, Luís, “A morte anunciada” in *Revista História*, *Ibidem*, p. 39.

³³ A condessa ofereceu o edifício, por reear a sua requisição militar e na condição de algumas obras de restauro. AMMA - FCVPD, “Actas de 31 de Julho de 1918 e 7 de 15 de Setembro” in *Livro de Actas da Direcção de 21 de Junho de 1918 a 31 de Outubro de 1923*, Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, pp. 6 e 9.

³⁴ AMMA – FCVPD, “Ofício de 18 de Setembro ao Alto Comissário da República nos Açores” in *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*, Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, p. 12 e 13.

A primeira referência encontrada ao segundo surto da gripe espanhola é de 19 de Setembro. A diligência do Batalhão de Artilharia de Guarnição informa o CMA que, por se encontrarem instalados nas indispensáveis dependências do Posto de Desinfecção de Ponta Delgada, tornava-se fundamental a sua transferência para uma outra casa de modo a evitar o contágio dos soldados. Reportava-se já à notícia publicada dois dias depois pelo *Açoriano Oriental* n.º 4349, em que se criticava duramente a autorização dada, assim como o transporte e respectiva hospitalização no Hospital de Isolamento da tripulação de um vapor japonês. Nesta altura, já quatro óbitos se tinham registado. Sobre a evolução da epidemia, o presidente da delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada, em ofício ao presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha, diria:

“Na tarde do dia 7 de Outubro último começaram a ser atacadas algumas praças do RI 26, no aquartelamento provisório do 2.º Batalhão daquele corpo, não havendo na guarnição hospital militar onde fossem recolhidas, nem tendo a sede do Regimento enfermaria que comportasse as praças doentes, que, em pouco tempo, eram em número de 25. No hospital civil não foi possível recebê-las por não ter também enfermarias disponíveis onde os pudesse hospitalizar”.

A recém-criada delegação da Cruz Vermelha, cuja primeira acta data de 21 de Junho de 1918, nada poderia fazer para além de oferecer o espaço de que dispunha, o que rapidamente foi aceite³⁵ e, em poucas horas, graças ao esforço dos membros da direcção da delegação, oficiais e praças daquele regimento, atacados de gripe, foram hospitalizados. Nos dias seguintes, continuariam a adoecer mais praças, acabando a casa por se encher por completo. Chegariam a estar internados de uma só vez cento e oitenta praças de toda a guarnição e dois civis, que, não tendo família nem podendo ser recolhidos no hospital civil, ali foram recebidos. Com tal número de doentes estava a casa completa, incluindo os próprios corredores, usufruindo os pacientes das melhores condições possíveis ao momento³⁶.

Uma semana depois achava-se a cidade quase toda atacada pela epidemia, que ia alastrando pelas restantes freguesias da ilha de uma forma

³⁵ Em Ponta Delgada e Horta, as praças eram tratados pelos hospitais das respectivas misericórdias quando as enfermarias regimentais não pudessem resolver os casos.

³⁶ A pressa inicial explica-se por já existirem 25 militares doentes e a enfermaria do velho quartel de S. João já não poder receber mais.

assustadora”³⁷. Em virtude da anormalidade da circunstância, entraria em acção o ACRA, como adiante se analisará.

A 12 de Outubro o *Açoriano Oriental*, num artigo intitulado “Alerta”, refere já existir uma epidemia de gripe com uma certa dimensão na ilha, a que alguns chamam de Espanhola. Questiona-se quais as medidas tomadas para a combater, alertando-se para a necessidade de se criarem áreas próprias para o seu tratamento. De acordo com este semanário, o hospital não recebia ninguém com doenças epidémicas pelo que os infectados estavam a ser tratados em casa³⁸ e existiriam ruas com cinco ou seis casos, em muitos deles atacando a família por completo. Tratava-se de uma situação contrária a todos os manifestos de higiene citadina.

Esta questão dos manifestos ou regulamentos e a sua concretização era já uma contenda muito antiga. Um documento, ao que tudo indica, oficial e de autor desconhecido foi publicado no *Diário dos Açores* de 29 de Fevereiro de 1908, atestando-o:

“a legislação sanitária é incompatível com a política de campanário e a incompatibilidade é tanto maior quanto mais alta for a percentagem de analfabetismo do povo a que essa legislação tenha de ser aplicada. E dito assim, muito sumariamente, só para dizer alguma coisa, que aliás os homens ilustrados desta terra estão fartos de saber, passemos aos números que são eloquentes e que só por si põem em relevo as consequências de um regime sanitário que não se cumpre, ou que se cumpre deploravelmente, mutilado como prefácio dos dados estatísticos, a que tenho que me referir, poderia reproduzir as palavras do meu último relatório sem alteração de uma vírgula, por isso nada se modificou neste concelho relativamente à higiene pública e privada.

O quadro até seria mais carregado, se eu porventura abordasse a profilaxia de doenças infecto-contagiosas. Não o faço, porque a desilusão vai-se apoderando

³⁷ AMMA – FCVPD, “Ofício de 21 de Dezembro de 1918 enviado ao Presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha” in *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*, Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, pp. 27 a 33.

³⁸ De acordo com Albertino Monteiro, o Hospital de Isolamento apenas tinha capacidade para 15 pessoas e, só com a hospitalização dos 35 japoneses infectados, havia ficado repleto, gerando-se dificuldades no internamento dos restantes, assim como no seu transporte. A ordem de internamento havia sido dada pelo Guarda-mor chefe de saúde. Manuel Ferreira refere ter sido mandado construir pela Junta Geral do distrito em 1902, sendo constituído por dois pavilhões destinados a 14 pessoas, bem como o respectivo posto de desinfecção. Em Maio de 1903 já detinha linha telefónica directa com a estação de saúde. Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003, p. 177.

de mim dia a dia, e porque tenho a certeza de que os meus comentários só serviriam para concitar mais ódios e despertar novas ironias”³⁹.

Um relatório do sub delegado, em 1920, não fugiria muito a esta ideia e a sua aplicação no terreno, apenas destacando os muito notáveis que se haviam distinguido durante as epidemias até essa data, assim como a acção de algumas instituições⁴⁰.

Entre 13 e 17 de Outubro, o CDM requisita médicos militares para serviços de juntas, em virtude do elevado número de praças doentes, e o próprio RI 26 debate-se com a falta de médicos, por o seu major médico se encontrar na mesma situação. Pede-se que a IMP seja suspensa (de modo a evitar a propagação da doença⁴¹) e a Banda Regimental não pode tocar por falta de músicos. Grassava já a epidemia com uma dimensão tal que começavam a faltar, para além de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermaria, faxinas e operários, que acabariam por ser fornecidos pelo Exército, por exemplo à Cruz Vermelha em Ponta Delgada⁴².

A 20 de Outubro, o Alto Comissário da República nos Açores informa o CMA que a Repartição do Gabinete do Ministério da Guerra havia mandado sustar até nova ordem a partida para França de dois tenentes médicos do CEP em licença nos Açores. Estes, pelo contrário, deveriam apresentar-se nos respectivos comandos militares de ilha, de modo a auxiliarem as populações em qualquer ponto do arquipélago, como, aliás, já estava a ser praticado. Na mesma data, o capitão médico miliciano em diligência na Delegação de Saúde de Ponta Delgada informa o CMA que a epidemia tendia a alastrar-se, encontrando-se o Hospital da Misericórdia praticamente

³⁹ “Estatística demográfica do concelho de Ponta Delgada [relativa a 1907]” in *Diário dos Açores*, n.º 5025 de 29 de Fevereiro de 1908 apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado. Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 52.

⁴⁰ “Demografia e estatística sanitária. Relatório do sub-delegado de saúde do concelho de Ponta Delgada, referente ao ano de 1920” in *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*. Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado. Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 67. Para legislação específica do combate à gripe a nível nacional veja-se o “Decreto 4.872 de 7 de Outubro de 1918” in *Ordem do Exército*, n.º 11, 1ª Série, pp. 746 e 747.

⁴¹ Já o *Açoriano Oriental* n.º 4352 de 12 de Outubro de 1918 havia recomendado a proibição de reuniões públicas e aglomerações populares, assim como a necessidade de fazer desinfestações rigorosas das habitações. Clama-se por precauções adequadas e à intervenção eficaz das autoridades sanitárias da ilha (“A epidemia de ...Hespanhola”).

⁴² A 17 de Outubro, o mordomo das Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada solicitou ao ACRA o envio de três soldados para servir no hospital como auxiliares de enfermeiros (tinha-se preferência pelos que tinham conhecimentos na área). Para além destes três praças, a 23 do mesmo mês foi enviada uma diligência de 15 praças e um graduado a fim de auxiliarem preparação de enfermarias para os náufragos do *Augusto de Castilho*.

cheio de pacientes. Lembra, pois, a pertinência de requisitar o Coliseu Micaelense para servir de hospital provisório, embora continue a procurar outros edifícios que pudessem ser adaptados para o mesmo fim⁴³. A 23 o major médico miliciano do RI 26 pede a suspensão dos serviços de patrulha à cidade, e o Ministério da Guerra autoriza a requisição de um aspirante médico⁴⁴.

A 23 de Outubro de 1918, encontrando-se o hospital da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada repleto de doentes, incluindo o pessoal de serviço de enfermagem, uma das alternativas que se apresentam eram as Damas da Cruz Vermelha. Sem substitutos capazes, a direcção daquela instituição solicita ao presidente da delegação da CV o caridoso auxílio das Damas da Cruz Vermelha Portuguesa⁴⁵. Os sócios não atacados e com disponibilidade são colocados ao serviço do hospital, a auxiliar o serviço de enfermeiro⁴⁶, numa atmosfera de trabalho caracterizada como árdua, estafante e caridosa. Outras situações são desencadeadas pela mais antiga ONG planetária, como a dos sócios enfermeiros, que colocaram os seus préstimos ao serviço dos pobres em Ponta Delgada e na Ribeira Grande, ou mesmo na execução de trabalhos de ajudante de farmácia⁴⁷. “Estava a epidemia no seu auge quando se deu o ataque de submarino alemão ao paquete *San Miguel* e em que este foi heroicamente defendido e salvo pela equipagem do caça-minas *Augusto de Castilho*, que, como era de prever, tinha que sucumbir na luta em que sucumbiu, deixando aos vindouros a história de oiro do seu nobre feito”⁴⁸.

⁴³ A escolha recaiu sobre o edifício da Escola Normal, por satisfazer melhor em questões higiénicas do que o coliseu. O *Açoriano Oriental* de n.º4353 de 26 de Outubro de 1918 aprofunda esta questão ao referir que para além da casa de espectáculos, foi também pensado para o efeito o Teatro micaelense e o Liceu central (Convento da Graça). Contudo, uma vez vistoriados, chegou-se à conclusão que eram edifícios muito frios e propensos a correntes de ar (*Ibidem*). A 24 do mesmo mês, foi a Junta Geral a pedir que se requisitasse uma casa para retirar os alienados mentais do mesmo hospital, ganhando-se várias divisões. Para o efeito pretendia-se o prédio de António Domingues Miranda, no Papa-Terra. Em 1916, diz-se ser o hospital de Ponta Delgada muito rudimentar para este tipo de doenças.

⁴⁴ Assim como a compra de material necessário às enfermarias regimentais do RI 26, até aos 1.500\$00. Qualquer outra verba por motivos da epidemia deveria ser pedida por intermédio de um crédito extraordinário de 100.000\$00, criado pela Secretaria da Guerra para o efeito.

⁴⁵ AMMA – FCVPD, “Ofício de 03 de Julho enviado à D. Elvira de Campos Pereira Manaças” in *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*. Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, p. 19.

⁴⁶ De cerca de 20 damas, apenas três puderam auxiliar, uma vez que as restantes ou adoeceram ou ficaram a tomar conta das suas famílias. Ficaram todas a trabalhar no Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada, respectivamente na fiscalização e escrituração; ajudante de farmácia e enfermagem. Acabariam por ser condecoradas com a medalha de Louvor da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha por relevantes serviços prestados por ocasião da gripe pneumónica.

⁴⁷ Em alguns casos, quando o Município quis pagar os serviços, a receitas reverteram para a CV.

⁴⁸ AMMA – FCVPD, “Ofício de 21 de Dezembro de 1918 enviado ao Presidente da Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha” in *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*, Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada, pp. 27 a 33.

Uma vez recolhidos ao hospital da Santa Casa da Misericórdia, Luís José Simões, um dos náufragos do *Augusto de Castilho*, diria sobre o seu atendimento: “se é certo que os sobreviventes do bote sofreram o martírio daqueles desgraçados dias e dias, ali no hospital (encontravam-se) sem os devidos tratamentos, sofrendo dores atrozes, à míngua do mais rudimentar penso!”⁴⁹. Sobre o que viu em Ponta Delgada, o futuro segundo-tenente, diria: “que diabo - pensava eu às vezes – é já ter muita sorte junta: escapara da guerra, escapara da fome e por fim escapara da guerra (combate). Estava escrito que tinha que escapar aos três flagelos: fome, peste e guerra”⁵⁰. Dizia-se que não existia quem fizesse caixões, nem coveiros para enterrar os mortos⁵¹. Refere a presença de americanos no hospital⁵² e o pedido do Visconde do Porto Formoso⁵³ ao comandante interino das forças navais para o apoio médico do *Vasco da Gama*, que regressa do Faial em poucos dias, para apoiar no combate à doença com um médico e um enfermeiro. Segundo este testemunho, o atendimento no hospital da misericórdia da mesma cidade carecia de dedicação e humildade, não existindo condições decentes de higiene nas enfermarias, o que rapidamente foi reposto pelo médico militar. Nessa altura refere um avultado número de vítimas por dia.

Entretanto, os comandantes das diligências eram igualmente afectados pela gripe, como por exemplo, a B2AM (que fica sob comando de um aspirante a oficial miliciano)e as duas diligências na vila da Lagoa ou, aparentemente, o próprio CDM, que passaria a ser chefiado por um capitão-de-fragata. Três dias depois, um novo telegrama do Ministério da Guerra informava que se encontrava vedada a saída de

⁴⁹ Simões, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920. Igualmente refere um pormenor interessante, como o fumar no interior das enfermarias. Henrique de Aguiar Rodrigues refere ser grande o inconveniente das consultas externas se realizarem nas enfermarias (Outubro de 1918), pelo que passaram a ser feitas no Banco. Igualmente refere que a gripe agravou os problemas financeiros já existentes: em Novembro desse ano a mesa recebeu 1.299\$00 de donativo da Junta Geral e 1.500\$00 da Comissão Central de Assistência como subvenções pelo aumento de despesas com os doentes da epidemia. Rodrigues, Henrique de Aguiar Oliveira, “O Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada” in *Insulana*, Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada. 2003, p. 133.

⁵⁰ Simões, Luís José. *200 milhas...*, *Ibidem*, p. 75.

⁵¹ Sobre a situação no continente português, vejam-se os citados trabalhos de Luís Trindade (pp. 36 a 44) e do Dr. Hermano Medeiros (p.75).

⁵² António da Silva Cabral refere que, pela mesma altura em que havia chegado o navio japonês, chegaram também navios americanos com elementos das tripulações contaminados. Contudo, diz terem sido tratados a bordo ou no hospital da base naval americana, cuja existência a documentação militar atesta, embora posteriormente. “A questão Sanitária – a propósito da actual epidemia – Uma carta do Ex.º Sr.º director dos serviços sanitários marítimos” in *Diário dos Açores*, n.º 8052 de 16 de Novembro de 1918 apud *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado. Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 59.

⁵³ O Visconde do Porto Formoso era o vogal servindo de Presidente da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada e foi também o responsável pelo pedido à delegação de Ponta Delgada para o apoio das Damas da Cruz Vermelha.

militares para França, rumo ao CEP, por motivo da epidemia. Deveriam todos os oficiais e praças aguardar nas ilhas, apresentando-se nas unidades locais de modo a fazer serviço onde necessário, em especial os médicos, no combate à epidemia local.

A 26 de Outubro, o *Açoriano Oriental*, que anuncia a odisseia dos naufragos do *Augusto de Castilho*, refere que a epidemia cresce e que existem vários casos fatais. Era grande a afluência às farmácias⁵⁴ e novamente se questionava pelas medidas tomadas, uma vez que a gripe já se encontrava espalhada por todas as vilas e aldeias⁵⁵. Pergunta-se por que razão a câmara municipal não rega as ruas, como medida preventiva, e queima louro⁵⁶ para desinfectar o ar⁵⁷. As visitas ao hospital encontravam-se já proibidas e, na opinião dos médicos, a gripe estaria já a regredir. Jornais como o *Diário dos Açores* e a *Pátria* encontravam-se suspensos; a direcção dos Socorros Mútuos já havia aumentado o seu quadro de médicos e constava que iria ser mobilizado um talho para venda de carnes ao público.

Entretanto, a vaga passava pelas restantes ilhas. Dois dias depois, o RI 25 daria ordens para que os aspirantes a oficial tomassem o comando das companhias, enquanto não se apresentavam os respectivos comandantes. Em Ponta Delgada a situação continuava a piorar, o que levava à solicitação de militares para inúmeras tarefas, como por exemplo, no auxílio da confecção de caldos aos indigentes na Cozinha Económica ou na Comissão Central de Assistência Sanitária às Famílias Pobres⁵⁸.

A 5 de Novembro de 1918, a epidemia grassava com bastante intensidade por todo o concelho da Ribeira Grande, atingindo mesmo o Administrador do Concelho, razão pela qual o comandante da diligência militar assumiria essas funções⁵⁹. No *Açoriano Oriental* dessa semana, é noticiado o estabelecimento de zonas

⁵⁴ No artigo “A actual epidemia é uma lição”, publicado no *Diário dos Açores* n.º 8052 de 16 de Novembro de 1918, afirma-se que as farmácias esgotaram rapidamente os vários medicamentos disponíveis. Para novo aprovisionamento, foi necessário que os americanos se oferecessem para ir ao continente português apanhá-los. Algumas delas fecharam por dias ou em partes do dia, mercê também da falta de pessoal.

⁵⁵ A este propósito vejam-se os quadros n.ºs 15 a 17 em Monteiro, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 52.

⁵⁶ No continente, outras medidas de senso comum imperavam, embora sem sentido, como refere Luís Trindade (p. 41).

⁵⁷ “A epidemia da espanhola”, *Açoriano Oriental*, n.º 4353 de 26 de Outubro de 1918.

⁵⁸ As ordens eram dadas ao CMA pelo ACRA, e por várias vezes é referido que se forneça o número pedido de soldados e mesmo o material solicitado. Casos mais específicos, como o Hospital da Santa Casa da Misericórdia, têm também sargentos em diligência.

⁵⁹ Tratava-se do capitão miliciano José Joaquim de Sousa. Este concelho dispunha de médico militar que se deslocava de carro às freguesias, nomeadamente à Maia.

médicas, com fundos que chegaram da capital e o fornecimento de alimentos e roupas a pessoas pobres. Foi proibido temporariamente o fabrico de queijo de vaca, para que o leite fosse utilizado na alimentação dos moribundos e chegaria um médico e quatro enfermeiros de Lisboa para o auxílio no combate à calamidade. O preço do álcool desceu (utilizado como desinfetante) e mudam-se as peças no xadrez sanitário, como por exemplo, passando o quintanistada vila do Nordeste para a Ribeira Grande. A intervenção do ACRA foi fulcral no desenrolar das medidas adoptadas, como adiante se explicará.

Na ilha Terceira, o mês de Novembro começa com a mudança da B1AM do Castelinho para o barracão da respectiva explanada, passando o forte a ser um posto de desinfectação. São detectados pedidos de auxílio para combate à epidemia para o CMAH⁶⁰.

Nos dias que antecedem o armistício, a agitação militar nas ilhas de S. Miguel e Terceira é intensa. Pede-se para que a diligência na vila da Ribeira Grande seja reforçada com mais 30 praças (uma vez que a maioria dos soldados estava doente) e o ACRA dá a ordem para que os enfermeiros recém-chegados sejam distribuídos por várias freguesias da ilha de S. Miguel⁶¹. Entretanto, já havia sido anulada a inspecção do Distrito de Recrutamento n.º 26 às tropas territoriais domiciliadas na Ribeira Grande, Ribeira Seca e Rabo de Peixe⁶², sendo a situação no primeiro concelho considerada de grave.

No dia em que o ACRA determina o cessar de penas disciplinares em sinal de regozijo pela vitória dos aliados (13 de Novembro), o CMA, mediante a ordem

⁶⁰ Neste caso em concreto, de frascos de soro *Jersen*, uma vez que os disponíveis eram antigos e encontravam-se perdidos ou com eficácia duvidosa. A gestão destes meios aparentemente terá sido de grande simbiose entre autoridades civis e militares, na medida em que, por exemplo, a 12 de Novembro, a Câmara Municipal de Ponta Delgada envia ao CMA 12 tubos de vacina, conforme solicitado pelo mesmo comando, ou mesmo o envio de quatro termómetros de Ponta Delgada para Angra do Heroísmo.

⁶¹ Trata-se de quatro enfermeiros que chegaram a S. Miguel a 7 de Novembro, a bordo de um rebocador. Foram mandados apresentar de imediato aos subdelegados de saúde de Nordeste, Rabo de Peixe, Povoação e Água Retorta. É também conhecido o caso de um tenente miliciano médico que, por ordem do ACRA, segue para Angra a 22 de Novembro.

⁶² Um dos pormenores que caracterizaram a situação económica do país e que foi alvo de um decreto específico foi o papel, amplamente reutilizado no verso. Num desses rascunhos foi detectada uma informação de origem desconhecida, mas provavelmente da diligência colocada na vila da Ribeira Grande, em que se refere serem 1.700 os doentes em Pico da Pedra, Calhetas e Rabo de Peixe. Em virtude da situação, os clínicos pediam mais seis soldados e um cabo oriundos da zona, sendo grande a necessidade de padeiros e cozinheiros por existir o risco de muitas das padarias fecharem, ou mesmo não haver quem confeccionasse refeições em quantidade. Como tal, pede-se um reforço da diligência em mais 30 soldados (7 de Novembro de 1918). Para além da falta de pessoal, estes hospitais provisórios debatiam-se com a escassez de meios como, por exemplo, cozinhas (de campanha), camas, bacias e celhas, canecas, baldes, colheres, etc.

ao RI 26 para que avancem três praças para Nordeste (a fim de prestarem serviços de enfermagem), recebe como resposta que há falta de efectivo para o auxílio no combate da epidemia. No dia seguinte, seria dispensada pelo GCPD a força de infantaria aquartelada na Lagoa, bem a tempo de responder a uma novo pedido para a Ribeira Quente⁶³.

Em princípio, nem todas as ilhas sofreriam o efeito da epidemia. Se por um lado o isolamento seria pernicioso ao comércio e à população, neste contexto até que servia como protecção. A 16 de Novembro, o *Açoriano Oriental* publicava um telegrama oriundo de Santa Maria, a dar conta da satisfação reinante pela Paz. Sobre a epidemia, os marienses referem o seguinte: “relativamente à doença reinante aí a nossa população faz votos pela sua extinção, acompanhando com sentimento tal fatalidade que fez tantas vítimas. A autoridade sanitária daqui pediu providências ao guarda-mor chefe de saúde, para o isolamento desta ilha por ser pobre e inteiramente falha de recursos médicos”⁶⁴. Aparentemente, a ilha de S. Maria terá escapado à hecatombe.

O combate à epidemia, que decorre em São Miguel em Outubro e Novembro, durante os meses subsequentes varre as ilhas de Oriente para Ocidente, provocando alterações diárias ao ponto de situação. Um bom exemplo será o do Depósito de Concentrados Alemães, em que, a 18 de Novembro, não se regista nenhum caso de gripe, situação que no dia seguinte já se altera, sabendo-se ser mais do que um caso. Sob observação, os prisioneiros alemães constituíam um grupo privilegiado, que se tentava resguardar do que se passava além das muralhas do forte de S. João Baptista⁶⁵.

Cinco dias antes, o ACRA havia dado instruções no sentido de serem requisitados todos os edifícios necessários para o combate à epidemia em Ponta Delgada, sempre de acordo com o Governador Civil e cumprindo ordens do MG⁶⁶.

⁶³ O subdelegado de saúde das Furnas pede, inclusivamente, que avance um soldado, por ter seis elementos da sua família doentes e ninguém que os trate. Deveria saber aplicar ventosas, clisteres e medir a temperatura e, de preferência, ser da zona, se possível com conhecimentos de leitura e escrita.

⁶⁴ “O triunfo dos aliados”, *Açoriano Oriental*, n.º 4356 de 16 de Novembro de 1918.

⁶⁵ Um bom exemplo das medidas tomadas foi a suspensão total de todas as obras em acção e que não fossem absolutamente indispensáveis para o efeito.

⁶⁶ Estas requisições eram indispensáveis para separar os enfermos dos convalescentes, libertando-se espaço nos hospitais. Para a população civil e na falta de melhores locais, foram novamente requisitados os edifícios aonde estivera a diligência do RI 26, nomeadamente, o Liceu de Angra e, para os 200 militares considerados como doentes benignos, é pedida a autorização para se utilizar as salas do comando militar de Angra do Heroísmo, o que não terá sido autorizado. Foi, sim, profanada a capela anexa ao Hospital Militar para enfermaria, sendo as imagens depositadas na Sé, mediante recibo, e requisitada a Cozinha Económica para o mesmo fim. As praças da 9.ª Companhia ficariam na Escola da Sé. Henrique de Aguiar de O. Rodrigues refere mesmo que da ilha Terceira havia partido um pedido ao

Aliás, Simas Machado descreve ao ministro todo o esforço realizado e procura premiar os relevantes serviços prestados pelas praças, que descreve como violento e exaustivo, mostrando-se eles cheios de abnegação, até ao ponto de os jornais lhes fazerem honrosas referências⁶⁷.

As preocupações militares e, provavelmente, civis não se limitavam ao tratamento dos enfermos. A 19 de Novembro, o CMAH pede autorização ao CMA para despender verbas com a desinfecção dos edifícios utilizados para hospitais e alojamentos de tropas (inclusive, para caiações), bem como para as mantas, enxergas e roupas necessárias, assim como para o aluguer de carros para o transporte de doentes e assistência médica a sargentos e oficiais.

Nesta altura, já o CMH se prepara para o embate da gripe na ilha do Faial. Apesar de se tentar por todos os meios evitar a propagação da gripe por intermédio de quarentenas a bordo dos vapores⁶⁸, inevitavelmente, o comandante militar da Horta procura minimizar o seu impacto. Assim, é proposta a criação de uma secção para tratamento da gripe junto da enfermaria militar, a funcionar na antiga colónia alemã, que deveria ser requisitada para esse objectivo⁶⁹. É igualmente pedida autorização para se desbloquear a verba necessária para a instalação dos serviços correlativos e de recomendação. A resposta tardou e, na falta de autorização para requisitar, a ex-colónia alemã foi o quartel da 9.^a Companhia, provisoriamente utilizado como enfermaria, ficando rapidamente lotado (passando os doentes a ficar nas respectivas companhias). Estava-se a 26 de Novembro e a epidemia havia, por enquanto, assumido um carácter benigno, o que de certa forma auxiliava o seu combate. Os medicamentos escasseavam e os farmacêuticos começavam também a ficar doentes. A 4 de Dezembro, são enviados para a Horta quatro cabos enfermeiros e três soldados

ACRA por parte de um grupo de cavaleiros, no sentido de se isolar o distrito de Ponta Delgada, como medida preventiva, de modo a não contagiar as ilhas ainda não atingidas. “Saúde Pública (30) a gripe pneumónica”, *Açoriano Oriental*, de 6 de Abril de 2005.

⁶⁷ A este propósito, o ACRA dá conhecimento ao CMA da correspondência trocada com o MG, em que se pede que os soldados ao serviço do combate à epidemia sejam abonados como em serviço de campanha. Como não foi aceite, insiste junto do chefe da Repartição do Gabinete para que interceda em seu nome no sentido de, ao menos, terem as gratificações hospitalares iguais às tropas do Serviço de Saúde. Segundo opinião médica, estes soldados careciam de alimentação suficiente para resistir ao excesso de trabalho, pelo que aguardava uma resposta positiva, o que se verificou.

⁶⁸ Um exemplo será o pedido de dispensa de inspecção pelo DR 25 a seis praças das Flores em virtude de a epidemia grassar a bordo do vapor *Funchal*. Outro será o facto de o *Augusto de Castilho* ter sido destacado para acompanhar o *San Miguel*, como já foi referido. Houve mesmo praças que não embarcariam, como medida de protecção.

⁶⁹ Bem como a mobilização de um tenente cirurgião dentista que se havia oferecido para o mesmo fim. Desde 19 de Outubro que o CMA se encontrava autorizado pelo ACRA a mobilizar médicos ou todos aqueles que estivessem em condições de o ser, mediante solicitação militar ou civil, o que se verificou também em São Miguel e Terceira.

maqueiros, ficando ainda um sargento enfermeiro, três cabos e três soldados maqueiros em Angra do Heroísmo.

Em S. Miguel, já a crise se encontrava em fase declinante⁷⁰. Apesar de não existirem trabalhos sobre a dimensão atingida pela catástrofe nas ilhas, o seu impacto não será difícil de imaginar⁷¹. A resposta por parte do Ministério da Guerra foi relativamente rápida, provavelmente, pelo facto de a epidemia ter-se feito sentir primeiro no continente, e por intervenção do ACRA. A criação de um fundo de despesas excepcionais devido à epidemia permitiu às unidades, não só o pagamento de medicamentos e materiais de enfermagem, bem como das despesas, entretanto inflacionadas⁷², dos funerais das praças falecidas.

Em inícios de Dezembro, a epidemia decresce em Ponta Delgada. O ACRA autoriza a saída de um aspirante médico para o continente com vista a continuar os seus estudos, e a 11 do mesmo mês o DR 26 pede autorização para anunciar a revista às tropas territoriais da Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. No mesmo dia, começam os agradecimentos do GCPD às pessoas que se notabilizaram no combate à epidemia⁷³, destacando-se os privados que organizaram subscrições públicas a favor dos epidemiados⁷⁴. Do relatório enviado pelo presidente da delegação da CV em Ponta Delgada constata este facto. Uma semana depois, o RI 26 pediria para recolher as praças que foram prestar serviços de enfermagem (em virtude de se encontrar

⁷⁰ Na ilha Terceira, aparentava começar já a regredir.

⁷¹ Sobre este assunto será de destacar a recolha de alguns elementos por parte do Dr. Henrique de Aguiar de O. Rodrigues, que refere ter sido esta uma segunda erupção da epidemia, atingindo enorme morbilidade e uma elevada mortandade. Existe uma interessante estatística, realizada pelo padre José Gregório Soares de Amaral, patente da obra de Gaspar, Maria, *Ponta Garça – Alguns dados históricos e demográficos – na celebração dos 50 anos do sacerdócio do Padre José Gregório Soares de Amaral*, Editorial Ilha Nova - Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, 2004, pp. 101 e 110. No levantamento de 100 anos da carta demográfica nesta freguesia, apenas se verificam duas situações em que os óbitos suplantam os nascimentos: 1918 e 1929. O ano de 1918 representa o pico das duas primeiras décadas do século XX, com o registo de 121 mortos, seguido por 1916 e 1912 com 90 óbitos. Outros importantes dados poderão ser obtidos na obra já citada de Albertino Monteiro.

⁷² A 28 de Novembro, o RI 25 solicita urgente autorização para a actualização do valor das referidas despesas, uma vez que do antecedente apenas se gastava 7\$80, quando na realidade necessitava de 20\$00 para cada funeral. Na documentação consultada neste período, morreram também um sargento e um oficial, embora não se indique directamente ser a gripe a origem do óbito.

⁷³ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 170 de 11 de Dezembro de 1918” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 228.

⁷⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 55 de 01 de Maio de 1919...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 314. Neste caso, a D. Adelaide Bettencourt Pereira, proprietária do jornal *Portugal, Madeira e Açores*, ofereceu 15\$63 à Comissão de Assistência aos Epidemiados para distribuir pelos órfãos e vítimas (viúvas). *Idem*, p. 350. O *Açoriano Oriental* faz eco de algumas acções notáveis, como, por exemplo, a de um funcionário da União de Fábricas Açorianas de Álcool que tomou à sua conta dois órfãos ou o apoio da empresa *Bensaúde* aos seus funcionários (e não só), provendo-os de socorros médicos, roupa e comida. “Informações”, *Açoriano Oriental*, nº4356 de 16 de Novembro de 1918.

oficialmente extinta a epidemia), em contraponto com Angra do Heroísmo, cuja situação é considerada grave e com possibilidades de piorar⁷⁵. Em finais do ano, grassava ainda com intensidade em algumas freguesias da ilha Terceira, sendo pedido pelo Governador civil três sentinelas para guardar o Hospital de Isolamento.

A 21 de Dezembro, a casa da CV já estava a ser desocupada e desinfectada, procurando-se um regresso à rotina. A gripe, que havia grassado durante os meses de Outubro e Novembro, havia-se saldado, na componente militar, pelo internamento de 250 soldados, dos quais haviam falecido 13, tendo sido a capacidade máxima de 182 doentes, o número de entradas máximas por dia, de 26 e de altas 23, encontrando-se a epidemia praticamente extinta⁷⁶. A 31 de Dezembro, seria a vez de a Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia aprovar um profundo agradecimento ao CMA pelo precioso auxílio prestado no combate à epidemia.

Por esta altura, o GCAH informa o CMA que a pandemia ainda grassava em algumas freguesias daquela ilha, e outras encontravam-se em desenvolvimento, como a peste bubónica, como o registo de algumas mortes no DCA o testemunham. A gripe espanhola constituía a predominância de uma doença sobre as outras ditas “tradicionais”, como Mont’Alverne de Sequeira refere no seu relatório de 3 de Junho de 1919:

“os óbitos por tumores malignos em 1918 foram 26 (...); as participações de doenças infecciosas, por mim recebidas (...) foram 406 (...) que se distribuem assim: febres tifóides 32; sarampo 236; escarlatina 4; tosse convulsa 16; difteria 54; tuberculose pulmonar 55; tuberculose das meninges 2; tubo da laringe 2; escrofulose 2; meningite cerebrospinal 4. Os factos ocorridos nos primeiros meses deste ano, logo a seguir à epidemia gripal, põe bem em evidência o perigo

⁷⁵ A 7 de Dezembro são pedidas pelo RI 25 ao CMA, com a máxima urgência, ampolas de óleo canforado, cafeína, sulfato de esparteína, seringas de vidro e agulhas, para injeções hipodérmicas; termómetros e sais amoniacais, bem como Besesoato de sódio; farinha de mostarda e creolina. A 21 de Dezembro o mesmo Regimento informa que, se pela chegada do vapor *Funchal* forem requisitados soldados para o posto de desinfecção (por constar que nele existirem casos de varíola), aqueles não se encontram vacinados, aguardando-se o seu envio e destacando-se a prudência de não os utilizar nestas circunstâncias.

⁷⁶ 141 praças do RI 26 (oito faleceram); 92 praças da Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha e 7 da Diligência de Artilharia de Guarnição (quatro mortos); cinco praças da Guarda-fiscal (um morto) e cinco civis (três reformados), estes por falta de espaço no hospital civil. Com a criação da CV em Ponta Delgada, por feliz acaso neste contexto, foram poupados 2.800\$00 ao erário do Ministério da Guerra e dadas condições que de outra forma o hospital civil não teria assegurado. A partir de 23 de Abril de 1919, foi disponibilizada uma ala para isolamento dos soldados recrutas do RI 26 na delegação desta instituição.

em que vivemos, constantemente ameaçados pela peste, varíola, escarlatina, tifo⁷⁷ exantemático, meningite cerebrospinal, etc., doenças exóticas, qual delas a pior, e que só não devastarão a ilha, visitando-a inesperadamente, se os serviços sanitários forem organizados de forma a opor a esses morbos todos os processos de defesa facultados pela higiene e pela profilaxia moderna”⁷⁸.

Sobre o apoio da capital, refere: “a metrópole não chega a olhar por nós, e nós não podemos deixar de lhe abrir os olhos, gritando-lhe aos ouvidos a máxima do direito público romano: *Salus populi suprema lex esto*”⁷⁹.

Em inícios de 1919, encontrava-se a gripe quase extinta na cidade da Horta, grassando ainda por todas as freguesias do campo e na ilha do Pico, fazendo recear pela próxima incorporação de recrutas⁸⁰. A 14 de Janeiro, o mesmo comandante refere estar quase oficialmente extinta e a 29 pede autorização para recolher as praças da companhia do Serviço de Saúde. Em Ponta Delgada, uma vez autorizado os ajuntamentos populares, em reunião da direcção da delegação da Cruz Vermelha na mesma cidade, o seu presidente, Dr. Luís de Bettencourt de Medeiros e Câmara, daria em primeiro lugar os parabéns a todos os presentes por terem escapado à moléstia.

A título de resumo, será de referir a importância do porto (ou portos) como portas de entradas deste tipo de moléstias⁸¹. Habitados a doenças como a tuberculose ou a febre tifóide, nem a população nem as autoridades locais se encontravam preparados para combater epidemias como foi a da gripe influenza de 1918⁸². Aliás, ninguém estava. Apesar da memória de gripes e surtos similares, não se

⁷⁷ Sobre esta constante ameaça e a sua relação com a falta de condições/higiene, veja-se Trindade, Luís, “A morte anunciada” in *Revista História*, *Ibidem*, pp. 37 e 38.

⁷⁸ Refere igualmente que as lesões orgânicas do coração vitimaram 61 pessoas. Os óbitos por faixa etária da população não trabalhadora foram: os nado-mortos, 49; até à idade de cinco anos, 542 (306 do sexo masculino e 236 do feminino) e com de 80 anos, 147 indivíduos. Sequeira, Mont’Alverne de, “Relatório do Sub-delegado de saúde – 1918” in *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 63-64.

⁷⁹ “Que a salvação do povo seja a lei suprema”. *Ibidem*.

⁸⁰ O CMH solicita ao CMA o adiamento da incorporação para Maio, em conjunto com a segunda, não devendo o total exceder os 200 recrutas.

⁸¹ Em dois contextos, nomeadamente no comércio e como plataformas de entrada e saídas de soldados na hecatombe bélica europeia, criando-se assim a interligação entre ambas as catástrofes.

⁸² Gripe Pneumónica, Influenza e Espanhola, são termos aplicados à mesma doença. A gripe era de natureza viral, atacando os pulmões que “normalmente leves e elásticos, encontravam-se tão pesados como esponjas encharcadas, entupidos de líquido ensaguentado”. “Prever a Próxima Gripe letal” in *National Geographic Portugal* n.º 55, de Outubro de 2005, Lisboa, Lusomundo Editores, p. 12. Espanhola, porque para além de este país ser um dos focos de importação, ter entrado no anedotário nacional, com recurso à condição feminina, dizendo-se ter o paciente estado na “cama com a espanhola”. Trindade, Luís, “A morte anunciada” in *Revista História*, *Ibidem*, p. 39. Influenza, por que se trata do

estava à espera de uma tal violência, agravada pela inexistência dos meios necessários para o seu combate.

O flagelo ainda hoje existe, com variantes propensas a causar o pânico no século XXI. De acordo com estudos recentes, publicados pela *National Geographic*, em Portugal a gripe espanhola de 1918-19 terá tido origem em aves, algum tempo antes de 1918, disseminando-se durante esse ano e o início de 1919. Com excepção de poucas ilhas do Pacífico, toda a população do planeta esteve em contacto com a doença, e metade dos habitantes contraiu-a⁸³. Estes dados assentam em estudos de especialistas, que em meados da década de 1990⁸⁴, procuraram vítimas rapidamente enterradas em 1918 (cujos pulmões estariam ainda agitados pelo vírus) em áreas geladas. O estudo dos vestígios genéticos do agente assassino possibilitariam identificar como sendo o agente da gripe espanhola o vírus influenza subtipo A, H1N1, parente do actual vírus da gripe das aves, subtipo H5N1. De acordo com a mesma publicação, “verdadeiramente ninguém sabe se uma estirpe pandémica do vírus H5N1 terá semelhanças com o vírus que assola a Ásia⁸⁵. (...) Sabe-se apenas que, um dia, uma nova pandemia de gripe aparecerá e um dia, haverá de passar. A herdeira da gripe de 1918 é uma das mais fracas que hoje andam por aí”⁸⁶. Estas afirmações são complementadas por outros dois pequenos surtos identificados no século XX, para além de 1918: em 1957 e 1968⁸⁷, embora com menores repercussões. Actualmente, de novo o controlo sanitário dos pontos de entrada, como os portos e aeroportos, se coloca como fulcral para a sua aniquilação. A questão será perceber como se dará a transição do vírus das aves para o homem, uma vez que em 1918 “o vírus da gripe espanhola passara recentemente aos

vírus que causa a gripe. Direcção Geral de Saúde – Divisão de Doenças Transmissíveis, “Gripe no Homem causada pelo vírus Influenza A (H5N1) – Situação Actual” in *Ordem dos médicos Veterinários*, www.omv.pt.

⁸³ “Prever a Próxima Gripe letal” in *National Geographic Portugal* n.º 55 de Outubro de 2005, Lisboa, Lusomundo Editores.

⁸⁴ Para mais pormenores, veja-se também a citada obra de Luís Trindade (p. 36). De acordo com este autor, a epidemia foi mais letal que a própria guerra e terá vitimado entre 20 a 40 milhões de pessoas por todo o mundo (este último valor corroborado pela Direcção Geral de Saúde – Divisão de Doenças Transmissíveis). No que toca a repercussões mundiais, grosso modo, até à década de 1940, a *National Geographic Portugal* apresenta valores entre os 50 e os 100 milhões de mortos. “Prever a Próxima Gripe letal” in *National Geographic Portugal*, *ibidem*, p. 24.

⁸⁵ Em síntese, refere-se : “O vírus H5N1 de gripe das aves poderá causar a próxima pandemia, se desenvolver a capacidade para se disseminar rapidamente de pessoa para pessoa. Extrapolando os dados de 1918 face à população actual, o número estimado de mortos oscilaria entre 7,4 milhões e uns apocalípticos 180 a 360 milhões de pessoas”, *Ibidem*, pág. 25.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ A primeira, conhecida por gripe asiática (subtipo H2N2) e a segunda, por gripe de Hong Kong (H3N2) Direcção-Geral de Saúde, “Gripe no Homem causada pelo vírus Influenza A (H5N1)...” in *Ordem dos médicos Veterinários*, *ibidem*. Causaram entre 1 a 4 milhões de mortes.

humanos, proveniente de um animal, de origem desconhecida, deixando as vítimas com pouca imunidade contra a nova ameaça”⁸⁸. Eis o segredo do seu sucesso. A este propósito, escreveria Mont’Alverne de Sequeira, em 3 de Junho de 1919:

“Há trinta anos pelo menos (...) que a população deste concelho não foi tão desbastada por uma epidemia como em 1918. À brutalidade da invasão, quase explosiva, tem de se juntar a surpresa dolorosa, que depressa descambou em verdadeiro pânico, dificultando grandemente o serviço dos profissionais⁸⁹. (...) na gripe infecciosa a difusão foi brusca e rápida, atingindo o acmé em Novembro, atacando de preferência as classes pobres, o sexo masculino, os indivíduos entre os 20 a 40 anos⁹⁰, os trabalhadores do campo e operários, ceifando tuberculosos, cardiopatas, diabéticos, albuminúricos, nefríticos, depauperados por doenças orgânicas e grávidas⁹¹. (...) É digno de registo o facto de terem ficado ilesos os inválidos do hospital civil. E de terem sido poupados, na sua maior parte, os indigentes, os pedintes e as toleradas. Os tifosos não foram tocados (...) assim como os paludosos. (...) computo aproximadamente em 17.000 o número de atacados de gripe neste concelho, tendo sido 727 as defunções”⁹².

De acordo com Luís Trindade, quando as grandes cidades são atacadas em Portugal continental, as características levam a que, de um modo geral, a população pense ainda na peste. A gripe não estava associada a tais horrores. Contudo, as autoridades conheciam a realidade e questionavam-se sobre as medidas a tomar, uma vez que eram desconhecidas as medidas profiláticas, o que era agravado pela

⁸⁸ *Ibidem*.

⁸⁹ Neste ponto ataca as vozes dissidentes, defendendo a classe profissional “tão injustamente criticada, quando ela nunca se esforçou mais, e mais se sacrificou do que durante os últimos noventa dias trágicos do ano passado”. Sequeira, Mont’Alverne de, “Relatório do Sub-delegado de saúde – 1918” in *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do Século XX*, Vol. II – Anexos, Tese de Mestrado, Policopiado. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2000, p. 61.

⁹⁰ A Direcção-Geral de Saúde – Divisão de Doenças Transmissíveis refere mesmo entre os 20 e os 45 anos de idade, sendo a causa de morte essencialmente por pneumonia viral ou bacteriana secundária.

⁹¹ No concelho de Ponta Delgada, terá levado um terço da população à cama.

⁹² Sequeira, Mont’Alverne de, “Relatório ...” in *A mortalidade...*, *Ibidem*, p. 62. De modo muito resumido, Luís Trindade refere que podia revelar-se fatal em menos de 24 horas, como provocar uma longa agonia, colocando a medicina mundial perplexa e impotente. Para mais pormenores veja-se a citada obra de Albertino Monteiro (pp. 82 a 100) e o referido artigo da *National Geographic Portugal* n.º 55, de Outubro de 2005 (pp. 1 a 31). Segundo o mesmo autor, no continente, a gripe havia sido precedida pelo tifo, em 1917, o que poderá também ter ocorrido em algumas ilhas açorianas, nomeadamente a Terceira, uma vez que são conhecidos alguns casos em Abril e Maio (Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002, p. 104) e ser o ano que coincide com a abertura da Delegação da Cruz Vermelha em Angra do Heroísmo.

inexistência de recursos. Qualquer medida era praticamente inútil, mesmo o isolamento⁹³, como amargamente muitas famílias assim o descobriram. A nível académico, a questão já era antiga, uma vez que os surtos de gripe pneumónica eram conhecidos desde o início do século XIX, sem que se soubesse como combatê-la⁹⁴. Na capital, as autoridades seriam acusadas de se enredarem em discussões bizantinas, chegando-se mesmo a esboçar alguns movimentos de revolta.

2. A crise das subsistências

Nos Açores, a gestão das subsistências públicas constituiu um dos problemas mais sensíveis da Grande Guerra. Isoladas dos grandes centros produtores, as ilhas tinham uma capacidade de produção limitada, que lhes possibilitava uma autarcia e mesmo alguma exportação em alguns géneros periclitantes, para a capital ou para o arquipélago vizinho.

Contudo, numa época em que os trabalhos agrícolas decorrem sem recurso a adubos químicos, em que as colheitas seguem o seu ritmo natural, o açoriano aproveita ao máximo toda a terra possível, esperando que o clima contribua para o uma boa safra.

Apesar de a economia regional não se encontrar assente numa monocultura (pelo contrário), verifica-se a predominância de um grupo de géneros no que concerne à exportação para o resto do território nacional, norte da Europa e, com alguma predominância a partir desta fase, para o importante mercado da América do Norte.

Conforme a ilha, este grupo de culturas podia oscilar entre uma produção específica (como o queijo de São Jorge) e várias, como será o caso do tabaco, do ananás, do gado ou do milho, na ilha de São Miguel.

⁹³ Sobre esta crise e tudo o que foi escrito sobre o Hospital do Isolamento de Ponta Delgada, António da Silva Cabral, (Director dos Serviços Sanitários Marítimos) diria que o pessoal de enfermagem e criados conservavam-se isolados até à cura; que o pessoal do posto de desinfecções apenas se ocupava dos serviços de desinfecções, terrestres e marítimas, sem ter contacto com o mesmo; que do pessoal que tratou os japoneses, ninguém adoeceu e que o hospital, assim como os meios de defesa sanitária, rivalizavam dentro das suas proporções com os melhores similares estrangeiros (como as competentes visitas médicas à ilha o haviam afirmado). Refere mesmo dispor de tudo o que é necessário para combater a epidemia e evitar o contágio de qualquer epidemia, cuja profilaxia fosse conhecida, o que não era o caso.

⁹⁴ Várias receitas estrambólicas são referidas por Luís Trindade (*op. cit...*, p. 41) e pelo dr. Hermano de Medeiros (*op. cit...*, p. 75).

Com o propósito de uma melhor compreensão desta importante valência económica das ilhas e a sua evolução durante o contexto bélico em análise, tentar-se-á, sempre que possível, abordar esta questão por produtos, iniciando-se pelo que se torna fundamental ao dia-a-dia das populações: a questão do milho.

2.1. A problemática do abastecimento de cereais

2.1.1. O caso do milho

Uma das questões mais fulcrais de toda a investigação realizada recaiu sobre a importante questão da alimentação primordial da população açoriana - neste caso mais em específico, a micaelense - por ausência de fontes nas restantes ilhas para além de São Miguel e Terceira. Se na ilha de Jesus Cristo, aparentemente, a situação foi de contenção, mas relativamente equilibrada ao longo do período estudado (à excepção do crítico mês de Dezembro de 1917, já referido anteriormente), o mesmo já não se poderá dizer na primeira. Desde o início da guerra que se coloca a difícil questão de exportar ou não: se sim, os comerciantes usufruem de lucros, as autoridades das respectivas taxas e o género não se estraga. Contudo, corre-se o risco de haver falta para consumo local. Proibir a exportação poderá ter como consequência um zelo excessivo, que ocasiona prejuízos, e a decomposição do produto nos granéis, sem usufruto económico para qualquer entidade.

No mês em que se despoleta a Grande Guerra, gera-se nesta ilha uma intensa discussão comunitária: exportar milho ou não exportar? Da direcção da Federação Operária recebeu o GCPD uma reclamação em que se protesta contra o facto de não ter sido ouvida sobre a exportação deste cereal. Como resposta, a autoridade administrativa refere que não teve outra alternativa senão de se pôr em contacto com o público interessado por intermédio dos jornais⁹⁵.

⁹⁵ Foram consultados igualmente todos os indivíduos e câmaras regionais agrícolas, oficialmente encarregues de dar parecer técnico, assim como informações e reclamações de privados. Refere também ter-se informado sobre as alquilarias e que estas constituem um negócio muito amplo e disperso no que diz respeito ao milho. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 6 de Junho de 1914 enviado à direcção da Federação Operária” in *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 1. Neste tipo de debate podiam também ser auscultados as seguintes personalidades: presidentes da Junta Geral e da Câmara Municipal, presidente da Associação Comercial, Agrónomo Distrital, Delegado dos Serviços de Pecuária, Membros da Comissão de Subsistências, membros da Câmara Regional Agrícola, os directores dos dois jornais diários, antigos governadores civis e secretários-gerais.

Em 1916, José Bruno Tavares Carreiro apresentaria um relatório em que constata a dificuldade em agradar todas as partes em questão, mesmo que autorizada a exportação em pequenas quantidades:

“Trata-se de uma velha questão que frequentes vezes tem altamente preocupado os governadores civis, a quem sempre cumpre evitar que se produzam crises de falta desse género, base da alimentação do povo, conjugando esse dever com a obrigação de respeitar e não ferir inutilmente importantes e legítimos interesses de algumas classes da população. (...) Mas não duvide V^a. Ex.^a de que os alarmistas profissionais ainda assim combaterão essa pequena saída, na sua absoluta ignorância dos aspectos deste grave problema, que cada qual encara pelo lado das suas conveniências pessoais ou de classe, com soberano desprezo por tudo o que não seja essas conveniências. O consumidor dirá: -“Eu, que compro e pago, quero o género por preço baixo!” O lavrador responderá: -“Mas eu que trabalho e produzo, quero o prémio do meu esforço!” E o exportador objectará: -“E eu, que pago pela minha indústria, que sou um agente de riqueza geral, ninguém tem o direito de me sacrificar!” – E, no fundo todos têm razão”⁹⁶.

Aparentemente a exportação foi autorizada, embora condicionada⁹⁷, o que corresponde à opinião do *Açoriano Oriental* de 6 de Junho de 1914: se antes já havia sido feito, porquê proibir agora⁹⁸? A exportação deste cereal efectuar-se-ia durante o resto do ano para destinos como Santa Maria⁹⁹, Continente e Madeira¹⁰⁰.

⁹⁶ Carreiro, José Bruno, “Relatório de 10 de Fevereiro de 1916 enviado ao Governador Civil de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1^a Secção, pp. 1 a 14.

⁹⁷ Uma vez que foi liberalizada a partir de 19 de Dezembro do mesmo ano.

⁹⁸ Refere-se que as entidades competentes haviam feito uma vistoria rigorosa ao milho existente nos granéis e que este se encontrava em estado inicial de degradação. “Milho”, *Açoriano Oriental*, n.º 4127 de 6 de Julho de 1914. A 27 de Novembro de 1914, o GCPD pede ao Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral de Ponta Delgada para que o chefe dos serviços agrónomos fiscalize o milho a ~~ser~~ exportar porque não quer desacreditar este cereal no mercado continental. Esta será pois mais uma preocupação a ter, para além da velha questão sobre o exportar ou não, e que milho exportar ou em que quantidades. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 199 de 27 de Junho de 1914 ...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 107.

⁹⁹ A 21 de Novembro de 1914 seria a vez de proibir a exportação de outro cereal produzido nesta ilha: o trigo. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 193 de 21 de Novembro de 1914...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 101. Em 30 de Janeiro de 1915 as medidas inverteram-se, liberando-se naquela ilha e proibindo-se em São Miguel, numa fase em que importantes exportadores se preparavam para o retirar da ilha. Na ilha de Santa Maria, é mesmo autorizado ao Administrador do concelho a gestão do consumo local e da exportação de ovos e galinhas.

¹⁰⁰ Em inícios de Setembro de 1914, o director-geral da Agricultura perguntaria ao GCPD se o distrito podia fornecer milho à ilha da Madeira, sem prejuízo próprio, pelo que é chamado o chefe dos serviços agrónomos da Junta Geral. A resposta poderá ter sido negativa, uma vez que, pela documentação

A 6 de Março de 1915, o milho voltaria a ser uma questão de debate público no semanário micalense. Não se sabe quando acabará a guerra, pelo que as importações de milho e de trigo são muito difíceis ou mesmo impossíveis. A este propósito, poucos dias antes da requisição das embarcações alemãs e respectiva declaração de guerra a Portugal, José Bruno Tavares Carreiro diria mesmo encontrarem-se sem hipóteses de recorrer a mercados de exportação tradicionais, uma vez que se encontravam fechados os portos russos, fora de hipóteses os celeiros de Marrocos, absorvidos pelos países beligerantes, e inacessível o milho americano, uma vez que chegaria aos Açores a preços astronómicos, completamente fora do alcance da bolsa do público em geral, mercê da sua subida nos mercados da América e do custo dos fretes marítimos.

A questão revela-se complexa. Atento à situação encontra-se o *Açoriano Oriental*, que se apregoa defensor do povo e da justiça social. Espera-se, pois, que se previna e resguarde as colheitas, para que a população não se veja a braços com uma situação crítica por falta de importações¹⁰¹.

Cinco dias volvidos, o GCPD informa o director da alfândega de Ponta Delgada da publicação do alvará a proibir a sua exportação. Iniciar-se-ia um processo de controlo e rateamento, que se estenderia até novas colheitas, pelo que igualmente se solicita a indicação das quantidades exportadas em 1913 e 1914. Na realidade, José Bruno Tavares Carreiro colocaria, neste ponto, toda a culpa na instabilidade do sistema de controlo anual relacionada com a exportação deste género. Não existia um serviço de estatística agrícola devidamente organizado e capaz de fornecer todos os anos os elementos de avaliação e comparação dignos de confiança. Sem dados oficiais credíveis, difícil se tornava ajuizar e permitir a saída do género, uma vez que eram feitos a partir de conjecturas e cálculos, que, apesar de não muito afastados da realidade, não ofereciam uma garantia fulcral num assunto desta importância¹⁰².

consultada, apenas a 16 de Novembro seria exportado milho para a Madeira, assim como para o continente. Sobre o direito de restrição de saída do milho para este último mercado, o GCPD responde ao director-geral de Administração Política e Civil em Lisboa que era um direito consuetudinário imemorial para regular o preço local do milho, não se conhecendo lei escrita. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 8 de Maio de 1915 para o Director Geral de Administração Política e Civil” in *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917*. A 22 de Maio, o milho açoriano era vendido a 780 reis, moeda forte, por cada 20 litros (branco e amarelo fino). “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4175 de 22 de Maio de 1915.

¹⁰¹“Milho”, *Açoriano Oriental*, n.º 4164 de 6 de Março de 1915.

¹⁰² Pela lei vigente, a Repartição Distrital de Agronomia recebia anualmente as informações prestadas pelas juntas de paróquia sobre a produção agrícola. As recebidas nesse ano de 1916 indicavam uma produção de 37 milhões de litros (cerca de 37.000 moios para a época) para 1915. Num inquérito aberto

Solução? A mesma de 1914. Dois dias depois, seria negado um pedido de exportação de 100 mil litros deste cereal pelo vapor *Funchal*. Entretanto, o GCPD coloca os meios ao seu alcance no rastreio de grandes compradores no concelho da Povoação¹⁰³. A exportação passa a ser rateada, sendo dado conhecimento aos signatários do requerimento para a exportação de milho comprado nos concelhos da Povoação e Nordeste da autorização na exportação, no mês posterior e nas seguintes quantidades:

“João Tavares Leite-----	95.0000 litros
Bensaúde & C-----	55.000”
Domingos Dias Machado -----	-64.000”
Mariano Diniz-----	14.000”
Henrique da Silveira-----	10.000”
António Pacheco de Teves Júnior-----	6.0000”
Manuel Inácio de Arruda Pereira-----	<u>76.000”</u>
	-- 320.000” ¹⁰⁴

O presente rateio não deixa de ser interessante pelo facto de existirem duas grandes empresas de Ponta Delgada (Bensaúde & C. e Domingos Dias Machado), mas, em especial, por se tornar possível ajuizar sobre a proporção permitida para exportação. Como já se referiu, no mês anterior o GCPD deu instruções ao Administrador da Povoação para que averiguasse da veracidade dos elementos fornecidos pelos requerentes, informando-o dos valores em questão. Eram, pois, a firma Domingos Dias Machado, com 230.000 litros, e o particular Manuel Inácio de Arruda

pelas autoridades administrativas, nos termos do Decreto n.º 2012, de 30 de Outubro de 1915, essa produção teria sido de 25 milhões de litros (cerca de 25.000 moios). São números considerados por ele irrisórios, assim como pela própria Repartição de Agronomia, mas que atestam as diferenças entre as várias fontes. Os estudos até que existiam, muitas vezes a pedido do GCPD, como, por exemplo, em Maio de 1915. Esta autoridade dá instruções ao Delegado Agrícola para que rapidamente conheça os quantitativos de milho existentes nos granéis de Ponta Delgada, seu estado e respectivos proprietários, podendo mesmo requerer o auxílio das autoridades administrativas e subordinados, obtendo-se poucos dias depois uma boa panorâmica sobre os quantitativos do milho na ilha de São Miguel, embora insegura.

¹⁰³ São pedidos com carácter urgente, informações sobre um particular e uma empresa, em que o primeiro havia comprado 260.000 litros de milho na vila da Povoação e em Água Retorta, podendo estar a debulhar e a ensacar para exportar. No segundo caso questiona-se a veracidade sobre a compra de 230.000 litros feita pela empresa e se este género ainda se encontrava no concelho. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 15 de Março de 1915 para o Administrador do concelho da Povoação” in *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917*. Também são conhecidos pedidos de informação para o concelho do Nordeste.

¹⁰⁴ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 82 de 3 Abril de 1915 para Bensaúde & C.º. ...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 224.

Pereira, com 260.000 litros. No primeiro caso, foi autorizada a exportação de 27,83 por cento do milho agranelado e no segundo 29,93 por cento. A média do somatório de ambos é de 28,57 por cento, constituindo no universo em questão cerca de 43,75 por cento dos géneros exportados. Dois dos requerentes autorizados já haviam pedido autorização em Março, sendo-lhes negada¹⁰⁵.

Existe um terceiro caso que não foi contemplado neste rateio. A explicação poderá estar relacionada com o indeferimento dado a um dos requerentes, uma vez que não havia provado ter feito a compra do cereal antes da publicação do edital¹⁰⁶. Isto explica o facto de o GCPD colocar muitas vezes os administradores dos concelhos na pista destes elementos, como já foi referido. José Bruno Tavares Carreiro aprofunda:

“Impossível se torna atender plenamente, como seria para desejar, os interesses do comerciante e exportadores do cereal, que adquiriram e engranelaram enormes quantitativos, esquecidos de que, em questões desta natureza e em épocas de crise geral, a situação dos mercados não se compadece com largas operações comerciais, desde que possam afectar directa e imediatamente as necessidades do consumo. Adquirir grandes quantidades de milho por baixo preço, engranelá-lo, expô-lo a uma inevitável deterioração e recorrer depois à autoridade para que autorize a saída, com o argumento de que dentro em breve o cereal se tornará impróprio para o consumo local, é também um meio extremamente cómodo de, em nome de interesses ameaçados e prejuízos iminentes, forçar a mão aos que, pelos deveres dos seus cargos oficiais, tem a obrigação de manter imparcialmente o equilíbrio entre todos os interesses em jogo. (...) É um critério igualmente inadmissível a que nenhuma autoridade poderá subordinar a sua atitude”¹⁰⁷.

No equilíbrio entre as necessidades locais e a ganância dos exportadores estaria a solução. A autoridade nunca se deveria deixar influenciar pelas pressões exercidas, mas sim procurar sempre a justiça social. Para tal, teria que estar bem fundamentada, sabendo sempre aguardar com prudência as oscilações do mercado e

¹⁰⁵ José Bruno Tavares Carreiro diria em 1916 terem atingido as exportações de milho em São Miguel, o quantitativo de 5901 moios em 1915.

¹⁰⁶ Esta prova consistia num documento probatório com data anterior a 11 de Março. Ainda em Abril é autorizada a exportação de mais 60.000 litros e, em Maio, 600.000 litros rateados.

¹⁰⁷ Carreiro, José Bruno, “Relatório de 10 de Fevereiro...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pp. 1 a 14.

quantitativos credíveis de produção. Tornava-se necessário disciplinar o comerciante no sentido de não efectuar grandes aquisições de cereal, lembrando-lhe sempre que quem assim procedesse “com o intuito de forçar a mão à autoridade pela exposição de prejuízos iminentes, só poderia queixar-se de si próprio e não se poderia admirar de que a autoridade o não atendesse e se mostrasse indiferente a esses prejuízos”¹⁰⁸. Já que não era possível impedir o livre comércio deste cereal dentro do distrito, pelo menos poder-se-ia tentar disciplinar os que procuravam agranelar grandes quantidades de cereal, com vista à sua venda para os lucrativos mercados da Madeira e continente.

O discurso de José Bruno Tavares Carreiro, apesar de escrito em 1916 era, já era baseado na experiência. A um dos requerentes seria indeferido o pedido de uma nova exportação, com a observação de que já conhecia do antecedente o risco em ter de efectuar a venda nos mercados locais¹⁰⁹. Esta tomada de decisão acabaria por ser dada após varias autorizações ao mesmo indivíduo para exportação, dentro de rateios ao longo dos meses de Maio e Junho, em detrimento de outros exportadores, que ficariam a aguardam melhor oportunidade.

Ainda em 1915, em meados de Junho, já havia manifestações da população de Vila Franca do Campo por falta de milho, pelo que foram dadas indicações ao Administrador daquele concelho para que se proibisse a sua saída por via marítima¹¹⁰. Contudo, existiam granéis com 20 e 25 moios de milho em degradação na Ribeira Grande, pelo que se tornava necessário exportá-los. Temos, pois, uma ilha com diferentes produções concelhias. Efectivamente, neste caso não foi necessária a transferência deste cereal de um concelho para o outro, mas apenas a constatação de um levantamento popular, para proibir a saída naquele concelho. No outro vizinho, como havia em excesso, é a sua exportação autorizada.

Contudo, as escassez daquele cereal em Vila Franca do Campo até que tinha sido previsto pelo GCPD. A 9 de Junho, havia considerado inconveniente o envio de 50.000 litros de milho para a dita vila, optando-se sim por um rápido inquérito deste cereal no concelho vizinho, com ênfase para o Faial da Terra e Água Retorta, locais onde naquela altura do ano os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo normalmente se abasteciam. Se no último caso a falta era já grande, provisoriamente colmatada pelo envio, pelo Conde Botelho, de trigo com origem no

¹⁰⁸ *Ibidem*.

¹⁰⁹ As autorizações terminam no final deste mês (Julho).

¹¹⁰ Como já foi referido no capítulo da manutenção da ordem pública.

Faial da Terra, teria que ser de imediato previsto um segundo envio antes do término do mês, altura em que se voltaria novamente à mesma situação.

Apesar de todas as medidas tomadas, o cereal acabaria mesmo por faltar no mês seguinte. A mais alta autoridade administrativa procura contorná-la, abastecendo o mercado local por intermédio de barcos e carroças vindas da Povoação, depois de se certificar de que não faria falta¹¹¹. A situação não ficaria resolvida, e novas diligências seriam feitas em dois sentidos: por um lado, procurando-se saber se da Ribeira Grande poderiam ser enviados mais quatro moios de milho e, por outro, ordenando-se ao Administrador de Vila Franca do Campo para que procurasse os proprietários deste género em Água de Alto e Ponta Garça, considerado o celeiro da ilha. Nova proibição de exportação é feita no concelho e lembra-se a necessidade de se transmitir publicamente que o açambarcamento de géneros alimentares seria punido com todo o rigor da lei¹¹².

Em Setembro de 1915 a situação encontra-se superada. Uma vez feita a nova colheita, reiniciam-se as exportações de milho, com a obrigatoriedade de em primeiro lugar seguir o da colheita anterior que estivesse em bom estado, alertando-se o delegado agrícola para a necessidade de redobrar a sua atenção¹¹³.

O estabelecimento das ligações marítimas de Verão entre as duas ilhas do distrito sempre auxiliava na resolução de problemas e na dinamização do comércio, muitas vezes fulcral para a vizinha ilha de Santa Maria. Durante os meses de Inverno, o contacto feito com aquela ilha era normalmente assegurado pelos vapores de carreira das ilhas e, excepcionalmente, pelo rebocador da capitania ou o navio de guerra da Marinha.

¹¹¹ BPARPD – FGCPD, “Telegramas de 12 de Julho de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*. Ao administrador de Vila Franca do Campo diria no dia a seguir que um comerciante da mesma havia enviado seis moios por terra e mar, mais dois moios do que o solicitado. Pede uma actualização da situação e afirma que a freguesia da Ponta Garça é detentora de milho suficiente para socorrer até à próxima colheita. *Idem*, de 13 de Julho de 1915.

¹¹² Os quatro moios acabariam por ser adquiridos a 78 centavos e levados em quatro carroças para a Vila Franca do Campo, a três escudos por frete de cada carroça. A distância deveria ser feita em seis horas, pelo que será de supor que poderia ser oriundo da Ribeira Grande. *Ibidem*. A necessidade de controlar todos os possíveis pontos de saída da ilha era uma questão fulcral na fiscalização da proibição. Um bom exemplo será o pedido que o GCPD faria pouco tempo depois ao comandante da Guarda-fiscal para que se assegurasse uma praça no posto fiscal da Achada, até então vago, de modo a impedir a saída de milho não autorizado.

¹¹³ Tinha que ter atenção simultaneamente a que não se exportasse milho degradado, mesmo que misturado com o que ainda estivesse em boas condições. O delegado agrícola era o perito dos cereais. Em 8 de Fevereiro de 1917, o GCPD ordena a vistoria de uma série de granéis arrolados para rateio de exportação, devendo opinar a sua qualidade, quantidade e estado de conservação para posterior orientação. Nesta altura vendia-se a 80 reis em Lisboa (por imposição governamental), levantando-se novamente a questão do exportar-se ou não.

Contudo, Santa Maria era sempre uma ilha isolada, com todos os privilégios ou prejuízos que daí adviessem. Se por um lado, aparentemente não terá sido atingida pela temível gripe espanhola, por outro tinha graves problemas de subsistências públicas, sendo sempre socorrida pela vizinha ilha de São Miguel, sem hesitações. Principalmente a partir da Primavera, altura em que se estabelecia um regular ligação inter-ilhas, denotando-se, por intermédio do *Açoriano Oriental*, um comércio muito regular e saudável entre ambas (principalmente a partir do ponto mais directo de ligação: Vila Franca do Campo), com destaque para produtos muito famigerados, como o vinho de cheiro daquela ilha. Um bom exemplo em sentido contrário seria dado, em finais de Maio de 1915, no envio de seis moios de milho da Povoação para Santa Maria, já para abastecimento público¹¹⁴. Novamente o concelho da Povoação socorria um concelho vizinho, embora neste caso se trate de um apoio inter-ilhas.

Se em São Miguel a situação do milho era preocupante¹¹⁵, nesta outra ilha agravar-se-ia em 1916, mercê da existência de um único moinho e da estiagem, razão pela qual a diligência do RI 26 se queixa de não estar a ser devidamente abastecida. Justificada a falta por parte do Administrador de Vila de Porto, o GCPD explica ao CMPD que esta situação era comum na época do ano, pelo que iria tomar as diligências necessárias para que de São Miguel seguisse a quantidade em falta¹¹⁶.

Neste contexto de controlo apertado e já com o país em pleno conflito, todas as ajudas inopinadas eram bem vindas. A 2 de Setembro, é acordado pela Comissão de Subsistências e informada a empresa Bensaúde do preço da venda de mil sacas de farinha oriundas da naufragada galera inglesa *Langsdale* e transmitida a

¹¹⁴ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4228 de 27 de Maio de 1916.

¹¹⁵ A exportação do milho cessa desde o início do ano, por ordem do Governo, limitando-se o GCPD a explicar aos requerentes que as exportações de milho, eventualmente para os meses de Março ou Abril possam acontecer, embora de forma rateada. Pelo *Açoriano Oriental* sabe-se que este começava a ficar encarecido. A única excepção é justificada para acudir à crise de fome na Madeira. No *Açoriano Oriental* n.º 4313 de 12 de Fevereiro de 1916, o delegado agrícola de Ponta Delgada refere ser, por baixo, a produção da ilha de 37.000 moios pelo que a exportação até 1500 não constituiria um grave problema. Contudo, apenas seriam autorizados 500. O mesmo *Açoriano Oriental*, mas de 11 de Março de 1916 refere terem sido exportados 1000 moios pelo *San Miguel* (n.º 4217).

¹¹⁶ Nesta troca de correspondência, o GCPD faz eco à questão levantada pelo mesmo administrador sobre a presença da diligência militar naquela ilha. Uma vez que a situação é já de tranquilidade, equaciona a necessidade de lá a manter, excepto se for já de natureza militar. Em princípio, terá sido esta a razão pela qual, e enquanto espera por notícias do Administrador de Vila do Porto, tenta evitar a saída da canhoneira *Açor* rumo à Horta, o que não consegue por a presença desta ser urgente naquela ilha.

informação para que os industriais da panificação dissessem quais as suas reais necessidades, partindo da ideia da urgência de fazer o rateio¹¹⁷.

O período entre Setembro de 1916 e 1917 é caracterizado pela ausência de correspondência em moldes significativos, o que poderá indiciar uma certa disciplina na colheita desse ano, provavelmente pela execução de algumas das ideias de José Bruno Tavares Carreiro.

Em inícios de Setembro de 1917, já com nova colheita, seria apreendida pela Polícia Cívica uma quantidade de milho pronta a embarcar como sendo da colheita do ano anterior, gerando-se a dúvida sobre a legitimidade do produto¹¹⁸.

Em Novembro, são feitas novas tentativas de exportação deste cereal para a Madeira, aparentemente contra a vontade popular, mas entendida como um mal necessário para socorrer o arquipélago vizinho. Trata-se, pois, de uma das situações em que as autoridades administrativas procuravam sensibilizar a população para a saída deste importante género, que tanto quanto se conseguiu averiguar, era entendida de forma reticente pelas populações. No mês seguinte, novo pedido de socorro, embora feito a partir da ilha vizinha de Santa Maria, foi satisfeito, neste caso com a colaboração do Capitão do Porto de Ponta Delgada, com o envio do *Furnas* àquela ilha para abastecimento de milho o mercado, de que estava absolutamente carecido¹¹⁹. A ingerência da marinha de guerra é feita a pedido do GCPD, em virtude de o *San Miguel* não ter feito a esperada escala na ilha. Não se perspectivando a passagem de outro

¹¹⁷ Esta farinha foi salva da dita embarcação e arrematada em haste pública pela referida empresa, sem que o GCPD tivesse elementos suficientes sobre o investimento feito na totalidade. Em todo o caso, é referido que foram dadas instruções para que o arrematante cedesse aos industriais a farinha existente, o que será um indicativo de escassez deste género. As requisições apresentadas antes das negociações atestam esta ideia: João Faria Caetano de Matos (1.000 sacas); Manuel Raposo de Medeiros (500); António Raposo de Medeiros (100); João Maria Ferreira (200); Pereira e Filhos (500); Júlio do Nascimento Caxias (800); João do Moniz do Rego (400) e Gil de Miranda (200). O preço acordado foi de 10\$625, a pronto pagamento, contra a proposta inicial de 10\$00, agradecendo ainda o GCPD a atenção com que a empresa tomou o assunto. BPARPD – FGCPD, “Ofícios n.º 222 e 223 de 4 de Setembro de 1916 enviados a vários comerciantes” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, pp. 251-252. Outro exemplo de escassez neste período foi o papel, generalizada a todo o país, rentabilizando-se ao máximo o seu uso e reciclando-se o de arquivo. *Idem*, p. 475.

¹¹⁸ Na dúvida, foi vistoriado pelo Delegado Agrícola de Ponta Delgada. Os possuidores do referido milho eram Manuel G. de Medeiros Arruda (36 sacas sobre o cais); Manuel Ferreira (25 sacas num granel da rua A. J. Nunes da Silva) e um terceiro, desconhecido. BPARPD – FGCPD, “Ofício de 110 de 7 de Setembro de 1917” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 469.

¹¹⁹ No *Açoriano Oriental* n.º 4313 de 12 de Janeiro de 1918, diz-se que o melhor concelho para produção deste género é o da Povoação, apesar de a freguesia mais produtiva ser a Ponta Garça, em Vila Franca do Campo, seguindo-se depois o Faial da Terra. Em Maio de 1918, Ponta Garça é também considerada como a freguesia que mais aves tem no concelho da vila, exportando-as para Ponta Delgada.

navio, o GCPD requereu o transporte, assumindo todas as despesas, inclusive a gratificação à tripulação.

Nesta altura, o *Açoriano Oriental* denuncia que as padarias de Vila Franca do Campo apresentavam diferentes preços para um único tipo de pão, o que originava reclamações e o consequente desagrado da classe política dirigente, tida como mal-amada. A crise de milho seria nesta fase, momentânea, uma vez que no mês seguinte já se fala em fartura, embora ainda sem hipótese de exportação para Santa Maria.

Durante o segundo mês do ano de 1918, e numa fase em que se aguardava a chegada de moedas em cobre (como adiante se verá), o milho na Povoação encontrava-se a 625 réis o alqueire, contrastando com os 800, a subir para os 900 réis, na Vila franca do Campo, já em vias de falta. Entre vários exemplos, os ovos¹²⁰ eram escassos e o milho ameaçava faltar na cidade, situação que ficaria controlada pelo GCPD em meados do mês. Neste ponto, o *Açoriano Oriental* refere não ser de condenar a emigração, uma vez que existia muita população que consumia mais que dois ou três alqueires de milho com uma jornada diária de 375 réis, gerando-se uma situação insustentável.

Fala-se de fome, apesar de uma certa abastança de milho, de razoável qualidade e em quantidades que permitiam ao concelho da Povoação exportá-lo. O pão falhava por vezes em algumas lojas e, neste contexto, existia quem pedisse autorização para exportar farinha local, quando se aguarda a enviada pelos EUA para fornecimento das outras ilhas e, inclusive, a Madeira. Contudo, toda a situação relacionada com o milho e com as farinhas é confusa, pelo menos na primeira metade de 1918, como a partir do trecho seguinte se poderá deduzir:

“Não sabemos por que artes mágicas o milho subiu para 800 réis e a farinha para 900 réis. Demais acresce que tem faltado milho à venda no mercado público (...). Então a Comissão de Subsistências para que existe? Para aumentar somente de vez em quando os preços dos géneros alimentícios, sem razões plausíveis. (...) Depois permitem-se exportações, mas não se garante ao público que os mesmos géneros não faltarão no mercado! Isto chama-se o progresso do caranguejo, mais nada”¹²¹.

¹²⁰ Neste mês chegam a ser importados da ilha Terceira. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4319 de 23 de Fevereiro de 1918. Em inícios do mês de Março são vendidos a 320 réis no Mercado da Graça.

¹²¹ “Milho e Farinhas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4334 de 8 de Junho de 1918.

Toda esta situação acabaria por ser suavizada pelo auxílio americano, pelo menos até ao início de nova colheita, que haveria de sustentar a crise até ao armistício, restaurando-se a liberdade nos mares e um regresso, lento mas progressivo, à normalidade anterior ao início do conflito, embora 1919 ainda fosse um ano complexo neste sentido.

2.1.2. O trigo

A ideia retirada da presente investigação é que o trigo, apesar de ser produzido e fazer parte da dieta alimentar de parte da população açoriana, é uma cultura com menor expressão do que o milho. Trata-se sim de um cereal muito utilizado pelas padarias, provavelmente, para abastecer uma parte da população mais abastada, quiçá mais urbana, uma vez que uma grande parte da população rural, tradicionalmente e por ausência de meios financeiros, confeccionava o pão de milho nas suas próprias casas¹²². De acordo com Carreiro da Costa, teria mesmo um maior consumo em alturas de maior carestia de milho, uma vez que o povo micalense em geral o encarava como uma “gulodice, pois (...) nada enche nem alimenta como o pão de milho”¹²³.

Efectivamente, grande parte da instabilidade na manutenção da ordem pública, no que concerne à alimentação, encontrava-se relacionada com as padarias, sendo este género um bem sempre muito requisitado pelas mesmas. Um bom exemplo

¹²² De acordo com Francisco Ernesto de Oliveira Martins, as casas primitivas açorianas podem ser classificadas em três tipos: casas não rebocadas com tecto em colmo, casas não rebocadas com tecto em telha e casas rebocadas com tecto de telha. Na sua essência mais pura e generalizada, tinham paredes exteriores em alvenaria de pedra seca de basalto e eram constituídas por um único piso, com três divisões. Ao centro ficava o “meio da casa” (quarto de entrada), de um lado o quarto de cama e do lado oposto, a cozinha, com um recanto onde se situava a lareira e o forno. Com pavimento em terra batida, apenas o quarto tinha tecto de forro e um sobrado de madeira. No espaço entre o tecto de forro e o travejamento da cobertura, situava-se a “falsa”, cujo acesso era feito por uma escada de mão encostada à parede. Para mais pormenores veja-se Martins, Francisco Ernesto de Oliveira, “A arquitectura nos ambientes açorianos” in *Ambientes Açorianos – da época dos descobrimentos à das viagens e emigração*, Ponta Delgada, Eurosigno publicações, 1991, pp. 67-68.

¹²³ Costa, Carreiro, “Alimentação popular nos Açores” in *A culinária dos nossos avós*, Centro Social Paroquial da Ribeira Chã, 1997, p. 99. Este autor cita a obra do investigador micalense Francisco Arruda Furtado (1884): “a base da alimentação dos camponeses micalenses é o pão de milho e a couve” (“Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açorianos. Observações sobre o povo micalense” apud “alimentação popular nos Açores” in *A Culinária dos nossos avós*, *idem*, p. 97) terminando por concluir, em 1960, que “na verdade, em São Miguel, como nas demais ilhas dos Açores, a alimentação das gentes do campo é quase toda à base de vegetais, destacando-se (...) com efeito, o pão de milho”. *Ibidem*, p. 99. Sobre a alimentação tradicional açoriana, veja-se esta obra, páginas 97 a 110. Um bom exemplo deste “luxo” seriam as malassadas, iguaria típica da Páscoa, que em 1917 tendia a escassear. Com o natural humor que caracteriza o *Açoriano Oriental* durante a fase em estudo, rapidamente se conclui que de uma forma ou de outra o trigo aparecerá para delírio dos micalenses.

será o acontecido a 11 de Março de 1915, em que moleiros e padeiros de Ponta Delgada solicitam ao GCPD um milhão e duzentos mil quilos do trigo importado pelo governo nas condições de fornecimento dos compradores continentais. Encontrava-se proibida a importação de farinha do continente, pelo que o Ministro do Fomento deu despacho favorável, passando-se à importação, como a 12 de Abril este governador civil diria ao seu congénere do Funchal¹²⁴.

Realmente, a actividade em redor deste género passa sempre pela necessidade de o importar, se não do continente, de uma das outras ilhas, com especial destaque para Santa Maria. Verificava-se pois naquela ilha o mesmo cuidado que na de São Miguel em relação ao milho, ou seja, a procura de um equilíbrio entre o abastecimento à população e as exportações. A 11 de Março de 1916, a recém criada Comissão de Subsistências e o Administrador do Concelho de Vila do Porto, solicitavam ao GCPD a proibição de exportação de trigo, cuja falta dificilmente poderia ser repostas por intermédio da importação, o que é prontamente aceite¹²⁵.

Com este tipo de instabilidade, o preço torna-se uma agravante, em especial com o despoletar de um dispositivo de guerra, que, como já se referiu, tirou braços ao campo, colocando-os em quartéis um pouco espalhados pelas ilhas. A 28 de Abril, e já em São Miguel, são os padeiros que reclamam junto da Comissão de Subsistências um aumento do preço do pão de trigo, em virtude do elevado consumo feito pelas autoridades militares¹²⁶.

A solução não estaria no mercado das ilhas ou mesmo no continente. Em fins de Setembro de 1916, o GCPD solicitaria ao delegado agrícola do distrito a quantidade a pedir ao Ministro do Trabalho para importação a mensal de trigo exótico (americano) para Ponta Delgada, até 30 de Junho de 1917.

Contudo, tratava-se sempre de reforços para a produção local, muito dependentes das condições climatéricas e dos rigorosos Invernos. Com o evoluir do

¹²⁴ No telegrama ao Ministro do Fomento, refere-se ser urgente a satisfação dos pedidos da indústria micalense, uma vez que não se podem valer da autorização do Decreto 1.300, do Diário do Governo n.º 4, do mesmo ano, precisamente por estar proibida a importação. Não se sabe em que moldes ou em que quantidades foi deferido o pedido. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 11 de Março de 1915 para o Ministro do Fomento” in *Livro 288...*, *Ibidem*. A solicitação é aprovada para os meses de Maio e Abril.

¹²⁵ Feitas as contas, apenas existiam 8.000 litros, manifestamente pouco para as necessidades locais. Estes pedidos são feitos de modo protocolar, uma vez que o Governador civil não tem qualquer tipo de tutela sobre estes serviços. Pede-se pois a colaboração. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 74 de 15 de Março de 1916 ...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 53.

¹²⁶ No presente ofício e utilizando-se o argumento de que o soldado micalense prefere o pão de milho, solicita-se que a troca pudesse ser efectuada, pelo que, de certeza, não existiriam objecções, concorrendo-se assim para não se agravar o problema das subsistências no Distrito. Em caso contrário, tal autorização teria que ser dada superiormente.

conflito, a rarefacção do comércio marítimo e o policiamento dos maré, aumentaram as dificuldades de importação, pelo que uma promissora colheita de trigo na Ribeira Grande, em 1917 faria sossegar os espíritos mais inquietos sobre as existências deste cereal na ilha de São Miguel¹²⁷.

Em todo o caso, não seria o suficiente para levantar os ânimos baixos. A 21 de Julho, um edital do GCPD regulariza o seu preço, proibindo-se a venda a mais de 1\$500 o alqueire, e apenas a panificadores. O *Açoriano Oriental* apoia a medida e refere a necessidade de se regular o peso e o preço do pão, medida que o GCPD iria incrementar¹²⁸. A questão do pão votaria a ser debatida durante o mês de Agosto, apresentando aquele semanário a situação como crítica ao referir a necessidade de se deixar de panificar diferentes tipos de pão, de qualidades superiores e inferiores, para se passar apenas a um único tipo de pão. “O público não pode nem deve ser explorado” é o repto que o mesmo jornal passa às autoridades, questionando-as por que razão existem diferentes preços nas padarias e nos estabelecimentos comerciais para o mesmo género¹²⁹.

Em Janeiro de 1918, o mau tempo voltaria a provocar estragos, por exemplo nas estufas, lançando a ideia de uma futura má colheita. O trigo começa a escassear, originando a ideia de falta deste tipo de pão a curto prazo. Contudo, o GCPD procura soluções e inicia um diálogo com as autoridades americanas estacionadas em Ponta Delgada no sentido de serem fornecidas ao concelho farinhas daquela nação. Tratava-se do desfecho mais promissor para a grave crise instalada nas padarias, muitas das quais em risco de fechar, quando na realidade, no mês anterior se havia anunciado a abertura de uma nova no primeiro dia do ano¹³⁰.

A solução, apesar de boa, vem colmatar um problema interno, que o *Açoriano Oriental* explica da seguinte forma:

“O que mais nos parece, e oremos para não nos enganar-mos, é que há um grande retraimento de trigos, para mais tarde, os seus proprietários, obterem bons

¹²⁷ O *Açoriano Oriental* n.º 4286 de 7 de Julho refere a chegada do *Cretic* com 747 sacas de trigo para a Padaria Lisbonense (“Cretic”).

¹²⁸ O *Açoriano Oriental* n.º 4329, de 4 de Maio de 1918, noticia a apreensão de quase 200 pães fora do peso, que foram dados às instituições de caridade de Ponta Delgada (“Informações”).

¹²⁹ “A questão do pão”, *Açoriano Oriental*, de 4292 de 18 de Agosto de 1917. Era vendido a 50 réis nas padarias e a 55 nas lojas. Em inícios de Setembro é noticiada a abertura de uma padaria municipal, ao que o semanário se mostra reticente, considerando ser mais necessária uma fiscalização persistente e rigorosa das existentes. Na sua opinião, seria apenas mais uma, à qual a câmara municipal já havia destinado dois contos de réis.” Padaria Municipal”, *Açoriano Oriental*, n.º 4294 de 1 de Setembro de 1917.

¹³⁰ Erradamente anunciada. Abriria poucos meses depois.

preços; mas esperamos que sua Ex.^a (o GCPD) dentro da lei, e a favor dos interesses do proletariado, acabe com a vil exploração que aí se está fazendo, com a venda de artigos de consumo (...). O pobre não pode ser mais esfolado”¹³¹.

Contudo, o bom entendimento entre as autoridades administrativas micaelenses e americanas possibilitaram a chegada na última semana do mês Fevereiro de um carregamento de farinha americana, em que o GCPD se responsabilizaria em passá-la às padarias, mediante concessão. Deste modo, possibilitava-se a reposição do peso correcto, evitando-se a falsificação, e barateava-se o seu preço. Contudo, esta farinha repartida pelas diferentes padarias daria uma porção ínfima a cada, sendo morosa a sua entrega. As reclamações da população de Vila Franca do Campo assim o evidenciam. Em finais de Abril e inícios de Maio, encontravam-se as padarias de Ponta Delgada a laborar pão com farinha americana¹³², mas esta tardava em chegar à vila. Esgotava-se em uma semana quando adquirida.

Em meados de Julho, nova remessa de 50 sacas de farinha de trigo americano é colocada à disposição do GCPD, a distribuir pelos concelhos que não tinham beneficiado na primeira distribuição. Todavia, continuaria a escassear e a anunciar-se a abertura de novas padarias, para finais de Julho, se constar o encerramento de outras duas por falta deste género.

A 11 de Julho de 1918 a situação encontra-se normalizada. O GCPD elucida o ACRA sobre uma exportação autorizada, apesar da proibição de exportação de farinha de trigo por ele decretada. Refere estarem os mercados locais fornecidos até à nova colheita, que já se tinha iniciado, pelo que a solicitação de compra de farinha americana, adquirida já por intermédio do canal criado pelo Almirante Dunn, havia sido negada, uma vez que a local encontrava-se mais barata¹³³.

¹³¹“Farinhas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4315, de 26 de Janeiro de 1918. Para mais pormenores sobre o circuito dos cereais importados, veja-se a questão das “subsistências”, *Açoriano Oriental*, n.º 4316, de 2 de Fevereiro de 1918.

¹³² Também deveriam vendê-la ao público, o que efectivamente não terá acontecido, originando a denúncia pelo *Açoriano Oriental* n.º 4329, de 4 de Maio de 1918 (“Ainda a farinha americana”). A situação seria resolvida por intermédio da Comissão de Subsistências, que criou um sistema de senhas a levantar no Comissariado de Polícia para um quilo de cada vez. “Venda de farinha americana”, *Açoriano Oriental*, n.º 4331, de 18 de Maio de 1918.

¹³³ A casa *Matos e C.ª* apenas poderia revendê-la a um preço médio de 60 centavos, não podendo competir com a local que era e continuaria a ser vendida a vinte e poucos centavos. O preço por alqueire do novo trigo era de dois escudos insulanos. Tendo em conta que não era necessária; que não existia nenhuma proibição à referida casa; que a mesma poderia ter graves problemas económicos e sabendo de tal o Almirante Dunn, optou por autorizar, informando e expondo sempre primeiro a situação ao ACRA. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 108 de 11 de Julho de 1918...” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 177.

A questão das farinhas torna-se, durante a Grande Guerra nos Açores, no seu caso melhor conhecido (grupo Oriental), uma questão fulcral do dia-a-dia das populações e das autoridades administrativas. Sem capacidade de abastecimento exterior e, pelo contrário, com várias solicitações de apoio à capital ou ao arquipélago vizinho, o controlo da sua presença dependia essencialmente de dois factores: a existência de boas colheitas, sempre periclitantes e associadas a condições climatéricas complexas (como adiante se verá) e à disciplina, sempre difícil, imposta aos comerciantes, desde as padarias aos grandes mercados.

O governador civil, as comissões de subsistência e, mais tardiamente, o ACRA tornam-se pois os fiéis da balança de uma questão sempre explosiva no que concerne às massas sociais. Como diria José Bruno Tavares Carreiro: “População com fome é população desvairada e ingovernável e a essa dolorosa situação se chegaria, se, mercê de precipitações, viesse a faltar no distrito o milho necessário para satisfazer as necessidades de consumo”¹³⁴. Continuado a citar o notável político, “para a autoridade, a dificuldade está precisamente em encontrar o ponto de equilíbrio entre todos os interesses que se debatem e entrechocam na questão – interesses do consumidor, interesses do lavrador, interesses do comerciante”¹³⁵. É o desafio que se trava durante a guerra, que piora a partir do momento em que Portugal entra declaradamente no conflito, mercê, por exemplo, do aumento do consumo nos quartéis e que se agoniza a partir do momento em que Ponta Delgada é bombardeada.

Este efeito bola de neve é anualmente travado pelas novas colheitas, que, de ano para ano, tendem a escassear, terminando-se o ano de 1917 em condições deploráveis na ilha Terceira e periclitantes em São Miguel. No primeiro quartel do ano de 1918, a principal ilha sofreria uma grave carência de cereais, suavizada pelo auxílio americano, a pedido das autoridades portuguesas, mas que se tornaria fundamental para a manutenção da ordem pública na sociedade micalense.

Este auxílio seria outra das razões pelas quais ficaria a base americana na memória colectiva açoriana em geral e micalense em particular. Para além do valioso auxílio do *Orion* na defesa de Ponta Delgada, nas críticas apresentadas num dos órgãos de comunicação local, o *Açoriano Oriental*, no que toca aos géneros (e mesmo

Em meados do mês de Setembro de 1918, o Almirante Dunn conseguiria revogar o despacho indeferido para o transporte gratuito entre os EUA e os Açores, a partir de uma certa tonelagem, embora a notícia seja apresentada pelo ACRA.

¹³⁴ Carreiro, José Bruno, “Relatório de 10 de Fevereiro...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, pp. 1 a 14.

¹³⁵ *Ibidem*.

de uma forma geral), nunca é atacada a existência e as necessidades logísticas da base. Pelo contrário. Como adiante se verá, o que será mesmo reprovado é a postura dos micaelenses, em especial os comerciantes, que tudo fazem para monopolizar os produtos, originando a sua escassez e inflação no mercado para posteriormente os irem vender em quantidade aos americanos.

2.2. A complexa questão dos transportes

Vivendo-se em ilhas isoladas, distando 1600 km da costa continental portuguesa e a 4000 km da costa oriental dos Estados Unidos¹³⁶, os Açores são em si a unidade na dispersão. Factores, como a proximidade ou isolamento das ilhas, que, no primeiro caso poderão ser referidos os 6 km entre Faial e Pico ou, no segundo, os quase 630 km de Santa Maria ao Corvo, criam, no entender de Luís Rodrigues, uma dupla insularidade, levando a que cada ilha *per si*, constituísse um universo distinto englobado num todo cultural e económico arquipelágico.

Num meio limitado de recursos, em que o aproveitamento da terra tem que feito sem contemplações, o mar constituiu uma fonte inesgotável de recursos alimentares. Temos, pois, uma dupla faceta associada ao mar: é um recurso alimentar capital e uma via de comunicação na própria ilha (mais fácil de aceder por mar que por terra a determinadas áreas), com as outras ilhas e com ambas as margens do Atlântico.

Este facto coloca-o como o principal meio de ligação com o espaço circundante, principalmente no que concerne à vertente económica.

A navegação é feita a partir de três grandes universos ou dimensões: pesca e tráfego local, comércio de cabotagem e nacional/internacional.

Não nos iremos debruçar em profundidade nestes universos. Bastará referir que a pesca sempre foi um facto essencial na alimentação do açoriano, chegando mesmo, em inícios do século XX, a ser planeada em dimensões industriais no que concerne à pesca do bacalhau e caça à baleia¹³⁷. Como tráfego local, entende-se a

¹³⁶ Rodrigues, Luís, *Artes de pesca artesanal dos Açores*, Ponta Delgada, Associação Marítima Açoriana, 2008, p. 19.

¹³⁷ Sobre a importância do peixe na alimentação dos açorianos veja-se Costa, Carreiro, “Alimentação popular nos Açores” in *A culinária dos nossos avós*, Centro Social Paroquial da Ribeira Chã, 1997, pp. 103-104; sobre a pesca artesanal nos Açores, a supracitada obra de Luís Rodrigues e, para a influência do mar na vida dos açorianos, a obra de Vieira, João A. Gomes, *O Homem e o mar – embarcações dos Açores*, Intermezzo, 2002.

navegação entre portos da jurisdição de uma capitania¹³⁸, numa época em que os caminhos terrestres em boas condições eram apenas dois, ambos com destino final na freguesia das Furnas. Cargas de bastante volume eram pois transportadas por barco ao longo da costa e transferidas para o dorso de animais, para posterior distribuição nas localidades circundantes, como era o manifesto caso do sal¹³⁹.

De acordo com João A. G. Vieira, cabotagem é a navegação entre portos pertencentes a capitânias diferentes, que asseguravam não só o transporte de bens como de pessoas inter-ilhas. Será o caso da troca de excedentes ou mesmo em caso de socorro de produtos, como várias vezes já se mencionou ao longo do presente trabalho.

No que concerne à navegação nacional/internacional, são vários os estudiosos que se debruçaram sobre o assunto, principalmente no que concerne à emigração ou mesmo, como se refere no actual estudo, principalmente no capítulo dedicado à actividade submarina e no dos géneros, como adiante se verá. Os principais portos açorianos são, pois, tocados por navios de carreira portugueses e por vários estrangeiros que ligam a Europa aos Estados Unidos da América, em especial, uma vez que é detectado um tráfego oriundo de várias zonas do planeta¹⁴⁰.

Uma breve leitura na secção do *Açoriano Oriental* designada por “Embarcações entradas no porto desta cidade, na actual semana”, constata esta realidade, pelo menos até 1916¹⁴¹.

Pelo exposto, rapidamente se constata a sensibilidade das comunicações marítimas. Dias de mau tempo tanto impossibilitavam a saída de pescadores ao mar como a atracagem (quando existisse porto que a permitisse) dos vapores (ou mesmo o fundeamento) próximo às ilhas. Eram comuns os acidentes relacionados com a pesca, bordo de embarcações ou mesmo na costa, sendo o mar sempre alvo de uma grande religiosidade por parte daqueles que com ele lidavam.

Num contexto bélico, em que nacionalismos exacerbados ostentavam as suas marinhas de guerra como ícones tecnológicos e num oceano bastante frequentado comercialmente, rapidamente o domínio do Atlântico Norte dá azo à escassez de meios navais (portugueses) para manter o fluxo existente antes da guerra, desencadeando uma série de dificuldades à sociedade açoriana em geral, como se passará a explicar.

¹³⁸ Vieira, João A. Gomes, *O Homem e o mar...*, *Ibidem*, p. 42.

¹³⁹ Rezendes, Sérgio, *Memórias de Água Retorta na primeira metade do Século XX: aspectos da vivência social*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, policopiado, 1996.

¹⁴⁰ A título de exemplo, veja-se o artigo de Moraes, A. A., “Empresa Insulana de Navegação”, *Atlântida*, Vol. XLV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2000, pp. 12- 109.

¹⁴¹ Em virtude da escassez de papel e da diminuição do semanário, esta coluna deixaria de constar.

2.2.1. A escassez dos bens de primeira necessidade e a inflação.

A 1 de Agosto de 1914, o *Açoriano Oriental* publica um artigo intitulado “A carestia de vida”, em que se refere o modo como se tem verificado a subida assustadora dos preços dos géneros de primeira necessidade, mesmo a nível internacional. Dando como exemplos o açúcar, queijo, manteiga, peixe e carne, assim como a lenha, hortaliças e legumes, concluiu ser o resultado de especulações e monopólios. Estes factos, aliados ao preço das casas de aluguer, falta de emprego (em parte motivada pelo uso da máquina a vapor) e fracas colheitas, que não pagam os investimentos, originam por sua vez fenómenos sociais como a emigração¹⁴².

A partir desta altura começa-se a constatar uma preocupação por parte das autoridades centrais e regionais em contabilizar os principais géneros importados e mesmo exportados. Em finais de Setembro de 1914, algumas circulares foram enviadas a diversas instituições com o intuito de inquirir sobre o abastecimento de medicamentos, desinfectantes e artigos de primeiros socorros; géneros alimentícios e de primeira necessidade¹⁴³, aparentemente englobado num levantamento nacional¹⁴⁴.

No mês seguinte, o GCPD solicitaria ao Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral que a repartição de Agronomia procedesse a um inquérito sobre os quantitativos da última colheita de milho, conforme o executado em anos interiores¹⁴⁵. Aliás, nesta mesma altura é pedido ao Juiz de Direito, responsável pelo inquérito sobre os terrenos abertos na ilha Terceira, que se faça o levantamento da superfície total da ilha de Santa Maria; proporções arborizadas e cultivadas, assim como baldios, produções de cereal e gado, bem como os estudos de crescimento destes produtos. São igualmente pedidos os valores de importação e exportação dos mesmos artigos e dos lacticínios; dos produtos importados em geral, assim como das fábricas e número de operários. Sobre este assunto, pedem-se também informações ao inspector de Finanças de Ponta Delgada, procurando-se saber o rendimento colectável de todos os prédios descritos nas matrizes. Como resposta, apenas teria a do Inspector, que referiu que a Secretaria das Finanças em Lisboa encontrava-se impossibilitada de o fazer por

¹⁴² Fala-se de problemas similares em Espanha e de motins no mesmo país. “A carestia de vida”, *Açoriano Oriental*, de 1 de Agosto de 1914.

¹⁴³ Ao Presidente da *União Açoriana de Fábricas de Alcool* diz-se mesmo “a fim de poder prestar ao governo uma informação que me pede destinada a contribuir para um inquérito a que se está a contribuir acerca da existência dos géneros indispensáveis ao consumo do país”. BPARPD – FGCPD, “Circular de 24 de Setembro de 1914...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, pp. 59 a 70.

¹⁴⁴ Para efeitos de assistência hospitalar e prestação de socorros farmacêuticos.

¹⁴⁵ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 171 de 14 de Outubro de 1914...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 79.

ser um levantamento muito vasto e laborioso, de difícil execução por todas as repartições se encontrarem exclusivamente concentradas nos lançamentos das contribuições directas a cobrar em Janeiro do ano seguinte¹⁴⁶.

Em Setembro de 1915, estes recenseamentos voltariam à ribalta com o pedido de informação do GCPD aos delegados agrícola e pecuniário sobre a área de terrenos cultivados, incultos e baldios do distrito, assim como o número de cabeças de gado bovino, ovino, caprino, cavalar, asinino e suíno, para informação superior¹⁴⁷

Ainda em finais de 1914, o peso de fisco far-se-ia sentir de várias formas, num contexto agravado já de si pela guerra. Em Dezembro de 1914, a empresa construtora do coliseu Avenida¹⁴⁸ faz uma petição para ser dispensada dos direitos alfandegários, o que é apoiado pelas instituições similares e pelo *Açoriano Oriental*. Aumentava-se também o imposto sobre o vinho, numa colheita que se previa escassa¹⁴⁹, assim como a taxa do real da água. Na Vila Franca do Campo, até as lojas de hortaliças conhecem novo imposto da câmara, de 2\$500, o que não foi bem aceite pela população. O preço dos automóveis de aluguer subiria em 25 por cento e seriam estabelecidas tabelas de preços dos géneros alimentícios¹⁵⁰.

¹⁴⁶ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 172 de 14 de Outubro de 1914...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 80.

¹⁴⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 212 de 9 de Setembro de 1915...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 381.

¹⁴⁸ Esperava-se a sua cúpula a 26 de Dezembro de 1914. Acabaria por chegar na semana de 13 de Março de 1915. A capacidade do recinto estava estimada em 3000 pessoas. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4156 de 26 de Dezembro de 1914.

¹⁴⁹ Plantada em Novembro nas terras quentes, a vinha deveria ser podada, amarrada e enxertada em Fevereiro (e cobertos os enxertos com mástique próprio), para ser podada em Março e Abril (a mais tardia). Colocada de forma bem espalhada, atrás de cada vara ficariam rebentos com duas guias para formarem a vara de substituição. No fim de Abril seria tratada pela primeira vez com caldas cúpricas, bordalesa ou cafaró contra a alforra (mildium), tratamento que deveria ser repetido duas vezes no mês seguinte, embora com um novo elemento, o enxofre, aplicado com foles ou torpilhias para evitar o bolor. Se esfauldada em Junho, deveria ser novamente sulfatada em Julho/Agosto e desnataada, sendo-lhe retirada parte a folhagem, de modo a favorecer um vinho forte e de boa duração. Agosto era também o mês de preparação do vasilhame, sendo recomendada a sua lavagem com água quente e, de seguida, com água fria e pedras roliças. Se existisse um pico azedo, passava-se um soluto de carbonato de sódio e, caso tivessem cheiro a bolor ou a bafio, deveria ser deitada uma canada (quatro quartilhos) de água e, pouco a pouco, 100 gramas de ácido sulfúrico, rolando-se muito bem o vasilhame e lavando-o com muita água pura em seguida. No fim do mês seguinte procedia-se então à apanha da uva, separando-se de imediato os bagos podres e verdes. Uma vez pisadas ou esmagadas, repousariam oito dias no balseiro (na falta de um mostímetro), para então colocar o vinho nas vasilhas (no caso de ter um mostímetro, esta operação seria realizada quando fosse atingida a marca zero). Para melhor conservação do vinho era sugerida a colocação de 25 g de metabissulfito de potássio em cada pipa. Em Novembro, deveriam as vasilhas serem atestadas com vinho bom e bem tapadas. No minguante de Março deveria ser transferido e metido na adega, de modo a conservar-se bom durante todo o ano. Duarte, Manuel Pereira. “Secção Agrícola”, *Almanaque das Famílias*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1953.

¹⁵⁰ Por estarem descontrolados. Mesmo tabelados, o caso dos ovos não é respeitado (300 réis a dúzia, mas acabam por ser vendidos a 320). Em Fevereiro de 1918, custam 140 réis na ilha do Corvo, o que leva o *Açoriano Oriental* a comentar, em tom de piada, que seria de os importar por aeroplano. “As tabelas dos preços dos géneros”, *Açoriano Oriental*, n.º 4317 de 19 de Fevereiro de 1918.

Com o ano de 1915, esta tendência continuaria a fazer-se sentir. O preço do papel passa a ser mais de mil réis por mês na publicação do *Açoriano Oriental*, colocando a empresa no que chama de situação embaraçosa, por ser uma empresa pobre¹⁵¹. O preço do alqueire de milho atinge os 500 réis e é proibida a exportação de trigo do distrito de Ponta Delgada¹⁵². Em Santa Maria, a situação torna-se complicada na exportação de géneros como ovos e galinhas, levando a que o GCPD autorize o respectivo Administrador do Concelho a regular, conforme as necessidades do mercado local no que concerne a estes géneros (a que se deverá juntar o trigo), informando o Director da Alfândega do distrito¹⁵³.

Entretanto, continua a subida do custo de vida. É autorizado o aumento em 10 por cento das tarifas da Empresa Insulana de Navegação, atendendo ao preço do carvão¹⁵⁴, e a Câmara Municipal de Ponta Delgada aumentou os impostos na generalidade, o que foi alvo de admiração em virtude da crise¹⁵⁵.

A 27 de Março, o *Açoriano Oriental* faz eco de uma questão que se arrastaria até ao final de guerra, de forma cada vez mais complexa. Circulavam boatos

¹⁵¹ Pede-se aos assinantes que ponham em dia as quotas em atraso. “Expediente”, *Açoriano Oriental*, n.º 4158 de 9 de Janeiro de 1915.

¹⁵² Aquando do alvará, havia já dado entrada um grande pedido para a exportação de trigo por parte de um local. Perante a situação, o GCPD pede a opinião ao director dos Serviços Agrónomos. Sem adubos químicos, o ciclo do trigo nas ilhas passava pelo seguinte processo: a preparação da terra realizava-se durante o final do mês de Dezembro, princípios de Janeiro, iniciando-se a sementeira a partir da segunda metade do mesmo mês, prolongando-se durante o crescente da Lua em Fevereiro. Cuidadosamente vigiado e adubado nos meses seguintes, era gradado o trigo serôdio e mondado o temporão no mês de Maio. Em Junho, se estivesse com a tendência de acamar era sacudido com uma corda esticada para ser ceifado em Julho e Agosto (nas terras Altas). Uma vez bem seco e debulhado era colocado no granel e o seu restolho aproveitado para semear milho ou batata, embora com a necessidade de muito adubo natural e humidade. Podia haver ligeiras oscilações neste processo: por exemplo, quem quisesse semear trigo em Março, teria que semear tremçoço para outonar (aproveitando as primeiras chuvadas do Outono) no final de Outubro, preparando assim a terra para uma sementeira mais tardia. Na mesma terra poderia ser semeado feijão. Duarte, Manuel Pereira, “Secção Agrícola” in *Almanaque...*, *Ibidem*.

¹⁵³ Que, por sua vez, deveria dar indicações ao chefe do posto em Vila do Porto. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 22 de 30 de Janeiro de 1915...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, pp. 159 e 160. De acordo com Manuel Duarte Pereira, deveriam ser aproveitadas as galinhas chocas durante o mês de Janeiro e durante a lua minguante de Maio (para abundância de frangas) para as fazer deitar sobre os ovos frescos. Igualmente no minguante de Maio deveriam ser castrados os bezerros, porcos, cordeiros, entre outros animais. No minguante de Junho, seria tempo de castrar os carneiros e de fazer os capões para os Santos e o Natal. Duarte, Manuel Pereira, “Secção Agrícola” in *Almanaque...*, *Ibidem*.

¹⁵⁴ Este aumento motivou a procura do GCPD por parte de uma comissão representativa dos cultivadores de ananás, a pedir a excepção para este produto. O caso é colocado ao Ministro do Fomento, com a aprovação do mesmo Governador civil. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 5 de Março de 1915” in *Livro 288...*, *Ibidem*.

¹⁵⁵ O preço de um dos géneros mais apetecíveis para aumentar por parte desta entidade era a água. Em Março de 1917, numa das várias tentativas estalaria a polémica no seio da assembleia municipal. O *Açoriano Oriental* refere que vários deputados da assembleia municipal assinaram uma petição para discutir tal medida, mas que no dia marcado não compareceram na reunião, pelo que a câmara não funcionou, por falta de número. O mesmo jornal afirma-se contra tal medida. Acabaria por não ser aplicada, assim como o emprego dos contadores, outra das medidas polémicas instauradas pela câmara. “Informações”, *Açoriano Oriental* n.º 4273 de 7 de Abril de 1917.

relacionados com a exportação de gado para Lisboa, em que se dizia estar o mesmo a ser desviado para Gibraltar, a pedido de Inglaterra, ocasionando a sua falta na capital. Tal suspeita poderá explicar a contínua exportação de gado *vacum* da ilha, feita em detrimento do consumo público local, apenas para a felicidade dos capitalistas interessados no assunto, conforme diria o semanário¹⁵⁶. Efectivamente, dois dias depois, o GCPD questiona o Administrador do Concelho de Vila do Porto sobre a quantidade de cabeças de gado que podem ser exportadas para a capital até Setembro, um dos pilares da economia daquela ilha¹⁵⁷, entretanto seriamente comprometido pela falta de transportes¹⁵⁸.

É publicado um edital a limitar o preço dos ovos; o imposto real sobre a água torna-se cada vez mais vexatório para os comerciantes, e o preço do leite aumenta, embora não atinja os 160 réis, como alguns queriam, assim como a manteiga de vaca¹⁵⁹. A tendência para as subidas de preço leva a que o administrador do concelho publique uma nova tabela de preços de artigos de primeira necessidade, o que é apoiado pelo semanário micalense. Entretanto, começa-se a limitar a exportação de trigo da ilha de

¹⁵⁶“Falta de Carne”, *Açoriano Oriental*, n.º 4167 de 27 de Março de 1915. No concelho da Praia da Vitória, em Março de 1915 os açougueiros foram pedir ao respectivo Administrador para aumentar o preço do quilo em \$2 (aumentando-o para 26 centavos), justificando-o com a exportação de gado e com o preço do quilo quando comparado com o concelho de Angra. BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 10 de 24 de Março de 1915 ao Governador civil de Angra do Heroísmo” in *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho*, 1912-1916, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

¹⁵⁷ Nesse mês, o gado é recolhido em três ilhas para seguir rumo ao mercado madeirense e lisboeta. O GCPD informa o Administrador daquela ilha da praça existente nos vapores para o transporte, como, por exemplo, no *San Miguel*, com capacidade para levar entre 20 a 27 cabeças de gado a 1 de Março. A 27 de Abril, é-lhe comunicado que o mesmo vapor tem capacidade para 77 animais com destino a Lisboa e trinta a quarenta para a Madeira, pelo que o agente da Empresa Insulana de Navegação (EIN) em Santa Maria haveria de receber o número exacto, uma vez que tivesse o vapor saído da ilha Terceira.

¹⁵⁸ Como, por exemplo, é denunciado pelo correspondente do *Açoriano Oriental* em 1 de Maio de 1915. Existe prejuízo pelo facto de o *San Miguel* não ter carregado o gado todo para a capital. Lembra que São Miguel tem dois vapores por mês, ao passo que Santa Maria tem apenas um. Aguarda-se a chegada de um novo vapor, existindo 138 cabeças de gado a embarcar, podendo repetir-se o prejuízo caso tal não seja possível. A ilha exporta 1400 cabeças de gado por ano, a 150 réis a cabeça, pelo que a situação poderia tornar-se grave. “Correspondência de Santa Maria”, *Açoriano Oriental*, n.º 4172 de 1 de Maio de 1915. A este respeito, diz o Governador civil, Coronel Virgílio Soares de Albergaria, ao Administrador daquele concelho em telegrama de 5 de Maio de 1915: “Agente empreza insulana informa *Insulano* só volta em Junho estou tratando conseguir seja exportado gado arrolado brevemente”. BPARPD – FGCPD, “Telegrama de 5 de Maio de 1915” in *Livro 288... Ibidem*.

¹⁵⁹ Este último, de 1.000 para 1.200 réis, sem razão aparente. “A questão das subsistências”, *Açoriano Oriental*, n.º 4206 de 25 de Dezembro de 1915. No caso dos ovos, o edital limitava o seu preço a 300 réis a dúzia, quando chegavam a ser vendidos a 375 réis. O *Açoriano Oriental* n.º 4202 de 27 de Novembro de 1915 refere que, na Horta, um vendedor havia tido problemas com a autoridade por não ter vendido a 20 réis (“informações”). Em Janeiro de 1916, vendiam-se a 200 réis em Angra do Heroísmo. Já em finais de Julho de 1914 que este semanário havia denunciado a exportação de géneros (alguns de escassa produção) a partir de Angra do Heroísmo com destino a Lisboa. Destaca-se, nessa altura, 122 volumes de manteiga e queijos (1795\$00), 97 volumes de peixe (309\$00), 150 sacas de trigo (500\$00), 100 cabeças de gado bovino (4000\$00), 800 galinhas (450\$00), 9000 ovos (90\$00), tudo em moeda forte. “Informações”, *Açoriano Oriental*, de 25 de Julho de 1914.

Santa Maria, devendo os valores serem rateados de acordo com a Comissão de Subsistências do concelho de Vila do Porto¹⁶⁰. De São Miguel, o GCPD procura favorecer junto do GCAH a importação deste cereal por começar a escassear no consumo público e, junto da empresa Bensaude, a garantia de embarque de gado da ilha de Santa Maria, ao mesmo tempo que tenta impedir o trânsito de animais oriundos de Lisboa¹⁶¹.

Em Abril de 1915, os preços da cerveja da fábrica Melo Abreu e o fogo de artifício de fabrico local (neste caso a usar na festa do Santo Cristo) aumentam, em virtude do preço das matérias-primas. Em compensação, há fartura em peixe, como já em 1914 havia sido várias vezes referido, neste caso da sardinha¹⁶².

Nos meses de Verão de 1915, assiste-se a algumas inovações interessantes, como o aparecimento de um autocarro de carreira¹⁶³ entre a cidade e a Vila Franca do Campo. Contudo, poderá dizer-se que em meados deste ano começa-se a detectar os primeiros sinais de faltas de reabastecimentos: falta o coque¹⁶⁴ na Empresa

¹⁶⁰ No concelho da Praia da Vitória, é referida ao GCAH a existência de 20.367 litros de cereal para exportação, dos quais 500 são de trigo. Contudo, aguardava-se uma requisição da padaria, na ordem dos 16.290 litros. Ambos os valores representam cerca de 25 moios e 20 moios, respectivamente. BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 10 de 24 de Março de 1915 ao Governador civil de Angra do Heroísmo” in *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho*, 1912-1916, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

¹⁶¹ Nesta cidade grassavam duas epidemias entre os animais: o mormio e a raiva, doenças que rapidamente podiam transitar para os humanos. Pede-se para que não sejam embarcados animais sem que tenham sido vacinados pelo Instituto de Agronomia e Veterinária, inclusive os animais domésticos. Entretanto, o Ministro da Marinha havia pedido em finais de Outubro, que a mesma empresa não subisse o preço dos fretes do gado a exportar, que continuar a sair, inclusive da ilha do Corvo. Cada vez mais se gerava alguma controvérsia na atribuição das praças por ilha, nomeadamente de Santa Maria, que tem exportadores à aguardar vez há 60 dias. A falta de comunicação coloca também problemas nas importações daquela ilha, como por exemplo, no sal. Em 12 de Janeiro de 1916, o GCPD solicitaria mesmo ao capitão do porto da cidade para que o rebocador *Furnas* fosse àquela ilha com urgência levar bens de primeira necessidade, em virtude o *San Miguel* não passar na mesma há dois meses. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 10 de 12 de Janeiro de 1916” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 466. Esta situação evidencia bem a situação periclitante em que se encontrava a população de algumas ilhas. As necessidades incessantemente reclamadas pelas autoridades locais são atendidas. Contudo, levanta-se a questão: quem paga a viagem? Ao Capitão do Porto, o GCPD refere não ter verba, pelo que solicitava o envio da conta de 62\$46 fortes ao Ministério da Marinha, para que este acertasse os pormenores com o do Interior. Este último enquadra o pedido de auxílio nas despesas previstas no número 34 do art. 23º do Decreto de 2 de Março de 1895, pelo que a conta é apresentada ao Presidente Executivo da Junta Geral. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 18 de 15 de Janeiro de in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 475.

¹⁶² Vendida a 80 ou 100 réis o cento. Em Outubro daquele ano havia sido referida a existência de muito bonito, em Vila Franca do Campo e na Lagoa e em Novembro, e de peixe em geral no mercado do Corpo Santo, em Ponta Delgada. Alguma sardinha acabaria por ser exportada para Itália. *Açoriano Oriental* n.º 4183 de 17 de Julho de 1915.

¹⁶³ O seu proprietário era detentor de uma empresa de carruagens. A iniciativa, rapidamente aplaudida, custava a módica quantia de 1000 réis, ida e volta. “Informações”, *Açoriano Oriental*, N.º 4178 de 12 de Junho de 1915.

¹⁶⁴ Material sólido de origem mineral ou vegetal, que consiste principalmente de carbono com pequena percentagem de hidrogénio, compostos orgânicos complexos e materiais inorgânicos. Usado como combustível na carboquímica e na produção electrotérmica.

de Electricidade e de Gás, ocasionando a sua substituição por briquetes¹⁶⁵. Poderá já estar relacionado com a subida de preço que este bem sofria a nível internacional, uma vez que ainda continuam a afluir as embarcações comerciais do continente, demonstrativo por exemplo no aparecimento de farinha de trigo de segunda categoria oriunda do continente português, ou mesmo na exportação de 305 sacas de açúcar de Ponta Delgada para as chamadas ilhas de oeste.

Em Ponta Delgada, e durante o mês de Setembro, alentam-se novas expectativas sobre o comboio eléctrico pela presença de um engenheiro no terreno, embora novamente goradas¹⁶⁶. Projecto antigo, “As bases para a construção dum caminho-de-ferro eléctrico na ilha de São Miguel”, autorizado pela lei de 26 de Junho de 1913, é colocado em concurso público internacional pela Junta Geral a 30 de Setembro daquele ano. Intimamente associado à cultura do ananás, o seu preâmbulo dá uma excelente visão da economia da ilha.

“A ilha é riquíssima em culturas de várias espécies, sendo o valor da produção agrícola de 5.000.000\$00 escudos, equivalentes a cerca de 20 milhões de francos. A importação e a exportação regulam, cada qual cerca de 1.350.000\$00 escudos anuais, equivalentes a cerca de 5 e meio milhões de francos, sendo os principais géneros exportados fava, milho, trigo, chá, álcool desnaturado, açúcar, cerveja, laranjas, ananases, formium-tenax, águas minerais, pozzolana, gado vacuum, tabaco, etc. O porto artificial (...) é vasto e seguro. É frequentado por uma média anual de 506 navios, entre os quais os grandes transatlânticos das Companhias White Star Line e Cyprien Fabre, que fazem a carreira entre o Mediterrâneo e os E. da América do Norte. O trânsito de passageiros é, media anual de 80.000”¹⁶⁷.

Refere-se ser a população da ilha de 130.000 pessoas, das quais 80.000 seriam directamente servidas pelo caminho-de-ferro. Com estação principal em Ponta Delgada, cidade com 18.000 habitantes, teria como destino final, numa fase inicial, a

¹⁶⁵ Pasta compacta geralmente na forma de tijolo, composto por pó de carvão e um aglutinante. Era vendido a 12\$00 a tonelada, \$19 a arroba. “Empresa de electricidade e gás”, *Açoriano Oriental*, n.º 4178 de 12 de Junho de 1918. Entretanto já o preço da cerveja da fábrica Melo Abreu havia subido em Abril, em virtude do preço da matéria-prima.

¹⁶⁶ A construção de um caminho-de-ferro, neste caso eléctrico, é o sucessor de um projecto inicial, a vapor, de finais do século XIX. Lançado o concurso internacional a 4 de Setembro de 1913 e durante toda a fase em estudo, uma vez por outra refere-se a existência de pessoas ligadas ao projecto a realizarem estudos. AMMA-FHM, *As bases para a construção de um caminho de ferro na ilha de S. Miguel, autorizado pela lei de 26 de Junho de 1913*. Fia 504.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

localidade das Furnas, criando-se uma derivação para a vila da Ribeira Grande. A justificação para o projecto é diversa, mas acima de tudo assenta na sua capacidade económica. Numa ilha que apenas tinha apenas duas boas estradas para os automobilistas (para as Furnas, pelo norte e pelo sul) de 46 km cada uma, e com uma riqueza turística impar, a construção desta infra-estrutura possibilitaria o fluxo turístico até ao Vale; a circulação de correio e residentes (com tarifas especiais para os estudantes e profissões do tipo itinerante); o transporte de animais e de todo o tipo de mercadorias com especial destaque para ao ananás que é alvo de uma alínea específica¹⁶⁸.

Este projecto previa já um incremento do fluxo de visitantes, derivado da inauguração do canal do Panamá em 1914. Seria uma estrutura que, inevitavelmente, teria reflexo no turismo das ilhas, ditas como de fama universal, e com o comboio podia-se viajar e admirar as belezas de São Miguel de forma confortável e rápida. Apesar de eléctrico, a sua central de produção seria alimentada a carvão, criando-se em automático um entrave com o despoletar do conflito, como tem sido dado a ver.

Uma vez incrementado este primeiro circuito, a breve trecho novas linhas iriam irradiar, de modo a espalhar o sistema ferroviário às extremidades da ilha, numa fase inicial para Capelas e Povoação. Ficaria esta velha aspiração micaelense condenada ao esquecimento, relembhada momentaneamente pela passagem na ilha de técnicos associados ao projecto¹⁶⁹. Em 1919 era ainda um projecto muito aguardado pelos micaelenses.

No que concerne a condições climatéricas, o Inverno de 1914/1915 terá sido ameno. O *Açoriano Oriental* não faz eco de problemas de maior, apresentando sim o Verão de 1915 como quente, gerando boas colheitas de favas e da batata-doce, em

¹⁶⁸ Ficaria a empresa construtora (e também exploradora durante 80 anos), comprometida a construir recintos vedados com uma área mínima de 600 m quadrados, onde os produtores colocassem os seus produtos e matérias relacionados com o objectivo de serem embarcados. Estes recintos, que deveriam ser alvo de debate e estudo, estariam espalhados pelas diferentes estações e apeadeiros.

¹⁶⁹ No *Açoriano Oriental* n.º 4340 de 20 de Julho de 1918, refere-se que, em Lisboa, já se ouvia falar de uma companhia para o seu estabelecimento em São Miguel, o que faria sentido, uma vez que vários testes já haviam sido efectuados, superando-se as expectativas. “Não é demais encarecermos este tão precioso melhoramento, que facilitará imensamente todas as nossas transacções entre as diversas localidades da nossa ilha, assim como permitirá de futuro, com a progressiva chegada de turistas após a guerra tornar a nossa ilha um grande centro de iniciativa e progresso. Dentro em breve deve-se começar os respectivos trabalhos preliminares”. Seria, pois, para além de um precioso auxiliar à dinamização das exportações da ilha, um poderoso meio colocado ao serviço do Turismo. Esta empresa teria como capital social 6.000 contos. “Uma boa notícia”, *Açoriano Oriental*, n.º 4340 de 27 de Julho de 1918. O mesmo semanário em 7 e 14 de Dezembro de 1918, afirma ter-se iniciado a inscrição de accionistas na Companhia dos Caminhos de Ferro de S. Miguel.

finais de Agosto¹⁷⁰ apesar da estiagem dos terrenos da zona sul da ilha de São Miguel¹⁷¹. Os meses de Setembro e Outubro poderão ser caracterizados por uma certa fartura, em virtude da apanha das colheitas¹⁷² e férteis em algumas situações naturais anómalas. Sentiram-se sismos em Vila Franca do Campo e uma forte saraivada abateu-se sobre uma parte da ilha de São Miguel, com pedras de grande volume, partindo inúmeros vidros de estufas e causado prejuízos na ordem dos 100 contos de réis¹⁷³.

Em meados de Dezembro de 1915, gera-se uma tensão social relacionada com o preço do petróleo e da gasolina, levando a que o presidente da Comissão de Subsistências do Concelho de Ponta Delgada peça ao GC que indague junto do seu homónimo em Lisboa dos preços autorizados para a capital¹⁷⁴. Estava, pois, instalada a crise dos combustíveis, que agravar-se-ia com o evoluir do conflito. Cerca de um ano depois, seriam os comandantes militares a ter que manter muitas vigias e diligências sem petróleo, produto que, em muitas freguesias como por exemplo, na ilha Terceira, pura e simplesmente desapareceu do mercado.

¹⁷⁰ Constava que seria pouco rendosa. A fava era recolhida em finais de Junho. A batata - doce nova foi vendida a 50 réis o quilo. Ao longo do ano eram feitos os seguintes trabalhos no campo: no crescente do mês de Março era semeado o centeio, a cevada, a aveia e a alpista. No mesmo mês, nas terras secas, o linho, o feijão, os pepinos (que eram capados em Maio), melões, melancias e abóboras. Em Abril era feita a sementeira da beterraba, feijão, batata e grão-de-bico e em Maio o plantio da batata-doce, assim como a sementeira de feijão, tabaco, tomates e pimentas. Junho era mês de semear as hortaliças (cenouras e alfaces, por exemplo) nas terras húmidas e após um Verão a fazer a manutenção das culturas, em Outubro, Novembro e Janeiro semeavam-se as favas, primeiro nas terras quentes e depois nas restantes. Outubro era igualmente o mês de semear couvinha, nabos e rabanetes, sendo o último mês do ano propício à sementeira de ervilhas e batatas temporãs. O minguante da lua em Janeiro era favorável ao plantio de couves, repolho e cebolinho e o crescente às pimentas, tabaco e tomates. Em Fevereiro eram plantados os morangueiros. Duarte, Manuel Pereira, "Secção Agrícola" in *Almanaque das Famílias*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1953.

¹⁷¹ Em contraponto com Invernos muito rigorosos. No ano de 1915, destaca-se uma tempestade que se abateu sobre o Pico e o Faial, cujas pedras de geada se assemelhavam a ovos de pombas, algumas com 80 gramas. "Informações", *Açoriano Oriental*, N.º 4175 de 22 de Maio de 1915.

¹⁷² Existia fartura de bonitos em praticamente todas as ilhas. Em Santa Maria dão-se quatro por um vintém. Em Vila Franca do Campo, estão a 60, 70 e 80 réis cada. No Pico, os pescadores foram apanhá-los para oferecer aos pobres. O bonito-listrado, *Katsuwonus pelamis*, é uma espécie pelágica cosmopolita pertencente a família dos atuns. Possui ampla distribuição em águas tropicais e subtropicais dos três oceanos, principalmente em regiões próximas da quebra de plataforma e profundidade próxima a 100 m. Pertence à Classe *Actinopterygii*, Ordem Perciformes, Família Scombridae (www.horta.uac.pt). Um pouco por todo o lado, as colheitas de cereais são proveitosas. O trigo novo em Santa Maria está em abundância e no Faial está a 900 réis o alqueire. Na Graciosa, a colheita de cereais havia sido excelente e em Vila Franca do Campo seria a do milho bastante benéfica, descendo em um mês de 750 réis o alqueire de 16 litros, para 625 réis. A única excepção encontrada foi a da Povoação cuja colheita de trigo foi escassa. Os produtores perdem por cada alqueire de 16 litros 1250 réis, com a tendência de crescer para 1500. Em meados de Setembro a exportação de trigo ainda está suspensa, o que o *Açoriano Oriental* considera ser um absurdo desde que seja para as outras ilhas. A 23 de Outubro, já se encontra com venda livre inter-ilhas, e exclusivamente à Manutenção Militar no continente.

¹⁷³ "A saraivada de Domingo", *Açoriano Oriental*, n.º 4791 de 11 de Setembro de 1915. Em 1918, é também referida a existência de ciclones que virariam embarcações varadas.

¹⁷⁴ O pedido com urgência deve-se a eminentes problemas de ordem pública. O petróleo era vendido a 4\$50 o litro e a gasolina a 5\$40. BPARPD – FGCPD, "Ofício n.º 276 de 16 de Dezembro de 1915" in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 451.

Pouco tempo volvido à declaração de guerra, o *Açoriano Oriental* noticia a proibição do GCH na exportação de qualquer tipo de queijo¹⁷⁵, a aterradora subida do valor da arroba do carvão (passa para 625 réis) e a carestia e oneroso preço do papel¹⁷⁶.

Com as diligências militares, levantam-se novos problemas às autoridades civis e à população em geral, como, por exemplo, na requisição de imóveis, material de aquartelamento e alimentação. O levantamento logístico é enorme, uma vez que as autoridades civis são avisadas de que as diligências necessitam de uma série de condições que têm que ser providas, de uma forma ou por outra, pela população civil ou pelas próprias instituições, desde as enxergas até à alimentação, em alguns casos. Por exemplo, encontrando-se a força em vias de partir para a vila de Praia da Vitória em Abril de 1916, o GCAH é informado pelo Administrador do Concelho de que, apesar de ainda não ter recebido a informação de todos os regedores, existiam algumas freguesias que possuíam alimentação para a mesma. Uma vez possuidor de todo o levantamento, Francisco de Paula Morais Moniz apresenta a questão das subsistências para apoio militar, da seguinte forma em vésperas da declaração de guerra:

“Na freguesia de Santa Cruz desta vila, há em relativa abundância todos os géneros especificados na mesma circular de V.^a Ex.^a à excepção do carvão mineral que não se encontra em nenhuma das freguesias deste concelho. Nas freguesias das Lajes, Vila Nova, Fontinhas e Agualva, em quantidades suficientes para consumo, alguns daqueles géneros notando-se todavia, a falta de batata, cevada, carnes preparadas, bacalhau e algodão. Na freguesia das Quatro Ribeiras, à excepção de milho e de trigo, apenas satisfazem o consumo e ainda assim insuficientemente os géneros seguintes: açúcar, lã e grão-de-bico, havendo falta de todos os outros. Na dos Biscoitos, a existência é assaz diminuta, não chegando para consumo local, com a especialidade do petróleo que de há muito

¹⁷⁵ Já desde finais de Janeiro que esta questão se fazia sentir no caso específico do queijo de São Jorge. A 25 desse mês, o GCPD reclama junto do GCAH que o Administrador do Concelho de Velas não havia obedecido ao telegrama expedido, no sentido de autorizar a saída de 80 grades para a ilha de São Miguel. Ao que a documentação permite constatar, existiu alguma exportação, rateada, mas aparentemente de forma injusta, pelo que surgiu a reclamação da casa comercial. Refere desconhecer-se se a questão foi de praça por parte EIN ou não, mas pede-se mais atenção, porque o género já está em falta no mesmo distrito.

¹⁷⁶ A 18 de Março é anunciada, em edital do Comissariado de Polícia Cívica, uma nova tabela de preços para os géneros de 1.^a necessidade. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4218 de 18 de Março de 1916. O preço do milho em Vila Franca do Campo era de 625 réis o alqueire. *Idem*, *Açoriano Oriental*, n.º 4217 de 11 de Março de 1916.

não se encontra à venda. Nas restantes freguesias do Cabo da Praia e Fonte do Bastardo há o suficiente para o consumo”¹⁷⁷

Aliás, a instituição militar acaba por ser o melhor exemplo para a crise que se instalava a partir de 1916, uma vez que é obrigada a agir, sem que o governo central atribuisse a tempo e horas os meios essenciais para que esta manobrasse. O aumento do custo de vida reflecte-se de imediato numa instituição sempre habituada a trabalhar na base de orçamentos e com os seus recursos muito bem geridos. A Inspecção de Fortificações e Obras Militares nos Açores, encarregada das obras consequentes da evolução do dispositivo, será um dos exemplos mais emblemáticos da inflação verificada na importação de bens de necessidade.

Por exemplo, em Fevereiro de 1916, diria o Major Manuel José Pinto Osório a propósito do atraso das obras na enfermaria do RI 26 (Ponta Delgada):

“Em aditamento à minha nota n.º 31 de 30 do mês findo envio um orçamento da obra (...) na importância de 610\$00. Este orçamento substitui o de 29 de Maio do ano findo, com o mesmo título e da importância de 420\$00, que não pôde ser executado porque a sua importância é deficiente para a execução dos trabalhos que dele constam. O orçamento que agora envio contém as mesmas unidades de trabalho, às quais foram aplicados os preços actualmente correntes no mercado. Dada a instabilidade dos preços dos artigos de comércio especialmente dos metais cuja tendência é para subir, é possível que se a execução desta obra se demorar muito, se torne por sua vez a verba de 610\$00 insuficiente”¹⁷⁸.

O mesmo oficial, sobre o concurso lançado para a reparação de um paiol pequeno, casa de laboratório e armazém da material de artilharia da B1AM, no forte de São João Batista (Angra do Heroísmo), constatava a falta de concorrentes por falta de materiais. A única forma de contornar a questão seria a execução da obra por fases.

A questão ganharia ainda contornos mais complexos e burocráticos. Para além da carestia de vida, a própria burocracia nas relações entre o IFOMA e a sua

¹⁷⁷ BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 11 de 25 de Abril de 1916 ao Governador civil de Angra do Heroísmo”, *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho*, 1912-1916, Administrador do concelho da Praia da Vitória. Sobre a carne, apesar de ainda não ter o arrolamento da Fonte do Bastardo e Santa Cruz, que existiam os seguinte animais (gado) por freguesia: Fontinhas, 1500 animais; Lajes, 873; Vila Nova 1400; Agualva, 634; Quatro Ribeiras, 700 e cabo da Praia, 530.

¹⁷⁸ AMMA-FG, IFOMA, “Nota n.º 37 ao chefe da 2ª repartição do Inspeção-geral das Fortificações e Obras Militares” in *Registo de correspondência expedida...*, L - 1168.

hierarquia em Lisboa atrasam, de forma profunda, a urgência e rapidez nas obras militares. Esta situação seria comum às três cidades do arquipélago e só totalmente desbloqueada com a chegada do ACRA, ficando nessa altura o IFOMA apenas com dependência técnica a partir do IFOM. Um bom exemplo desta burocracia poderá ser dado a partir da evolução da mesma obra da B1AM, a 30 de Março de 1916:

“1º- A verba de 71\$00 autorizada em 4 de Novembro de 1915, ainda não foi recebida. 2º- Para o completo orçamento à primeira das obras acima citadas ainda faltam 319\$00 cuja autorização é urgente. Não julgo possível que esta obra se execute dentro do ano económico corrente ainda mesmo que toda a verba de 319\$00 seja autorizada no próximo mês de Abril (...) 3º- Não conhecendo a importância total da quantia destinada a obras dirigidas por esta inspecção, no corrente ano económico, não posso fazer a distribuição dos respectivos fundos conforme determinado”¹⁷⁹.

No caso do Convento do Carmo na Horta, surgem orçamentos fictícios e a falta de materiais, como diria cerca de um ano depois:

“1º O quartel do Carmo na cidade da Horta carece e com muita urgência de diversas reparações, já orçadas, mas que não figuram na proposta geral datada de 29 de Maio último onde pelo contrário se encontra o (...) orçamento da obra de reparações nos tectos de diversas secretarias, depósitos e caiação exterior do quartel do Carmo na cidade da Horta (...) orçamento que não existe. (...) Essas reparações muito urgentes são as dos três orçamentos constantes da proposta adicional que junto envio a V.^a Ex.^a, dois dos quais têm que ser actualizados por terem subido enormemente os preços correntes no mercado desde a época em que foram elaborados”¹⁸⁰.

Sobre a obra das latrinas do mesmo quartel, expõe que, para além da falta das verbas autorizadas, que o mesmo orçamento teria de ser novamente actualizado, devendo porém ser mais demorada a sua reforma em consequência de nele

¹⁷⁹ *Ibidem*. A propósito desta obra, o mesmo inspector diz a 5 de Julho de 1916: “tendo ficado deserto, devido a uma grande alta de preços o concurso aberto para a obra de reparação junto envio um novo orçamento pelos preços actuais na importância de 449\$00 escudos fortes”. *Idem*, nota 98.

¹⁸⁰ AMMA-FG, IFOMA, “Nota n.º 118 ao chefe da 2ª repartição do Inspeção Geral das Fortificações e Obras Militares” in *Registo de correspondência expedida, Livro III – 12 de Fevereiro de 1914 a 25 de Agosto de 1916*, L - 1168.

entrarem materiais a importar de Lisboa, tornando-se necessário em primeira instância saber os preços na capital, perdendo-se tempo com isso e, quiçá, apanhando na fase final do processo nova desactualização de preços¹⁸¹.

Sobre o aumento dos preços na ilha Terceira e da aprovação da canalização a efectuar no forte de São João Batista, lembra que, à semelhança do que havia sido feito, a qualquer estimativa de obra teria que ser acrescentado mais 50 por cento do valor até ao momento em que se lançasse a obra a concurso público.

Constata-se, pois, que, para além das dificuldades decorrentes da guerra em si, nomeadamente, a subida dos preços, transportes e seguros, a escassez de materiais, de comunicações, no caso da engenharia militar há demora nas resoluções na capital assim como na transferência de verbas. Uma falta de sensibilidade pela especificidade das ilhas *in extremis* bloqueia o natural desenvolvimento das urgentes obras originadas pelo contexto bélico e determinadas mesmo pelo Governo Central, não as conseguindo fazer terminar a tempo e dentro dos orçamentos previstos, ou já rectificadas por várias vezes.

Com a entrada na Grande Guerra e a mobilização de muitos chefes de família, tirando-se os braços de trabalho às terras para os aplicar na defesa, surgem inevitáveis problemas de natureza económica e social. A 9 de Abril, o CMA dá conhecimento ao Governador civil de Angra que se procura minorar quanto possível a situação das famílias em miséria, bem como a crise dos trabalhadores agrícolas em consequência da convocação de licenciados. Enquanto aguarda resolução superior sobre o problema, pede para que, como presidente da Comissão encarregada do Cofre de Caridade, se digne promover que sejam socorridas as famílias das praças mais carenciadas da guarnição. Em Ponta Delgada, existe igualmente uma Comissão de Apoio às Famílias dos Soldados Pobres, que procura organizar formas de angariar fundos para as auxiliar¹⁸². Sensíveis ao problema que a mobilização havia erguido, os comandos militares foram sempre dando conhecimento ao Ministério da Guerra, o que resultou na autorização, a 24 de Junho de 1916, para que fossem dadas licenças registadas a grupos pequenos de trabalhadores rurais, de modo a prejudicar o menos possível a agricultura¹⁸³.

¹⁸¹ *Ibidem*.

¹⁸² Um bom exemplo será através de festas, como a que foi planeada para o Relvão de Angra do Heroísmo a 20 de Março de 1917 com o patrocínio do Recreio Sport Club.

¹⁸³ Em nota do Comandante Militar de Ponta Delgada ao CMA, datada de 25 de Junho, é caracterizada como extraordinária a falta de braços para a agricultura, gerando uma subida dos salários dos

Em inícios de Março, as comissões de subsistências são reformuladas e passam a contar com elementos de várias instituições sociais, como será o caso do Monte Pio Operário Micaelense, para dar voz ao operariado¹⁸⁴.

No que concerne às produções agrícolas, Abril, Maio e Junho seriam meses chuvosos e ventosos, estragando-se algumas colheitas, das quais as favas constituirão o melhor exemplo¹⁸⁵, agravado por uma série de pequenos flagelos como uma grande proliferação de coelhos ou mesmo doenças, caso da alforra, que atacam as produções na Ribeira Grande, entre vários outros locais. Estas epidemias entre as produções agrícolas ou mesmo animais eram relativamente cíclicas. Outro exemplo poderá ser dado em finais de Abril e inícios de Maio de 1918, em que o gado vacum é atacado por uma epidemia, rapidamente contida (ou tentada) na Lomba de Santo António e concelho do Nordeste.

A crise agrícola, apesar de mais intensa em algumas ilhas, estende-se de forma geral ao arquipélago, embora com diferentes intensidades. A situação agudiza-se em São Miguel, em inícios de Agosto, levando à requisição com urgência do vapor *Furnas* ao Capitão do Porto para transporte do cereal de Nordeste e Água Retorta para o mercado local¹⁸⁶ e, posteriormente, para o transporte de farinha de Vila Franca do Campo para Vila do Porto¹⁸⁷, com carácter inadiável.

trabalhadores, que por sua vez iria fazer subir em flecha o preço do milho. Este facto desfavorecia os mais pobres, ou seja, a maioria da população e fazia declinar a exportação do cereal para o continente e Madeira, afectando muitos comerciantes. Esta informação é-lhe prestada pelas pessoas de maior respeito e pelo Governador civil, que pedem a sua intervenção. Propõe aumentar de 8 para 35 o número de praças a quem pode conceder licenças de 10 dias (ao invés de seis dias), por turnos e por companhias, nos mesmos moldes em que se praticava, atenuando-se a crise e a miséria nas famílias. Com o fim das obras no RI 26, podiam igualmente muitos pernoitar fora do quartel. Esta medida teria despacho favorável do comandante militar dos Açores.

¹⁸⁴ Criadas pelo Decreto de Lei 2253 de 3 de Março de 1916. Neste caso, aplica-se o § único de art. 9º. BPARPD – FGCPD, “Ofício 66 de 11 de Março de 1916 ao presidente da Direcção do Monte Pio Operário Micaelense” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 43. São extintas as Comissões Concelhias e criadas novas, uma em cada distrito. *Idem*, pág. 59. Os preços para os géneros de 1ª necessidade mantiveram-se. As sessões da Comissão Distrital de Subsistências podiam por vezes ser bastante animadas. É conhecida a demissão de um vogal, representante da classe operária, cujo pedido de demissão foi aceite e enviado à procedência por se considerar incorrecto, mesmo ofensivo, com insinuações que procuravam atingir o bom nome dos seus membros. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 227 de 8 de Setembro de 1916 ...” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 260.

¹⁸⁵ O feijão e a fava, semeados em Janeiro numa terra após três anos de descanso desta cultura, deveriam ser sachados em Abril e inspeccionadas em Maio para a detecção de faveiras como a orobanca (gigante) que deveriam ser cortadas pela raiz. Em finais deste mês e durante o próximo, deveriam ser arrancadas as favas tâmporas e dada mais terra às serôdias. Em Julho, eram arrancadas e malhadas. Duarte, Manuel Pereira, “Secção Agrícola” in *Almanaque...*, *Ibidem*

¹⁸⁶ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 185 de 4 de Agosto de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 208. As requisições das canhoneiras para serviços oficiais acontece de forma relativamente regular ao longo do presente estudo, com diferentes finalidades. Em 11 de Agosto de 1914, a *Zambeze* é requisitada para ir levar a mala vinda pelo paquete *Funchal* a Santa Maria e trazer a Junta de Inspecção Militar. Neste ano,

Ainda durante os meses de Verão, destaca-se uma série de factores que contribuem para a falta de qualidade de vida da população micaelense. O preço da gasolina aumenta, atingindo valores ditos como exorbitantes, assim como as viaturas; o vapor *Funchal* deixa de fazer a carreira dos Açores, em virtude de necessitar de reparações¹⁸⁸; os preços das ferragens e outros artigos da tabela de aluguer das carruagens, assim como o açúcar¹⁸⁹, o papel e, inclusive, o corte de cabelo aumentam¹⁹⁰. Em Vila Franca do Campo, o desânimo entre os cultivadores de ananás é total. Começa-se a reconverter as estufas em terras de pastagem, surgem roubos graves de vidros de estufas e a ideia de formar uma cooperativa para a compra de navios fruteiros, ideia que apesar de muito bem recebida, não teve continuidade no período em estudo¹⁹¹. A única notícia mais favorável à economia e subsistências públicas terá sido, e de acordo com o semanário micaelense, a abertura de uma nova padaria.

As finanças públicas começam a ter alguns problemas. A 26 de Setembro de 1916, o GCPD comunica à JGPD a necessidade urgente de pagar aos cantoneiros de Vila do Porto, alguns dos quais não recebem desde Julho, motivando a sua reclamação junto do Administrador do Concelho. Encontrava-se o preço do alqueire de milho nos 600 réis e da farinha nos 700, levando a que no *Açoriano*

este tipo de solicitação ocorreria em mais dois casos. Existem também alguns casos conhecidos na recolha dos votos, aquando de eleições.

¹⁸⁷ Levanta-se neste caso, pela terceira vez, o pagamento das despesas inerentes ao transporte. Quem deveria pagar era o Governo Civil, mas sobre os dois anteriores pedidos, aguardava-se parecer da Direcção Geral da Marinha, com vista a assumi-las. Em todo o caso, o Chefe da 1ª Repartição do GCPD, servindo de governador civil, afirma assumir as três viagens caso a resposta seja negativa. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 282 de 19 de Setembro de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 266. Em ofícios posteriores, sabe-se que o *Furnas* não parte para a Vila Franca do Campo enquanto o pagamento das duas primeiras viagens não for feito (133\$56). Contudo, em virtude da urgência, é dada a ordem de seguir de imediato para aquela vila e depois para vila do Porto, onde se deverá entender o capitão da embarcação com o Administrador do concelho. A 11 de Dezembro, aguarda-se o pagamento desta última viagem por parte do Governo da República. *Idem*, pp. 268 e 335.

¹⁸⁸ Pelo que é enviado a Inglaterra, sem data de regresso. Reparação orçamentada em 12 000 libras. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4231 e 4233 de 17 de Junho e 1 de Julho de 1916.

¹⁸⁹ Neste caso em específico, o *Açoriano Oriental* n.º 4241 de 26 de Agosto de 1916 refere ter sido apresentada às estações competentes um recurso a boicotar a subida de 20 réis decretada pela Comissão de Subsistências (“A questão do Açúcar”). No concelho da Praia da Vitória, o açúcar também é um género sensível. Em Março 1915, o Administrador daquele concelho reuniu os comerciantes da vila, tentando-o fazer baixar o preço para além dos 40 centavos, o que não foi possível. Refere-se então que não é açúcar originário de São Miguel, que vem de Angra, sendo necessário pagar o seu transporte. BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 9 de 24 de Março de 1915 ao Governador civil de Angra do Heroísmo” in *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho*, 1912-1916, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

¹⁹⁰ Na Horta era 75 réis. Em Ponta Delgada, 125. Em 1918, sofreriam um novo aumento.

¹⁹¹ No *Açoriano Oriental* n.º 4281 de 2 de Junho de 1917, num artigo intitulado a “Empresa Michaelense de Transportes”, refere-se já ter sido depositado no banco micaelense três contos pelo tesoureiro da comissão encarregada da compra de navios veleiros auxiliares. Novamente se refere a necessidade de não se desistir do projecto.

Oriental se peça a intervenção da Comissão de Subsistências. Paralelamente, os lavradores procuram subir o leite para 120 réis a canada¹⁹² e o preço da carne¹⁹³ subiria no mês seguinte, escasseando por sua vez a batata inglesa. As próprias Comissões de Subsistências acabariam por ser extintas a 30 de Setembro de 1916, passando os antigos vogais, caracterizados como pessoas de grande conhecimento local, a ter um papel de aconselhamento¹⁹⁴. Ou seja, se desde 1914 se constata uma evolução rápida da inflação, a partir da declaração de guerra esta ganha um força ímpar em praticamente todas as áreas.

Quanto mais os produtos aumentam de preço, mais se procura explorar o cliente, ou cobrir todos os custos, do produtor ao exportador. No primeiro caso, será exemplificativa a advertência feita em finais de Outubro do GCPD ao Delegado de Saúde para que cesse o abuso da venda de medicamentos em Vila do Porto pelos comerciantes. No segundo caso, a subida do preço do açúcar. A 17 de Outubro e a pedido do Presidente da Direcção da União das Fábricas Açorianas do Álcool o seu preço aumenta¹⁹⁵. Dez dias volvidos é procurado por uma comissão representativa dos cultivadores de beterraba das freguesias de Fajã de Cima, Arrifes e Relva. Estes solicitam que, junto da Direcção da União de Fábricas Açorianas de Álcool, se aumente em um centavo o preço de cada quilo de beterraba por eles fornecida ou, então, que o carroto do frete seja realizado pela companhia, à semelhança do que acontecia com os cultivadores da freguesia da Maia, o que considera correcto. Em 21 de Março de 1917, o GCPD seria informado que o conselho da União das Fábricas Açorianas de Álcool havia reconhecido o agravamento dos encargos relacionados com a cultura da beterraba e transigido provisoriamente com o pedido de aumento de “preço novamente pedido pelos cultivadores”¹⁹⁶.

Nos últimos dois meses do ano procura-se actualizar as tabelas de preços com recurso aos contactos em ambas as margens do Atlântico: a 1 de Novembro de 1916, o GCPD solicita ao Governador civil de Lisboa a tabela de fixação dos géneros

¹⁹² Antiga medida de líquidos que equivalia a dois litros ou quatro quartilhos.

¹⁹³ Um dos factores apontados para a subida em crescente do preço da carne é a continua exportação dos animais para Lisboa. Já se protesta e, à semelhança do que sucederia com a batata, espera-se providencias.

¹⁹⁴ Extintas pelo Decreto 2660 de 30 de Setembro de 1916. BPARPD – FGCPD, “Circular 321 de 28 de Outubro de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 308.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 288.

¹⁹⁶ BPARPD – FGCPD, “Circular 31 de 21 de Março de 1917” in *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, P. 108.

de primeira necessidade, pedindo para sua orientação novas informações nas actualizações¹⁹⁷ e, a 11 de Dezembro, ao cônsul português em Nova Iorque, as tabelas com as estações de trigo dos mercados norte americanos, de modo a poder fixar os preços do trigo importado¹⁹⁸.

Entretanto, na ilha Terceira, o Administrador do Concelho da Praia da Vitória recebe 240 editais para afixar pelas respectivas freguesias para que os produtores de géneros como milho, arroz, batata e mosto declarem as suas produções ao Estado¹⁹⁹. Cada vez mais a crise cerealífera aumenta, o que é comprovado pelo aumento nesse mesmo mês de Novembro pelo aumento do preço do milho. Aliás, esse Inverno seria caracterizado como sendo de mau tempo, deixando mesmo um rastro de destruição. Boas notícias, só mesmo a abundância de chicharro, vendido em determinadas zonas da ilha de São Miguel a 20 réis o cento ou mesmo oferecido²⁰⁰.

Em 13 de Janeiro de 1917, o *Açoriano Oriental* publicaria um artigo de opinião intitulada “Vida Cara” em que se refere ser esta a frase da moda, a que se ouve em todas ruas, casas e cafés. Afirma-se que os géneros escassearam devido à guerra, mas que o dinheiro existe. Está é mal dividido. Não existe na algibeira do pobre. Um bom exemplo seria o esbanjamento em luxos quando na realidade os preços do pão, da carne, do calçado e do vestuário continuavam a subir.

O ano de 1917 seria marcado pela carestia de fósforos, problemática bastante denunciada pelo semanário micalense. Durante o Verão, já não existiam os de madeira nem os de 10 réis, e esgotavam-se os de 20 réis. Em inícios de Agosto esperava-se novo provimento, incerto, pelo que se sabia ser a tendência o agravar-se da situação. Em Setembro, a escassez de fósforos predomina, relatando o *Açoriano Oriental* uma das soluções encontradas pelo GCAH para resolver o problema: a requisição de oito caixas ao vapor *Funchal*. Este governador civil já havia apresentado o problema ao MI desde meados de Agosto, sem que obtivesse resposta satisfatória. Na sua correspondência, a questão ultrapassa a mera necessidade de fazer fogo para várias

¹⁹⁷ *Idem*, pág. 314.

¹⁹⁸ *Idem*, pág. 337.

¹⁹⁹ Foram enviados 500 impressos e o facto de terem chegado a 28 de Novembro, para posterior entrega ao Ministério das Finanças a 30 do mesmo mês, poderá indiciar alguma urgência no processo. Contudo, por não ser exequível, dá origem a um ofício do mesmo Administrador a solicitar instruções ao GCAH. BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 32...” in *Livro 17...*, *Ibidem*. A este propósito, aos Regedores havia sido dito taxativamente para serem colocados os quantitativos em expressão numérica e com valor em moeda forte, de modo a terminar com a expressão “variável” nos questionários elaborado aos mesmo produtores durante o mês de Outubro de 1916. “Ofício n.º 113 de 10 de Outubro de 1916”, *Ibidem*.

²⁰⁰ No mesmo semanário, a 23 de Dezembro, refere-se a destruição de um moinho, entre outros prejuízos em virtude do mau tempo.

finalidades: a sua ausência põe em causa a autoridade e pode ocasionar o aparecimento de contrabando. Explicaria em ofício ao Ministro das Finanças que a sua falta tinha origem na exigência, por parte da companhia marítima que efectuava o transporte, do pagamento dos fretes pelas casas comerciais que haviam efectuado as encomendas, o que não era aceite. A recusa prende-se com o facto de ser este produto tabelado pelo Estado, mediante um acordo com a companhia fosforeira²⁰¹. Como o preço do transporte havia subido de forma avassaladora, já não existia lugar a lucro (podendo-se mesmo gerar prejuízo), pelo que haviam deixado de fazer encomendas, incrementando uma subida extraordinária no preço do *stock* existente. Pelo preço legal, nem se recuperava o investimento feito.

A nível social, o resultado é a carência total de fósforos e o aparecimento de “isca” não autorizada e acendedores portáteis proibidos por lei, pelo que se começa a lesar gravemente o Estado. Já havia pedido a intervenção junto do MI e solicitava agora junto dele, Ministro das Finanças, a execução de uma das seguintes ideias: ficar o excesso das despesas do frete e seguro de guerra a cargo da companhia ou fixação pelo Estado, excepcionalmente para este produto, do preço normal, anterior à guerra²⁰².

Se em Angra do Heroísmo a solução foi a requisição deste género a um dos vapores da carreira das ilhas e consequente entrega ao Comissariado de Polícia Cívica, em Ponta Delgada a solução foi similar. A requisição foi efectuada a todas as casas comerciais que ainda os tinham e posterior entrega deste género ao mesmo órgão policial. Contudo, rapidamente se levanta a polémica social e as críticas, porque a crise havia-se inicialmente instalado em virtude das autoridades administrativas não terem autorizado, a seu tempo, o aumento pedido pelos comerciantes para fazer face ao encarecimento decorrente do seu transporte. Após esta drástica medida, as mesmas autoridades requisitam-nos e aumentam-nos de preço, pelo que se questiona a legitimidade da medida, tendo em conta o resultado final²⁰³. A questão dos fósforos

²⁰¹ Os fósforos de fabrico português existem desde 1895. Para mais pormenores veja-se Museu do Fósforo in www.i-tomar.info.

²⁰² BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 25 de 8 de Setembro de 1917 ao Ministro das Finanças” in *Livro 1 – registo de correspondência da 1ª secção da secretaria da GCAH para repartições superiores*.

²⁰³ O *Açoriano Oriental* n.º 4303 de 3 de Novembro refere estarem a ser vendidos a \$02,5 centavos por cada duas caixas. Podendo oscilar entre os \$01.25 e o \$02 centavos, refere não ser caro para quem precisa (“Mal entendido”). O que se mete é a legitimidade do aumento, tendo em conta que é um bem requisitado. Tendo em conta este facto, então deveriam ser vendidos ao preço legal estipulado, conforme o contrato da companhia com o Governo. Qualquer diferença deveria pois ser colmatada pelo Cofre de subsistências.” Seria mais lógico coibir o comércio da sua acção, porque, se o governo autorizasse a venda de fósforos além do preço legal, não haveria falta do artigo no mercado, não teriam os

levanta um segundo problema, paralelo. Tratando-se de um valor muito pequeno, transaccionado em moeda de cobre. O comissariado da polícia e a Administração do Concelho rapidamente monopolizam todo o cobre existente, não o lançado novamente no mercado, contribuindo enormemente para a escassez de moeda de cobre no circuito comercial. Com a ausência de trocos, acaba-se por se proporcionar a exploração por parte dos comerciantes ou a insatisfação dos clientes como adiante se verá²⁰⁴.

Na semana de 24 de Novembro de 1917, chegaria uma nova remessa de fósforos que acabariam por serem vendidos a 25 réis por cada duas unidades. A partir dessa altura a situação ficaria sobre controlo até Outubro/Novembro de 1918, altura em que o surto da gripe espanhola poderá ter provocado o que foi designado como um abuso no preço dos fósforos, uma vez que grande parte da solução encontrada passava pela alimentação e desinfecção com recurso à queima de determinadas plantas²⁰⁵.

O Verão de 1917 não contrasta com os anteriores a passagem do GCAH pela ilha de São Miguel para tentar importar cereal (o que em parte conseguiu²⁰⁶) atesta a falta do mesmo na ilha Terceira. Reclamações dos talhantes da cidade micalense²⁰⁷ reflectem a clivagem entre produtores e comerciantes, uma vez que os primeiros não se sentiam coagidos pela existência de uma tabela de géneros. A este propósito, o *Açoriano Oriental* diria em Janeiro de 1918:

“Todos os dias ouvimos lamentações (...). Têm razão, não a tiramos mas devemos ponderar também a essas pessoas, que a culpa do mal, está em não ter sido atacado de pronto a origem desse mal, que consiste, inquestionavelmente em

consumidores que andarem a mendigar aquele mesmo artigo, esperando muitas vezes em vão”. “Mal entendido”. *Açoriano Oriental*, n.º 4303 de 3 de Novembro de 1917. Diz-se também que a sorte é de quem as apanha. Em número obrigatório de duas, uns apanham às dúzias e outros ficam sem nada. *Ibidem*.

²⁰⁴ O *Açoriano Oriental* refere mesmo serem as principais vítimas os pedintes, uma vez que ninguém os esmolava em prata.

²⁰⁵ A situação ficaria novamente fora de controlo. A 24 de Dezembro de 1918 e por ordem do ACRA, foram expedidas 10 caixas de fósforos amorfos de uma casa comercial na Horta para em Ponta Delgada serem colocados à venda no Comissariado de Polícia pelo preço do transporte. BPARPD – FGCPD, “160, 5 de Novembro de 1918” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 218.

²⁰⁶ Teve autorização para importar 60.000 litros de milho, a serem transportados pela canhoneira *Beira* e iate *S. Amaro*. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4292 de 18 de Agosto de 1917.

²⁰⁷ Os proprietários dos talhos queixavam-se das tabelas que o GCPD havia criado para controlar o preço das vendas das carnes. Contudo, a queixa não é contra a tabela mas sim contra a exploração designada como velhaca dos proprietários dos animais, que inflacionam os preços quando os colocam à venda. Pergunta-se, pois, como se poderá respeitar a tabela sem que exista uma para os vendedores dos animais. “Talhos e Carne”, *Açoriano Oriental*, n.º 4292 de 18 de Agosto de 1917. Contudo o problema é geral. A 3 de Novembro o mesmo semanário refere terem sido vários talhantes multados por estarem a vender a carne com mais 10 réis por quilo em relação ao que se encontrava tabelado, constando que a mesma iria subir em mais 50 réis. “Carne”, *Açoriano Oriental*, de 4303 de 3 de Novembro de 1917.

o negociante ou retalhista vender caro, por o fornecedor lhe ter também vendido a fazenda por preços elevadíssimos! (...) É necessário que haja um preço harmónico do 1º para o segundo, para daí resultar um benefício para o consumidor, pois de contrário há de ser sempre o Zé Pagante espezinhado e o produtor, que então ainda há pouco tinha uma fortuna de 3 contos, apresenta muito risonho, passando de cigarro a charuto, uma de 15 porque é o proprietário e não tem as despesas miúdas do vendedor!”²⁰⁸.

É a exploração do próximo em virtude da crise implantada e espera-se que as autoridades reponham a justiça, usando como principal ferramenta o tabelamento dos produtos, já não apenas ao nível da venda como também a retalho.

Em Santa Maria, o Administrador do Concelho é louvado pelas diligências tomadas em relação aos náufragos e aos detentores de cereal não declarado, referindo-se mesmo a condenação de um. A cevada vende-se entre os 1600 réis e os 1800 réis, o trigo é pouco e a nova colheita de milho prometedora. Diz-se também já não existirem fósforos, pelo que se fuma menos e as habitantes da ilha começam a preparar-se para ter o fogo aceso 24 horas por dia, ou a ir pedir uma acha ao vizinho. Ainda nesse Verão o *Açoriano Oriental* refere boatos de que o governo central havia emprestado quatro contos de réis à Câmara Municipal de Ponta Delgada para pagar ao professorado os vencimentos em atraso²⁰⁹. Novas reuniões dos produtores de ananás, com várias resoluções, acabariam por não desbloquear o impasse da principal produção da ilha.

Em Setembro, críticas são apontadas ao preço da fruta, em especial das laranjas e as bananas²¹⁰ e às subidas do preço do vinho de cheiro e da manteiga²¹¹.

²⁰⁸“As tabelas dos preços dos géneros”, *Açoriano Oriental*, n.º 4313 de 12 de Janeiro de 1918.

²⁰⁹ Em Fevereiro de 1918 novos atrasos nos seus vencimentos é registado. Neste mês, verificam-se vencimentos em atraso dos varredores da cidade micalense. Em inícios de Junho, é denunciado o não pagamento das subvenções aos empregados do governo destacados para a Junta Geral deste Setembro de 1917.

²¹⁰ O mês de plantio das cerejeiras, pereiros e macieiras (entre mais) era o mês de Outubro e no crescente de Novembro, os carvalhos e castanheiros (nas terras quentes). Dezembro era considerado o mês do plantio das árvores de fruta, embora igualmente importante para os pinheiros e castanheiros (no minguate). Janeiro e Fevereiro eram meses de manutenção e plantio de outras árvores de fruto. No primeiro eram as cepas pinceladas com um soluto feito de propósito para evitar a antracnose e aplicados diferentes tipos de solutos, muitos dos quais à base do sulfato de cobre e de ferro, o que implicava muitas vezes trabalhos extras como no caso das laranjeiras, cujos troncos tinham que ser caiados dias depois. Era igualmente o mês ideal para cortar as madeiras destinadas a obras. No segundo mês, eram os troncos das árvores lavados com um soluto à base de sulfato de ferro para limpeza de germes e parasitas e plantadas as laranjeiras, limoeiros, limeiras, tangerineiras, figueiras, a que se acresce toda a casta de sementes de caroço. Em Março eram plantados os vimes e álamos, para em Maio serem enxertadas as árvores de espinho e os pomares alvo de uma capinação, seguindo-se o adubamento da sua terra (eram duas as vezes

O Inverno de 1917/1918 caracterizaria-se por rigoroso, afectando para além das culturas, a pesca, principalmente a partir de Fevereiro de 1918. Diria o mesmo semanário : “com o mau tempo, tem havido grande falta de peixe no nosso mercado, vendendo-se o pouco que ali aparece por preços que só os ricos o podem obter! O pobre está condenado a passar a pão e pimenta, se é que a esta também os americanos não lhe tomarem o gosto”²¹².

Encontrava-se o Zé-povinho micaelense a ver os produtos seguirem para a base americana. Para este “o pão está caro, o peixe anda a rabiar no mar, fugindo ao anzol, o bacalhau está pela hora da morte; a carne já subiu de preço, porque os Srs. lavradores pedem exorbitâncias pelo gado, o calçado triplicou, as fazendas obtêm-se a custo por um preço exageradíssimo e assim tudo sucessivamente, mas ao Domingo, quer-se um carro para uma necessidade ou um automóvel, e nenhum desses meios de transporte se encontra, porque toda a gente passeia, toda a gente se diverte de carro e automóvel!”²¹³.

A questão americana não se colocava apenas neste género. O mesmo semanário apresentaria uma curiosa estatística num artigo intitulado “A questão das subsistências públicas” a 2 de Fevereiro de 1918, em que de vários géneros se destaca o abate do gado no matadouro em Santa Clara²¹⁴. Em tom de conclusão, o mesmo semanário constata um aumento considerável no ano de 1917, que na sua globalidade rondou os 20 % e que se previa manter no ano de 1918. Ou seja, as produções até que não tinham sido más, mas o aumento do consumo e o facto das ilhas não estarem a receber apoio exterior, levavam a que a situação se tornasse melindrosa. Nesta perspectiva, a base naval americana vem destabilizar a situação, contribuindo de uma forma muito significativa para desnivelar o frágil equilíbrio entre a produção e a alimentação da população.

em que se aplicavam fortes adubos, sendo a primeira após as chuvas de Setembro) e as árvores tratadas com nova solução, desta vez com caldas cúpricas, bordalesa ou Cafaro. Em finais do mês seguinte e durante o mês de Julho, eram-lhes aplicadas caldas sulfo-cálcicas por intermédio de um pulverizador especial revestido interiormente por uma camada de chumbo, procurando-se combater as cochonilhas das fruteiras. A partir de Junho já começava a apanha de alguma da fruta mais viçosa.

²¹¹ As laranjas estavam a ser vendidas a vinte e cinco réis, em conjuntos de duas ou três, e a bananas a 20 réis cada. O vinho de cheiro a 400 réis e a manteiga a \$340 cada pacote de 250 gramas. Refere-se, principalmente no que concerne à fruta, que em tal nunca se havia pensado e que entre o povo, não se sabia onde ir buscar dinheiro para fazer face às necessidades diárias. “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4309 de 15 de Dezembro de 1917.

²¹² *Ibidem*.

²¹³ “A carestia de géneros e artigos”, *Açoriano Oriental*, n.º 4317 de 9 de Fevereiro de 1918.

²¹⁴ Este matadouro havia sido criado com a mudança dos açougues da zona da Matriz de Ponta Delgada.

Esta situação conduziu inevitavelmente à necessidade de estabelecer o diálogo com os americanos, uma vez que, para além da escassez local de artigos, alguns dos géneros fornecidos, como o trigo, não são bem vistos a bordo. Paralelamente, cria-se uma consciência por parte das restantes ilhas em auxiliarem São Miguel, em especial com carne e géneros comestíveis²¹⁵. Em finais de Maio reclamava-se já a escassez de carne, atribuindo-se a culpa às autoridades administrativas, que a exportavam para o continente em detrimento do consumo local, provocando a sua escassez permanente e um constante aumento do preço. Pede-se a intervenção do GCPD e a importação do género²¹⁶. Na Vila Franca do Campo não eram abatidos suínos, mas em Ponta Delgada verificava-se o oposto, assim como ao nível do gado vacum: em poucos dias seriam abatidos 28 animais, dos quais oito suínos. Contudo, eram destinados aos navios de guerra surtos no porto micaelense. Este ritmo não era propriamente uma novidade ao tempo, pelo que o *Açoriano Oriental* teme a falta do género, a manter-se o ritmo do mês de Abril, ao fim de quatro a cinco meses²¹⁷.

Nos meses de Abril/Maio retomar-se-ia o característico comércio de Verão entre Vila Franca do Campo e vila do Porto, colocando, por exemplo, em São Miguel o excelente vinho de cheiro daquela ilha²¹⁸. O mau tempo prejudicava as sementeiras daquele concelho, assim como as idas ao mar dos pescadores²¹⁹. Desde meados de Abril que não se abatia carne de porco para consumo público e, junto da população do concelho, açambarcadores de Ponta Delgada tentavam recolher os escassos ovos no mercado da vila²²⁰. Por este tipo de atitude não será de estranhar que o

²¹⁵ A farinha seria vendida a 900 réis no Mercado da Graça na semana de 9 de Fevereiro de 1918.

²¹⁶ Esta questão acaba por ser polémica. No *Açoriano Oriental* n.º 4325 de 6 de Abril de 1918, vem um desmentido a esta notícia, dizendo-se ser o gado oriundo das outras ilhas e reexportado, por em São Miguel se dizer estar caro e não haver necessidade (“Gado vacum”). No semanário de 20 de Abril de 1918, o correspondente da Vila Franca do Campo refere que a mesma aparentava e sabia mais a carne de cão do que a vaca, paga a 600 réis o quilo. A 20 de Abril de 1918, anuncia-se a chegada de três barcos oriundos daquela ilha com porcos, bois e carneiros. “Notícias de Santa Maria”, *Açoriano Oriental*, de 20 de Abril de 1918.

²¹⁷ Em Agosto de 1918, este assunto continuaria muito polémico e sensível. Novamente se refere no *Açoriano Oriental* a necessidade de criar uma tabela para produtores e retalhistas, chegando-se mesmo a publicar uma carta aberta ao ACRA sobre o assunto, o que foi prontamente apoiado pelo semanário.

²¹⁸ O vinho branco da Graciosa era também um produto muito considerado.

²¹⁹ Chega-se a importar peixe seco de Santa Maria. Outro produto importado era a manteiga de vaca, que em inícios de Junho de 1918 atingia os 800 réis o quilo. Também existem casos de comerciantes da ilha Terceira que vem a São Miguel comprar diferentes tipos de peixe seco.

²²⁰ Chegaria mesmo a ser proibida a sua exportação para fora do concelho. “Notícias de Vila Franca”, *Açoriano Oriental* n.º 4331 de 18 de Maio de 1918. No mesmo semanário, mas datado de 27 de Julho de 1918, refere-se estarem a 500 réis a dúzia e já não serem encontrados no mercado há semanas. Aparecem à venda em lojas de fazenda. E no início do mês de Agosto, a polícia cívica apreende-os e leva-os para o comissariado, para venda. Contudo, o *Açoriano Oriental* questiona a sua distribuição, uma vez que nunca existem para vender, quando se sabe terem sido apreendidos. “Ainda e sempre os ovos”, *Açoriano*

próprio comércio vila-franquense começasse a segregar alguns estratos comerciais, não se permitindo o mester de vendilhões de fora, por exemplo.

Aliás, os açambarcamentos seriam um dos factores que muita tinta fariam correr no semanário micaelense. Considerados *persona non grata*, estes comerciantes andariam muitas vezes na clandestinidade, utilizando como estratégias a compra nos mercados ou na recolha porta a porta de géneros nas periferias dos centros populacionais. Questão muito antiga, em 1914 ganhava contornos nacionais, sendo alvo de legislação específica.

O próprio Ministro do Interior daria, em inícios de Agosto de 1914, instruções precisas ao GCPD e relacionadas com a tentativa de manipulação com fins fraudulentos, aceitação, circulação e ágio da moeda com fim a destabilizar o mercado de géneros. A recusa de venda, ocultação de provisões e o açambarcamento que desestabilizasse a natural e livre concorrência nas mercadorias, géneros e fundos, deveria ser implacavelmente repudiada e perseguida pelas autoridades administrativas e policiais, sendo os prevaricadores punidos e os seus nomes imediatamente comunicados ao ministério²²¹.

A sua actividade é pouco conhecida, surgindo no jornal micaelense em momentos de escassez de géneros, como a 1 de Abril de 1916. Em terra de fartura de lagostas, estas raramente apareciam no mercado interno e quando tal acontecia, o seu preço oscilava entre os 750 réis e os 1000 réis cada²²². Sabia-se que os pescadores vendiam milhares destes animais a açambarcadores franceses, que costumavam vir comprá-las a 250 e 500 réis por unidade. Reclamava-se para que a sua venda fosse feita no mercado e proibida em grande número a estrangeiros. No mês seguinte, seria noticiada a venda de 3365 lagostas, tanto quanto se falava, a um navio francês que as tinha vindo resgatar propositadamente.

Outro exemplo seria dado em inícios de Maio de 1918. Junto aos consumidores do mercado de peixe de Ponta Delgada, constava que açambarcadores se estariam a preparar para comprar todo o peixe, mal fosse exposto ao público, que em grande afluência o esperava. A pronta intervenção do comissário de polícia, apoiado

Oriental n.º 4343 de 10 de Agosto de 1918. Nesta altura abundava no mercado o queijo de cabra, a 60 réis cada.

²²¹ BPARPD – FGCPD, “Ofício de 12 de Agosto de 1914” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 34.

²²² No *Açoriano Oriental* de 27 de Abril de 1918, refere-se que o seu preço corrente no mercado, antes da guerra era de 160 réis a 200 réis.

pela população, evitou males maiores e mereceu o respectivo louvor do *Açoriano Oriental*.

Muitas vezes a sua acção ultrapassava o mero mercado local, atingindo dimensões de exportação, como do caso do milho se poderá depreender, mas que no caso do tremoço seria exacto. Em Setembro de 1918, encontrava-se este género muito desprovido na ilha de São Miguel, levantando-se rapidamente duras críticas à sua exportação²²³ e apontando-se o dedo aos açambarcadores, que o andavam a arrecadar e a exportá-lo, em prejuízo da agricultura micaelense²²⁴. O *Açoriano Oriental* sugere que as autoridades administrativas locais, para além de os perseguir, seguindo o exemplo da Graciosa, proibissem a sua exportação e o importassem daquela ilha, onde existia em abundância. A sua actividade constituía um sério ataque à falta de géneros alimentares, agravada pela falta de escrúpulos de alguns comerciantes ao fugirem ao estabelecido pela tabela de subsistências, incrementando o preço dos bens, já de si rarefeitos.

O próprio socorro das restantes ilhas era também limitado, em especial Santa Maria, a mais próxima. Ao GCPD pedia-se a atenção de não desfalcar a ilha em produtos a importar para São Miguel. Não existiam ovos, galinhas, manteiga de porco e os próprios porcos eram já escassos. Por outro lado, continuava-se a exportar, sempre que existisse vapor para o continente, gado e milho. As importações eram muito complicadas, graves mesmo no caso do trigo, uma vez que o preço do frete era excessivo para uma ilha que se dizia pobre. Os abastecimentos eram feitos conforme o possível, nem que para tal se usassem meios pouco ortodoxos, como o transporte de repolhos no barco salva-vidas dos bombeiros voluntários de Ponta Delgada, o que usado de forma sistemática levaria a uma reclamação por parte do *Açoriano Oriental*²²⁵.

Contudo, se a presença dos americanos por um lado destabilizava o frágil equilíbrio das subsistências públicas, o consumo gerado por eles enriquecia a economia local. O vinho do Porto é um dos produtos mais consumidos e, um pouco por toda a cidade, as casas de pasto enchem-se e proliferam.

²²³ O caso do tremoço é muito interessante de acompanhar. O tremoço velho era apanhado e malhado para semente nos meses de Agosto e Setembro. Era utilizado para outunar as terras a utilizar para trigo, milho, batata, beterraba e tabaco pelo que era plantado em Outubro e Novembro (3 alqueires de tremoço para cada alqueire de terra), podendo ser substituído, em caso de falta ou excessivo preço, por fava, favica, ervilha, ou erva da casta. Caso a terra não fosse boa para o tremoço, seria semeada com fava ou favica após ser reforçada com 10 a 20 quilos de cal apagada por cada alqueire de terra e, caso o desenvolvimento do tremoço não fosse o desejado, poderia sempre ser substituído pelo *Nitrato do Chile* (em Janeiro, sendo o Nitrato do Chile um adubo usado no ano de 1953).

²²⁴ Era fundamental para fertilizar a terra. Para além de escasso, estava caro (2750 réis o alqueire).

²²⁵ Havia custado mais de dois mil escudos, pelo que a sua função não seria essa. “Barco salva-vidas Velho Cabral”, *Açoriano Oriental*, n.º 4324 de 30 de Março de 1918.

O ano de 1918 inicia-se de uma forma grave para a população micaelense e açoriana em geral: o mês de Janeiro acabaria por ser a continuação do mês anterior. Faltava o cobre, o preço do pão era excessivo, assim como o do papel²²⁶, que em Angra do Heroísmo se esgota. Em Fevereiro, terminaria a escassez de batata, mas não existia o peixe para a acompanhar. Na Povoação, notícias relatam a acção de açambarcadores na compra de galinhas, ovos, banha de porco, o que as autoridades administrativas tentam contrariar. De Santa Maria, procura-se importar milho e exportar gado para o continente, mas não existe barco para o apanhar, em virtude do mau tempo. Na semana de 23 dar-se-ia um motim popular em Vila Franca do Campo, controlado a tempo por uma diligência do RI 26, requisitada para o efeito e transportada em camiões americanos. A melhor notícia do mês seria mesmo a extinção do imposto sobre as estufas, decisão esperada há cerca de dois anos.

Durante o mês de Março de 1918, prolifera o aparecimento de novos restaurantes, a importação de gado oriundo das ilhas de Oeste e os preços altos, na fruta, sal, carne de porco, galinhas, arroz (780/800 réis o quilo), amêndoas (1\$200 réis), batata, na própria criadagem (5000 réis por mês) e no lustro²²⁷. Continua a falta de moeda de cobre (aguardava-se a sua chegada), numa altura em que se efectuava a substituição da moeda do regime monárquico. A continuidade desta situação começaria a provocar o aparecimento de várias situações ilícitas, quer no comércio directo quer na circulação de notas ilegais, como adiante se falará.

Chegam à ilha vários géneros, como o bacalhau, e o abastecimento de milho encontra-se assegurado, anunciando-se uma futura baixa no preço da carne. As soluções encontradas variam de câmara municipal para câmara municipal. Por exemplo, a Câmara Municipal de Ponta Delgada opta por abrir um talho municipal, ao passo que a da Vila Franca do Campo resolve monopolizar determinados géneros, a serem vendidos provavelmente no comissariado da Polícia Cívica, Administração do Concelho ou no mercado municipal, por intermédio da dita guarda. Entretanto, procura-se aumentar os vencimentos da mesma, uma vez que, para o espírito de missão e brio desta força, a carestia da vida e o parco rendimento pago a cada agente, constituíam

²²⁶ O papel almaço, que antes da guerra se vendia a 30 réis ao caderno, neste mês custa 140. No limiar do mesmo mês, um cento de cartão subiria para 400 réis, estado a 300 de manhã e ao novo preço da tarde.”*Informações*”, *Açoriano Oriental*, n.º 4316 de 2 de Fevereiro de 1918. A manteiga subiria também para 1.400 réis, sem motivo aparente. *Ibidem*, n.º 4317.

²²⁷ 1.960 réis a dúzia. Antes da guerra era a 20 réis a unidade, passando a 100.

grandes entraves²²⁸. Cada vez mais são detectadas casas de jogo (ilícito)²²⁹ e circulam produtos falsos, como o vinagre. As próprias câmaras enveredam por uma política de contenção de despesas, por intermédio da acumulação de cargos e despesa do pessoal que não fosse estritamente necessário.

Em virtude da falta de papel, o preço de impressão por folha para encadernação em livro ascende a 500 réis, o que leva a breve trecho à redução do *Açoriano Oriental* de duas folhas para uma. Falta o queijo de São Jorge (vendido a 40 centavos o quilo), que em curto prazo seria substituído pelo seu similar da ilha Terceira e cada vez mais se denuncia uma vida mais difícil devido à guerra. Denunciam-se preços e criticam-se os bolsos de alguns, que se enchem em detrimento de outras que ficam a ver as lojas. Por exemplo, o salmão em lata (800 réis a lata), os banhos públicos, o par de botas (15\$00) ou as penas de escrever (500 réis cada) são luxos praticamente inacessíveis para o comum dos cidadãos. A necessidade aguça o engenho e reclama-se a construção de fábricas de papel, inauguram-se outras de licores, anunciam-se fábricas de conserva e de chicória e fabrica-se sabão caseiro.

Em Abril, novamente a questão das farinhas se levanta. Para além das usuais reclamações contra o preço do pão, surgem também contra o custo da luz e da lenha. É proibida a exportação do milho de Vila Franca do Campo, e iniciam-se as importações deste cereal a partir do concelho vizinho da Povoação. O *Açoriano Oriental* começa a anunciar os dias em que existirão ovos à venda no mercado e culturas como a vinha são atacadas pelo mildium²³⁰, prevendo-se uma colheita pouco promissora.

As festas do Divino Espírito Santo nas ilhas do grupo Oriental reflectem bem o contexto económico e carestia de vida: poucas, mas muito frequentadas.

Com a chegada do Verão e as colheitas a situação melhora. Em Junho, a colheita de batata roxa é excelente, permitindo baixar o preço de 750 réis para 400 por arroba no Mercado da Graça. Contudo, a manteiga sobe de 1400 para 1500 réis o quilo e a fruta continua escassa²³¹. Em contraponto, existe fartura de chicharros e ainda mais

²²⁸ Era o corpo da mesma em Ponta Delgada constituída por 26 agentes e 4 cabos.

²²⁹ Na ilha Terceira era também uma situação frequente. O Administrador do Concelho da Praia da Vitória, em Novembro de 1916 chama a atenção aos Regedores do Cabo da Praia e da Aqualva para a necessidade de se ter o máximo empenho no combate aos jogos de azar. BPARAH – FGCAH, “Ofício n.º 137...” in *Livro 17...*, *Ibidem*.

²³⁰ Em Setembro seria a vez de vários animais serem atacados por esgana, assim como broncopneumonia infectosa no caso dos suínos.

²³¹ No mês seguinte, a melancia seria colocada à venda a preços exorbitantes. Uma, pequena, seria vendida a seis tostões.

de albacora, fazendo florescer a economia dos pescadores. As lagostas são vendidas a 160 réis cada, e anuncia-se a entrega de fazendas por parte do governo às câmaras, para distribuir pelos pobres.

Das culturas agrícolas, os meses de Verão teriam apenas uma certa fartura de batata e de favas. Uma nova tabela de preços para a carne provocaria muita agitação entre os comerciantes e, em nome do povo, o *Açoriano Oriental* pede o mesmo para o peixe. No primeiro caso, o facto de se ter barateado originou protestos por parte dos comerciantes, que referem existir pouco gado²³², e caro, pelo que a solução passaria por importá-lo. No segundo, o facto de se estar a pedir 750 réis, ou mais, por uma posta de peixe é considerado um ultraje à decência moral e económica do povo em geral.

À medida que o Verão evolui, o *Açoriano Oriental* denuncia a acção de açambarcadores, bem como a falta de carne de porco, batata inglesa, bacalhau, massas alimentícias, ou mesmo a escassez e altos preços de alternativas, como o peixe. Em Vila Franca do Campo dizia-se não haver dinheiro, pelo que as trocas eram directas. As festas populares de ambas as ilhas acabariam por reflectir esta situação: em Ponta Delgada, não seria mesmo realizada a tradicional festa de S. Pedro Gonçalves, tida como patuscada para os marítimos e muito concorrida pelas classes populares.

Em meados do mês de Agosto de 1918, surgiria do um novo grave e complexo problema: o da lenha.

“O gás foi-se à vela; o petróleo²³³ e a gasolina vão-se evaporando assustadoramente e estão por um preço fabuloso, quanto ao carvão, nem todos tem fogão, crescendo ao mesmo tempo que também está caríssimo. Neste estado das coisas, as lenhas vão tendo um consumo grandioso, estando a ser consumidas pelas fábricas em substituição do carvão”²³⁴.

Nesta ordem de ideias, a que se deverá juntar o consumo doméstico por intermédio do “canto do lume” e pelas lareiras, as matas micalenses estavam a desaparecer rapidamente, sem que ninguém tivesse o cuidado de as reflorestar. A

²³² Apesar de pouco referidos, os suínos eram também alvo de exportação, gerando situações por vezes complexas na alimentação pública, como por exemplo por intermédio da banha de porco. Durante o mês de Setembro de 1918, este género entraria em escassez, pelo que o mesmo jornal chama a atenção das autoridades competentes para o facto de quase diariamente se exportar carne de porco, quando na realidade deveria ser apreendida e coibida a sua exportação.

²³³ Fixado por decreto do GCPD em 480 réis o litro a retalho e 14\$94 à caixa.

²³⁴ “Lenhas”, *Açoriano Oriental*, n.º 4344 de 17 de Agosto de 1918.

exportação de madeiras era enorme, principalmente para as restantes ilhas e Lisboa. Começava a surgir a falta de lenha, encontrando-se o seu preço muito alto para o artigo de primeira necessidade que representava. Chama-se a atenção às autoridades para que exerçam cabalmente a fiscalização e repressão nesta indústria, desenvolvendo e patrocinando a reflorestação²³⁵.

No final do mês, novamente oscilações na produção de um importante género para consumo e exportação: o açúcar. Colocado de uma forma muito subtil, numa fase inicial estranha-se que nas lojas não se possa comprar mais do que meio quilo. Colocada a Polícia e os órgãos de comunicação social no terreno, rapidamente se constata que a fábrica pretendia aumentar o preço. Advertidas as autoridades, foram tomadas as devidas medidas para que não faltasse, optando a Comissão de Subsistências por aumentá-lo em 20 réis o quilo (passou a 420 réis) em detrimento da ideia de se criar dois tipos de açúcar, um para ricos e outro para pobres.

Em Setembro, o Atlântic-Hotel na Furnas refere ter que fechar as portas caso as autoridades não lhe atribuam um subsídio. A notícia cai de forma violenta, uma vez que se trata de uma das principais (ou mesmo a principal) unidade hoteleira da ilha. O semanário em análise apoia a ideia, devendo ser a Junta Geral a auxiliar. Afinal a freguesia das Furnas era o *ex-libris* da ilha e principal zona de veraneio da elite cultural e económica da ilha.

Os meses de Outubro e Novembro são pautados pela gripe espanhola e consequente proibição de aglomerações, pelo que os temas debatidos no *Açoriano Oriental* giram à volta destes temas. Excepção será feita ao abuso no preço dos fósforos (como já foi referido), das frutas (500 réis um limão) e, acima de tudo, da carne. Diz o *Açoriano Oriental*: “que os nossos hóspedes americanos também comem carne ninguém estranha. Eles é que se devem admirar de não haver entre nós”²³⁶.

Toda esta questão dos géneros seria aprofundada com maior acutilância em 1919. Terminada a guerra, mas mantendo-se a base naval americana em Ponta Delgada, os produtos continuam a escassear. A 15 de Fevereiro não existe carne nos

²³⁵ A 30 de Maio de 1919, o GCPD levanta a questão de temporariamente ser proibida a exportação de madeira ao chefe dos Serviços Agrícolas da mesma cidade. Refere que o povo encontra-se apreensivo, e com razão, pelo que pede a sua opinião. Refere estar a haver um corte muito intensivo e extensivo das matas da ilha. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 72 de 30 de Maio de 1919” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 331.

²³⁶ “Subsistências”, *Açoriano Oriental*, n.º 4369 de 15 de Fevereiro de 1919.

talhos e o leite está mais caro. Os ovos são tidos como um mito, a manteiga aparece de tempos em tempos, o peixe, se em dia mau, não existe, se em dia bom, é muito caro.

“mas coisa curiosa: quando vem um navio estrangeiro aparecem em abundância os ovos, a carne, o peixe, as batatas, a manteiga, aparece tudo! (...) em todos os restaurantes de luxo aparecem todos os géneros que faltam nas mercearias(...). As nossas autoridades não vêem as coisas que se passam (...)? Quem são os estrangeiros e quem são os açorianos?”²³⁷.

O ano de 1919 seria pois, basicamente, o prolongamento do de 1918, mas já, e tanto quanto as fontes permitem perceber, com alguma retoma. O *Açoriano Oriental* já não denuncia nem ataca muitas situações, e a própria correspondência do governador civil de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, assim o parece demonstrar. A presença da base americana é também fulcral. É-no durante o mês de Abril, no fornecimento de farinha ao mercado local e, em Agosto, no transporte de 100 moios de milho para o Faial. O serviço destes navios americanos seria também empregue na recolha de milho nas ilhas Terceira, Graciosa e Faial para abastecimento do mercado micaelense²³⁸.

São conhecidos aumentos do preço do pão, da farinha e, possivelmente, do açúcar. Há falta de operariado, em especial pedreiros e carpinteiros, e os materiais de construção civil mantêm-se muito caros. Como síntese da galopante inflação da Grande Guerra nos Açores, atente-se no que o Tenente- coronel Pedro Serpa Afonso diria sobre a conclusão das obras da Carreira do Tiro em Santa Clara:

“Considerando ainda que, desde 1914 até hoje, tem aumentado consideravelmente o preço dos materiais como por exemplo:

A cal em pó em 1914 era 6\$80 o moio (96 litros)

A cal em pó actualmente é a 24\$00 o moio (96 litros)

Cimento em 1914 era a 2\$72 a barrica

Cimento actualmente é a 36 \$00 a barrica (inglês)

Pregos em 1914 a \$11,2 o quilo

²³⁷ *Ibidem*. No mesmo semanário, a 23 de Agosto de 1919, refere-se que a carne fornecida aos navios americanos foi devolvida por estes acharem não estar nas melhores condições, pelo que integrou o circuito comercial de Ponta Delgada, sendo consumida pela população local até ao momento em que o delegado de saúde travou a venda dessa carne. O *Açoriano Oriental* questiona a razão pelo qual o que é rejeitado por outros é dado a comer à população.

²³⁸ Neste caso seria um rebocador que iria rebocar barcaças.

Pregos actualmente são a 1\$60 e 2\$00 o quilo
Ferro de cantaria em 1914 era a \$11,2 o quilo
Ferro de cantaria actualmente é \$80 o quilo
Alvaiada de zinco em 1914 era a \$22,4 o quilo
Alvaiada de zinco actualmente é a 1\$60 o quilo
Óleo cru em 1914 era a \$35,2 o litro
Óleo Cru actualmente é a 6\$40”²³⁹.

O orçamento da obra que em 1911 havia sido de 628\$00, era já em 1919, 1328\$00. A inflação havia duplicado o seu preço em cerca de oito anos, dos quais quatro haviam sido em guerra.

Em jeito de conclusão, torna-se possível verificar claramente dois grandes ritmos da inflação entre 1914 e 1919. A primeira terá sido até à entrada de Portugal na Grande Guerra. Apesar de mal, até Fevereiro/Março de 1916, os produtos não produzidos nas ilhas eram importados, embora com o evoluir da guerra, de uma forma cada vez mais instável. As próprias ligações inter-ilhas decorriam com uma certa normalidade, até mesmo porque éramos neutrais e o policiamento dos mares era feito por nações aliadas, com especial destaque para a Inglaterra.

Uma vez recolhida a marinha de guerra inglesa para junto das suas costas e a entrada da jovem República Portuguesa no conflito, o custo de vida disparou, iniciando-se pelos combustíveis. Efectivamente, o carvão utilizado em Portugal era na sua esmagadora maioria inglês e, tornando-se um dos principais géneros a alimentar as máquinas de guerra, dos supra sumos da tecnologia beligerante, o seu preço sobe em flecha, atingindo as empresas mercantes, com especial destaque as de menor expressão.

Em contrapartida, a falta de segurança nos mares leva a um aumento bastante forte dos seguros marítimos, provocando consequentemente uma subida do preço da *praça* dos géneros, assim como no transporte de géneros e animais. Empresas como a Bensaúde debatiam-se com graves problemas em assegurar as ligações insulares com a capital, em especial das ilhas mais pequenas.

O próprio Estado não facilitaria o provimento das ilhas. Mais preocupado em assegurar a exportação dos seus géneros para a capital, olvidaria questões tão básicas, mas importantes como a questão dos fósforos ou do cobre.

²³⁹ AMMA– FG, Serviço de Fortificações e Obras Militares nos Açores. Secção de Ponta Delgada. *PM 40- Carreira de Tiro, Pastas de notas*, 1917, FIA 270.

A nível local, desencadeia-se a exploração dos pobres pelos mais capazes. Os produtos que não exportados, ou são açambarcados (como adiante se verá), ou, se entram no circuito, o seu preço é elevadíssimo. Se numa fase inicial tudo aponta para que fossem os comerciantes a fazê-lo, o tabelamento de géneros para venda acaba por comprovar que, a longo prazo, passam a ser os produtores a subvencioná-lo. Em finais da guerra, o comerciante encontra-se apertado entre uma tabela de subsistências e um produtor que só vendia pelo preço que queria. O pescador envereda pela mesma ideia, apesar do seu *modus operandis* ser o mesmo que o anterior à guerra. Ou seja, paralelamente à rápida ascensão dos produtos importados, dá-se a inflação dos produtos produzidos e comercializados localmente, sempre com a desculpa de que a vida estava cara.

Com a presença americana, o espírito capitalista aumentou. Muitos produtos desaparecem do mercado ou, caso circulem, são a preços astronómicos. Contudo, à base americana e aos navios que escalam o porto de Ponta Delgada nada faltaria, até mesmo porque os restaurantes proliferavam, muitas vezes em situações moralmente duvidosas ou de qualidade dúbia. A exploração era feita de tal forma que, de acordo com o *Açoriano Oriental*, em muitos casos até os americanos se intimidavam pelo preço de um simples cálice de vinho abafado²⁴⁰.

Todos os recursos são aproveitados e as autoridades não têm mãos a medir na tentativa de minimizar a injustiça social e na manutenção da ordem pública.

O panorama é de fome. O próprio seminário o diria, a propósito de um furto de géneros no mercado da saudade. Não será pois de estranhar a existência de sopas já desaparecidas na gastronomia micaelense, como a sopa da Labaça da Ribeira, designada pelo dicionário Houaiss da língua portuguesa como planta herbácea ou pouco lenhosa e conhecido infestante dos pastos micaelenses, cujo gado bovino nem lhe toca.

2.2.2. As dificuldades na exportação

Pelos valores apresentados pelo *Açoriano Oriental*, durante os anos de 1914, 1915 e 1916 o porto de Ponta Delgada não terá visto a sua actividade comercial diminuir, pelo contrário. Em 1914 são referidas 361 atracagens, contra as 354 do ano seguinte e as 406 de 1916. O dr. Amorim Ferreira publicaria no *Correio dos Açores* de

²⁴⁰ “Informações”, *Açoriano Oriental*, n.º 4322 de 16 de Março de 1918.

27 de Junho de 1925 o seguinte: “em 1918, entraram no porto de Ponta Delgada 840 embarcações com 1.140.773 toneladas de arqueação, dum total de 3.285.833 toneladas para todos os portos do continente e ilhas”²⁴¹. Deste modo, 1918 constitui um recorde no período em estudo. Contudo, trata-se de mercadoria em trânsito? Até que ponto a actividade americana interfere nestes valores, nomeadamente no regresso de tropas ao continente americano? Uma vez terminada a guerra, os valores descem a um patamar similar ao de 1914: 374 embarcações para 2.485.011 toneladas, em 1919 e 2.33.275 toneladas para 641 entradas registadas em 1920 (de acordo com a mesma fonte).

Enquanto factos, o que se verificou no presente estudo, foi uma estreita relação entre a recessão do comércio local de exportação com o encerramento de vários portos europeus. Por outro lado verificou-se que um grande número das embarcações que escalam o porto desta cidade encontram-se em trânsito entre ambas as margens do Atlântico. É o caso dos grandes paquetes que suportam o fluxo migratório para o novo continente e, provavelmente, também de inúmeras embarcações que asseguram o comércio dos EUA, enquanto país neutral, com os países beligerantes e com os aliados, já em pleno conflito. A entrada de diversas embarcações, em trânsito e de várias nacionalidades, reforça esta ideia.

Será de realçar a importância que os veleiros ainda assumem, apesar da predominância conhecida da embarcação a vapor. Aparentemente, os veleiros (ou lugres) fariam muito do pequeno comércio com o continente português, chegando mesmo a constituir alguma rivalidade com a firma Bensaude, uma vez que esta estava condicionada por acordos legais (como por exemplo, o seguro de guerra) diferentes daqueles. Tanto quando foi possível perceber pelos OCS, a sua actividade terá diminuído à medida que a actividade submarina evoluiu (o caso do *Gamo* foi um bom exemplo da vulnerabilidade destas embarcações), de tal modo que em inícios de 1919, o *Açoriano Oriental* anuncia a retoma da actividade por parte de alguns. Verifica-se nesse mesmo ano uma gradual melhoria das condições económicas, aliás, como os valores aqui apresentados para 1919 e 1920 o demonstram²⁴². Não deixa de ser interessante comparar os valores apresentados para estes dois anos: o número de embarcações praticamente duplica, demonstrando contudo menos tonelagem, o que poderá demonstrar uma quebra na hegemonia das embarcações a vapor. Futuros estudos poderão esclarecer

²⁴¹ Rodrigues, Henrique de Aguiar, “Notas históricas-119 – A doca de Ponta Delgada” in *Açoriano Oriental* n.º 16.698 de 20 de Janeiro de 2009.

²⁴² A este propósito, veja-se o apêndice XXIV.

melhor esta situação, sendo de concluir no presente estudo que o porto de Ponta Delgada, principalmente no final de guerra, era um dos principais a nível nacional, mesmo que daí não adviesse grande proveito às necessidades locais.

Estas, podem ser divididas em diferentes áreas. Desde dos bens de primeira necessidade à falta do petróleo, e por ilhas. De início, as comunicações inter-ilhas mantêm-se regulares, assegurando as necessidades alimentares das ilhas mais deficitárias, como Santa Maria²⁴³, levantando velhas questões como a exportação ou não de milho armazenado²⁴⁴, em 1915. Já em contexto de declaração de guerra, é comunicado ao director da alfândega de Ponta Delgada a impossibilidade de exportação de batata²⁴⁵, inclusive a que já se encontra no interior do vapor *Funchal* com destino às outras ilhas e continente, com o mote de ser altamente prejudicial às subsistências do distrito²⁴⁶. Alargava-se o leque de produtos a reter, em virtude da clara noção da falta de abastecimento exterior.

A partir desta fase verifica-se a predominância na exportação para a capital de um determinado grupo de géneros, dos quais se destaca o milho (quando

²⁴³ O administrador do Concelho de Vila do Porto pediu ao GCPD uma embarcação para apanhar o milho existente para o ir moer a São Miguel, em virtude da falta de moinhos. A questão em si, de banal teve muito pouco. Uma vez em São Miguel, perdeu-se o rasto ao milho e a algum trigo, não tendo sido moído nas moagens de Ponta Delgada ou da Vila Franca do Campo. No caso de ser necessário, nesse momento São Miguel tinha abundância de milho para fornecer a Santa Maria, pelo que a atitude foi de prudência, mantendo-se proibição de trigo (de alvará de 15 de Março de 1915). Colocou-se a questão de quem pagava a deslocação do *Furnas*, orçamentada em 70\$00. Como, quer o administrador quer a câmara local não possuíam meios, é requerido ao Ministério da Marinha que o rebocador avance por imperativos de apoio à população, o que acaba por não ser necessário, uma vez que o serviço acabaria por ser feito pelo *Cachalote* e uma barça. Até ao último momento, questiona-se o paradeiro do cereal.

²⁴⁴ Pelo que o GCPD pede parecer ao delegado agrícola do distrito, “porque pode ser que os interesses dos mercados locais, em fase de presumível produção do ano agrícola agora começado, aconselhem como medida de prudência não permitir a saída do referido quantitativo de milho (mais de 300.000 litros)”. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 199 de 25 de Agosto de 1915...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 367. A 29 de Julho do mesmo ano é dito ao Director Geral da Agricultura que não existe falta de milho no distrito. Seriam os pedidos indeferidos, uma vez “que não é de aconselhar a referida exportação, visto não ser possível prever o quantitativo da próxima colheita, haver toda a conveniência em reter o cereal existente” para prevenir todas as eventualidades que possam surgir. Nestas circunstâncias e porque, além de isso, o milho da colheita do ano passado está obtendo presentemente um preço remunerador nos mercados locais, resolvi não autorizar qualquer exportação”. *Idem*, pág. 369.

²⁴⁵ Culturas como o milho ou a fava adubavam a terra, ao contrário da batata que a esgotava, tornando-se conveniente o apoio de um super fosfato de caldo para novas culturas. Necessitando de estrume em abundância, caso este não existisse deveria a terra ser preparada em Março com uma mistura de adubos (estrume e as cinzas) a que se seguiria a sementeira. Em Maio era tratada com caldas cúpricas, bordalesa ou Caffaro e colhida em Julho. Novembro seria o melhor mês para tirar batata para consumo. Duarte, Manuel, “Secção Agrícola...” in *Almanaque das Famílias*, *Ibidem*.

²⁴⁶ Já um assinante do *Diário dos Açores* se havia queixado de não haver este tubérculo no mercado, ideia confirmada pelo *Açoriano Oriental*, exigindo-se medidas. Novamente se coloca o desconhecimento de produção deste género, pelo que o GCPD pede ao Presidente da Comissão Executiva da JG para que a Repartição dos Serviços Agronómicos proceda a um rigoroso inquérito à área cultivada com batata, se o terreno semeado com batata da última colheita ultrapassou os quantitativos dos anos anteriores e se a actual era superior à mesma.

possível) e o gado. Como se irá verificar, em determinadas situações, outros produtos podiam ser também comercializados, mas, havendo dúvida, o comércio era de pronto interrompido, sem que se verificasse qualquer tipo oposição do governo central ou mesmo dos comerciantes locais.

Interessante se torna perceber as sinergias inter-ilhas, quando possíveis. Em resposta a um ofício enviado pelo GCAH sobre o queijo de São Jorge (Fevereiro de 1916), o GCPD comunica que as quantidades enviadas não dariam até ao final do mês, falhando-se no compromisso assumido com uma das casas comerciais de Ponta Delgada: “A casa comercial, a que me referi (...) alega que tem um importante capital na mão dos seus fornecedores não logrando receber o género adquirido e já pago e que orça presentemente por 50 grades (cerca de 3000 quilos)”²⁴⁷. Pede-se, pois, a exportação deste importante género referindo que

“Nesta situação de crise geral, mais do que nunca se deve manifestar solidariedade inter-insular, procurando os distritos socorrer-se mutuamente. Foi dentro deste princípio que entendi não me dever opor à saída para os outros distritos dos Açores da batata lá necessária para semente, embora a opinião aqui corrente fosse de proibição de exportação, concedida pelo Governo, não devia comportar excepções, que levantaram protestos dos exportadores para a Madeira, onde esse género está por um preço alto. E devo ainda informar V.^a Ex.^a de que só a casa interessada na exportação de queijo de São Jorge envia por este pacote, para lá e para a Graciosa, 9600 quilos de batata, sendo por isso justo que seja atendida na defesa dos seus interesses, que correspondem aos da generalidade da população local”²⁴⁸.

Após a declaração de guerra, diz o correspondente do semanário micalense que a população de Santa Maria se sente abandonada, uma vez que só a passagem do *San Miguel*, ainda por cima com falhas, é insuficiente para os 7000 habitantes. A situação agravar-se-ia com o passar do tempo. Em Agosto de 1917, sobre a vinda do mesmo navio, faziam-se anedotas, juízos e cantigas, mas sempre com o espírito de que mais valia um navio efectivo do que dois prometidos²⁴⁹. Em Abril de

²⁴⁷ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 37 de 9 de Fevereiro de 1916...” in *Livro 338...*, *Ibidem*, p. 497.

²⁴⁸ *Ibidem*.

²⁴⁹ Na “Crónica de Santa Maria” do *Açoriano Oriental* n.º 4293 de 25 de Agosto de 1917, refere-se o seguinte: “Sobre a não vinda do vapor S. Miguel aqui, bordam-se com indignação, despeito e ódios e política. Realmente, por causa dos submarinos, não veio! E com destroyers aí! E com uma viagem de tão

1918, o dia de são vapor continuaria incerto, aumentando a sensação de abandono por já ser uma situação comum há vários meses.

Em meados de Junho de 1916, surgem complicações ao nível das exportações de gado, pelo que o GCPD solicita com urgência à empresa Bensaúde & Comp.^a o envio de duzentas cabeças de gado para Lisboa, não só para acudir à falta de carne na capital como também para evitar o seu emagrecimento e desvalorização, devido à longa estiagem²⁵⁰. Relativamente pouco tempo depois, idêntico pedido é feito à mesma companhia, desta feita pelo Governador civil da Horta, uma vez que temporais haviam devastado as pastagens da ilha das Flores, tornando aflitiva a situação dos criadores de gado²⁵¹. Antes do final do mês de Agosto de 1916, a situação tornar-se-ia agonizante para os lavradores da ilha de S. Miguel. Nova solicitação seria feita à mesma empresa para exportar 266 animais para Lisboa, em virtude da falta de pastos²⁵². Quatro dias decorridos (28 de Agosto), idêntico pedido seria formulado pelo governador civil de Angra do Heroísmo. Em telegrama ao GCPD transmite o seguinte:

“Peço instantemente V.^a Ex.^a se digne atender este distrito especialmente ilha Terceira distribuição praça gado vapor S. Miguel, visto que foi prejudicado última viagem *Porto Santo*.

Rogo V.^a Ex.^a autorizar vapor *S. Miguel* vá Calheta receber 50 cabeças de gado. É alto serviço que V.^a Ex.^a prestará agricultura, significando V.^a Ex.^a meu agradecimento”²⁵³.

pequeno curso! E não houve medo de atacar directamente o mar da Madeira às Flores, a quando vindo de Lisboa!”. Encontrava-se, pois, a ilha completamente isolada, apenas ligada com a ilha de São Miguel nesta altura do ano pelo comércio local, nomeadamente e em especial com Vila Franca do Campo. Ainda relacionado com a presença da base naval americana, a 22 de Setembro, aquele jornal chamava a atenção da Câmara Municipal de Ponta Delgada para o facto de estar toda a cidade às escuras e todos os barcos no porto iluminados. Questiona-se qual a necessidade, pelo menos da parte não visível do mar, uma vez que a cidade estava guardada. “Iluminação”, *Açoriano Oriental*, n.º 4297 de 22 de Setembro de 1917.

²⁵⁰ Para tal, o vapor *Porto Santo* devê-lo-ia recolher em parte no seu regresso a Lisboa, sendo o restante carregado no vapor *São Miguel*.

²⁵¹ Neste caso, temporais a 9 e 10 de Agosto. Intercede-se para exportar 300 reses, no mínimo 100 no *Porto Santo*. A situação é considerada como angustiante e com necessidade de remédio imediato, pelo que se solicita autorização da companhia. Em posterior resposta sobre este assunto, o Governador civil da Horta agradece a atenção e acrescenta que, caso não seja possível no *Porto Santo*, o tenham em atenção para o *São Miguel*. *Idem*.

²⁵² Como presidente da Comissão de Subsistências, reconhece a veracidade dos pedidos já feitos à casa e a urgente necessidade de os fazer sair, uma vez que se estão processando prejuízos aos proprietários.

²⁵³ BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 219 de 28 de Agosto de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 246. Fica a dúvida se seria para São Mateus da Calheta ou Calheta de São Jorge, ilha do mesmo distrito. A propósito da lavoura, será de destacar a figura do Intendente da Pecuária, funcionário da Junta Geral, embora muitas das suas atribuições estejam directamente subordinadas ao Ministério do Fomento, sem que tenha superior hierárquico nas ilhas açorianas. Esta informação é dada a conhecer ao Comandante do Regimento de Infantaria n.º 26, que o procura. *Idem*. Pág. 248.

De Setembro a Dezembro de 1916, mantém-se o frágil equilíbrio na gestão dos géneros, proibindo-se, entre outras medidas, a exportação da batata, que haveria de faltar em Janeiro do ano seguinte. Os alvarás para exportação aparentemente cessaram a partir da declaração de guerra. Até Janeiro de 1917, a única excepção foi referente à batata (aparentemente rateada)²⁵⁴ e, mais tarde, em Dezembro, a fava²⁵⁵.

Claramente em recessão, a economia micaelense e por acréscimo também a açoriana tende a fechar-se, embora com variações de ilha para ilha e, dentro destas, de produto em produto. Esta situação é facilmente constatada pelo ofício enviado pela EIN ao Ministro da Marinha e publicado no supracitado jornal micaelense. Neste, refere-se que a exportação de cereais está proibida há algum tempo, que o fluxo de viajantes é muito menor, pelo que as receitas diminuíram e as despesas aumentaram com a subida do preço do carvão e demais materiais, assim como a soldada às tripulações (mais 30 por cento), que ainda assim não se encontram satisfeitas. Os seus navios apenas andam a transportar encomendas e gado, tendo que sofrer a concorrência dos veleiros. Os seguros contra todos os riscos de guerra estavam a tomar proporções exageradas²⁵⁶. Feitos há dois meses, tinham que ser renovados para o *San Miguel* e para o *Funchal*. As seguradoras pediam agora mais 10 por cento do que na altura, o que equivalia a 40.000\$00 para o primeiro e 30.000\$00 para o segundo. Pede-se ao Ministro da Marinha para aumentar os tarifários em 75 por cento para os passageiros e carga; 50 por cento para cereais e gado e a 100 por cento para as restantes cargas. Tenta-se manter a carreira, pelo que, em caso negativo, apenas podem assegurar uma viagem por mês para a capital. Caso não fosse autorizado, não poderiam pagar os seguros e, conseqüentemente, haveria a rescisão do contrato, com os 90 dias previsto por lei. O semanário, em tom de conclusão, refere compreender toda a situação, pelo que nada tinha a apontar à companhia.

Em meados de Março de 1917, é anunciada a suspensão das viagens do vapor *Funchal*, ficando o serviço minimamente assegurado pelo *San Miguel* (inter-

²⁵⁴ Alvará para exportação de 60.000 kg de batata com diferentes exportadores. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 181 de 29 de Julho de 1916” in *Livro 340...*, *Ibidem*, p. 246, pág. 203.

²⁵⁵ No lugre *Venidor*. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 152 de 11 de Dezembro de 1917” in *Livro 342...*, *Ibidem*, p. 11.

²⁵⁶ Em Fevereiro de 1918, refere-se no *Açoriano Oriental*: “Nos géneros de consumo o objecto de uso de fretes e os seguros de guerra tornaram-se logo enormes aos vapores da Empresa Insulana: doze mil réis o metro cúbico ou a tonelada para o transporte de mercadorias e 15 por cento de prémio sobre o valor declarado dessas mercadorias para os seguros” (“A questão das subsistências”, n.º 4316 de 2 de Fevereiro de 1918).

ilhas) e, uma vez por outra, pelo *Roma* no que concerne a Lisboa. A nível internacional, subsistem as travessias dos navios da White Star Line. Nos órgãos de comunicação social exigiam-se medidas.

Nesse mês, é proibida a exportação de inhames da ilha (o que foi bem visto pelo *Açoriano Oriental*, uma vez que o seu preço estava a ficar inflacionado e era a base da alimentação do pobre) e surgem apreensões nas alfândegas de Lisboa e Ponta Delgada, no primeiro caso, de tabaco, que havia seguido em caixas de ananás e, no segundo, de feijões com destino aos EUA. Em 1918 seriam mesmo detectadas situações ilegais de mercadorias já embarcadas e prontas a sair do porto da mesma cidade²⁵⁷. O caso mais bem conhecido ocorreria já mesmo no pós guerra²⁵⁸.

Estas situações, esporádicas, acabam por fazer parte de um conjunto de vigarices que, paulatinamente, procuravam enganar as autoridades competentes, como seria também o caso do leite adulterado, denunciado em inícios de Fevereiro 1915. Retomava-se uma questão que já havia sido verificada em 22 de Agosto de 1914. Já na altura o *Açoriano Oriental* havia denunciado a adulteração deste género e a suspeita de Bacia no gado bovino, como na semana antecedente havia sido delatado na Covoada. Exigia-se a intervenção da polícia sanitária no terreno e uma fiscalização permanente a este género, uma vez que a saúde pública se encontrava em risco.

O mês de Abril de 1917 traria boas notícias aos açorianos e micalenses, em particular: o *San Miguel* e o *Funchal* haviam sido fretados pelo governo e o GCPD havia apresentado uma proposta ao governo a solicitar um desconto para cada malote de ananás a transportar pela EIN, o que foi aceite, mercê do apoio junto do senado do representante do distrito, Rodrigues Guerra Álvares Cabral.

Em Maio, tentava-se abrir um novo mercado para este género em Espanha, e o mercado inglês faria regressar ananases enviados pela Sociedade Corretora. O papel continuaria a subir de preço, colocando pequenas empresas como o

²⁵⁷ A 22 de Agosto de 1918, por ordem do Juiz de Direito da Comarca de Ponta Delgada, foi ordenado ao Comissariado do Corpo de Polícia Cívica que auxiliasse um particular na recuperação de 50.000 litros de fava mandadas para bordo de um navio indevidamente (tratava-se de 600 sacas de canhamação). A embarcação não poderia sair sem que o serviço estivesse concluído.

²⁵⁸ A 13 de Agosto de 1919, o GCPD recomenda ao director da alfândega para que aumente a vigilância e fiscalização sobre os carregamentos a fazer, em especial pela Empresa Insulana de Navegação, uma vez que os comerciantes estavam a fazer passar produtos para o continente da República com designações várias e em embalagens diferentes das usuais, iludindo as autoridades.

Açoriano Oriental em situação precária, pelo que se pensava em elevar o preço da assinatura²⁵⁹.

Em finais de Julho de 1917, o GCPD entraria em contacto com os agentes da companhia White Star Line em Bóston, cônsul português na mesma cidade e em Nova York, solicitando a intervenção destes junto das companhias de navegação, com destaque também para a Cyprien Fabre, a Lloyd Sbaud e a Transatlântica Italiana. Evidencia-se uma grave situação comercial, com implicações no sistema de saúde na época. Tratava-se da falta de malte e lúpulo na Fábrica de Cervejas de Ponta Delgada, resultando da sua laboração o precioso gelo utilizado no tratamento de inúmeras doenças. Pede-se a intervenção para que os navios das referidas empresas os carreguem de forma a restabelecê-los na mesma cidade, assegurando-se assim o abastecimento deste precioso derivado utilizado nos hospitais do distrito²⁶⁰. Destas missivas advieram bons resultados, como se comprova pelo ofício enviado a James W. Elwell e & Co, em Nova York, agradecendo a consideração com que foi tomado o seu pedido e fornecendo o contacto das casas comerciais, informando que os directamente interessados já haviam sido alertados para futuros acertos²⁶¹.

O Inverno de 1917/1918 não traria grandes novidades. Se, por um quadrante, as autoridades administrativas tentavam remediar a situação, por outro eram vários os comerciantes que procuravam desestabilizar ao tentar a exportação de milho para ilhas como a Madeira e para o continente, por se estar a atingir os 800 réis por alqueire. O *Açoriano Oriental* alerta que a sua exportação poderia trazer fome a muitos lares em São Miguel²⁶².

A 8 de Abril de 1918, o GCPD apresenta ao Ministro de Portugal em Washington um emissário da Associação Comercial de Ponta Delgada, como representante do Almirante H. O. Dunn, chefe da Base Naval Americana na cidade. O envio deste emissário prende-se com a obtenção deste comandante junto do Governo do

²⁵⁹ Seria mesmo aumentada em dois vinténs na semana de 20 de Outubro de 1917, passando a custar 200 réis. Refere-se que tal medida é apenas enquanto existir a anormalidade da situação. “O nosso Jornal”, *Açoriano Oriental*, de 4292 de 18 de Agosto de 1917.

²⁶⁰ BPARPD – FGCPD, “Ofícios 44 a 46 de 28 de Julho de 1917”, *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, pp. 123-126.

²⁶¹ *Ibidem*, p. 137. As casas fornecedoras eram: Messers, Ernst Zebel Co, int (for malt & pitch) – 38, water street - NY; Messers - Milwaukee Malting Co., (for malt) – Milwaukee, Wis; Messers. Charles Zeller Co., (for malt & pitch) – 211 - 213, East 94 th street - NY; Messers. E. Clements Horst Co., (for hops) San Francisco – Cal. 16, Broadway - NY. No *Açoriano Oriental* n.º 4316 de 2 de Fevereiro de 1918, refere-se já a retoma de produção por parte da fábrica micaelense (“Informações”).

²⁶² “Cautela”, *Açoriano Oriental*, n.º 4316 de 2 de Fevereiro de 1918.

seu país da concessão de transporte gratuito de carga nos transportes militares que abastecem a referida base. Posicionado em Nova York, Cristiano Frazão Pacheco teria como missão proceder à cativação de vagas nos transportes navais, conforme as solicitações das casas americanas, assegurando a ligação dos pedidos de materiais à indústria americana para abastecimento “deste mercado com muitos géneros e artigos de que há grande falta”²⁶³, devendo também gerir todos os serviços necessários a essa missão. Quando a nova boa foi apresentada ao público em geral, já a dita Associação Comercial havia iniciado as diligências no sentido de assegurar o mercado dos bens em escassez, especialmente vestuário. Era o preço de um fato, 20\$00, a renda de uma casa 5\$00, a diária de uma criada 3\$00.

Já se havia reiniciado a exportação de milho para a Madeira, embora o *Açoriano Oriental* sugerisse que a melhor altura seria Novembro²⁶⁴ e da batata inglesa.

Com o armistício, começam a surgir pequenos anúncios de vapores e linhas de veleiros com o continente, o que poderá prenunciar o esboço de uma retoma da actividade comercial do pós guerra, assim como das rotas marítimas.

As exportações e as dificuldades no transporte marítimo serão duas questões a aprofundar em posteriores estudos. A partir da investigação efectuada, torna-se plausível constatar dois períodos distintos, que acabam por estar profundamente relacionados com a progressiva insegurança dos mares. A divisória encontrar-se-á por alturas da entrada de Portugal na guerra, tornando-se mais intensa a partir de finais de 1917.

A sua instabilidade gera um receio de faltas de bens de primeira necessidade, que fazem retrair as exportações, apesar da existência de bons mercados. Géneros, como o gado, sofrem de uma grande inconstância de ilha para ilha. Se em São Miguel a sua exportação terá sido sempre contínua, a sua falta também se faria sentir. Outras ilhas, como Santa Maria por exemplo, teriam já dificuldades em aproveitar estes importantes mercados, por escassez de transportes.

²⁶³ BPARPD – FGCPD, “ofício n.º 90 de 8 de Abril de 1918” in *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*. 1ª Secção, p. 149.

²⁶⁴ No concelho da Praia da Vitória, a 21 de Julho refere-se ser a quantidade disponível de milho superior a 486.825 litros. A 23 de Setembro, neste concelho arrola-se milho para exportação para a Madeira. Pormenor interessante será a fonte de receitas para o Governo Civil, geradas por taxas e sub taxas relacionadas com as touradas nesta ilha. BPARAH – FGCAH, *Livro 18 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil, Civil – administrações do concelho*, 1917-1918, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

A relação é directa entre a escassez de ligações e o aumento do preço dos bens importados. Apesar de já se falar em crise no período de 1914/15, a forma como esta se manifesta em 1917 - 1918 é muito diferente. As soluções também seriam outras. A implantação da base americana em Ponta Delgada revelar-se-ia como uma importante porta de acesso, e segura, ao mercado americano, resolvendo-se de uma só vez vários problemas, desde as farinhas aos tecidos.

Contudo, nas ligações inter-ilhas e em especial com Lisboa, efectuadas por intermédio de navios nacionais, os problemas agravam-se com o desenrolar do conflito. Para além da insegurança, o preço dos fretes marítimos e a falta de renovação das embarcações, quando em reparação (caso do *Funchal*), criam logo uma crise imediata. O simples facto de evitar a paragem em todas as ilhas (ou em algumas), devido ao mau tempo ou provável receio de actividade submarina, eram motivos suficientes para a provocar. Tratando-se em muitos casos de paragens mensais, em muitos casos ausentes durante vários meses, a sensação é de abandono. Não será, pois, de estranhar os pedidos por parte de todas as ilhas de diligências militares. Perante a falta de contacto com o exterior, e sabendo-se do assédio submarino junto às costas (assim como a chegada periódica de naufragos), facilmente se explica os pedidos feitos à autoridade militar.

Tanto quanto a investigação permitiu entender, o único mercado que não terá sido fechado na totalidade, terá sido o ligado a Lisboa. Produtos como o milho (logo que possível) e o gado, mantiveram-se sempre activos, embora no primeiro caso, aparentemente com oscilações. Um país pobre e fraco em recursos, com várias crises a nível político, mas em especial a nível económico assim o exigiria. Contudo, não deixará de ser interessante analisar alguns dos boatos postos a circular na imprensa da época. Tendo em conta o entendimento do governo português junto da sua mais antiga aliada, não será totalmente descabido um apoio igualmente a nível logístico no que concerne à alimentação às trocas britânicas.

3. Os interesses em jogo: em busca do “justo equilíbrio”

Se, por um lado, a falta de empreendimento é criticada, na realidade a actividade dos industriais e pequenos produtores não é inerte. Em virtude da crise instalada, procuram-se alternativas ao comércio. Novas produções, como a cana doce,

são ensaiadas na fábrica de Santa Clara, com vista, provavelmente, à substituição da beterraba²⁶⁵ ou tenta-se a exportação de culturas tradicionalmente renegadas para segundo plano, como o inhame²⁶⁶. Surgem algumas ideias que, *à priori*, não tiveram execução, como a exportação de cebolas para os EUA²⁶⁷. Existe a clara noção de que as ilhas têm capacidade de produção para enveredar por novos caminhos, faltando apenas a orientação mais coerente para um novo ciclo, para além da tão almejada paz.

Aliás, a fertilidade da ilha e a sua posição geoestratégica²⁶⁸ é mote para a concepção de um Congresso Açoriano, apresentado nas suas linhas gerais ao Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral, a 16 de Fevereiro de 1916.

Na opinião do Governador Civil²⁶⁹, tornava-se necessário o estudo das condições económicas e dos factores do desenvolvimento e riqueza da ilha. Esta ideia vem de encontro à já referida falta de empreendimento anteriormente referida. Com a guerra e a subsequente crise económica, a nível institucional procuram-se novas linhas mestras na economia da ilha. No entendimento dos responsáveis da administração pública, estes princípios orientadores eram fundamentais para o progresso e bem-estar dos povos regionais, principalmente quando a guerra europeia estava produzindo um extraordinário desequilíbrio económico e financeiro em quase todos os países, “para os mais esperançados no termo do enorme conflito, uma grande e ansiosa interrogação”²⁷⁰.

Neste contexto, entende-se ser uma imposição o estudo das energias e recursos por parte das autoridades de tais atributos para a economia nacional e local. Para tal e aproveitando os bons estudos já efectuados sobre a economia, o fomento e de modo a possibilitar o aparecimento de novos, a concretização de um congresso distrital

²⁶⁵ Com o deflagrar da guerra, as sementes já não vinham da Alemanha, mas sim da Holanda pelo que o seu preço se encontrava muito elevado. Experiência resultou em pleno sucesso. No *Açoriano Oriental* n.º 4285 de 30 de Junho de 1917, refere-se ter resultado muito bem uma experiência de chocolate produzido no Jardim Agrícola de Ponta Delgada (“Informações”). Em finais de Março de 1918 cultivava-se o café na mesma cidade.

²⁶⁶ O ano de 1916 inicia-se com um pedido ao GCPD para a exportação do inhame, o que não é autorizado. O *Açoriano Oriental* explica: trata-se de uma questão primordial por ser a base da alimentação da população pobre. A sua exportação faria o seu preço disparar.

²⁶⁷ No minguante de Junho deveriam ser colhidos os alhos e as cebolas e em Julho as sementes de hortaliça. Em Outubro, era retirada a batata-doce e a sua rama aproveitada para dar ao gado ou para fazer estrume. O feijão serôdio, semeado nas terras de trigo era também retirado e secado no forno a lenha para não criar *carneiro* (parasita) nem apodrecer e apanhadas as castanhas e as nozes. Duarte, Manuel Pereira, “Secção Agrícola” in *Almanaque das Famílias*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1953.

²⁶⁸ Assim como as qualidades dos micalenses, adjectivadas como dóceis, inteligentes e trabalhadores. BPARPD – FGCPD, “Ofício n.º 56 de 26 de Fevereiro de 1916 ao Presidente da Comissão Executiva da Junta Geral de Ponta Delgada” in *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas*, 1ª Secção, p. 33.

²⁶⁹ *Ibidem*.

²⁷⁰ *Ibidem*.

seria uma chave extremamente útil para realizações práticas. A organização dos recursos locais, fomentados pelas colectividades e órgãos representativos (assim como particulares), pautados por critérios como a inteligência e o saber, teria ainda a vantagem de se tornar suprapartidária, fazendo reflectir sobre as reais necessidades do distrito, quer a nível regional como, mais tarde, a nível nacional. Como tal, é mesmo projectado como um Congresso Açoriano, com potencialidade de albergar todas as ilhas, podendo mesmo no futuro abranger o território nacional. A sua dimensão assentaria, pois, adesão dos diferentes dirigentes. Nessa enorme “reunião”, seriam debatidos os seguintes problemas:

“Teses agrícolas:-1) regime cerealífero: - organização de um razoável serviço de estatística, indispensável à resolução do problema da exportação do milho; - 2) regime do tabaco; - 3) desenvolvimento de indústrias agrárias: a) engorda e lacticínios; b) avícola; c) pomícola e arbórea; - 4) exploração de novas culturas; - 5) aproveitamento dos baldios; - 6) criação de escolas móveis agrícolas e formação de sindicatos agrícolas.

Teses comerciais e industriais: 1) reforma de pautas; 2) transportes: - a) externos (continente etc.), cabotagem; b) internos: estradas e tracção eléctrica. 3) Indústrias novas (pescaria em larga escala, conservas de peixe, etc.).

Teses de fomento – 1) aproveitamento das energias hidráulicas do distrito e seu regime de municipalização pela acção conjugada da Junta Geral e das câmaras; 2) Turismo – desenvolvimento das instâncias das Furnas e Sete Cidades pelo estabelecimento de linhas eléctricas de acesso e instalação de hotéis modernos.

Teses educativas e sociais – 1) difusão do ensino: a) primário (escolas móveis) b) industrial e comercial; c) escolas de trabalho junto das prisões; 2) o problema da emigração; 3) assistência e higiene: a) cozinhas económicas; 6) albergues; 7) maternidades; 8) hospitalização; d) alcoolismo, prostituição, etc.”²⁷¹

Com a beligerância do país, esta ideia de um congresso distrital não mais seria retomada. Com o aumento das dificuldades locais, aliadas à falta de embarcações regulares para escoamento de produtos (em especial veleiros, aparentemente os principais responsáveis pela articulação do pequeno e médio comércio entre arquipélagos e com o continente), cada vez mais cresceria a ideia da necessidade de uma “reciclagem” nas produções locais, pensamento aliás que faria correr muita tinta

²⁷¹ *Ibidem.*

nos jornais locais. Todas as diligências neste sentido seriam sem sucesso em virtude do entrave que era a guerra nos mares dos Açores e a falta de meios de transporte com os mercados tradicionais. Por mais que se produzisse (independentemente do género), essa limitação foi sempre fulcral na renovação da economia das ilhas, em especial da de São Miguel. Tornava-se pois alta a factura a pagar por se viver em ilhas isoladas em pleno Atlântico Norte.

VI

IMÓVEIS, MEMÓRIAS E PATRIMÓNIO DA GRANDE GUERRA NOS AÇORES.

“Este património (edificado) corporiza em si a maneira muito peculiar do homem açoriano viver e estar na vida. Os imóveis antigos, ainda hoje existentes, constituem potenciais meios para o estudo da sua história e da sua identidade cultural, na medida em que encerram em si expressões materiais e do domínio das mentalidades de relevante dimensão e importância”¹

A memória colectiva de um povo manifesta-se de forma simultaneamente simbólica e visível nos testemunhos, sejam distintos ou modestos, das civilizações que os criaram. Por serem herdeiros do seu passado é-lhes exigido o *Dever de Memória*², não só aos homens como aos testemunhos que estes deixaram e que se foram lentamente formando para contribuir ao longo de gerações na assimilação de uma identidade cultural comum. Mas, os homens têm pouco cuidado consigo próprios e com o que lhes é legado, principalmente no que concerne às grandes cidades: o abandono e (pior ainda) a destruição do património é uma marca irrefutável de uma sociedade em transformação, negligente com a sua própria História.

No primeiro dos casos, a sua restauração implica métodos que, normalmente, ao reparar os danos mais visíveis acabam por acarretar mais malefícios do que benefícios, muitas vezes por falta de opções baseadas na investigação científica. Problemas como incêndios, inundações e sismos, a que se podem juntar outros de efeitos mais lento como os ataques de micro e macro organismos, condições atmosféricas adversas, roubo e vandalismo levantam uma série de questões éticas, políticas, culturais e económicas de difícil resolução, agravadas pela evidência de que nada é eterno, de que cada biótopo encerra em si a sua forma de destruição. Se esta visão é partilhada por inúmeros cientistas e responsáveis europeus como realista³, o trabalho a executar passa e passará pela divulgação do conhecimento e pela investigação inserida na abordagem multidisciplinar e cooperação transfronteiriça.

¹ Bruno, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *São Roque do Pico – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 1999, p. 25.

² *Que faz a Europa: património em perigo*. Serviço das publicações oficiais das comunidades europeias.

³ *Idem*.

O presente capítulo pretende apresentar uma visão dos imóveis que estiveram ao serviço durante a Grande Guerra nos Açores e que assumem valor de memória e de património. Tirando honrosos exemplos como o forte de São Brás em Ponta Delgada ou São João Batista em Angra do Heroísmo, a pesquisa efectuada no presente trabalho demonstra claramente a ruína ou total desaparecimento de património fulcral na hecatombe que afligiu as ilhas durante a guerra de 1914 a 1918. A sua diversidade e mau estado, assim como escassez de fontes iconográficas, apenas permitiu a reconstituição de parte deste legado, que sumariamente poderá ser descrito em três grandes categorias ou formas de preservação: património imóvel ainda existente e em bom estado; em ruínas ou já desaparecido.

As colecções fotográficas representam neste processo, um importante espólio de património gradualmente construído e reconhecido, visto que cada vez mais se assume como um documento fundamental para a reconstrução do passado. Pela sua natureza, a fotografia imobiliza o movimento e todo o enquadramento que o envolve, possibilitando a abertura de uma janela temporal para uma época, que conforme a sua distância no tempo, poderá ser na actualidade de maior ou menor importância, critério este ampliado com a riqueza de informação passível de retirar da mesma. Se uma imagem vale por mil palavras, então a preservação da mesma e a sua constituição em colecções/fundos será uma importante missão a realizar pelas instituições culturais, enquanto garante da memória histórica, recolhendo-as, conservando-as, tratando-as arquivisticamente e difundindo-as em prol da reconstrução do passado, desde a época em que surgiram até à actualidade. A sua divulgação torna-se pois essencial, pelo que a sua utilização no presente capítulo reveste-se de especial valor, uma vez que reflecte duas grandes ideias: para além da original (re)constituição de um sistema interligado de estruturas que de uma maneira ou outra se complementavam mutuamente (originando diferentes interligações de elos distintos, mas relacionados⁴), em muitos casos tratam-se de inéditos que a investigação agora apresentada permitiu contextualizar. Uma segunda valência será um ponto de situação dos edifícios ainda existentes, em variável grau de preservação, cuja história passa a ser conhecida neste período. Deste modo procura-se responder ao conceito de património imóvel, apresentado pelo Instituto Açoriano de Cultura: “Património imóvel é, por sua vez, um conjunto de elementos, de tipo

⁴ Como por exemplo, unidades militares, unidades de saúde e estações TSF.

arquitectónico, urbano ou paisagístico, com qualidade intrínseca e significativo valor colectivo, social ou cultural”⁵.

A sua inclusão no presente estudo visa, para além da chamada de atenção para a memória histórica que constituem, um grito de alerta para a sua preservação no futuro, que se quer imediato. Apesar de cada obra ser um caso específico e único, devendo, por isso, ser analisado e compreendido nas suas várias vertentes (histórica/artística/tecnológica), na tentativa de definição de uma forma de actuação, que não altere nem o seu significado nem a sua história, dever-se-á procurar enunciar determinadas normas gerais de ordem ética e prática e as principais linhas de actuação, que devem orientar qualquer intervenção de conservação e restauro. Neste sentido, foram elaboradas fichas de caracterização com informação concisa sobre os imóveis, utilizando-se como base de partidas as do “Inventário do património imóvel dos Açores”, patrocinado pela Direcção Regional da Cultura e executado pelo Instituto Açoriano de Cultura. Os critérios aplicados passam pelos seguintes elementos:

- Designação/situação actual: identifica a denominação e/ou nome pelo qual o imóvel é conhecido. Na falta do edifício original, optou-se por colocar uma imagem, e na sua ausência, uma fotografia do local onde outrora existiu.
- Localização: identifica, se possível, a rua ou avenida onde se encontra ou encontrava o imóvel, podendo ser de forma mais genérica, caso não se consiga elementos concisos para a localização da espécie.
- Funções anteriores e posteriores: ao longo da investigação foi possível detectar diferentes utilizações do mesmo espaço com diferentes finalidades. Permite deixar o reporte para investigações futuras.
- Categoria tipológica funcional: identifica a categoria em que se insere. Neste caso, apenas se aplicam os casos de edifícios isolados e vestígios arqueológicos. Os critérios utilizados passam pelo conceito utilizado na concepção arquitectónica e funcional a quando da construção inicial do imóvel. Deste modo é possível encontrar as seguintes categorias:

⁵ *Inventário do património imóvel dos Açores* (brochura), Direcção Regional da Cultura.

- o Arquitectura doméstica: esta espécie caracteriza os imóveis de habitação, podendo subdividir-se em arquitectura doméstica comum, solarenga, militar e eclesiástica. Não seria coerente agregar imóveis, que apesar de serem para habitação, tiveram concepções específicas a quando da sua construção: uma caserna militar não é uma habitação doméstica comum, assim como um convento não será um palácio.
- o Arquitectura militar: designa exclusivamente estruturas feitas com objectivos militares, operacionais;
- o Arquitectura industrial: classifica construções especificamente levantadas para fins de produção por meio de engenho mecânico;
- o Arquitectura pública: em virtude de grande parte dos edifícios utilizados durante a Grande Guerra terem sido, ou nacionalizados no século XIX, ou requisitados em virtude das necessidades operacionais, ou então, utilizados para apoio civil/militar, nomeadamente os relacionados com comunicações, optou-se pela sua subdivisão nos seguintes parâmetros:
 - Agrícola: por arquitectura pública agrícola, entende-se imóveis cuja função se entendia associada à subsistência das populações, em termos globais, nomeadamente granéis de grandes dimensões;
 - De comunicações: designa imóveis/locais onde existem (ou existiram) meios de transmissão para serviço da população/militares;
 - Civil: como arquitectura pública civil entendem-se todas as casas ligadas, tanto quanto se conhece, à prática de serviços administrativos no âmbito de entidades públicas civis, sem qualquer ligação arquitectónica às restantes espécies referenciadas;
 - Religiosa: desde a nacionalização dos conventos, que estes em muitos casos passaram a constituir unidades militares, em virtude das suas grandes dimensões e capacidade de alojamento. Contudo, existem alguns casos de imóveis de natureza religiosa privativos, pelo que o seu conceito foi subdividido em arquitectura pública religiosa ou apenas arquitectura religiosa privada.

- Sanitária: os problemas de ordem higiénica exigiram o aparecimento de estruturas planeadas e especificamente preparadas para apoio à população em geral.
- Ocupação durante a Grande Guerra: será um elemento acrescentado em específico para o presente trabalho. Permite o entendimento da inserção da estrutura no tema geral do trabalho, ou seja a Grande Guerra nos Açores.
- Estado de conservação: possibilita elaborar um ponto de situação sobre o imóvel, visando o alerta para a sua preservação.
- Fontes: visa explicar as diferentes naturezas da origem da informação considerada relevante para a compreensão do historial do imóvel do âmbito do presente estudo.
- Observações: tem como objectivo a inclusão de informações adicionais não previstas nos pontos anteriores.

A sua elaboração resulta pois de uma profunda investigação de gabinete, complementada por uma eficaz campanha no terreno e contacto muito próximo com a comunidade, em especial instituições públicas e privadas, e em específico com a comunidade anciã dos locais abordados.

A sua organização no presente capítulo, segue a ordem acima apresentada, com as fichas de inventário ordenadas por ilhas, seguindo-se em disposição de nascente para poente.

Como resultado final, foi possível constatar a existência ou não de todo este património, sendo o seu estado de conservação descrito, no caso de ainda existir em três graus (bom, razoável e mau) ou no caso de já não subsistir, como desaparecido. No último dos panoramas apresentado, optando-se por colocar uma fotografia que ateste a sua presença, ou em último recurso, do local onde outrora existiu.

“Nas sociedades onde predomina a oralidade, o significado e o conhecimento das estruturas abandonadas apenas na memória de indivíduos e grupos, podendo cair rapidamente no olvido, o que dificulta a sobrevivência futura dos “vestígios

anónimos”. No entanto, também pode acontecer que as ruínas sejam destruídas ou passem a integrar a natureza, encobertas pela vegetação, soterradas ou submersas, permanecendo na memória social da sua existência e até ao reconhecimento da sua importância, fenómeno frequente nas culturas onde a memorização é produzida sobretudo através de textos escritos e de imagens”⁶.

Espera-se pois que o actual capítulo consiga suscitar a valorização, e se possível a reconstrução e reconversão de do vasto património abandonado da Grande Guerra nos Açores, entretanto esquecido e apagados pela dinâmica social e pelos desastres naturais.

⁶ Martins, Rui de Sousa, “Ruínas, patrimonialização e cultura cerâmica” in *O Inventário do património imóvel dos Açores*, Terceira, Praia da Vitória, Direcção Regional da Cultura, Instituto Açoriano da Cultura; 2004, p. 48.



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua do Castilho, Ponta Delgada; Ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica comum.

Ocupação durante a Grande Guerra: Este imóvel foi requisitado durante os anos de 1917 e 1918 para habitação do Oficial de Dia ao 2º batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927



Designação/situação actual: Casa do Sargento de Dia. Desaparecida. Uma nova construção da 2ª metade do Século XX ocuparia o seu lugar.

Localização: Rua do Castilho, Ponta Delgada; Ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica comum.

Ocupação durante a Grande Guerra: Demolida em data incerta, a casa existente neste local foi requisitada durante os anos de 1917 e 1918 para habitação do Sargento de Dia ao 2º batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua do Castilho, Ponta Delgada; Ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica comum.

Ocupação durante a Grande Guerra: O 1º andar foi requisitado para secretarias das companhias do 2º batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26 durante os anos de 1917 e 1918.

Estado de conservação: Razoável.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua do Castilho, Ponta Delgada; Ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica comum.

Ocupação durante a Grande Guerra: O rés-do-chão foi requisitado para refeitório das companhias do 2º batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26 durante os anos de 1917 e 1918.

Estado de conservação: Mau.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua do Castilho, Ponta Delgada; Ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica comum.

Ocupação durante a Grande Guerra: O imóvel foi requisitado durante os anos de 1917 e 1918 para instrução.

Estado de conservação: Razoável.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927.



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua da Conceição, Horta; Ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica comum.

Ocupação durante a Grande Guerra: Foi o edifício requisitado para alojar a 8ª companhia do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 25.

Estado de conservação: Bom.



Designação/situação actual: Casa de moradia.

Localização: Estrada Regional, Lagoa; Ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica solarenga.

Funções anteriores e posteriores: Casal de Francisco Machado de Faria e Maia.

Ocupação durante a Grande Guerra: A casa de família da esposa do cônsul alemão nos Açores, foi temporariamente utilizada para concentrar os prisioneiros alemães durante a primeira metade do ano de 1916.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.



Designação/situação actual: Hotel Escola São Pedro.

Localização: Largo Almirante Dunn, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica solarenga.

Funções anteriores: Palacete de Thomas Hickling.

Ocupação durante a Grande Guerra: Residência do Contra-almirante Herbert Owar Dunn, comandante da base aero-naval americana instalada em Ponta Delgada entre 1918 e inícios de 1919.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Cordeiro, Pedro, *Memória em Imagens – Ponta Delgada*, Outrora, Unipessoal Lda, 2007.



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua Marquês da Praia e Monforte, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica solarenga.

Funções posteriores: Loja de pronto-a-vestir.

Ocupação durante a Grande Guerra: O número treze da antiga rua do Teatro era durante a I Guerra Mundial a “Padaria Lisbonense” de João Maria Caetano de Matos e principal fornecedora de pão ao Regimento de Infantaria n.º 26.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: *Açoriano Oriental*, n.º 3642 de 18 de Fevereiro de 1905.

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, Janeiro de 1912 a Abril de 1915.

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, Abril a Dezembro de 1915.

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, Janeiro de 1916 a Dezembro de 1917.

Açoriano Oriental, Janeiro de 1918 a Dezembro de 1919.

Andrade, José, *A Face Humana da Toponímia de Ponta Delgada*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2001, p. 224.

Observações: A “Padaria Lisbonense” tinha uma actividade que ultrapassava a mera produção de pão. Com um sistema de moagem a vapor tipo “Austro-Húngaro” (1912) produzia diversos tipos de géneros relacionados com farinha de trigo desde a sua laboração à ensacagem, com venda a retalho. Com a marca J.M.C.M. (João Maria Caetano de Matos) produzia bolachas de água e sal, assim como vários tipos de bolachas e biscoito, bolos, pudins, queijadas e massa sovada. Nesta rua situava-se a fábrica e armazém, existindo uma sucursal na rua do Mercado. A actual padaria com o mesmo nome (mesma rua, número 17), contém no seu interior alguns exemplares em azulejaria idêntica aos do número 13, sendo provável que pertencesse ao complexo da referida fábrica. A temática da azulejaria, assim como da pintura do tecto é relacionada com a cultura de cereais.



Designação/situação actual: Escola Secundária Antero de Quental.

Localização: Largo Mártires da Pátria, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica solarenga.

Funções anteriores e posteriores: Palácio do Barão da Fonte Bela; Liceu Nacional de Ponta Delgada.

Ocupação durante a Grande Guerra: os seus baixos (as “lojas”) seriam utilizados pela base naval americana para depósito de géneros alimentares.

Estado de conservação: Bom.



Designação/situação actual: Casa de moradia e serviços.

Localização: Rua Marquês da Praia e Monforte, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica solarenga.

Funções anteriores: Residência da Condessa da Silvã.

Ocupação durante a Grande Guerra: Sendo uma das residências da Condessa da Silvã, e perante o receio da sua requisição para uso do Comando Militar dos Açores, foi temporariamente cedida à delegação da Cruz Vermelha em Ponta Delgada, ficando a servir de Enfermaria Regimental durante o ano de 1918.

Estado de conservação: Bom

Fontes: Rezendes, Sérgio, *A Cruz Vermelha nos Açores: das origens ao fim da II Guerra Mundial*, exposição integrada nas comemorações dos 90 anos da delegação de Ponta Delgada, Museu Militar dos Açores.



Designação/situação actual: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Localização: Palácio Bettencourt, Rua da Rosa em Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

Categoria e grupo tipológico: Arquitectura doméstica solarenga.

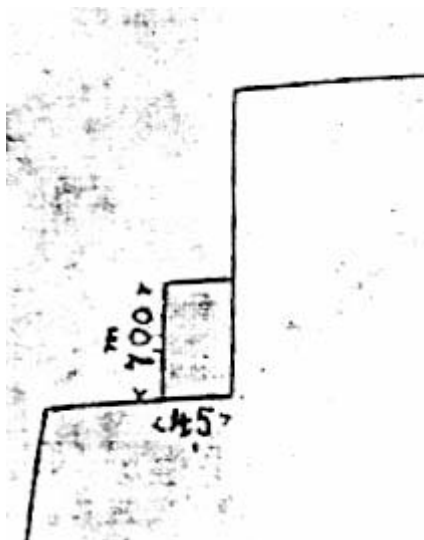
Funções anteriores: Palácio de Francisco António de Araújo e Azevedo, sétimo Capitão-general dos Açores e último do Regime Absolutista; Liceu de Angra do Heroísmo; Museu de Angra do Heroísmo.

Ocupação durante a Grande Guerra: nos anos de 1914 a 1918, encontrava-se estabelecido neste imóvel o liceu de Angra do Heroísmo. Parte das suas instalações seriam requisitadas para aquartelamento do destacamento do Regimento de Infantaria n.º 26 oriundo de Ponta Delgada (1918).

Estado de conservação: Bom.

Fontes: www.bparah.azores.gov.pt

<http://museus.azores.gov.pt>



Museu Militar dos Açores

Designação/nome actual: Depósito militar. Desaparecido.

Localização: Rua 6 de Junho, São José, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica militar.

Funções anteriores: Casa da guarda (situada em frente ao Governo Civil).

Ocupação durante a Grande Guerra: Pequeno imóvel de apoio às unidades militares.

Fontes: AMMA-FG, Direcção dos Serviços de Propriedades e Obras Militares dos Açores – Secção de Ponta Delgada, *PM 21 - Processo da barraca em frente ao governo civil*, 1914, Fia 258.

Observações: Actualmente é um relvado público. Foi entregue para demolição à Junta Geral em escritura de 27 de Novembro de 1914.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 26. Desaparecido.

Localização: São José, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: O prédio militar n.º 18 encontrava-se atribuído ao Distrito de Recrutamento e Reserva n.º 26. Em 1914, é pedido pelo mesmo Governo Civil uma faixa de terreno do quintal para anexo ao gabinete de análise de ratos localizado no rés-do-chão do referido Governo, situação que só ficaria completamente resolvida em 1928 com a sua venda à Junta Autónoma, embora já com outro fim.

Fontes: AMMA-FG, Inspecção Geral das Fortificações e Obras Militares, *PM 18 - Processo de cedência de uma faixa de terreno do quintal do Distrito de Recrutamento n.º 4*, 1914-1928, Fia 1258.

Observações: Actualmente corresponde a parte do jardim do palácio da Conceição. Destruído provavelmente década de 1930.



Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo (pormenor)

Designação/situação actual: Casernas militares. Desaparecidas.

Localização: Monte Brasil, Angra do Heroísmo; Ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Casernas dos prisioneiros alemães.

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

Meneses, Avelino de Freitas, “A fortaleza do Monte Brasil” in *Monumentos*, n.º 5, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1996.

Observações: A sua área corresponde actualmente à praça de armas pequena do forte de São João Batista.



DGEMN

Designação/situação actual: Casernas militares. Desaparecidas.

Localização: Monte Brasil; Angra do Heroísmo; Ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Acomodações de prisioneiros alemães.

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

Meneses, Avelino de Freitas, “A fortaleza do Monte Brasil” in *Monumentos*, n.º 5, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1996.

Dias, Maduro Dias, “Angra do Heroísmo e o castelo do Monte Brasil” in *Monumentos*, n.º 5, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1996.

Observações: Actualmente a sua área corresponde a um parque de estacionamento no forte de São João Batista.



Designação/situação actual: Habitações.

Localização: Forte de Santo António, Monte Brasil, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura doméstica militar.

Função durante a Grande Guerra: Posto de observação e vigilância da baía de Angra do Heroísmo.

Estado de conservação: Mau.



Designação/situação actual: Forte de São Francisco Xavier.

Localização: São Roque; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Em 1914, foi prevista a instalação de um ninho de metralhadoras para proteger um possível desembarque de tropas no areal de todos os Santos e para impedir um eventual progresso de tropas inimigas, no caso de um desembarque de tropas nos areais grandes de São Roque. Com a declaração de guerra, este poderá ter sido constituído. Sabe-se que na área do cabo submarino, existiu uma pequena guarnição para protecção imediata, que eventualmente poderá ter sido a mesma a ocupar o forte.

Estado de conservação: Razoável.



Pedro Monteiro (pormenor)

Designação/situação actual: Forte de São Pedro. Desaparecido.

Localização: São Pedro, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: O forte de São Pedro seria ocupado temporariamente com duas peças de artilharia 7 cm modelo 1882, posteriormente recolhidas ao forte de São Brás para instrução e transitoriamente utilizadas para a defesa próxima de Santa Clara até à chegada da Bateria de Artilharia de Guarnição. Faz parte do dispositivo idealizado desde 1914 para a defesa do porto e cidade de Ponta Delgada.

Fontes: Cordeiro, Pedro, *Memória em Imagens – Ponta Delgada*, Outrora, Unipessoal Lda, 2007.

Observações: O seu espaço é actualmente ocupado por parte da avenida marginal de Ponta Delgada.



Designação/situação actual: Baixos da ermida da Mãe de Deus.

Localização: Alto da Mãe de Deus, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Funções anteriores e posteriores: Armazéns de apoio ao forte da Mãe de Deus; fornos; cadeia, armazém de natureza diversa.

Ocupação durante a Grande Guerra: Alugado por privados no período de 1914-1918, foi o contracto temporariamente interrompido para a implantação de uma caserna do destacamento de Artilharia da Bateria n.º2 de Artilharia de Montanha (1917/1919).

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Rezendes, Sérgio, “O Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada”, Revista *Atlântida*, Vol. XLIX, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, pp. 93 - 122.



Designação/situação actual: Baixos da ermida da Mãe de Deus.

Localização: Alto da Mãe de Deus, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Funções anteriores e posteriores: Armazéns de apoio ao forte da Mãe de Deus; armazéns de natureza diversa.

Ocupação durante a Grande Guerra: Alugado a privados no período de 1914-1919, foi o contracto temporariamente interrompido para arrecadação de material do destacamento de Artilharia da Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha (1917/1919).

Estado de conservação: Razoável.

Fontes: Rezendes, Sérgio, “O Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada”, Revista *Atlântida*, Vol. XLIX, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, pp. 93 - 122.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Forte de São Brás.

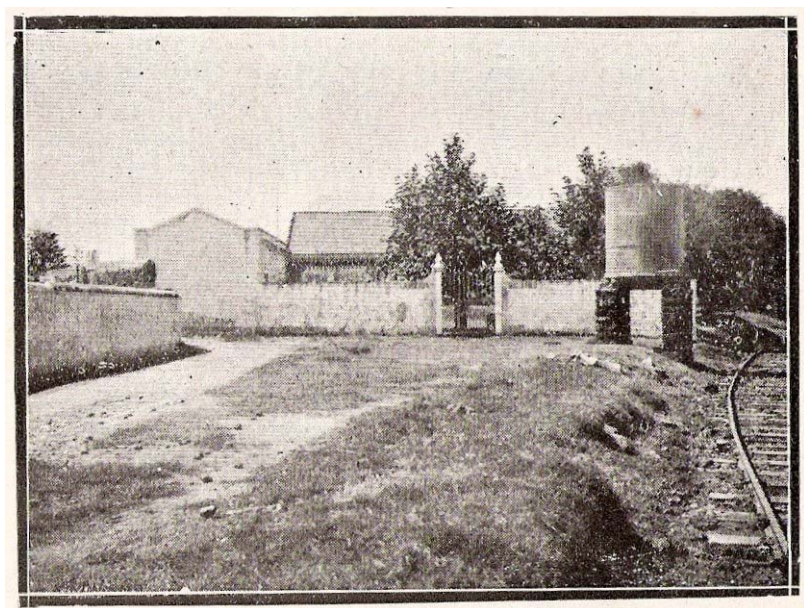
Localização: Avenida Infante D. Henrique, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha/Inspecção das Fortificações e Obras Militares nos Açores.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “Monumentos Histórico- Militares Micaelenses- As fortificações” in *Insulana*, Vol. III n.º 2, Ponta Delgada, Oficinas do “Diário dos Açores”, 1947, p. 201-221.



Rodrigo Álvares Pereira

Designação/situação actual: Carreira de Tiro. Desaparecida.

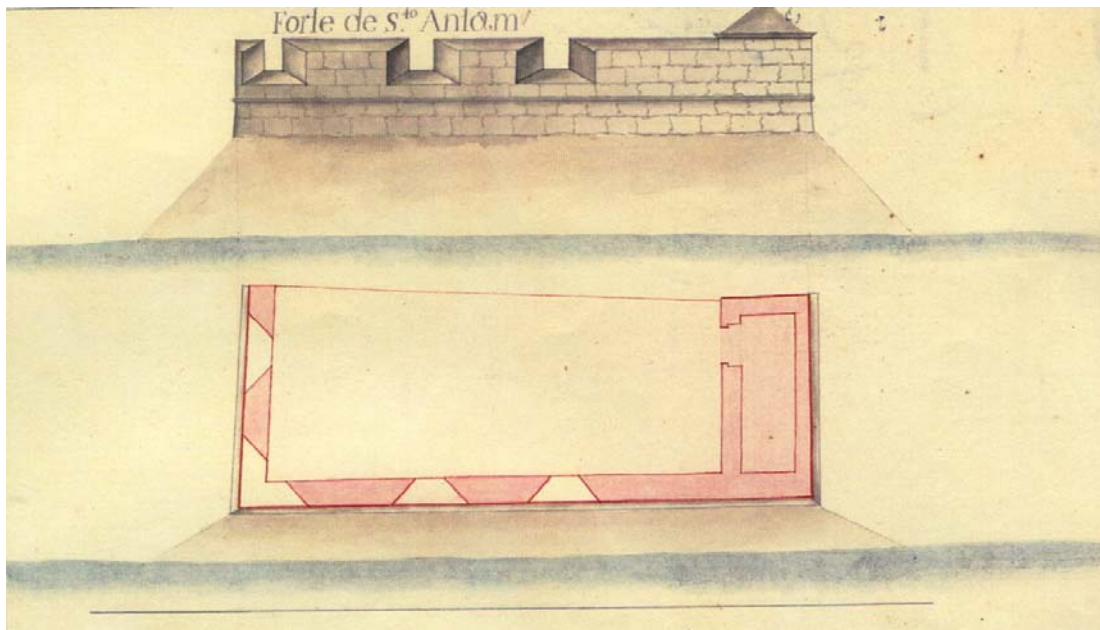
Localização: Santa Clara; Ponta Delgada; ilha de São Miguel;

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Carreira de Tiro de Ponta Delgada. Na sua zona mais elevada, foram implantadas duas peças de artilharia portuguesas *Armstrong* 10 cm (1918).

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927, p. 214.

Observações: A toponímica subsiste em Santa Clara. O projecto da Carreira de Tiro de Ponta Delgada foi um projecto de inícios do século XX, progressivamente adiado, pelo que a carreira não se encontrava funcional durante a Grande Guerra. Estava ainda em uso a carreira de tiro no areal grande de São Roque (praia das Milícias).



Arquivo Histórico Militar

Designação/situação actual: Forte de Santo António.

Localização: Porto Judeu, Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Quartel da diligência do Regimento de Infantaria n.º 25.

Estado de conservação: Ruínas.

Fontes: Arquivo Histórico Militar



Designação/situação actual: Forte de São Sebastião.

Localização: Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha (1916-1918); Posto de Desinfecção (1918).

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002



Designação/situação actual: Forte de São João Batista.

Localização: Monte Brasil, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: De 1914 a inícios de 1916, mantinha a sua tradicional missão de quartel de Artilharia, com algumas áreas determinadas à Infantaria. Com a criação do Depósito de Concentrados Alemães, até ao final de 1916, todas as unidades e órgãos seriam acomodados em novas instalações em Angra do Heroísmo, de modo não só a facilitar a funcionalidade do depósito, como para evitar contactos directos entre prisioneiros e autoridades militares portuguesas.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.



Designação/situação actual: Paiol.

Localização: Forte São João Batista, Monte Brasil; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Paiol (1914 - 1916).

Estado de conservação: Razoável.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Paiol.

Localização: Pico das Cruzinhas, Monte Brasil; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Paiol (1917-1919).

Estado de conservação: Mau.

Fontes: Museu Militar dos Açores.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Forte grande de São Mateus.

Localização: São Mateus; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Serviu como quartel da diligência do Regimento de Infantaria n.º 25 (1916-1919).

Estado de conservação: Razoável.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Forte de Santa Cruz.

Localização: Horta, ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Quartel das diligências de artilharia (rotativas)
das Baterias n.º 1 e 2 de Artilharia de Montanha.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Forte da Guial” in *Horta, Faial - O Inventário do património imóvel dos Açores*, Instituto Açoriano da Cultura; 2004, p. 292.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Forte de N.ª Senhora da Guia na ponta da Greta.

Localização: Horta, ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura militar.

Ocupação durante a Grande Guerra: Quartel do Bateria de Artilharia de Guarnição no Faial. Foi o local de implantação de uma peça de Artilharia *Krupp* AE 15 cm P (MK) oriunda do Campo Entrincheirado de Lisboa.

Estado de conservação: Ruínas.

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Forte da Guial” in *Horta, Faial - O Inventário do património imóvel dos Açores*, , Instituto Açoriano da Cultura; 2004, p. 314.



Pedro Monteiro

Designação/situação actual: Moinhos de Santa Clara. Desaparecidos.

Localização: Santa Clara, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura industrial.

Ocupação durante a Grande Guerra: Com a implantação da de duas peças de artilharia *Krupp* 15 cm no “Secadouro do Bacalhau” em finais de 1917/inícios de 1918, foi necessário demolir dois moinhos por se encontrarem no horizonte de tiro das peças. Um já se encontrava parcialmente em ruína.

Estado de conservação: Desaparecido.

Fontes: Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

Cordeiro, Pedro, *Memória em Imagens – Ponta Delgada*, Outrora, Unipessoal Lda, 2007.

Observações: Actualmente a sua área constitui terreno de direito público marítimo. Na obra *Ponta Delgada – 500 anos de Concelho*, pág. 7, existe uma iconografia da ponta de Santa Clara, em que se denota claramente a existência não de dois moinhos, mas sim de três. Câmara Municipal de Ponta Delgada, *Ponta Delgada – 500 anos de Concelho*, Ponta Delgada, Publiçor, 1999, p. 7.



Rodrigo Alvares Pereira

Designação/situação actual: Granel da Rua do Castilho. Desaparecido.

Localização: Rua do Castilho; Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública agrícola.

Ocupação durante a Grande Guerra: Quartel do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26 em 1916 e 1917.

Fontes: Pereira, Rodrigo Álvares, “XI – 1916 a 1919” in *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores N.º 11 e depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927, p. 213.

Observações: No seu lugar existe o moderno parque da Rua do Castilho.



Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações

Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF).

Localização: Faneca, Ilha de Santa Maria.

Categoria tipológica actual: Arquitectura pública de comunicações.

Função durante a Grande Guerra: Estação TSF.

Estado de conservação: Desconhecido.

Fontes: Chagas, Joaquim, *A Telegrafia sem fios nos Açores*, Relatório, Lisboa, Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.



Designação/situação actual: Farol da ponta do Arnel.

Localização: Nordeste, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Farol e estação telegráfica.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: “Património Cultural da Marinha - Faróis de Portugal” in *Revista da Armada*, n.º 380, Novembro, Lisboa, Marinha, 2004.

Observações: Terá recebido uma pequena guarnição militar para protecção imediata da estação/farol e porto.



Designação/situação actual: Estação de Correios.

Localização: São Roque, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação do cabo telegráfico.

Estado de conservação: Bom

Fontes: Ferreira, Manuel, *Os Correios nos Açores*, Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã, Ribeira Chã, 1997.

Observações: O edifício foi profundamente remodelado durante o Estado Novo. Actualmente subsiste ainda um fragmento da estrutura por onde entrava o cabo no edifício.



Museu Carlos Machado

Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF).

Localização: Nordela, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação TSF.

Estado de conservação: Desconhecido.

Fontes: MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3206.



Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF inglesa).

Localização: Ingleses, Feteiras, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica actual: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação TSF (1918).

Estado de conservação: Mau.



Designação/situação actual: Moradia de apoio a um farol (Ferraria).

Localização: Ginetes, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: O círculo posterior à casa representa o local original do posto semafórico dos Ginetes (Farol da Ferraria). Durante o conflito é previsto o seu funcionamento.

Estado de conservação: Desaparecido.

Fontes: *Revista Michaelense*, n.º 1, Edição de Aires Jácome Correia, Ponta Delgada, 1918.



Museu Carlos Machado

Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF).

Localização: Faleiras, ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação TSF (1918).

Estado de conservação: Desconhecido.

Fontes: MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3269.



Designação/situação actual: Posto semafórico do Pico do Facho.

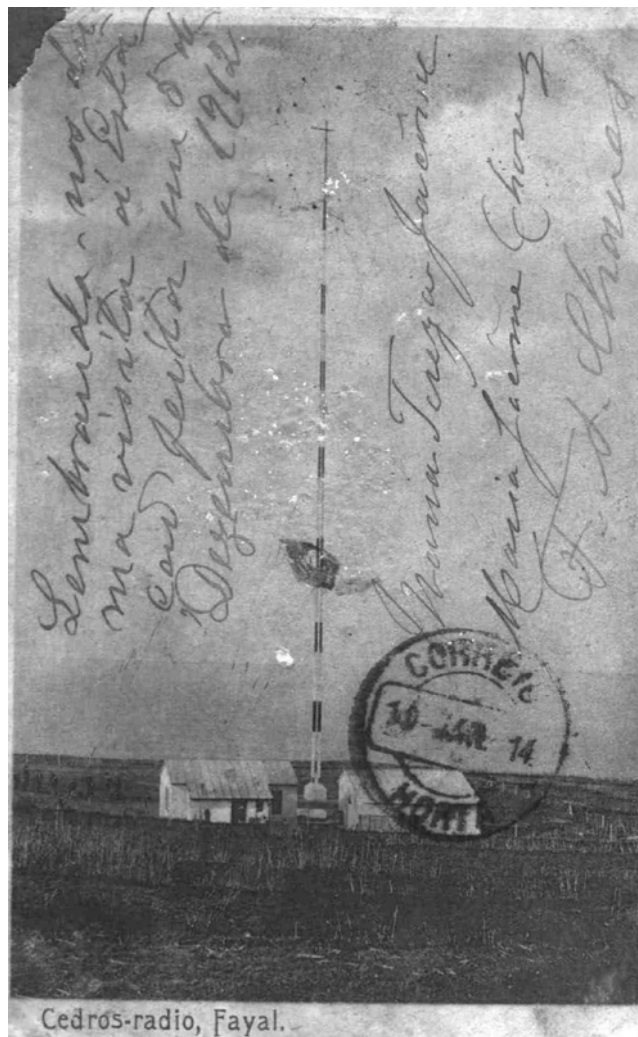
Localização: Monte Brasil, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Posto semafórico.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: BPARAH, *Tabela de sinais do Posto no Monte Brasil*, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, 1939.



Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações

Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF).

Localização: Cedros; ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação TSF.

Estado de conservação: Desconhecido.

Fontes: Chagas, Joaquim, *A Telegrafia sem fios nos Açores*, Relatório, Lisboa, Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.



Instituto Açoriano de Cultura

Designação/situação actual: Colónia Alemã.

Localização: Rua Cônsul Dabney, Rua Marcelino Lima; Horta; ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura publica de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: tratando-se de um bairro residencial da companhia alemã de cabos telegráficos, foi temporariamente utilizado para concentrar os prisioneiros alemães durante a primeira metade de 1916.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Colónia Alemã” in *Horta, Faial - O Inventário do património imóvel dos Açores*, Terceira, Praia da Vitória, Instituto Açoriano da Cultura; 2003, p. 287.

Rogers, M., *A Horta dos Cabos submarinos*, Delegação de Turismo da Horta, Horta, 1983.



Luís Carlos Decq Motta, 14-12-1957

Designação/situação actual: Farol dos Capelinhos.

Localização: Capelinhos, ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Farol/Quartel da diligência do Regimento de Infantaria n.º 25 (1916-1919);

Estado de conservação: Mau (em beneficiação).

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Forte da Guial” in *Horta, Faial - O Inventário do património imóvel dos Açores*, Instituto Açoriano da Cultura, 2004.

www.vulcaodoscapelinhos.org



Museu Carlos Machado

Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF).

Localização: Relvão do Boqueirão, Santa Cruz; Ilha das Flores.

Categoria tipológica ocupacional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação TSF.

Estado de conservação: Desconhecido.

Fontes: MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3119.



Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações

Designação/situação actual: Estação de telegrafia sem fios (TSF).

Localização: Ilha do Corvo.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública de comunicações.

Ocupação durante a Grande Guerra: Estação TSF.

Estado de conservação: Desconhecido.

Fontes: Chagas, Joaquim, *A Telegrafia sem fios nos Açores*, Relatório, Lisboa, Arquivo da Fundação Portuguesa das Comunicações.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Mercado de Peixe. Desaparecido.

Localização: Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública civil.

Ocupação durante a Grande Guerra: Para além de ser o mercado de peixe da urbe, os seus baixos foram utilizados como armazém da base naval americana (1918).

Estado de conservação: Desaparecido.

Fontes: Museu Militar dos Açores.

Observações: Soterrado pela construção da avenida marginal de Ponta Delgada.



Designação/situação actual: Posto da Guarda-fiscal.

Localização: Gaveto da Rua da Alfândega com o Largo José Silvestre Ribeiro, Praia da Vitória; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública civil.

Funções anteriores e posteriores: Antiga alfândega da Praia da Vitória.

Ocupação durante a Grande Guerra: No período de 1914-1918, o imóvel era utilizado como alfândega do porto da Praia da Vitória. Com o eclodir do conflito, foi quartel temporário da diligência do Regimento de Infantaria n.º 25 na mesma vila (1916) e quartel da diligência da Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha.

Estado de conservação: Mau (em beneficiação).

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Posto da Guarda Fiscal” in *O Inventário do património imóvel dos Açores*, Terceira, Praia da Vitória, Instituto Açoriano da Cultura; 2004, p. 140.



Designação/situação actual: Repartição de Finanças. Desaparecido.

Localização: Área Norte do jardim padre Joaquim de Sena Freitas, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública civil.

Ocupação durante a Grande Guerra: No período de 1914-1918, o imóvel era utilizado como repartição de finanças de Ponta Delgada.

Fontes: AMMA-FG, Direcção dos Serviços de Propriedades e Obras Militares dos Açores – Secção de Ponta Delgada, *PM 21 - Processo da barraca em frente ao governo civil*, 1914, Fia 258.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Convento de São João. Desaparecido.

Localização: Rua de São João, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores: Convento de clarissas.

Ocupação durante a Grande Guerra: Tradicional quartel do Regimento de Infantaria n.º 26.

Fontes: Rezendes, Sérgio, “O Convento de S. João” in *Insulana*, LXI, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005, pp. 15 a 38.

Rezendes, Sérgio, “A História de uma mudança actual: a transferência do B.I.I. n.º 18 para o quartel dos Arrifes, em S. Miguel” in *Boletim do Regimento de Guarnição n.º 2*. N.º 2- II Série, Junho. Ponta Delgada, Regimento de Guarnição n.º 2, 2004, pp. 89 a 96.

Observações: Actualmente a sua área corresponde ao parque de São João e Teatro Micaelense. Veja-se anexo XXV.



Designação/situação actual: Palácio da Conceição.

Localização: São José, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores e posteriores: Convento de Nossa Senhora da Conceição, Governo Civil de Ponta Delgada e Junta Geral do mesmo Distrito; comissariado de polícia, sede administrativa do Governo Regional dos Açores.

Ocupação durante a Grande Guerra: Governo Civil de Ponta Delgada e Junta Geral do mesmo Distrito.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: AMMA-FG, Inspecção Geral das Fortificações e Obras Militares, *PM 18 - Processo de cedência de uma faixa de terreno do quintal do Distrito de Recrutamento n.º 4*, 1914-1928, Fia 1258.



Arquivo Histórico Militar

Designação/situação actual: Ermida da Mãe de Deus. Desaparecida.

Localização: Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Ocupação durante a Grande Guerra: Seria requisitada por ordem do Comando Militar dos Açores em 1916 para caserna do destacamento de Artilharia da Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha (1916/1917). Como vinha referenciada nas cartas náuticas, foi demolida devido ao perigo referência a unidade de artilharia de costa entretanto implantada (1917).

Fontes: Rezendes, Sérgio, “O Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada”, Revista *Atlântida*, Vol. XLIX, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, pp. 93 - 122.

Arquivo Histórico Militar, *Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada*, cd n.º 59 – MMA, imagem 3-47-AV2-2276-24



Designação/situação actual: Convento de Nossa Senhora da Luz.

Localização: Largo do Conde da Praia da Vitória (antigo Largo da Luz); Praia da Vitória; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores e posteriores: Convento de Clarissas; antigo tribunal da Praia da Vitória;

Ocupação durante a Grande Guerra: Utilizado como tribunal da vila da Praia da Vitória, durante o conflito serviria temporariamente de quartel da diligência do Regimento de Infantaria n.º 25 na dita vila (1916-1919).

Estado de conservação: Mau.

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Convento de Nossa Senhora da Luz” in *O Inventário do património imóvel dos Açores*, Terceira, Praia da Vitória, Instituto Açoriano da Cultura; 2004, p. 128.



Designação/situação actual: Convento de São Gonçalo.

Localização: Rua Recreio dos Artistas/ Rua Gonçalo V. Cabral, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

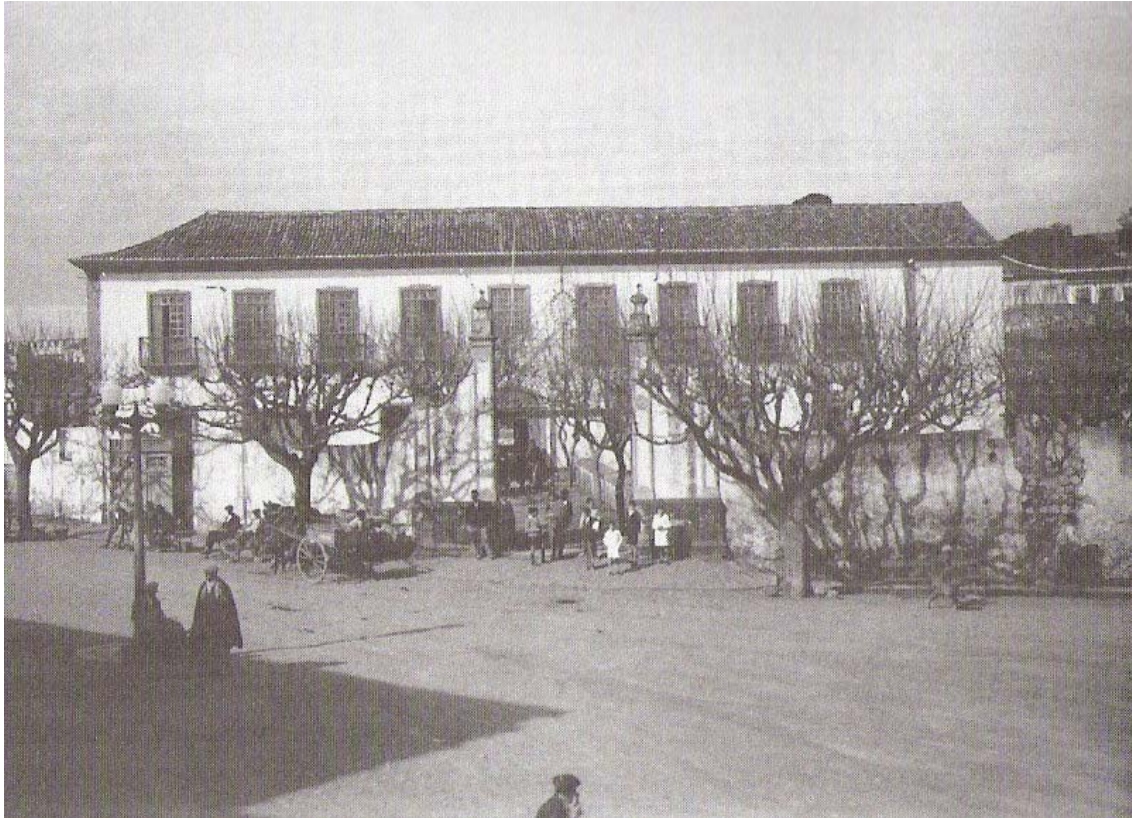
Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores: Convento de Clarissas (Século XVI).

Ocupação durante a Grande Guerra: Aquartelamento do destacamento do Regimento de Infantaria n.º 25.

Estado de conservação: Bom (em recuperação).

Fontes: processo n.º 08.02.03/0057, do arquivo da DRC, 1º volume.



Museu de Angra do Heroísmo

Designação/situação actual: Convento da Graça. Desaparecido.

Localização: Alto das Covas, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores e posteriores: Convento de clarissas; sede da Sociedade Filarmónica Recreio dos Artistas.

Ocupação durante a Grande Guerra: Neste convento ficou aquartelado a 9ª Companhia do Regimento de Infantaria n.º 25 (metralhadoras).

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

Costa, Susana Goulart, *Açores, nove ilhas, uma história*, Berkeley, Institute of Governmental Studies Press, University of Califórnia, 2008.

Observações: Pertencia ao Ministério das Finanças antes e durante a Grande Guerra.



Designação/situação actual: Convento de São Francisco.

Localização: Ladeira de São Francisco, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores e posteriores: Convento de São Francisco; Seminário diocesano; Liceu de Angra do Heroísmo; Museu de Angra do Heroísmo.

Ocupação durante a Grande Guerra: Neste convento ficou alojada a diligência do Regimento de Infantaria n.º 26, que em 1916 veio reforçar a guarnição existente na ilha Terceira.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: http://www.acores.com/b/escola_secundaria_jeronimo_emiliano_andrade.html
<http://www.agencia.ecclesia.pt/instituicao/pub/30/noticia.asp?jornalid=30&noticiad=13060>

Observações: Não foi possível averiguar quando a diligência se mudou para o antigo palácio Bettencourt. Sabe-se que em 1919, saiu deste rumo a Ponta Delgada. O próprio Convento tem uma história complexa nesta fase, nomeadamente pela perspectiva como os Seminários são encarados pela República.



Designação/situação actual: Palácio dos Capitães-generais.

Localização: Rua do Palácio, Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores: O edifício foi projectado como convento e colégio, oferta do rei D. Sebastião à Companhia de Jesus, iniciando-se a sua construção em 1570. Ao longo dos séculos, serviu a variados propósitos: habitação de famílias nobres, sede de regência do Reino e Paço Real. Desde 1766 que ficaria destinado à residência dos Capitães Gerais dos Açores. Albergou a 5ª Divisão do Exército.

Função durante a Grande Guerra: Recebe o Comando Militar dos Açores, entre 1916 e finais de 1917.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Carita, Rui. O Estabelecimento do Colégio Jesuíta da Ilha Terceira em 1570 Segundo um Manuscrito do Século XVIII. in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, I, (1987), p. 409-444.

Costa, Félix José da. *O Palácio dos Capitães-Generais: Os seus títulos, Edifícios e Estabelecimentos Públicos*. Angra do Heroísmo: s.e., 1867.

Martins, Fausto Sanches. *A Companhia de Jesus na Península Ibérica nos Séculos XVI e XVII: Espiritualidade e Cultura: Separata* (s.l.): (s.nr.), 2004. p. 89-117.

Martins, Francisco Ernesto de Oliveira. *Palácio dos Capitães-Generais: Subsídios para a sua História* (2a. ed.). Angra do Heroísmo: Presidência do Governo, 2001. 124p. plantas, fotos.

Rodrigues, Francisco, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* (7 vols.), Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1917.

Sousa, Nestor de, “Arquitectura das Igrejas Jesuítas Açorianas” in: *Actas do IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Salvador, 2000. p. 171-189

Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002



Instituto Açoriano de Cultura

Designação/situação actual: Convento do Carmo.

Localização: Largo da Igreja do Carmo; Horta; ilha do Faial.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública religiosa.

Funções anteriores: Convento.

Ocupação durante a Grande Guerra: Quartel do 2º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 25.

Estado de conservação: Mau.

Fontes: Bruno, Jorge A. Paulus (Coord.), “Igreja do Carmo” in *Horta, Faial - O Inventário do património imóvel dos Açores*, Terceira, Praia da Vitória, Instituto Açoriano da Cultura; 2003, p. 247.



Designação/situação actual: Igreja de São João Batista.

Localização: Forte de São João Batista, Angra do Heroísmo; ilha Terceira.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura religiosa privada.

Funções anteriores e posteriores: Igreja privativa das unidades implantadas no complexo fortificado do forte de São João Batista e Monte Brasil.

Ocupação durante a Grande Guerra: Refeitório dos concentrados Alemães.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Rezendes, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep. da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

Sousa, Nestor, “São João Batista de Angra do Heroísmo, um programa italiano de fortaleza filipina e a sua ermida da Restauração” in *Monumentos*, n.º 5, Setembro, Lisboa, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1996, pp. 28 a 35.

Canas, José Fernando, “Conservação e restauro – a intervenção da D.G.E.M.N.” in *Monumentos*, n.º 5, Setembro, Lisboa, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1996, pp. 50 a 55.



Designação/situação actual: Associação de bem-estar infantil Santa Clara.

Localização: Rua D. Manuel A. Carvalho, Ponta Delgada.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública sanitária.

Ocupação durante a Grande Guerra: Serviu ininterruptamente de Posto Sujo do Hospital de Isolamento, local onde eram desinfectadas pessoas e bens para posterior internamento. A partir de Julho de 1917, serviria igualmente de quartel temporário uma diligência inicialmente da B2AM e posteriormente da Bateria de Artilharia de Guarnição n.º 1 (1918).

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

Observações: Ao fundo, pode-se ver o seu prolongamento original: o Hospital de Isolamento de Ponta Delgada.



Designação/situação actual: Instalações dos Escuteiros de Portugal em Santa Clara.

Localização: Rua D. Manuel A. Carvalho, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública sanitária.

Ocupação durante a Grande Guerra: Hospital de Isolamento para doentes infecto – contagiosos.

Funções posteriores: Sabe-se que mais tardiamente seria utilizado para Hospital de pessoas portadoras de Deficiência (fonte oral). Neste contexto, o edifício apresentado correspondia a uma enfermaria. Pela análise da sua arquitectura interior, seria o edifício por onde entrariam dos infecto-contagiosos.

Estado de conservação: Bom

Fontes: Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

Observações: O Hospital do Isolamento era constituído por três edifícios, dispostos de modo contínuo de nascente para poente. Este módulo seria o primeiro.



Designação/situação actual: Instalações dos Escuteiros de Portugal em Santa Clara.

Localização: Rua D. Manuel A. Carvalho, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública sanitária.

Ocupação durante a Grande Guerra: Módulo intermédio do Hospital de Isolamento para doentes infecto – contagiosos.

Funções posteriores: Seria utilizado para Hospital de pessoas portadoras de Deficiência (fonte oral). Neste contexto, correspondia ao edifício de enfermagem.

Estado de conservação: Bom.

Fontes: Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

Observações: O Hospital do Isolamento era constituído por três edifícios, dispostos de modo contínuo de nascente para poente. Este módulo era o intermédio.



Museu Militar dos Açores

Designação/situação actual: Hospital do Isolamento (3º módulo). Desaparecido.

Localização: Rua D. Manuel A. Carvalho, Ponta Delgada; ilha de São Miguel.

Categoria tipológica funcional: Arquitectura pública sanitária.

Ocupação durante a Grande Guerra: Hospital de Isolamento para doentes infecto – contagiosos (provavelmente uma enfermaria).

Funções posteriores: Sabe-se que mais tardiamente seria utilizado para Hospital de pessoas portadoras de Deficiência (fonte oral).

Fontes: Ferreira, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

Observações: O Hospital do Isolamento era constituído por três edifícios, dispostos de modo contínuo de nascente para poente. Este módulo seria o terceiro e último. À sua antiga área corresponde actualmente um edifício relativamente recente, implantado em terreno público.

VII

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permitiu atingir os objectivos pretendidos: constatar que nos Açores, principalmente na ilha de São Miguel, mais afectada pelo cataclismo que foi a Grande Guerra, a realidade era bem mais complexa do que se poderia inicialmente considerar.

Ainda que a investigação e a bibliografia disponível deixem bem clara a importância geoestratégica que os Açores desempenharam na Grande Guerra, sobretudo em aspectos fundamentais como no abastecimento das embarcações e nas ligações por cabos telegráficos submarinos, o certo também é que considerámos ser necessário averiguar as consequências desta catástrofe no seio das populações das ilhas. Eventos como o ataque do *Deutschland* a Ponta Delgada, a instalação de uma base aéro-naval estrangeira na cidade e a criação de um campo de concentração (designado por “depósito”) de prisioneiros de guerra na ilha Terceira reforçavam esta ideia.

Episódios heróicos da Marinha de Guerra portuguesa, que ilustram as páginas da História Contemporânea, como o combate do *Augusto de Castilho*, contra o U. 139, “o Monstro”, como ficaria conhecido entre os seus naufragos, fortaleciam a ideia de que, apesar dos poucos recursos e de os grandes combates se verificarem em longínquas paragens, as populações insulares passaram também por momentos bem difíceis, como julgamos ter demonstrado ao longo do trabalho.

Falar da Grande Guerra nos Açores será, pois, articular uma “teia” de diferentes acontecimentos e catástrofes, de diferentes naturezas, que no seu ponto central atacam em simultâneo a população, deixando-a muitas vezes indefesa, mas não apática. Neste ponto destaca-se o que se entende ser o clímax da guerra nas ilhas, ou seja, mesmo na parte final, nos meses de Outubro/Novembro de 1918, quando a maior flagelo epidémico do século XX atinge as ilhas, a gripe espanhola, encontrando-se as exportações estagnadas, as importações dependentes do apoio de uma base aero-naval estrangeira e o fosso social, abrupto.

Entender a forma como esta trama se gerou, articulou e desenrolou, e as consequências que daí advieram foi o propósito do presente trabalho. Perceber como as autoridades das ilhas, e mesmo o povo, “viveram” estes anos de 1914 a 1919, principalmente no que concerne às suas expectativas de protecção e apoio da “mãe-

Pátria”, simbolizada pelo governo central em Lisboa, era, assim, questão axial. Inferir da profunda amizade que ainda hoje une os Açores aos EUA, a acção da referida base no “sonho americano” dos açorianos, era também um dos propósitos, até porque o grande fluxo de emigração para aquele país desenrolar-se-ia a partir da Grande Guerra.

A nível interno, as chamadas ilhas adjacentes, assistiram e sofriam de perto aos eventos que caracterizariam a jovem Republica. Aos inúmeros problemas internos de trespassavam a esfera política e económica, a que se aliava uma profunda clivagem social e ideológica, juntava-se, a partir de 1916, uma intervenção belicista declarada nos palcos europeu e africano.

Se, no mês em que ocorreu o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, os acontecimentos pouco impacto tiveram na sociedade açoriana, à medida que se despoleta o mecanismo de alianças, as autoridades militares começam a conhecer alguma apreensão em virtude da presença de grandes cruzadores de superfície no Atlântico e da sua passagem nos portos da Horta e Ponta Delgada. Essa apreensão, é logo comunicada ao governo central, sem que tenha efeitos práticos até ao primeiro bombardeamento da cidade do Funchal, em finais de 1916. A única medida em concreto, entretanto tomada, apenas serviu para desestabilizar o frágil equilíbrio entre o trabalho do campo, ou seja entre as produções agrícolas e as subsistências públicas. Optou-se pela medida mais simples: a de mobilizar parcialmente a população em idade militar. Esta transformação de mão-de-obra dos campos em soldados seria rapidamente abandonada em virtude dos inúmeros problemas gerados e não programados, quer a nível civil como militar.

A imprensa iria acompanhar o rápido evoluir do contexto internacional, assim como a regressão do comércio das ilhas, em grande parte devido ao bloqueio alemão ao domínio inglês do mar do norte e à actividade de uma nova arma, utilizada pela primeira vez como peça de xadrez eficaz num grande conflito: o submarino.

A presença no porto micalense, logo em 1914, de quatro embarcações alemães, cujas tripulações receosas procuravam a protecção de um porto neutral, revelam no primeiro ano de guerra um claro domínio e policiamento dos vasos de guerra ingleses nos mares açorianos, uma vez por outra manifestado por demonstrações de força quando estas embarcações tocavam a terra.

Com a declaração de guerra a Portugal, seriam essas mesmas tripulações, em conjunto com a comunidade alemã local, aprisionadas e concentradas num único depósito de prisioneiros de guerra (nos Açores). Instalados os “concentrados” no forte de

São João Batista em Angra do Heroísmo, e tendo em conta os meios possíveis ao tempo, terão sido bem tratados até aos acordos de Paz, causando mesmo uma certa inveja aos locais.

Essa inveja advém de vários factores. Uma alimentação garantida em época de invernos rigorosos, que, para além de prejudicarem as culturas de ar livre, danificava estruturas fundamentais para a economia, como as estufas de ananás. Roupas e material de aquartelamento acautelados, quando na realidade os preços das fazendas e demais materiais relacionados se encontravam fora do alcance da maioria da população. Apoio sanitário, numa época em que pestes e epidemias eram cíclicas e os medicamentos onerosos, era outro dos factores que se encontravam afastados do mais comum dos cidadãos, que nem sapatos tinham, normalmente. O que efectivamente se deveria desconhecer era o enorme sacrifício e astúcia das autoridades militares em conseguir assegurar bens e serviços, quando as respostas do governo central eram tardias e, muitas vezes, sem efeitos práticos.

O atrofiamento económico, em consequência da falta de ligações marítimas, quer com o continente português, como com o norte da Europa e, no caso das subsistências públicas, com os mercados tradicionalmente abastecedores de géneros como o trigo, puseram as populações das ilhas num equilíbrio muito frágil. A difícil questão das colheitas, acima de tudo de milho, e o controlo da sua exportação, colocava anualmente as autoridades administrativas em xeque, em resultado das “fraquezas humanas”. Com graves dúvidas, tinham que gerir duas situações, sabendo de antemão que o apoio exterior às ilhas era impossível e que, muitas vezes, eram os Açores a socorrer os mercados de Madeira e Continente: deixar exportar ou não. Se autorizassem a exportação, era possível que se assistisse à escassez de géneros em determinados mercados, como de facto aconteceu. Se o não fizessem, o milho deteriorava-se, condenando os comerciantes a graves prejuízos, perdendo-se a oportunidade angariar importantes receitas para a administração pública. Esta situação, gerida com muita cautela, permitiu um certo equilíbrio, valendo, em muitos casos, a inter-ajuda das ilhas e o combate incessante aos açambarcadores.

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra, rapidamente se gerou apreensão, no seio de militares como de civis. Onde estavam os meios para defender, pelo menos, as três grandes ilhas? Os meios técnicos eram ainda os referidos em 1914, ou seja todos da década de 80 do século XIX, com a excepção da dupla de metralhadoras nas duas grandes ilhas, de inícios do século e provavelmente já alteradas das suas

características originais. A artilharia, em termos práticos e perante o adversário que se esperava, de nada valeria. A infantaria, apenas poderia ter alguma valência no raio de alcance das suas armas, o que apesar de ser pouco, ainda era alguma coisa. Contudo, sempre se disse ao governo central que os meios existentes eram totalmente incapazes de defender portos com depósitos de carvão e combustíveis, centrais de cabos telegráficos, estações TSF, o Depósito de Concentrados Alemães e a própria população, uma vez que, como se sabe, a Grande Guerra já esboça uma mudança de mentalidade bélica que começa a não fazer a distinção entre alvos militares e civis.

Todo este novelo ficaria bem a descoberto com o ataque o *Deutschland* a Ponta Delgada. Aparentemente sem alvo específico, os projecteis disparados foram acertar em áreas periféricas de Ponta Delgada, tendo valido à defesa da cidade duas situações: o posicionamento privilegiado do navio carvoeiro americano *Orion* e o seu possível aprontamento por meio de TSF, logo aquando do contacto visual. A bateria de defesa de costa portuguesa, instalada no Alto da Mãe de Deus em resultado da forte pressão das autoridades militares junto do Ministério da Guerra em Lisboa, mal posicionada, fez o que podia. O seu ultrapassado material nada poderia fazer quando comparada com a peça americana, independentemente do seu posicionamento. Contudo, tal posicionamento tinha lógica, caso o submarino tentasse entrar no porto ou mesmo próximo à sua barra, como havia sucedido no Funchal. O mesmo aconteceria em 1918, com as peças portuguesas recentemente instaladas em Santa Clara, que rapidamente seriam eclipsadas pela assistência de uma única americana.

A criação de uma base americana em Ponta Delgada, com fuzileiros e hidroaviões, levantaria muitas questões aos micaelenses, mas, paralelamente, resolveria muitos anseios. Se, por um lado, a presença estrangeira provocava o estrangulamento, já de si complicado, do abastecimento dos géneros alimentares à população em geral, por outro lado garantia protecção e quando efectivamente necessário, a colaboração, como por exemplo no comércio entre as ilhas e aquele país, na importação de farinhas e transporte inter-ilhas de géneros preciosos como o milho.

Se, paralelamente, os americanos foram acusados de tentar “comprar”os micaelenses, o que realmente se constatou foi a existência de certos abusos, reprimidos quando efectivamente se começava a constatar serem exagerados para os padrões sociais da época. A sua passagem pela ilha possibilitou um rejuvenescer da economia local, gerando novas oportunidades de comércio, postos de emprego e também algum aproveitamento por parte dos micaelenses.

A nível institucional, a presença de um oficial general de uma marinha de Guerra estrangeira em solo nacional levantou uma série de questões ao Governo Central e local. Assumindo claramente um politica, que será uma característica do Estado português durante o conflito, de tentar ombrear com os aliados, e mediante uma gritante falta de condições do Comando Militar dos Açores, Sidónio Pais iria enviar para os Açores, dois militares de gabarito, possuidores de muita experiência em politica, diplomacia e contextos de guerra, um para cada ramo.

Apesar dos poucos meios ao dispor de ambos (embora reforçados em relação a 1914), a defesa estava assente, como tradicionalmente, nas forças terrestres ou seja no soldado açoriano e num quadro de oficiais misto, bastante rotativo no que concerne a chegadas e partidas. O General Simas Machado, Alto-comissário da Republica nos Açores, assumia um cargo que acumulava duas importantes funções: a de comandante militar máximo no arquipélago e a de responsável supremo da administração civil. Perante a presença de uma força estrangeira, opta por uma politica de colaboração, mostrando o que tinha, recebendo a ajuda americana quando necessário e procurando que socialmente todas as forças se articulassem sem problemas.

A tentativa de ombrear com os “amigos” americanos por parte do governo português seria também visível numa outra inovação: a aeronáutica. Praticamente a seguir aos primeiros voos das aeronaves estrangeiras, circulam noticias nos jornais de que o governo iria implantar uma base aero-naval nas ilhas, o que realmente se comprovou pela presença nas três grandes ilhas de pessoal e material, embora sem que nenhum avião tenha chegado a descolar.

Pretende-se, pois, que a partir deste trabalho se possa aprofundar mais esta época e que acima de tudo, partindo do conhecimento do passado, se possa entender um problema actual: as ilhas continuam a ter uma relevância geoestratégica indispensável em contexto de conflito mundial, com uma agravante: sem apoio do exterior, já não será possível, *per si*, alimentar a sua população.

Terminou a época de uma paisagens de incontáveis campos cultivados de milho e trigo

VIII - FONTES

1. Fontes manuscritas

AHM, Comissão Técnica de fortificações, *Ofício 5 do processo 187 enviado ao Chefe de Estado Maior do Exército, Pastas de notas*, 3.^a Div, 1.^a Secc., Caixa nº 5, nº1. Anos 1911-12.

AHM, Secretaria do Estado dos Negócios da Guerra, *Nota n.º 819 enviada ao Presidente do Supremo Conselho de Defesa Nacional, Pastas de notas*, Cópia da 1.^a Direcção do Estado-Maior do Exército, 11 de Junho de 1912, 3.^a Div, 1.^a Secc. Caixa nº 5, nº1, Ano- 1911-12.

AHM, 2.^a Repartição da Direcção do Serviço de Estado Maior. *Relatório de 16 de Maio, Pastas de notas*, 3.^a Div., 1.^o secc., Caixa n.º 18, n.º 16, 1916.

AHM, EME, *Bases para uma defesa imediata do paiz na perspectiva de um ataque da parte dos adversários prováveis que possam surgir do actual conflito europeu, Pastas de notas*, 4 de Maio, 3.^a Div., 1.^o Secç., Caixa n.º 18, nº 22, 1916.

AHM, 2.^a Rep. da I Div. do EME, *Parecer do serviço de vigilância e de segurança contra submarinos inimigos ao longo da costa, Pastas de notas*, 3.^o Div. 1.^o Secc. Caixa nº 18, nº 23, ano 1917.

AMMA - FCVPD, *Livro de Actas da Direcção de 21 de Junho de 1918 a 31 de Outubro de 1923*. Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada.

AMMA – FCVPD, *Copiador de correspondência expedida entre 26 de Junho de 1918 e 23 de Junho de 1924*. Delegação da Cruz Vermelha de Ponta Delgada.

AMMA– FG, Quartel - General, *Protocolo de Correspondência “Confidencial” recebida no Quartel General*, livro, 1952, FIA 2.

AMMA– FG, *Comando Militar dos Açores, Notas enviadas pelo Ministério de Guerra a deferir para o Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1916, FIA 4.

AMMA– FG, *Correspondência a preparar a chegada do Almirante Dunn e respectiva base americana - Correspondência entre o Comando Americana e o CMA, Pastas de notas*, 1917, FIA 10.

AMMA– FG, *Circulares a propor louvores – anos 1915/1916/1917, Pastas de notas*, 1915, FIA 13.

AMMA– FG, *Circulares sobre pessoal, recrutamento e emigrantes, Pastas de notas*, 1916, FIA 14.

AMMA– FG, *Comando Militar dos Açores, Correspondência sobre a base naval americana/relatórios, Pastas de notas*, 1919, FIA 15.

AMMA– FG, *Comando Militar dos Açores, Defesa dos Açores, Pastas de notas*, 1919, FIA 16.

AMMA– FG, *Comando Militar Dos Açores. Artigos de material de guerra, mobília e utensílios em carga/relatórios e notas, Pastas de notas*, 1919, FIA 20.

AMMA– FG, Comando Militar do Faial, *Correspondência diversa do Comando Militar da Horta e de entidades civis, Pastas de notas*, 1915, FIA 21.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida pelo Chefe de Secretaria do Comando Militar dos Açores oriunda de diversas entidades militares, Pastas de notas*, 1916, FIA 23.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida de diversas autoridades Militares, Pastas de notas*, 1916, FIA 24.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida de diversas autoridades Militares, Pastas de notas*, 1916, FIA 26.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida de diversas autoridades civis, Pastas de notas*, 1916, FIA 27.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência relacionada com a censura - verbas e gratificações, Pastas de notas*, 1919, FIA 30.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Registos militares sobre automóveis, imóveis, vários, Pastas de notas*, 1919, FIA 31.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência diversa, Pastas de notas*, 1919, FIA 32.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Base Aeronáutica em Angra - Correspondência relacionada com pessoal, Pastas de notas*, 1919, FIA 36.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida do Alto Comissariado da República nos Açores relacionado com Pessoal, Pastas de notas*, 1918, FIA 37.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência enviada da Base Naval Americana ao Comando Militar, Pastas de notas*, 1918, FIA 38.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência relacionada com a defesa dos Açores, Pastas de notas*, 1918, FIA 39.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida, relacionada com o Comando Militar da Horta abordando a censura, Pastas de notas*, 1918, FIA 40.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Nomeação do pessoal para o corpo expedicionário português e Ultramar em serviço extraordinário, Pastas de notas*, 1918, FIA 41.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência enviada ao Comando requisitando diversos locais, Pastas de notas*, 1918, FIA 42.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores. *Correspondência relacionada com a mudança do Comando Militar dos Açores para Ponta Delgada, Pastas de notas*, 1918, FIA 50.

AMMA– FG, *Correspondência relacionada com Oficiais e Sargentos, Pastas de notas*, 1919, FIA 51.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Condecorações e louvores/Correspondência/Notas, Pastas de notas*, 1919, FIA 54.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Mapas periódicos, relações, custos com alimentação, fardamento e ajudas de custo, Pastas de notas*, 1919, FIA 56.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Diversos, Pastas de notas*, 1919, , FIA 73.

AMMA– FG, Regimento de Infantaria n.º25/Angra do Heroísmo, *Correspondência diversa expedida para Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1916, FIA 80.

AMMA– FG, Regimento de Infantaria n.º25/Angra do Heroísmo, *Correspondência diversa expedida para Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1916, FIA 81.

AMMA– FG, Quartel - General/1ª Divisão do Exército/Lisboa, *Correspondência enviada ao Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1916, FIA 89.

AMMA– FG, Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha/Angra do Heroísmo, *Correspondência enviada ao Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1916, FIA 94.

AMMA- FG, Direcção dos Serviços de Propriedades e Obras Militares dos Açores – Secção de Ponta Delgada, *PM 21 - Processo da barraca em frente ao governo civil*, 1914, FIA 258.

AMMA– FG, Serviço de Fortificações e Obras Militares nos Açores. Secção de Ponta Delgada. *PM 40- Carreira de Tiro, Pastas de notas*, 1917, FIA 270.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência relacionada com pessoal, Pastas de notas*, 1919, FIA 312.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida, Pastas de notas*, 1932, FIA 459.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência diversa relacionada com a Peça 17,7 cm no Pico do Vigário, Pastas de notas*, 1924, FIA 519.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos relacionados com fardamento e material têxtil, Pastas de notas*, 1917, FIA 676.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos sobre inspecção de recrutas, outros, Pastas de notas*, 1917, FIA 681.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência sobre a alteração de ordem pública: requisições de forças/outros, Pastas de notas*, 1917, FIA 683.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Telegramas oriundos do Ministério de Guerra, Pastas de notas*, 1916, FIA 686.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência diversa sobre festas no relvão, passagens marítimas, notícias de França, outros, Pastas de notas*, 1917, FIA 689.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência relacionada com administração militar, Pastas de notas*, 1917, FIA 692.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Requerimentos para exportação durante o estado de sítio na ilha Terceira, Pastas de notas*, 1916, FIA 695.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência expedida, Pastas de notas*, 1916, FIA 696.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência recebida, Pastas de notas*, 1916, FIA 697.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentação de diversas Unidades Açorianas, Pastas de notas*, 1916, FIA 700.

AMMA– FG, *Ministério da Guerra, Directivas, verbas, folhas de vencimentos de militares, escolas e cursos de promoção e outros, Pastas de notas*, 1915, FIA 777.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Telegramas, Pastas de notas*, 1915, FIA 778.

AMMA– FG, Inspeção das Fortificações e Obras Militares nos Açores, *Estimativa para diversas obras de Unidades nos Açores, Pastas de notas*, 1925, FIA 827.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Serviço interno dos cofres e guarnição, Pastas de notas*, 1923, FIA 861.

AMMA– FG, Inspeção das Fortificações e Obras Militares nos Açores, *Estimativas para diversas obras de Unidades nos Açores, Pastas de notas*, 1922, FIA 912.

AMMA– FG, Inspeção das Fortificações e Obras Militares nos Açores, *Estimativas para diversas obras de Unidades nos Açores, Pastas de notas*, 1921, FIA 913.

AMMA–FG, Comando Militar de Ponta Delgada, *Correspondência recebida, Pastas de notas*, FIA 941.

AMMA– FG, Secretaria de Guerra, *Circulares enviada ao Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1917, FIA 957.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Alterações de material de guerra para o Arsenal do Exército, Pastas de notas*, 1914, FIA 934.

AMMA– FG, Inspeção das Fortificações e Obras Militares nos Açores, *Estimativas para diversas obras de Unidades nos Açores, Pastas de notas*, 1920, FIA 990.

AMMA– FG, Secretaria de Guerra, *Circulares ao Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1919, FIA 1086.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos relacionados com mancebos, Pastas de notas*, 1916, FIA 1088.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Defesa dos Açores, Pastas de notas*, 1916, FIA 1090.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Nota Confidencial de 29 de Novembro do Comandante da Diligência em Santa Cruz da Graciosa para o CMA, Pastas de notas*, 1913, FIA 1091.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência confidencial recebida. Pastas de notas*, 1915, FIA 1092.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores/Distrito de Recrutamento n.º 25, *Documentos relacionados com recrutamento, material e animais, Pastas de notas*, 1913, FIA 1094.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos sobre material, mapas e despesas, Pastas de notas*, 1917, FIA 1099.

AMMA– FG, Direcção de Serviços e Obras Militares nos Açores, *Desmontagem e remessa para Lisboa das peças americanas 17,7, Pastas de notas*, 1931, FIA 1111.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos sobre oficiais, Pastas de notas*, 1921, FIA 1218.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Processo nº 15 - condecorações e louvores, Pastas de notas*, 1920, FIA 1227.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Ofício americano sobre exercícios navais, Pastas de notas*, 1917, FIA 1230.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos sobre peças de Stª Clara, militares na polícia cívica, outros, Pastas de notas*, 1919, FIA 1235.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Informações anuais, Pastas de notas*, 1915, FIA 1236.

AMMA– FG, Comando Militar da Horta, *Copiador de correspondência - tomadas de posse, Pastas de notas*, 1914, FIA 1238.

AMMA– FG, Regimento de Infantaria nº 25, *Copiador geral - vários (Instrução), Pastas de notas*, 1914, FIA 1240.

AMMA– FG, Comando Militar dos Açores. *Correspondência enviada ao Comando Militar dos Açores, Pastas de notas*, 1914, FIA 1243.

AMMA– FG, Distrito de Recrutamento n.º 25, *Copiador de correspondência sobre o capelão José Simões, Pastas de notas*, 1914, FIA 1247.

AMMA– FG, Bateria nº 1 de Metralhadoras, *Copiador geral de correspondência, Pastas de notas*, 1914, FIA 1248.

AMMA– FG, Bateria nº 2 de Artilharia de Montanha, *Mobilização, Pastas de notas*, 1914, FIA 1249.

AMMA– FG, Bateria nº 2 de Metralhadoras, *Mobilização, Pastas de notas*, 1914, FIA 1252.

AMMA– FG, Regimento de Infantaria n.º 25, *Mobilização, Pastas de notas*, 1914, FIA 1255.

AMMA– FG, Regimento de Infantaria n.º 25, *Mobilização, Pastas de notas*, 1914, FIA 1257.

AMMA- FG, Direcção dos Serviços de Propriedades e Obras Militares dos Açores – Secção de Ponta Delgada, *PM 21 - Processo da barraca em frente ao governo civil*, 1914, FIA 258.

AMMA– FG, Distrito de Recrutamento n.º 26, *Copiador de correspondência: pessoal, estudos no estrangeiro, emigração, outros, Pastas de notas*, 1914, FIA 1263.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores. *Correspondência relacionada com pessoal: eleições, serviços públicos, aviação, outros, Pastas de notas*, 1919, FIA 1265.

AMMA– FG, Serviço de Fortificações e Obras Militares nos Açores. *Processo do Capitão Militar Vicente Cymbron, Pastas de notas*, 1922, FIA 1269.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Processo sobre sargentos: empregos públicos, punições, readmissões, outros, Pastas de notas*, 1919, FIA 1272.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Memória descritiva e justificativa para a construção de uma posição de peças Armstrong 10 cm no alto da Mãe de Deus, Pastas de notas*, 1917, FIA 1274.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Pessoal mobilizado para o Ultramar, Pastas de notas*, 1919, FIA 1275.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos confidenciais sobre tiro, navios estrangeiros, defesa, uniformes, outros, Pastas de notas*, 1914, FIA 1277.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Escolas de repetição de exercícios, Pastas de notas*, 1912, FIA 1279.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Escola de recrutas – exercícios, Pastas de notas*, 1913, FIA 1280.

AMMA– FG, Serviço de Fortificações e Obras Militares nos Açores. *Participações (ilha Terceira), Pastas de notas*, 1917, FIA 1270.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Processo sobre sargentos: empregos públicos, punições, readmissões, outros, Pastas de notas*, 1919, FIA 1272.

AMMA– FG, Distrito de Recrutamento n.º 26, *Copiador de correspondência: pessoal, estudos no estrangeiro, emigração, outros, Pastas de notas*, 1914, FIA 1363.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Documentos sobre militares e reformados: diversos e transferências, Pastas de notas*, 1927, FIA 1387.

AMMA– FG, Comando Militar Dos Açores, *Correspondência diversa, Pastas de notas*, 1922, FIA 1402.

AMMA, IFOMA, *Registo de correspondência expedida, Livro III – 12 de Fevereiro de 1914 a 25 de Agosto de 1916*, L - 1168.

AMMA– FG, IFOMA, *Registo de correspondência expedida, Livro IV - 25 de Agosto de 1916 a 11 de Agosto de 1918*, L – 1169.

AMMA-FG, Comando Militar dos Açores, “nota 44 do CMA para a Repartição do Gabinete” in *Registo de correspondência com o Ministério da Guerra*, L – 1462.

BPARAH – FGCAH, *Livro 17 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil – administrações do concelho*, 1912-1916, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

BPARAH – FGCAH, *Livro 18 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil, Civil – administrações do concelho*, 1917-1918, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

BPARAH – FGCAH, *Livro 20 – registo de correspondência dirigida ao Ex.º Governador civil– administrações do concelho*, 1919 a 4 de Novembro de 1927, Administrador do concelho da Praia da Vitória.

BPARAH – FGCAH, *Livro 01 de Correspondência expedida da 1ª secção da Secretaria do Governador civil de Angra do Heroísmo para as Repartições superiores*.

BPARAH – FGCAH, *Livro 02 de Correspondência expedida da 1ª Secção da Secretaria do Governo Civil de Angra do Heroísmo para todas as corporações Administrativas*.

BPARPD – FGCPD, *Livro 288 do Governador civil de Ponta Delgada - Registo de telegramas entre 15 de Dezembro de 1914 e 10 de Maio de 1917.*

BPARPD – FGCPD, *Livro 336 do Governador civil de Ponta Delgada, 1ª Secção.*

BPARPD – FGCPD, *Livro 338 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas. 1ª Secção.*

BPARPD – FGCPD, *Livro 340 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas, 1ª Secção.*

BPARPD – FGCPD, *Livro 342 do Governador civil de Ponta Delgada: Correspondência expedida por este Governo Civil a diversas autoridades e pessoas. 1ª Secção.*

Memórias de José Batista Martins, *Depoimento*, Documento manuscrito, Não publicado, 1973.

2. Fontes Impressas

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, Janeiro de 1912 a Abril de 1915.

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, Abril a Dezembro de 1915.

Açoriano Oriental, Ponta Delgada, Janeiro de 1916 a Dezembro de 1917.

Açoriano Oriental, Janeiro de 1918 a Dezembro de 1919.

BPARAH, *Tabela de sinais do Posto no Monte Brasil*, Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, 1939

CORRÊA, Ayres J. “A Base Naval dos estados Unidos da América do Norte em Ponta Delgada: em Politica exterior dos estados Unidos na América do Norte – o presidente Wilson e a guerra europeia – a ocupação da ilha”, in *Revista Michaelense*, Ponta Delgada, 1918, pp. 76 – 92.

CORRÊA, Ayres J. *Revista Michaelense*, Ponta Delgada, 1918.

CORRÊA, Ayres J. *Revista Michaelense*, Ponta Delgada, 1919.

DUARTE, Manuel Pereira, “Secção Agrícola” in *Almanaque das Famílias*, Ponta Delgada, Tipografia Insular, 1953.

FERREIRA, J.B, *Armas portáteis e Material de Artilharia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

MARQUES, A. J., *Material de Artilharia – Pólvora e explosivos*, Lisboa, Escola Central de Sargentos, 1920.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1911, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1912, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1913, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1914, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1915, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1916, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1917, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1918, I Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1918, II Série, Secretaria da Guerra.

Museu Militar dos Açores, Colecção de *Ordem do Exército*, 1919, I Série, Secretaria da Guerra.

ORNELAS, Carlos, *O Açoriano na Grande Guerra*, Revista Insular e de Turismo, Lisboa, Gazeta dos Caminhos-de-ferro, 1931.

RIBEIRO, Artur e Maldonado, PIMENTEL, *Teorias nas Casernas – Educação Militar do Soldado*, Lisboa, Publicação da revista «O Tiro Civil», A liberal, 1902.

SIMÕES, Luís José, *200 milhas a remos: Narrativa trágico-marítima*, Folhetins do “Diário de Notícias”, Lisboa, 1920.

SOARES, Silva, “A Aviação Naval” in *Defesa Nacional*, n.º 145, Lisboa, Tip. Renascença, 1946, pp. 10 - 11.

3. Bibliografia

A Carvalho Araújo – Cinquentenário, 1968, Liga dos Combatentes e Câmara Municipal de Vila Real, 1968.

ALÇADA, Margarida (Coord.), “Inventário do Património Arquitectónico” in *Conhecer, Inovar, Conservar, informar*, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 2004.

ANDRADE, José, *A Face Humana da Toponímia de Ponta Delgada*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2001.

ANDRADE, José, *Concelho de Ponta Delgada – 500 anos de História*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

BARBOSA, André Tavares, “Espaço Afro-Ibero-Latino-Americano: geopolítica, geoestratégia e importância para a Lusofonia” in *Linha de Investigação, Europa, Segurança e Migrações*, (Coord. Maria do Céu Pinto [<http://cepese.up.pt/ficheiros/Working%20Paper%20ATB5.pdf>] (acesso a 12 de Fevereiro de 2009)).

BELÉM, A.M. da Cunha, *Breves noções de higiene militar para uso das escolas dependentes do Ministério da Guerra*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

BENTO, Carlos Melo, “A Grande Guerra 1914/18” in *História dos Açores*, Vol. III, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.

BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Pico - São Roque do Pico – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 1999.

- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Pico – Lajes – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2000.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Vila nova - Corvo – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2001.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Faial - Horta – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2003.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Terceira – Praia da Vitória – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2004.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Santa Maria – Vila do Porto– inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2005.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Flores - Lajes*, Direcção Regional da Cultura, 2006.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Pico – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2006.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Faial – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2006.

- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Corvo – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2006.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *São Miguel – Ribeira Grande – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2007.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Santa Maria – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2008.
- BRUNO, Jorge A. Paulus, “O inventário do património imóvel dos Açores” in *Flores - Santa Cruz – inventário do património Imóvel dos Açores*, Direcção Regional da Cultura, 2008.
- CANAS, José Fernando, “Conservação e restauro – a intervenção da D.G.E.M.N.” in *Monumentos*, n.º 5, Setembro, Lisboa, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1996
- CARDOSO, Adelino, *Aeronaves militares portuguesas no século XX*, Essencial, Lisboa, 2000,
- CARDOSO, Edgar P. C., *História da Força Aérea Portuguesa*, 3ª Volume, Lisboa, Comocolor, 1984.
- CARITA, Rui. O Estabelecimento do Colégio Jesuíta da Ilha Terceira em 1570 Segundo um Manuscrito do Século XVIII. in: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XLV, I, (1987), p. 409-444.

CEIMAC, *A Artilharia e a defesa de costa da barra do Tejo a Cascais nós séculos XIX e XX - O Museu de Artilharia de Costa*, Separata do Boletim da Artilharia Antiaérea n.º5, Outubro, Queluz, Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1, 2005.

CORTESÃO, Jaime, *Memórias da Grande Guerra*, Lisboa, Portugal Editora, 1969.

CORDEIRO, Pedro, *Memória em Imagens – Ponta Delgada*, Outrora, Unipessoal Lda, 2007.

COSTA, Félix José da. *O Palácio dos Capitães-generais: Os seus títulos, Edifícios e Estabelecimentos Públicos*. Angra do Heroísmo, s.e., 1867.

COSTA, Susana Goulart, *Açores, nove ilhas, uma história*, Berkeley, Institute of Governmental Studies Press, University of Califórnia, 2008.

DIAS, Maduro Dias, “Angra do Heroísmo e o castelo do Monte Brasil” in *Monumentos*, n.º 5, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1996.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Instituto António Houaiss, Lisboa, 2003.

FALCÃO, Conde, *Imagens da I Guerra Mundial*, Lisboa, Secção de Informação Protocolo e Relações Públicas do gabinete EME, 2004.

FARIA, Miguel Figueira de, *Marconi: 75 anos de comunicações internacionais*, Lisboa. Companhia Portuguesa Rádio Marconi, 2000.

FRANCO, Nancy Mota, *Setenta e Cinco anos de Misericórdia, Santa Casa da Misericórdia da Povoação*, Nova Gráfica, 2006.

- FERREIRA, J. M., “Revisão Histórica da participação de Portugal na primeira Guerra Mundial: a dimensão Ibérica-insular” in *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLIII (II), Angra do Heroísmo, 1985, pág. 635-647.
- FERREIRA, J. M., “Os Açores nas duas Guerras Mundiais” in *Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira*, XLV (I), Angra do Heroísmo, 1987, pp. 73-90.
- FERREIRA, J. M. “A importância do Porto de Ponta Delgada na I Guerra Mundial” in *Ponta Delgada - cinco séculos de concelho 1499-1999*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, Nova Gráfica, 2001, pp. 233-239.
- FERREIRA, José Medeiros, “José Bruno Carreiro, o Almirante Dunn e o presidente Wilson: o triângulo que nunca existiu?” in *Franklin Roosevelt e os Açores nas duas Guerra Mundiais*, Fundação Luso-Americana, Lisboa, 2008, pp. 61 – 79.
- FERREIRA, Manuel, *As voltas que Santa Clara deu*, Câmara Municipal de Ponta Delgada, 2003.
- FERREIRA, Manuel, *Os Correios nos Açores*, Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã, Ribeira Chã, 1997.
- FLORES, João Caetano, *A culinária dos nossos avós*, Centro Social Paroquial da Ribeira Chã, 1997.
- GARRIDO, Álvaro (coord.), “Mais de 470 milhas em dories, sem mantimentos nem água” in *A Pesca do Bacalhau, História e Memória*, Ed. Diário de Notícias, S/D.
- GASPAR, Maria, Ponta Garça, *Alguns dados históricos e demográficos – na celebração dos 50 anos do sacerdócio do Padre José Gregório Soares de Amaral*, Vila Franca do Campo, Editorial Ilha Nova, 2004.

GOMES, Nuno Santa Clara, “Armas e armamentos”, *Portugal e a Grande Guerra*, N.º 14, Lisboa, Diário de Notícias, 2003, pp. 157-168.

HERDADE, J.R, *Armamento do Exército português*, Lisboa, Estado-maior do Exército, 2001.

JÚNIOR, Abílio Cruz, “Sacadura Cabral - O homem que deu asas à Marinha”, *Revista da Armada*, n.º 330, Abril, Marinha, 2000.

LEAL, Ernesto Castro, “memória, literatura e ideologia” in *Portugal e a Grande Guerra*, fascículo 49, Lisboa, Diário de Notícias, 2003.

MATOS, J. Semedo e VARELA, Dionísio, “Oitenta anos sobre a morte de Carvalho Araújo”, *Revista da Armada*, n.º 314 (Novembro), Lisboa, Página Impar, 1998, pp. 7 – 9.

MATOS, L. S., “República: um corpo com alma” in *Nova História Militar de Portugal*, Vol: 4, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2004, pp. 117 – 142.

MARQUES, Isabel Pestana, *Memórias do General - Os meus três comandos de Fernando Tamagnini*, parte II, Viseu, SACRE/Fundação Mariana Alves, 2004.

MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira, “A arquitectura nos ambientes açorianos” in *Ambientes Açorianos – da época dos descobrimentos à das viagens e emigração*, Ponta Delgada, Eurosigno publicações, 1991.

MARTINS, José Salgado, *Os Açores, a Guerra e as propostas reformistas de Francisco Borges da Silva nos finais do antigo regime*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2006.

- MARTINS, Rui de Sousa, “Ruínas, patrimonialização e cultura cerâmica” in *O Inventário do património imóvel dos Açores*, Terceira, Praia da Vitória, Direcção Regional da Cultura, Instituto Açoriano da Cultura; 2004
- MENESES, Avelino de Freitas, “A fortaleza do Monte Brasil” in *Monumentos*, n.º 5, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Lisboa, 1996.
- MESQUITA, Mário, “A escala de Roosevelt nos Açores durante a I Guerra Mundial” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, pp. 37 – 59.
- MONTEIRO, Albertino J. R., *A mortalidade no concelho de Ponta Delgada no primeiro quartel do século XX*, Tese de Mestrado, Policopiado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2000.
- MONTEIRO, Henrique Pires, “Discurso de apresentação da Comissão Técnica de Infantaria” in *Livro de Ouro de Infantaria*, Comissão Técnica da Arma de Infantaria, Lisboa, 1922.
- MORAES, A. A., “Empresa Insulana de Navegação”, *Atlântida*, Vol. XLV, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2000, pp. 12- 109.
- “Património Cultural da Marinha - Faróis de Portugal” in *Revista da Armada*, n.º 380, Novembro, Lisboa, Marinha, 2004.
- PEREIRA, Rodrigo Alvares, *Esboço Histórico do Batalhão de Caçadores n.º 11 mais tarde Regimento de Caçadores n.º 11 depois Regimento de Infantaria n.º 26*, Ponta Delgada, Artes Gráficas, 1927.
- PEREIRA, Rodrigo Álvares, “Monumentos Histórico- Militares Micaelenses- As fortificações” in *Insulana*, Vol. III n.º 2, Ponta Delgada, Oficinas do “Diário dos Açores”, 1947.

“Prever a Próxima Gripe letal” in *National Geographic Portugal* n.º 55 (Outubro), Lisboa, Lusomundo Editores, 2005.

REZENDES, Sérgio, *Memórias de Água Retorta na primeira metade do Século XX: aspectos da vivência social*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, policopiado, 1996.

REZENDES, Sérgio, *O Depósito de Concentrados Alemães na ilha Terceira – as memórias de uma reclusão forçada*, Sep da Revista Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LVIII, 2002.

REZENDES, Sérgio, “O Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada”, Revista *Atlântida*, Vol. XLIX, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2004, pp. 93 - 122.

REZENDES, Sérgio, “A História de uma mudança actual: a transferência do B.I.I. n.º 18 para o quartel dos Arrifes, em S. Miguel” in *Boletim do Regimento de Guarnição* n.º 2. N.º 2- II Série, Junho. Ponta Delgada, Regimento de Guarnição n.º 2, 2004

REZENDES, Sérgio, “O Convento de São João” in Revista *Insulana*, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Vol. LXI, 2005.

RODRIGUES, Luís, *Artes de pesca artesanal dos Açores*, Ponta Delgada, Associação Marítima Açoriana, 2008.

ROGERS, M., *A Horta dos Cabos submarinos*, Delegação de Turismo da Horta, Horta, 1983.

Síntese histórica da Artilharia portuguesa, Porto, Estado-maior do Exército, 1982.

SOARES, Vicente Henrique Varela e Adelino, Eduardo Augusto das Neves, “Estado de Sítio” in *Dicionário de Terminologia Militar*, I Volume, Edição dos autores, Sociedade Astória, 1963.

SONDHAUS, Lawrence, *Naval warfare 1815-1914*, London, Routledge, 2001.

SOUSA, Nestor, “São João Batista de Angra do Heroísmo, um programa italiano de fortaleza filipina e a sua ermida da Restauração” in *Monumentos*, n.º 5, Setembro, Lisboa, Direcção-geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1996.

TAVARES, João Carlos Moreira, “A defesa de Portugal durante a Grande Guerra. Doutrina e antecedentes históricos” in *Actas do XIII Colóquio Portugal militar. Da Regeneração à paz de Versalhes*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Porque foi Portugal para a guerra: os objectivos nacionais e as estratégias políticas” in *Portugal e a Grande Guerra, Nova História Militar de Portugal*, Vol. 4, Rio de Mouro, Circulo de Leitores, 2004, pp. 14 – 34.

TELO, A. J., “*Os Açores e o Controlo do Atlântico*”, Lisboa, ASA, 1993.

TELO, A. J., “Os começos do Século” in *Nova História Militar de Portugal*, Rio de Mouro, Vol: 4, Círculo de Leitores, 2004, pp. 350 – 385.

TRINDADE, Luís, “A morte anunciada” in *Revista História*, Lisboa, Publicultura S.A., 1998, pp. 36 - 98.

VIEIRA, João A. Gomes, *O Homem e o mar – embarcações dos Açores*, Intermezzo, 2002.

4. Fontes Iconográficas:

Arquivo Histórico Militar, *Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada*, cd n.º 59 – MMA, imagem 3-47-AV2-2276-24.

Carta do concelho de Ponta Delgada, Instituto Geográfico Português.

Planta das fortificações e baías da ilha do Faial a qual por ordem da Real junta da fazenda destas ilhas dos Açores tirou o Sargº. Mor do Real corpo de Engenheiros José Rodrigo de Almeida em 1804, Edição facsimilada do Instituto Açoriano de Cultura, da Câmara Municipal da Horta e do Museu Militar dos Açores/ZMA.

Museu Militar dos Açores, *Angra do Heroísmo*, fotografia aérea US Navy – 1954.

Museu Militar dos Açores, *Praia da Vitória*, fotografia aérea US Navy – 1954.

Museu Militar dos Açores, *Ponta Delgada*, fotografia aérea FAP – 1955.

Museu Militar dos Açores, *Horta*, fotografia aérea US Navy – 1954.

5. Fontes multimédia

CARREIRO, Emanuel, “*200 milhas a remos*”, Inéditos, RTP-Açores, 1993.

6. Fontes On Line

http://www.acores.com/b/escola_secundaria_jeronimo_emiliano_andrade.html

http://www.angelfire.com/electronic2/tsf_acores_1900_1950/telegrafia_sem_fios.htm

<http://www.agencia.ecclesia.pt/instituicao/pub/30/noticia.asp?jornalid=30&noticiaid=13060>

<http://cartasportuguesas.blogspot.com/2004/11/biografia-simas-machado.html>

www.bparah.azores.gov.pt

“Italian ship on fire puts in at Azores” in

http://spiderbites.nytimes.com/free_1916/index.html.

“O museu do Fósforo” in www.i-tomar.info.

<http://museus.azores.gov.pt>

www.vulcaodoscapelinhos.org.

APÊNDICES

ÍNDICE DE APÊNDICES

Apêndice I – Os principais protagonistas militares	421
Apêndice II – O dispositivo de defesa de Ponta Delgada	423
Apêndice III – Imóveis e áreas de destaque durante a Grande Guerra em Ponta Delgada	424
Apêndice IV – O dispositivo de defesa de Angra do Heroísmo	425
Apêndice V – O dispositivo de defesa da Praia da Vitória	426
Apêndice VI – O dispositivo de defesa da Horta	427
Apêndice VII – As peças de artilharia <i>Armstrong</i> 10 cm	428
Apêndice VIII – O milagre do Santo <i>Orion</i>	430
Apêndice IX – A comunicação por intermédio de bandeiras	431
Apêndice X – A actividade submarina registada	432
Apêndice XI - Unidades navais americanas no porto de Ponta Delgada	433
Apêndice XII – A artilharia <i>Krupp</i> 15 cm	434
Apêndice XIII – A peça de artilharia americana instalada em Santa Clara	435
Apêndice XIV - A peça de artilharia americana instalada em Feteiras	436
Apêndice XV – Instalações americanas	437
Apêndice XVI – A estação de telegrafia sem fios inglesa na ilha de São Miguel	438
Apêndice XVII - A columbofilia ao serviço da aviação	440
Apêndice XVIII – O combate entre o <i>Augusto de Castilho</i> e o U.139	441
Apêndice XIX – As divergências económico-militares	443
Apêndice XX – A insegurança pública	444
Apêndice XXI – Os açambarcadores	445
Apêndice XXII – Testemunhos de um dispositivo sanitário	446
Apêndice XXIII – A leitura popular e a inovação do século XX	448
Apêndice XXIV – O pós guerra imediato: o regresso à normalidade	449
Apêndice XXV – Memórias de um património perdido: o convento de São João	450

Apêndice I - Os principais protagonistas militares



Arquivo Histórico Militar.

José Augusto Simas Machado (1859 – 1927), Alto-comissário da República nos Açores.



Arquivo Histórico da Marinha.

Augusto Eduardo Neuparth (1859- 1925), comandante do Comando da Defesa Marítima dos Açores



Revista Michaelense, 1918.

Herbert Owar Dunn (1857-1939), comandante da Base naval americana em Ponta Delgada.

A detailed topographic map of the Ponta Delgada region in Azores. The map shows contour lines, roads, and various geographical features. Key locations marked include PETERAS (red dot), MONTAGNOLA (black circle), COVOADA, ABRIFES, RELVA, BANDA LANTIA, S. JOSE, MATRIZ, PEDRO, and ROSTO DO CÃO (red dot). Two thick black lines originate from the left side of the map, one pointing towards MONTAGNOLA and the other towards the bottom right corner. Several blue dots are scattered along the coastline near S. JOSE and MATRIZ.

- ⊙ Estação TSF portuguesa (localização aproximada).
- ≡ ≡ ≡ ≡ ≡ ≡ ≡ Peças portuguesas de 7 cm mod.1882- missão eventual.
Alcance: 3 km.
- == ■ == Carreira de tiro operacional para Artilharia e Infantaria.
- Paiol (Serra Gorda – 1918).
- Diligências de Infantaria

Apêndice III - Imóveis e áreas de destaque durante a Grande Guerra em Ponta Delgada

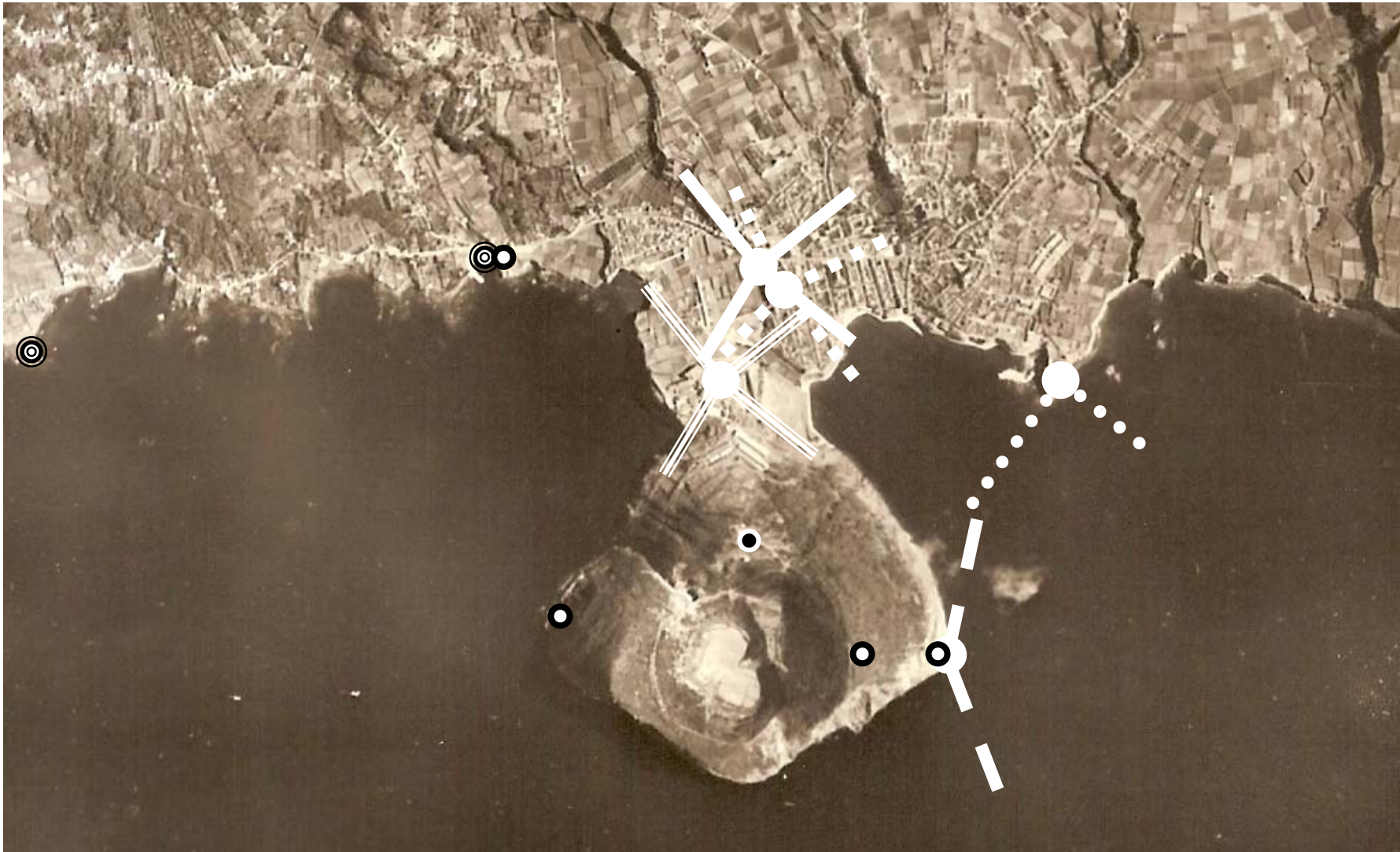


Museu Militar dos Açores, Fotografia aérea FAP – 1955.

1. Hospital do Isolamento
2. Posto Sujo
3. Peças de artilharia *Krupp* 15 cm
4. Bateria *Armstrong* 10 cm do Espaldão da Carreira de tiro
5. Peça americana de 7 polegadas
6. Acampamento americano na Mata da Doca
7. Paiol geral de Ponta Delgada
8. Instalações dos pilotos americanos
9. Bateria n.º 2 de Artilharia de Montanha

10. Base aérea americana
11. Delegação da Cruz Vermelha (1918)
12. 2º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26 (1917/18)
13. 1º Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 26 (convento de São João, já desaparecido na presente imagem)
14. Área de exercícios do Regimento de Infantaria n.º 26
15. Forte de São Pedro (já desaparecido na presente imagem)
16. Bateria *Armstrong* 10 cm da Mãe de Deus
17. Base naval americana

Apêndice IV - O dispositivo de defesa de Angra do Heroísmo



Museu Militar dos Açores, Fotografia aérea US Navy – 1954.

- ● ● ● ● ● ● ●

Peças AEC 8 cm (MP) – Alcance provável de 6 km.

—— ———

Peças de calibre 12 cm – Presumivelmente o modelo 1884. Alcance: 4 km.

=====

Bateria de Metralhadoras (1914).

—————

Bateria de Metralhadoras (1916-1919).
- ◎

Diligências de Infantaria RI 25.

○

Postos de observação e vigia.

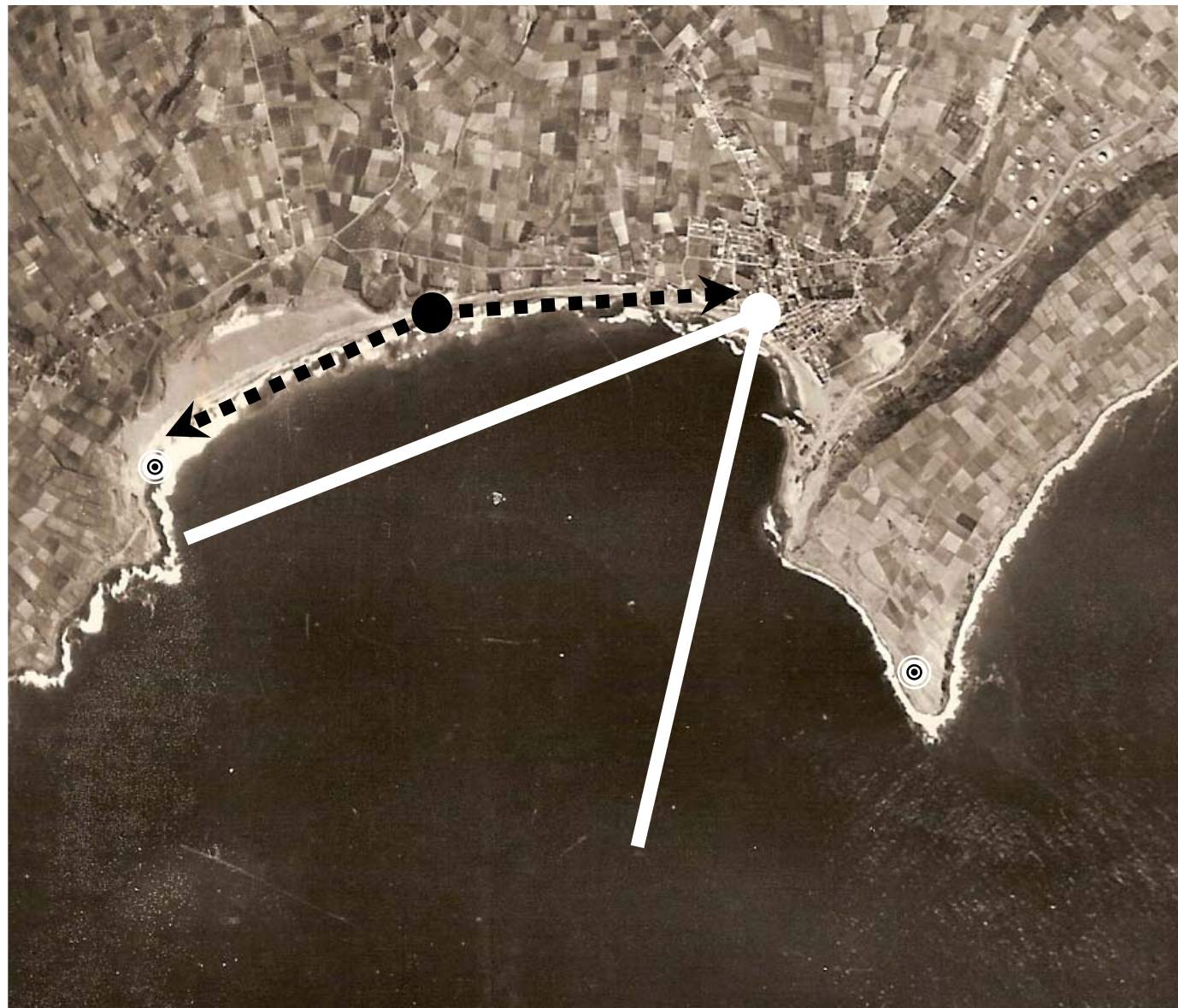
●

Paio (1918).

■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■

Regimento de Infantaria n.º 25

Apêndice V - O dispositivo de defesa da Praia da Vitória



Diligência do Regimento de Infantaria n.º 25 (localização eventual).

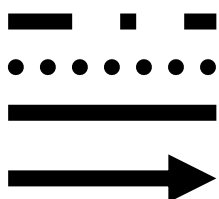
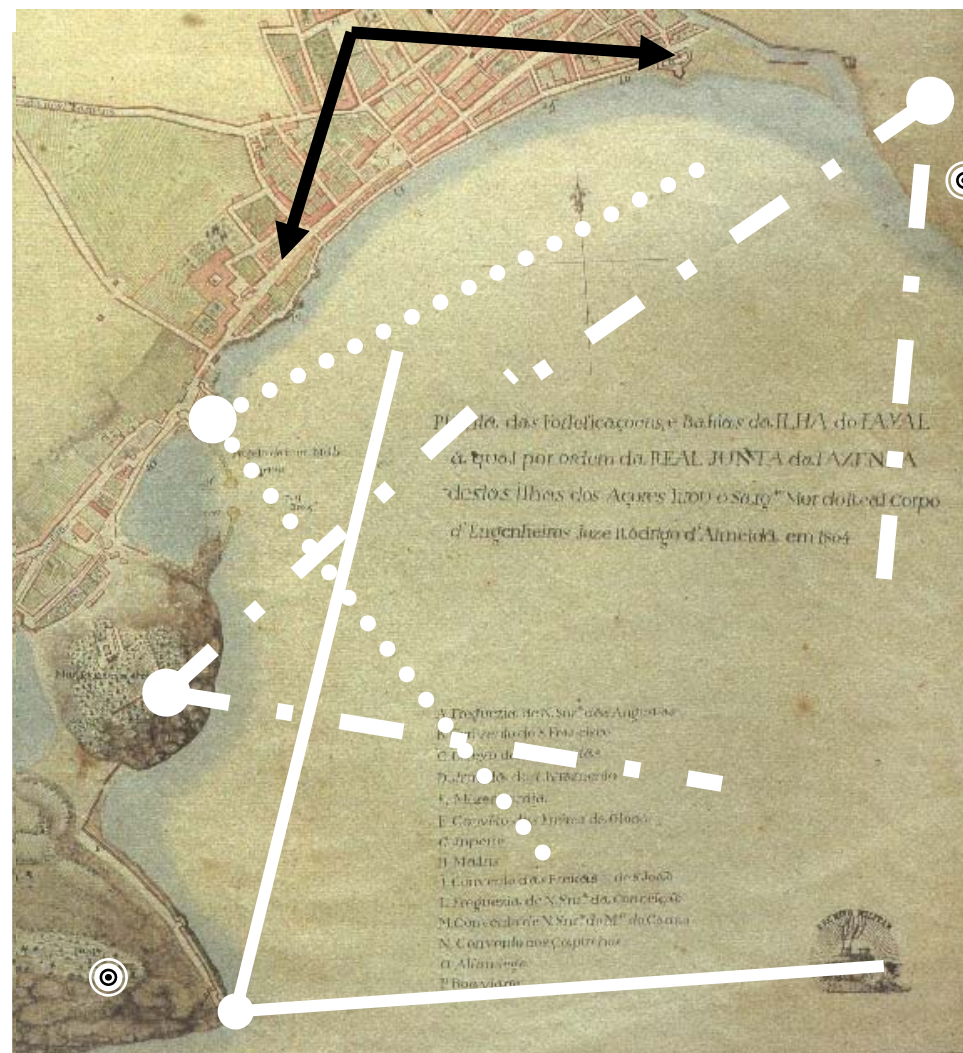
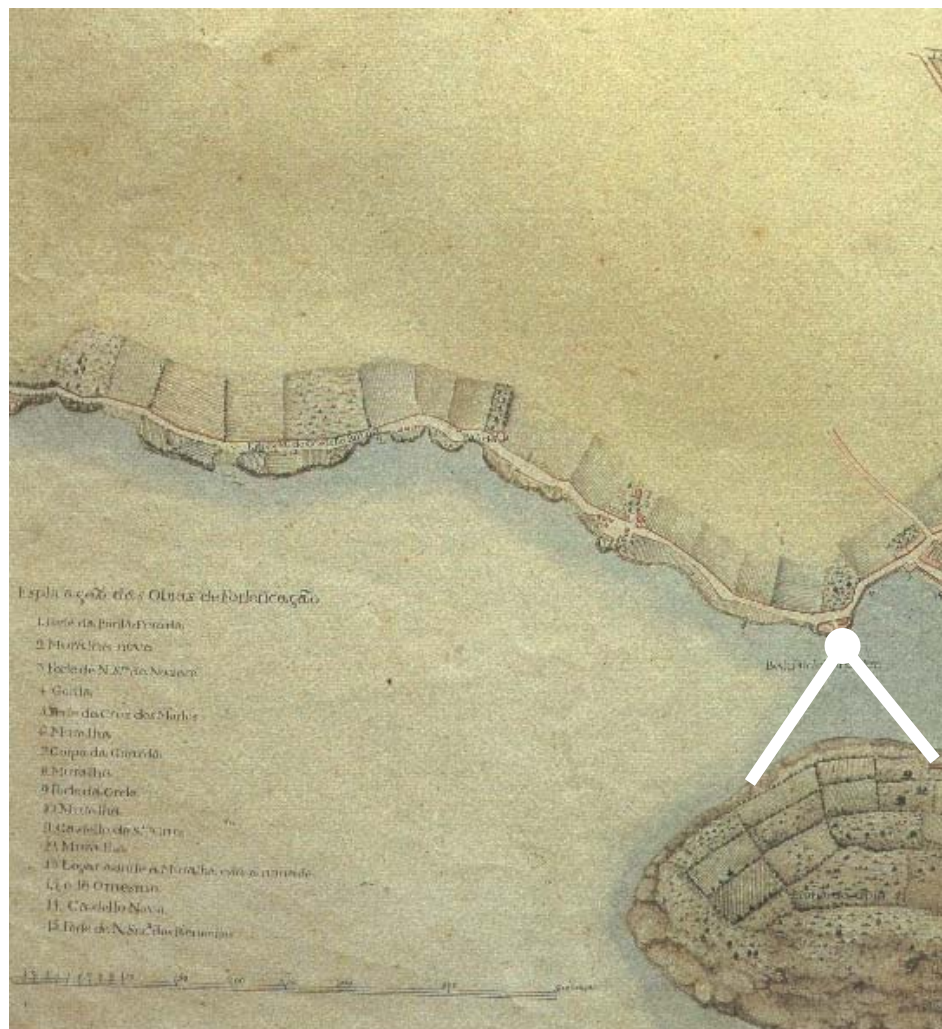
⊙ Postos de observação.



Diligência da Bateria n.º 1 de Artilharia de Montanha (localização aproximada).

Será de presumir a colocação de material *Krupp* AEC 9 cm modelo 1975. Alcance: entre os 5,7 km e 6,8 km.

Apêndice VI - O dispositivo de defesa da Horta



Peças BEC 8 cm (material de campanha - 1916) – Alcance provável de 2,8 km.

Peças BEC 8 cm (material de campanha - 1918) – Alcance provável de 2,8 km.

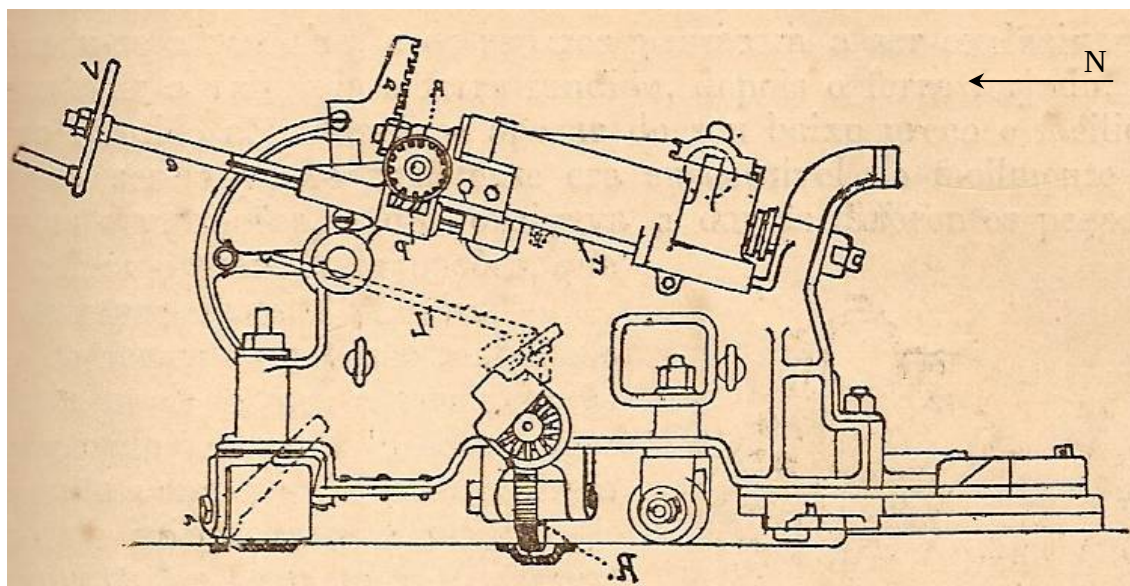
Peças *Krupp* 15 cm (1918).

2ª Batalhão do Regimento de Infantaria n.º 25.



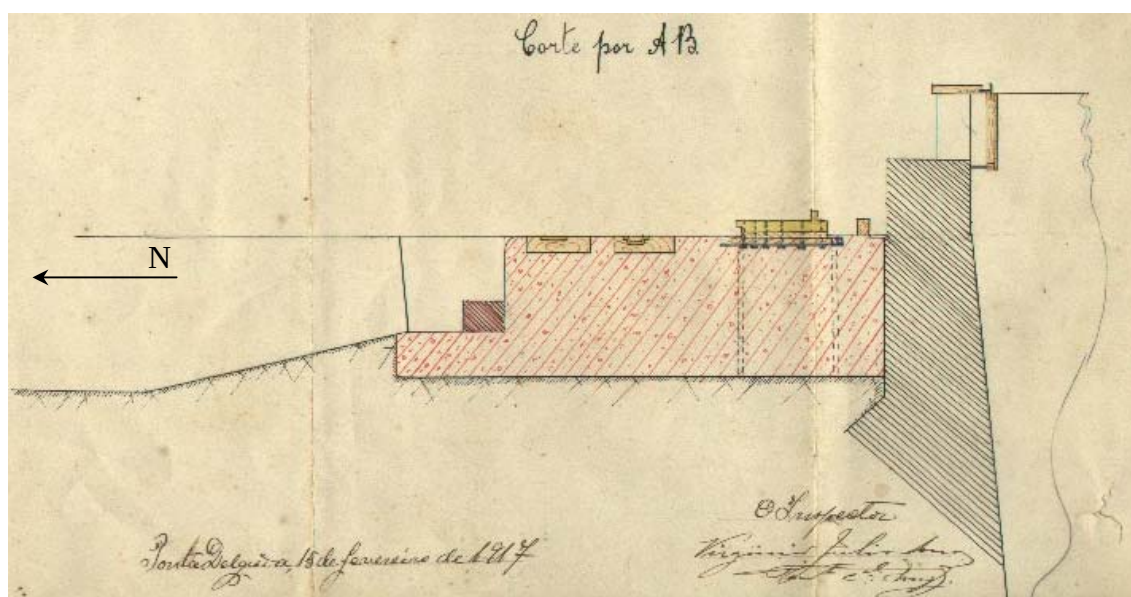
Postos de observação

Apêndice VII - As peças de artilharia *Armstrong* 10 cm



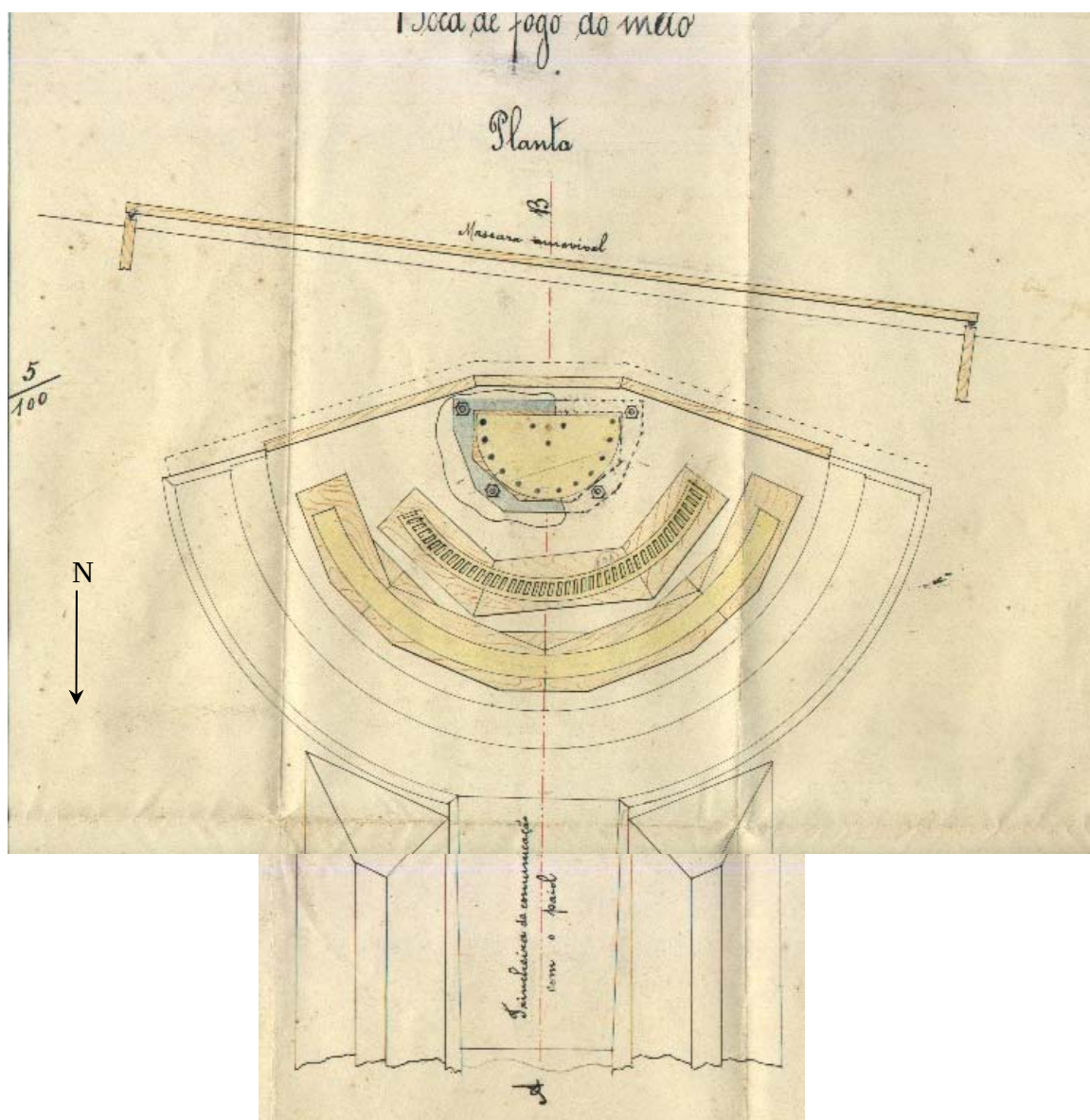
Ferreira, J.B., *Armas portáteis e Material de Artilharia*, p. 618.

Reparo tipo Vavasseur das peça de artilharia 10 cm instaladas no Alto da Mãe de Deus e Espaldão da Carreira de Tiro de Ponta Delgada.



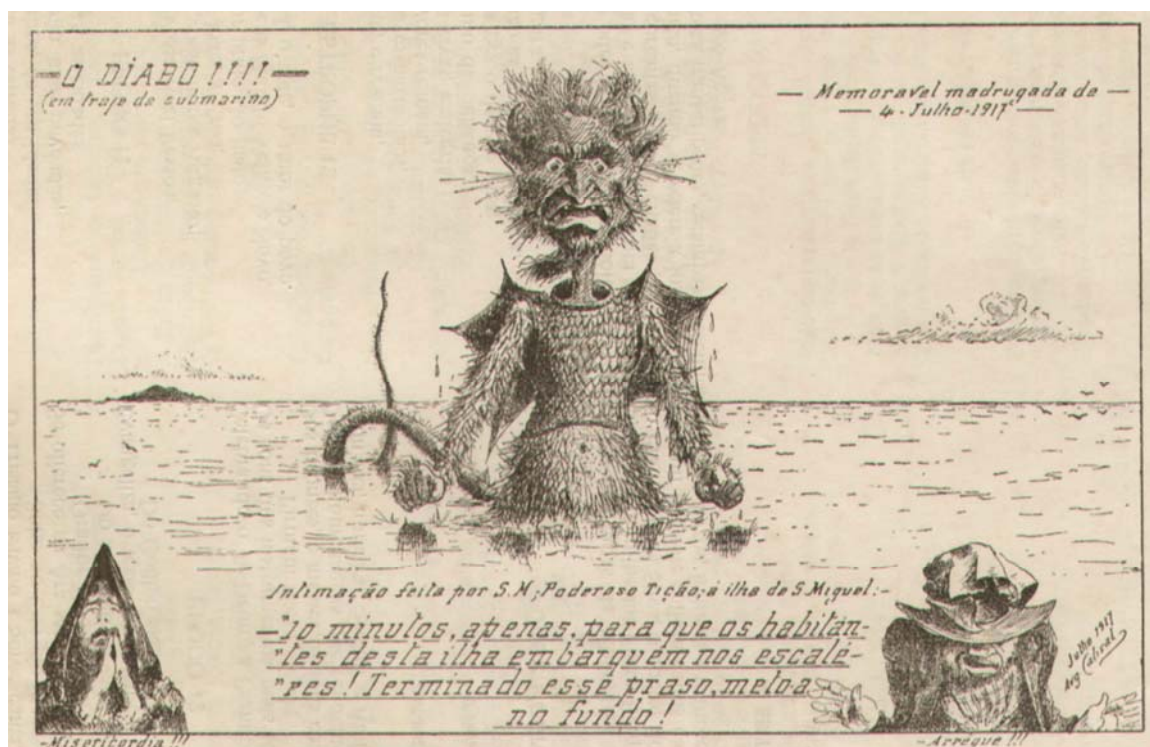
AMMA - FG, FIA 1274.

Esquema em perfil do espaldão da peça do centro da bateria da Mãe de Deus.



Planta de um dos espaldões das peças *Armstrong* 10 cm na Mãe de Deus. Na pesquisa realizada, não foi encontrado registo deste tipo de arma em Portugal.

Apêndice VIII - O milagre do Santo Orion



Revista Michaelense, 1918.

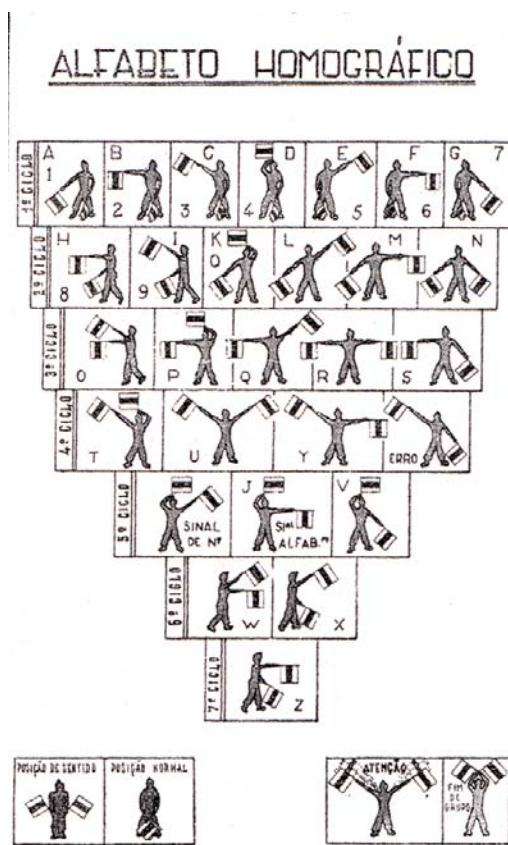
Desenho de A. Cabral, referente aos eventos da manhã de 4 de Julho de 1917.



Revista Michaelense, 1918

O milagre do Santo Orion. Desenho de A. Cabral (Julho de 1917.)

Apêndice IX - A comunicação por intermédio de bandeiras



Escola Prática de Transmissões

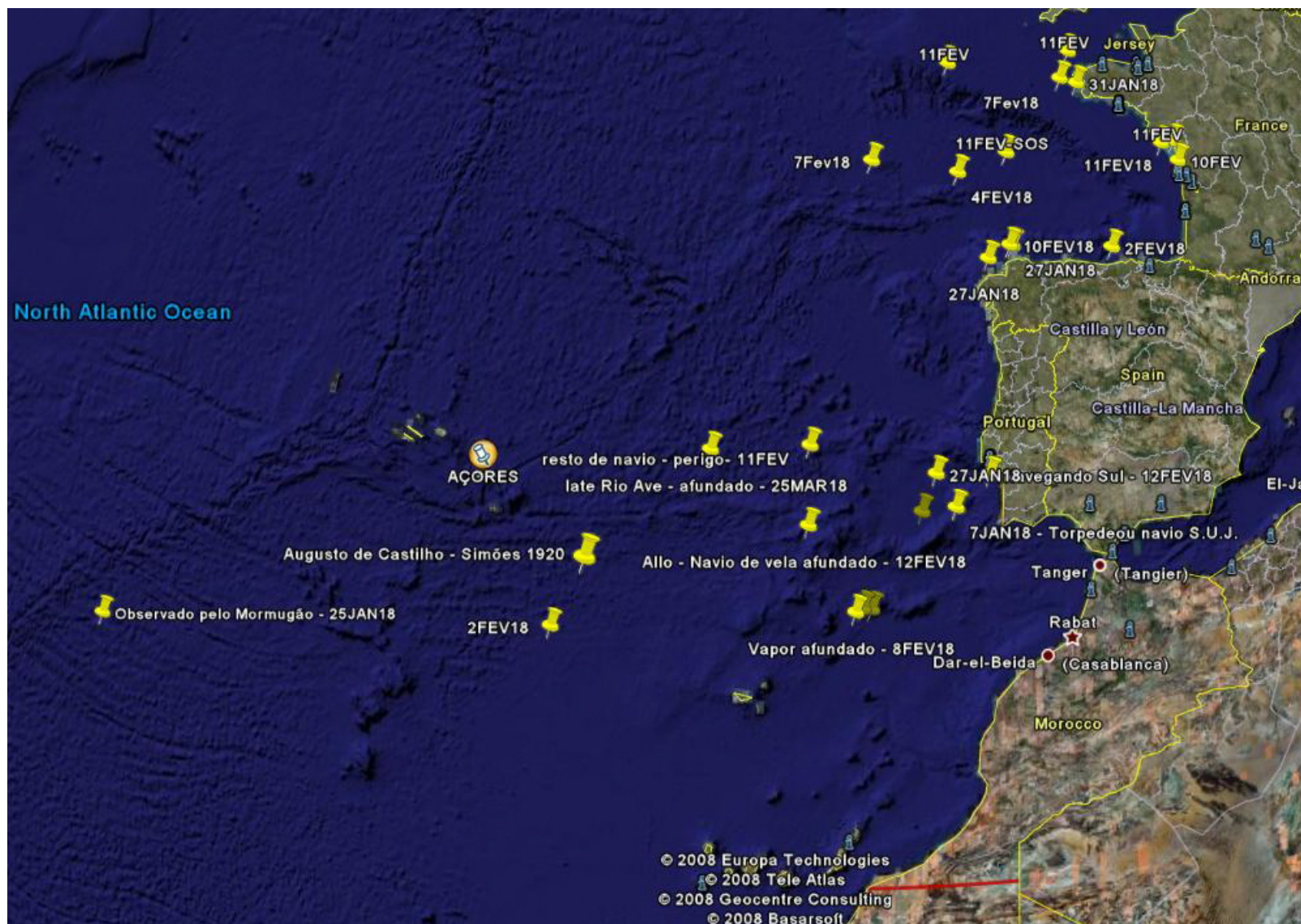
O alfabeto homográfico utilizado para estabelecer a comunicação entre o alto da Mãe de Deus, as unidades militares portuguesas e o navio americano *Orion*, caso o *Deutschland* regressasse a Ponta Delgada.



Escola Prática de Transmissões

Instrução do alfabeto homográfico na Escola Prática de Transmissões. I quartel do Século XX.

Apêndice X - A actividade submarina registada



Localização e actividade de submarinos detectados ao longo da investigação. Informações da capitania do porto de Ponta Delgada ao Comando Militar dos Açores, *Açoriano Oriental* e relatos de sobreviventes.

Apêndice XI - Unidades navais americanas no porto de Ponta Delgada



MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3240

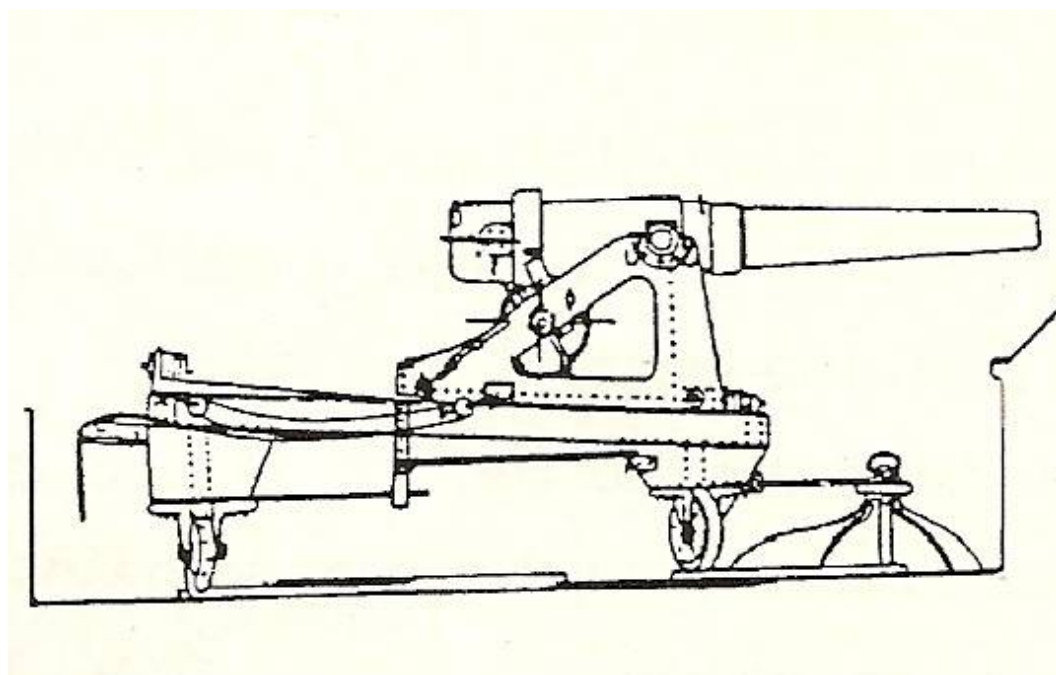
Monitor americano na base aero-naval de Ponta Delgada, São Miguel. Foto tirada a 21 de Fevereiro de 1918.



MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3233

Submarinos americanos no porto de Ponta Delgada. Fotografia tirada a 14 de Fevereiro de 1918.

Apêndice XII - A artilharia *Krupp* 15 cm



Herdade, J.R, Armamento do Exército português, p. 71.

Desenho da peça de artilharia de costa *Krupp* A.E. 15 cm, modelo 1875 instalada em Ponta Delgada e Horta.



CEIMAC, O Museu de Artilharia de Costa, 2005.

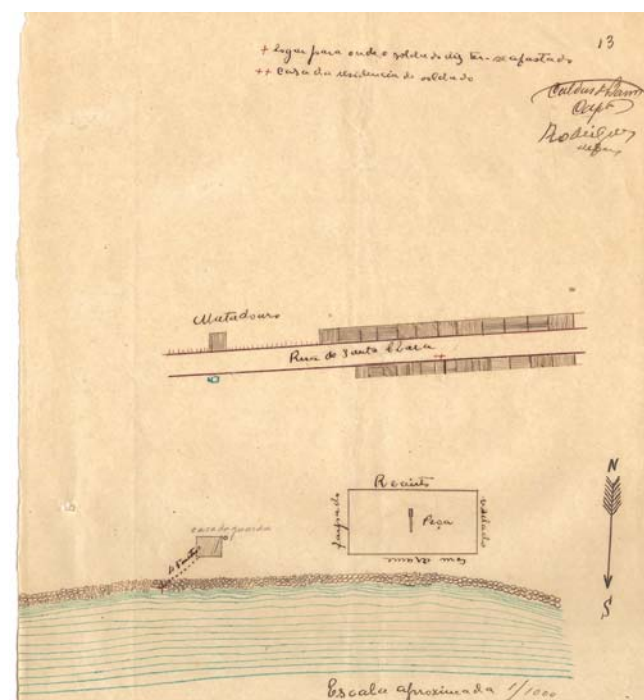
Fotografia da peça de artilharia de costa *Krupp* 28 cm, modelo 1875 instalada no Campo Entrincheirado de Lisboa. O material estabelecido nos Açores, apesar de ser de calibre menor, era análogo apenas variando na sua dimensão.

Apêndice XIII - A peça de Artilharia americana instalada Santa Clara



Museu Militar dos Açores

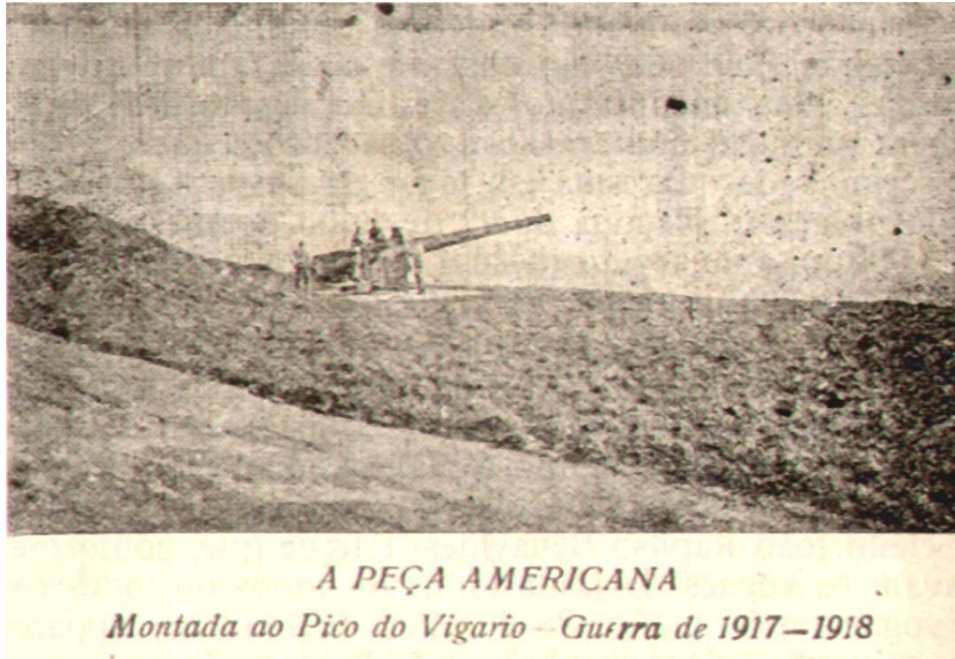
Boca de fogo americana de 7 polegadas TR (tiro rápido), com 45 calibres de comprimento.



AMMA - FG, FIA 1373

Planta com a localização da peça de 7 polegadas TR americana, próxima ao antigo matadouro municipal.

Apêndice XIV - A peça de Artilharia americana instalada em Feteiras



Revista Michaelense, 1919.

Boca de fogo americana de 7 polegadas TR (tiro rápido), com 45 calibres de comprimento, instalada próxima ao miradouro da freguesia de Feteiras, local usualmente conhecido como a “peça”.



Curiosa arribana existente no local designado como a “peça”, Feteiras. Construída à beira da estrada, muito próxima ao local original da peça americana, o facto de ser antiga e ter uma janela entaipada voltada para o mar, poderá indiciar uma possível casa da guarda.

Apêndice XV - Instalações americanas



MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3225

Pré- fabricados para moradia dos pilotos da Base Naval Americana. Forte de São Brás, 1918.



Revista Michaelense, 1918.

Aquartelamento americano próximo ao pico do Vigário, Feteiras, 1918.

Apêndice XVI - A estação de telegrafia sem fios inglesa em São Miguel



MCM - Arquivo Fotográfico Afonso Chaves, 1ª Guerra Mundial - foto 3295

Postes de antenas de TSF inglesa no Pico do Vigário. Foto sem data.



Ruínas da estação de TSF inglesa no Pico do Vigário. Foto actual. Frontaria.

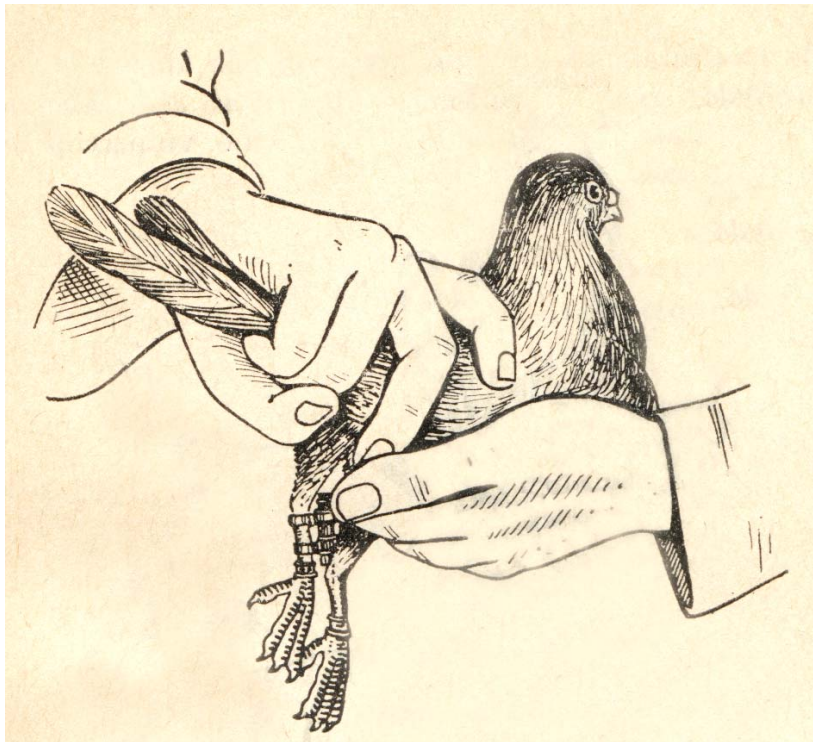


Ruínas da estação de TSF inglesa no Pico do Vigário. Foto actual. Traseiras.



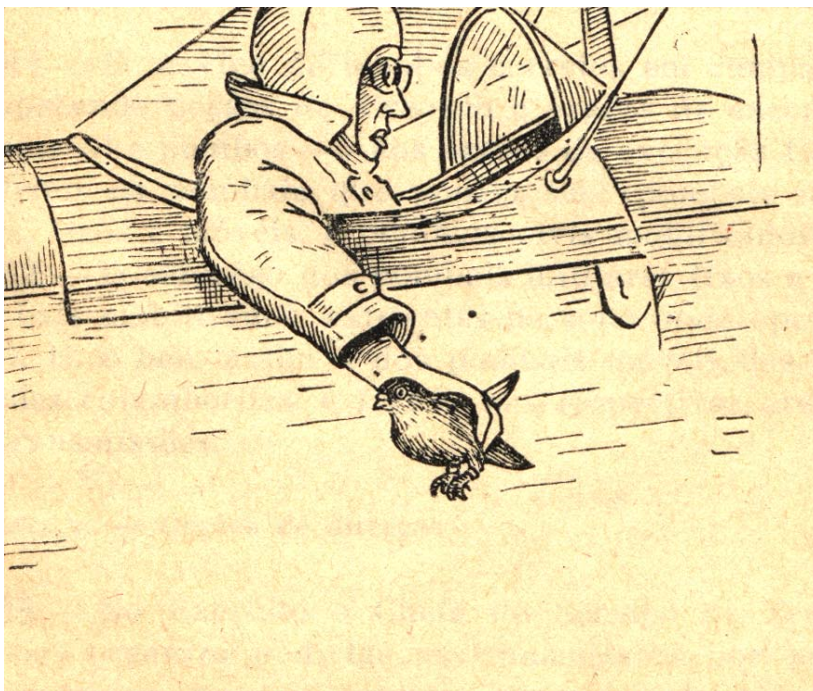
Base de uma das antenas da estação de TSF inglesa no Pico do Vigário. Foto actual.

Apêndice XVII - A columbofilia ao serviço da aviação



Escola Prática de Transmissões

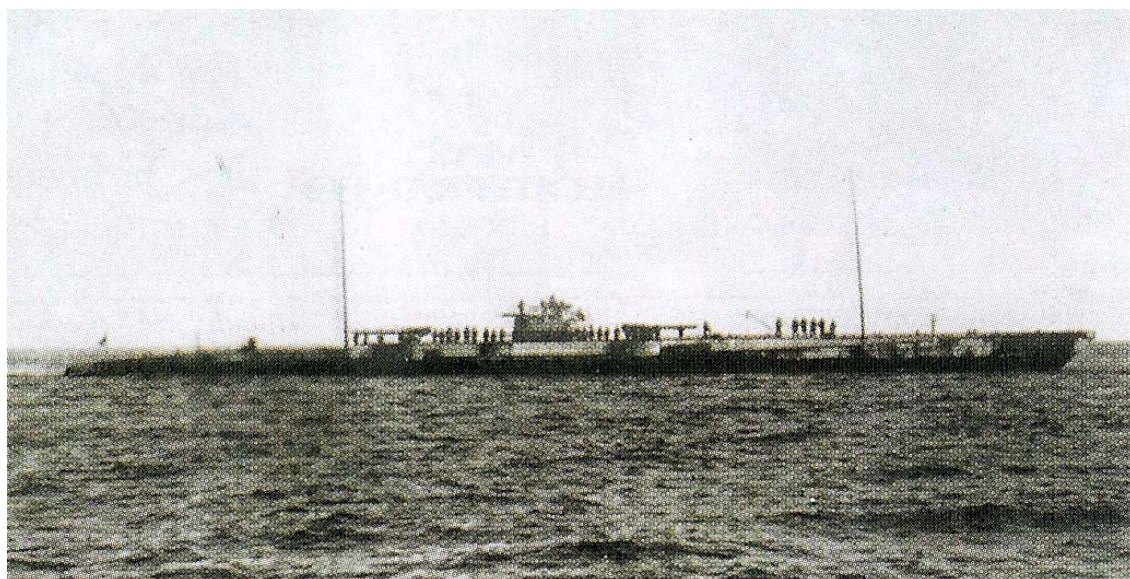
Painel de instrução para colocação de mensagens. Para além de poderem ser colocadas na pata da ave, podiam ser também colocadas no peito.



Escola Prática de Transmissões

Uma das poucas medidas práticas para o estabelecimento de uma base aero-naval portuguesa nos Açores no final da Grande Guerra, foi a instalação de um pombal militar, único meio existente que os pioneiros da aviação dispunham para comunicarem com terra.

Apêndice XVIII - O combate entre o Augusto de Castilho e o U.139



Matos, J. S. e Varela, D. Revista da Armada, n.º 314

O submarino-cruzador alemão “U.139” com as suas peças de 15 cm à proa e à popa. O facto de existirem mastros hasteados poderá indiciar operações com TSF.



U - 139

Era um submarino de grandes dimensões, designado por submarino cruzador, projectado para operar a grandes distâncias da sua base.

Deslocamento: 1930 toneladas à superfície, e 2483 em imersão.

Velocidade máxima: 16 nós à superfície, e 8 nós em imersão.

Autonomia: 12630 milhas a 8 nós, à superfície, e 53 milhas em imersão a 4,5 nós.

Armamento: 19 torpedos para 6 tubos, e duas peças de 150 milímetros.

“AUGUSTO CASTILHO”

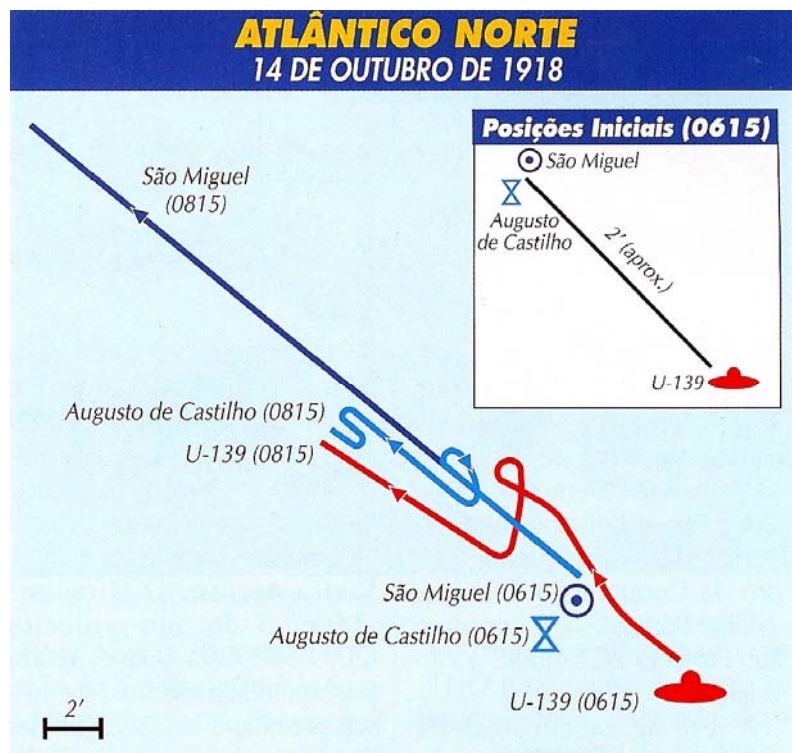
Antigo arrastão armado em patrulha com a montagem de duas peças de artilharia.

Velocidade máxima: 10,5 nós.

Armamento: Uma peça de artilharia de 65 milímetros a vante e outra de 47 milímetros a ré, com um alcance máximo de 3500 metros.

Matos, J. S. e Varela, D. Revista da Armada, n.º 314

O comandante do U.139 e as principais características das embarcações envolvidas. O Capitão tenente Lothar Von Arnould de la Perière foi o mais bem sucedido comandante de submarinos de todos os tempos com 194 navios afundados, totalizando 454 000 toneladas.



Matos, J. S. e Varela, D. Revista da Armada, n.º 314

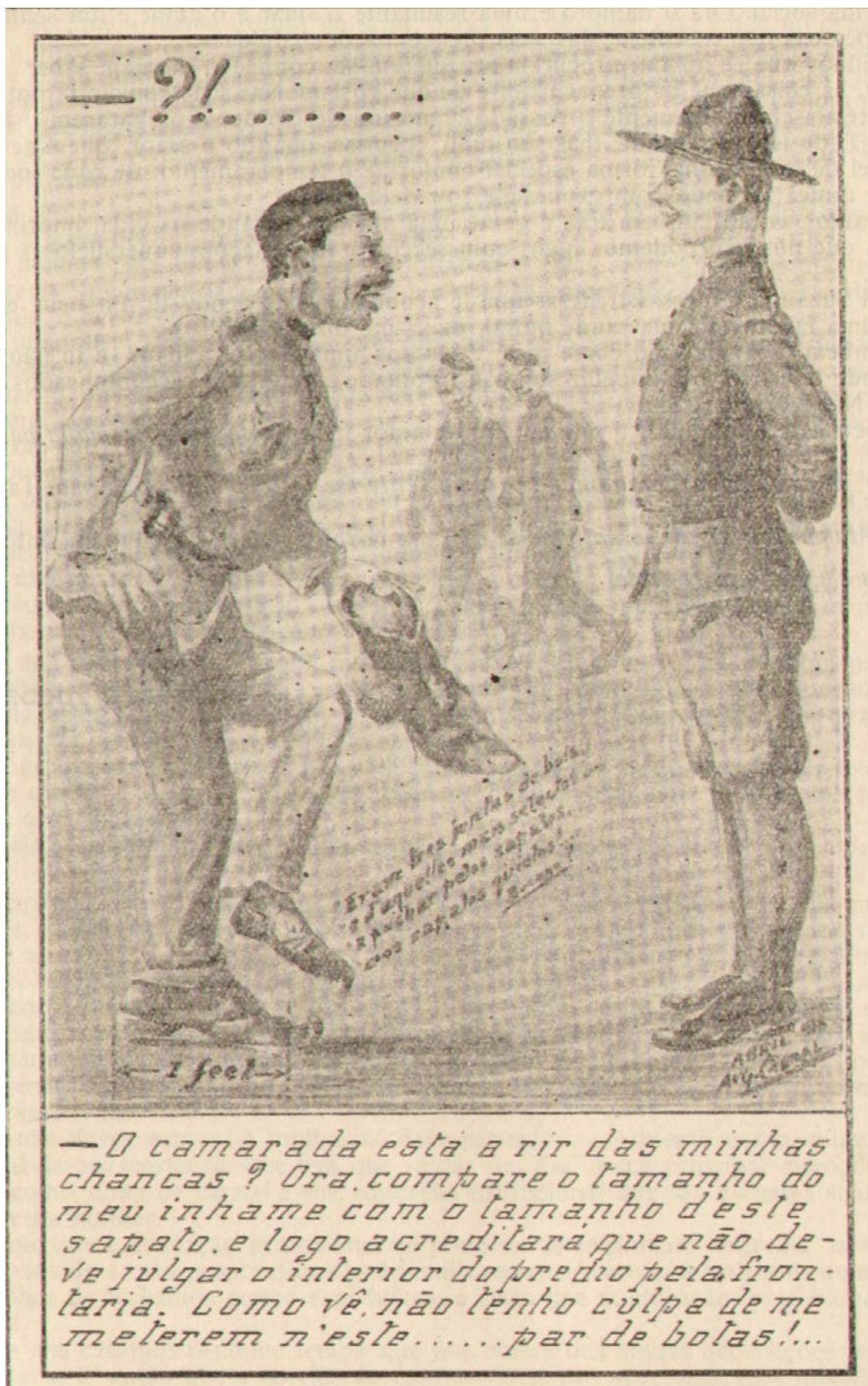
Reconstituição com combate entre o *Augusto de Castilho* e o U.139, com indicação cronológica da batalha.



Cortesia da família do 1º Tenente enfermeiro, Acácio Alves de Moura

Náufragos do *Augusto de Castilho* a bordo do paquete *San Miguel*. Fotografia de 25 de Outubro de 1918.

Apêndice XIX - As divergências económico-militares



Revista Michaelense, 1918.

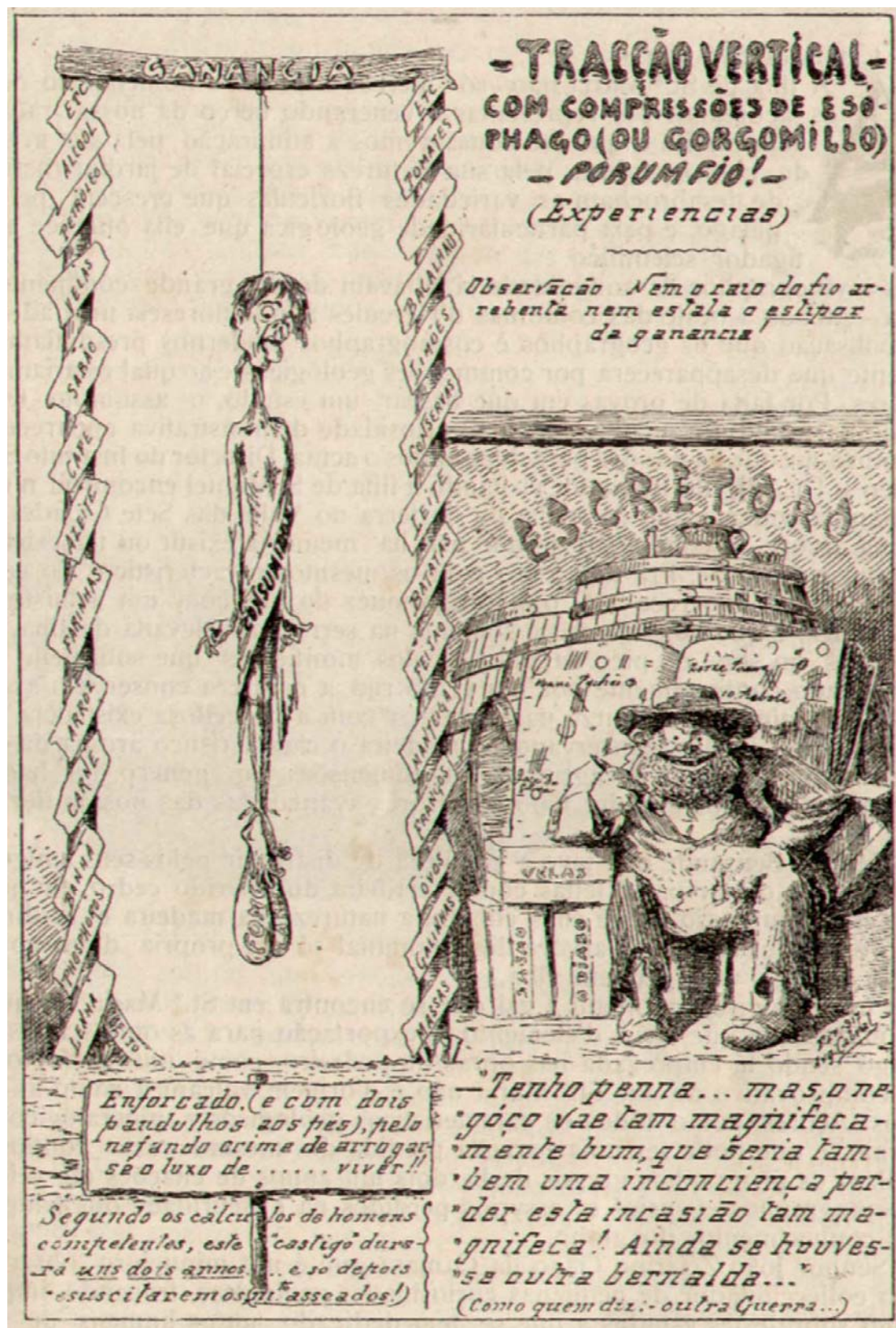
O humor ao serviço da guerra. As diferenças económicas. Desenho de A. Cabral.



Revista Michaelense, 1919

Uma das principais medidas de defesa foi a extinção de luzes públicas, favorecendo o desenvolvimento da criminalidade. A falta de condições de segurança das penitenciárias e os poucos meios humanos colocados na sua guarda, fomentou vários pedidos de apoio militar para estas funções. Desenho de A. Cabral (Julho de 1918).

Apêndice XXI - Os açambarcadores



Revista Michaelense, 1919.

Um dos grandes factores que originava a carestia dos géneros alimentares e a inflação eram os açambarcadores e o monopólio de determinados produtos por parte de grandes negociantes, apesar de todas as diligências tomadas pelas autoridades civis. Desenho de A. Cabral (1917).

Apêndice XXII - Testemunhos de um dispositivo sanitário



Museu Carlos Machado

Carro de transporte de doentes infecto-contagiosos para o Hospital do Isolamento



Museu Carlos Machado

Interior do carro de transporte de doentes infecto-contagiosos.



Museu Carlos Machado

Carro de transporte de malas ou volumes contaminados.



Museu Carlos Machado

Carro de transporte da alimentação dos epidemiados.

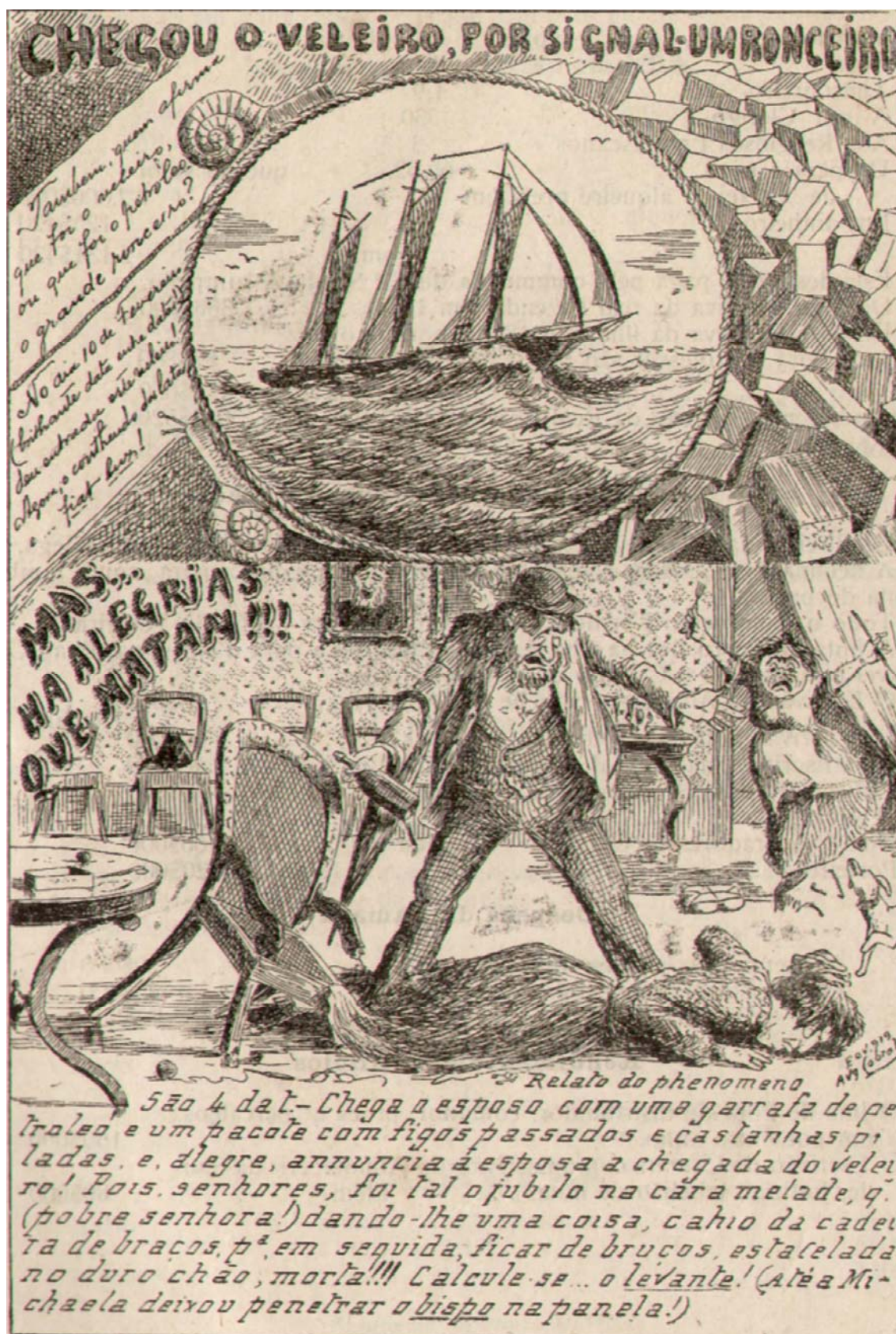
Apêndice XXIII - A leitura popular e a inovação do século XX



Revista Michaelense, 1919.

O advento da aviação em São Miguel, se originou espanto no seio da população, não deixaria de ser ironizado por órgãos de comunicação social como o *Açoriano Oriental*. Afinal, subsistiam problemas básicos como a iluminação ou carestia dos géneros alimentares. Desenho de A. Cabral (1918).

Apêndice XXIV - O pós guerra imediato: o regresso á normalidade



Revista Michaelense, 1919.

O ressurgir do comércio, neste caso com especial destaque para o petróleo.
Desenho de A. Cabral (1919).

Apêndice XXV - Memória de um património perdido: o convento de São João



Museu Militar dos Açores

Construído em finais do século XVI, inícios de XVII, o convento de São João seria um dos maiores dos Açores com 7.158 m². Na fotografia é possível ver-se a torre contínua à igreja.



Museu Militar dos Açores

De inícios do século XVII, o claustro original seria profundamente reestruturado pelas unidades militares que nele se aquartelaram, sem com contudo nunca perdesse a sua forma original.



Museu Militar dos Açores

Outro aspecto do claustro ou da parada pequena, também conhecida como parada do piquete. Orientada para a rua de São João, as suas paredes foram alvo de profundas obras sem que nunca se conseguisse resolver os graves problemas estruturais que a caracterizava.



Museu Militar dos Açores

Parada grande, lado nascente. Com 3.570 m², era uma das áreas de instrução assim como de formatura geral.



Museu Militar dos Açores

Parada grande, perspectiva nordeste. À esquerda situavam-se as garagens.